

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

JOÃO BRAGA ARÊAS

BATALHAS DE *O GLOBO* (1989-2002):
O NEOLIBERALISMO EM QUESTÃO

NITERÓI
2012

JOÃO BRAGA ARÊAS

BATALHAS DE *O GLOBO*
(1989-2002)

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal Fluminense como requisito parcial
para obtenção do título de doutor

Orientador: Prof. Doutor César Honorato

NITERÓI
2012

ARÊAS, João Braga

Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão / João Braga Arêas – Niterói, 2012.
352p.

Orientador: Prof. Dr. César Honorato

Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2012.

1. O Globo – imprensa. 2. Neoliberalismo – privatizações. 3. História do Brasil – anos 90. I. Universidade Federal Fluminense. II. Título

BANCA EXAMINADORA

Prof. Doutor Cezar Honorato (orientador)

Prof. Doutora Virgínia Fontes

Prof. Doutora Marialva Barbosa

Prof. Doutor Dênis de Moraes

Prof. Doutor Muniz Ferreira

Sumário

Agradecimentos	7
Resumo	8
Resumen	9
Abstract	10
Introdução	Pg.11
O avanço do neoliberalismo no mundo	Pg.12
Sociedade civil no Brasil no final dos anos 80: arena de luta de classes	Pg.23
Capítulo 1: As Organizações Globo e os meios de comunicação no Brasil Contemporâneo	Pg.34
1.1: A imprensa segundo ela mesma e a imprensa como partido	Pg.34
1.2: Dentro das redações: “a voz do dono e o dono da voz”	Pg.45
1.3: A imprensa como empresa: monopolização da mídia e associação com o capital estrangeiro	Pg.50
1.4: História das Organizações Globo	Pg.62
1.4.1: Da fundação do jornal ao golpe de 1964	Pg.62
1.4.2: Organizações Globo durante a ditadura militar	Pg.66
1.4.3: <i>O Globo</i> em 1969 e 1970	Pg.73
1.4.4: As Organizações Globo nos tempos da redemocratização	Pg.83
Capítulo 2: O jornal <i>O Globo</i> e as eleições presidenciais de 1989	Pg.92
2.1: O empresariado e as Organizações Globo em busca de um candidato	Pg.94
2.2: O “Fenômeno Collor” e as Organizações Globo	Pg.96
2.3: Combatendo um velho inimigo: <i>O Globo</i> X Brizola	Pg.102
2.4: <i>O Globo</i> enfrenta a “Rede Povo”	Pg.112
2.5: Fatos marcantes do segundo turno	Pg.130
2.6: O “Fenômeno Collor” em questão	Pg.143
Capítulo 3: <i>O Globo</i> e as privatizações	Pg.148
3.1: Os governos neoliberais dos anos 90 e as privatizações	Pg.149
3.1.1: Questões ausentes no discurso apologético das privatizações	Pg.164
3.2: Os leilões do petróleo e a abertura econômica	Pg.179
3.3: O Estado e os funcionários públicos segundo <i>O Globo</i>	Pg.182
3.4: Promessas de um mundo novo: as privatizações segundo <i>O Globo</i>	Pg.192
3.5: Vozes presentes em <i>O Globo</i>	Pg.200
3.6: Notícias do mundo	Pg.212
3.7: A cobertura da venda das empresas públicas	Pg.220
3.7.1: Demissões	Pg.221
3.7.2: Aumento das tarifas	Pg.224
3.7.3: Investimentos estatais prévios e incorporação de dívidas	Pg.224
3.7.4: Financiamento aos compradores	Pg.226
3.7.5: Fundos de pensão	Pg.226
3.7.6: Os leilões, os recursos obtidos com as privatizações e o debate sobre sua destinação	Pg.228
3.7.7: “Moedas podres”	Pg.231
3.7.8: O capital estrangeiro nos leilões	Pg.234
3.7.9: Os trabalhadores nos leilões	Pg.236
3.7.10: Questão dos preços mínimos	Pg.237

3.8: Usiminas, CSN, Vale do Rio Doce, Sistema Telebrás, escândalo dos grampos, Banerj e os leilões das áreas petrolíferas	Pg.240
3.9: Abertura Comercial	Pg.256
Capítulo 4: <i>O Globo</i> e as classes subalternas: da resistência às privatizações à conformação	Pg.262
4.1: Os movimentos grevistas e sindicalismo	Pg.262
4.2: A CUT, o PT, o MST e a Força Sindical nas páginas de <i>O Globo</i>	Pg.268
4.3: A resistência às políticas privatistas	Pg.285
4.4: As greves da CSN e da Petrobrás	Pg.296
4.5: As eleições presidenciais de 2002 e a vitória do PT	Pg.313
Considerações finais	Pg.327
Bibliografia	Pg.333
Anexo I – Tabela 3: Amostragem de colunistas regulares e não regulares de <i>O Globo</i> entre 1989 e 2002	Pg.244
Anexo II – Tabela 4: Amostragem de entrevistados por <i>O Globo</i> de 1989 e 2002	Pg.352
Anexo III - Cronologia	Pg.357

Agradecimentos

Nesses quatro anos de tese, convivi com muitas pessoas, que ajudaram de diferentes formas. Então, vamos direto ao ponto: um muito obrigado especial aos meus pais, Jacyra e Vicente, que me apoiaram nessa idéia de fazer faculdade de História e, desde então e antes, me ajudaram em absolutamente tudo o que eu precisei. Obrigado, obrigado e obrigado!!!

Meus agradecimentos aos amigos e familiares queridos: Aline, Ana, André, Angélica, Cássio, Cosminho, Daniel irmão, Daniel caiaque, Danilo, Diego, Júlia, Leandro, Luana, Mariana, Regina, Renata, Sara, Vilela, Vilma, Viviane, incluindo também os respectivos e as respectivas.

Um muito obrigado para os colegas da minha escola do Município de Caxias e do Colégio Pedro II: Anna Paula, André Luis, Luciano, Martha, Nanci, Nélio, Rosanas, Sthefan e tantos outros!

Vamos agora aos “obrigados” mais profissionais: agradeço ao professor Bernardo Kocher por ter participado da qualificação e ter sido generoso nas sugestões; agradeço ao professor Dênis de Moraes por ter integrado a banca na qualificação e na defesa; agradeço à querida Virgínia Fontes por estar sempre disponível para ajudar há mais de uma década (desde a monografia!). Muito obrigado ao professor Muniz Ferreira por ter topado participar da defesa, não obstante a distância geográfica. Agradeço a Marialva Barbosa por ter gentilmente aceito integrar a banca mesmo com pouca antecedência. Finalmente, um muito obrigado a César Honorato, que topou me orientar e sempre foi muito atencioso (e paciente) nas conversas, leituras críticas e sugestões bibliográficas.

Ainda no departamento “obrigados profissionais”, agradeço aos funcionários da Biblioteca Nacional, da pós-graduação de História da UFF e da Secretaria de Educação de Duque de Caxias. Sem a licença remunerada de pouco mais de um ano concedida por esta última, a tese seria muito mais difícil de escrever!

Por fim, porque eu não sou bobo, um muitíssimo obrigado a minha esposa, que tem o dom de me fazer feliz. Ju, normalmente os doutorandos pedem desculpas pelas ausências em virtudes das longas horas em arquivos ou diante do computador. Bom, salvo os meses mais dramáticos, acho que não devo pedir muito perdão... Foram quatro anos inesquecíveis morando juntos, com muitos programas legais (incluindo nosso casamento!) e viagens (não cito os lugares, pois o pessoal da banca vai achar que eu fui vagabundo...).

Resumo

Esta tese trata da cobertura do jornal *O Globo* das políticas neoliberais implementadas no Brasil dos anos 90, em especial, das privatizações. O jornal é entendido como um “partido” das frações das classes dominantes interessadas na adoção do programa neoliberal. Enquanto procurou criar um consenso entorno das privatizações, *O Globo* procurava desqualificar as organizações das classes subalternas com perspectivas contra-hegemônicas.

Resumen

Esta tesis trata de las reportajes del periódico *O Globo* sobre las políticas neoliberales implementadas en el Brasil de los años 90, en particular, de las privatizaciones. El periódico es comprendido como un “partido” de las fracciones de las clases dominantes interesadas en la adopción del programa neoliberal. Cuando procuraba crear un consenso sobre las privatizaciones, *O Globo* intentaba descalificar las organizaciones de las clases trabajadoras con perspectivas contra-hegemonicas.

Abstract

This thesis deals with the coverage of the newspaper *O Globo* about neoliberal policies implemented in Brazil during the 90s, especially privatization. The newspaper is understood as a "party" of the fractions of the upper social class interested in the adoption of the neoliberal program. While sought to build consensus around privatization, The Globe tried to disqualify the organizations of the working class with counter-hegemonic perspectives.

Introdução

O final do século XX foi marcado por grande otimismo das forças sociais voltadas para a eternização da ordem capitalista. Diferentes slogans refletiam essa euforia, como: “não há alternativas”, “fim da História” e “o socialismo fracassou”. De modo triunfalista, a racionalidade do capital, os imperativos do lucro e da acumulação foram apresentados como os melhores – senão únicas – bases sobre as quais a sociedade deveria se organizar.

Não se defendia apenas o sistema capitalista, mas também uma ordem na qual o capital tivesse ainda mais “liberdade” de ação, sem as “amarras” do Estado. Enquanto exaltava-se a “iniciativa privada” e o “mercado”, condenava-se o “inoperante”, “falido”, “gigante”, “lerdo” e “desperdiçador” Estado. Este existiria para defender seus próprios interesses, emperrando o progresso que a “competição” entre as empresas privadas poderia desencadear. Eram os tempos neoliberais.

Meu propósito nesta tese de doutorado foi contribuir para a compreensão do processo no qual esses valores neoliberais foram disseminados. Nesse sentido, interessei-me pelo papel dos meios de comunicação na construção de um consenso entorno do neoliberalismo e do chamado “pensamento único”. Afinal, sob pretexto de estar informando os leitores e telespectadores, a mídia difunde visões de mundo, perspectivas e convicções.

O objetivo original era fazer uma análise da cobertura e da defesa do neoliberalismo feita pelos jornais de maior expressão nacional ao longo dos anos 90. Os periódicos seriam: *Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, todos disponíveis na Biblioteca Nacional. A idéia era examinar como esses veículos haviam tratado da questão do Estado e das privatizações – importante “item” da agenda neoliberal.

Porém, ao iniciar o trabalho com as fontes, logo percebi, dado o enorme volume de material, ser necessário delimitar a pesquisa. Assim, optei por analisar “apenas” as matérias e editoriais de *O Globo*. A escolha do periódico se deveu ao fato deste integrar o maior e mais influente conglomerado midiático do país, as Organizações Globo, e

também por se tratar de um dos jornais de maior circulação nacional – no meu estado, o Rio de Janeiro, tem grande penetração nas classes médias e dominantes.¹

Se, por um lado, restringi a pesquisa ao jornal *O Globo*, por outro acrescentei algumas outras temáticas à tese, não analisando somente a cobertura sobre as desestatizações feita pelo periódico. Incluí, no capítulo que descrevia a história das Organizações Globo, mais especificamente das relações desta com a ditadura militar (1964-1985), um estudo das capas de *O Globo* entre 1969 e 1970. Tratando de questões mais próximas ao objeto principal da tese (neoliberalismo), verifiquei como foram noticiadas as eleições presidenciais de 1989, nas quais foi vitorioso um candidato identificado com o projeto liberalizante e privatista. Avaliei ainda as matérias referentes às organizações das classes trabalhadoras e às principais entidades vinculadas às esquerdas adversárias das privatizações e do receituário neoliberal em geral. Finalizei a tese examinando a maneira como *O Globo* cobriu o pleito de 2002, no qual foi eleito Luis Inácio Lula da Silva, cuja trajetória identificava-se com a oposição ao neoliberalismo.

Como o objeto desta tese são as batalhas de *O Globo* em prol do neoliberalismo em geral, e das privatizações mais especificamente, considerei importante incluir nesta Introdução, uma descrição sucinta da agenda neoliberal e de sua disseminação pelo mundo. Apresento também um panorama das associações da sociedade civil brasileira dos anos 80 que se empenharam na construção de um consenso favorável ao neoliberalismo, bem como das entidades vinculadas às classes trabalhadoras que tinham perspectivas contra-hegemônicas. Considero a exposição dos principais conflitos intra e entre classes condição *sine qua non* para um entendimento do papel assumido por *O Globo* e pelas demais empresas de comunicação da família Marinho no cenário político brasileiro dos anos 80 e 90.

Após a exposição deste panorama geral do neoliberalismo e da sociedade civil brasileira, apresentarei a estrutura de capítulos da tese.

O avanço do Neoliberalismo no mundo

O avanço do neoliberalismo no mundo está profundamente relacionado às transformações que ocorriam no âmbito do capital – mundialização, financeirização e reestruturação produtiva – e ao cenário recessivo do início dos anos setenta. Como

¹ No estado do Rio de Janeiro, o principal “rival” de *O Globo* era o *Jornal do Brasil*, que no decorrer dos anos 90, passou a atravessar graves problemas financeiros.

registrava em janeiro de 1977 a *Business International Corporation*, uma das maiores empresas de consultoria do mundo, a era “de crescimento econômico descomunalmente rápido provavelmente chegou ao fim”. Estatísticas da Organização Mundial do Comércio (OMC) não deixavam dúvidas sobre a diminuição do crescimento da economia mundial: entre 1963-1973, o crescimento era superior a 7%; entre 1973-1990: caiu para 3%; entre 1990-1999: era pouco mais de 2%. Nesse ambiente, idéias neoliberais formuladas no pós-Segunda Guerra Mundial – com destaque ao livro de Friedrich Hayek, “O caminho da Servidão”, de 1944 – ganhariam mais espaço. O fato do prêmio Nobel de Economia ter sido dado a Hayek em 1974 e dois anos depois a Milton Friedman, outro grande ideólogo neoliberal, ilustra a notoriedade que tais idéias vinham obtendo.²

Os neoliberais questionavam o cenário de grande intervencionismo estatal ou o que Francisco Oliveira denominou de “mercado institucionalmente regulado”. Em alguns países capitalistas centrais, a intervenção do Estado ganhou enorme abrangência, subsidiando a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho. A ação estatal em apoio ao capital se dava através da destinação de recursos para ciência e tecnologia, empréstimos a juros subsidiados aos setores de ponta, suporte à agricultura e exportação, subsídios diversos para a produção, dentre outros auxílios. A reprodução da força de trabalho era financiada pelo Estado através de uma série de gastos sociais, como medicina e saúde universais, seguro-desemprego e subsídios para o transporte e lazer. Tal ação estatal configurava um salário indireto, liberando o salário para o consumo de bens, principalmente duráveis.³

É importante destacar que essas políticas do Welfare State, em especial os gastos sociais, não se generalizaram entre os países capitalistas, mantendo-se restringidas a algumas regiões centrais. Além disso, não resultaram de uma “dádiva” dos Estados, mas sim de longas lutas e conquistas populares. Seriam justamente esses gastos sociais (salário indireto) que os neoliberais atacariam, enquanto as políticas de subsídio ao capital seriam mantidas.⁴

² Apud CHOMSKY, Noam e DIETERICH, Heinz. *A sociedade global – educação, mercado e democracia*. Blumenau: EDIFURB, 1999.p.77; CHESNAIS, François. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005.p.57.

³ OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor, a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.p.20 e 21.

⁴ Idem, p.64.

Segundo Hobsbawm, as operações capitalistas das “décadas de crise” (principalmente pós-1973) haviam se tornado “incontroláveis”; as políticas de governo pareciam não funcionar mais. O Estado tinha sua capacidade de regulação das atividades econômicas reduzida. Esse processo está ligado à mundialização do capital e à transnacionalização do processo produtivo (deslocamento de unidades produtivas para diferentes países). Em meados dos anos 70, em um cenário cada vez mais oligopolizado, as grandes empresas passaram a ampliar seus investimentos externos, que vão sendo cada vez maiores que as aplicações domésticas. Citando um exemplo: desde 1970, mais da metade das exportações dos EUA ocorrem fora do mercado interno, entre sucursais de uma mesma empresa transnacional.⁵

Essa desterritorialização dos investimentos e a dissociação das economias de origem levada a cabo pelo capital resultaram na fragilização dos Estados nacionais, que perdiam recursos fiscais, mas mantinham-se subsidiando as empresas e a força de trabalho. Nos países centrais, ocorria “desarranjo” entre demandas sociais e diminuição da capacidade de receita dos governos em virtude do deslocamento de unidades produtivas para países periféricos. Os resultados foram crescentes déficits públicos e inflação, que reforçariam as críticas neoliberais contra os gastos estatais.⁶

A mundialização das finanças também contribuiu para a fragilização dos Estados nacionais. O capital financeiro, que inclui instituições bancárias e não bancárias (fundos de pensão, fundos de gestão de ações e companhias seguradoras), visa “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida”. De acordo com François Chesnais, as esferas produtiva e financeira do capital são profundamente imbricadas, embora a segunda ganhe cada vez mais proeminência: “é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de

⁵ Um exemplo do grande poderio das grandes corporações está no fato destas controlarem grande parcela do comércio internacional. Em 1990, as exportações de bens e serviços totalizavam quatro trilhões dólares. O comércio entre firmas (entre as matrizes e suas filiais) representava um terço deste total. HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.p.398; CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.p.299, FONTES, Virginia Maria. *O Brasil e o capital-imperialismo, teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.p.194. BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores, ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo, 2000.p.39 e 40.

⁶ OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos...*op.cit.p.64.

formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e destinação social dessa riqueza.”⁷

O capital financeiro passou a ter alto grau de mobilidade, atuando nos principais mercados do mundo. Para que isso fosse possível, segundo Chesnais, “foi necessário que os Estados mais poderosos decidissem liberar o movimento de capitais e desregular e desbloquear seus sistemas financeiros”. Enquanto o capital financeiro passava a circular em escala planetária sem entraves – e sem preocupações com as conseqüências sociais de suas operações – os Estados nacionais tinham sua capacidade de controle sobre as atividades econômicas reduzida.⁸

Além da mundialização e financeirização do capital, começou a ocorrer, com mais clareza a partir de meados dos anos 70, o processo de reestruturação produtiva, que engendrou novas formas de gerenciamento do trabalho e da produção. Segundo Ricardo Antunes, o padrão fordista de produção já não era mais capaz de deter a queda da taxa de lucros e a retração no consumo. Além disso, os anos 60 e 70 haviam sido marcados pelas lutas operárias por maior controle do funcionamento das fábricas. Nesse sentido, a reestruturação produtiva expressa uma resposta do capital sobre os operários, levando ao aumento da exploração sobre a força de trabalho.⁹

Alguns dos aspectos dessas transformações foram: polivalência dos operários, que passam a operar várias máquinas e também a inspecionar a qualidade do processo produtivo; produção voltada para a demanda (*just in time*); “horizontalização” da produção, que levou à redução da produção no âmbito das montadoras, estendendo-a às subcontratadas (“terceirização”); maior utilização ou introdução da informática, microeletrônica, telecomunicações e robótica. A reestruturação produtiva demandou direitos trabalhistas “flexíveis” – em concordância com as pregações neoliberais – levando a ampliação de horas extras. Para Antunes, “o processo de reestruturação produtiva do capital” seria “a base material do projeto ideo-político neoliberal, a estrutura sob a qual se erige o *ideário* e a *pragmática neoliberal*”.¹⁰

⁷ CHESNAIS, François. *A finança...*op.cit.p.35; CHESNAIS, François. *A mundialização...*op.cit.p.15, FONTES, Virginia Maria. *O Brasil...*op.cit.p.198.

⁸ CHESNAIS, François. *A finança...*op.cit.p.35; BENJAMIN, César (et.al.). *Opção brasileira*. Rio de Janeiro: contraponto, 1998.p.31.

⁹ ANTUNES, Ricardo. *Sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.p.29 e 30.

¹⁰ Os críticos da idéia de “toyotismo” ou “reestruturação produtiva” ressaltam que não se tratou de um processo de ruptura radical com o fordismo. Houve até empresas que vieram aprofundar os padrões tayloristas-fordistas de produção. GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN: da luta de classe à parceria*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.p.36, DREIFUSS, René Armand. *A época das*

A reestruturação produtiva gerou crescente eliminação da força de trabalho humana. Conforme Dreifuss, “milhões de postos de emprego se tornam obsoletos e irrecuperáveis, num processo aceleradíssimo de geração do ‘desemprego estrutural’, tanto na linha de produção (onde é muito óbvia) quanto nos serviços”.¹¹ Como resultado, ampliou-se a heterogeneidade dos trabalhadores: tem-se trabalhadores “estáveis”, desempregados, temporários e/ou precarizados, trabalhadores do setor “informal”. Tal configuração do trabalho, somada ao fato dos operários não estarem mais reunidos em grande número em uma fábrica em virtude da terceirização, levou ao crescente enfraquecimento da luta dos trabalhadores e dos sindicatos, cujo aspecto mais visível foi a queda na sindicalização e no número de greves. Essa diminuição da força do movimento dos trabalhadores foi reforçada com a crise dos países do bloco socialista, acarretando perda das referências ideológicas tradicionais.

A fragilização dos sindicatos foi importante para os governos neoliberais, posto que os trabalhadores eram os principais prejudicados com tais políticas e a estes caberia, portanto, a tarefa de combatê-las. Não foi por acaso que os governos neoliberais elegeram como inimigos os sindicatos e demais associações das classes subalternas. A derrota imposta pelo governo Reagan aos controladores de vôlei, que faziam longa greve em 1981, e a vitória do governo Thatcher contra os mineiros nas greves de 1984-85, que resultou no fechamento das minas de carvão, são símbolos da truculência de então.¹²

Se as classes subalternas são as principais prejudicadas com as políticas neoliberais, quais frações de classe seriam beneficiadas? Para obter a resposta, é preciso considerar qual era o “receituário” pregado pelos neoliberais. De maneira geral, os estudiosos do tema ressaltam as seguintes políticas dos governos adeptos do neoliberalismo: redução da atividade reguladora do Estado, privatizações de empresas estatais e dos chamados serviços públicos (energia, telefonia, transportes, etc), abertura ao capital internacional, eliminação de tarifas protecionistas, ampla liberdade ao capital financeiro, “disciplina” orçamentária ou austeridade fiscal, corte de gastos públicos, em especial os referentes às áreas sociais, reestruturação do sistema previdenciário, redução

perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis: Vozes, 1996.p.26, ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e centralidade do trabalho.* São Paulo: Cortez, 1997.p.34, CARUSO, Danilo Spinola. *Reestruturação produtiva e movimento operário em Volta Redonda.* Dissertação de mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.p.8

¹¹ DREIFUSS, René Armand. *A época...*op.cit.p.36.

¹² HARVEY, David. *O neoliberalismo, história e implicação.* São Paulo: Edições Loyola, 2008.p.34.

de impostos sobre os rendimentos mais altos, de modo a estimular os “agentes econômicos” a (supostamente) investirem, aprovação de leis repressivas contra a atividade sindical e a reestruturação de uma taxa de desemprego considerada “natural”. Para Décio Saes, toda ação estatal que objetiva o desmonte das políticas voltadas para a “independência econômica nacional”, bem-estar social, instauração de pleno emprego e “mediação dos conflitos socioeconômicos” pode ser considerada neoliberal.¹³

As políticas neoliberais exaltam as virtudes do “mercado”, da “livre-iniciativa” e da “concorrência”, visando destruir os mecanismos não mercantis de regulação da vida social, como legislação trabalhista. Abrem novas oportunidades de investimento para o capital, uma vez que atividades antes administradas ou reguladas pelo Estado são transferidas para a esfera empresarial.

As políticas sociais neoliberais tendem a se focalizar nos setores mais miseráveis da população, em ações de cunho “filantrópico”, com envolvimento de ONGs, não tendo como objetivo universalizar a seguridade social. Direitos e demandas anteriormente consideradas de alçada pública tendem a ser vistos como questões individuais. Marilena Chauí entende o neoliberalismo como encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado, ressaltando como tal processo incide diretamente nas relações de sociabilidade, que passam a se centrar crescentemente no individualismo.¹⁴

O programa neoliberal, não obstante particularidades nacionais, foi adotado por diversos países, cujos carros-chefe foram Inglaterra, sob governo Thatcher (1979), e Estados Unidos, com Reagan (1980), sem deixar de mencionar a pioneira experiência chilena, sob a liderança do ditador Pinochet (1973). Conforme Perry Anderson, o neoliberalismo teve um “segundo alento”, sendo abraçado pela Suécia (1991), Itália (1994) e países que haviam feito parte do bloco soviético (1989-1991), como República Tcheca e Polônia. Finalmente, a América Latina foi a “terceira grande cena de experimentações neoliberais”, com governos da Bolívia (1985), México (1988),

¹³ ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo” IN SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.p.1, PETRAS, James. *Fundamentos do neoliberalismo* IN RAMPINELLI, W. e OURIQUES, N. *No fio da navalha, crítica das reformas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Xamã, 1998, SAES, Décio. *A República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2002.p.82, HONORATO, César. *Breve Ensaio acerca das Políticas Públicas de Privatização no Brasil Recente* IN GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théó Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira (org.). *Ensaio de História Econômico-social: séculos XIX e XX*. Niterói: EdUFF (no prelo).

¹⁴ SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999, CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder, uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. p.69.

Argentina e Peru (1989), Venezuela e Colômbia (1990), dentre outros. Mesmo governos mais “progressistas” terminaram por seguir políticas neoliberais.¹⁵ Ressaltamos: o neoliberalismo não surge meramente da vontade de alguns governantes, como Thatcher e Reagan, uma vez que estava profundamente imbricado com as transformações do capital (mundialização, financeirização e reestruturação produtiva) nos países centrais, e questões relacionadas a “crise da dívida externa” dos países de terceiro mundo, como veremos mais adiante.

As políticas neoliberais contemplam diferentes interesses das diversas frações das classes dominantes. Pode-se afirmar que a redução salarial, desregulamentação do mercado de trabalho e a diminuição dos direitos sociais atendem aos interesses de todo o conjunto da burguesia. A abertura econômica e a desregulamentação financeira agradam as frações ligadas ao capital internacional (financeiro e produtivo), mas podem prejudicar grupos empresariais sem condições de competir com as corporações transnacionais. A política de cortes de subsídios à produção e a elevação da taxa de juros feita com o objetivo de atrair investimentos financeiros internacionais tendem a contrariar frações da burguesia industrial, interessadas nos subsídios estatais e nos empréstimos a juros baixos. Nesse sentido, a política neoliberal contempla fundamentalmente os interesses do capital financeiro internacional, na medida em que todas as medidas preconizadas pelo neoliberalismo coincidem com as suas demandas.¹⁶

De maneira geral, são apontados como resultados das políticas neoliberais: o controle da inflação e a recuperação dos lucros empresariais, sem que se tenha resgatado as taxas de crescimento econômico dos anos 50 e 60. O neoliberalismo gerou condições para veloz ampliação das atividades do capital financeiro, que Perry Anderson chama de “operações puramente parasitárias”, uma vez que essa fração do capital procura se valorizar não gerando novos investimentos produtivos. Os governos neoliberais também contribuíram para a fragilização dos sindicatos e para um sensível aumento do desemprego e das desigualdades sociais. Não raro, os adeptos do neoliberalismo sustentam que o fracasso de suas políticas se deve ao fato destas não terem sido adotadas completamente e, a partir daí, preconizam o aprofundamento do receituário neoliberal.¹⁷

¹⁵ ANDERSON, Perry. “Balanço...op.cit.p.17-20.

¹⁶ BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.p.51-75, SAES, Décio. *A República...op.cit.p.87-90*.

¹⁷ ANDERSON, Perry. “Balanço...op.cit.p.16.

A adoção de políticas neoliberais na América Latina tem relação com o endividamento desses países nos anos 60 e 70. Empréstimos internacionais eram apresentados aos países como reais vias de desenvolvimento. O crédito farto e barato era oferecido – a juros flutuantes – por bancos privados internacionais, que visavam reciclar a renda petrolífera. Assim, países como México e Brasil tinham altas taxas de crescimento econômico à custa de um veloz endividamento externo.¹⁸

Em meados dos anos 70, começava a explodir a “crise da dívida” dos países de terceiro mundo. O cenário era de “segundo choque do petróleo”, queda no preço das matérias-primas, alterações na política monetária dos EUA e o aumento das taxas de juros. Segundo Chesnais, “a multiplicação por três e mesmo por quatro das taxas de juros, pelas quais as somas emprestadas deviam ser reembolsadas, precipitou a crise da dívida do Terceiro Mundo, cujo primeiro episódio foi a crise mexicana de 1982”. No caso do Brasil, os juros internacionais subiram de um patamar de 1%-1,5% ao ano para 8% entre 1978 e 1980. A dívida externa brasileira teve um acréscimo de US\$ 10 a 16 bilhões entre 1979 e 1982.¹⁹

Foi nesse contexto que o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) ampliaram sua presença na América Latina. Essas duas instituições, cuja ascendência norte-americana é notória, passaram a condicionar novos empréstimos à aplicação de determinadas políticas econômicas de “ajuste estrutural”. Tais políticas em linhas gerais são as mesmas do “receituário” neoliberal vistas acima: corte de gastos públicos, arrocho salarial, abertura comercial, desregulamentação financeira e privatizações. O ajuste fiscal, a redução de investimentos e o aumento de superávits primários visavam canalizar recursos para o pagamento e rolagem de dívidas públicas internas e externas. Segundo Câmara e Salama, “o serviço da dívida representará entre 2% e 5% do conjunto da riqueza produzida (PIB), dependendo do país e dos anos, isto é mais do que foi imposto à Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial pelo Tratado de Versalhes, a título de indenização de guerra”. Margareth Thatcher, em declaração de 1983, resumiu com precisão a perspectiva dos países centrais: “se os países

¹⁸ PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro* (1944-2008). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.p.225.

¹⁹ Em 1980, a dívida externa brasileira era de pouco mais de 64 bilhões de dólares. CHESNAIS, François. *A finança...op.cit.p.40, Investiguemos la deuda!* Ginebra: 2006, p.15, ALMEIDA, Gelson Rozentino. *História de uma década quase perdida: 1979-1989*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000.p.37.

subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas, vendam suas riquezas, territórios, fábricas”.²⁰

Assim, atuação de órgãos financeiros internacionais, como FMI e BM, foi importante para a imposição de medidas neoliberais, uma vez eram exigidas “condicionalidades” aos países devedores. Como destaca Cezar Honorato, a adoção da política privatista “era - e é - uma cláusula pétrea dos contratos de renegociação das dívidas externas e concessão de empréstimos impostos pelo FMI”. A capacidade destas instituições de levar os governos de diversas regiões do mundo a seguirem certas políticas econômicas foi ressaltada por seus próprios membros. Karl Otto Poehl, governador do FMI pela República Federal Alemã, declarou em 1982: “o FMI é nossa única esperança. O FMI é a única instituição que pode emprestar dinheiro e colocar condições para fazê-lo”.²¹

Porém, o poder de imposição de certas agendas políticas por parte dessas instituições internacionais não deve fazer com que se desconsidere o seu papel intelectual e sua influência ideológica. Um exemplo disso é o Instituto Banco Mundial, criado pelo BM, com apoio das Fundações Rockefeller e Ford, que oferece diversos cursos com o objetivo de formar quadros técnicos e políticos para atuarem em seus países de origem na elaboração da política econômica doméstica. Muitos dos diplomados do Instituto Banco Mundial viriam a atuar como primeiro-ministro, ministro da Fazenda e do Planejamento.²²

No final de 1989, o neoliberalismo foi reforçado por um encontro na capital dos Estados Unidos promovido, de acordo com João Márcio Pereira, pela “cúpula da rede de poder político, financeiro e intelectual do complexo Washigton-Wall Street”: Departamento do Tesouro, BM, FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), USAID e principais *think tanks* estadunidenses. O encontro ocorreu com o

²⁰ O FMI e BM, ao longo de sua história, costumavam agir com certa “flexibilidade”, de acordo com a conjuntura. Podem adotar posturas menos rigorosas em contextos eleitorais para não fragilizar governos “confiáveis” (bons pagadores). E se negam a negociar com governos considerados “inimigos” (socialistas ou terceiro-mundistas). Assim, o BM não fez empréstimos para o Egito de Nasser e para países-membros do bloco soviético. Cortou empréstimos ao Chile de Salvador Allende e voltou a promover financiamentos logo após o golpe de Pinochet em 1973. O BM financiou outras sangrentas ditaduras aliadas dos EUA, como a de Mobuto, (Zaire) e Suharto (Indonésia). CAMARA, Mamadou e SALAMA, Pierre. A inserção dos países em desenvolvimento na mundialização financeira IN CHESNAIS, François. *A finança...*op.cit.p.213; apud RAMOS, Roberto. *O âncora e o neoliberalismo: privatização do sentido*. Porto Alegre: Evangraf, 2007.p.32. BAER, Mônica e LICHTENSZTEJN, S. *FMI e Banco Mundial, estratégias e políticas do poder financeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1987.p.129, 232 e 237; *Investiguemos...*op.cit.p.74.

²¹ Apud BAER, Mônica e LICHTENSZTEJN, S. *FMI e...*op.cit.p.127, HONORATO, César. Breve Ensaio...op.cit.p.4.

²² PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco...*op.cit.p.68.

objetivo de discutir políticas econômicas para América Latina e Caribe. O receituário, que foi compilado por John Williamson e ficou conhecido como “Consenso Washington”, reafirmava as prescrições do FMI e as políticas neoliberais. O consenso expressava “o fim da tolerância de Washington com um mundo de capitalismo nacionais e o assalto do capital contra o conjunto de direitos sociais e trabalhistas forjados no pós-guerra”.²³

Antes de concluirmos essas considerações sobre o neoliberalismo e seu advento em diferentes regiões do mundo, faremos algumas observações sobre a noção de “Estado Mínimo” que costuma estar associada às políticas neoliberais.

Ressaltamos que o neoliberalismo não representou uma simples redução do Estado. Na verdade, o neoliberalismo representa mais uma reformulação ou redirecionamento da ação estatal em favor do grande capital, em especial, do capital financeiro, e uma “depuração” de qualquer conteúdo popular e universalizante que estaria presente no aparelho de Estado. Como enfatiza Emir Sader, o capital continuou sendo amplamente amparado com subsídios, incentivos, créditos, tarifas públicas subsidiadas, perdão de dívidas, obras de infra-estrutura e financiamento de pesquisas científicas para apoiar a acumulação, enquanto as políticas sociais deterioravam-se. “Por isso, falamos de Estado mini-max: máximo para o capital, mínimo para o trabalho”.²⁴

Os Estados Unidos ilustram como não se pode considerar o neoliberalismo meramente como diminuição do Estado e ação do “livre-mercado”. Reagan – símbolo neoliberal, que fez vários discursos em defesa do “progresso econômico” através da “magia do mercado” – adotou amplas restrições às importações e, segundo a revista *Foreign Affairs*, deu “a maior guinada protecionista desde a década de 1930”. O governo Reagan procurou limitar a presença de empresas estrangeiras nos EUA: um exemplo de tal preocupação correu em 1986, quando foi banida a aquisição da *Fairchild Semiconductores* pela japonesa *Fujitsu*. A adesão à “livre-concorrência” não impediu o governo Reagan de manter os subsídios à agricultura: em 1987, 40% da receita bruta dos produtores agrícolas estadunidenses provinham da ajuda estatal (em 1990, os subsídios agrícolas totalizavam 245 bilhões de dólares). Não obstante as pregações em torno da “livre-iniciativa”, o governo não deixou de apoiar empresas e bancos em

²³ PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco...*op.cit.p.275 e 278.

²⁴ GUIOT, André P. *Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. p.152; SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo II...*op.cit.p.126.

dificuldades: em 1984, quando a *Continental Illinois Bank and Trust* estava próxima da falência, foi socorrida. O imperialismo dos EUA favorecia as grandes corporações de diferentes maneiras, desde a enorme lucratividade da indústria armamentista, até a desestabilização dos governos considerados “hostis” (que não adotam políticas favoráveis às empresas norte-americanas). Daí um articulista do *Wall Street Journal*, para citar um exemplo, celebrar no início dos anos 80: “agora que os fuzileiros navais a tornaram segura, Granada é o paraíso dos bancos estrangeiros”.²⁵

Os exemplos acima mostram que os EUA e os demais países centrais queriam abertura comercial e recuo estatal “dos outros”, não sendo minimamente fieis ou coerentes com as idéias neoliberais que pregavam – ou, mais precisamente, impunham – em outros países. Como lembra Noam Chomsky, “a austeridade pode ser o remédio certo para os camponeses latino-americanos, para trabalhadores poloneses e para o povo esquecido do centro-sul de Los Angeles; mas não para as pessoas que contam”.²⁶

Se houve dismantelamento da ação estatal, esta ocorreu fundamentalmente no campo dos direitos sociais e trabalhistas. Novamente, recorremos aos comentários de Noam Chomsky:

“os serviços para a população em geral – educação, saúde, transportes, bibliotecas, etc. – tendem a se tornar tão supérfluos quanto as pessoas a quem se destinam, podendo assim ser reduzidos ou completamente eliminados. É verdade que alguns ainda são necessários, notadamente prisões, um serviço que deve na verdade ser ampliado, de modo a comportar pessoas inúteis”.²⁷

Nas páginas a seguir, veremos a luta de determinados grupos sociais pela implementação do neoliberalismo no Brasil, bem como das associações que defendiam projetos político-sociais a partir da perspectiva das classes subalternas.

²⁵ Intervenções militares podem ser úteis para a imposição do programa neoliberal. No Iraque, em setembro de 2003, o norte americano Paul Bremer, chefe da Autoridade Provisória da Coalizão, promulgou decretos que promoviam ampla privatização da economia, retirada de quase todas as barreiras comerciais e ampla liberdade para as empresas estrangeiras. PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco...op.cit.p.258*, apud CHOMSKY, Noam. *O lucro e as pessoas? – neoliberalismo e nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.p.43, DREIFUSS, René Armand. *A época...op.cit.p.221*, CHOMSKY, Noam. *Ano 501*, a conquista continua. São Paulo: Scritta Editorial, 1993, p.124, 93 e 94, HARVEY, David. *O neoliberalismo...op.cit.p.16*.

²⁶ CHOMSKY, Noam. *Ano...op.cit.p.93 e 94*

²⁷ CHOMSKY, Noam. *Ano...op.cit.p.161*.

Comparado a outros países da América Latina, o neoliberalismo começou a ser implementado “tardamente” no Brasil. Um estudo de um economista do Banco Mundial de 1997 colocava o país entre os “reformadores tardios”, atrás dos “pioneiros” (que incluíam Chile e México) e “reformadores de segunda geração” (como Costa Rica e Equador).²⁸

Porém, setores governo Figueiredo (1979-85) já adotavam o discurso crítico ao “gigantismo do Estado” e adotavam algumas políticas privatistas. Nesse sentido, em 1979, foi criado o Programa Nacional de Desburocratização. Em 1981, foram editados decretos onde se fixavam normas para a venda de algumas estatais, quase todas de médio porte.²⁹

Tais ações do governo Figueiredo são incompreensíveis sem se considerar que, a partir de meados da década de 70, começaram a aparecer com mais consistência associações empresariais que reclamavam da presença do Estado na economia. Durante o governo Geisel (1974-79), no contexto de implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, alguns setores empresariais protestaram contra o que consideravam a “estatização da economia”. Em 1978, empresários paulistas e gaúchos lançaram o “Documento dos Oito”, defendendo a redução do papel do Estado na esfera econômica. Já sob governo Figueiredo a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) passaram a reivindicar abertura comercial e privatizações. Em 1982, o Conselho Interamericano de Comércio e Produção (Cicyp) atacava o estatismo e defendia como forma de ação empresarial “a intensificação das críticas ao afastamento do setor privado da administração econômica”.³⁰

²⁸ PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco...*op.cit.p.295.

²⁹ O governo Sarney também adotaria uma política privatista, criando em 1988 o Programa Federal de Desestatização. As privatizações dos governos Figueiredo e Sarney não teriam o escopo daquelas que viriam a ser realizadas nos anos 90, a partir da eleição de Collor. ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.p.162, 184, 184, 1988.

³⁰ Na década de 70, em outros países, também se estruturavam associações empresariais que buscavam difundir visões de mundo neoliberais. Na Inglaterra, destacava-se o Instituto Adam Smith e o Centro de Estudos de Política; nos EUA, o Centro de Estudos dos Negócios Americanos e a Agência Nacional de Pesquisas Econômicas. Esta última realizou uma versão televisiva de um livro de M. Friedman. CRUZ, Sebastião Velasco. *Estado e economia em tempo de crise*. São Paulo: Unicamp, 1997.p.56. BOITO JUNIOR, Armando. *Política...*op.cit.p.118, DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita*. Rio de Janeiro: vozes, 1989.p.41, Apud DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista, estratégias e táticas do Empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.p.258. HARVEY, David. *O neoliberalismo...*op.cit.p.54 e 67.

A redemocratização, em fins dos anos setenta, era marcada por recessão econômica, elevados índices inflacionários, endividamento crônico do Estado e gradativa perda de legitimidade da ditadura militar. Diferentes setores do empresariado, até então contemplados pelas políticas do regime, passavam a disputar os recursos públicos, a partir de então mais limitados. Ao mesmo tempo, setores populares se mobilizavam e demandavam políticas sociais. Foi nessa conjuntura que diferentes associações das classes dominantes passaram a criticar o tipo de intervenção do Estado na economia e reivindicar mais liberdade de ação para o capital privado.³¹

Mas seria sobretudo no contexto da Constituinte (1987-1988) que amplos setores empresariais abraçariam o neoliberalismo. Conforme demonstrou René Dreifuss, o empresariado promoveu ampla mobilização e organizou diversas associações de modo a expressar suas demandas durante os trabalhos dos constituintes. Uma delas foi a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), criada em 1980. De acordo com seu presidente Renato Ticoulat Filho – que já havia presidido a Sociedade Rural Brasileira – a CEDES tinha a função de mostrar que “neoliberalismo não era capitalismo selvagem, (...) mas uma alavanca de desenvolvimento social”. Em maio de 1985, presidentes de 25 federações empresariais, em declaração conjunta, afirmaram que se preparariam “para a eleição dos constituintes, procurando eleger uma maioria pró-livre iniciativa”. A Confederação Nacional de Instituições Financeiras, fundada no mesmo ano, lançou manifesto em favor da livre iniciativa e redução da presença do Estado na economia. Essas também eram as linhas político-ideológicas do Pensamento Nacional de Bases Empresarias, criado em 1986.³²

Diversas outras entidades empresariais poderiam ser citadas. Em 1988, foi criado o Instituto Nacional de Altos Estudos, organizador do Fórum Nacional (FN), que buscou, de acordo com Carla Silva, “pautar, organizar e gerenciar o sistema do capital no Brasil”. O FN elaborou programas de cunho neoliberalizante para diferentes segmentos do empresariado, promoveu diversos seminários. Um importante nome do FN é João Paulo Reis Velloso, que fora ministro do planejamento dos governos Médici e Geisel.³³

³¹ FONTES, Virgínia. “A sociedade civil no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Ttexto, 2005.p.12 e 13.

³² DREIFUSS, René Armand. *O jogo...*op.cit.p.52, 57 e 130, , René Armand. *A internacional...*op.cit.p.262.

³³ Em seu estudo, Carla Silva procurou mostrar os vínculos do FN com a editora Abril, em especial, com a revista *Veja*. SILVA, Carla L. *Veja: indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de Doutorado

O Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), organizado em 1987, reunia militares, empresários e ativistas conservadores em geral. Era presidido por Herbert Levy (do jornal *Gazeta Mercantil*, ex-UDN e ex-IPES). Sua comissão executiva tinha nomes como Jorge Gerdau Johannpeter. O Conselho Estadual de São Paulo tinha a presença de vários empresários, como Lázaro de Mello Brandão (Bradesco), Mário Amato (Grupo Springer; presidente da FIESP), José Ermírio de Moraes Filho (Grupo Votorantim) e Victor Civita (Editora Abril). O MCRN difundia um discurso moralizante (anticorrupção) e antiestatizante – que viria a ser utilizado por Fernando Collor de Mello, como veremos no Capítulo 2. Um ano antes, foi criada a União Brasileira de Empresários (UB), que visava sincronizar a ação das entidades das várias frações das classes dominantes. A UB congregava várias entidades patronais como a Confederação Nacional das Industriais (CNI), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Em sua pesquisa, René Dreifuss registra os vínculos de Roberto Marinho e das Organizações Globo com algumas dessas entidades empresariais. Marinho apoiou a MCRN e recebeu representantes da UB, apoiando seu embate contra a estabilidade no emprego.³⁴

A Federação das Industriais de São Paulo (FIESP) passou de posições favoráveis à intervenção estatal e críticas dos acordos com o FMI, no início dos anos 80, para posturas pró-neoliberalismo no fim da década. Os setores da FIESP mais próximos do ideário neoliberal eram aqueles vinculados à agro-exportação, ao capital comercial e financeiro e às empresas estrangeiras. Tais grupos tinham intelectuais com passagens pelos governos militares e com presença em instituições de ensino e pesquisa na área de economia e administração, como na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para obter visibilidade, esses grupos fundaram os Institutos Liberais, a partir de 1983.³⁵ Em 1990, a FIESP lançou o livro “Livre para crescer” – do qual trataremos mais adiante – que mostrava a preponderância dos neoliberais, que viria a ser consolidada nas eleições para presidente da entidade em 1992.

Os Institutos Liberais, mencionados acima, visavam propagar os valores neoliberais ou, como explicou seu presidente, Jorge Simeira Jacob (grupo

em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.p.70. Em seu estudo, Carla Silva procurou mostrar os vínculos do FN com a editora Abril, em especial, com a revista *Veja*.

³⁴ DREIFUSS, René Armand. *O jogo...*op.cit.p.256, 62, 157 e 200, FONTES, Virginia Maria. *O Brasil...*op.cit.p.254.

³⁵ BIANCHI MENDEZ, A. *O Ministério das indústrias*. A federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.p.188 e 219.

Arapuá/Fenícia), “fazer a cabeça” dos representantes do capital. Os Institutos Liberais têm como patrocinadores diversas empresas como Votorantim, Carrefour, Nestlé, Banco de Boston, Citibank, Banco Itaú e Unibanco.³⁶

Com o intuito de mostrar como as idéias neoliberais se disseminavam entre amplos setores das classes dominantes, trataremos a seguir, sucintamente, de dois documentos: “Livre para crescer”, lançado pela FIESP no início de 1990 e “Reforma Econômica para o Brasil”, do Grupo Pão de Açúcar, de fins de 1989.³⁷

Os dois textos reforçaram o coro empresarial contra a ação do Estado na economia. Segundo o documento da FIESP, o Estado era “falido, ineficiente e gigantesco”. Tratar-se-ia de um “Estado cartorial” que beneficiaria uma minoria “em detrimento da sociedade como um todo”. Teria funções regulatórias “abrangentes, detalhistas e inibidoras”. No prólogo do documento do Grupo Pão de Açúcar (GPA), Abílio Diniz manifesta seu protesto contra a desigualdade brasileira, onde de um lado há os “privilegiados funcionários públicos das empresas estatais” e de outro a maioria de miseráveis. Diniz acrescenta: “muito pouca gente sabe que o grande culpado pela má distribuição de renda no país é o governo”. Conforme o texto do GPA, “clientelismo, corporativismo e cartorialismo” eram as principais características do Estado brasileiro. Estavam esgotadas as capacidades de investimento do Estado e encerrado o ciclo de industrialização por substituição das importações. Portanto, o desenvolvimento deveria ser obtido por outras vias.³⁸

Os dois textos defendem as privatizações, com participação das empresas estrangeiras nos leilões. Para o documento do GPA, as privatizações eram uma forma de desmantelar os “interesses estritamente privados” que invadiam “de maneira espúria a esfera pública”. Para a publicação da FIESP, a “privatização do Estado” ocorria justamente no cenário vigente, pois o Estado defendia uma minoria. Os dois textos

³⁶ Apud DREIFUSS, René Armand. *O jogo...*op.cit.p.56; BIANCHI MENDEZ, A. *O Ministério...*op.cit.189.

³⁷ *Livre para crescer*, Documento FIESP. São Paulo: Editores Associados, 1990; DINIZ, Abílio (coord). *Reforma Econômica para o Brasil: anos 90*. São Paulo: Nobel: Grupo Pão de Açúcar, 1990. O documento da FIESP foi coordenado por Maria Helena Zockun e teve como consultores Antonio Evaristo Teixeira Lanzana, Celso Luiz Longo, José Pastore, dentre outros. O documento do Grupo Pão de Açúcar foi coordenado por Abílio Diniz e teve como consultores Antônio Augusto de Mesquita Neto, Edmar Bacha, Fernão Bracher, Francisco Lopes, José Roberto Mendonça de Barros, Luis Carlos Bresser Pereira, Mario Henrique Simonsen, Paulo Nogueira Batista, dentre outros. Percebe-se que boa parte dos nomes citados tem amplos vínculos com o grande capital, principalmente financeiro, e viriam a ter posições de destaque nos governos neoliberais.

³⁸ *Livre...*op.cit.p.28, 31 e 127, DINIZ, Abílio (coord). *Reforma...*op.cit.p.7, 9, 206, 41 e 22.

ressaltam que as privatizações viriam a permitir que o Estado passasse a se centrar nas questões sociais. Ambas as publicações reivindicam abertura ao comércio exterior – o texto da FIESP, de um lado, considera o protecionismo brasileiro “doentio”, de outro, reconhece que a liberalização prejudicará alguns setores, como vestuários e calçados, que “deverão desaparecer ou diminuir de importância”. Os dois documentos são favoráveis à autonomia do Banco Central. Ambos reivindicam desregulamentação das leis trabalhistas. O texto do GPA defende “forte ajuste fiscal”, um programa de estabilização em acordo com o FMI e empréstimos com o Banco Mundial (BM) para infra-estrutura. O documento da FIESP demanda abertura aos “capitais de portfólio, usualmente de propriedade dos fundos de pensão”, pois, apesar de voláteis, “dão liquidez ao mercado de capitais”.³⁹

Para solucionar a crise econômica, propunha-se a resposta capitalista clássica: intensificar a exploração sobre a força de trabalho. A publicação do GPA ressaltava a necessidade de aumento da produtividade, sem a qual aumentos salariais estavam descartados. O documento da FIESP foi mais detalhista quanto a essa prescrição: propôs “uma economia de guerra” por cerca de dois anos, onde “todos terão que trabalhar mais horas”. A “cota de sacrifícios” incluía a eliminação dos cerca de vinte feriados e pontos facultativos, exceto natal, ano-novo e sexta-feira da paixão; trabalhos aos sábados e ampliação da jornada de trabalho para 48 horas. O texto acrescenta que tais medidas poderiam (talvez!) gerar “graduais aumentos de salários” e que os trabalhadores se tornariam “parceiros” se tivessem participação nos lucros. Os dois documentos se aproximavam das proposições de um relatório que o BM lançaria em 1990 propondo a ampliação da produtividade através de um uso “mais produtivo do bem mais abundante entre os pobres, o trabalho”.⁴⁰

Tanto o documento da FIESP quanto o do Grupo Pão de Açúcar demonstram como, em fins dos anos 80, diversos setores do capital afinavam-se com o “receituário” neoliberal – ainda que as duas publicações não se declarassem abertamente defensoras do neoliberalismo.⁴¹ Naturalmente, a adesão a tal projeto não excluía as exigências por

³⁹ DINIZ, Abílio (coord). *Reforma...*op.cit.p.210 e 32, *Livre...*op.cit.p.215, 226, 201 e 206.

⁴⁰ DINIZ, Abílio (coord). *Reforma...*op.cit.p.8, *Livre...*op.cit.p.258 e 259, apud PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco...*op.cit.p.280.

⁴¹ As duas publicações não se declaram abertamente favoráveis ao neoliberalismo, entendido como total recuo do Estado. O documento do GPA afirma não “advogar nem a posição neoliberal, nem a estatizante”, assim como o texto da FIESP se colocava contra não só ao Estado “maximalista”, como também ao “minimalista”. Aqui, registram-se mais semelhanças com documentos do BM, como o relatório de 1991 que defendia um ponto intermediário entre o intervencionismo e o “Estado Mínimo”.

controle estatal sobre os sindicatos dos trabalhadores, nem a permanência da generosa política de apoio a indústria. Para citar um exemplo, entre 1973 e 1985, a média anual de “renúncia fiscal” (isenções, subsídios e outros benefícios) era de 11 bilhões de dólares.⁴²

A crítica ao tipo de intervenção estatal que vinha sendo feita até então tinha uma dupla vantagem para o empresariado. De um lado, abria caminho para as privatizações, que viriam a criar novas possibilidades para a acumulação de capital e para o lucro – ou, nas palavras do GPA, “novas oportunidades de investimento ao setor privado”.⁴³ De outro, tirava do foco a desigualdade na distribuição da renda e da propriedade. Afinal, conforme a visão de amplas frações das classes dominantes, a responsabilidade pela miséria e pela exploração não era delas próprias, mas do Estado e de seus *bons vivans* funcionários públicos. O empresariado seria tão oprimido quanto o “povo” por esse “gigante” que era o Estado. As reais contradições da sociedade terminavam por ficar ocultas. Entretanto, desgraçadamente para o grande capital, havia aqueles que procuravam desmascará-las, como veremos a seguir.

A virada dos anos 70 para os 80 não foi marcada somente pela mobilização dos grupos dominantes. Principalmente a partir de 1978, houve grande avanço das lutas populares no Brasil, em contraste com o resto do mundo, que vivia tempos de refluxo. Os movimentos grevistas expressavam essa mobilização das classes subalternas – em 1989, o país se tornava campeão mundial em número de greves. Segundo Marcelo Badaró, “das 118 greves registradas em 1978 às 3.943 greves de 1989, foram doze anos de crescimento no número e volume de paralisações”. Foram organizadas quatro greves gerais (1983, 1986, 1987 e 1989) com diferentes níveis de adesão e com reivindicações e temáticas múltiplas, como os planos de estabilização econômica, a questão da dívida externa e a política salarial (procurava-se compensar as perdas provocadas pela inflação). No final dos anos 80, ocorria grande renovação das direções sindicais – em 1989, 30% dos dirigentes eleitos estavam ocupando pela primeira vez um lugar na diretoria; 51% ocupava pela primeira vez o cargo para o qual foi eleito e 71% dos presidentes assumia sem nunca ter ocupado este posto. Foi em meio a esse

DINIZ, Abílio (coord). *Reforma...*op.cit.p.204, *Livre...*op.cit.p.106, PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco...*op.cit.p.268.

⁴² DREIFUSS, René Armand. *O jogo...*op.cit.p.34 e 35.

⁴³ DINIZ, Abílio (coord). *Reforma...*op.cit.p.41.

revigoramento das lutas sociais que Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, tornou-se nacionalmente conhecido.⁴⁴

Nesse contexto de organização das classes subalternas, foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Em suas origens, as duas organizações, não obstante sua diversidade interna, colocavam-se favoráveis ao socialismo e visavam políticas de caráter redistributivista. O PT pretendia se distinguir das agremiações de esquerda anteriores (PTB e PCB), que teriam sido constituídas de cima para baixo, vinculadas aos sindicatos oficiais corporativistas. O partido buscava se diferenciar pela democracia interna, pelo direito de tendência e, sobretudo, por ser vinculado às bases. O PT privilegiava a organização de classe sobre a representação eleitoral. Era ligado a diversos movimentos sociais, reunindo lideranças sindicais, a Igreja progressista vinculada a Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), intelectuais de esquerda e ex-integrantes das organizações clandestinas de oposição à ditadura militar.⁴⁵

A CUT não tinha um horizonte limitado a questões salariais. Incluía em suas bandeiras questões como o não pagamento da dívida externa, a estatização do sistema financeiro, a reforma agrária, críticas à estrutura sindical oficial e à CLT e a oposição às políticas propostas pelo FMI e às privatizações das estatais. Defendia uma ação sindical combativa e de confronto, de cunho classista e com perspectiva socialista. Daí a central sindical colocar como seus objetivos gerais, em um texto de 1985, a abolição de “todas as formas de dominação e [...] exploração do homem pelo homem”.⁴⁶

A CUT e o PT foram bastante atuantes no contexto da redemocratização, na campanha das Diretas Já e na Constituinte de 1988. Nesta última, apresentaram propostas de emenda de “iniciativa popular”, com assinaturas de milhões de pessoas. Para as emendas a favor da reforma agrária, foram obtidas 1,2 milhão de assinaturas. Foram obtidas importantes conquistas, como a redução da jornada de trabalho semanal,

⁴⁴ GIANNOTTI, Vito. *Força Sindical, a central neoliberal: de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.p.35, MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.p.80, MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.p.34, BOITO JUNIOR, Armando. *Política...op.cit.p.133*, ALMEIDA, Gelson Rozentino. *História de...op.cit.p.75*.

⁴⁵ FONTES, Virgínia Maria. *Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.p.286 e 272, DEMIER, Felipe (coord). *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.p.122.

⁴⁶ Ao longo dos anos 80, a CUT viria atenuar suas críticas a estrutura sindical corporativista. BOITO JUNIOR, Armando. *Política...op.cit.p.132*, TUMOLO, P. *Da contestação à conformação*. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.p.17, Apud ALMEIDA, Gelson Rozentino. *História de...op.cit.p.121 e 123*.

compensação real por perda do emprego sem justa causa, direitos sociais gerais, certa flexibilização da estrutura sindical e a legalização dos sindicatos dos funcionários públicos. A Constituição de 1988 concede amplos direitos a greve, obstaculizando o surgimento de leis anti-grevistas típicas do período da ditadura civil-militar. Também proíbe o poder público interferir e intervir nos sindicatos. Porém, as organizações das classes trabalhadoras não conseguiram instituir uma legislação que promovesse a reforma agrária.⁴⁷

O PT e a CUT não eram as únicas organizações de caráter popular que se formavam. Em 1984, fundava-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Tais entidades tinham projetos sociais muito diferentes daqueles propugnados pelas classes dominantes. Visava-se universalizar políticas sociais e fortalecer perspectivas anticapitalistas – ainda que não definissem com precisão que tipo de socialismo defendiam. Entretanto, nem todas as associações ditas “dos trabalhadores” eram contrárias ao capital e ao neoliberalismo.

O empresariado vinha procurando estimular – ou mesmo criar – interlocutores “confiáveis” entre os trabalhadores. Em 1985, fora criada a União Sindical Independente (USI), cujo lema mostrava de seu caráter: “Deus, Propriedade Privada e Livre Empresa”. A USI teve vida curta, mas, em 1986, fundava-se a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), cujos principais nomes eram Antônio Magri e Luiz Antônio Medeiros. Defendia-se o “sindicalismo de resultados”, de conciliação e não de confronto, adepto do capitalismo de livre mercado. Várias falas de seus líderes revelam os posicionamentos do CGT. Magri, em 1988 em oposição à estabilidade no emprego, declarou: “se é para matar os empresários, é melhor pegar a metralhadora e fazer o serviço”. Magri em 1987: “acho que a privatização é necessária principalmente para desmontar o Estado Cartorial (...) fonte de todos os autoritarismos”. Medeiros em 1987: “o capitalismo venceu e os trabalhadores querem o capitalismo”. Medeiros em 1988: “se o capital estrangeiro deixar o país, faço greve”. Finalizando os exemplos, Medeiros em 1996: “vamos dar uma cacetada sem dó nem piedade no servidor público”.⁴⁸

Em seguida à eleição de Fernando Collor, Magri seria nomeado Ministro do Trabalho e se empenharia em criar uma nova central sindical. Sob sua orientação, o

⁴⁷ ALMEIDA, Gelson Rozentino. *História de...* op.cit.p.68 e 254, FONTES, Virginia Maria e MENDONÇA, Sônia Regina. *História do Brasil Recente*, 1964-1992. São Paulo: Ática, 1994.p.95

⁴⁸ Apud DREIFUSS, René Armand. *O jogo...* op.cit.p.66 e 188, GIANNOTTI, Vito. *Força...* op.cit.p.42, 74, 46 e 51, BOITO JUNIOR, Armando. *Política...* op.cit.p.227.

Ministério do Trabalho fortaleceu o “sindicalismo de resultados”, concedendo-lhe 132 cartas sindicais entre 1990 e 1992 – nesse mesmo período, entidades ligadas à CUT receberam apenas 13. Tais esforços levaram a criação, em 1991, da Força Sindical, que obteria fartos recursos do governo Collor – 4,5 milhões de dólares somente em julho do mesmo ano – e teria uma lista de empresas “patrocinadoras”, como Souza Cruz, White Martins, Brasinca Industrial e Iochpe Maxion.⁴⁹

Os defensores do “sindicalismo de resultados” eram abertamente favoráveis ao neoliberalismo e foram importantes para diminuir o poderio das entidades contrárias a esse projeto. Considerados confiáveis pelo capital, seus integrantes, como Magri e Medeiros, tinham amplo espaço nos meios de comunicação. Medeiros, em uma única semana de setembro de 1991 apareceu quase três horas em programas de televisão.⁵⁰

A análise do Brasil dos anos 80 demonstra como sociedade civil se constitui numa complexa arena da luta de classes. Diversos segmentos das classes dominantes aglutinavam-se em torno do antiestatismo e procuravam construir uma hegemonia neoliberal. Atuando através de vários aparelhos privados de hegemonia, o empresariado tentava obter direção intelectual e moral sobre os demais grupos sociais entorno de valores que exaltavam o mercado. Nessa arena, também atuavam associações das classes subalternas com horizonte contra-hegemônico, questionando as bases sob as quais se assentava a sociedade de classes brasileira e procurando apontar soluções anticapitalistas.

A atuação de *O Globo* e dos demais veículos das Organizações Globo é incompreensível sem se considerar os embates que ocorriam no Brasil. Este tese parte da hipótese de que o periódico teve importante papel no convencimento e, por conseguinte, na diminuição da resistência às privatizações. O jornal, ao lado das citadas associações empresariais, procurou contribuir com a construção da hegemonia neoliberal, difundindo seus valores, com a vantagem de poder se declarar “neutro” com muito mais credibilidade que uma Febraban ou uma FIESP (onde os vínculos de classe são explícitos). Enquanto sustentava estar informando o leitor, *O Globo* difundia visões de mundo apologéticas do “mercado” e da “iniciativa privada”. Ao mesmo tempo, o

⁴⁹ Medeiros e Magri também obtinham recursos financeiros de entidades norte-americanas, como AFL-CIO, promotora de um sindicalismo dito “apartidário”. GIANNOTTI, Vito. *Força...*op.cit.p.83 e 157, DREIFUSS, René Armand. *O jogo...*op.cit.p.67.

⁵⁰ GIANNOTTI, Vito. *Força...*op.cit.p.64

periódico se colocava fervorosamente contra as organizações populares, promovendo sistemática campanha contra estas.

Os capítulos da tese estão assim organizados:

No Capítulo 1, procuramos mostrar que os interesses empresariais das Organizações Globo dependiam da implementação do neoliberalismo, em especial, da desestatização das telecomunicações. Também nesta primeira parte da tese, traçamos também um panorama das comunicações no Brasil, destacando as associações dos grupos de mídia com o capital estrangeiro, o caráter oligopolizado do setor, as relações entre mídia e políticos e a imagem que a imprensa procura fazer de si. Em contrapartida, apresentamos nossos pressupostos teóricos, destacando as reflexões de Antônio Gramsci sobre os jornais e a imprensa. Descrevemos ainda a história das Organizações Globo, salientando suas relações com a ditadura militar. Também mostramos que, no contexto da redemocratização, as empresas da família Marinho continuavam com grande influência política.

No Capítulo 2, descrevemos os principais acontecimentos referentes às eleições de 1989 e analisamos como foi a cobertura de *O Globo* deste processo. Consideramos essa eleição importante, pois se tratava do primeiro pleito presidencial pós-ditadura militar, momento no qual as diferentes frações das classes dominantes apresentavam o neoliberalismo como alternativa ao país. Em contraposição, havia a possibilidade de vitória de um candidato vinculado às classes trabalhadoras, com perspectivas anticapitalistas. Procuramos ressaltar o empenho do jornal em favor do candidato vinculado ao programa neoliberal.

O capítulo 3 trata das matérias de *O Globo* referentes às privatizações nos governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Em caráter complementar, tratamos também da cobertura de outros itens do receituário neoliberal: a abertura comercial e o fim do monopólio estatal da exploração petrolífera. Destacamos a noção de Estado, de empresas estatais e de funcionários públicos que o periódico procurou veicular de modo a legitimar a desestatização. Também realçamos a forma como o jornal associava “iniciativa privada” com “eficiência” e “modernidade”.

No capítulo 4, analisamos a cobertura de *O Globo* dos movimentos sociais e das organizações populares adversárias do neoliberalismo. Foram examinadas as matérias sobre os protestos contra os leilões de desestatização e também sobre duas greves – da Companhia Siderúrgica Nacional (1990) e da Petrobrás (1995) – contra as medidas privatistas em curso. Tratamos ainda dos textos do jornal referentes às entidades

vinculadas às esquerdas – principalmente a CUT e o PT – e o abandono por parte destas de perspectivas socialistas. Em especial, analisamos a maneira como o jornal noticiava as eleições de 2002 e, ao mesmo tempo, tentava pautar o candidato favorito na disputa, o petista Luís Inácio Lula da Silva, indicando-lhe o caminho político “responsável” – de abandono à oposição ao capitalismo em geral e ao neoliberalismo em particular.

Capítulo 1: As Organizações Globo e os meios de comunicação no Brasil contemporâneo

No presente capítulo, faremos algumas considerações sobre *O Globo* e os principais órgãos da imprensa no Brasil. Mostraremos a maneira como a mídia procura se apresentar ao conjunto da sociedade e, em contraposição, iremos expor nosso entendimento a respeito dos meios de comunicação, em conformidade com nossos pressupostos teóricos. Também faremos observações sobre o universo das redações dos jornais brasileiros e a condição dos profissionais de jornalismo.

Trataremos dos principais grupos de mídia do país, da monopolização do setor no Brasil e no mundo e das recentes associações com o capital estrangeiro feitas pelas Organizações Globo e pelos demais meios de comunicação nacionais. Também traçaremos um panorama dos inúmeros ramos econômicos nos quais as empresas da família Marinho atuam, bem como seus vínculos com diferentes frações do capital e com importantes nomes da sociedade política. Finalmente, apontaremos como os interesses empresariais do conglomerado Globo dependiam da adoção do programa neoliberal.

Na segunda parte deste capítulo, faremos um breve relato da história de *O Globo* e demais veículos de comunicação dos Marinho, destacando o período da ditadura militar. Também trataremos da atuação do conglomerado Globo no período da redemocratização, ressaltando sua enorme influência política.

1.1: A imprensa segundo ela mesma e a imprensa como “partido”

A análise da imprensa em um determinado contexto histórico deve considerar a maneira como o próprio veículo se auto-representa. Sua atuação política será eficaz quanto mais disseminada e aceita for essa auto-imagem. Nesse sentido, no estudo da ação de *O Globo* a partir do final dos anos 80, é preciso analisar como era a representação de si que o jornal procurou difundir.

De maneira geral, os órgãos de imprensa, não somente *O Globo*, se apresentam como meios que informam às pessoas sobre o que está acontecendo no Brasil e no mundo. Estariam, portanto, prestando um serviço à população, sendo dotados de

responsabilidade social. A mídia seria um espelho neutro, sobre o qual “a realidade” inscreve os seus traços.⁵¹

A imprensa se apresenta como “independente”: estaria acima dos interesses sociais, observando-os de modo neutro e objetivo. Trataria do meio político e dos conflitos sociais sem se confundir ou se envolver com os mesmos. Sem estar vinculada a qualquer grupo social, a mídia teria um único compromisso: o de explicar a realidade para o leitor.

Essa definição de mídia está presente em *O Globo* desde sua fundação. É o caso de um cartaz que foi espalhado na cidade do Rio de Janeiro em 1925 anunciando a inauguração do periódico: “Brevemente, *O Globo*. Jornal da noite dirigido por Irineu Marinho. Ampla informação, absoluta independência e rigorosa imparcialidade”. Décadas mais tarde, em uma publicação de 2004, João Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo, definiria o jornal de maneira semelhante: seu papel seria o de divulgar notícias; a função dos 4.500 jornalistas (de todos os veículos das Organizações Globo) seria “contar o que acontece no país”. Em 2006, Ali Kamel, diretor-executivo da Central Globo de jornalismo, assim se apresentou: “não sou movido por paixões políticas e meu compromisso é apenas com minha profissão: relatar os fatos, com correção e imparcialidade, não importando se beneficiam ou prejudicam esta ou aquela corrente política.”. Essa imagem alicerçada na “independência”, “imparcialidade” e “objetividade” é recorrente entre os porta-vozes das Organizações Globo e demais órgãos de imprensa; centenas de outros exemplos poderiam ser dados.⁵²

Nos anos 90, a legitimação do jornal continuou a se basear em sua função de explicar o mundo para os leitores, acrescentando que se tratava a partir de então de um contexto ainda mais complexo, “globalizado”, de rápidas transformações, mas que, paralelamente, as pessoas tinham menos tempo para analisar tantos fluxos de informações. Daí a importância do jornal, que permitiria ao leitor compreender e se situar no mundo em que vive: “as coisas começaram a mudar cada vez mais depressa a

⁵¹ ARBEX JR, José. *Showrnlismo*, a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001. p.105.

⁵² Apud FERREIRA, Cristiane. *A história do Jornal O Globo*. Monografia de final de curso em Comunicação Social. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Comunicação Social, 2001.p.66; *Jornal Nacional: a notícia faz a história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.p.12. LIMA, Venício de. (org) *A mídia nas eleições de 2006*. SP: Perseu Abramo, 2007.p.273.

cada ano, a cada mês, a cada semana, a cada dia, com tamanha velocidade que é impossível se manter atualizado. Ainda bem que existe *O Globo*".⁵³

A representação de si que o jornal procura disseminar também se baseia na noção de “contra-poder” ou “quarto-poder”. A mídia vigiaria “os poderes”, fiscalizaria o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, tornaria públicas as “irregularidades”. Tratar-se-ia de um agente que, embora desvinculado dos conflitos sociais, teria grande acesso a informações e as divulgaria “doa a quem doer”, em nome de seu compromisso com o leitor e com a “nação”. As denúncias de corrupção terminam por reforçar a idéia de que a imprensa está fora do processo político e dos interesses partidários. E vinculada a esta função da mídia, está presente a figura do jornalista: profissional que heroicamente buscaria a notícia, desvendando escândalos, surpreendendo os “poderosos” e os governantes, levando informações úteis à população.⁵⁴

De acordo com essa imagem de “contra-poder”, a própria existência da “imprensa livre e independente” seria uma demonstração se há ou não democracia e “liberdade de expressão” no país. A mídia garantiria a pluralidade de opiniões, permitiria o debate público com presença de diversos pontos de vista, não somente o do governo ou de um determinado partido.⁵⁵

Ainda que neutra e imparcial, a imprensa não se furtaria de emitir suas próprias opiniões em certos momentos. Porém, informação e opinião estariam separadas, cada uma ocupando um espaço diferente em *O Globo*. Segundo João Roberto Marinho, o jornal não abdica de dar suas impressões sobre os fatos, “mas estas tinham seu lugar adequado nos editoriais do *Globo*”.⁵⁶

Nesse sentido, apenas nos editoriais, *O Globo* possuiria opiniões, as demais partes do jornal seriam apenas informativas. Por décadas, o jornal costumava ter

⁵³ apud COUTINHO, Eduardo Granja (org). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.p.202.

⁵⁴ SILVA, Carla L. *Veja*.op.cit.p.28 e 38, NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.p.29.

⁵⁵ Interessante observar que a imagem que os órgãos da imprensa procuram fazer de si mesmos muitas vezes é assumida por estudiosos de mídia. A socióloga Alzira Alves de Abreu, da FGV e da UFRJ, assim define o jornalismo dos anos 90: “apartidário, despolitizado e pluralista. Ontem, os jornalistas eram engajados... Hoje são os profissionais, os técnicos que vivem a crise de engajamento [a partir da crise do socialismo real]”. A mídia estaria mais voltada para as necessidades básicas da população, tratando de temas como condições dos hospitais e violências praticadas por policiais. “Ao se aproximar da vida cotidiana dos cidadãos, de suas dificuldades, e tentar ajudá-los, a imprensa estaria consolidando o tecido democrático”. Denunciando escândalos políticos, os jornais agiriam como “contrapoder”. ABREU, Alzira Alves, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e KORNIS, Mônica. *Mídia e política no Brasil, jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.p.71, ABREU, Alzira Alves. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.p.46.

⁵⁶ *Jornal Nacional...*op.cit.p.11.

editoriais na capa do jornal, além daqueles presentes na parte interna, geralmente páginas 4 e 5 (mais tarde 6 e 7), onde também se encontram os colunistas. A partir de meados dos anos 90, os editoriais de capa tornaram-se menos freqüentes. Por outro lado, próximo de algumas reportagens “neutras”, foi colocado um pequeno retângulo à parte com o título “opinião”, onde há um pequeno texto, geralmente de apenas um parágrafo, onde estaria a posição oficial de *O Globo* sobre um determinado assunto.⁵⁷

Quando apresenta sua opinião, o jornal procura identificá-la, segundo seus próprios termos, com o ponto de vista da maioria da “sociedade” ou “sociedade civil”. Nesse sentido, a imprensa seria representante da “opinião pública”. Se, de um lado, a “opinião pública” é apresentada como a posição da maior parte das pessoas, de outro, costuma ser também identificada com a dos leitores de jornais (especialmente as classes médias), que não são a maioria dos brasileiros. O conceito ganha então um caráter abertamente elitista, que é assumido pelos porta-vozes da imprensa. Daí, por exemplo, a colunista Teresa Cruvinel, de *O Globo*, observar, em agosto de 2006, que um eventual segundo mandato de Lula seria “marcado por uma contradição aguda: teria fortíssimo apoio popular, forte rejeição da opinião pública”.⁵⁸

A auto-imagem de *O Globo* segue os preceitos do jornalismo dos EUA. A influência norte-americana sobre a imprensa brasileira ganhou mais força a partir da segunda metade dos anos 50, no contexto de maior internacionalização da economia brasileira e da maior presença das multinacionais, se consolidando nos anos 70, durante a ditadura militar.⁵⁹

Até então, o jornalismo brasileiro tinha mais semelhanças com o “modelo francês”, onde a identificação com tendências políticas e partidos é mais explícita.

⁵⁷ Em meados dos anos 90, em algumas edições, a parte editorial de *O Globo* passou a ter o ponto de vista do jornal intitulado “Nossa Opinião” e um convidado externo que teria opinião diferente, “Outra Opinião”. Segundo Pedro Bial, “difícil encontrar melhor exemplo do aperfeiçoamento da democracia refletido num jornal”. BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.p.267.

⁵⁸ Apud LIMA, Venício de. (org) *A mídia nas eleições*.op.cit.p.131 Otávio Frias Filho, da *Folha de São Paulo*, em depoimento de 2001, assumiu o mesmo caráter elitista de “opinião pública”. Afirmou que os jornais no Brasil são lidos por cerca de 10% da população. Tratar-se-ia de uma “audiência de qualidade, quer dizer, são formadores de opinião... E é um público basicamente de classe média (...) urbana, com bom nível de escolaridade”. Apud FONSECA, Francisco César Pinto.. *Mídia e democracia: falsas congruências IN Revista de Sociologia e Política*. nº22: 13-24 jun.2004 p.19. Para uma discussão sobre o conceito de sociedade civil e como várias análises costumam contrapor “sociedade civil” ao Estado, ver FONTES, Virgínia Maria. *Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

⁵⁹ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

Segundo Kucinski, os jornais dos anos 60 eram abertamente instrumentos de lutas políticas, sendo assumidamente ideologizados. Os casos mais notórios eram a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, vinculado a alguns setores da União Democrática Nacional (UDN), e *A Última Hora*, de Samuel Wainer, mais próximo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Jorge de Miranda Jordão, que ocupou vários cargos de chefia entre 1958 e 1967 na *Ultima Hora*, lembra que os integrantes do jornal eram “getulistas”, “samuelistas” e “antilacerdistas”: “era como se trabalhássemos hoje num jornal do PT”.⁶⁰

A partir dos anos 50, o “modelo norte-americano” de jornalismo – que preconiza a “objetividade”, caráter mais informativo e a separação de fatos e comentários – foi tornando-se gradativamente preponderante na grande imprensa. Segundo Carlos Eduardo Lins e Silva, da *Folha de São Paulo*, “em todos os setores, da técnica ao estilo, da ética ao gerenciamento da redação, dos conceitos filosóficos à pedagogia, a ideologia jornalística americana se tornou hegemônica”.⁶¹

Portanto, principalmente a partir dos anos 60 e 70, dificilmente um jornal de grande circulação seria fundado tal como a *Folha da Manhã* e a *Folha da Noite* dos anos 30 que, ao mudarem de proprietário, declararam abertamente assumir a “causa da lavoura”, que deveria “ser considerada a causa de São Paulo e do Brasil”.⁶² Os jornais brasileiros de hoje, dentre os quais *O Globo*, não se vinculam declaradamente a partidos políticos ou a grupos sociais.

Partimos do pressuposto que a auto-imagem de *O Globo* e demais jornais é enganosa e encobre seu verdadeiro papel na sociedade capitalista. A idéia de “neutralidade” e “objetividade” procura dissimular os interesses de classe presentes na mídia. Como ressalta Arbex Junior, “mesmo a frase mais simples sobre evento mais ‘objetivo’ – algo como ‘choveu ontem’ – terá de ser diagramada na página do jornal. A

⁶⁰ NEVEU, Érik. *Sociologia ...op.cit.*29, KUCINSKI, Bernardo. *Síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.p.160, apud MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de.(orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.p.195.

⁶¹ A influência do jornalismo norte-americano se fortaleceu através de viagens de profissionais brasileiros para os EUA. Associações, como o *Word Press Institute*, ofereceram bolsas de ensino, financiando viagens para os Estados Unidos. O próprio Lins e Silva, entusiasta do padrão americano, estudou nos EUA. Ao mesmo tempo, as noções de “neutralidade do jornalismo” avançaram em instituições de ensino no Brasil, em um contexto em que se passou a exigir diploma dos jornalistas (1968) e seu registro no Ministério do Trabalho. SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado...* op.cit.p.71, 83 e 134, KUCINSKI, Bernardo. *Síndrome*.op.cit.191.

⁶² Apud TASCHNER, Maria da Conceição. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.p.52

escolha do local da página onde será dada a notícia depende de uma interpretação, de uma hierarquização de outras notícias em relação a esta...”⁶³

Um jornal como *O Globo* tem grande importância na determinação do que é “de interesse público”, em decidir o que é notícia, na eleição do que é “relevante”. A mídia tem grande peso na definição dos “temas nacionais”, na pauta do que deve ser discutido e em que termos deve ser discutido. Pode escolher ou descartar temáticas, teatralizar os fatos, pode contribuir para gerar tanto conformismo como para mobilizar indivíduos ou grupos sociais. A mídia pode tratar de alguns temas de modo breve e de outros incessantemente. O que passa ao largo da mídia tende a ser considerado como de menor importância.⁶⁴

Percebe-se, portanto, que não se trata de um ente que apenas “observa” imparcialmente os fatos. Os jornais tem grande importância na “batalha de idéias”, fundamental na luta de classes contemporânea. As relações entre as idéias e os conflitos sociais foi destacada por Karl Marx e Friedrich Engels. Os autores registram que, em uma ordem social onde ocorre exploração, a classe dominante deve dar “universalidade” aos seus pensamentos, “representar o seu interesse como sendo interesse de todos os membros da sociedade”.⁶⁵

Dentro dessas premissas, Antônio Gramsci refletiu sobre as mudanças ocorridas no mundo capitalista não testemunhadas por Marx, como a extensão do sufrágio, o surgimento de sindicatos e partidos de massa. Para as classes dominantes, a adesão e o convencimento das classes exploradas tornavam-se ainda mais cruciais e requeriam ação permanente.

Gramsci, trabalhando a partir de uma visão ampliada do Estado, enfatizou as lutas travadas no interior da “sociedade civil” – onde as classes sociais se organizam – e a disputa por “hegemonia”. Esta última não “brota” mecanicamente da preponderância econômica de um determinado grupo social, daí a necessidade deste de formular e difundir seus valores, doutrinas, crenças, convicções e representações, obtendo consenso, fazendo com que as demais classes e frações de classe compartilhem de sua visão de mundo. Uma vez no aparelho de Estado (“sociedade política”), o grupo continua difundindo suas formas de ver e pensar o mundo, procurando obter direção

⁶³ ARBEX JR, José. *Showrnalismo*.op.cit.p.161

⁶⁴ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.p.40, BAGDIKIAN, Ben. *O monopólio da mídia*. São Paulo: Scritta, 1993.p.37.

⁶⁵ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.p.49.

intelectual e moral, processo no qual a repressão e a coerção também desempenham papel importante.⁶⁶

Nesta batalha por hegemonia (“guerra de posições), destacam-se os “partidos”, que são sempre expressão de um grupo social. O partido expressa e ao mesmo tempo constrói uma vontade coletiva organizada, pois contribui para que a classe ou fração de classe tenha um caráter mais homogêneo. Gramsci não entende o partido apenas como aquelas instituições cujos membros concorrem periodicamente às eleições. Clubes, associações, sindicatos, assim como jornais e revistas, são também “partidos” das classes e frações de classe. “Os partidos podem-se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de ‘negação dos partidos’...” Nos momentos decisivos, os vários partidos da classe, que se apresentam como “independentes”, agem em conjunto: “a unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um partido único, que representa e encarna as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal”.⁶⁷

Assim, para Gramsci, os jornais e revistas, incluindo “a imprensa de informação”, supostamente ‘apolítica’”, são também partidos de determinados grupos sociais, comprometidos com a difusão e consolidação de visões de mundo. Como partido, a imprensa tem função “diretiva e organizativa”, além de “educativa” e “intelectual”. Jornais e revistas procuram “modificar a opinião média da sociedade, criticando, sugerindo, ironizando, corrigindo, renovando e, em última instância, introduzindo ‘novos lugares comuns’”. A imprensa difunde “determinados tipos de cultura” e, ao fazê-lo, funciona como “escola de adultos”.⁶⁸

Nessa perspectiva, *O Globo* é entendido como um veículo de difusão de visões de mundo e ideologias burguesas – não considerando ideologia como falsidade ou mentira deliberada, mas como um condicionamento da percepção da realidade, um certo horizonte intelectual. E o horizonte de *O Globo* são os valores da empresa privada

⁶⁶ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. Ver também: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, MENDONÇA, Sônia Regina. “Estado e sociedade” IN MATTOS, Marcelo Badaró (org). *História, pensar e fazer*. Laboratório Dimensões da história, 1998 e MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, n.1, jan-jun.2010.

⁶⁷ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel...*Op.cit.p.20 e 55. Conforme Gramsci, os “intelectuais” e os partidos tem funções similares.

⁶⁸ Idem.p.23. GRAMSCI, Antônio. *Cartas do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. VI.2. Caderno24 (1934). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.p.24, 32, 209 e 229. Antes de Gramsci, Lênin já destacava a importância do jornal, que funcionaria como um organizador e propagador de idéias, educando politicamente.

capitalista, que são apresentados como universais. O mundo estabelecido é eternizado e seus problemas ou conflitos, atenuados ou mesmo negados. Afinal, como ressalta Leandro Konder, a ideologia dominante está justamente no que não é visto, nas limitações dos horizontes de pensamento.⁶⁹

Mas a eficácia do jornal estará justamente em ocultar seus compromissos com o capital e com a ideologia dominante, mostrando-se como porta-voz do público, imparcial, íntegro, guardião da moralidade e dos valores coletivos. Daí *O Globo* se valer da noção de “opinião pública”, ora entendida como se fossem a posição da “maioria” da população, ora como se fossem as dos leitores. Porém, a existência de uma “opinião pública” dependeria de oposições de idéias e debates prévios para que, a partir de então, cada um formulasse seu ponto de vista. E não é isso o que ocorre no jornal, que, como veremos nos capítulos seguintes, procurou transformar os valores neoliberais em dogmas.

Nesta tese, *O Globo* é considerado um “partido” de diferentes frações das classes dominantes, em especial daquelas vinculadas ao capital financeiro e às multinacionais. Tais grupos, como vimos na Introdução, se interessavam pela implementação do neoliberalismo e tiveram o jornal como importante aliado. O partido *O Globo* procurou tornar hegemônicos os valores neoliberais (como a crença na “eficiência do mercado”), de modo a unificar as diferentes frações dos grupos sociais dominantes – ou, ao menos, atenuar suas divergências internas – além de obter também adesão das classes subalternas.

O Globo agiu pedagogicamente, buscando popularizar o discurso neoliberal, apresentando-o como interessante para toda a “nação” (que, no âmbito discursivo, deixa de ser um espaço contraditório e conflitivo).⁷⁰

Ao mesmo tempo em que procurava generalizar os interesses de algumas frações das classes dominantes, *O Globo* fez forte oposição às organizações de cunho popular, que reivindicavam políticas de caráter redistributivista, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido

⁶⁹ MÈSZAROS, Istvan. *O poder da ideologia*. São Paulo: ensaio, 1996, KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.p.223

⁷⁰ Como ressalta Virgínia Fontes, existem diferentes modalidades de mídia, desde aquelas que criam certa “racionalidade”, sob a forma de reflexão técnica para um público específico, caso de periódicos especializados, até os repetidores voltados para a vulgarização (transformação em dogmas). Assim, *O Globo* se encaixaria nesta última modalidade. FONTES, Virgínia. “A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980” IN NEVES, Lúcia e LIMA, Júlio (orgs). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p.9, FONTES, Virgínia. “Intelectuais e...op.cit.p.149.

dos Trabalhadores (PT). Como veremos no Capítulo 3, “objetivamente”, *O Globo* rejeita aprioristicamente soluções anti-capitalistas e chama os adversários do capital de “ideólogos”, além de “atrasados”, “violentos” e “anti-democráticos”. Konder observa que “a ideologia dominante – que é assumida pelas classes dominantes – difunde amplamente a convicção de que a inquietação é sinal de imaturidade, inconformismo é sintoma de neurose, e difunde discretamente a convicção de que adaptar-se à situação atual é a prova de sensatez”.⁷¹

Alternativas anti-capitalistas foram duramente combatidas por *O Globo*, que não deixou de reclamar por repressão sempre que considerou que os movimentos populares estavam “indo longe demais” em suas reivindicações. Ao mesmo tempo, o jornal buscava estimular ações sedimentadas, de cunho individual, voltadas para a “filantropia”, visando rebaixar a consciência de classe dos grupos subalternos e reduzir a participação popular a âmbitos mais estreitos.⁷²

Na análise do papel “pedagógico” de *O Globo* e seus esforços para construir um consenso em torno do neoliberalismo e vulgarizá-lo, não consideramos que o jornal atua desconsiderando demandas dos grupos subalternos e das frações da classe dominante não interessadas na adoção integral do programa neoliberal. Até porque, como ressalta Gramsci, a hegemonia “pressupõe indubitavelmente que se deva levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia é exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso...”.⁷³

Ademais, cabe ressaltar que a imprensa não tem a capacidade de escolher isoladamente o que aparece nos noticiários, independentemente dos conflitos sociais que atravessam a sociedade civil. A pressão popular pode trazer à cena temas e atores “indesejáveis” para os grupos que controlam a mídia, que são obrigados a apresentá-los, ainda que do ponto de vista das classes dominantes, as quais fazem parte os

⁷¹ MÈSZAROS, Istvan. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1987, KONDER, Leandro. *A questão...* op.cit.p.217.

⁷² Como observa Eduardo Granja Coutinho, a mídia tem o papel de criar consenso e fazer com a insatisfação popular seja contida, de modo a não ameaçar a ordem vigente: “a mídia é, seguramente, a mais importante daquelas fortificações que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas. A despeito da enorme insatisfação existente na sociedade global, das periódicas crises financeiras que afetam a população do planeta, aumentando o fosso entre ricos e miseráveis, é ela que garante as relações de produção e propriedade, criando e recriando o consenso necessário à dominação do capital”. FONTES, Virgínia. “Intelectuais e mídia – quem dita a pauta?” IN COUTINHO, Eduardo Granja (org). *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.p.155, COUTINHO, Eduardo Granja (org). *Mídia e...* op.cit.47 (grifos do autor).

⁷³ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel...* Op.cit.p.33.

proprietários da grande mídia. Nesse sentido, a questão da reforma agrária, para citar um exemplo, sequer seria tratada se dependesse unicamente da vontade dos proprietários de *O Globo*, mas, uma vez que existe mobilização popular em torno de questionamento aos latifúndios, o jornal termina por tratar da temática e das próprias mobilizações, ainda que de modo muito diverso das perspectivas populares.

Também é preciso considerar as preocupações de *O Globo* com seu público, os leitores e assinantes. O jornal não teria eficácia se defendesse um determinado projeto político e, ao mesmo tempo, desagradasse boa parte de seus leitores. Nesse sentido, como vínhamos enfatizando, cabe ao *O Globo*, enquanto partido, procurar universalizar valores de certas frações de classe, como se fossem válidos para toda a sociedade. Além disso, o jornal deve até mesmo realizar “adequações” de modo a não se afastar de seu público e perder legitimidade. Assim, por exemplo, *O Globo* teve realizar relativo recuo em sua total recusa em cobrir o movimento das Diretas-já, ainda que de forma alguma encampasse propostas de redemocratização que preconizassem transformações profundas na estrutura sócio-econômica brasileira.⁷⁴

Uma vez que o jornal se preocupa com seu público, cabe indagar: a quem se destina a leitura de *O Globo*? Conforme dados do Instituto de Verificação de Circulação e da Associação Nacional de Jornais, em 2001, 74% dos leitores de *O Globo* pertenciam às chamadas “classes A e B” – percentual que passou para 80% em 2009. Quanto à escolaridade dos leitores, 39% tinham nível superior e 36% segundo grau. Em 2009, 60% dos leitores tinha terceiro grau completo.⁷⁵

Considerando a circulação do jornal na região metropolitana do Rio de Janeiro, percebemos que as vendas do jornal se concentram nas regiões de maior poder aquisitivo: 49% (Zona Sul), 17% (Zona Norte), 5% (Baixada) e 2% (São Gonçalo).⁷⁶

O Globo é fundamentalmente lido pelas classes médias, com elevado nível de escolaridade, além de diferentes frações das classes dominantes. O jornal ficou ainda mais destinado a esses públicos com o lançamento do *Extra* em 1998 pelos proprietários das Organizações Globo, periódico voltado para as classes trabalhadoras, de regiões mais pobres ou de classe média baixa. Portanto, os ideais privatistas pró-mercado que *O Globo* procurou vulgarizar tem como público alvo as classes médias e classes dominantes em geral, procurando uni-las em torno do programa neoliberal.

⁷⁴ A questão da cobertura das Diretas-já será tratada mais adiante, ainda nesse capítulo.

⁷⁵ FERREIRA, Cristiane. *A história...* op.cit.p.55 e 56. <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=88> (acesso em 05/11/2010)

⁷⁶ FERREIRA, Cristiane. *A história do...* op.cit.p.55

Porém, não consideramos que o jornal não tenha qualquer influência sobre as classes subalternas. As capas dos grandes periódicos, como *O Globo*, chamam a atenção de amplos setores da população – basta observar as pequenas aglomerações de pessoas que se formam em frente ou ao lado das bancas de jornais dos grandes centros urbanos para ver a primeira página dos jornais.

Nesse sentido, ao analisarmos os posicionamentos de *O Globo*, dar-se-á atenção à estruturação das capas. A primeira página é a parte mais vista e lida de um jornal e supostamente enuncia “objetivamente” os fatos mais importantes do dia. É preciso considerar os interesses presentes na edição, ou seja, o que *O Globo* quer mostrar como “questão nacional”. Nesse sentido, é importante verificar quais assuntos são correntes nas capas, distinguindo as “pautas quentes”, que perdem o sentido se não forem publicadas naquele momento (como a morte de uma personalidade) e as “pautas frias”, que podem ser expostas a qualquer instante por se tratarem de temas mais genéricos. Sobretudo estas últimas ilustram o caráter propagandístico das primeiras páginas e as intenções do jornal em definir o que é relevante (e o que é deixado de fora) nos debates do país.⁷⁷

Outra questão importante na compreensão do posicionamento de *O Globo* é o espaço que o jornal oferece a determinadas pessoas, levando em consideração desde aqueles que escrevem regularmente até os que frequentemente são chamados para dar entrevistas. Esses “especialistas” podem reforçar as posições de *O Globo* ou mesmo sustentar idéias que o periódico, em virtude da máscara da “imparcialidade”, não pode defender diretamente. A análise dessas questões mostra quais figuras o jornal visa consolidar como sujeitos históricos, de projeção nacional.

Ao convocar esses “especialistas” ou “personalidades autorizadas” – geralmente economistas para os comentários referentes a privatizações e ao programa neoliberal em geral – *O Globo* baseia-se no que Marilena Chauí chama de “ideologia da competência”. Essa ideologia determina, de antemão, quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, divide os detentores de um saber ou conhecimento (científico, religioso, artístico, político) que podem opinar e os desprovidos de saber, que devem escutar e obedecer. Bourdieu, em linha semelhante, também destaca o papel da mídia na consagração de determinados “especialistas”. Segundo o autor, economia e política

⁷⁷ SILVA, Carla L. *Veja.op.cit.p.114*

terminam por parecer, tal como nos esportes onde há separação entre o público e os praticantes, um assunto de profissionais. A “ideologia da competência” – que é excludente, gera desengajamento e menor participação política, favorecendo a ordem estabelecida – é amplamente adotada pelo jornal.⁷⁸

Na análise dos posicionamentos de *O Globo*, é importante salientar que se trata de um dos diferentes veículos das Organizações Globo, possuem grande ascendência sobre a vida política nacional, como veremos mais adiante. Os diferentes veículos de comunicação do grupo, com todas as diferenças de linguagem e formato, seguem uma mesma diretriz político-ideológica – ainda neste capítulo, serão citados alguns exemplos desse alinhamento. Nesse sentido, ao analisarmos *O Globo* e sua cobertura das políticas neoliberais, estaremos nos aproximando, em linhas gerais, da maneira como os telejornais – estes vistos por milhões de pessoas – trabalharam essa temática.

Reforçando a tese de que os vários órgãos das Organizações Globo possuem elevado grau de coerência interna na divulgação de visões de mundo, vale destacar que Armando Nogueira, diretor de Jornalismo da Rede Globo, costumava ler *O Globo* para ter uma noção do enfoque que Roberto Marinho desejava no *Jornal Nacional*. A seguir, trataremos da influência dos proprietários dos meios de comunicação e da direção dos periódicos no trabalho das redações.⁷⁹

1.2: Dentro das redações: “a voz do dono e o dono da voz”

Vimos que, de acordo com sua auto-imagem, a imprensa se mostra como principal garantia da liberdade de expressão. Os jornalistas aparecem como os principais funcionários do veículo de comunicação, noticiando fatos importantes e revelando casos de corrupção. Nos tempos da ditadura militar, não existiria liberdade de imprensa, pois o governo censurava as reportagens que lhe causavam desagrado. Hoje, graças à “imprensa livre”, o jornalista teria autonomia para publicar matérias, mesmo que a contragosto dos “donos do poder”.

A fala dos próprios donos de meios de comunicação e de seus funcionários desmente essa auto-imagem. Arthur Ochs Sulzberger, dono do *New York Times*, um dos

⁷⁸ CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder*, uma análise da mídia. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.p.76, BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.p.142

⁷⁹ CONTI, Mario Sérgio. *Notícias do Planalto: a imprensa e o governo Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.p.33.

maiores jornais do mundo, declarou: “se estou, à noite, em casa e descubro que algo que não me agrada será publicado na primeira edição do dia seguinte, não tenho hesitação em chamar o *desk* e lhe dizer: ‘Retire essa matéria’”. Em seu livro de memórias, Samuel Wainer, dono de *Última Hora* recorda: “costumava dizer-lhes [aos colunistas] que não teriam liberdade para escrever; liberdade era algo que só o dono do jornal poderia ter”. Em uma carta escrita em 1956 a seu irmão Ricardo Marinho, Roberto Marinho, de *O Globo*, imaginando que seu pai, Irineu Marinho, ainda estivesse vivo e sob sua direção do jornal, diz: “eu, como diretor do jornal, alteraria o que ele escrevesse, se achasse que devia fazê-lo”.⁸⁰

Relatos de jornalistas experientes, com passagens pelos maiores jornais brasileiros, confirmam o poder dos proprietários. Cláudio Abramo (1923-1987) lembra que, como chefe de redação, deixou de publicar uma série de textos dos jornalistas: “devo ter suprimido milhares de matérias ao longo de trinta anos. Não podia publicar porque era contra a linha do jornal. Daí não haver liberdade de imprensa para o jornalista; ela existe apenas para o dono [do jornal].” Villas-Bôas Corrêa, que trabalha desde 1948 em redações, afirma que todos os órgãos de imprensa tem uma lista de pessoas próximas dos proprietários dos veículos que devem ser poupadas de críticas e denúncias. Segundo Paulo Henrique Amorim, entre os colegas de redação de *O Globo*, Roberto Marinho era chamado de “nosso melhor repórter”: “ele, e só ele, decidia sobre o noticiário ‘sensível’ de política e economia. Os editores de política e economia (como eu fui) tinham a autonomia de vôo de uma barata”.⁸¹

Mesmo um livro de caráter elogioso e bajulador – e que omite informações menos virtuosas – como a biografia de Roberto Marinho, escrita por Pedro Bial, contém episódios onde o dono das Organizações Globo impõe suas vontades sobre os noticiários de seus veículos, como no caso da edição de um evento esportivo. Marinho exigiu que um percurso de um cavalo campeão de hipismo fosse mostrado integralmente no *Jornal Nacional*, apesar dos protestos da redação que o julgavam longo demais. Narra Bial: “o Doutor Roberto queria, e pronto”.⁸²

⁸⁰ apud HALIMI, Serge. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Vozes, 1998.p.61, WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. RJ: Record, 1987.p.246, BIAL, Pedro. *Roberto...op.cit*.p.159.

⁸¹ Apud ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.p.118, *Um jornalismo sob o signo da política*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.p.81, AMORIM, Paulo Henrique e PASSOS, Maria Helena. *Plim-plim*, a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.p.11

⁸² São muitas as partes elogiosas no livro de Bial, que assim caracteriza Roberto Marinho: “se expressava brilhantemente”, “não havia nele um traço de arrogância”, “autoconfiança assustadora”, “patriota, era um

As redações se organizam de maneira hierárquica e autoritária. Segundo Bernardo Kucinski, os editores e subeditores leais aos proprietários asseguram a conformidade com os interesses da empresa de comunicação e com “as idiossincrasias e favoritismos da família proprietária”. A “reação instintiva” dos editores ao receber uma matéria é “canetear”.⁸³

Um jornalista, ao ingressar numa redação, é observado, recebendo tarefas de modo a se verificar se ele se enquadrará nas diretrizes da empresa. Os “manuais de redação” também procuram padronizar seu trabalho nos moldes da visão de mundo defendida pelo periódico. Se o jornalista não agir como se espera, será demitido. Bagdikian observa que quando um repórter ou editor de um jornal é mandado embora por causa de uma matéria que desagradou os proprietários, por muito tempo os demais jornalistas e editores daquele jornal – talvez até mesmo de outros jornais – não vão precisar ouvir o que se espera deles.⁸⁴

Além da hierarquização das redações, a precarização das condições de trabalho também leva os jornalistas a seguirem os ditames das empresas de comunicação. No decorrer dos anos 90 e 2000, muitas redações e sucursais foram reduzidas ou mesmo fechadas em decorrência da diminuição das vendas dos jornais e maior uso da internet. Diversos jornais tem passado a funcionar somente *on-line* ou tiveram formato reduzido. Nos EUA, do início dos anos 90 a fins dos anos 2000, um quarto dos empregos no jornalismo desapareceu. Em 1998, somente no estado de São Paulo, duzentos jornalistas de sete grupos de comunicação foram mandados embora. Neste ano, no Rio de Janeiro, 93 jornalistas do Globo foram demitidos. Há grande rotatividade nas redações brasileiras – de 30% ano, segundo Kucinski – além da redução de salários e emergência de um exército reserva composto principalmente por jovens. Finalmente, houve aumento dos jornalistas que trabalham como *freelancers*, com menores remunerações, sem garantias trabalhistas e com obrigação de se transformarem em pessoas jurídicas (chamados de “pejotas”). No Brasil, em 2003, dos 50 mil jornalistas em exercício, 20

internacionalista”, tinha “crença na viabilidade do Brasil”, havia colocado em movimento “um círculo virtuoso de capitalismo”. Porém, falas famosas de Roberto Marinho nas quais admite utilizar os poderes políticos da Rede Globo – como “sim eu uso o poder” – não aparecem no texto. Cabe lembrar que Bial, na apresentação de seu livro, o define como uma “grande reportagem”. Demonstração interessante do entendimento de “jornalismo” por parte de importantes nomes da Globo. BIAL, Pedro. *Roberto...op.cit.p.252, 21, 102, 211 e 11.*

⁸³ KUCINSKI, Bernardo. *Síndrome*.op.cit.p.27, KUCINSKI, Bernardo e LIMA, Venício. *Diálogos da perplexidade: reflexões críticas sobre a mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.p.16 e 19.

⁸⁴ BAGDIKIAN, Ben. *O monopólio...op.cit.p.59.*

mil trabalhavam em assessoria de empresas ou se encontravam em regime precário (*freelancers*, “pejotas” ou filiados a cooperativas).⁸⁵

O autoritarismo das redações, que incluem censura e demissões, somado às condições precárias de trabalho dos jornalistas, garantem que o jornal veicule os valores, visões de mundo e agenda política de interesse dos proprietários e das classes dominantes. Segundo Chomsky, os editores e jornalistas tendem a internalizar o que deve e o que não deve ser noticiado, desempenhando auto-censura. A mídia funciona como um sistema de propaganda que marginaliza vozes discordantes, porém, sem necessariamente intervenções brutas e explícitas como a de uma censura oficial-governamental. Trata-se de um sistema mais complexo, difícil de ser detectado e, portanto, mais eficiente.⁸⁶

No Brasil, um marco dos novos padrões de gerenciamento – leia-se, controle – sobre as redações foi o Projeto Folha, da *Folha de São Paulo*, de meados dos anos 80. Otávio Frias Filho impôs o “Manual de Redação” que preconizava um jornalismo, conforme suas palavras, “mais técnico, menos politizado, crítico, apartidário e pluralista”. Carlos Eduardo Lins da Silva, outro importante nome do projeto, declarou que o objetivo era “transformar a Redação numa unidade de produção de informação”. Quadros do jornal ligados ao marxismo e às esquerdas em geral foram excluídos, juntamente com aqueles descontentes com as mudanças em curso. Depurações e demissões foram frequentes: entre 1984 e 1987, uma pessoa deixou a redação da *Folha de São Paulo* a cada 2,1 dias.⁸⁷

Com estas informações, não pretendemos sugerir que um jornal funciona como um bloco inteiramente monolítico, sem tensões e conflitos internos. Podem estar presentes jornalistas críticos ao neoliberalismo, destoando em certa medida da linha oficial do periódico. Para o jornal, isso é até interessante, na medida em que

⁸⁵ BORGES, Altamiro. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.p.31, KUCINSKI, Bernardo. “A mídia de FHC e o fim da razão” IN LESBAUPIN, Ivo (org). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.p.190, KUCINSKI, Bernardo. *Síndrome*.op.cit 27, NEVEU, Érik. *Sociologia...*p.191.

⁸⁶ Smith assim define auto-censura: “existe algo a dizer, você sabe disso mas não diz. Não é o silêncio da ignorância ou da falta de discernimento, e sim da abstenção consciente”. CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo: Futura, 2003.p.360. SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.p.136

⁸⁷ ABREU, Alzira Alves, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e KORNIS, Mônica. *Mídia e política...*op.cit.p.64, *Um país aberto: reflexões sobre a Folha de São Paulo e o jornalismo contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2003.p.24, ARBEX JR, José. *Showrnlismo*.op.cit.p.142, MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de.(orgs). *História da imprensa...*op.cit.p.255.

supostamente legítima a idéia de que o veículo é pluralista. Porém, dificilmente o colunista mais crítico irá fazer ataques muito profundos, questionando as bases do sistema capitalista – do contrário, não permanecerá no jornal. De acordo com Chomsky, a dissensão e as “informações inconvenientes” são mantidas dentro de limites estreitos, não sendo “grandes o suficiente para intervir de maneira indevida nos domínios da agenda oficial”.⁸⁸

Há vários obstáculos que fazem com que um jornalista não enverede para um caminho mais crítico, sem contar com aquele mais evidente – dificuldade de obter emprego. Este jornalista, além de enfrentar insultos e difamações, deve construir argumentos sérios e apresentar documentos extensos – diferente dos profissionais que aderem sem reservas ao neoliberalismo, que podem enunciar verdades auto-evidentes. O repórter mais crítico passa a ter um relacionamento mais difícil com as fontes (autoridades estatais, econômicas, policiais), sendo preterido. Tudo isso estimula a conformidade e a auto-censura.⁸⁹

Porém, quando a auto-censura não é adotada adequadamente, a censura empresarial se encarrega de deixar o veículo de comunicação dentro dos parâmetros desejados. O caso de Rodrigo Vianna, que trabalhou doze anos no jornalismo da TV Globo, ilustra estes tipos de pressões. O jornalista se demitiu em 2006, no contexto das eleições presidenciais. Vianna descreve o cotidiano das redações: “intervenção minuciosa em nossos textos, trocas de palavras a mando dos chefes, entrevistas de candidatos (gravadas na rua) escolhidas a dedo”. Os repórteres estavam trabalhando como “bonecos de ventríloquos, especialmente na cobertura política”. Aqueles que discordavam da linha editorial da empresa eram postos na “geladeira”.⁹⁰

Percebe-se, portanto, que a idéia de que “a censura acabou com o fim da ditadura militar” e que hoje existe “liberdade de imprensa” é extremamente simplista e errônea. No lugar da censura governamental, há a censura dos proprietários dos meios de comunicação – que, aliás, nunca deixou de existir. Ao invés de “liberdade de imprensa” – que poderia pressupor pluralidade de tendências político-ideológicas e divergências de idéias – temos “liberdade de empresa”, no qual um pequeno grupo que

⁸⁸ CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. *A manipulação* op.cit.p.12.

⁸⁹ Idem, p.368.

⁹⁰ Segundo Rodrigo Vianna, no contexto das eleições de 2006, foram demitidos outros jornalistas que não seguiam a linha oficial da cobertura da TV Globo, como Luiz Carlos Azenha, Carlos Dornelles e o editor de política Marco Aurélio Mello. Apud LIMA, Venício de. (org) *A mídia nas...*op.cit.p.276 e 280, BORGES, Altamiro. *A ditadura da...*op.cit.p.170.

monopoliza os meios de comunicação, com grande destaque das Organizações Globo, definindo o que a maioria da população vai discutir como grandes temas nacionais.

A seguir, veremos um pouco das relações entre empresas de comunicação e o grande capital, listando os principais grupos de mídia do Brasil, bem como suas respectivas associações com conglomerados transnacionais. Também enumeraremos as diversas atividades econômicas nas quais as Organizações Globo se envolvem.

1.3: A imprensa como empresa: monopolização da mídia e associação com o capital estrangeiro

“Antes de tudo, ter lucro”. Esta foi a resposta dada por Arthur Ochs Sulzberger, dono do *New York Times*, ao ser perguntado sobre a missão de seu jornal.⁹¹ A afirmação de Sulzberger nos encaminha para outras considerações sobre os meios de comunicação. Até aqui, destacamos o papel destes como “partidos”, sua atuação na divulgação de visões de mundo burguesas e na construção de uma hegemonia neoliberal. Porém, além de seu papel ideológico, a mídia opera como uma empresa capitalista, com interesses em maximizar seus lucros. No Brasil, rádio e televisão, que são concessões públicas, também atuam como empresas privadas. E, confirmando que a lógica capitalista tende a rumar para a formação de monopólios, surgiram grandes conglomerados de mídia.

A tendência à oligopolização das empresas de comunicação é um fenômeno global que se acelerou a partir do final dos anos 70, com o advento dos governos neoliberais. Um grupo cada vez menor de grandes corporações de mídia, principalmente norte-americanas, passou a ter proeminência crescente no mundo. Ben Bagdikian teve que rever o número de mega-empresas multinacionais de comunicação a cada nova edição de seu clássico livro, “O monopólio da mídia”: de 50 em 1984 para menos de 20 em 1993.⁹²

Nos EUA, ocorreram várias fusões de empresas de mídia, alavancando a monopolização do setor. O grupo Time-Warner, que opera em mais de 70 países, para citar um exemplo, é fruto da fusão ocorrida em 1989 de duas gigantescas empresas do cinema e da mídia. Somente em 2003, ocorreram 460 fusões de empresas de mídia nos

⁹¹ Apud CHOMSKY, Noam e DIETERICH, Heinz. *A sociedade global – educação, mercado e democracia*. Blumenau: EDIFURB, 1999.p.91.

⁹² BORGES, Altamiro. *A ditadura da...op.cit.*18, LIMA, Venício de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.p.94 e 189, MORAES, Denis de (org). *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.p.202 e 223

EUA. Esse setor passou a ter um enorme peso na economia do país, representando 1/6 ou 17% da mesma em 2000. No início do século XXI, os seis maiores conglomerados do mundo somados – Time Warner, Walt Disney, Vivendi-Universal, Viacom, Bertelsmann e News Corporation – tinham uma receita de US\$ 160 bilhões.⁹³

Um mesmo grupo de mídia passou a ter negócios nas mais diferentes áreas: cinema (estúdio, produção, distribuição e exibição dos filmes), gravadoras de CDs, editoras, revistas, jornais, parques de diversão, televisões abertas e pagas, emissoras de rádio, serviços *on line*, *softwares* e CD-ROMs.⁹⁴

Essas empresas de comunicação norte-americanas tem vínculos diretos com o grande capital. Em 1986, a General Electric, décima maior corporação dos EUA e importante fornecedora do “setor de defesa”, comprou a RCA (dona do canal NBC News). Mais tarde, a GE incorporou também a Universal, dona da maior gravadora e do segundo maior estúdio de cinema do mundo. Bagdikian, citando dados de 1979, ilustra essa ligação entre mídia e alta burguesia: o *New York Times* tinha vínculos com os grupos Morgan, América Express, IBM, Charter Oil, Sun Oil, dentre outras. A Time (antes de se tornar Time Warner) “tinha tantas interligações que, praticamente, representava um plenário de diretores do mundo empresarial e financeiro americano, incluindo Móbil Oil, a AT&T, a American Express, a Firestone (...) e a maioria dos mais importantes bancos internacionais”.⁹⁵

Diferentes fatores contribuíram para a aceleração da monopolização da mídia mundial a partir do final dos anos 70. Os grandes oligopólios foram favorecidos pelas desregulamentações neoliberais, pela abertura econômica e pela privatização das telecomunicações que ocorreram em diversos países. Empresas tradicionais de comunicação aproveitaram a desestatização e as demais medidas liberalizantes para fazer consórcios internacionais e explorar setores privatizados, como a telefonia, além de outras atividades, como a de TV a Cabo.⁹⁶ Veremos mais adiante que este foi o caso das Organizações Globo e dos demais grupos de mídia nacionais.

⁹³ BORGES, Altamiro. *A ditadura da...*op.18, DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996.p.142, COSTA, Caio Túlio. “Modernidade líquida, comunicação concentrada”: <http://caiotulio.com/modernidade-liquida-comunicacao-concentrada/> (acesso em 7/11/2010)

⁹⁴ MORAES, Denis de (org). *Globalização...*op.cit.p.33.

⁹⁵ BORGES, Altamiro. *A ditadura da...*op.18, BAGDIKIAN, Ben. *O monopólio da...*op.cit.p.32, 42, 46 e 47.

⁹⁶ MORAES, Denis de. *Planeta Mídia: tendências da comunicação na era global*. Campo Grande: Letra Livre, 1998. p.30.

A monopolização também foi favorecida pelas mudanças tecnológicas que foram integrando telecomunicações, comunicação de massa e informática. Sinais de áudio, vídeo e dados, anteriormente processados de maneira independente, passaram a ser digitalizados e confluir em uma única via *on line*. Tal configuração atende aos interesses do grande capital, especificamente ao capital financeiro, que transita entre os países em busca de rentabilidade. Segundo Dênis de Moraes, a crise da economia do México em 1994 ilustra a importância dos novos circuitos de comunicação para os grandes especuladores financeiros que, através da digitalização dos comandos, retiraram trilhões de dólares do país em dificuldade que, em seguida, foram “aplicados em ‘mercados mais seguros’ (eufemismo neoliberal para paraísos fiscais)”.⁹⁷

Crescentemente, ter uma empresa de comunicação passou a significar investimentos cada vez mais vultuosos, inacessíveis para a grande maioria da população, o que reforçou a monopolização. No caso da imprensa, para se ter um periódico de grande abrangência, são necessários recursos para a construção de um parque gráfico. O de *O Globo*, que passou a funcionar em janeiro de 1999, em Duque de Caxias (RJ), requereu investimentos superiores a 100 milhões de reais (cerca de 83 milhões de dólares de então).⁹⁸

No Brasil, a monopolização dos meios de comunicação também é uma realidade. O número de jornais foi progressivamente diminuindo com o passar do século XX. No Rio de Janeiro, em 1950, havia 22 jornais diários comerciais, número que caiu para 16 em 1960 e para 7 no final dos anos 70.⁹⁹

No país, ao longo dos anos 90, um pequeno grupo de nove empresas de comunicação preponderava: Marinho (Globo), Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Mesquita (Estado de São Paulo), Frias (Folha), Levy (Gazeta) e Nascimento de Brito (Jornal do Brasil). No começo do século XXI, o grupo se reduziu a cinco, pois Bloch, Levy e Nascimento faliram e o clã Mesquita passou a ter dificuldades financeiras.¹⁰⁰

São estas empresas que pretendem representar a “pluralidade” de idéias da “opinião pública” ou da “sociedade”. E quando medidas visando uma real

⁹⁷ MORAES, Denis de. *Planeta...*op.cit.p.29, MORAES, Denis de (org). *Globalização...*op.cit.p.31.

⁹⁸ FERREIRA, Cristiane. *A história do...*op.cit.p.42. A conversão real-dólar foi feita através do site: <http://www.financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar> (acesso em 16/03/2011)

⁹⁹ Interessante observar que, enquanto o número de empresas de comunicação se reduz, o Estado reprime rádios comunitárias, reforçando o monopólio do setor. ABREU, Alzira Alves. *A modernização da...*op.cit.p.17.

¹⁰⁰ BORGES, Altamiro. *A ditadura da...*op.cit.p.59.

democratização dos meios de comunicação são propostas – em conformidade com a Constituição de 1988, que condena o monopólio do setor – o pequeno grupo de conglomerados midiáticos reage em nome da “liberdade de expressão” e “liberdade de imprensa”.

Esses principais grupos de mídia desenvolveram uma série de associações com o capital estrangeiro e o capital nacional no contexto das privatizações e das mudanças na legislação de comunicações. Em 2002, em grande parte graças a pressões da Rede Globo, como veremos mais adiante, o governo FHC aprovou uma emenda constitucional que autorizou o capital externo a adquirir 30% das ações das empresas de comunicações. Já a Lei da TV a Cabo estipulou em 49% o controle do capital estrangeiro. Telefonia fixa, celular e TV paga não possuem qualquer limitação ao investimento externo.¹⁰¹

Assim, por exemplo, o grupo Abril lançou a TVA em associação com a espanhola Telefônica. Vários dos produtos da Abril resultam de alianças com empresas transnacionais: com a Viacom, opera a MTV; com a ABC-Disney, o ESPN Brasil. Em 2004, a Abril vendeu 13,8% de suas ações para a Capital Internacional, gestora de fundos de investimentos dos EUA. Em 2006, o grupo entrou em sociedade com a Nasper, empresa de mídia sul-africana, que passou a ter 30% do capital da *holding* Abril. A Abril também tem vínculos com Cisneros Group, grupo de mídia venezuelano, além instituições financeiras como o Banco Safra e a norte-americana JP Morgan. Com tantas associações com multinacionais, não é de se estranhar que a Abril tenha colaborado oficialmente com 34,9 mil reais para a campanha Aloysio Nunes (PSDB) para deputado federal nas eleições de 2002. Ele é o autor da lei que abriu em 30% as comunicações ao capital internacional.¹⁰²

¹⁰¹ Idem, p.61.

¹⁰² É importante destacar que o valor da contribuição do grupo Abril a candidatura de Aloysio Nunes citado acima – 34,9 mil reais – é aquele declarado a Justiça Eleitoral. É bem sabido que as doações de campanha não costumam ser reveladas integralmente, daí ser possível especular que o grupo Abril tenha sido ainda mais generoso com o referido “tucano” nas eleições. O grupo Abril não foi o único a fazer associações com capital internacional: o grupo Mesquita associou-se a norte-americana Bell South, ao Banco Safra e a RBS (grupo de mídia do Sul do Brasil) para ingressar na telefonia celular. O grupo Mesquita se vinculou a Telefônica para lançar um provedor de internet. O Grupo Folha se associou a Air Touch Communications, empresa americana de telefonia celular, e também ao Unibanco e Odebrech para explorar a telefonia móvel. Na venda de produtos da Publifolha (CD-ROMs, livros e fascículos), Frias tem diversas parcerias internacionais, como a Blockbuster Entertainment e a francesa Larousse. O Grupo Folha fez associações com a Portugal Telecom – a quem cedeu 20% de seu capital – e lançou o portal de internet UOL. Frias também vinculou-se à Quad Graphics, dos EUA, para explorar o mercado de multimídia. O SBT interessou-se em telefonia, TV a Cabo e provedores de internet, fazendo parcerias com a norte-americana GTE e formando consórcios com a TV Bandeirantes e o Jornal do Brasil. MORAES, Denis de. *Planeta...op.cit.p.39, 41,42 e 126*, BORGES, Altamiro. *A ditadura da...op.cit.p.60*,

Antes de tratarmos das associações com o capital estrangeiro feitas pelas Organizações Globo – maior conglomerado de mídia do Brasil e proprietária do jornal *O Globo* – descreveremos o patrimônio do grupo de modo a conhecer as dimensões de seus interesses econômicos, suas relações com outras frações do capital e de sua influência política.

Em 1998, a Globo aparecia, em uma relação da revista *Exame*, no 30º lugar do ranking das 500 maiores empresas do país. No quesito vendas, obtinha a 12º colocação. O conglomerado abrange mais de cem empresas, dos mais variados ramos: mineração, construção civil, finanças, seguradoras, agropecuária, pesca, setor imobiliário, hotelaria, empresa de promoção, geléias, bicicletas, publicidade, informática, eletrônica, dentre outros. No ramo mais diretamente ligado à comunicação, as Organizações Globo possuem editoras de jornais, revistas e livros, gravadora de CDs e DVDs, emissoras de rádio AM e FM, atua na produção de cinema e vídeos. Principalmente a partir do final dos anos 80, como veremos, a Globo ingressou em novas áreas de telecomunicação: TV a Cabo, “pagers”, telefonia celular e provedores de internet. Em 1998, suas principais empresas eram: TV Globo, jornal *O Globo*, Editora Globo, Vicon, NEC, Globosat, Globo Cabo, Multi Canal e NET. Em 1999, o faturamento de todas as empresas da Globo aproximou-se de 5,5 bilhões de dólares.¹⁰³

Nos anos 80, a Rede Globo de Televisão era a quarta maior rede do mundo e a maior na produção de programas de TV. Nessa década, 75% da audiência nacional era cativa da Rede Globo. Em 1987, o valor patrimonial da TV Globo atingia 1 bilhão de dólares, com audiência potencial de 80 milhões de telespectadores. Neste ano, o *Jornal Nacional* tinha, sozinho, 50 milhões de telespectadores. Em 1998, as empresas de TV paga da Globo concentravam 70% dos assinantes. Em 1980, dos 500 milhões de dólares

62, 129 e 130, COSTA, Caio Túlio. “Modernidade líquida...op.cit, KUCINSKI, Bernardo. “A mídia de FHC...op.cit.p.185, LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...op.cit.p.102.*

¹⁰³ Em fins dos anos 2000, estavam vinculados à Globo 340 veículos, entre canais de rádio, televisão, jornais e revistas. BATISTA, Mônica Maria Rangel. *Políticas de comunicação e reordenação econômica das organizações Globo na “era neoliberal”*. Universidade Federal Fluminense: Instituto de Artes e Comunicação Social, 2000 (mestrado).p.9 e 10, HERZ, Daniel. *A história secreta da rede Globo*. Porto Alegre: Ortiz, 1991.p.21, BOLAÑO, Cesar Ricardo S. e BRITTOS, Valério Cruz (orgs) *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.p.146, ARBEX JR, José. *O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder*. São Paulo: Casa Amarela, 2003.p.44, MORAES, Dênis de. *Vozes abertas da América Latina, Estado, políticas públicas e democratização da comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.p.42.

injetados na televisão em publicidade, 70% se destinavam à Globo. Em 2003, dos 6.528 bilhões de reais destinados a TV em publicidade, 78% foram para a Rede Globo.¹⁰⁴

A legislação anti-concentração não é obedecida pela Rede Globo. A norma legal (Decreto 236/67) limita a participação de um mesmo grupo nas empresas de radiodifusão a cinco concessões em VHF, em nível nacional, e duas em UHF, em nível estadual. A Rede Globo de Televisão tem participação societária em 32 emissoras de televisão, sendo que dez são próprias. Em 1995, as Organizações Globo participavam como acionistas em 17 emissoras de TV e 20 de rádio.¹⁰⁵

Desde os anos 70, as Organizações Globo entraram no “negócio” da filantropia. Em 1977, foi criada a Fundação Roberto Marinho (FRM) que, apesar de se declarar “sem fins lucrativos”, alivia impostos da Globo. A FRM já teve como parceiros FIRJAN, FIESP, Citibank, CNI, Fundação Odebrecht, Petrobrás, dentre outros. Os programas educativos “Telecurso Primeiro” e “Telecurso Segundo Grau” são os “carros-chefes” da FRM. Mais tarde, em 1997, a FRM criaria o Canal Futura, canal de TV privado voltado para a educação, em parceria com Bradesco, Vale do Rio Doce, Odebrecht, FIRJAN, Grupo Votorantim, CNN Internacional, RBS, Sadia, Itaú, FIESP, CIESP, CNT, dentre outras. As organizações Globo se engajaram em diversos programas “voltados para o social”, como “Amigos da Escola” e “Criança Esperança”. A partir de 2002, o *Jornal Nacional* passou a exibir a série “Brasil Bonito”, mostrando “ações de inclusão social” e iniciativas de caridade. Segundo Willian Bonner, o objetivo do quadro era “mostrar que há na elite brasileira pessoas que tem dinheiro (claro, são da elite), que têm tempo e estão fazendo alguma coisa”.¹⁰⁶

¹⁰⁴ BATISTA, Mônica Maria Rangel. *Políticas de...* op.cit.p.126, BOLAÑO, Cesar Ricardo S. e BRITTOS, Valério Cruz (orgs) *Rede...* op.cit.p.218, MORAES, Denis de. *Planeta...* op.cit.p.118, LIMA, Venício de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.p.80 e 120.

¹⁰⁵ LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...* op.cit.p.97, BATISTA, Mônica Maria Rangel. *Políticas de...* op.cit.p.97.

¹⁰⁶ Roméro Machado, que fora auditor da Rede Globo, enumerou diversas irregularidades da FRM em seu livro “Afundação Roberto Marinho”: “a lista inicial era boa e prometia: uso de verba pública para cobrir projetos deficitários; verbas da Petrobrás obtidas ilegalmente, com pagamento de comissão (escândalo abafado pelo Presidente da Petrobrás, Hélio Beltrão, que, por *coincidência* era vice-presidente da Fundação Roberto Marinho); pagamento de ‘comissão’ à agência de publicidade para obtenção de ‘doações’ de empresas privadas; sobras de verbas e aplicações financeiras não tributadas como lucro pelo imposto de renda; importação ilegal de equipamento, ou como é chamado na Globo B2; convênio em dólares, sem registro contábil, estando estes dólares na conta da BEC (empresa da Rede Globo, situada no exterior); pagamento de ‘gratificações’ a diretoria e funcionários; desvio dos objetivos da fundação, por utilização da Fundação para venda de ‘comerciais’ para a TV Globo; compra de notas fiscais frias para prestar contas com o MEC; pagamento a diretores e funcionários através de notas fiscais de PJ (Pessoa Jurídica) para fugir a impostos; caixa dois – em *cruzeiros* (na época) e dólares; falsificação de concorrência para algumas compras, e ausência de concorrência para beneficiar o diretor da TV Globo; recibos de doação não registrados contabilmente na Fundação (e sem numeração), ‘negociados’ com

Além dos vínculos estreitos com diversas frações do capital e com entidades empresariais, as Organizações Globo tem grande proximidade com o aparelho de Estado. Muitas emissoras de televisão afiliadas da Rede Globo estão em nome de parlamentares. No país, não obstante as proibições constitucionais, grupos políticos tornam-se concessionários de rádio e TV com frequência. O parlamentar pode se valer dos veículos de comunicação para legitimar seus projetos políticos, construir uma imagem positiva de si mesmo e ampliar seu poder local. Concessões deste tipo costumam ser dadas em troca de apoio político. Assim, por exemplo, o presidente José Sarney – ele próprio dono de estações de rádio e televisão – concedeu outorgas de canais de radiodifusão a deputados em troca de apoio na aprovação no Congresso Nacional da ampliação do mandato presidencial. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática do Congresso, responsável pela homologação e renovação das concessões, é marcada por irregularidades, pois, não raro, seus próprios integrantes são concessionários de rádio e televisão.

Essa promiscuidade entre Estado e mídia está presente nas Organizações Globo. Eis alguns exemplos de políticos – incluindo deputados federais, governadores, ministros e presidentes da República – donos de emissoras afiliadas à Rede Globo: Albano Franco (TV Sergipe), Edson Queiroz (TV Mares Verdes), Inocêncio de Oliveira (TV Asa Branca), Nivaldo Pereira (TV Tapajós), Ronaldo Cezar Coelho o irmão é dono da TV Rio Sul), Pedro Collor/Fernando Collor (TV Gazeta), Antônio Carlos Magalhães (TV Bahia) e José Sarney (TV Mirante). Este último explicou as razões que o levaram a se interessar por veículos de comunicação: “temos uma pequena televisão, uma das menores, talvez, da Rede Globo. E por motivos políticos... Se não fossemos políticos, não teríamos necessidade de ter meios de comunicação”. Uma pesquisa com dados de 2005 mostrou que 40 geradoras filiadas à TV Globo (39,6% do total) e 705 retransmissoras (49,5%) eram controladas direta ou indiretamente por políticos.¹⁰⁷

terceiros e com empresas das Organizações Globo; e pagamentos à Globotec para uso de facilidades”. PALHA, Cássia Rita Louro. *A Rede Globo e o seu repórter: imagens políticas de Teodorico a Cardoso*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008. p.64, BOLAÑO, Cesar Ricardo S. e BRITTOS, Valério Cruz (orgs) *Rede...*op.cit.p.258, FONTES, Virgínia. “Intelectuais e mídia...op.cit.p.156, apud LIMA, Venício de. *Mídia: crise...*op.cit.p.159. MACHADO, Roméro C. *Afundação Roberto Marinho* – denúncia. Porto Alegre: Tchê!, 1988.p.112 e 113.

¹⁰⁷ Um dos ministros das Comunicações do governo Lula, Hélio Costa, foi funcionário da TV Globo por muitos anos. KUCINSKI, Bernardo. *Síndrome*.op.cit.p.32, Altamiro. *A ditadura da...*op.cit.p.55 e 56, MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de.(orgs). *História da...*op.cit.p.262, BATISTA, Mônica Maria Rangel. *Políticas de...*op.cit.p.114, apud LIMA, Venício de. *Mídia: crise...*op.cit.p.119, BOLAÑO, Cesar Ricardo S. e BRITTOS, Valério Cruz (orgs) *Rede...*op.cit.p.91 e 92.

Dos políticos listados acima, a grande maioria teve passagem pelo partido de sustentação da ditadura militar, a ARENA, e por partidos conservadores criados posteriormente, como o PDS e/ou PFL. É o caso de Inocêncio de Oliveira, Djalma Marinho, Antônio Carlos Magalhães e José Sarney. Muitos destes políticos sócios das Organizações Globo tem empreendimentos em outros ramos econômicos e integraram associações empresariais: Edson Queiroz é dono de poços de petróleo, fazendas e da Norte Gás Butano; Ronaldo Cezar Coelho já foi sócio do Banco de Investimentos Multiplic, associado ao Banco de Londres e acionista da Souza Cruz, tendo presidido a Associação Nacional dos Bancos; Albano Franco pertence a uma família com negócios ligados a agroindústria do açúcar, agropecuária e fábrica de refrigerantes, foi presidente da Confederação Nacional da Indústria e vice-presidente do Conselho Interamericano de Comércio e Produção.¹⁰⁸

Essa proximidade com o Estado, somada ao gigantesco poderio empresarial e midiático, fez com que as Organizações Globo tivessem grande influência política, que comumente é utilizada em eleições, na definição da agenda política nacional e no andamento do Congresso Nacional. Esse protagonismo político da Globo foi utilizado para favorecer as mudanças recentes na legislação referente a participação do capital estrangeiro na mídia.

Em 1997, o deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) encaminhou ao Congresso uma emenda constitucional que permitia o capital estrangeiro ter um controle de até 30% das empresas de jornalismo, rádio e televisão. A emenda chegou à mesa da Câmara dos deputados em 2000, ficando ali “congelada” em virtude das pressões das organizações Globo, que julgavam que as alterações favoreceriam a concorrência. Em sua campanha, a Globo – juntamente com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) – se valeu de um discurso nacionalista, de valorização da cultura brasileira e da língua portuguesa.¹⁰⁹

Porém, no final de 2001, estouram os problemas das dívidas das organizações Globo, oriundas principalmente de altos investimentos na TV a cabo. Em 2002, as dívidas atingiam 5 bilhões de reais. Prontamente, o conglomerado midiático alterou o discurso e passou a defender as mudanças quanto ao capital estrangeiro. Segundo Murilo Ramos, “a Globo em prazo recorde mobilizou o Congresso Nacional e fez

¹⁰⁸ As informações biográficas foram obtidas em ABREU, Alzira Alves [et al]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

¹⁰⁹ RAMOS, Murilo C. “A força de um aparelho privado de hegemonia” IN BOLAÑO, Cesar Ricardo S. e BRITTOS, Valério Cruz (orgs) *Rede..op.cit.p.71*

aprovar a emenda constitucional, com apoio até mesmo da oposição, na época liderada pelo Partido dos Trabalhadores”. A seguir, a emenda precisava de um decreto-lei para ser regulamentada – o governo FHC acelerou o processo baixando uma medida provisória.¹¹⁰

As organizações Globo também se valeram de sua influência política para obter verbas públicas para seus negócios. É o caso da Globocabo, que tem como sócia a empresa de investimentos do BNDES, o BNDESPar. Este entrou com aporte inicial de aproximadamente 400 milhões de reais em 1999. Três anos depois, o banco público participou de uma “operação de socorro”, face às dificuldades financeiras da Globocabo, com verba de 284 milhões de reais. Em 2004, as Organizações Globo fizeram um “pedido de empréstimo emergencial” de 4 bilhões de reais, não concedidos – ao menos integralmente – em virtude de protestos de entidades sindicais, como a CUT, e de concorrentes da Globo, como a TV Record.¹¹¹

Com dinheiro público e alteração na legislação referente ao investimento externo, as Organizações Globo – que já tinham um histórico de vínculos com grupos estrangeiros, como veremos mais adiante – aprofundaram essas associações, sobretudo para explorar novas atividades que surgiam a partir da privatização das telecomunicações. Abaixo, enumeramos alguns dos empreendimentos do grupo.

As Organizações Globo ingressaram no setor de telefonia (Banda A e B) em diversos estados do Brasil. O Consórcio Globo-Vicunha-Bradesco obteve concessões da

¹¹⁰ Outros grupos de mídia também se endividaram. Em 2002, a Editora Abril tinha dívida de 926 milhões de reais e a *Folha de São Paulo* de 290 milhões de reais. As empresas do setor contraíram dívidas em dólares nos tempos de paridade com o real que viriam a aumentar consideravelmente com a desvalorização da moeda brasileira. Segundo Lúcio Flávio Pinto, “cada centavo de flutuação para cima da moeda americana em relação ao real eleva o débito [da Globo] em 26 milhões de dólares”. BOLAÑO, Cesar Ricardo S. e BRITTOS, Valério Cruz (orgs) *Rede...* op.cit.p.71, PALHA, Cássia Rita Louro. *A Rede...* op.cit.p.172. PINTO, Lúcio Flávio. “O Esquema Marinho”. <http://www.exactaexpress.com.br/globo.htm> (acesso em 09/11/2010), Carla L. *Veja*. op.cit.p.48.

¹¹¹ Em 2007, o BNDES deu novas mostras de generosidade à Globo e aos demais órgãos de mídia ao reduzir sua taxa de juro anual de 6% para 4,5% nos financiamentos às empresas de comunicação que estavam incorporando tecnologia digital ao sistema de TV (o governo escolheu o modelo digital japonês, defendido pela Rede Globo, deixando de lado um modelo desenvolvido pelas universidades federais brasileiras). Evidentemente, os veículos de comunicação das Organizações Globo não costumam noticiar com alarde quando os próprios recebem verbas públicas. Porém, quando se tratam de empresas concorrentes, o comportamento se altera. Em 10/11/2010, *O Globo* tinha a seguinte manchete de capa: “BC ajuda banco de Sílvio Santos a cobrir rombo de R\$ 2,5 bilhões”. GRANA, Carlos Alberto. “BNDES fornece apoio financeiro às Organizações Globo”. http://www.midiaindependente.org/pt/blue/_2002/03/20310.shtml, HOINEFF, Nelson. “A Globo, o BNDES e a Record”. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=271SAI002>, SOUZA, Hamilton O. de. “Dinheiro público para a concentração privada”. <http://www.ciranda.net/spip/article1423.html>. (acesso em 10/11/2010), *O Globo* (10/11/2010.p.1).

Banda B em Minas Gerais, Bahia e Sergipe. O Consórcio Globo-Bradesco-Itália Telecom assumiu a Tele Celular Sul e a Tele Nordeste Celular (Banda A). A Globo se aproximou da Bell South para explorar a Banda B.

No setor de TV a Cabo, as organizações Globo criaram a Net, em sociedade com a Rede Brasil Sul (RBS), BNDESPar e Multicanal, que pertencente à mesma *holding* da CMA, mineradora do norte do Brasil. O Multicanal, por sua vez, surgiu em associação com Antônio Dias Leite e a empresa Garantia Participação e Investimento. Em 2004, a Globo vendeu ações da Net para Telmex, de propriedade do milionário mexicano Carlos Slim Helu, que já tinha comprado a Embratel, a Claro e a Vésper.

No mercado de televisão por via satélite (DTH - *direct-to-home*), a Globo fez parcerias com a News Corporation, TCI, Televisa, Liberty Media, RBS e IFC, um braço privado do Banco Mundial. A Sky foi criada em associação com a News Corporation, de Rupert Murdoch. Em 2006, a Sky comprou a sua concorrente DirecTV – que pertencia ao grupo Abril – passando a ter controle quase total do setor (em 2004, a News Corp havia comprado a empresa paterna da DirecTV nos EUA). Quanto a composição da nova Sky, resultante da compra da DirecTV, a News Corp possui 72% das ações e a Globo 28%.¹¹²

A Globosat, programadora dos canais pagos das Organizações Globo, tem parcerias com Telecine, Canal USA, Fox Sports, Portusat, MGM, Paramount, Universal, Microsoft, dentre outros.

A Globo tem participação acionária na TV portuguesa SIC e na Portugal Sat. Em 1998, alguns canais da Globosat, como o GNT, passaram a fazer parte do pacote da TV a Cabo pertencente ao grupo Portugal Telecom. Em 1999, foi lançada a TV Globo Internacional, voltada principalmente para brasileiros no exterior. A Victori Comunicações, empresa de computação de dados das Organizações Globo, tem como sócios Bradesco, Stet e Victori Internacional.

O conglomerado Globo também é proprietário da VICOM, de transmissão de dados e de voz para redes corporativas, e da VIRTUA, provedor de acesso à internet via cabo. Para o lançamento do Portal Globo – provedor de acesso a conteúdo na internet – a Globo teve a Telecom Itália como sócia. A empresa Teletrim, de serviços de *pager*, foi criada em associação com Bradesco, Stet, Victori Internacional e Crédit Suisse First

¹¹² A News Corporation opera com satélite e TV paga (Sky, Direct TV), televisão (Fox), cinema (20th Century Fox), jornais (*London Times*, *New York Post*), editoras (Harper Collins) e revistas (*Weekly Standard*). COSTA, Caio Túlio. “Modernidade líquida...op.cit.

Boston Equity Partner. A Class, de lançamento e exploração de serviço de satélite, foi feita em parceria com Victori e Matra. A NEC do Brasil, maior fabricante de transceptores de microondas do Hemisfério Sul e segunda maior produtora de centrais telefônicas do Brasil, tem a japonesa NEC Corporation como sócia.

As organizações Globo também criaram novas empresas nos ramos mais tradicionais da comunicação. A revista semanal *Época* – que concorre com a *Veja* do grupo Abril – foi lançada em parceria com a revista alemã *Focus*. O jornal *Extra* – concorrente de *O Dia* entre as classes C e D – foi criado em 1998. A Globo também é dona do jornal esportivo *Lance*, em sociedade com os empresários Walter de Mattos Jr, as empresas Dynamo e Petroserv, além dos bancos Bozano, Simonsen e Icatu.¹¹³ Em 2000, em associação com o grupo *Folha de São Paulo*, foi lançado *O Valor Econômico*, voltado para o meio empresarial. Em 2001, as Organizações Globo compraram o *Diário Popular*, que passou a se chamar *Diário de São Paulo*.

No cenário recente, as Organizações Globo passaram a atuar em várias frentes dos setores de comunicação. O conglomerado diversificou ainda mais suas atividades, que passaram a abranger TV paga (a cabo e via satélite), telefonia celular, *paging*, comunicação de dados, provedores de internet e produção de equipamentos de telecomunicações. Roberto Irineu Marinho, vice-presidente das Organizações Globo, declarou em 1998: “estamos 100% interessados nas empresas do setor de telecomunicações. E esse interesse não se restringe à Embratel. Ao contrário, é muito mais amplo. Estamos estudando todos os negócios do setor”. Marinho também afirmou que a Globo tende a se centrar nas atividades de mídia, afastando-se de outros empreendimentos: “a meta é nos desfazermos de tudo o que não seja o foco central (...) O prioritário é manter a liderança que temos e continuar investindo em outros segmentos para liderar neles também”.¹¹⁴

As Organizações Globo ampliaram seu peso nos mais diversos setores de mídia e comunicação e realizaram inúmeras associações com o capital estrangeiro, incluindo os maiores conglomerados do mundo, como a News Corporation. Portanto, a defesa da

¹¹³ As informações dos sete parágrafos acima foram retirados das seguintes publicações: LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...*op.cit.p.95 e 102, LIMA, Venício de. *Mídia: crise...*op.cit.p.108-110, BOLAÑO, Cesar Ricardo S. e BRITTOS, Valério Cruz (orgs) *Rede...*op.cit.p.167, 331-338, MORAES, Denis de. *Planeta...*op.cit.p.38, 39, 119-125 e 273, KUCINSKI, Bernardo. “A mídia de FHC...”op.cit.p.185-186, BATISTA, Mônica Maria Rangel. *Políticas de...*op.cit.p.13.

¹¹⁴ apud MORAES, Denis de. *Planeta...*op.cit.p.38 e 120, BATISTA, Mônica Maria Rangel. *Políticas de...*op.cit.p.56.

abertura comercial, da desregulamentação da economia e das privatizações, sobretudo do Sistema Telebrás, feita pelo jornal *O Globo* – que estudaremos nos capítulos seguintes – coincidia com os interesses empresariais das Organizações Globo, que dependiam da implementação do programa neoliberal para se expandirem.

As Organizações Globo também atuam em vários outros ramos da economia, tem vínculos com centenas de empresas e bancos, nacionais e estrangeiros, além de instituições estatais. Os ataques constantes aos movimentos de caráter popular, paralela ao estímulo a ações de caráter filantrópico, e a defesa intransigente da ordem estabelecida presentes em *O Globo* estão plenamente de acordo com a racionalidade do conglomerado do qual faz parte, isto é, sua preocupação em maximizar os lucros, independente do setor econômico em que atua. Daí permanecer atual a declaração do diretor de séries da TV Globo, Paulo Afonso Grisolli, feita em 1979: “o compromisso ético-social da empresa que faz a televisão não tem que ser maior do que da empresa que faz macarrão”¹¹⁵.

O advento da internet, a digitalização dos conteúdos de mídia e a internacionalização das telecomunicações não alteraram a monopolização do setor no Brasil. Pelo contrário, a oligopolização foi reforçada. E as Organizações Globo conseguiram manter sua preponderância na área de comunicação e mídia obtida décadas antes.

A seguir, veremos um pouco da história de *O Globo* demais empresas de Roberto Marinho, seus posicionamentos políticos em alguns momentos da história do Brasil e as primeiras associações das Organizações Globo com o capital estrangeiro, destacando os tempos da ditadura militar brasileira, período de grande crescimento das Organizações Globo. Também trataremos brevemente de alguns episódios ocorridos na transição para a “Nova República” que ilustram a influência política da Globo.

¹¹⁵ Apud KEHL, Maria Rita. Eu vi um Brasil na TV IN SIMÕES, Inimá, COSTA, Alcir Henrique da e KEHL, Maria Rita. *Um país no ar* – história da TV brasileira em três canais. São Paulo: Brasiliense, 1986.p.209.

1.4: História das Organizações Globo

1.4.1: da fundação do jornal ao golpe de 1964

O jornal *O Globo* foi fundado no Rio de Janeiro, por Irineu Marinho, em 1925. Marinho havia trabalhado em vários outros periódicos cariocas, como o *Diário de Notícias*, *A Notícia*, *A Tribuna* e *Gazeta de Notícias* (nesta última, foi repórter e diretor). Também já tinha fundado um jornal em 1911, *A Noite*, dirigindo-o por cerca de duas décadas.¹¹⁶

O Globo era um jornal vespertino e a tiragem de sua primeira edição foi de 33.435 exemplares. Em sua estréia, o jornal se declarava imparcial e, ao mesmo tempo, colocava-se em “defesa das causas populares”. Porém, não tinha vínculos com qualquer organização das classes subalternas. A bibliografia dos primeiros tempos de *O Globo* não aponta quais grupos sociais apoiaram Marinho na fundação do jornal. Pelo depoimento do jornalista Paschoal Ferrone, que trabalhou em *A Noite* e estava na redação durante a inauguração de *O Globo*, ficamos sabendo que “um grupo de políticos” ajudava “financeiramente o Irineu Marinho...”¹¹⁷

Irineu Marinho faleceu poucos dias após o lançamento de *O Globo*. Seu filho, Roberto Marinho, assumiria a direção do jornal cerca de cinco anos depois, em 1931. Foi mantida a linha política de *O Globo* que diferente de muitos periódicos da época, não explicitava seus vínculos com agremiações partidárias ou associações de classe. A seguir, trataremos dos posicionamentos políticos do jornal diante de alguns acontecimentos políticos marcantes da história do Brasil.¹¹⁸

O Globo foi favorável à Revolução de 1930 – *A Noite*, primeiro jornal de Irineu Marinho, havia apoiado a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, o que levou seu proprietário a ficar preso por alguns meses na Ilha de Cobras. *O Globo* foi coerente com

¹¹⁶ Os parágrafos seguintes são baseados em BIAL, Pedro. *Roberto...op.cit*, COSTA, Izabel Cristina G. *Troca de sinais: uma análise histórica da leitura do jornal O Globo sobre as reformas da União Soviética (1985-1991)*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998, FERREIRA, Cristiane. *A história do...op.cit*, MATTOS, Sérgio. “As Organizações Globo na mídia impressa” IN BOLAÑO, Cesar Ricardo S. e BRITTOS, Valério Cruz (orgs) *Rede...op.cit*.p.

¹¹⁷ Alguns nomes importantes de *O Globo* na época de seu lançamento: Herbert Moses, diretor tesoureiro, Leal da Costa, diretor-gerente e Costa Soares, secretário. Euricles de Mattos assumiu a direção do jornal logo após o falecimento de Irineu Marinho. Apud FERREIRA, Cristiane. *A história do...op.cit*.p.22 e 20. Alguns nomes importantes de *O Globo* na época de seu lançamento: Herbert Moses, diretor tesoureiro, Leal da Costa, diretor-gerente e Costa Soares, secretário. Euricles de Mattos assumiu a direção do jornal logo após o falecimento de Irineu Marinho.

¹¹⁸ MATTOS, Sérgio. “As Organizações ... op.cit.p.268.

seu virulento anticomunismo e condenou a “Intentona Comunista” de 1935, exigindo repressão contra os “subversivos”.¹¹⁹

Durante a Segunda Guerra Mundial, *O Globo* defendeu o rompimento das relações do Brasil com países do “Eixo” e maior aproximação com os “Aliados”. Ao longo do conflito, foi criado *O Globo Expedicionário*, destinado aos soldados brasileiros que estavam em combate no exterior. Este periódico aproximou Roberto Marinho de alguns setores do Exército, em especial, de Humberto Castelo Branco, seu amigo pessoal que anos mais tarde seria o primeiro general-presidente da ditadura militar. *O Globo* colocou-se favoravelmente ao golpe que pôs fim ao Estado Novo. Em 1947, o jornal apoiou a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB).¹²⁰

Nos anos 30 e 40, Marinho teve grandes lucros com a venda de histórias em quadrinhos norte-americanas e também com empreendimentos imobiliários. Ao mesmo tempo, *O Globo* se tornava líder de vendas entre os jornais vespertinos cariocas. Assim, Marinho teve recursos para a compra de transmissores, inaugurando a Rádio Globo do Rio de Janeiro em 1944.¹²¹

O Globo esteve ao lado de quase toda a imprensa nacional e das entidades ligadas ao capital multinacional e associado na oposição ao governo Vargas. A rádio e o jornal de Marinho estiveram à disposição de políticos da União Democrática Nacional (UDN), em especial, Carlos Lacerda, para desferirem ataques ao governo. O jornal fez forte campanha contra a criação da Petrobrás. Em 1954, com o suicídio de Vargas, houve grande comoção popular e diversos protestos. As Organizações Globo foram identificadas – corretamente – com a oposição ao presidente: duas caminhonetes da Rádio Globo e dois caminhões do jornal *O Globo* foram incendiados pelos manifestantes.¹²²

O Globo fez oposição moderada a Juscelino Kubitschek e, mais tarde, apoiou a eleição de Jânio Quadros. Percebe-se que o jornal mantinha um alinhamento político com a UDN, importante porta-voz de banqueiros e de empresas multinacionais no Congresso Nacional.¹²³

¹¹⁹ Idem.p.268.

¹²⁰ BIAL, Pedro. *Roberto...*op.cit.p.160 , COSTA, Izabel Cristina G. *Troca...*op.cit.p.28.

¹²¹ MATTOS, Sérgio. “As Organizações ...” op.cit.p.268.

¹²² Para Pedro Bial, Roberto Marinho ofereceu os microfones da Rádio Globo para Lacerda apenas “por interesse de mercado”. Tratar-se-ia de um horário de pouca audiência. Nesse sentido, Marinho não teria qualquer interesse político. Bial não explica o fato dos discursos radiofônicos de Lacerda também serem publicados na íntegra em *O Globo*. BIAL, Pedro. *Roberto...*op.cit.175.

¹²³ ARÊAS, João Braga. *Conservadores em ação*, a UDN entre 1961-1965. Dissertação de mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

Em 1961, durante a crise política desencadeada após a renúncia de Quadros, *O Globo* foi favorável à criação do parlamentarismo, corroborando com o desrespeito à Constituição, que dava posse ao então vice-presidente João Goulart. Ademais, a Carta de 1946 proibia qualquer reforma constitucional em clima insurrecional. Porém, conforme o editorial de capa de *O Globo* de 06/09/1961, tratou-se de um “*honroso caminho de uma solução digna*”, pois a Constituição havia sido “*regularmente alterada*”.¹²⁴

Paralelamente, as empresas de Marinho continuavam se expandindo. Em 1961, *O Globo* passava a ter circulação nacional, sendo distribuído em todo o país. Marinho não demorou a ter interesse em ter também um canal de televisão. Ainda nos anos 40, a Rádio Globo fez um pedido de concessão de uma transmissora de TV ao governo Dutra. Este deu resposta positiva, que foi revogada pelo governo Vargas. A concessão só foi outorgada pelo presidente Juscelino Kubitschek. Marinho obteria uma outra concessão para canal de TV em São Paulo, por João Goulart, a quem as Organizações Globo ajudariam a depor.¹²⁵

O governo João Goulart foi marcado por uma intensificação da luta de classes no Brasil. De um lado, os grupos subalternos avançavam em termos organizacionais. Trabalhadores urbanos, superando amarras legais, criaram uma central sindical, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), promovendo diversas greves. Camponeses mobilizavam-se através das Ligas Camponesas, reivindicando reforma agrária. Estudantes, através da União Nacional dos Estudantes (UNE), militares de baixa hierarquia, partidos como o PCB e setores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) manifestavam-se em favor das “reformas de base”, conjunto de medidas de caráter redistributivo, com destaque à reforma agrária. Grupos de esquerda em geral defendiam a “política externa independente”, de modo a retirar o país do alinhamento estreito que tinha com os EUA. O governo Goulart, ainda que de maneira hesitante e contraditória, encampava a campanha das “reformas de base”, sobretudo a partir do final de 1963 e início de 1964.¹²⁶

De outro lado, diversas associações das classes dominantes voltaram-se para a desestabilização e derrubada do governo Goulart. Nesta frente, participaram os

¹²⁴ *O Globo*, 06/09/1961.p.1.

¹²⁵ MATTOS, Sérgio. “As Organizações ... op.cit.p.268.

¹²⁶ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo João Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

principais órgãos de imprensa, como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Estado de São Paulo* e *Folha de São*, partidos políticos conservadores, como a UDN, setores da Igreja Católica, grupos militares sob orientação da Doutrina de Segurança Nacional, com destaque à Escola Superior de Guerra (ESG), e associações empresariais diversas, como a Confederação das Classes Produtoras (CONCLAP). Grupos ligados às multinacionais – fortalecidos a partir da segunda metade dos anos 50 com a maior abertura ao capital estrangeiro – organizaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (complexo IPES/IBAD), que coordenou uma enorme campanha política, ideológica e militar contra o governo Goulart.¹²⁷

O Globo esteve atuante na campanha contra o governo Goulart e as entidades de esquerda em geral. Roberto Marinho se associou a Manoel Nascimento Brito (*Jornal do Brasil*) e João Calmon (*Diários Associados*) e montou a “Rede da Democracia”, veiculando propaganda contra o governo. Denunciava-se a “subversão”, o “perigo comunista”, a “Republica Sindicalista” e o atentado contra a democracia que os defensores das reformas de base estariam fazendo. O objetivo era assustar principalmente as classes médias de modo a colocá-las favoravelmente a um golpe de Estado.¹²⁸

A campanha do IPES contou com as Organizações Globo, em especial, a influente Rádio Globo, de alcance nacional. A rádio reproduzia mensagens do IPES sem citar fonte ou indicar que se tratava de matéria paga. Uma das “notícias” veiculadas de maior impacto foi a de que a União Soviética instalaria um “Gabinete Comunista” no Brasil, exercendo influência no país. Na CPI que foi aberta para investigar o IBAD em 1963, foi mostrada uma carta do ipesiano Leopoldo Figueiredo, onde se mencionava a compra de espaço editorial de *O Globo* e do apoio político do jornal. *O Globo* também recebeu dinheiro do IPES – precisamente 714.000 cruzeiros – para publicar em fascículos o livro “Assalto ao parlamento”, que narra a ascensão dos comunistas na Tchecoslováquia. O envolvimento do jornal também é ilustrado pelo fato da primeira reunião da Campanha da Mulher Democrática (CAMDE) – movimento conservador ligado ao IPES que visava reunir mulheres de classe média – ter ocorrido no auditório de *O Globo*.¹²⁹

¹²⁷ DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹²⁸ BIAL, Pedro. *Roberto...op.cit.p.199*.

¹²⁹ Idem, p.233, 262, 296 e 653.

Na virada de 31 de março para 1 de abril de 1964, os militares derrubavam João Goulart. E *O Globo* comemorou:

*“Graças à decisão e heroísmo das Forças Armadas, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo a rumos contrários à sua vocação e tradições (...) Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares.”*¹³⁰

Eis algumas manchetes de capa do jornal nos dias seguintes ao golpe: *“Fugiu Goulart e a democracia está sendo restabelecida: Empossado Mazilli na presidência”* (02/04/1964), *“A Revolução Democrática antecedeu em um mês a Revolução Comunista”*, *“O Brasil põe suas esperanças na coesão das Forças Armadas”* (06/04/1964), *“Os chefes militares apresentam um ato institucional para que o país possa ser descomunizado”* (07/04/1964) e *“Ato Institucional garante armas para a democracia”* (10/04/1964). *O Globo* celebrava o golpe civil-militar, apresentando-o como um ato de restabelecimento da democracia, e legitimava a repressão subsequente.¹³¹

Assim, vimos que em suas primeiras décadas de história, *O Globo* e a Rádio Globo se alinharam a outros “partidos” das classes dominantes, como a UDN, na defesa da internacionalização da economia brasileira e na oposição às políticas de caráter “nacionalista” ou nacional-estatistas, vide os ataques à criação da Petrobrás e ao governo Vargas em geral. Durante o governo Goulart, *O Globo* estreitou esse alinhamento com as associações vinculadas ao capital estrangeiro, atuando em conjunto com ativistas do complexo IPES/IBAD no combate ao reformismo de Jango, à “política externa independente” e aos movimentos populares.

O regime que as empresas de Roberto Marinho ajudaram a implementar em 1964 favoreceria a expansão das Organizações Globo, que se constituiriam no maior conglomerado de mídia do país.

1.4.2: Organizações Globo durante a ditadura militar

A instauração da ditadura militar representava o predomínio do grande capital multinacional e associado sobre o restante da sociedade brasileira. Significava a continuidade da linha econômica seguida a partir do governo Kubitschek de abertura ao

¹³⁰ Apud BORGES, Altamiro. *A ditadura da...*op.cit.p.77

¹³¹ *O Globo*, 02/04/1964.p.1, 06/04/64.p.1, 07/04/64.p.1, 10/04/64.p.1

capital estrangeiro, que vinha dominando vários setores da economia brasileira de maneira monopolística. Nesse cenário, as transnacionais não tardariam a ampliar seus interesses na área de comunicação.

Neste contexto, deve-se compreender as ligações entre o Globo e a empresa norte-americana Time-life, importante editora de revistas, que tinha alguns canais de televisão locais nos EUA. O grupo norte-americano tinha investimentos em outros países da América Latina, como Cuba, Venezuela e Argentina.¹³²

A Constituição brasileira proibia a participação do capital estrangeiro nos meios de comunicação. Uma multinacional não poderia ter participação acionária, fazer parte de direção ou aferir lucro de uma empresa de mídia brasileira. Tais normas não foram respeitadas pelos acordos assinados a partir de 1962 entre Marinho e o grupo Time-life, no contexto de organização da Rede Globo.¹³³ O assessor da Globo na elaboração dos contratos foi o advogado Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, próximo de Roberto Campos, que seria ministro do Planejamento de Castelo Branco e um dos mentores da política econômica de abertura ao capital estrangeiro após o golpe de 1964. O próprio Nascimento e Silva assumiria outros cargos no primeiro escalão do governo Castelo Branco: presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH) e ministro do Trabalho e Previdência Social.

A Time-life enviou cerca de 6 milhões de dólares à empresa de Marinho entre 1962 e 1966, valor expressivo para a época – a participação do grupo americano era de quase dez vezes o patrimônio da Globo. Porém, de acordo com os contratos, Time-Life não figurava como mero financiador: tinha direito a 30% dos lucros da TV Globo e detinha 30% do patrimônio da mesma. A Time-life tinha participação na administração, programação, treinamento de pessoal, contabilidade e venda de anúncios da TV Globo. Em qualquer negócio que beneficiasse a empresa de Marinho, o grupo norte-americano

¹³² Os parágrafos seguintes referentes à ligação Globo-Time-Life foram baseados em: BARBOSA, Marialva e RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Telejornalismo na Globo: vestígios, narrativa e temporalidade” IN BOLAÑO, Cesar Ricardo S. e BRITTOS, Valério Cruz (orgs) *Rede...op.cit.*, BELTRAN, Luís R. e CARDONA, E. *Comunicação dominada*, os EUA e os meios de comunicação da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, BIAL, Pedro. *Roberto...op.cit.*, CLARK, Walter. *O campeão de audiência*, uma autobiografia. São Paulo: Editora Best Seller, 1991, HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Rio Grande do Sul: Tchê!, 1989, KEHL, Maria Rita. *Eu vi...op.cit.*, SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Muito além do Jardim Botânico*, um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores. São Paulo: Summus, 1985.

¹³³ A CPI que mais tarde investigaria as relações Globo-Time-life registrou uma aproximação entre as duas empresas anteriores a 1961. Daí *O Globo* dar destaque às atividades da diplomata americana na Itália, Claire Luce, e promover uma campanha para a vinda desta como embaixadora dos EUA no Brasil, vide as reportagens “A embaixadora bem-vinda” e “Que venha Claire Luce”. Claire Luce era esposa de Henry Luce, magnata do jornalismo norte-americano, proprietário e diretor das revistas “Life”, “Time” e “Fortune”. HERZ, Daniel. *A história...op.cit.p.97*

estaria automaticamente participando da transação. Em novo contrato, de 1965, a Time-life passava a ter participação de 45% dos lucros da Globo.

A Globo teve inimigos poderosos, que não desejavam o crescimento de um concorrente, destacando-se o governador da Guanabara Carlos Lacerda, dono da *Tribuna da Imprensa*, e o senador João Calmon, dos Diários Associados, conglomerado de empresas que incluía a TV Tupi. O Sindicato de Proprietários de Jornais e Revistas do Estado de São Paulo, a Associação das Emissoras de São Paulo, o Sindicato das Empresas de Radiodifusão de São Paulo e mais treze jornais lançaram o “Manifesto à Nação” condenando as irregularidades da Globo. Em março de 1966, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as relações da Globo com o grupo Time-life.¹³⁴

Entretanto, as Organizações Globo dispunham de importantes aliados. No momento em que a Globo era investigada pela CPI, pelo Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) e Comissão de Investigações do Ministério da Justiça, os ministros da área econômica de Castelo Branco, Roberto Campos e Otávio Gouvêa de Bulhões foram à TV Tupi de São Paulo e declararam não haver irregularidades, sustentando que a Time-life apenas atuara como financiadora. Já a Contel, ao mesmo tempo que listou as ilegalidades da relação Globo-Time-life, deu-lhe parecer favorável e um prazo para corrigir aspectos irregulares. Entre os artífices dessa decisão, estavam os membros da Contel, Euclides Quandt de Oliveira e Haroldo Corrêa de Mattos, que seriam ministros das Comunicações dos governos Geisel e Figueiredo, respectivamente. Empenhado na campanha contra a Globo, Carlos Lacerda revelou que, em plena investigação e num momento em que recursos e pareceres eram apresentados à presidência, Castelo Branco não deixava de comparecer nas festas promovidas pela empresa de Roberto Marinho.¹³⁵

Em agosto de 1966, a CPI aprovou por unanimidade o parecer do relator Djama Marinho (Arena-RN), que sustentou serem inconstitucionais os acordos entre o Globo e a Time-life. Porém, o procurador-geral da República e o presidente Castelo Branco, em

¹³⁴ Na CPI, Roberto Marinho sustentou que o grupo Time-Life apenas financiou e prestou assistência técnica à TV Globo. Porém, a análise dos contratos feitos entre Marinho e o grupo norte-americano feita pelos integrantes da CPI desmentia o proprietário das Organizações Globo. O senador João Calmon declarou em uma sessão: “não há a mínima dúvida, pois, que Time-Life era efetivamente sócio da TV Globo, com participação em 30% do capital”. Enfatizou o caráter oculto das transações e o papel de Marinho como apoiador do grupo empresarial estrangeiro: “a sociedade em conta de participação (...) é a sociedade típica das ‘testas-de-ferro’, por ser uma sociedade secreta, que dispensa escritura pública ou particular e a conseqüente divulgação”. Apud HERZ, Daniel. *A história...* op.cit.p.109.

¹³⁵ Idem.p.179.

março de 1967, afirmaram que a operação fora legal. O caso foi definitivamente arquivado pelo presidente Costa e Silva. Como veremos, a ditadura militar tinha interesse na expansão de pelo menos uma grande empresa de telecomunicações.¹³⁶

Da associação com a empresa norte-americana, as Organizações Globo obtiveram recursos – que custearam o prédio no bairro carioca do Jardim Botânico, o primeiro edifício construído no Brasil especificamente para abrigar um emissora de TV – além de tecnologia de ponta, *know-how* em produção e operação de televisão, ficando a frente dos concorrentes, que entravam em declínio. Assim, a Globo contratou importantes nomes que pertenciam à TV Excelsior, à TV Tupi e à TV Rio, dentre eles: Chacrinha, Dercy Gonçalves, Flávio Cavalcanti, Dias Gomes, Paulo Autran, Fernanda Montenegro, Regina Duarte, Francisco Cuoco, Walmor Chagas, Jô Soares, Chico Anísio, Cid Moreira e Walter Clark.

Em 1969, Marinho comprava a parte de suas empresas que pertencia a Time-Life, através de financiamentos obtidos com o banqueiro José Luiz de Magalhães Lins e com o Banco da Estado da Guanabara. Alguns integrantes da empresa norte-americana permaneceriam na Globo, como Joe Wallach, José Aleixo e Homero Sánchez. Ao mesmo tempo, o governo baixava um decreto reforçando a proibição de empresas estrangeiras prestarem assistência técnica ou financeira a empresas de comunicação. Assim, os concorrentes de Marinho não poderiam fazer associações semelhantes as que a Globo realizara, ficando sem condições de concorrer com ela.

A TV Globo (RJ) foi inaugurada em 1965 e não parou de crescer, adquirindo uma estrutura de rede nacional. Novas emissoras foram compradas em outros estados: São Paulo (1966), Belo Horizonte (1968), Brasília (1971) e Recife (1972). A Televisão praticamente virava sinônimo de Rede Globo. Em 1971, os dez programas mais assistidos no Brasil eram exibidos pela TV Globo.¹³⁷

Esse processo de crescimento da Rede Globo foi favorecido pela ditadura militar. Vimos acima que importantes nomes nas articulações do golpe de 64 e instauração do novo regime estiveram próximos de Roberto Marinho na confecção dos acordos com a Time-Life. Membros do primeiro escalão dos diferentes governos militares, em especial do governo Castelo Branco, ficaram em defesa da Globo no contexto de críticas e denúncias de irregularidades. Segundo Daniel Herz, “a Globo

¹³⁶ Idem.p.183 e 190.

¹³⁷ MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional...*op.cit.p.23

surgiu perfeitamente integrada ao bloco de poder que instaurou o modelo econômico de desenvolvimento capitalista associado pós-64”.¹³⁸

Importantes grupos militares, em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional, preocupavam-se com o desenvolvimento e “integração nacional”. As telecomunicações foram consideradas estratégicas pela ditadura, que fez vários investimentos em infra-estrutura. Entre 1965 e 1972, foram criados a Embratel, o Ministério das Comunicações e o Sistema Telebrás. Foi construído um moderno sistema de microondas, depois complementada por satélites e cabos de fibras ópticas. Walter Clark, importante diretor da TV Globo, declarou em 1972: “com certeza a rede de televisão que dirijo foi beneficiada com a coincidência de ter sido planejada e inaugurada no período 64, quando o País tomou novos rumos”.¹³⁹

A ditadura militar também favoreceu os veículos de comunicação das Organizações Globo ao fechar ou criar dificuldades para suas concorrentes. As rádios Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, Nove de Julho, da Arquidiocese de São Paulo, e a TV-Excelsior (RJ e SP), apoiaram o governo Goulart e tiveram suas concessões cassadas. O jornal *Correio da Manhã* – após seus célebres editoriais “Basta” e “Fora” contrários a João Goulart – passou a fazer oposição aos governos militares. Assim, não recebeu mais publicidade e verbas estatais, nem propaganda de empresas privadas – corporações internacionais, reunidas no *Council of América*, afirmaram que o periódico deixava de ser confiável pois contrariava os “interesses da livre empresa” (afinal, criticava a ditadura). Em dificuldades, o *Correio da Manhã* deixou de circular em 1974. A *Última Hora* também foi sufocada, sendo vendida no final dos anos 60.

Paralelamente, a Rede Globo recebia cerca de 70% da publicidade oficial.¹⁴⁰

Enquanto era favorecida pela ditadura militar, a Rede Globo procurava legitimar ideologicamente o regime, tornando-se praticamente sua porta-voz. As empresas de Marinho atuaram em sintonia com o regime e seu órgão de propaganda, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), na criação de um clima de euforia e ufanismo. Criava-se o “padrão-Globo de qualidade”, onde se via um Brasil “moderno” e

¹³⁸ HERZ, Daniel. *A história...* op.cit.p.205

¹³⁹ Bial também reconhece a coincidência de interesses da Globo e da ditadura militar: “acontecia que onde chegasse um novo braço da Embratel, lá iam em seguida os executivos da Globo, ver se valia a pena adquirir uma nova emissora concessionária na região”. BOLAÑO, Cesar Ricardo e BRITTOS, Valério C. (orgs) *Rede...* op.cit.79, apud KEHL, Maria Rita. *Eu vi...* op.cit.p.203. BIAL, Pedro. *Roberto...* op.cit.p. 180.

¹⁴⁰ ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.p.18, Apud BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização* (a experiência brasileira: 1964-1974). Rio de Janeiro, 1979.p.205, COUTINHO, Eduardo Granja (org). *Comunicação e...* op.cit.p.221

consumista, muito distante da estética do Cinema Novo e do Centro Popular de Cultura (CPC). O país da TV Globo era livre de contradições e miséria.

Walter Clark, em seu livro de memórias, admite a proximidade entre a linha ideológica da ditadura militar e o Brasil que se assistia nas telas da Globo. Porém, para o ex-diretor da TV Globo, tal sintonia ocorria “por acaso”:

“É uma estupidez, de qualquer forma, negar que a Globo teve sua imagem confundida com a da ditadura. *Mesmo sem querer*, na medida em que ela apurava seu padrão de qualidade (...), tudo isso coincidia com a euforia do ‘milagre brasileiro’. O padrão de qualidade, o fortalecimento de uma imagem de modernidade e tecnologia, acabou cooptando, *mesmo sem querer*, a imagem do ‘Brasil Grande’, que tanto interessava aos governos da ditadura”.¹⁴¹

A proximidade Globo-ditadura militar também é ilustrada pelo *Jornal Nacional*, primeiro programa de televisão em rede nacional do Brasil, que estreou em setembro de 1969. Com o tempo, se tornaria o programa de maior audiência, não raro constituindo-se na única fonte de informações dos brasileiros sobre o mundo e o país. Para os críticos, o JN chegava a ter um tom mais oficial que a Voz do Brasil. Evitava mostrar pessoas de aparência miserável que destoavam do “Brasil moderno” que era apregoado. No Bloco Internacional, assistia-se a guerras e conflitos; na parte nacional, atos do governo, grandes obras e curiosidades da vida privada.¹⁴² Daí a celebre declaração do presidente Médici:

“Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir o jornal [nacional]. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante após um dia de trabalho”¹⁴³

Outros programas da Rede Globo se destacaram no apoio à ditadura militar e ao clima de euforia nacional, como os de Amaral Neto e Edgardo Ericsen. Walter Clark recorda de outros momentos: “ok, a Globo prestigiava os militares. Fizemos a festa do Sequicentenário da Independência, cobríamos as Olimpíadas do Exército, transmitíamos as paradas de 7 de Setembro”. O ex-diretor da TV Globo afirma que a função do programa de Amaral Neto era “puxar saco”, de modo a “afagar o regime” e evitar

¹⁴¹ CLARK, Walter. *O campeão...*op.cit.p.252 e 253 (grifos nossos)

¹⁴² NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2004.p.90 e 92.

¹⁴³ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Muito...*op.cit.p.39.

pressões e censuras. A TV Globo também tinha um locutor esportivo que enaltecia Médici nas transmissões da Copa do Mundo, usando as expressões “presidente pé quente” e “presidente, gente como a gente”.¹⁴⁴

Além de legitimar a ditadura militar, a Rede Globo tinha papel na criação de um mercado consumidor para o grande capital que se instalava no país. Em palestra de 1979, Walter Clark falava da importância da TV para a criação de hábitos consumistas: “esta é a importância da comunicação em um sistema produtivo: transformar a população em mercado para o consumo, relacionando cada bem, produto ou serviço ao estrato social a que está destinado...”¹⁴⁵

Assim, o processo de veloz crescimento das Organizações Globo, que se constituíram no maior conglomerado de comunicações do Brasil, foi inseparável da aproximação das empresas de Marinho com a ditadura militar e com o modelo econômico oligopolista e associado ao capital estrangeiro. Regime militar, empresas transnacionais e Organizações Globo tinham os mesmos interesses e estavam umbilicalmente ligados no final dos anos 60 e primeira metade dos 70.¹⁴⁶

É interessante observar que a televisão aumentava sua presença na sociedade brasileira em um momento de crescimento do analfabetismo, desescolarização, falência da escola pública e queda nos investimentos governamentais em educação – em 1965, o Ministério da Educação recebia 11,07% do orçamento, percentual que baixou para 4,95% em 1974.¹⁴⁷ A TV virava a principal forma de lazer para os grupos sem dinheiro para parques de diversão, viagens, cinema, video-cassetes, computadores e clubes.

¹⁴⁴ CLARK, Walter. *O campeão...*op.cit.p.227, 228 e 260, ABREU, João Batista de. *As manobras...*op.cit.p.90.

¹⁴⁵ Apud KEHL, Maria Rita. *Eu vi...*op.cit.p.205

¹⁴⁶ A tese da comunhão de interesses entre Globo e ditadura militar não implica na inexistência de atritos, nem na idéia de que todos os funcionários das Organizações Globo fossem favoráveis ao regime. Por ser a maior emissora do Brasil, a TV Globo recebia atenção dos censores. O *Jornal Nacional* teve que negociar como iria noticiar os problemas de saúde do presidente Costa e Silva; tratou das mortes dos presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart com discrição. As novelas passavam por censura prévia; houve o caso da proibição de “Roque Santeiro”, de Dias Gomes, às vésperas de sua estréia. Para facilitar as relações com a censura, a Globo teve dois “assessores militares”: Edgardo Manoel Ericson e o coronel Paiva Chaves. Walter Clark lembra: “ambos foram contratados com a missão de fazer a ponte entre emissora e o regime. Tinham boas relações e podiam quebrar galhos, quando surgissem problemas na área de segurança”. Clark também contratou Otati, diretor de Censura da Guanabara, para ler os capítulos das novelas antes da censura oficial. E como a evolução tecnológica da Globo não era acompanhada pelo Divisão de Censura e Diversões Públicas, a emissora dotou um equipamento de vídeo e cedeu operadores necessários para a censura pudesse ver as novelas em Brasília. CLARK, Walter. *O campeão...*op.cit.p.199, FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.p.95

¹⁴⁷ Em 1971, na Grande São Paulo, 20% das crianças em idade escolar (dos 7 aos 14 anos) estava fora da escola. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.155. HABERT, Nadine. *A década de 70, apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 2003.p.18.

Também era um contexto em que as mulheres ampliavam sua participação no mercado de trabalho. Tendo que ir trabalhar – e às vezes ter que dormir no emprego, os pais ausentes confiam seus filhos à guarda da televisão. Esse processo de maior penetração da televisão ocorria concomitante ao desmantelamento das organizações populares através da coerção.¹⁴⁸

1.4.3: *O Globo* em 1969 e 1970

Enquanto as Organizações Globo estavam em franca expansão, seu veículo mais tradicional, *O Globo*, prestava grande apoio à ditadura militar. A seguir, veremos algumas manchetes e editoriais de capa do jornal de 1969 e 1970. Tratava-se de contexto de maior autoritarismo do regime, com vigência do AI-5. O Congresso encontrou-se fechado por onze meses (entre dezembro de 1968 e outubro de 1969), os órgãos de repressão se valiam sistematicamente da tortura e as entidades das classes trabalhadoras estavam sob estreito controle. Também eram os anos do “milagre brasileiro”, de grande crescimento econômico do país, que ocorria paralelamente ao aumento da exploração sobre a força de trabalho, arrocho salarial e maior concentração de renda.¹⁴⁹

O Brasil de *O Globo*, em sintonia com a propaganda da ditadura militar, rumava para o desenvolvimento. Diversas manchetes destacavam o desempenho da economia brasileira: “*Bolsa em novo recorde*” (04/07/1969), “*Bolsa: Novos recordes*” (24/11/1970), “*Bolsa continua subindo no Rio e em São Paulo*” (30/12/1970), “*Êxito do Brasil contra a inflação*” (7/06/1969), “*Inflação continua diminuindo*” (15/07/1970), “*Crédito maior e mais rápido*” (9/01/1970), “*Nova faixa de crédito vai baratear os preços de venda*” (28/01/1970) e “*Governo amplia faixa de crédito*” (5/03/1969). Um editorial intitulado “*Do caos aos recordes*” celebrava sucessos da economia (18/06/1969).

O Globo ressaltava as ações do governo, como se pode verificar nas seguintes manchetes: “*Inaugurada a Hidrelétrica de Estreito*” (22/03/1969), “*Médici lança*

¹⁴⁸ FONTES, Maria Virgínia e SABOGA, Herio. Escola, televisão e cidadania IN *À Margem*, Revista de Ciências Humanas, Ano II nº 4, junho 1994.p.42 e 43.

¹⁴⁹ A pesquisa que se segue foi realizada na Biblioteca Nacional para um outro trabalho – um paradiático sobre a ditadura militar – que acabei não concluindo. Todas as informações que são citadas adiante, incluindo editoriais, estavam presentes nas capas de *O Globo* entre 1969 e 1970. Nos parágrafos a seguir, diferenciaremos quando se tratam de “manchetes” ou de “editoriais”. Estes últimos costumavam estar presentes na parte lateral da capa, não sendo assinados. Os editoriais tinham as palavras iniciais de cada parágrafo em letras maiúsculas e eram muito frequentes, sendo raras as edições sem eles.

programa naval de um bilhão de dólares” (24/10/1970), *“Petrobrás investirá 4 bilhões”* (06/02/1969), *“Revolução vai abrir ao Brasil as portas da Amazônia”* (9/10/1970), *“Governo vai conter alugueis”* (24/01/1969) e *“Supercérebros no Brasil para o desenvolvimento”* (14/06/1969) – esta última reportagem trata da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COOPE), criada quatro anos antes. O jornal celebrou a atuação do governo no ramo da energia atômica: *“Nossa central atômica dá os primeiros passos”* (7/10/1970). Um editorial de capa sustentava que o Brasil estaria, *“com seriedade e realismo”*, ingressando na *“Era Atômica”* (15/09/1970).

Os serviços e instituições públicas estariam sendo moralizados e obtendo melhor funcionamento. Isso ocorria, segundo *O Globo*, graças às leis e atos institucionais baixados pelo governo. Um editorial comemorava o fato do Brasil estar explorando *“vigorosamente”* suas riquezas e acrescentava: *“pode-se afirmar que a Petrobrás muito deve à Revolução de Março. (...) Esperamos que o Ato 5 elimine os últimos focos de desperdício na empresa”* (9/01/1969). Outras manchetes seguiam essa linha: *“AI-7 liquida os excessos nas Assembléias Estaduais”* (27/02/1969), *“Novo Ato regula as eleições municipais”* (15/08/1965) e *“Homens públicos sob fiscalização permanente”* (17/02/1970). Um editorial elogiava o *“notável esforço em prol da moralização dos serviços públicos”*(5/08/1969).

Algumas manchetes destacavam aspectos sociais das políticas da ditadura militar, incorporando inclusive algumas das bandeiras das “reformas de base” do período anterior ao golpe: *“Reforma Agrária: AI-8 facilita desapropriações”* (28/02/1969), *“Reforma Agrária já começou no Sul”* (8/05/1969), *“INPS reforma os ambulatórios”* (04/03/1970), *“Prioridade total para abastecimento”* (25/11/1969), *“Médici anuncia revolução no abastecimento”*(17/03/1970), *“Melhora a situação de professores”* (3/10/1970) e *“MOBRAL [Movimento Brasileiro de Alfabetização] já alfabetizou 420 mil”* (23/12/1970). Um editorial de capa elogiou a política educacional do governo e estabeleceu prioridades para o setor: *“MAS QUE EDUCAÇÃO? Aquela engajada no processo de produção, atenta às peculiaridades de cada área e às necessidades do mercado de trabalho”* (16/04/1970).

De acordo com algumas manchetes e editoriais, os trabalhadores brasileiros ampliavam seus direitos e sua presença na direção das fábricas: *“Decisão histórica de Médici: Instituída a Caderneta de Participação: Trabalhador vai ser sócio do desenvolvimento das empresas”* (21/08/1970). Um editorial elogiava um projeto que previa a destinação de parte do faturamento das empresas aos trabalhadores,

preconizando que Médici teria posto “*em sua plenitude*”, “*a máquina de decisão democrática*” (25/08/1970).

A “obra” da “revolução” era constantemente louvada nos editoriais de capa. Sob o título “*Brasil acima de tudo*”, afirmava-se: “*DE 1964 PARA CÁ, este País deu um salto. Saiu do caos para a vitalidade*” (19/09/1969). A “revolução” “*REALIZA ADMIRÁVEL obra sócio-econômica*” (24/11/1970). Os aniversários do golpe eram sempre comemorados: em 1969, o editorial teve como título “*Cinco anos fecundos para o Brasil*” (1/04/1969). Em 1970, uma grande manchete destacava: “*Revolução, Ano VII*”. O editorial da mesma edição intitulava-se “*Seis anos fecundos*” (31/03/1970). O jornal reagiu a uma matéria crítica do *Times*, que havia se referido a “*governos militares ultraconservadores*” da América Latina. O editorial de *O Globo* protestou, salientando que o governo brasileiro sequer podia ser taxado de “*conservador*”, pois estaria implementando importantes reformas (16/10/1970).

O Brasil de *O Globo*, além de estar passando por um grande desenvolvimento econômico acrescentado de políticas sociais e melhorias para os trabalhadores, também era democrático ou estava no caminho de assim se tornar. Autoritários seriam os adversários do regime. Um editorial de capa afirmava que já estava comprovado “*o caráter democrático da Revolução Brasileira*”; a “*anti-Revolução*” ou a “*contra-Revolução*” é que constituía “*A DITADURA*” (08/08/1969). Em outro editorial de intitulado “*Progresso Real*”, afirmava-se que a democracia no Brasil se consolidava (18/11/1970).

As lideranças políticas do país, além de democráticas, gozavam de grande popularidade. Uma manchete informava: “*Junta endossa o compromisso democrático de Costa e Silva*” (11/09/1969). Um editorial sustentava que Costa Silva era “*uma figura popular*”, dispoendo de muitos “*atributos*”, sendo “*estimado do povo*” (2/09/1969). Assim foi anunciada sua morte: “*Brasil enlutado*” (18/12/1969).

Felizmente, os sucessores de Costa e Silva seriam igualmente democráticos, populares e nacionalistas: “*A aula de Médici – presidente quer progresso sem sacrificar liberdades*” (11/03/1970), “*Médici prestigia o Congresso*” (12/11/1969), “*Médici vai ao povo na praça*” (26/01/1970), “*Governo faculta TV e rádio para a oposição*” (26/06/1969), “*Exército é fiel à democracia*” (8/05/1970) e “*Geisel exalta a bandeira*” (19/11/1970). E após um discurso no qual Médici dizia acreditar na liberdade, um editorial de *O Globo* preconizava: “*A NAÇÃO DÁ UM VOTO de confiança no credo do General Médici*”. Outro editorial sustentava que o presidente conduzia o país à

“plenitude democrática” (18/8/1970). Com o título “Claro, modesto e firme”, tratando da composição do governo, o editorial de *O Globo* sustentou: “TALVEZ NA HISTÓRIA do Brasil não haja outro momento em que o governante dispusesse de tão ampla liberdade para escolher bem como agora”(9/10/1969). A manchete da última edição do jornal de 1969 era carinhosa com Médici: “Um feliz ano novo, presidente” (31/12/1969).

O Globo pedia que os brasileiros confiassem em suas lideranças e cobrava apoio ao regime. O editorial que anunciava Médici como presidente convocava: “UNIÃO NACIONAL em torno da Revolução e de seu novo líder – é palavra de ordem. Dividir é trair” (7/10/69). Manchetes estimulavam o envolvimento nas eleições: “O voto é participação: Todos às urnas amanhã” (14/11/1970), “Eleições domingo marcarão o fim do voto de cabresto” (12/11/1970). Editoriais também reforçavam a idéia de que as eleições se tornavam livres de irregularidades e de corrupção:

“A DEMOCRACIA BRASILEIRA consolida-se: o processo eleitoral livra-se aos poucos do empreguismo e do poder econômico (estatal ou privado). Estas eleições representaram um progresso REAL em termos de participação popular. Mais um passo acaba de ser dado no sentido da ‘plenitude’ de que nos falava o Presidente Médici” (18/11/1970).

O jornal, no editorial “Confiança na Revolução”, expôs sua definição de regime democrático. Segundo *O Globo*, mesmo nas “democracias mais avançadas do Ocidente”, a população se limitava a participar das eleições. “OS GRANDES MOVIMENTOS políticos são obra das elites” (20/11/1970).

Os editoriais de capa sustentavam que a população simpatizava com a ditadura militar e compreendia seus atos mais repressivos: “A MAIORIA OPTOU pela Revolução” (20/11/1970), “o povo recebeu com muita compreensão o Ato 5” (25/01/1969) e “É VISÍVEL QUE FOI quebrado o gelo entre povo e revolução” (30/10/1970). O clima entre os brasileiros era de grande comunhão: “UM PAÍS UNIDO e confiante celebra hoje o Dia da Pátria” (7/09/1970) e “CAMINHA O BRASIL firmemente no sentido da pacificação interna” (30/10/1970).

Porém, existiam pequenos grupos – os “terroristas” – que insistiam em prejudicar o país, se valendo de métodos cruéis e amorais. Eis algumas manchetes: “MAR [Movimento de Ação Revolucionária] usou uma criança como escudo” (08/08/1969), “Terrorista mataria o próprio pai” (08/10/1970), “Ante a repulsa geral do povo – terroristas tentam captar simpatias” (11/04/1970), “Subversão só tem um objetivo:

matar e destruir – outro jovem abandona o terror” (09/07/1970) e *“Dinheiro do terror era gasto em orgias”* (29/01/1970). Um editorial assim noticiou o seqüestro de Charles Burke Elbrick, embaixador dos EUA, pelas organizações clandestinas: *“UM GESTO DE EXTREMA brutalidade chocou a população pacata e ordeira do Rio”* (5/09/1969).¹⁵⁰

João Batista de Abreu, em seu estudo sobre a cobertura da mídia referente à luta armada no Brasil, mostra como *O Globo* cobriu a morte de Henning Boilesen, presidente do grupo Ultragás, que financiava órgãos repressivos da ditadura militar, como a Operação Bandeirantes (OBAN). O empresário teria sido *“vítima de um selvagem atentado terrorista”, sendo “metralhado covardemente pelas costas”*. *“Seu único crime: amar profundamente o Brasil”*. A matéria sugere que houve comoção do *“povo”* diante do acontecimento. No editorial do mesmo dia, são utilizadas pressões do tipo: *“bandidos marxistas”, “tempo de cangacerismo”, “atrocidade é a palavra ligada à história do movimento comunista”* e *“Marx, o Profeta do Ódio”*. Em nenhum momento, se mencionou que Boilesen obtinha fundos para a OBAN, instituição que se valia amplamente de torturas e assassinatos, ou que o empresário era próximo de Sérgio Paranhos Fleury, notório torturador da ditadura.¹⁵¹

Se a democracia não era totalmente plena no Brasil, isso se devia a ação desses *“terroristas”*, que forçavam o regime a se defender, criando uma situação de exceção. Essa é a linha argumentativa de alguns editoriais: *“AS FORÇAS ARMADAS brasileiras caracterizam-se pela desambição dos seus quadros. Têm horror a procedimentos ditatoriais. Vivemos um momento de exceção provocado claramente pela terrível ameaça do terrorismo”* (10/01/1970). Muito pior estaria o país se estivesse sob domínio dos subversivos. Durante o seqüestro do embaixador dos EUA, um editorial ressaltava que, não fosse *“31 de março”*, o Brasil seria governado pelos correligionários dos seqüestradores (05/09/1969).

Enquanto as organizações da esquerda armada eram descritas como violentas, a repressão do governo agia humanamente. Um editorial sustentou que o regime atuara com *“nobreza”* durante o seqüestro do embaixador da Alemanha (17/06/1970). *“Um*

¹⁵⁰ O jornal também não tinha simpatia pelo movimento estudantil nacional e mundial, que havia se destacado principalmente em 1968, comemorando seu refluxo. No Editorial *“Saudável Decepção”*, *O Globo* celebra: *“FINALMENTE, APÓS enorme orgia, a parcela da juventude atingida pelo mal desilude-se da utopia”* (12/06/1969).

¹⁵¹ Apud ABREU, João Batista de. *As manobras...*op.cit.p.172

gesto tocante” era o título do editorial que saudava a atuação do governo durante o seqüestro de Charles Elbrick (5/09/1969). O jornal chegou a admitir que não se contentava com a perseguição de professores “*por motivos político-ideológicos*”, mas acrescentou que o “*lamentável*” processo não havia sido iniciado pela “*Revolução*”, “*mas pelo outro lado*”, pela “*esquerda radical*” (19/05/1969).

Além da esquerda armada, outro grande adversário de *O Globo* era constituído por aqueles que denunciavam a tortura no país. No período 1969-1970, foram freqüentes editoriais de capa e manchetes contra os grupos anti-tortura. Tratar-se-ia de uma “*campanha contra o Brasil*” (22/11/1969), “*Campanha hedionda*” (02/04/1970), “*campanha de difamação no exterior*” (01/08/1970), feita pelos “*inimigos do Brasil*” (07/03/1970). O Comitê de Defesa dos Presos Políticos Brasileiros, organizado no exterior, foi chamado de “*Comitê Contra o Brasil*” (10/01/1970). Os objetivos dos críticos era difamar a “*revolução*”: “*PROSSEGUE A OFENSIVA hiperbólica contra a revolução brasileira*” (02/04/1970); “*ESTAMOS DIANTE de mais uma iniciativa para tentar desmoralizar no exterior a Revolução Brasileira*” (04/12/1969).

O Globo centrava seus ataques em D. Hélder Câmara, que denunciava a tortura de presos políticos no Brasil. Uma manchete associava o Bispo àqueles que visavam abolir as tradições da Igreja Católica: “*Padres anticelibato aplaudem D.Hélder*” (8/01/1970). Em outra edição, abaixo de uma foto de Câmara, havia o seguinte escrito: “*D. Hélder: por toda Europa, uma cruzada contra seu próprio país*” (04/8/1970). No editorial “*D. Hélder Câmara e a onda anti-Brasil*”, afirma-se que o Bispo estaria fazendo “*calúnias contra o Brasil*” (1/07/1970). O jornal ressaltava que os integrantes da Igreja Católica mais próximos da esquerda, em especial, aqueles vinculados à Teologia da Libertação, não seguiam as orientações do papa. Daí a manchete “*Deus seja louvado! Papa não abençoou o terror*” (08/07/1970).¹⁵²

As denúncias não passariam de mentiras. O jornal insistia não haver tortura no Brasil: “*NÃO CREMOS QUE HAJA tortura nesse país*”, salientava um editorial (04/12/1969). “*O GOVERNO ESTÁ no dever de destruir todas as mentiras que se dizem no exterior contra o regime brasileiro, que, aliás, salvou o País dos mais terríveis torturadores que a história já conheceu*” (22/11/1969). O mesmo editorial ressaltava

¹⁵² Outro integrante da Igreja Católica que denunciava a tortura foi atacado pelo jornal. Tratava-se do padre belga Jean Talpe. De acordo com o editorial de *O Globo*, Talpe participara da greve de Osasco, movimento que rendeu operárias e crianças e as forçou a não trabalhar. “*FOI UM MOVIMENTO desse tipo que o padre belga, que ora se dedica a difamar o Brasil na Europa (...) articulou em companhia de outros extremistas*” (22/11/1969).

que os presos trocados pelo embaixador dos EUA estavam em “*excelentes condições físicas*”. Lembrava que tais denúncias de maus tratos já haviam se mostrado sem procedência após “*rigorosa sindicância do General Geisel*”. Outro editorial preconizava que “*a verdade sempre triunfa*” e que “*as deformações da imagem do Brasil*” não impressionariam ninguém “*dentro do curto prazo*” (15/08/1970).¹⁵³

Este era o Brasil das capas de *O Globo* entre 1969 e 1970. Os brasileiros, com a exceção dos “*extremistas*” e difamadores, estariam unidos rumo ao desenvolvimento e à democracia.

Ao se analisar as capas de *O Globo* no período em questão, percebe-se o quão longe jornal foi em seu alinhamento com a ditadura militar. As representações do país, do regime e de seus opositores difundidas pela ditadura eram rigorosamente as mesmas do periódico, não só em seus editoriais, mas também nas manchetes “informativas”. As imagens de “Brasil Grande” propagadas pela AERP eram reforçadas por *O Globo*, com a vantagem deste não ser um veículo oficial do governo, mas supostamente um jornal “independente”.

No Brasil da ditadura militar e de *O Globo*, o desenvolvimento econômico transcorria sem contradições, favorecendo toda a “nação”. Nos anos de 1969 e 1970, não encontramos praticamente nenhuma manchete que tratava de problemas sociais. As exceções foram “*5 milhões estão ainda sem escola*” (3/03/1969) e “*Desespero, êxodo, lojas e trens saqueados: é a seca*” (27/05/1970). Neste último caso, destaca-se claramente a responsabilidade da natureza nos problemas sociais, e não a concentração de terras e a exploração que sofriam os camponeses, que não raro, se dirigiam para as grandes cidades em virtude da falta de opções e coerção no meio rural.

Não eram os problemas que eram realçados por *O Globo*, mas as supostas melhorias dos trabalhadores e da educação em geral. O jornal se distanciava enormemente das condições concretas do país. No caso dos trabalhadores, o que se assistiu foi repressão violenta de suas entidades de classe, a proibição da greve, o fim da estabilidade no trabalho, o arrocho salarial concomitante ao aumento da produtividade, o crescimento dos acidentes de trabalho e da rotatividade da mão de obra. *O Globo* afirmou que os trabalhadores haviam se tornados “*sócios*” das empresas (21/08/1970):

¹⁵³ Os editoriais de *O Globo* também atacaram os críticos da situação dos indígenas no Brasil: “*TODOS NÓS SABEMOS que este País adota uma política exemplar em matéria de proteção aos índios. (...) O Estado vem cuidando dos silvícolas com desvelo*” (2/12/1969) e “*INVENTEM OUTRA, pois a história do genocídio não rende mais nada*” (31/01/1970).

estranhos sócios esses que poderiam a qualquer momento ser mandados para a rua ou verem seus ordenados diminuídos.

Quanto à educação, ocorreram cortes no orçamento federal para a área ano a ano, as escolas públicas ficaram em péssimas condições e um grande contingente em idade escolar estava fora dos colégios. O Mobral decididamente não diminuiu os problemas, boa parte de seus “alfabetizados” sequer sabiam assinar o próprio nome. Soa quase hilária a manchete “*Melhora a situação dos professores*”, vide a precarização desses profissionais. Finalmente, a educação dos tempos da ditadura abandonava a linha de estímulo ao pensamento crítico, para voltar-se para o crescimento da produtividade e preparo para o mercado de trabalho. Como vimos acima, *O Globo* defendeu o mesmo modelo de educação imposto pelo regime militar (16/04/1970).¹⁵⁴

Se apropriando de uma importante bandeira das reformas de base, o jornal sustentou que a reforma agrária avançava no país. Mais uma vez, *O Globo* se divorciava da realidade. As entidades dos camponeses haviam sido desmanteladas brutalmente e a concentração fundiária persistia ou mesmo era reforçada. Em 1970, 1,73% dos estabelecimentos rurais abarcavam 50,5% da área agrícola global brasileira.¹⁵⁵

Assumindo o ideário da ditadura militar, o golpe de 1964 era tratado como “Revolução”. O regime não era ditatorial, nem conservador. Seus adversário é que seriam autoritários. Sobretudo nos editoriais, a linguagem utilizada é tão próxima daquela empregada pelos integrantes das Forças Armadas – como “*dividir é trair*” (07/10/1969) ou “*um país unido e confiante celebra hoje o Dia da Pátria*” (07/09/1970) – que tem-se a sensação de estar lendo um periódico de circulação interna do Exército, e não um jornal de circulação nacional, um dos maiores do país.

A ditadura militar era mostrada em *O Globo* como democrática, com lideranças adeptas da democracia. O jornal deixou claro que democracia significa apenas votar e que a participação direta da população nas questões políticas deve ser evitada. Afinal, são “as elites que comandam” (20/11/1970). O elitismo do jornal também apareceu em uma manchete referente aos salários: “*Caos na hierarquia salarial: porteiros ganham igual a coronéis*” (19/01/1970). Para *O Globo*, as hierarquias devem ser nítidas e

¹⁵⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e...*op.cit.p.155, REIS FILHO, Daniel Aarão, *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.p.58, SOUZA, Maria Inez Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional pós-64*. Petrópolis: Vozes, 1984.

¹⁵⁵ O processo de “modernização” do campo brasileiro promovido pela ditadura militar implicou na expulsão e assassinato de posseiros. D. Pedro Casaldália, bispo da Prelazia de São Felix, declarou em 1973: “estamos condenados ao latifúndio capitalista... Morra o homem, viva o boi”. Apud BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e...*op.cit.p.48 e 62.

incontestes: a elite ganha bem e decide os destinos do país; os porteiros e subalternos em geral devem se satisfazer com salários mais baixos e restringir sua participação política ao voto nas eleições (ainda que seu deputado escolhido possa ser cassado pouco depois).¹⁵⁶

Mesmo para os modestos padrões da democracia liberal, não havia participação política e claramente o regime não era “democrático”. A começar pelo fato do Congresso ter sido fechado em diversas ocasiões e pelas contínuas cassações de mandatos de deputados de linha mais crítica. O AI-5 estava em plena vigência, dando amplos poderes ao presidente da República. Os dirigentes da ditadura não seguiam as próprias leis que impunham, alterando-as sempre que necessário. Pequenas críticas poderiam significar prisões e tortura. Ainda assim, o regime procurava manter aparências democráticas, com a alternância de presidentes e se declarando grande defensor da democracia. Nesse sentido, a ditadura militar teve *O Globo* como aliado, que sistematicamente ignorava a realidade política do Brasil e taxava o regime de “democrático” justamente no momento em que este se tornava vez mais indisfarçavelmente ditatorial.

Para *O Globo*, anti-democráticos eram os adversários da ditadura militar, principalmente os adeptos da luta armada. Tratados como “terroristas”, os militantes das organizações clandestinas eram mostrados como uma ameaça a toda a sociedade. Tratar-se-iam de “elementos” muito perigosos, cruéis e sem escrúpulos. De acordo com as manchetes citadas acima, os “extremistas” não teriam piedade com os menores, usando crianças como escudo (08/08/1969), não respeitavam a família – um militante planejava matar o próprio pai (08/10/1970), eram depravados – dinheiro da organização era gasto com orgias (08/10/70) e apenas tinham como objetivo matar e destruir (09/07/1970). Vale ressaltar, não se tratavam de editoriais, mas de manchetes de capa! Por pouco não se disse que “os comunistas comem criancinhas”, dado o caráter panfletário do periódico.

Em *O Globo*, a luta armada foi tratada como um “caso de polícia”, seus atos não se diferenciavam dos “crimes comuns”. A ditadura militar também procurava apresentar os militantes da esquerda armada como “bandidos”, inclusive mantendo-os presos em cadeias com prisioneiros comuns, tal como no Presídio da Ilha Grande. Mostrando os

¹⁵⁶ Na concepção de sociedade presente nos editoriais de *O Globo*, os empresários tem como “função específica” lucrar; dar mais “responsabilidades” para eles significa “mergulhar (...) num universo socialista”. (19/01/1970)

guerrilheiros como frios assassinos amorais, “terroristas” sem ideais políticos, *O Globo* visava difundir o pânico principalmente nas classes médias e legitimar a repressão vigente. Aliás, esta última sim teria humanidade, agiria com “nobreza” (17/06/1970).

Na verdade, ao invés de atuar com “nobreza”, a ditadura militar empregava sistematicamente a tortura, embora negasse veementemente sua utilização. Procurava difamar – além de prender e eliminar – aqueles que denunciavam os suplícios. O Bispo Hélder Câmara foi particularmente visado; o regime fez arranjos bem sucedidos para que ele não ganhasse o prêmio Nobel da Paz. Em 1969, seu assistente, o padre Henrique Pereira Neto, foi assassinado por grupos de direita. O governador de São Paulo, Abreu Sodré, acusou D. Hélder de pertencer à “máquina de propaganda do partido comunista”, chamando-o de “Fidel Castro de Batina”.¹⁵⁷

O estreito alinhamento *O Globo*-ditadura novamente se mostrava presente nas páginas do jornal. Diversos editoriais negavam a existência de tortura e desacreditavam aqueles que a denunciavam. Desafeto da ditadura, D. Hélder também era atacado pelo jornal. Os críticos dos suplícios não eram considerados defensores dos direitos humanos, mas sim “inimigos do Brasil”. Ao atuar como parceiro do regime nessa temática, o jornal colaborou com a repressão, permitindo que seus agentes torturassem impunemente, sem o conhecimento geral da sociedade. Portanto, mortos em “tiroteios” ou “suicídios” – falsas versões dadas pela ditadura para explicar a eliminação dos seus adversários – ganhavam plausibilidade, afinal, como insistia *O Globo*, não havia maus tratos contra presos no Brasil...

Atualmente, a grande imprensa gosta de lembrar que, nos tempos da ditadura militar, sofria com a censura, sendo proibida de tratar de certas temáticas e fatos. São ressaltados os “dribles” aos censores, quando matérias, subliminarmente, faziam alguma crítica, ou quando se alertava aos leitores que algumas reportagens haviam sido interditas, colocando em seu lugar textos sem sentido aparente, como receitas de bolo. O que se destaca menos é o colaboracionismo da imprensa com o regime, assunto muito menos virtuoso.

O Globo utilizou a mesma linguagem e expressões da ditadura militar e de seus órgãos repressivos. Tamanha sintonia entre o jornal e o regime fazia com que este

¹⁵⁷ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos nas sombras: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p.108, apud SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo Tancredo*, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p.306.

último descartasse o uso da censura para o periódico de Roberto Marinho. Como lembra Mino Carta, embora a grande imprensa goste de passar uma imagem de heroísmo e desafio à ditadura, tinha boas relações com os governos militares: “*O Globo* jamais foi censurado. *O Jornal do Brasil* jamais foi censurado. *A Folha* jamais foi censurada. (...) Esses órgãos jamais foram censurados; eles fizeram o jogo. Cumpriram pontualmente o que se desejava deles”. Interessante observar que seriam justamente esses veículos de imprensa que mais se adaptaram à situação e menos resistiram ao regime que dominariam o mercado de comunicação no país após a redemocratização.¹⁵⁸

Importantes nomes do jornalismo de *O Globo* não negam a proximidade com a ditadura. Evandro Carlos de Andrade, diretor do jornal a partir de 1972, frisou: “nunca fui contra os militares, nunca, nunca, nunca. Mas (...) era contra a censura”. Censura esta, que não precisou ser utilizada em *O Globo*. O ministro da Justiça de Geisel, Armando Falcão lembra: “Dr. Roberto Marinho nunca me criou qualquer tipo de dificuldade, eu como ‘ministro censor’ e ele diretor d’*O Globo*, (...) da Rede Globo, da Rádio Globo...”¹⁵⁹

As capas de 1969 e 1970 de *O Globo*, além dos depoimentos citados, não deixam dúvidas quanto ao apoio das Organizações Globo à ditadura militar. As empresas de Marinho defendiam o regime que abria espaço para a expansão das mesmas. Entretanto, a crise da ditadura não implicaria na fragilização política da Globo, como veremos a seguir.

1.4.4: As Organizações Globo nos tempos da redemocratização

No final da década de 70, as Organizações Globo já figuravam como maior grupo de mídia do país, com enorme influência política. Nessa época, principalmente a partir do cenário recessivo da economia brasileira, apareciam as contradições entre as classes dominantes que apoiavam a ditadura militar. Surgiam atritos entre o capital industrial e o financeiro, entre empresas dependentes das “reservas de mercado” e aquelas críticas desta política. O setor agrário desejava a continuação da política de subsídios às exportações agrícolas. O governo tentava conter, sem sucesso, a inflação ora com cortes

¹⁵⁸ Apud ABREU, João Batista de. *As manobras...*op.cit.p.64.

¹⁵⁹ Figuras de outros jornais também assumiram seu apoio à ditadura. Boris Casoy declarou: “os jornais são empresas vinculadas ao capitalismo, ao anticomunismo, e nunca estiveram do lado dos guerrilheiros, até reprovavam a repressão contra eles. O resto nós não aprovávamos, mas aceitávamos. Do fundo do meu coração, eu os apoiava, apoiava”. Apud SMITH, Anne-Marie. *Um acordo...*op.cit.p.186 e 187. HARTOG, Simon. *Além do cidadão Kayne*. Documentário, 1993.

de gastos, ora com controle de preços. Ao mesmo tempo, as classes subalternas voltavam à cena, sobretudo a partir de 1978, com as greves do ABC.¹⁶⁰

No início dos anos 80, refletindo os conflitos intra-classe dominante, as Organizações Globo começavam a se afastar do regime militar. Roberto Marinho informou ao presidente Figueiredo que não apoiaria o candidato oficial da ditadura, Paulo Maluf – seu desafeto pessoal – nas eleições indiretas para presidência da República de 1985. Foi no contexto deste afastamento com o regime que o *Jornal Nacional* deu destaque às agressões cometidas pelo comandante militar do Planalto, o general Newton Cruz, contra um jornalista de uma emissora de rádio brasiliense.¹⁶¹

Com a crescente impopularidade da ditadura e crise do regime, os veículos de comunicação das Organizações Globo gradativamente foram diminuindo seu tom oficialista. Um diretor do *Jornal Nacional* reconheceu: “não podíamos continuar tentando vender um produto tão impopular como o Ministro Delfim Neto”.¹⁶²

Nos anos 70, já havia uma preocupação com a excessiva proximidade do jornal *O Globo* com a ditadura militar. Assim, a orientação foi mudar a imagem do periódico, ampliando o espaço ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O jornalista José Augusto Ribeiro, editor de política de *O Globo*, lembra que foi chamado por Roberto Marinho, que teria lhe dito em 1974: “*O Globo* apoiou a Revolução e continua a apoiar. Agora, *O Globo* tem que ser lido por partidários da revolução e seus adversários. Tem leitores que vão votar no MDB e nós não podemos perder esses leitores”.¹⁶³

Ao mesmo tempo, a ditadura começava a dar sinais de preocupação com o enorme poderio político das Organizações Globo. Em 1975, o ministro das Comunicações, coronel Quandt de Oliveira, que anos antes havia dado parecer favorável a Marinho no caso Time-Life, explicitou seu receio com a influência da Globo, “hidra dos nossos dias”. Essa preocupação levou a ditadura a abrir licitações públicas para novas concessões de canais de televisão, tornando possível o surgimento do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e TV Manchete.¹⁶⁴

Nos anos 80, Roberto Marinho articulou-se com grupos político de oposição. *O Globo*, em consonância às orientações de seu proprietário, deu destaque a uma

¹⁶⁰ FONTES, Maria Virgínia e MENDONÇA, Sônia Regina. *História do Brasil recente* (1964-1980). São Paulo: Ática, 1994.p.61-65,

¹⁶¹ LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...*op.cit.p.170.

¹⁶² Apud SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Muito além...*p.40.

¹⁶³ Apud ABREU, Alzira Alves, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e KORNIS, Mônica. *Mídia e...*op.cit.p.52.

¹⁶⁴ Apud idem, p.171 e 173.

declaração do Ministro do Exército, Walter Pires, condenando a fidelidade partidária e insuflando os governistas a votarem na oposição e não em Maluf. A cobertura do jornal às afirmações de Pires foi importante para o lançamento da candidatura de Tancredo Neves. Segundo Bial, no dia seguinte a reportagem, Tancredo ligou para Marinho se declarando candidato.¹⁶⁵

A aproximação das Organizações Globo com grupos políticos do MDB não significava distanciamento total com a ditadura militar. O regime e os veículos de Marinho continuavam possuindo adversários em comum – que normalmente eram inimigos de todas as frações das classes dominantes. Um exemplo era o movimento operário, que se reorganizava e voltava a promover greves, destacando-se o ABC paulista. A cobertura das empresas de comunicação da Globo era tão desfavorável aos trabalhadores que ocorreram atritos entre jornalistas e grevistas. Em maio de 1978, metalúrgicos revoltados com o tratamento recebido pelo *Jornal Nacional* viraram uma caminhonete da emissora e ameaçaram incendiar a sede da Globo em São Paulo.¹⁶⁶

Coerente com os demais veículos do conglomerado de Marinho, *O Globo* estampou um editorial de capa intitulado “*Partidários da crise*” contra as greves de maio de 1978 em São Paulo. O jornal se afirma surpreso com a mudança de rumos do movimento sindical, que abandonava uma linha “*realista*”, de “*diálogo e debate*” para o “*conflito*” (17/05/1978).¹⁶⁷

Armando Nogueira, diretor da Central Globo de Jornalismo, argumentou que a cobertura hostil às greves, que sequer davam voz às lideranças sindicais, se devia as pressões da ditadura militar que poderia até cortar a concessão da emissora. O estudioso de mídia Venício de Lima ressalta que a censura já estava abolida e que a maneira com que a emissora noticiava o movimento operário era de sua própria responsabilidade. Um indício de que a emissora não desejava divulgar informações que causassem simpatias

¹⁶⁵ Para Bial, o fato de *O Globo* ter valorizado a entrevista de Pires, colocando-a na capa do jornal, não teve ligada a qualquer interesse político. Tratar-se-ia somente de um “furo” de reportagem. BIAL, Pedro. *Roberto...op.cit.p.270*.

¹⁶⁶ Coberturas da Rede Globo gerariam repúdio em outras ocasiões, como nas greves da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1984 e 198. *Jornal Nacional*: a notícia...op.cit.p.80, 81, 184 e 185.

¹⁶⁷ Em 1 de maio de 1978, dia do trabalhador, o editorial de capa de *O Globo* afirmava que a “*animosidade*” entre capital e trabalho era datada, limitada aos primeiros tempos da revolução industrial. Quanto ao Brasil, criticou o atrelamento dos sindicatos ao Estado, que permitia sua manipulação pelos governantes, tal como no governo Goulart e “*suas teses conspiratórias*”. “*DE 64 PARA cá, pode-se dizer que o movimento sindical foi depurado de influências espúrias...*” Para o jornal, quem conspirava era Goulart, e não aqueles que o derrubaram. E considerava “*depuração*” a cassação e eliminação das diretorias sindicais combativas do pré-golpe. Finalmente, *O Globo* negava a existência de contradições entre capital e trabalho que cismavam em reaparecer em suas páginas.

aos trabalhadores foi a proibição de um programa do *Globo Repórter* sobre as greves do ABC. O referido programa não foi ao ar por ordem de Roberto Marinho.¹⁶⁸

A greve dos trabalhadores da refinaria de Paulínia (SP) em julho de 1983 também ilustra as pressões internas das empresas de Roberto Marinho. O governo, através do Departamento Nacional de Telecomunicações, subordinado ao Ministério das Telecomunicações, intimidou alguns órgãos de imprensa que cobriam a greve, como a Rádio Bandeirantes de São Paulo. A Rede Globo continuou noticiando a mobilização dos trabalhadores, sempre dando voz aos críticos da greve. Dois repórteres assumiram que praticavam auto-censura durante os acontecimentos de Paulínia: “procuro encaixar a cobertura nos padrões que conheço da empresa. Sei que se fizer uma matéria que vai incomodar, acabarei não cobrindo coisa alguma”. Outro jornalista declarou: “nós, os repórteres, estamos bastante sintonizados com o que ele [Roberto Marinho] gosta e o que ele não gosta”.¹⁶⁹

Fica claro que a deslegitimação das greves no contexto da “abertura política” não se dava por imposição da censura oficial da ditadura militar, mas pela orientação política das Organizações Globo. Os veículos de Marinho são profundamente vinculados ao grande capital, compartilhando com este sua aversão aos movimentos populares.

O “novo sindicalismo” não era o único inimigo comum das Organizações Globo e da ditadura militar.¹⁷⁰ Leonel Brizola, um dos principais nomes da esquerda no contexto da campanha das “reformas de base” dos anos 60, havia retornado do exílio, organizado o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e se lançado candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro em 1982 com grandes chances de vitória.

Houve uma tentativa de fraudar os resultados das eleições de 1982. A empresa responsável por computar os votos, a Proconsult, cujos integrantes tinham vínculos com o Serviço Nacional de Inteligência (SNI), dispunha de um esquema que desfalcava votos de Brizola. Ao mesmo tempo, contabilizava-se primeiro as urnas que vinham do

¹⁶⁸ O cineasta Eduardo Coutinho, que trabalhou no *Globo Repórter*, lembra: “era mais fácil trabalhar na Globo em 1970 do que hoje, naquele momento não era a Globo que censurava. De 1979 para adiante, muda inteiramente: o governo abre e a Globo fecha. E fecha tão mais fortemente, quando começam a ascender as forças de esquerda”. PALHA, Cássia Rita Louro. *A Rede...op.cit.p.80 e 188*, Apud RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2000.p.325.

¹⁶⁹ Apud LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...op.cit.p.150*.

¹⁷⁰ A expressão “novo sindicalismo” é debatida pelos especialistas. Tal denominação foi criada pelos próprios sindicalistas de fins dos anos 70, para destacarem sua ruptura com o “velho” sindicalismo “populista”. Para uma discussão desta questão, ver MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos...op.cit.*

interior, onde Moreira Franco liderava. O papel das Organizações Globo seria o de imprimir credibilidade ao falso resultado, criando uma “opinião pública” favorável à fraude. Nesse sentido, *O Globo* deu algumas manchetes colocando Moreira Franco à frente de Brizola.¹⁷¹

Protestos do PDT e de simpatizantes de Brizola impediram o andamento da fraude. Nas ruas, a palavra de ordem era: “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”. A revolta contra as equipes da emissora levou alguns repórteres até a se disfarçarem para andar na rua.¹⁷²

Anos mais tarde, em 1987, em entrevista ao *The New York Times*, Roberto Marinho admitiria que fazia grande oposição a Leonel Brizola, procurando inclusive provocar sua derrota nas eleições seguintes ao “escândalo Proconsult”:

“Em um determinado momento, me convenci que Sr. Leonel Brizola era um mau governador. Ele transformou a cidade maravilhosa que é o Rio de Janeiro em uma cidade de mendigos e vendedores ambulantes. Passei a considerar o Sr. Brizola daninho e perigoso e lutei contra ele. Realmente usei todas as possibilidades para derrotá-lo na eleição”.¹⁷³

O movimento das “Diretas-Já” foi outro momento em que a Globo e a ditadura militar compartilhavam adversários no contexto da redemocratização. Em março de 1983, o deputado Dante de Oliveira apresentou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional estabelecendo eleições diretas para presidência. No ano seguinte, foram organizadas passeatas e comícios em diversas regiões do país em defesa da emenda. O *Jornal Nacional* ignorou o movimento, de modo a não torná-lo mais conhecido e, por conseguinte, não obter mais adeptos. As mobilizações de Curitiba, Vitória, Salvador e Campinas não foram noticiadas pelo telejornal. A Rede Globo chegou a se recusar a transmitir localmente propaganda paga convocando para o

¹⁷¹ O jornalista Luiz Carlos Cabral lembra que foi repreendido por Roberto Marinho por ter noticiado que Brizola ganharia as eleições. As notícias de fraude também não eram divulgadas. O jornalista Luis Carlos Cabral, editor de notícias da TV Globo, afirmaria em 1986: “as notícias de fraude estavam pipocando por toda a parte. Começamos a cobri-las. Era a nossa [dos jornalistas] oportunidade. Mas nada foi ao ar. Ordens superiores proibiram qualquer notícia sobre a fraude”. Apud LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...op.cit.p.148*, AMORIM, Paulo Henrique e PASSOS, Maria Helena. *Plim-plim... op.cit.p.99 e 100*.

¹⁷² Idem, p.73 e 74.

¹⁷³ Quanto ao caso Proconsult, a investigação foi arquivada em 1987 sem conseqüências para os artífices do complô. Importantes nomes do jornalismo da Globo negaram qualquer envolvimento, mas reconheceram a existência de uma tentativa de fraudar as eleições. Essa foi a linha de depoimentos para o livro de memórias sobre o *Jornal Nacional* de Luis Carlos Cabral, Evandro Carlos de Andrade e Alberico Souza Cruz. Este último declarou: “hoje, eu estou convencido de que existia um complô. Mas a Globo não participou, até porque a gente não tinha competência para isso. Podia até ser que algumas pessoas da Globo tivessem conhecimento desse complô contra o Brizola, mas nós não tínhamos.” Apud LIMA, Venício de. *Mídia: crise...op.cit.p.70*, Apud *Jornal Nacional: a notícia...op.cit.p.116*.

comício de Curitiba. E, faltando duas semanas para a votação da emenda de Dante Oliveira, o *JN* finalmente fez uma cobertura das manifestações de São Paulo, mas apresentado-as de modo gritantemente distorcido. O ato que reivindicava eleições diretas apareceu como uma comemoração ao aniversário da cidade. Uma vez mais, as empresas de Marinho sofreram repúdio de manifestantes e “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” voltava a ser cantado nas ruas.

No livro de memórias sobre o *Jornal Nacional*, alguns importantes nomes do jornalismo da emissora invocaram a censura governamental como justificativa da ausência da campanha das Diretas-Já no *JN*. Porém, houve quem ressaltasse também as pressões internas. José Bonifácio de Oliveira, o Boni, diretor da TV Globo, afirmou em 2005: “a campanha das Diretas foi um censura dupla: primeiro a censura da censura, depois a censura do doutor Roberto”. Marinho, por sua vez, admitiu em entrevista à *Veja* no ano de 1984, que acreditava que os comícios pró-emenda Dante Oliveira poderiam trazer “inquietação nacional”, daí só serem feitas reportagens de âmbito regional. A “paixão nacional” teria feito a Rede Globo mudar de posição. Suas palavras não se referem às pressões estatais, dando a entender que a decisão de noticiar ou não as Diretas-Já foi interna.¹⁷⁴

A análise das capas de *O Globo* demonstra a pouca simpatia que as Organizações Globo tinham com a campanha das Diretas-Já. O jornal também se silenciou quanto ao movimento – em 26 de janeiro de 1984, dia seguinte à manifestação de São Paulo, não havia nenhuma manchete tratando do acontecimento. No dia 27 de janeiro, havia apenas um editorial de capa tratando do tema, admitindo que havia muitos manifestantes na Sé, mas ressaltando o papel da propaganda dos governos municipal e estadual na convocação da população, que fora atraída pelos shows de artistas populares e pelas passagens grátis de ônibus, metrô e trem. O editorial também salientou que as comemorações do “Grito do Ipiranga” costumavam entusiasmar os paulistas em todos os anos (27/01/1984). Nesse sentido, o editorial de *O Globo* se aproximava da cobertura do *Jornal Nacional* ao esvaziar o conteúdo político da concentração popular da Sé.

O referido editorial acrescentava que, na “*maioria dos países mais adiantados do mundo*”, cargos de governo são “*providos por voto indireto*” e condena alterações na legislação eleitoral feitas de modo brusco, pois faltava apenas um ano para as eleições. Para o jornal, cabia apenas ao Congresso modificar as regras do pleito. Finalmente, *O*

¹⁷⁴ *Jornal Nacional*: a notícia...op.cit.p.158-167, Apud LIMA, Venício de. *Mídia: crise...*op.cit.p.76 e 75.

Globo chamou os organizadores da campanha das Diretas de “*oportunistas*”, “*cegos de ambições*”, constituindo-se em um risco para a “*paz pública*” (27/01/1984). O jornal procurava legitimar as eleições indiretas e descartar manifestações de rua, defendendo que apenas os políticos poderiam fazer as leis – *O Globo* estava sendo coerente com sua noção de democracia, avessa a participação direta, como vimos anteriormente. Porém, “apagava” seu passado ao se opor à mudanças bruscas na legislação: o jornal fora favorável ao parlamentarismo em 1961, ao golpe e aos atos institucionais pós-64, para citar alguns exemplos.

Há registro de que um primeiro encontro entre Roberto Marinho e Tancredo Neves ocorreu em março de 1984. Um acordo teria sido feito e a Rede Globo finalmente passava a cobrir as Diretas-Já, como a manifestação do Rio de Janeiro em abril.¹⁷⁵

A proeminência política das Organizações Globo ficaria ainda mais transparente na organização do primeiro governo da “República Nova”. Pouco depois da sua vitória nas eleições indiretas, Tancredo Neves almoçou com Roberto Marinho, Antônio Carlos Magalhães e o vice-presidente José Sarney (concessionário de afiliadas da Rede Globo) em uma residência das Organizações Globo em Brasília. Poucos dias depois, o presidente recém eleito anunciou que seu secretário de Imprensa seria Antônio Brito, que era jornalista da Rede Globo, e que Antônio Carlos Magalhães seria seu ministro das Comunicações.¹⁷⁶

Figuras próximas de Marinho e Tancredo recordam da influência do primeiro na composição do governo do segundo. Jorge Serpa lembra que todos os ministros de Tancredo foram conversar com o dono das Organizações Globo. José Sarney confirma que o presidente eleito consultava Marinho na organização do Ministério. Tancredo teria dito a Ulisses Guimarães: “olha, Ulysses, eu brigo com o papa, eu brigo com a Igreja Católica, eu brigo com o PMDB, com todo mundo, eu só não brigo com o Doutor Roberto Marinho”. Em seu livro, Pedro Bial naturalizou o tráfico de influência de

¹⁷⁵ A emenda Dante de Oliveira foi derrotada no Congresso. Em janeiro de 1985, um programa do *Globo Repórter* legitimava as eleições indiretas, sustentando que o Colégio Eleitoral votaria exatamente como fariam as pessoas se tivessem direito a voto direto. LIMA, Venício de. *Mídia: crise...op.cit.p.171*, PALHA, Cássia Rita Louro. *A Rede...op.cit.p.216*.

¹⁷⁶ LIMA, Venício de. “Globo e política: ‘tudo a ver’” IN BOLAÑO, Cesar Ricardo S. e BRITTOS, Valério Cruz (orgs) *Rede...op.cit.p.125*.

Marinho: “portanto, *é natural* que, na hora de escolher os seus ministros, o presidente eleito Tancredo Neves submeta os nomes, *um a um*, ao dono da Rede Globo”.¹⁷⁷

Tráfico de influências este que não demoraria a gerar frutos: em 1986, o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, após consultar o então presidente Sarney, cancelou encomendas no valor de cem milhões de dólares a NEC do Brasil, cujo proprietário de 51% das ações votantes era o grupo Brazilianvest. O cancelamento deixou o grupo em dificuldades; em outubro Roberto Marinho comprava o capital da NEC pertencente à Brazilianvest. No mesmo mês, empresas subordinadas ao ministério das comunicações normalizavam os pagamentos à NEC do Brasil. Em janeiro de 1987, Marinho demonstrava sua gratidão: passava da TV Aratu para a TV Bahia, de propriedade da família Magalhães, o direito de transmitir a TV Globo no estado.¹⁷⁸

No governo Sarney, as Organizações Globo mantinham sua enorme influência política. Pedro Bial mais uma vez naturaliza os poderes políticos de Marinho, desta vez como uma espécie de primeiro ministro informal: “Sarney era um presidente que carecia de sustentação. Nesse momento, buscou, e recebeu, o apoio de Roberto Marinho”. O hoje ex-presidente recorda sua relação com o dono da Globo: “sempre tive uma relação meio filial com o Doutor Roberto...” – talvez por possuir uma emissora *afiliada* da Rede Globo e ter Marinho quase como um padrinho político. O caso mais célebre de ascendência do proprietário da Globo sobre o governo Sarney foi a nomeação de Maílson da Nóbrega para o Ministério: o presidente o cogitava para a pasta da Fazenda e solicitou que Nóbrega conversasse com Marinho. Nóbrega, segundo suas próprias palavras, foi “sabatinado”, perguntado “sobre tudo”. Pouco depois, antes mesmo de um contato com Sarney, o *Jornal Nacional* anunciava-lhe ministro da Fazenda.¹⁷⁹

Portanto, a “Nova República” instituíria-se em um contexto no qual as Organizações Globo se constituíam no conglomerado mais influente do Brasil, com enorme proximidade com o aparelho de Estado, tendo como sócios – donos de afiliadas da TV Globo – importantes dirigentes políticos, incluindo presidentes da República. Marinho tinha notável ascendência sobre os primeiros presidentes pós-ditadura militar,

¹⁷⁷ LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...*op.cit.p.154, BIAL, Pedro. *Roberto...*op.cit.p.314 e 115 (grifos nossos).

¹⁷⁸ O capital da NEC do Brasil ficou dividido da seguinte forma: Marinho (38%), NEC japonesa (37%) e Mario Garnero-grupo Brazilianvest (25%). Ganero ficou sem ações com direito a voto. HERZ, Daniel. *A história secreta...*op.cit.46-49.

¹⁷⁹ BIAL, Pedro. *Roberto...*op.cit.p.315 e 316, LIMA, Venício de. *Mídia: crise...*op.cit.p.78.

sendo um dos principais responsáveis pela composição do primeiro escalão de seus governos. Para os governantes, ter a Globo como aliada significava ter acesso à consciência de milhares de brasileiros. As empresas de Marinho, por sua vez, garantiam boa fatia da publicidade estatal, além de apoio político para a expansão das Organizações Globo.

Como vimos na Introdução, os primeiros anos da “Nova República”, sobretudo durante a Constituinte, foram marcados pela intensificação dos antagonismos de classes. As classes subalternas mobilizavam-se tendo a CUT e o PT como suas principais organizações. As diferentes frações das classes dominantes e suas associações, por sua vez, aglutinavam-se em torno do antiestatismo. O neoliberalismo tornava-se o projeto político para diferentes setores do grande capital, sobretudo o financeiro.

As Organizações Globo atuaram ao lado dessas associações empresariais na construção de um consenso em torno dos valores neoliberais. Como vimos neste capítulo, o conglomerado de Marinho tinha forte interesse na desregulamentação e nas privatizações, sobretudo das telecomunicações. Assim, ao difundir visões de mundo neoliberais, as Organizações Globo davam suporte aos seus próprios empreendimentos.

Assim, 1989 seria chave para as Organizações Globo e para as frações das classes dominantes empenhadas na adoção do neoliberalismo no Brasil. Nesse ano, ocorreram eleições presidenciais, as primeiras após o fim da ditadura militar, cujo segundo turno opôs candidatos bastante distintos: um defensor do projeto neoliberal e outro ligado às organizações das classes trabalhadoras, com horizonte contra-hegemônico. No próximo capítulo, veremos como foi a cobertura de *O Globo* dessa eleição que viria a ser decisiva para implementação das políticas privatistas no país.

Capítulo 2: o jornal *O Globo* e as eleições presidenciais de 1989

O principal tema desta tese é a cobertura do jornal *O Globo* das políticas neoliberais no Brasil, destacando-se as privatizações. De maneira geral, considera-se que o neoliberalismo começou a ser implementado no país de forma mais consistente a partir do governo Fernando Collor de Mello, ainda que medidas liberalizantes já começassem a ser adotadas no governo Sarney. Itamar e Fernando Henrique Cardoso aprofundariam as “reformas” neoliberais iniciadas no governo Collor.

É preciso ressaltar que esses governos neoliberais chegaram ao aparelho de Estado através do voto popular. Nesse sentido, para os grupos sociais dominantes interessados no neoliberalismo, a necessidade de obter convencimento e adesão das classes subalternas era fundamental e requeria ação permanente, em especial nos momentos de eleição.

Nas eleições presidenciais de 1989, especialmente a partir do segundo turno, as classes dominantes mobilizaram-se de modo ainda mais intenso – e até mesmo desesperado – pela vitória de Collor e do projeto neoliberal, pois o oponente deste, Luís Inácio Lula da Silva, acenava para uma direção muito distinta da desejada. Conforme Chomsky, no segundo turno das eleições de 1989 no Brasil, “as diferenças entre os dois candidatos podiam ser detectadas sem microscópio”. Para Francisco de Oliveira, “o segundo turno eleitoral foi uma guerra de classes”: enfrentavam-se dois proponentes à presidência, de raízes sociais e políticas diametralmente opostas, obtendo suporte de associações da sociedade civil bastante diferentes, vide o apoio da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) a Collor e o da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a Lula.¹⁸⁰

Neste terceiro capítulo, faremos uma análise da atuação do jornal *O Globo* durante a campanha eleitoral de 1989. Neste ano, *O Globo* era o segundo maior jornal em vendas nos dias de semana (258 mil exemplares), perdendo apenas para a *Folha de São Paulo* (308 mil). Aos domingos, *O Globo* superava a *Folha* (443 mil a 382 mil). Um fator fundamental que contribuiu para o crescimento de vendas de *O Globo* foi o fato deste periódico pertencer ao maior grupo de comunicação do país, as Organizações Globo, e poder contar com espaço publicitário nos demais veículos do grupo. Assim, *O*

¹⁸⁰ Chomsky, Noam. *Ano...op.cit.p.266*, OLIVEIRA, Francisco. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.p.17.

*Globo*era anunciado dezessete vezes entre as tardes de sábado e as manhãs de domingos na TV Globo, vantagem que os jornais concorrentes não dispunham.¹⁸¹

O primeiro turno das eleições presidenciais de 1989 ocorreu no dia 15 de novembro e o segundo em 17 de dezembro. Com o intuito de pesquisar os posicionamentos de *O Globo* durante o processo eleitoral, foram analisadas as publicações de outubro, novembro e dezembro daquele ano. Uma atenção maior foi dada à cobertura do segundo turno, uma vez que a quase totalidade das classes dominantes unia-se para evitar a vitória de Lula e do PT. Algumas temáticas, como as privatizações e as greves do período, não foram exploradas neste capítulo, pois serão tratadas em outras partes da tese, ainda que tenham relações diretas ou indiretas com as eleições de 1989. Afinal, as coberturas contrárias às greves eram explícita ou implicitamente relacionadas ao PT. Matérias ou editoriais que exaltavam a iniciativa privada e ressaltavam os problemas das empresas estatais favoreciam Collor, que empunhava essas bandeiras. Porém, tais questões são mencionadas mais brevemente aqui, aparecendo com mais profundidade noutros capítulos da tese.

Ao longo da pesquisa para este capítulo, foi dada maior atenção às matérias referentes a três candidatos: Collor, Brizola e Lula. Nesse sentido, a cobertura sobre os outros concorrentes, como Afif Domingos, Roberto Freire e Mário Covas, ganharam menos destaque. Tal encaminhamento ocorreu por dois motivos: a) Collor, Brizola e Lula estavam melhor colocados nas pesquisas de opinião; b) fato dessas candidaturas terem sido tratadas por mais matérias do jornal.

Por fim, cabe destacar algumas das dificuldades surgidas durante a pesquisa. Enquanto os exemplares de *O Globo* dos meses de outubro e dezembro de 1989 se encontravam disponíveis na Biblioteca Nacional (BN), o mesmo não ocorreu quanto ao mês de novembro. A Biblioteca do Estado, instituição que contém a duplicata da hemeroteca da BN, encontrava-se fechada para obras. A solução foi ir ao centro de pesquisa de *O Globo*, que contém a publicação em microfilme. O problema é que o centro, tal como o periódico, é uma instituição com fins lucrativos, cobrando cinquenta reais por hora de pesquisa. Assim, optamos por analisar apenas as capas deste mês, de modo a verificar quais questões o jornal procurava destacar. Por fim, quando optamos por retornar à BN para analisar também setembro, uma vez que o horário eleitoral

¹⁸¹ CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...op.cit.p.161.*

gratuito na televisão e no rádio havia se iniciado neste mês, além de outras datas consideradas chaves – como o discurso de Covas em junho a favor de um “choque de capitalismo” – novos problemas surgiram: o elevador da instituição que leva os periódicos à sala de consulta encontrava-se quebrado, impossibilitando a pesquisa. Resolveu-se limitar o levantamento de dados aos meses de outubro a dezembro.

Como muitos editoriais serão citados ao longo deste capítulo, vale destacar: estes não se limitavam à página quatro, onde também se encontravam colunistas regulares ou não regulares, as cartas dos leitores e as charges. Também havia freqüentes – e enormes – editoriais na capa, além de outros menores espalhados por diversas páginas dos exemplares. Eles não eram assinados, nem discriminados como “editoriais” ou “opinião”. Percebia-se que tratavam de editoriais por eles se encontrarem dentro de um box, ao lado das matérias e reportagens, e por terem um formato de letra diferente e caracteres em negrito.

A seguir, trataremos das matérias de *O Globo* e, simultaneamente, contextualizaremos as eleições de 1989, descrevendo resumidamente os principais partidos e seus programas, mencionando também os principais episódios do período.

2.1: O Empresariado e as Organizações Globo em busca de um candidato

Logo após a Constituinte de 1988, algumas associações das classes dominantes já tratavam abertamente das eleições presidenciais do ano seguinte. Era importante escolher um candidato viável, que fosse capaz de derrotar as esquerdas – Lula (PT) e Brizola (PDT). A tarefa não era fácil, pois os grupos dominantes não dispunham de nomes confiáveis que não fossem identificados com a ditadura militar ou com a “República Nova”, que já em seus primórdios, encontrava-se com a imagem desgastada. O governador de Alagoas, Fernando Collor, já aparecia como uma opção – a expectativa era que ele fosse o candidato a vice de algum político ou industrial do sul ou sudeste.¹⁸²

O dono das organizações Globo também procurava seu candidato. Em fins de 1988, Roberto Marinho inclinava-se para o governador de São Paulo, Orestes Quércia, e para o prefeito de São Paulo – e colunista de *O Globo* no período pesquisado – Jânio Quadros. Marinho chegou a escrever duas notas na coluna “*Swan*”, de Ricardo Boechat,

¹⁸²DREIFUSS, René Armand. *O jogo...op.cit.p.163.*

elogiando a sofisticação e cosmopolitismo de Quadros. Porém, este alegaria problemas de saúde, e não participaria do pleito. E Quércia não foi escolhido pelo PMDB para concorrer pela agremiação.¹⁸³

Se ainda não tinham candidato definido, as Organizações Globo tinham clareza de quem não deveria ganhar as eleições. No início de abril de 1989, Roberto Marinho escrevia um editorial assinado em *O Globo* onde repudiava um projeto “caudilhescopopulista” (referência a Brizola) ou “meramente contestatório” (referência a Lula).¹⁸⁴

Ao longo de 1989, diversos candidatos procuravam Roberto Marinho ou contatavam importantes nomes das Organizações Globo para obter apoio. Ulysses Guimarães (PMDB) solicitou mais espaço nos noticiários. A equipe de Collor, como veremos a seguir, procurava Marinho frequentemente. Representantes do PSDB também o fizeram. Disseram que Covas, candidato dos tucanos, faria um discurso ao se desvincular do senado para iniciar a campanha. Roberto Marinho teve acesso ao discurso antes mesmo dele ser pronunciado no plenário.¹⁸⁵

Em fins de junho, Covas bradava: “basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividade econômica já amadurecida. (...) Precisa [o Brasil] de um choque de capitalismo, um choque de livre-iniciativa”. O tom neoliberal do discurso agradou Marinho, que deu ordens para que Alberico Souza Cruz (diretor de telejornais da Rede Globo) fizesse cobertura do mesmo. Covas teve um minuto e vinte segundos no *Jornal Nacional*, tempo considerável para o telejornal. O candidato do PSDB foi entrevistado no *Bom Dia Brasil* e teve bastante espaço em *O Globo*.¹⁸⁶

Em outubro de 1989, Covas repetiu o discurso e teve grande destaque em *O Globo*. Na capa do dia 14, um box rosa – chamando atenção pelo contraste de cores – anunciava: “Covas quer capitalismo sem favores e subsídios”. Dentro do box, havia uma foto de Covas numa carreta e um pequeno texto no qual o candidato explicava ser favorável a um capitalismo “sem subsídios”, baseado em “empresários honrados”.¹⁸⁷

O apoio das Organizações Globo não fez a campanha de Covas deslanchar e as pesquisas apontavam que o PSDB não tinha chances de vitória. Já Collor, do obscuro Partido da Reconstrução Nacional (PRN) mostrava mais chances de vencer. Em agosto

¹⁸³ CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.114.

¹⁸⁴ Apud Idem, p.154.

¹⁸⁵ Idem, p.155 e 166.

¹⁸⁶ Apud MARKUN, Paulo. *O sapo e o príncipe: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.p.225, CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.166.

¹⁸⁷ *O Globo*, 14/10/1989, p.1.

de 1989, em entrevista a *Folha de São Paulo*, Roberto Marinho afirmou que Collor era “jovem, mais assentado, mais ponderado, mais equilibrado, com suas boas idéias privatistas”. E acrescentou: “vou influir ao máximo a favor dele. Procurarei ser um homem consultivo, a favor da construção de um Brasil melhor”. As Organizações Globo tinham seu candidato definido.¹⁸⁸

2.2: O “Fenômeno Collor” e as Organizações Globo

A carreira política meteórica de Collor fez com que se cunhasse a expressão “fenômeno Collor”. De figura relativamente desconhecida nacionalmente, Collor já aparecia, na primeira metade de 1989, em primeiro colocado nas pesquisas de opinião referentes às eleições presidenciais.

Fernando Collor de Mello era neto de Lindolfo Collor, primeiro Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e filho de Arnon de Mello, governador e senador de Alagoas pela UDN. Arnon era ligado às mais poderosas oligarquias do estado e, nos anos 50, se associou com Roberto Marinho em alguns empreendimentos imobiliários.¹⁸⁹

A família de Collor era proprietária do maior grupo de comunicação de Alagoas, que incluía o jornal *Gazeta de Alagoas*, estações de rádio, como a *Gazeta FM*, uma gráfica e a *TV Gazeta*, afiliada da Rede Globo. Irmãos de Collor tiveram passagens pelas empresas de Marinho: Leopoldo Collor foi diretor regional da TV Globo em São Paulo; Pedro Collor era superintendente da Globo em Alagoas.

Em 1979, Collor foi nomeado prefeito “biônico” de Alagoas. Em 1982, elegeu-se deputado federal pelo PDS. Votou a favor da emenda Dante de Oliveira (pró-diretas já) e, no Colégio Eleitoral, em Paulo Maluf para presidente da República.

Em 1986, Collor elegeu-se governador de Alagoas. A partir daí, começava o grande empenho de Collor em aparecer constantemente na mídia e se tornar conhecido nacionalmente. Ao mesmo tempo, os meios de comunicação começavam a dar espaço para algumas personalidades “confiáveis” que poderiam ser “úteis” em futuras eleições.

Um dia antes da posse, Collor dava entrevista no *Bom Dia Brasil* da Rede Globo, anunciando suas medidas contra os “marajás”, funcionários públicos com altos salários. Menos de um mês depois, era capa do *Jornal do Brasil* e entrevistado nas páginas amarelas de *Veja*, além de aparecer no *Globo Repórter*, da Globo. Neste

¹⁸⁸ Apud LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...op.cit.*p.226.

¹⁸⁹ Esta biografia de Collor se baseia em CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...op.cit.*, ABREU, Alzira Alves de (org). *Dicionário...op.cit.*

programa de duração de uma hora sobre os “abusos do funcionalismo público”, Collor não teve uma aparição muito longa – suas falas totalizavam menos de um minuto – e Alagoas ganhou cerca de dez minutos. Assim foi a introdução sobre o estado, narrada por Francisco José: “Palácio dos Martírios, sede do governo de Alagoas. É aqui que o governo Collor de Mello toma providências para combater abusos administrativos do Estado”. A aparição da prefeita petista de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle foi menos feliz: mostravam-se lugares sujos, com serviços públicos sem qualidade.¹⁹⁰

O *Globo Repórter* manteria a temática dos funcionários públicos que ganhavam altas remunerações, como em “Marajás de São Paulo” (28/05/1987), e “Marajás” (10/09/1987). Neste último, Collor aparecia novamente. Assim era a narração do programa: “nessa semana, Francisco José voltou a Alagoas onde o governo Collor de Mello conseguiu acabar com os marajás”. Conforme a pesquisa de Palha, o surgimento do tema dos marajás na pauta do *Globo Repórter* teve explicações divergentes. Para Ronald Carvalho, ele se originara das reuniões de pauta. Para Jorge Pontual, o tema fora encomendado pela direção da emissora. Mario Sergio Conti relata que, para a realização do primeiro programa, Alberico Souza Cruz, em nome da emissora, ligara para Collor propondo o programa. A partir daí, Collor teria grande proximidade com Alberico e com a Rede Globo.¹⁹¹

Collor passou a ter grande presença nos noticiários da Globo. Em maio de 1988, a repórter Beatriz de Castro foi transferida da TV Globo-Brasília para a *TV Gazeta*, para cobrir o governo Collor, assegurando-lhe presença no *Jornal Nacional*. Por sua vez, Collor sincronizava seus atos para aparecer no *JN*, chegando até a adiar a assinatura de uma medida para dar tempo para a equipe da Globo cobrir o fato.¹⁹²

Quando se desligou do governo de Alagoas para atuar na campanha presidencial de 1989, Collor já estava filiado ao PRN. Apesar da retórica moralista contrária à corrupção, o candidato já tinha alguns episódios pouco virtuosos em seu currículo. No seu último dia como prefeito de Alagoas, contratou cinco mil funcionários da Fundação Educacional de Maceió (mais tarde, Collor explicaria que assinou o documento acreditando ter contratado apenas dezesseis pessoas, sem ver os outros milhares de nomes – a afirmação era absurda pois ele rubricara as 131 páginas que listavam todos os

¹⁹⁰CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.43, apud PALHA, Cássia Rita Louro. *A Rede...*op.cit.p.266 e 269.

¹⁹¹ apud PALHA, Cássia Rita Louro. *A Rede...*op.cit.p.271 e 260, CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.30.

¹⁹²LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...*op.cit.p.235, CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.78.

contratados). Durante seu governo, Collor nomeou nove parentes seus e dezenove de sua mulher em cargos da Assembléia Legislativa. Já como governador de Alagoas, em 1988, as verbas destinadas a cobrir suas despesas superavam o orçamento da Secretaria de Educação. No fim de seu mandato, deu um “presente” para os usineiros do estado: a justiça tinha determinado que os governadores deixassem de cobrar ICMS. Collor não só seguiu a determinação, como prometeu devolver os impostos anteriormente cobrados aos usineiros, aliviando seus tributos por cerca de cinco anos.¹⁹³

Nos meses em que pesquisamos *O Globo*, Collor foi biografado duas vezes. As matérias tinham os títulos “*Um jovem que sonha com país um melhor*” (16/12/1989), publicada às vésperas do segundo turno, e “*‘Caçador de marajás’ nasceu com política no sangue*” (19/12/1989), escrita após a vitória eleitoral. Nenhum dos casos de corrupção vistos acima foi mencionado. Na primeira reportagem, recordava-se que Collor fora prefeito biônico. Em ambas, foi lembrado que votou em Maluf – “*por fidelidade partidária*”, salienta a segunda matéria. Na biografia do dia 16, há seis fotos – em uma delas, Collor vestia-se como carateca. No texto do dia 19, relatava-se que Collor havia se voltado contra os usineiros: “*o caso foi parar na Justiça e Collor e os usineiros acabaram fazendo um acordo*”. Nenhuma palavra sobre a devolução do ICMS prometida pelo “*acordo*” que deixou Alagoas quebrada.¹⁹⁴

Por que Collor foi apoiado pelas Organizações Globo e por algumas frações das classes dominantes? Como já foi dito acima, Collor era o candidato conservador que mais tinha chances de derrotar as esquerdas – Lula e Brizola. Entre o final de março e meados de maio de 1989, Collor apareceu na televisão em três programas de uma hora cada do PRN, do Partido Trabalhista Renovador (PTB) e Partido Social Cristão (PSC) – o horário eleitoral gratuito diário ainda não havia se iniciado, tratava-se de espaços destinados aos partidos políticos. Os programas se baseavam em modernas – e caras – técnicas de *marketing* e todas as suas temáticas eram baseadas em pesquisas de opinião. Collor contava com o apoio de Marcos Coimbra, seu amigo de longa data, proprietário do Instituto *Vox Populi*. Após os três programas, Collor tornava-se o primeiro colocado nas pesquisas, credenciando-se para ser o “anti-PT” e “anti-PDT”.

¹⁹³ O “acordo” com os usineiros seria anulado pelo sucessor de Collor em Alagoas. CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.87 e 179, ABREU, Alzira Alves de (org). *Dicionário...*op.cit.p.1441.

¹⁹⁴O *Globo Repórter* especial sobre Collor após sua vitória foi mais generoso. Seu mandato biônico da prefeitura foi definido simplesmente como “popular”. Também omitiu-se que Collor votara em Maluf no Colégio Eleitoral. *O Globo*, 16/12/1989. p.12 e 19/12/1989.p.12. PALHA, Cássia Rita Louro. *A Rede...*op.cit.p. 283.

A primeira colocação, por si só, não lhe garantiria o apoio das Organizações Globo. O fato é que o projeto político de Collor afinava-se com o neoliberalismo. No manifesto de criação do PRN em 1989, defendia-se a redução da interferência do Estado na economia e condenava-se “protecionismos descabidos e os cartórios empresariais”. O partido colocava-se em prol dos “ideais de liberdade individual, livre iniciativa com justiça social e solidariedade”. Em vários pronunciamentos, Collor acenava para a “reforma do Estado” e para as privatizações. Em texto de 1988, por exemplo, criticava o “gigantismo”, a “irracionalidade” e a “ineficiência” do setor público, sustentando que o Estado, por defender uma minoria de privilegiados, já estava privatizado. Urgia, portanto, “modernizá-lo”. Os ataques de Collor se centravam nos “marajás” – funcionários públicos de grandes privilégios – e na ineficiência das ações estatais, e não nas desigualdades sociais e na estrutura de propriedade. O ideário do ex-governador de Alagoas era, portanto, bastante “palatável” para os grupos dominantes.¹⁹⁵

Porém, a campanha do horário eleitoral gratuito de Collor não se baseava em projetos político-ideológicos consistentes. O candidato adotava um discurso messiânico, explorava sua própria figura, mostrada como dinâmica, jovem, moderna, destemida e combativa. Colocava-se como *outsider* do sistema político, diferente dos “políticos profissionais” (apesar de ser filho de políticos, ter sido prefeito, deputado federal e governador). Falava das mazelas dos “descamisados” e “pés descalços”, acenava com o fim da pobreza. Se referia ao cristianismo e apareceria frequentemente com Frei Damião, religioso conservador do Nordeste, tido como sucessor do Padre Cícero. Seu alvo eram os eleitores mais pobres e desorganizados da população. Collor procurava canalizar a insatisfação popular, colocando-se indignado contra a corrupção, explorando a falta de credibilidade das instituições políticas. O tom salvacionista da campanha era desmobilizador: caberia a população votar em Collor e aguardá-lo, com sua força magnânima, acabar com o principal problema do país: os marajás. Um exemplo disso

¹⁹⁵ Em textos e pronunciamentos posteriores, abundam críticas ao Estado praticamente idênticas aquelas formuladas pelas associações empresariais. Em texto de 1992, baseado no ideário de José Guilherme Merquior, colunista de *O Globo* no período estudado, Collor afirmava adotar o social-liberalismo, definido como “um decidido não ao estatismo, ao coletivismo e ao dirigismo (...) protecionismo, paternalismo e populismo”. Afinal, vivia-se “era do individualismo, da tecnologia avançada, da globalização econômica e da livre-barganha salarial, do neocapitalismo”. Defendia autonomia para as empresas e para “o jogo das forças de mercado”. Ressaltava: “o capitalismo é o sistema mais eficiente, caminho necessário para a superação das desigualdades”. Apud ABREU, Alzira Alves de (org). *Dicionário...op.cit.p.4290*, MELLO, Fernando Collor de. *Por um Brasil moderno, livre, justo e soberano*. Maceió: Secretaria de Comunicação Social do Governo de Alagoas, 1988.p13, MELLO, Fernando Collor de. *Agenda para o consenso*, uma proposta social-liberal. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Imprensa, 1992.p. 11, 13, 15 e 20.

foi o programa exibido em 11 de outubro, no qual Collor se encontrava na Rocinha e dizia aos moradores: “você entram com a força de seu voto (...); eu entro com minha coragem e determinação para resolver os problemas...”.¹⁹⁶

Ainda que, de maneira geral, os programas do horário eleitoral gratuito de Collor tivessem caráter ideológico mais vago – em sua primeira aparição em março, as palavras mais usadas eram “caráter”, “dignidade”, “honradez”, “coragem” e “justiça” – houve exceções, onde o candidato exaltava o mercado, criticava o Estado e defendia as privatizações. Assim, no programa de 2/11/1989, um narrador *off* dizia: “Collor acha que o cidadão deve ser mais forte do que o Estado; Collor apóia a livre-iniciativa; Collor quer abrir a economia do Brasil para o mundo”. Ao mesmo tempo, o programa procurava incorporar algumas bandeiras das esquerdas, como a reforma agrária e auditoria da dívida externa.¹⁹⁷

Nas páginas de *O Globo*, Collor também aparecia como jovem e dinâmico em alguns momentos. Acima, citamos uma foto no qual o candidato aparecia com roupas de caratê. Nossa pesquisa registrou mais duas fotos que realçavam seu aspecto jovial: uma de capa, onde ele, com roupas esportivas (uma camisa branca escrita “Collor” e short curto), saltava uma cerca de pouco mais de um metro. Não havia qualquer reportagem, apenas a frase embaixo da imagem: “*em São Luís, Collor pula cerca para chegar mais rápido na Praia de Calhau*”. Na mesma edição, na página 3, tem-se foto do candidato fazendo cooper. Nesse sentido, *O Globo* dava contribuições à campanha do PRN no esforço de consolidar uma imagem jovem e saudável de Collor.¹⁹⁸

Nas manchetes sobre a campanha, não raro, *O Globo* enfatizava Collor como sujeito da ação, mostrando seu “dinamismo”: “Collo faz...”, “Collor vai..”, “Collor

¹⁹⁶ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.p.130, OLIVEIRA, Francisco de. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.p.48, apud ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aqui você vê a verdade na tevê!*, a propaganda política na televisão. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, 1999.p.146 e 147.

¹⁹⁷ No programa do PRN de março de 1989, Collor disse que o Estado brasileiro era “gigantesco, irracional e ineficiente”. Em seu lugar, deveria haver um “Estado moderno, ágil, austero, eficiente, um Estado que deixe as forças do mercado trabalharem sem que sua interferência atrapalhe os mecanismos de uma economia de mercado da livre iniciativa”. LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...op.cit.p.244*, apud ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aqui...op.cit.p.140*, CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...op.cit.p.143*, Apud MELO, Carlos Aberto F. de. *Collor: o ator e as circunstâncias*. São Paulo: Novo Conceito, 2007.p.148.

¹⁹⁸ *O Globo*, 2/20/1989.p.1 e 3

repudia...”. Alguns exemplos: “*Collor fala para 50 mil em São Luís*”, “*Fernando Collor iniciava ofensiva no Sul*”.¹⁹⁹

Com frequência, as páginas do jornal ressaltavam o sucesso da campanha de Collor pelo Brasil, a recepção “calorosa” e os apoios recebidos: “*Collor aplaudido no coração da Rocinha*”, “*Collor aplaudido na terra de Lula*”, “*Militantes do PRN reacendem campanha pelas ruas do Rio*”, “*Coloridos’ fazem carreata na Zona Sul*”, “*Militantes lotam o Santos Dumont*”, “*Na baixada, Collor faz comícios relâmpagos*”, “*Em Nova Iguaçu, muito entusiasmo*” e “*Fernando Collor empolga o Sul da Bahia*”.²⁰⁰

O *Globo* chegou a reproduzir materiais de campanha de Collor em suas páginas. Em uma edição, havia um box que tratava de uma cartilha em forma de história em quadrinhos. Sob o título “*Quadrinhos, arma da campanha – revista conta saga de Collor*”, apresentava-se um dos quadrinhos. Nele, havia um desenho de Collor nos tempos em que era governador de Alagoas, com dois “balões” (falas): “*Olhe estes números. Só em Alagoas milhões de marajás enchem os bolsos com dinheiro que deveria ser [afirmação concluída no outro balão] empregado em obras, merenda, educação... E Alagoas é um pequeno estado. Imagine no resto do país. Alguém tem que fazer alguma coisa*”. Sob a argumentação de se tratar de “jornalismo” – a reportagem estaria simplesmente registrando a campanha – O *Globo* divulgava o panfleto de Collor e difundia sua imagem heróica de “caçador de marajás”. Ressalta-se o termo “*saga*”, como se o candidato tivesse uma longa e importante trajetória....²⁰¹

O jornal destacava que Collor não era um candidato conservador ou de “direita”: “*Collor apresenta programa social-democrata*” (esta era uma manchete de capa com pequeno texto tratava das promessas de Collor referentes a aumentos no salário mínimo) e “*Collor repudia frente antiesquerda*” (na foto da reportagem, Collor era cumprimentado por trabalhadores de uma fábrica). O candidato parecia propositivo nas manchetes, expondo suas idéias: “*Collor promete estatais a trabalhadores*” (matéria dizia que o candidato garantia controle acionário dos trabalhadores, nos – supostos – moldes da privatização inglesa), “*PRN faz propostas de combate a inflação*”, “*Em Itaguaí, Collor promete incentivar Pólo*”, “*Collor promete prioridade à agricultura*”, “*Collor diz que Governo cobra à agricultura juros de ladrões*”, “*Collor: governo rouba*

¹⁹⁹O *Globo*, 2/10/1989.p.3 e 1/12/1989.p.5

²⁰⁰O *Globo*, 25/10/1989.p.5, 31/10/89.p.5, 3/12/89.p.7, 3/12/89.p.16, 7/12/89.p.7, 7/12/89.p.6 e 28/10/89.p.5

²⁰¹O *Globo*, 28/10/1989.p.5 (grifo nosso)

dos agricultores”, “Collor: ‘só com voto teremos justiça””, “Collor: luta contra injustiça já” e “Se eleito, Collor terá dois alvos: estatais e monopólios”.²⁰²

O Globo ressaltava as pesquisas que mostravam Collor liderando o processo eleitoral: “Gallup garante que Collor vencerá as eleições” e “Collor lidera com grande vantagem no novo Ibope” (as duas manchetes estavam na capa). E quando Collor venceu o primeiro turno, a ênfase recaiu sobre sua distância sobre o segundo e terceiro colocados: “Collor vence **por larga vantagem**; disputa entre Lula e Brizola é voto à voto”. Frequentemente, durante os dois turnos da eleição, o candidato era tratado como se já tivesse sido eleito e fosse presidente da República: “Collor promete convocar Governo de união nacional”, “Plano de Collor será levado hoje ao Congresso”, “Collor anuncia plano contra a crise econômica” (essas três manchetes eram de capa), “Collor: Ministério de quadros novos”, “Collor quer governar com doze ministérios” e “Collor: articulação contra plebiscito em 90”.²⁰³

Assim, percebe-se que *O Globo* procurou favorecer Collor corroborando com sua imagem de jovem, dinâmico, “caçador de marajás”, ressaltando que seus comícios tinha a presença de “multidões”, dando espaço para o candidato parecer “propositivo”, defende-o da acusação de ser de “direta”/conservador, chamando a atenção para sua lideranças nas pesquisas e considerando-o já presidente eleito.²⁰⁴ Mas provavelmente o apoio mais valioso que o jornal lhe daria residia no tratamento dado seus adversários, principalmente Brizola e Collor.

2.3: Combatendo um velho inimigo: *O Globo* X Brizola

Leonel Brizola tinha um passado de lutas e de aproximação com bandeiras de esquerda. No início dos anos 60, foi forte defensor das “reformas de base” e crítico do

²⁰²*O Globo*, 12/10/1989.p.1, 15/10/89.p. 3, 11/10/89.p.6, 25/10/89.p.5, 7/12/89.p.3, 27/10/89.p.5, 9/12/89.p.5, 26/10/89.p.7, 8/12/89.p.3, 22/10/89.p.5, 16/12/89.p.11

²⁰³*O Globo*, 20/10/1989.p.1, 17/10/89.p.1, 16/11/89.p.1, 19/11/89.p.1, 23/10/89.p.1, 22/10/89.p.1, 2/12/89.p.3, 12/12/89.p.3, 1/12/89.p.6. (grifos nossos).

²⁰⁴O jornal também apoiou Collor através de seus colonistas. João Dória, por exemplo, negou que o ex-governador de Alagoas fosse direita e sustentou que ele promoveria uma “*revolução pacífica*” das estruturas sociais e econômicas, reformando o Estado para vencer o “*atraso*”, corrupção, fome e inflação. Outro colonista, A. Gomes da Costa, também defendeu o candidato do PRN que teria uma proposta de “*recuperar o País com trabalho e dignidade dos cidadãos*”, com “*mecanismos plurais da democracia*”. Outros articulistas poderiam até não citar Collor, mas sua monocórdia defesa do antiestatismo (que veremos em outro capítulo) o beneficiavam, pois a proximidade com seu programa era patente. Da mesma forma, críticas às idéias socialistas ou aos países do bloco soviético, mesmo sem mencionar Lula, eram prejudiciais ao candidato do PT, que era sistematicamente associado à “foice e o martelo”. *O Globo*, 12/12/1989.p.4, 1/12/89.p.4.

imperialismo – como governador do Rio Grande do Sul, chegou a nacionalizar duas empresas norte-americanas. Em 1961, teve grande papel na “campanha da legalidade” em defesa da posse de João Goulart. Já nesta época, Brizola questionava a imprensa e, especificamente, *O Globo*: “os cariocas sabem de sua posição golpista [de *O Globo*] e de seus processos de intriga, fraude e deturpação dos fatos”, afirmou em 1961.²⁰⁵

No contexto de crise da ditadura militar, “abertura” e retorno dos exilados, Brizola esteve à frente na criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT). O ideário do partido expressava sua experiência no exterior, especialmente a proximidade com partidos “socialistas” e social-democratas. Tratava-se de um socialismo de caráter reformista, sem perspectivas anticapitalistas. Em um documento de 1979, no contexto da fundação do PDT, Brizola defendia uma “sociedade socialista democrática”, que devia “contemplar a propriedade privada condicionando o seu uso às exigências de bem-estar social”.²⁰⁶

Brizola governou o Estado do Rio de Janeiro (fora eleito em 1982, apesar das tentativas de fraude, como vimos no capítulo anterior) e iniciava o ano de 1989 como líder nas pesquisas para a campanha presidencial. No programa de televisão de uma hora que o PDT teve direito em abril, apresentou as principais questões que sua candidatura: retomada do trabalhismo e do “nacionalismo” (neste programa e ao longo de toda a campanha, seriam recorrentes as referências a Vargas e Goulart), atenção a questões sociais (saúde e educação), pagamento da dívida externa sem inclusão dos juros (seriam uma “espécie de extorsão colonial”), reforma agrária (atingindo primeiro as propriedade dos bancos e depois dos grandes grupos empresariais).²⁰⁷

Se por um lado, Brizola e o PDT empunhavam bandeiras que certamente desagradavam amplos setores das classes dominantes (como a reforma agrária) e propugnavam a presença do Estado na economia, se afastando do neoliberalismo, por outro, não questionavam as bases do sistema capitalista. Ademais, o partido não descartava alianças amplas, chegando a promover, no início de 1989, encontros com representantes de agremiações conservadoras, como PFL, PDS, PTB e PMDB (Brizola chegou a declarar que se aliaria até com o “próprio demônio”). No programa de abril, citado acima, foi dado espaço para Medeiros (CGT, futura Força Sindical), que fez críticas indiretas a CUT. Nesse sentido, o PDT procurava se aproximar das entidades

²⁰⁵ AGUIAR, Ricardo Osman G. *Leonel Brizola, uma trajetória política*. Rio de Janeiro: Record, 1991.p.142 e 143.

²⁰⁶ Apud ABREU, Alzira Alves de (org). *Dicionário...op.cit.p.843*.

²⁰⁷ AGUIAR, Ricardo Osman G. *Leonel...op.cit.p.33*.

mais reacionárias das classes trabalhadoras (se é que o CGT pode ser considerado “dos trabalhadores”), chegando a cogitar Medeiros como vice na chapa de Brizola.²⁰⁸

Se, a rigor, a campanha do PDT continha alguns elementos que poderiam não assustar tanto o empresariado (vide a aproximação com Medeiros), um aspecto em especial conferia-lhe certo tom de radicalismo: a crítica à monopolização dos meios de comunicação e à Rede Globo. Brizola, descartando o lema de Tancredo de “brigar com o papa, mas não com Roberto Marinho”, declarou em abril de 1989: “na primeira manhã como presidente da República questionarei o monopólio da Globo”. Explicou que o país ficava “ingovernável com um monopólio destes nas mãos de um político como Roberto Marinho”. Acrescentou que, se a situação não fosse alterada, seria melhor “chamar o Roberto Marinho para sentar-se na cadeira de presidente da República e governar o país”.²⁰⁹

Já atrás de Collor nas pesquisas, Brizola passou a denunciar o favorecimento do candidato do PRN pelas empresas de Roberto Marinho, referindo-se a ele como “candidato da Globo”. Tais ataques eram feitos no horário eleitoral gratuito: no programa do dia 2 de novembro, por exemplo, o pedetista afirmou que a TV Globo não promovia debates entre os candidatos porque não era de interesse de seu candidato. Em agosto, o PDT já havia entrado com representação no Tribunal Superior Eleitoral para apurar “uso indevido do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade” praticados pela Rede Globo. O partido incluiu na representação um levantamento realizado pela empresa Clip & Clipping Publicidade e Produções, que indicava que, em julho, na programação da Rede Globo, Collor apareceu 138 minutos, contra 68 minutos de Lula e 12 minutos de Brizola. Em agosto, Collor apareceu 25:01 minutos e Brizola 4:16 minutos.²¹⁰

²⁰⁸ Idem.p.20, 33 e 34.

²⁰⁹ Idem.p.28.

²¹⁰ Durante a campanha, surgiram outros episódios de atrito entre Organizações Globo e Brizola. Quando o candidato foi ao programa *Palanque Eletrônico* da Rede Globo, em setembro, o clima na emissora era de tensão, pois a perspectiva era de que Brizola acusasse a Globo de favorecer Collor. A equipe, então, se “armou” com números e estatísticas para tentar se contrapor ao candidato. No último bloco, as previsões se concretizaram e o pedetista fez as esperadas críticas. Ao final do programa, o apresentador Alexandre Garcia rebateu Brizola, argumentando não existia qualquer favorecimento por parte da emissora e citou, como “prova”, o fato daquela entrevista com Brizola ter sido 15 minutos mais longa que a dos demais candidatos. Outro episódio ocorreu em agosto, na Rádio Globo. Durante uma entrevista, Brizola foi interrompido e foi dado o resultado do jogo do bicho. O candidato julgou ser uma armação – ele era criticado por não ter combatido o jogo e creditou que o anúncio na verdade visava associá-lo à ilegalidade. Brizola reagiu ao vivo: “eu sou uma pessoa de boa-fé. Se alguém tem envolvimento com a contravenção são vocês da Rádio Globo”. Brizola também teve desentendimentos com o SBT: uma repórter da emissora lhe fez perguntas ofensivas, dentre elas se ela havia fugido do Brasil em 1964 vestindo-se de mulher, gerando respostas raivosas e irônicas de Brizola: “sim, tomei emprestadas suas

Outras pesquisas confirmavam o favorecimento à Collor. Conforme um levantamento feito pela UNB, entre 17/08 e 14/11, Collor ocupou 17,15% do espaço do *Jornal Nacional* dedicado às eleições, contra 12,22% de Brizola e 10,73% de Lula. No segundo turno, de 16/11 a 16/12, Collor teve 54,40% contra 45,6% de Lula. Segundo uma Pesquisa Datafolha referente aos últimos 15 dias de julho, Collor ocupou 16% do tempo do *JN*, contra 7% de Brizola e 6% de Lula. Roberto Marinho cumprira a promessa de que os candidatos que pregassem “coisas desagradáveis”, que rebaixassem o país, não mereceriam “o mesmo espaço daquele que estiver fazendo propostas mais sensatas”.²¹¹

A cobertura de *O Globo* a respeito da campanha de Brizola refletia o conflito entre o pedetista e as Organizações Globo. Durante o primeiro turno, no período por nós analisado, praticamente não houve edição do jornal sem matérias desfavoráveis ao PDT e ao seu candidato. Só localizamos um exemplar no qual se noticiava uma manifestação do partido ressaltando sua adesão popular, nos moldes tantas vezes repetidos para a cobertura de Collor – embora Brizola figurasse por um bom tempo como segundo colocado nas pesquisas. Tratava-se da edição do dia 21 de outubro: na capa, havia uma foto de um grande comício do PDT no Rio de Janeiro e, na página 6, a reportagem com título “*Comício de Brizola lota a Cinelândia*”. De resto, a quase totalidade das manchetes tinha caráter pejorativo.²¹²

Diferentes manchetes salientavam casos de corrupção envolvendo o PDT ou Brizola. Na matéria intitulada “*PDT terá que explicar nota ‘fria’ ao TRE*”, comentava-se que notas fiscais referentes a bolsas distribuídas por Brizola em um comício seriam irregulares. Em outra manchete, procurava-se associar o candidato do PDT a um suspeito de contravenção: “*Acusado de corrupção, Prefeito [de Juiz de Fora, Alberto Bejani] adere a Brizola*”. Na reportagem com título “*Processado diretor que PDT colocou no Banerj*”, há pressa em vincular o episódio ao pedetista, vide o início do texto: “*Diretor do Banerj no Governo Leonel Brizola, Carlos do Couto Franco está sendo processado...*”. Há também manchetes no qual o jornal adota as expressões da campanha de Collor, contribuindo para popularizá-las: “*Aumento de funcionários da*

calcinhas”. Por ordem de Roberto Marinho, o diálogo foi mostrado no *Jornal Nacional*. GOMES, Marcelo Bolshaw. *Decifra-me ou te devorarei*, a imagem pública de Lula no horário eleitoral em 1989, 1994, 1998 e 2002. Natal: EDUFRN, 2006. p.92, LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...op.cit.p.124, 125 e 236*, CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...op.cit.p.194, Jornal Nacional...op.cit.p.205*.

²¹¹LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...op.cit.p.234, 235 e 236*.

²¹²*O Globo*, 21/10/1989.p.1 e 6.

Câmara [Municipal] *causa crise no PDT*”, seguida da manchete menor “*‘Marajá’ [Carlos Alberto Capella funcionário da Câmara Municipal] põe culpa no Executivo*”.²¹³

Os pedetistas eram caracterizados como violentos, que sabotavam manifestações de outros candidatos, sendo frequentemente criticados pelo jornal (não raro, as críticas também se dirigiam aos petistas): “*Brizolistas atacam manifestantes do PC do B*”, “*Pedetistas e petistas hostilizam Affif em Magé*” e “*PDT lidera infrações à Lei eleitoral*”. Na capa da edição de 15 de outubro, havia um box amarelo com o título “*Brizola incita partidários a enfrentar fiscais do TSE*”. Há uma foto de um manifestante com camisa de Brizola voltado para um policial militar e, abaixo, a frase: “*...militantes do PDT incitados por Brizola investem contra PM que tentava impedir infração à lei eleitoral*”. Na matéria com título “*‘Tratorada’ de Caiado tumultua o Rio*”, havia uma fotografia de um trator na rua Rio Branco rodeado de manifestantes. Abaixo, tinha-se a frase: “*na avenida Rio Branco, pedetistas arrancam a faixa de um dos tratores que acompanhava a caravana de Caiado*”.²¹⁴

Na capa de 19 de outubro, a manchete de capa anunciava: “*No Sul, Collor é hostilizado por brizolistas*”. Havia uma foto de Collor em comício com a frase abaixo: “*no comício em Novo Hamburgo, Collor revida as agressões dos brizolistas: ‘Tenho sangue gaúcho e faca na bota para enfrentá-los’*”. Ao se salientar uma afirmação tão violenta de Collor, se poderia interpretar que o jornal destacava um aspecto instável ou descontrolado da personalidade do candidato do PRN. Por outro lado, reafirmava-se sua imagem de destemido que a campanha de Collor procurava imprimir. Ademais, a frase ressalta que ele “*revidou*”, ou seja, foi atacado primeiro...²¹⁵

Editoriais de capa também queixavam-se da “*baderna*” promovida por membros do PDT e PT. Em 14 de outubro, sob título “*Tropas de choque contra o povo*”, o editorial comparava a ação dos adeptos dos dois partidos com o nazismo, pois estes estariam atacando comícios de partidos políticos adversários. “*OS baderneiros – que em vários episódios não tem escondido que agem a serviço do PT, PDT ou ambos (...) – já têm o repúdio do eleitorado consciente*”. Porém, ressaltando que só o repúdio não bastava e, provavelmente com saudades da ditadura militar, sustentava que era preciso autoridade para “*escorraçá-los*”. Dez dias depois, um editorial de capa voltava ao assunto: “*INFELIZMENTE, as únicas tropas que se vêem nos comícios são as tropas do*

²¹³*O Globo*, 24/10/1989.p.6, 3/10/89.p.3, 11/10/89.p.1, 7/10/89.p.14. (grifo nosso)

²¹⁴*O Globo*, 18/10/1989.p.5, 5/10/89.p.5, 14/10/89.p.2, 15/10/89.p.1, 26/10/89.p.3.

²¹⁵*O Globo*, 19/10/1989.p.1.

PT e do PDT". O texto acrescenta que, como só estas duas agremiações criavam problemas, seus próprios comícios eram tranquilos.²¹⁶

Os ataques a Brizola e ao PDT estavam presentes em outras temáticas. Uma delas era a educação, ponto importante da campanha dos pedetistas, que tinha como carro-chefe, os CIEPS. Na capa de 8 de outubro, havia a manchete "*Governo do PDT deixou Rio com menos escolas*". A reportagem dizia que tal informação estava presente em um documento do PT que, por sua vez, se embasava em dados do MEC. Na página 8, a reportagem de título "*Brizola fechou mais escolas que abriu*" tinha uma entrevista com petista César Benjamin, que criticava ações do PDT no campo educacional. No exemplar do dia seguinte, um editorial sustentava que, apesar da educação figurar entre os temas de campanha de Brizola, o setor havia se deteriorado no Rio de Janeiro.²¹⁷

Outras manchetes poderiam ser citadas como componentes da campanha anti-Brizola de *O Globo*, como a que registrava a morte de Luthero Vargas – ao lado da matéria, havia um box com o título "*Desiludido com a política e crítico severo de Brizola*". Ou a que mostrava os pedetistas um tanto desorientados: "*Acusado de tráfico pelo PDT já fora absolvido*".²¹⁸

Um debate na TV entre presidencialistas, ocorrido em meados de outubro, foi outra ocasião para críticas a Brizola. Conforme um editorial, se nenhum dos candidatos era digno de elogios (todos foram questionados), o pedetista era apontado como aquele que pior se comportara, descumprido todas as regras, não respeitando limites de tempo, interrompendo concorrentes e agredindo a platéia. No editorial, não havia qualquer crítica ou menção ao fato de Collor não ter comparecido ao debate.²¹⁹

Algumas manchetes salientavam as quedas de Brizola nas pesquisas de opinião ou fragilidades da campanha: "*Repúdio a Brizola continua forte em São Paulo*", "*Queda do brizolismo leva Collor à Baixada*", "*Pesquisa Ibope: Lula já encosta em Brizola*" e "*Collor mantém 31%; Brizola cai e Lula é segundo*". A exceção foi a manchete de 12 de novembro: "*Gallup: Collor e Brizola sobem*".²²⁰

Nas páginas de *O Globo*, também entravam no rol da campanha anti-Brizola as matérias que, por serem assinadas, possuem caracteres diferentes e aparecerem dentro de retângulos, como que separadas do restante das reportagens, mas sendo também

²¹⁶*O Globo*, 14/10/1989.p.1, 24/10/89.p.1

²¹⁷*O Globo*, 8/10/1989.p.1 e 8, 9/10/89.p.4.

²¹⁸*O Globo*, 5/10/1989.p.3 e 10/11/89.p.1.

²¹⁹*O Globo*, 18/10/1989.p.3.

²²⁰*O Globo*, 4/10/1989.p.2, 3/10/89.p.1, 11/10/89.p.1, 24/10/89.p.1, 12/11/89.p.1.

distintas dos editoriais, sugeriam aos leitores que eram pagas (ainda que não se declarassem como tais). Uma delas era assinada por Alcides Fonseca, deputado estadual do Rio de Janeiro (não mencionava o partido) e tinha o título “*Dossiê completo da corrupção do governo Brizola (83-87)*”,²²¹

Outra matéria paga era de Sebastião Nery e chamava o candidato do PDT de “*LEONEL NORIEGA*”, uma mistura de Brizola com Noriega, do presidente do Panamá deposto pelos EUA sob acusação de ter vínculos com o narcotráfico. A idéia era associar o pedetista ao tráfico de drogas do Rio de Janeiro. O texto fazia acusações duras nesse sentido, sem apresentar evidências: “*Brizola continua o mesmo mentiroso de sempre, mas não tem como negar seu envolvimento com o crime organizado*”. Neste caso, poder-se-ia alegar que, por se tratar de matéria paga, *O Globo* estaria inocentado pelo teor do texto, uma vez que se tratava de um autor externo. Tal linha de raciocínio é totalmente infundada: o jornal poderia perfeitamente se negar a publicar textos tão incriminatórios. O fato era que o jornal desejava a disseminação dos boatos que vinculavam Brizola ao tráfico. E mais: quando o PDT entrou com representação na Justiça Eleitoral contra Sebastião Nery – cujas matérias pagas também se faziam presentes na *Tribuna da Imprensa*, *O Dia* e *Jornal do Brasil*– e foi comprovado que uma empresa ligada à campanha de Collor (a Setembro) financiava a publicação dos textos, *O Globo* se silenciou sobre o fato.²²²

O jornal também insinuara que Brizola tinha vínculos com a contravenção através de ataques de Collor, que eram destacadas no periódico. Na capa de 5 de outubro, havia a manchete: “*Collor lança desafio a Brizola na Baixada*”. Assim era o segundo parágrafo da matéria: “- *Mais forte que o dinheiro das drogas é o nosso desejo de mudar o Rio – desafiou Collor, levando ao delírio cerca de seiscentas pessoas que lotavam o auditório da Associação Brasileira de Ensino Universitário*”. Além da reportagem se caracterizar como anti-Brizola ao dar espaço às críticas de seu adversário, não deixava de ser também pró-Collor pelas expressões “*levando ao delírio*” e “*lotavam*”, mantendo a linha de mostrar a campanha do PRN contagiante e com grande

²²¹ *O Globo*, 3/10/1989.p.2.

²²² A representação também foi feita pelo Partido Liberal (PL), pois Sebastião Nery também atacava o candidato Afif Domingos. Além da empresa Setembro, descobriu-se que pelo menos uma matéria de Nery fora paga pela Associação dos Bancos de São Paulo. *O Globo*, 8/10/1989.p.3, CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...op.cit.p.156*.

número de simpatizantes. O termo “*desafiou*” estava em congruência com a imagem de destemido de Collor que a equipe do PRN procurava consolidar.²²³

Mas o *Globo* não dependeu apenas de terceiros para associar Brizola à criminalidade. No dia 27 de outubro, o jornal protagonizava um dos maiores casos de manipulação do primeiro turno das eleições de 1989. Na capa, havia uma fotografia em preto e branco, onde Brizola, sorridente, abraçava um homem. À frente deles, uma mesa com armamentos. Um olhar mais cuidadoso sobre a foto revela que se tratavam de duas imagens superpostas. A maior era a da sala onde estão as armas. Sobre elas, pouco acima da mesa, havia uma outra fotografia, na qual o pedetista abraça o homem. A superposição de fotos convidava o leitor a pensar que se tratava de uma única imagem e que o candidato do PDT realmente fora fotografado diante das armas. Ao lado da foto, havia a manchete: “*Polícia acha pôster de Brizola com traficante*”. Abaixo da foto, tinha-se a frase: “*no ponto de venda de drogas, o armamento apreendido ao lado do pôster de Brizola, sorridente e abraçado com o traficante Eureka*”. O pequeno texto afirmava que um ponto de vendas de drogas na Ladeira dos Tabajaras fora “*estourado*” pela polícia. Ali, havia cocaína e armas e também um pôster de Brizola abraçado com o traficante Eureka, braço direito de Gil, outro traficante. Ressaltava-se que Brizola estava à vontade, “*sorridente*”, com o criminoso.²²⁴

Na verdade, o homem a quem Brizola abraçava era José Roque Ferreira, presidente da Associação dos Moradores do Morro dos Telégrafos e não tinha qualquer relação com o tráfico. A reação do PDT não tardou a vir à tona: no programa do horário eleitoral gratuito de 29 de outubro, Brizola empunhava o exemplar de *O Globo* que mostrava-o abraçado com o “traficante” e alertava:

“cuidado com o que esse jornal publica. (...) Trata-se de um jornal faccioso, parcial, que está empenhado apenas em defender causas que o povo brasileiro abomina. Foi um sustentáculo da ditadura, ajudou a implantar a ditadura, manteve a ditadura. Foi à sombra da ditadura que esse jornal se tornou o centro de um império de comunicação, as Organizações Globo. Claro, eles querem continuar com seus privilégios, com seus cartórios. É por isso que temem a eleição de um cidadão independente como é Leonel Brizola.”²²⁵

O PDT também abria inquérito criminal contra *O Globo* por causa do episódio.

²²³ *O Globo*, p.5/10/89.p.1.

²²⁴ *O Globo*, 27/10/1989.p.1.

²²⁵ A fala de Brizola foi obtida através de um vídeo disponível no youtube: http://www.youtube.com/watch?v=9QMOLP_WXJE (acesso em 9/01/2011).

Porém, os leitores de *O Globo* não saberiam de nenhum dos fatos ocorridos após a polêmica publicação da foto do dia 27 de outubro. O assunto simplesmente desapareceu das páginas do jornal ou apareceu “camuflado”. Apenas no dia 31 de outubro, havia uma matéria na página 14 com título “*Detetive que acusou líder comunitário depõe em sindicância na Polícia Civil*”. Informava-se que ocorria sindicância contra detetive que havia acusado o presidente da Associação de Moradores do Morro dos Telégrafos de ser o traficante conhecido como Eureka. O resto da matéria tratava das explicações dadas pelo detetive e do que poderia acontecer se ficasse comprovado que ele se equivocara. Nenhuma palavra sobre o próprio envolvimento do jornal no episódio. Na mesma página, havia uma manchete pequena, no canto direito com o título “*Procurador pede inquérito policial*”. No texto de apenas dois parágrafos, narrava-se que Brizola havia denunciado *O Globo* por crime eleitoral. No inquérito, solicitava-se que fosse investigado se houve “*montagem gráfica*” na capa de 27 de outubro.²²⁶

Percebe-se que o jornal passou a tratar o tema com enorme “discrição”, quando não o omitiu. Os ataques de Brizola na televisão não foram mencionados, muito menos respondidos – até porque, como negar os vínculos entre Organizações Globo e ditadura militar? O “erro” de se acusar um presidente da associação de moradores recaiu sobre o detetive, nenhuma palavra ou autocrítica sobre o papel desempenhado pelo *O Globo* que anunciara com estardalhaço o “envolvimento” do pedetista com a criminalidade. A leitura das duas manchetes da página 14 do dia 31 de outubro não permitiam associação com a capa do jornal do dia 27. Apenas lendo uma pequena e escondida matéria, que mais parecia uma nota, é que o leitor ficaria sabendo do processo do PDT contra *O Globo*.²²⁷

Brizola era um político relativamente bem conhecido no Brasil e entrava no ano de 1989 como líder nas pesquisas de opinião. No período por nós estudado (outubro-novembro de 1989), já tinha sido ultrapassado por Collor, mantendo-se boa parte do tempo em segundo colocado. Seu crescimento significava, portanto, ameaça à liderança do candidato do PRN. Sua vitória, quiçá, poderia significar alguns problemas para a

²²⁶ *O Globo*, 31/10/1989.p.14.

²²⁷ Como foi citado anteriormente, nossa pesquisa teve dificuldades em analisar as publicações de novembro, consultando apenas as capas deste mês. Não sabemos, portanto, se na parte interna do jornal, houve mais menções ao caso da foto do morador do Morro dos Telégrafos. Nas capas, o assunto pareceu indiretamente através de um editorial de capa do dia 1º de novembro com título “Fascismo emergente”, que criticava uma manifestação do PDT contra *O Globo*. Não se explicava os motivos do protesto, apenas que eles eram contra a liberdade de expressão. Naturalmente, não havia qualquer autocrítica por parte do jornal. *O Globo*, 1/11/1989.p.1.

Rede Globo, dadas as promessas do pedetista. Nesse sentido, os veículos de Roberto Marinho se lançaram numa ampla campanha de propaganda contra Brizola. Na TV Globo, como anteriormente, Brizola tinha muito menos aparições que Collor. E nas páginas de *O Globo*, durante o primeiro turno, praticamente não havia um dia sem manchetes ou matérias desfavoráveis.

Reportagens que registravam empolgação ou sucesso de comícios e manifestações do PDT eram raríssimas. Não havia manchetes de caráter propositivo – como “Brizola defende aumento de...” ou “Brizola: ‘sou a favor...’” – que expusessem alguma proposta ou idéia do pedetista, tão comuns na cobertura da campanha do PRN.

No rol desta campanha anti-Brizola, encontrava-se matérias pagas (não assumidas abertamente como tal) e espaço para adversários o criticarem, além das reportagens do próprio jornal, que sucessivamente apontavam casos de violência dos pedetistas – que, “antidemocráticos”, perturbavam as manifestações dos demais candidatos. O PDT e Brizola também eram associados a casos de corrupção e, mais grave ainda, ao tráfico de drogas. Aqui reside, ao meu ver, o ataque mais contundente (ainda que infundado) contra o pedetista.

Ao relacionar Brizola à “criminalidade” e aos traficantes, *O Globo* penetrava no âmago dos sentimentos e temores dos seus leitores da classe média. O pedetista passava a ser vinculado aos “bandidos”: jovens (não raro negros, como o homem da foto do dia 27 de outubro) saídos não se sabe bem de onde (geralmente da “periferia”, eufemismo para bairros paupérrimos), que por motivos ignorados se desviavam do “caminho correto” (conformista, que aceita de bom grado trabalhar para a classe média por salários miseráveis) e se transformavam em perigosos e violentos vendedores de drogas (cujo mercado consumidor é formado em boa parte pela mesma classe média). As próprias matérias sobre “criminalidade” do jornal alimentavam esse medo (e seu correspondente anseio por repressão policial) e ao vinculá-lo a Brizola, *O Globo* esperava fazer que o pedetista perdesse o voto das classes médias. E vale ressaltar: como a foto com o “traficante” foi colocada com destaque na capa, o jornal de Roberto Marinho visava atingir não só seus leitores mais tradicionais, mas o conjunto da população.

Como veremos a seguir, a campanha difamatória de *O Globo* não tinha como único alvo Leonel Brizola.

2.4: *O Globo* enfrenta a “Rede Povo”

A linha político-ideológica petista e o programa para as eleições de 1989 apareciam de forma transparente nas primeiras páginas do documento “Bases do Plano Alternativo de Governo – síntese popular”:

O projeto do PT é claro: QUEREMOS CONSTRUIR UMA SOCIEDADE SOCIALISTA neste País. (...) Não queremos apenas mais pão, mais terra, mais liberdade, mais escola e moradia. Queremos tudo isso e mais: a posse e o controle de todas as riquezas, de toda a produção e dos meios que a produzem sob o controle dos trabalhadores; queremos a plena democracia e a participação real em todas as decisões importantes. Para isso vamos acumular forças, derrotar os setores que sustentam o capitalismo e construir a sociedade socialista.²²⁸

Coligado ao PSB e ao PC do B (formando a Frente Brasil Popular), o PT adotava como bandeiras na campanha de 1989: suspensão do pagamento da dívida externa e instalação de uma auditoria da dívida, alongamento do perfil da dívida interna, controle sobre as instituições financeiras (e, se a correlação de forças permitisse, sua estatização), controle de preços, aumento progressivo e real dos salários, em especial do salário mínimo (que, em cinco anos, deveria corresponder a quatrocentos dólares) e revisão dos processos de privatização já realizados.²²⁹

No documento “Brasil Urgente, Lula Presidente – democracia”, onde estava presente a diretriz do partido sobre os meios de comunicação, defendia-se “uma política que dê à sociedade o controle dos meios de comunicação e que subordine o privilégio da exploração comercial à responsabilidade social de valorizar sua função educativa e cultural”. Caberia ao Estado adotar medidas de modo a “eliminar o monopólio e o oligopólio da área de comunicação social”.²³⁰

O programa petista apontava para transformações estruturais da sociedade e tinha um caráter contra-hegemônico. Diferente da campanha do PRN, o PT dispensava

²²⁸ No programa, o partido acrescentava que não tinha “ilusão” de que a vitória nas eleições significava “ganhar o poder”, mas sim a “posse” de uma “parcela do poder de controle sobre a máquina administrativa”, que seria posta a serviço do crescimento da “mobilização e organização dos trabalhadores”. “Bases do Plano Alternativo de Governo – síntese popular” IN <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/programas-de-governo-pt> (acesso em 29/12/2011).

²²⁹ ABREU, Alzira Alves de (org). *Dicionário...* op.cit.p.3332, DEMIER, Felipe (coord). *As transformações...* op.cit.p.23 e 28, MARKUN, Paulo. *O sapo...* op.cit.p.227

²³⁰ “Brasil Urgente, Lula Presidente – democracia” IN <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/programas-de-governo-pt> (acesso em 29/12/2011).

as modernas técnicas de *marketing* (e, mesmo se as desejasse, não teria recursos para adotá-las) e as “pesquisas de opinião” como baseados programas políticos de televisão – do contrário, estaria realimentando formas de ver e pensar o mundo, deixando de atuar em prol de uma contra-hegemonia. Diferente da quase totalidade dos candidatos, Lula e o PT não procuraram organizar encontros com Roberto Marinho e com os demais proprietários dos meios de comunicação.²³¹

Segundo Ricardo Kotscho, assessor de imprensa de Lula em 1989, havia um debate no interior do PT sobre o que deveria ser privilegiado durante a campanha: comícios ou entrevistas em meios eletrônicos (rádios e tevês). Independente da definição, existia a “questão real do boicote dos meios de comunicação” à candidatura petista: “só conseguíamos abrir brechas na programação da madrugada ou em edições locais de TV e, no rádio, em emissoras de alcance regional”. O bloqueio midiático só foi rompido em meados de setembro, com o horário eleitoral gratuito.²³²

A Frente Brasil Popular (FBP) tinha direito a dez minutos diários na televisão (dois blocos de cinco minutos, um de manhã e outro de noite), mesmo tempo do PDT e do PRN, e menos que os vinte e dois minutos do PMDB, cujo candidato era Ulisses Guimarães. O formato do programa televisivo do PT foi alvo de debates dentro do partido. Um grupo, ligado à TVT (Televisão dos Trabalhadores), que produzia vídeos populares para sindicatos, defendia o repúdio as formas de comunicação dominantes, de cunho comercial. Para o grupo, a transformação da ordem vigente passava necessariamente pela criação de novas formas de linguagem, nas quais as classes subalternas abandonavam a postura de consumidoras e tornavam-se sujeitos das imagens.²³³

Já o grupo liderado pelo publicitário Paulo de Tarso Santos, que viria de fato coordenar os programas de televisão do partido, temia que os programas feitos nos moldes desejados pelo pessoal da TVT terminassem por parecer “amadores” demais, não obtendo eficácia. Argumentava-se que a linguagem dominante da televisão estava

²³¹ Houve um único encontro dos petistas com um proprietário da grande mídia, João Saad (Rede Bandeirantes). Na ocasião, Lula falou enfaticamente da reforma agrária. Pode-se imaginar que Saad, dono de fazendas no interior de São Paulo, não tenha ficado muito contente. CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...op.cit.p.169 e 170.*

²³² Kotscho registra episódios no qual a Rede Globo ignorou a campanha do PT, como a viagem de Lula ao exterior (em maio, o petista foi aos EUA, encontrando-se com republicanos, democratas e dando entrevistas ao *New York Times*) que não foi mencionada pela emissora. KOTSCHO, Ricardo. *Do golpe ao planalto*, memórias de um jornalista. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.p. 164 e 170.

²³³Dois importantes nomes deste grupo Regina Festa e Luis Roberto Santoro. CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...op.cit.p.208.*

consolidada no imaginário popular, de modo que não seria possível, no curto espaço de tempo da campanha eleitoral, forjar uma linguagem alternativa. A proposta era, então, aproveitar a estrutura de discurso dominante, com a qual os trabalhadores já estavam familiarizados, e subverte-la através da paródia e do humor, colocando-a a serviço das transformações sociais.²³⁴

Com tais propósitos, surgia a “Rede Povo”. O programa da FBP se apresentava como uma emissora de televisão independente, alternativa, não só aos demais candidatos, mas também aos meios de comunicação hegemônicos. Daí os lemas pronunciados em *off* na abertura: “está no ar, um emissora de tevê diferente, da Frente Brasil Popular”, “aqui você vê o que não vê nas outras tevês”, “aqui você vê a verdade na tevê” e “aqui você vê o povo na tevê”.²³⁵

O nome “Rede Povo” evocava diretamente a “Rede Globo”. Mas não será só: a vinheta da “emissora” da FBP era claramente semelhante, sonora e visualmente, a da Globo. Diversos “programas” parodiavam os da TV de Roberto Marinho: “Povo Repórter”, “Povo de Ouro”, “Povo Fantástico” faziam referência ao *Globo Repórter*, *Globo de Ouro* e *Fantástico*. Nas palavras de Mário Sérgio Conti: “símbolo do status quo televisivo, inimiga maior das transformações, a Rede Globo era subvertida tomando por base seu próprio nome”.²³⁶

Segundo Afonso Albuquerque, o programa da FBP se estruturava por temas – como questão fundiária, inflação, distribuição de renda e saúde – mostrados como dimensões de um problema de fundo maior: a sociedade de classes. Os programas retratavam as contradições da sociedade brasileira: em um deles, contrastava um carregador de frigorífico que afirmou só carregar, mas nunca comer carne e uma senhora de classe média que alimentava seu cachorro de estimação com farta comida.²³⁷

Alguns programas da FBP tratavam das privatizações. O do dia 3 de outubro, por exemplo, tinha como temática a venda da Mafersa. Um narrador em *off* informava: “Governo Sarney trama contra o patrimônio do povo. Dia 12 de outubro vai vender por preço de banana a Mafersa, maior fábrica de transporte do país”. O programa denunciou

²³⁴ Idem, p.211 e 212.

²³⁵ Apud ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aqui...op.cit.*p.169 e 170.

²³⁶ Hans Donner, da Globo, chegou a dizer que processaria o PT por plágio, mas o partido argumentou que se tratava de paródia explícita e que não havia leis contra isso. O caso não foi adiante. Vale lembrar que a Rede Globo não era a única inspiração da Rede Povo. O lema “vem pra praça você, também” se baseava na propaganda da Caixa Econômica Federal. CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...op.cit.*p.207, 213 e 214, ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aqui...op.cit.*p.171.

²³⁷ ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aqui...op.cit.*p.157, CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...op.cit.*p.215.

o baixo valor oferecido no leilão, as facilidades dadas ao futuro comprador e concluía com as seguintes declarações de Lula:

“eu tenho certeza que depois dessa reportagem, vocês estão compreendendo porque nós do PT e da Frente Brasil Popular somos contra a privatização. Somos contra a privatização porque privatização nada mais é do que pegar uma coisa do povo e entregar pra iniciativa privada. Imaginem vocês: será que a iniciativa privada ia querer (...) comprar do Estado uma empresa que não prestasse? Ora, eles só querem comprar empresas boas (...) que dão lucro. (...) O que nós temos é que democratizar as empresas estatais. Por exemplo; por que não colocam os trabalhadores para participar da administração das empresas?”²³⁸

A questão dos meios de comunicação também se fazia presente na campanha petista. Denunciava-se a força dos grandes monopólios, o compromisso destes com a manutenção da ordem vigente e as manipulações promovidas contra as organizações das classes subalternas. No programa de 5 de novembro, Lula afirmava:

“toda vez que nós do movimento popular, dos partidos progressistas, do movimento sindical estamos crescendo na nossa luta, a classe dominante começa a levantar infâmias e mentiras contra nós (...) Estamos afirmando que dia 15 de novembro, a classe trabalhadora brasileira vai chegar ao poder nesse país contra a vontade dos impérios: o império da Globo, do SBT; o império Volkswagen, da Ford, da Mercedes, o império do seu Mário Amato [presidente da FIESP]”²³⁹.

O contraste do programa do PT com o do PRN era notório. Enquanto Collor – em sintonia com diversas associações empresariais – centrava suas críticas ao Estado e aos funcionários públicos (“marajás”), Lula e os petistas denunciavam as classes dominantes e os meios de comunicação – o “império da Globo” era associado aos grandes empresários. Nesse sentido, a FBP não raro colocava como seus reais adversários não “os políticos”, mas sim o grande capital.

Além disso, se o programa do PRN colocava Collor como um salvador, acima da população que deveria simplesmente votar nele e aguardar suas medidas, o PT mostrava Lula como um brasileiro semelhante aos demais, que conhecia os problemas do país por tê-los vivido. E convocava a população para se mobilizar em torno das mudanças sociais.²⁴⁰

²³⁸ Apud ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aqui...* op.cit.p.177 e 178. O governo Sarney terminaria por adiar a privatização da Mafersa.

²³⁹ Apud Idem.p.174 e 175.

²⁴⁰ Idem.p.157.

Pode-se dizer que a campanha petista fora bem sucedida: sem abrir mão de um caráter politizador, fez com que Lula fosse o único candidato a ter crescimento expressivo de eleitores durante a exibição do horário eleitoral gratuito. Algumas pesquisas indicavam um salto de 7% para 14%, e Lula terminou obtendo 17,2% dos votos, ultrapassando Brizola (que teve 16,5%) e chegando ao segundo turno contra Collor (que vencera o primeiro com 30,5%).²⁴¹

A chegada do PT ao segundo turno foi favorecida pela fragmentação das classes dominantes, que não estiveram unidas em torno de uma única candidatura. Além de Collor, havia ainda Paulo Maluf (PDS), Aureliano Chaves (PFL), Afif Domingos (PL), Ronaldo Caiado (PSD), além de Ulysses Guimarães (PMDB) e Mario Covas (PSDB) que, apesar de não terem sido organizadas a partir de elementos que integravam a ditadura militar, nem serem comumente consideradas “conservadoras”, também não tinham nenhum vínculo com as classes subalternas.

A seguir, veremos como a campanha de Lula e da Frente Brasil Popular apareceu nas páginas de *O Globo*. Apesar do segundo turno ser tratado especificamente em outra parte desde capítulo da tese, desde já apresentaremos manchetes e reportagens referentes ao PT, tanto da primeira quanto da segunda etapa das eleições.

Muitos elementos da campanha anti-PDT/Brizola apareceram também na cobertura de *O Globo* a respeito do PT, sobretudo no segundo turno. No primeiro, o jornal preocupou-se em atacar mais os pedetistas, ainda que não fosse simpático aos petistas e também fazendo matérias e editoriais contrários a estes. Por Brizola ter sido o principal alvo das reportagens no primeiro turno, pode-se conjecturar que Roberto Marinho e as Organizações Globo até preferiam Lula no segundo turno no lugar do candidato do PDT. Tal orientação da Globo poderia parecer contraditória por alguns motivos: o PT tinha um programa visando transformações sociais de abrangência maior e era, de fato, vinculado aos movimentos sociais e às classes trabalhadoras – tanto assim que diversas entidades empresariais consideravam Lula como “inimigo” e Brizola como “adversário”. Talvez a campanha de *O Globo* tenha se centrado no pedetista no primeiro turno pelo fato deste ter feito sistemáticos questionamentos às Organizações Globo, prometendo inclusive desmontar seu monopólio. Ou talvez por um temor de que, no segundo turno, Brizola tivesse maiores chances de derrotar Collor, seja por ser menos

²⁴¹LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...op.cit.p.217*, MARKUN, Paulo. *O sapo...op.cit.p.229*.

assustador para as classes dominantes, seja por ser conhecido como um talentoso debatedor, que poderia vir a vencer o candidato do PRN em futuros debates.

Independente disso, *O Globo* entrou com “força total” contra Lula e o PT, sobretudo no segundo turno, expressando os temores da quase totalidade das frações das classes dominantes com a possibilidade, cada vez mais real, da vitória da Frente Brasil Popular.

Nem todas as reportagens eram desfavoráveis a Lula, algumas delas registravam a boa receptividade da população aos comícios e manifestações petistas. Tais matérias eram fundamentais para o jornal poder, a partir delas, sustentar estar fazendo uma cobertura “equilibrada” das eleições. Nesse sentido, podemos citar: “*Centro de Vitória fica lotado com carreatas e comício de Lula*”, “*Lula faz maratona no interior paulista*” e “*Comício de Lula lota a Candelária*”. Também podemos mencionar a reportagem que biografava Lula: “*A longa caminhada do ex-retirante Lula*”, que assim se iniciava: “*o menino de Garanhuns hoje disputa a Presidência do Brasil*”. Em seguida, narrava-se que o petista foiretirante, freqüentou o sindicato por influência do irmão, Frei Tito, liderou os metalúrgicos, ajudou a criar o PT e foi preso em 1980.²⁴²

Algumas matérias que em tese poderiam ser consideradas “simpáticas” a Lula tinham algum “contrapeso” que, direta ou indiretamente, também podiam gerar críticas. Assim, por exemplo, na reportagem intitulada “*PT faz carreatas animadas na Zona Sul*”, registrava-se no terceiro parágrafo que os ocupantes de carros com adesivos de Collor eram “*vaiados e xingados*”. Em “*Lula reúne quatro mil em Guarulhos*”, destacava-se, logo nas primeiras linhas, fragmentos do discurso que poderiam levar a conclusão de que o petista era violento, pois ele sustentava ter “*armas e munição para derrotar Collor de Mello...*”. O segundo parágrafo se iniciava dessa forma: “*-Vamos dar uma surra muito grande no Collor*”. Em “*Comício fecha campanha de Lula no Sul*”, há uma manchete menor abaixo: “*Meneguelli [presidente da CUT] nega grevismo contra PRN*”, associando implicitamente Lula aos “baderneiros” que fazem greves (ainda que o “baderneiro” esteja negando pretender promover “tumultos”). Há ainda títulos de reportagens sobre comícios e propostas do PT onde, na mesma página, Collor ganhava manchetes muito maiores. “*Artistas paulistas gravam vídeo-clip para Lula*” e “*O setor financeiro será mais visado pelo PT*”, para citar dois casos, apareciam em páginas cujo

²⁴²*O Globo*, 26/10/1989.p.6, 12/12/89.p.8, 14/12/89.p.10 e 16/12/89.p.14 Nossa pesquisa também registrou uma matéria paga favorável ao PT: “Dez razões para você votar em Lula”. *O Globo*, 12/12/89.p.5

destaque principal era a campanha do PRN. Finalmente, certas matérias que apontavam o apoio de setores da Igreja ao petista – como “*Igreja distribui sua segunda carta pastoral de apoio a Lula*” e “*Diocese paulista pede voto para Lula*” – eram fartamente “compensadas” com outros tantos artigos e editoriais condenando a “participação da Igreja na política”.²⁴³

Há ainda matérias e fotos sobre a campanha petista que, pela estruturação das reportagens e manchetes na página do jornal, podiam terminar fazendo associações negativas. É possível que a fotografia de uma manifestação da Frente Brasil Popular, na capa de 18 de outubro, não esteja gratuitamente ao lado da manchete “*Greve reduz produção de dinheiro do País em 95%*” (tratava de uma paralisação na Casa da Moeda). O mesmo talvez valha para uma foto de capa (9/10) onde Lula e Marisa estavam na favela do Jacarezinho (RJ): ao lado, tem-se a manchete “*Bandidos resgatam 5 presos de delegacia*”.²⁴⁴

Se, até aqui, nos referimos a trechos do jornal onde as críticas apareciam mais dissimuladas, em absoluto deve-se concluir que *O Globo* furtou-se de ataques mais diretos. O periódico apontava supostos casos de irregularidades dos petistas, como aqueles referentes ao financiamento da campanha. Em “*TSE apura origem de fundos para eleger Lula*”, noticiava-se a acusação feita pelo PTB, segundo a qual sustentava-se que o PT recebia dinheiro de organizações estrangeiras. Em “*Governo acusado de financiar PT*”, publicava-se que o Sindicato dos Metalúrgicos (ligado ao CGT) denunciava o Ministério do Trabalho por ter doado dinheiro ao PT. Tom semelhante estava presente na matéria com título “*Magri volta a dizer que CUT financia campanha de Lula*”. Havia manchetes que tratavam de casos de corrupção como se estes fossem abundantes dentro do partido: “*Mais denúncias contra o PT*”, presente na capa da edição de 4 de novembro, tratava da utilização de dinheiro do sindicato dos bancários para a campanha petista, do uso de ambulâncias da prefeitura de São Paulo para o

²⁴³Há também matérias que poderiam ser favoráveis ao PT, mas não o são por omissão de alguns fatos. Na matéria intitulada “*Nos EUA, ecologistas lembram um ano da morte de Chico Mendes*”, o jornal não menciona que o ativista tinha ligações com o PT. Há ainda as reportagens que destacavam a pluralidade de apoios a Lula, que poderiam estar indicando que seu governo seria confuso. Em “*Lula e Brizola juntos em Novo Hamburgo*”, ressaltava-se a presença das bandeiras do PT, PDT, PCB, PC do B, PSB, além de “*duas anarquistas*”. *O Globo*, 17/12/1989.p.9, 7/12/89.p.8, 12/12/89.p.9, 3/12/89.p.16, 16/12/89.p.11, 6/12/89.p.8, 8/12/89.p.6. *O Globo*, 9/12/89.p.16 e 6/12/89.p.7 (grifos nossos).

²⁴⁴O mesmo ocorre para a capa de 19 de outubro: uma foto sem manchete de comício do PT fica logo acima de “*Operários do ABC apedrejam pedetistas*”, dando a entender que a foto e a manchete possuíam relação. Outra manchete que talvez sugira alguma associação com o PT foi que noticiava o seqüestro de Carlos Nogueira Diniz : “*Suspeito usava mesmo camisa vermelha*”.*O Globo*, 18/12/1989.p.1, 9/10/89.p.1. *O Globo*, 19/10/89.p.1, 3/12/89.p.29. (grifos nossos)

comício de Lula e do “fato” de um funcionário da prefeitura de São Paulo receber propina para financiar o PT – a prefeita de São Paulo, Luisa Erundina, era do partido.²⁴⁵

Esta última matéria não era a única que tratava da Prefeitura de São Paulo e de Erundina. O jornal explorou o desabamento de barracos de uma favela paulista, responsabilizando a prefeita. Esse era o tom de um editorial e de uma reportagem de título “*Delegado também culpa Prefeitura por deslizamento*”. Havia também o caso da construtora Lubeca, cujas relações com a prefeitura seriam irregulares: “*Caso Lubeca: proposta confirmada*”. Informava-se que a empresa pretendeu dar dinheiro a Lula “*agradecida pelo desenrolar das negociações para o loteamento Tangará-Panamby*”. A oferta tinha sido recusada; a empresa, então, concordou em agradecer através da criação de uma creche ou área de lazer em São Paulo. Percebe-se, portanto, que de acordo com a própria matéria, não havia ilegalidade, pois o partido havia recusado o tal “agradecimento”. O episódio Lubeca também foi tratado em um editorial de capa de 2 de novembro. Finalmente, em “*Juarez Soares acusado de contravenção*” e “*Juarez será indiciado na terça*”, informava-se que o Secretário de Esportes da Prefeitura de São Paulo, o vereador licenciado do PT, J. Soares, era acusado de estelionato, exploração de jogos proibidos e crimes contra a economia popular. Um editorial ao lado da última manchete criticava Erundina por ter defendido Soares e ironizava a idéia de se tratar de uma campanha difamatória contra o PT.²⁴⁶

Havia ainda as denúncias contra José Dirceu, como em “*Secretário Geral do PT será processado*”: Dirceu teria recebido indevidamente salário integral como funcionário da Assembléia Legislativa em 1984, mesmo estando em viagem no exterior. O Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado afirmou: “*-José Dirceu é o verdadeiro marajá que prolifera no País, pois ganha sem trabalhar...*”. Um editorial intitulado “*Os puros*” salientava que o episódio envolvendo Dirceu demonstrava como era equivocada a idéia de que os petistas, “*apesar do radicalismo absurdo*” e de não terem “*nenhuma experiência administrativa*”, eram honestos.²⁴⁷

Mais abundantes que as matérias sobre corrupção petista eram aquelas referentes à “agressividade” dos adeptos do partido: “*Afif é hostilizado por petistas em Belém*” e “*Grevistas do PT invadem gabinete de Maílson [da Nóbrega]*”. Esta última manchete estava na capa da edição de 21 de novembro, junto com uma fotografia de uma sala

²⁴⁵O *Globo*, 19/10/1989.p.5, 17/10/89.p.2, 14/12/89.p.2, 14/12/89.p.7, 4/11/89.p.1.

²⁴⁶O *Globo*, 31/10/1989.p.6, 29/10/89.p.4, 31/10/89.p.1, 2/11/89.p.1, 2/11/89.p.1, 13/12/89.p.9 e 15/12/89.p.12.

²⁴⁷O *Globo*, 12/12/1989.p.8 e 13/12/89.p.7.

destruída; a frase abaixo da imagem explicava que os responsáveis pelo vandalismo eram “*funcionários militantes do PT*”. No dia seguinte, havia um editorial de capa comentando o episódio.²⁴⁸

Proliferavam matérias que se referiam aos conflitos entre adeptos de Collor e de Lula, quase sempre vitimizando os primeiros e responsabilizando os segundos. Em “*‘Cariocollor’ é impedida de funcionar*”, afirmava-se que os “colloridos” tentaram reabrir o “Cariocollor” (comitê do partido) com ajuda de policiais, mas viram as “*coisas pretas*”. Foram empurrados e tiveram cartazes arrancados por pessoas que entoavam slogans de Lula. Alguns destes gritavam “*vamos quebrar*”, mas terminaram por não fazê-lo. Há uma fotografia onde se mostrava um pequeno grupo de pessoas na frente do comitê (nenhuma delas tinha material do PT). A frase abaixo era: “*partidários de Lula protestam em frente a comitê de Collor na Miguel Couto*”. Em “*Diretório é invadido em Barra Mansa*”, informava-se no primeiro parágrafo: “*Pelo menos oitocentos quilos de material de propaganda do PRN foram destruídos ontem, no diretório de Barra Mansa, que amanheceu arrombado. Segundo cinco testemunhas, oito homens, alguns com camisas e bottons do PT, ficaram dez minutos no diretório (...) rasgando faixas...*”. A reportagem intitulada “*Norminha denuncia agressão de petistas*” assim se iniciava: “*SÃO PAULO – A ex-jogadora de basquete (...) Norma Pinto de Oliveira, a Norminha, disse ter sido agredida anteontem a socos e pauladas por seis militantes do PT. Segundo a atleta, a agressão do grupo de jovens, que classificou como ‘aprendizes de Hitler’, foi cometida porque tinha em seu carro dois adesivos de Fernando Collor*”. Com manchete “*PT acusado de incitar invasão de terras*”, uma matéria afirmava que um vereador do PMDB-Vale do Jequitinhonha denunciou, “*munido de uma fita-cassete*”, petistas que anunciavam futuras “*invasões*” de terra logo após a vitória de Lula.²⁴⁹

No amplo leque de matérias sobre a “brutalidade” petista, havia aquelas que salientavam o fato dos simpatizantes de Collor terem atuado como “forças da ordem e da paz”. Em “*PRN impede PT de tumultuar comício*”, registrava-se que os petistas haviam tentado vaiar Collor em Patos (PB), “*mas os militantes do PRN gritaram mais alto, frustrando a manifestação*”. Nesse episódio, os “colloridos” contaram com apoio

²⁴⁸*O Globo*, 20/10/1989.p.5, 21/11/89.p.1, 22/11/89.p.1.

²⁴⁹Em “*Medina cancela comício do PRN no Rio*”, registra-se que, apesar do empresário Medina afirmar que o cancelamento se devia a problemas de agenda, os assessores do PRN na verdade temiam conflitos com brizolistas e petistas. *O Globo*, 5/12/1989.p.3, 11/12/89.p.3, 14/12/89.p.11 e p.12. *O Globo*, 5/12/89.p.3.

da Polícia Militar para evitar que os adeptos de Lula causassem mais problemas. Através da reportagem com manchete “*Em São João de Meriti, um tiro, gritos e correria*”, o leitor ficava sabendo que um simpatizante do PRN dera um tiro “para *conter petistas e brizolistas que, enfurecidos, rasgavam placas e cartazes do adversário*”.²⁵⁰

O Globo destacava declarações e ações do candidato do PRN em face das ações violentas do adversário, vide a manchete de capa “*Collor volta acusar PT de pregar a violência*”. Em “*Collor enfrenta petistas em Minas*”, afirma-se que, na região do Vale do Aço, Collor “*só teve tranqüilidade em Timóteo, única que não tem prefeito do PT*”. Abaixo de uma fotografia da reportagem, havia a frase: “*cercado por petistas, a carreta de Collor passa pelas ruas de Acesita*”. Em uma matéria de capa do dia 1º de dezembro, o jornal informava que Collor esteve no sul do país “*atraindo milhares de simpatizantes*”. Lá, ele “*enfrentou agressões de manifestantes do PT, do PDT e do PCB*”. Tratam-se de mais exemplos nos quais *O Globo* dava contribuições para a construção da imagem de Collor como alguém valente e corajoso que, sozinho, “*enfrentava*” agressores.²⁵¹

No entanto, toda a valentia de Collor e o empenho de seus simpatizantes não impediram que petistas cometessem assassinatos. Em uma matéria do dia 13 de outubro, no terceiro parágrafo, um assessor do PRN denunciava que, em Gramado, Domingos Mariano, adepto do PRN, “*fora morto por um militante do PT conhecido como Calixtão*”. O quinto parágrafo tratava de outra morte, a de Eduardo R. Alves, fiscal do Ibama de Santa Catarina, com uma facada pelas costas. O fim do parágrafo relativizava que o último crime tivesse ocorrido por motivos políticos. No dia seguinte, a reportagem com título “*Violência preocupa dirigente do PRN*” voltava ao tema das “*duas mortes de eleitores de Collor no Rio Grande do Sul*”. O jornal divulgou que havia boatos de um atentado contra o próprio candidato do PRN. Em “*Segurança reforçada com boatos de atentado*”, informava-se: “*PORTO-ALEGRE: A chegada de Fernando Collor de Mello foi antecedida de grande onda de boatos de que ele sofreria um atentado e de que haveria tumultos durante sua presença em Porto Alegre*”.²⁵²

²⁵⁰*O Globo*, 24/10/1989.p.5, 6/12/89.p.6. (grifos nossos)

²⁵¹ Collor não era a única figura a ter seus ataques ao PT destacados pelo jornal, como se percebe na manchete “[Roberto] Magalhães [ex-governador de Pernambuco] *acha que PT quer ‘socialismo stalinista’*”. *O Globo*, 25/11/1989.p.1, 21/10/89.p.5, 1/12/89.p.1.12/12/89.p.5

²⁵²*O Globo*, 13/12/1989.p.3, 14/12/89.p.3,13/12/89.p.3

De todas as matérias de *O Globo* do período analisado, seguramente a mais mirabolante era a que veiculava as denúncias de uma professora de 23 anos chamada Valéria da Silva, moradora de Teresópolis (RJ). Com o título “*Professora denuncia plano anti-Collor*”, o texto explicava que o jornal teve acesso às declarações de Valéria à Polícia Federal através de um advogado do PRN. Nelas, a professora informava ter sido convidada por um “*guerrilheiro*” conhecido como “*Sagarana*” a integrar uma organização que pretendia assassinar Collor e outras personalidades, como o governador Moreira Franco e o ruralista Ronaldo Caiado. Valéria afirmou já ter feito parte do grupo e com ele ter ido ao Líbano. Ao saber que o grupo promovia a viagem com o intuito de realizar um treinamento de guerrilha no país árabe, retornou ao Brasil. A professora deu mais detalhes sobre a organização e disse que “*Carlinhos*” (PT-Macaé) fazia parte dela. No penúltimo parágrafo da matéria, era dito que o passaporte da professora não continha os registros da viagem que ela alegava ter realizado. No último, havia a resposta de J. Bittar (presidente do PT-RJ), que afirmava se tratar de uma campanha de Collor contra o PT. Dois dias depois, o jornal voltava ao estranho caso e parecia procurar uma justificativa para evitá-lo. Em “*DPF investiga denúncia de professora*”, repetia-se as acusações de Valéria e informava-se que “*um graduado agente federal*” solicitava que a imprensa evitasse o caso para não prejudicar as investigações. Ao lado, havia uma pequena matéria, com manchete “*Em Teresópolis, uma ‘grande trambiqueira’*”, afirmando que a professora não gozava de boa reputação na cidade e que até sua mãe desconfiava que ela fizera a denúncia por dinheiro. A atenção dada às declarações de Valéria da Silva ilustra o quanto o jornal procurava denegrir o PT, aceitando publicar até reportagens absurdamente incoerentes.²⁵³

Nas matérias que tratavam de agressões de petistas e de ações que prejudicavam manifestações de outros candidatos, faltava espaço para as óbvias respostas que o PT poderia vir a dar: o que ganharia impedindo comícios dos adversários? Não seriam boatos gerados pela campanha de Collor, a principal beneficiada com essas histórias? Geralmente, não havia nas matérias qualquer pronunciamento do PT sobre os tais casos de agressão e violência. Outra possibilidade, menos freqüente, era a de que algum representante do partido desse a sua versão de um determinado fato. Quando essa resposta aparecia, era colocada no final da reportagem, com muito menos relevo que a acusação. Uma exceção foi uma pequena matéria – “*PDT quer que comícios tenham*

²⁵³*O Globo*, 6/12/1989.p.6 e 8/12/89.p.5

mais segurança” – onde um pedetista declarava ser importante evitar qualquer conflito que pudesse ser usado pelo PRN.²⁵⁴

Praticamente todos os episódios de violência colocavam o PRN como vítima. Só encontramos uma exceção, que não incriminava o partido já na manchete (que, aliás, também não era muito chamativa, em virtude de seu tamanho): *“TSE pode proibir segurança particular”*. Apenas lendo o conteúdo da reportagem é que se ficava sabendo que o TSE condenava o uso de gás lacrimogêneo e esquemas privados de segurança, que eram principalmente usados pela equipe de Collor. Esta foi a única matéria que chegava perto de responsabilizar o PRN por distúrbios.²⁵⁵

Quanto aos casos de corrupção ou notícias desfavoráveis à candidatura de Collor, só encontramos duas manchetes, nenhuma delas com grande destaque, nem mantidas na pauta do jornal por mais de um dia: *“Vídeo mostra Collor junto com acusado de ser traficante”* e *“Empresa de Nahas nega ajuda ao PRN”*. Tal como no caso de matérias simpáticas a Lula, estas críticas a Collor permitiam ao jornal se declarar “independente” ou “neutro” com alguma credibilidade.²⁵⁶

Voltando a campanha anti-PT/Lula de *O Globo*, cabe destacar que o partido era também caracterizado como “radical” e suas tendências internas consideradas “maníacas” e truculentas. Essa era a linha de vários editoriais de capa, que usavam expressões como *“Ditadura dos grupelhos”* (25/11), *“hordas fanatizadas”* que comandavam o partido (5/12), *“evangelho extremista do PT”* (8/12) e *“xiitas da Frente Brasil Popular”* (12/12). Um outro editorial celebrava o fato de Lula ter finalmente largado a *“pele de cordeiro”* e assumido ser *“lobo”*, pois teria afirmado que quem desejasse *“moderação”* deveria se aliar a Collor (1/12). Como de praxe, *O Globo* dava grande relevância aos insultos do candidato do PRN: *“Collor acusa PT e CUT de radicalismo”*. As primeiras linhas da matéria mais pareciam um material de campanha do PRN: *“BRASÍLIA – O eleitor terá de optar pela desordem, o fanatismo e a loucura, representado pela candidatura de Luis Inácio Lula da Silva, ou pela concórdia, união e tranqüilidade garantida pelo candidato do PRN. Este alerta foi feito no*

²⁵⁴*O Globo*, 12/12/1989.p.9.

²⁵⁵*O Globo*, 21/10/1989.

²⁵⁶*O Globo*, 9/11/1989.p.1 e 8/12/89.p.2.

*pronunciamento de quase dez minutos de Fernando Collor de Mello, levado ao ar ontem...*²⁵⁷

Para criticar o programa de governo do PT, *O Globo* não se furtou a distorcê-lo ou criar uma imagem estereotipada do mesmo, sempre associando-o às experiências “fracassadas” do socialismo no resto do mundo. Assim, enquanto os documentos do partido ressaltavam que o Estado e as empresas estatais vinham servindo às classes dominantes, sendo necessário reformulá-los, e rejeitassem as experiências socialistas “burocráticas”, os editoriais apresentavam a questão de outra maneira. Com o título “*PT contra pobres*”, acusava-se o partido de defender a “*estatocracia – com tudo o que ela significa de privilégios, mordomias e facilidades para seus integrantes*”. Outro editorial, este de capa, afirmava que as idéias de Collor eram “*modernas*” – pois ele se colocava em favor de um Estado “*mais magro*”, queria abrir os “*portos*” e “*aumentar a produtividade*”. Já Lula seguiria a linha da “*falida experiência socialista do Leste Europeu*” e estava na “*contramão da história*” ao defender a reserva de mercado, suspensão da dívida externa, aumentos artificiais de salário e ampliação da intervenção estatal na economia.²⁵⁸

Sobre a reforma agrária, um editorial afirmava que as idéias do partido contrariavam “*tudo que é sabido e conhecido*” no Brasil e no mundo. Ironizava Lula, afirmando que o candidato pensava em distribuir arados dos “*tempos bíblicos*” para os camponeses. Outro editorial sustentava que o PT pretendia colocar a reforma agrária sobre comando de organizações que se apropriavam “*de terras pelo recurso da invasão*”. Também os sindicatos se fortaleceriam com a vitória de Lula, tornando-se “*uma força acima do Estado e fora de qualquer controle*”. Formar-se-ia uma “*República Sindicalista*” – velho refrão da campanha ideológica contra João Goulart nos anos 60.²⁵⁹

Diversas outras temáticas caras à campanha do PT eram criticadas: a suspensão do pagamento da dívida externa também era condenada por isolar o país do mundo e não dar resultado algum. As propostas de ciência e tecnologia do PT levariam o país ao “*isolacionismo obsoleto*”. As críticas às exportações de certos alimentos (café, suco de laranja, soja, caju, açúcar, castanhas e pimenta) eram ridicularizados, pois “*não faltam na mesa dos brasileiros*”. O partido era tratado como intelectualmente inferior: “*até o*

²⁵⁷*O Globo*, 25/11/1989.p.1, 5/12/89.p.1, 8/12/89.p.1, 12/12/89.p.1, 1/12/89.p.1,9/12/89p.3

²⁵⁸*O Globo*, 12/10/1989.p.3, 15/12/89.p.1

²⁵⁹*O Globo*, 24/10/1989.p.19, 3/12/89.p.4, 15/12/89.p.9

PT e a Frente sabem que, nos dias de hoje, nenhum país pode desenvolver-se sem a ajuda de capital externo". A oposição ao monopólio dos meios de comunicação era considerada sinônimo de intolerância e de censura: se Lula vencesse, seus correligionários iriam aparecer com *"algemas para a liberdade de criação, de pensamento e de palavras"*. O editorial conclui: *"SUPUNHA-SE que os teóricos do PT fossem muito mais criativos, e bem menos grosseiramente fascistas"*.²⁶⁰

A campanha antipetista se encontrava em praticamente todos os espaços do jornal, não só na parte política e de "opinião editorial". Todos os "cadernos" poderiam estar a serviço da difamação do PT, como o de "Economia", vide as manchetes *"Empresários temem o PT mas mantêm os planos"*, *"Boatos sobre alta de Lula fazem dólar e ouro subir"*, *"Dólar sobe 31,4% em apenas um dia"* (um dos motivos era o crescimento de Lula nas pesquisas) e *"Medo de calote faz dólar e ouro disparar"*. A reportagem de título *"Produzir ou não, um dilema em Minas"* assim se iniciava: *"BELO HORIZONTE – Os empresários mineiros estão divididos sobre a viabilidade econômica de fazer investimentos no setor produtivo, caso o candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva, ganhe a eleição"*. O jornal parecia considerar natural o fato dos empresários cogitarem "sabotar" a economia em caso de um eventual governo Lula.²⁶¹

O "Segundo Caderno", de assuntos voltados para a "cultura", também tratava da "intolerância petista". No dia 6 de dezembro, o tema principal desta sessão do jornal era um documento escrito por Marília Pêra, no qual a atriz se queixava de ter sofrido

²⁶⁰ Além dos múltiplos editoriais, que se espalhavam por todas as páginas de *O Globo*, críticas também eram feitas pelos colunistas. Roberto Campos destilava o seu horror ao comunismo nos artigos, associando-o ao PT: ressaltava que o socialismo era perigoso para a *"vida intelectual"*, pois instituiu *"censura e patrulhamento"*, *"coisas que a Frente Brasil Popular descreve pitorescamente como 'controle social dos meios de comunicação de massa'"*. Afirmava que o partido era atrasado: *"esquecido que já estamos na era da informática, prefere a foice e o martelo"*. E alertava para os perigos das greves: a *"tolerância com o grevismo é mortal para a produtividade"*. Outro colunista, A. Gomes da Costa, se preocupava com a mesma questão: a vitória de Lula daria espaço para as *"greves selvagens"* e para o *"assalto à propriedade"*. O PT vestiria no país o *"capote do marxismo"* para *"algemá-lo à estatização"*. Para João Dória, Lula – que estava na *"contramão da história"* – viria a implantar a *"ditadura do proletariado"* e o *"totalitarismo do partido único"*. Antônio Oliveira Santos sustentava que o PT pretendia *"destruir a estruturas políticas, sociais e econômicas"* brasileiras criadas *"ao longo de cinco séculos de lutas"*. João Paulo de Almeida Magalhães preconizava que Lula e os sindicalistas, por sua proximidade com o Estado, formavam um *"grupo limitado da população"* que se beneficiava *"de um processo excludente de concentração de renda"*. *O Globo*, 12/12/1989.p.4, 14/12/1989.p.4, 6/12/89.p.1, 6/12/89.p.7, 12/12/89.p.5, 3/12/89.p.15, 17/12/89.p.11, 1/12/89.p.4, 15/12/89.p.4.

²⁶¹ Várias outras matérias poderiam ser citadas como exemplo. Em *"Moratória inquieta bancos ingleses"*, um porta-voz de um banco britânico que não quis se identificar, afirmou: *"só o impulso suicida levaria qualquer um de nós a desejar a vitória de Lula"*. Com a eleição do candidato do PRN, apresentava-se outro cenário: *"Vitória de Collor: Dólar e ouro caem e bolsas sobem"*. *O Globo*, 7, 12/1989.p.33, 19/11/89.p.1, 12/12/89.p.1 e 26, 13/12/89.p.8, 2/12/89.p.7, 19/12/89.p.31

intimidações ao ter declarado seu voto a Collor. A matéria tinha como título “*Os limites da liberdade*” e subtítulo “*Marília Pêra, que se diz patrulhada por militantes do PT, ressuscitou a expressão ‘patrulha ideológica’*”. A temática eleitoral permeava o “Segundo Caderno” graças também a coluna diária de Imbrahim Sued, cujas manchetes eram: “*Vamos para a esquerda ou para a democracia*”, “*Brasil Novo com Collor*”, “*Collor com a palavra: um Brasil Novo*”, “*É salutar a concorrência privada*”, “*Collor derrota as esquerdas brasileiras*”, “*A derrota de militantes baderneiros, vitória de eleitores*”, “*Enterro das esquerdas*”, dentre outras.²⁶²

Nem mesmo o “Caderno de Esportes” esteve ausente da campanha anti-PT. Explorava-se as dificuldades de Organização do Grand Prix de Fórmula 1 em São Paulo, cuja prefeita era do PT: “*Erundina já admite: GP em São Paulo corre risco*”, “*Erundina: pressões podem cancelar GP do Brasil de F-1*” e “*Aliado do PT quer tirar GP de Interlagos*”. Nesta última reportagem, informava-se que Aldo Rebelo pretendia anular um acordo entre a Shell e a prefeitura referente à “*modernização*” do autódromo de Interlagos. Não se destacava o partido de Aldo Rebelo, o PC do B, mas sua proximidade com o PT e com Lula.²⁶³

A parte “Internacional” do jornal também dava suas contribuições à desqualificação do PT, em especial nas matérias referentes à crise dos países do bloco soviético, que poderiam ser associadas ao PT e seus aliados. Assim, no exemplar do dia 12 de dezembro, entre as manchetes “*Thecos derrubam sua ‘cortina de ferro’*”, “*Bulgária acaba com monopólio do PC*” e “*Polônia remove estátua de Lênin*”, havia um editorial que ressaltava o desaparecimento dos países e organizações comunistas no mundo: “*do jeito que vão as coisas (...), breve restarão no Ocidente apenas dois bastiões do velho comunismo ortodoxo: a Albânia e o Partido Comunista do Brasil, encastelado (sabe-se lá com que poder de fogo) na candidatura de Lula à presidência da República*”.²⁶⁴

²⁶²A denúncia de Marília Pêra não se fez presente somente no “Segundo Caderno”, ganhando destaque também nas partes de política do jornal, como “*Marília Pêra denuncia patrulhamento ideológico*” e “*Um manifesto pede paz – artistas dizem não às patrulhas*”, além do editorial “*A ditadura da intolerância*”. *O Globo*, Segundo Caderno, 6/12/1989.p.1, 11/12/89.p. 2, 7/12/89.p.2, 15/12/89.p.2, 14/12/89.p.2, 19/12/89.p.2, 20/12/89.p.2, 25/12/89.p.2, 1/12/89.p.6, 6/12/89.p.8 e 8/12/89.p.4.

²⁶³*O Globo*, 9/12/1989.p.1 e 41, 8/12/89.p.31.

²⁶⁴Na página 7 da mesma edição, havia a manchete: “*‘Der Spiegel’ [revista da Alemanha Ocidental] compara Lula a Allende*”. Se o título poderia parecer simpático – sobretudo para os admiradores do presidente chileno deposto – o texto não deixava dúvidas: informava que o Brasil poderia ser lançado ao “*caos semelhante ao da era de Allende*”. *O Globo*, 12/12/89.p.7 e 18.

Cabe ainda destacar algumas fotografias presentes na capa do jornal que visavam favorecer Collor. No dia 5 de dezembro, os dois candidatos tinham fotos na primeira página do jornal: Collor está sorridente e Lula parece muito sério, quase raivoso. As dos dias 14 e 16 do mesmo mês procuravam nitidamente associar o candidato do PT ao comunismo: na primeira, havia uma imagem de uma manifestação petista vista do alto e, em primeiro plano, com destaque, duas bandeiras com “foice e martelo” do PC do B; na segunda, Lula dava autógrafos e logo acima dele, ocupando grande espaço na fotografia, havia um pôster de Ernesto Che Guevara. Mas, sem dúvida, a foto de capa que mais denegria Lula era aquela presente na edição de 11 de novembro, na qual anunciava-se que o candidato do PT havia derrotado Brizola e participaria do segundo turno: o petista parecia estar fazendo um gesto obsceno com o dedo do meio.²⁶⁵

Por fim, a descrição da campanha de deslegitimação do PT ficaria incompleta se não mencionássemos as freqüentes objeções de *O Globo* aos setores da Igreja Católica que apoiavam o partido. Embora existissem reportagens contra este “inimigo” – como “Padre ‘progressista’ é punido em Recife”, “No Sul, bispos condenam engajamento da Igreja” e “Militância de bispos continua a causar polêmica” – o principal instrumento de ataque eram os muitos editoriais. Para o jornal, o envolvimento político de membros do clero gerava um retorno aos tempos do padroado e da união da Igreja ao Estado. Os integrantes da Igreja estariam assumindo uma atitude “anticristã”, realizando uma “deturpação brutal da missão dos sacerdotes”, traíndo sua “missão evangélica” ao apoiar certos candidatos. Indagava-se se não seria “pecado” apoiar o “radicalismo do PT”. Ressaltava que o “púlpito” não era “palanque de partido”.²⁶⁶

Naturalmente, as igrejas que apoiavam Collor não recebiam o mesmo tipo de avaliação. Quando uma reportagem informou que a “boca-de-urna” organizada pelo PRN receberia apoio das Igrejas Evangélicas, nenhum editorial condenou o fato. Nem quando autoridades católicas comemoraram o resultado do segundo turno: “Bispo recebe ‘com alívio’ a vitória de Collor” e “D. Lucas [arcebispo de Salvador] prega união em torno do governo Collor”. Não houve nenhum questionamento ao fato de

²⁶⁵*O Globo*, 5/12/1989.p.1, 14/12/89.p.1, 16/12/89.p.1 e 19/11/89.p.1.

²⁶⁶*O Globo*, 12/12/1989.p.7, 14/12/89.p.11 e 11, 16/12/89.p.10, 6/10/89.p.4, 9/12/89.p.4.

Collor se valer da religiosidade popular em sua campanha ou aparecer com Frei Damião.²⁶⁷

Assim, percebe-se que *O Globo* promoveu uma vasta campanha contra a Frente Brasil Popular (e forças populares em geral) e em favor de Collor, que representava o projeto político de grandes parcelas das classes dominantes. Vale ressaltar que citamos apenas alguns exemplos das matérias e editoriais, nem de longe descrevendo todos os textos contra Lula publicados no periódico. E mais, considerando que o mês de novembro não foi pesquisado de maneira aprofundada – apenas foram vistas as capas – pode-se dizer que vimos uma pequena fração deste grande esforço do jornal em impedir a vitória nas eleições de um partido vinculado a uma proposta contra-hegemônica.

A campanha do jornal estava presente quase que literalmente em todas as páginas. Matérias contra o PT não apareciam somente na parte “política” do periódico, mas também em “economia”, “internacional”, “cultura” (Segundo Caderno) e até mesmo “esportes”. E os editoriais não se limitavam à página 4, seu espaço tradicional, espalhando-se por todos os cadernos do jornal. Os editoriais ocupavam, com frequência, grandes espaços das capas, visando ampliar o alcance de sua influência. Fotos, principalmente na página 1, se constituíam igualmente em instrumentos de propaganda.

As seguintes expressões eram utilizadas para caracterizar o PT e suas ações: *hordas, extremistas, fanáticos, xiitas, radicalismo, totalitarismo, ditadura, fascistas, Hitler, censura, algema, patrulhamento, assalto, selvagem, hostilizar, incitar, invadir, arrombar, rasgar, destruir, socos, pauladas, enfurecidos, lobo, velho, contramão, obsoleto, falido, caos, calote*, dentre outras. Essa pequena amostra de palavras demonstra o quão longe *O Globo* foi no seu intuito de criminalizar o partido. Muitos destes vocábulos também seriam empregados em reportagens sobre os movimentos sociais e o sindicalismo, como veremos no Capítulo 4.

O PT seria profundamente violento e intolerante, não se ajustando à democracia. O jornal anulava completamente o passado recentíssimo do país: não mencionava que boa parte daqueles a quem chamava de totalitários havia sido brutalmente perseguida pela ditadura militar (1964-1985). E que praticamente todos os apoios de Collor – dentre eles, o próprio *O Globo* e Organizações Globo – tinham integrado o regime autoritário.

²⁶⁷ Na segunda matéria citada, o referido Bispo criticava Lula, chamando-o de “viciado incorrigível” e explicitava sua visão de mundo: “-É o regime [capitalista] mais viável e perfeito criado até agora pela Humanidade”. *O Globo*, 5/12/1989.p.3, 19/12/89.p14 e 16/12/89.p.2.

Nas matérias sobre brigas entre adeptos do PT e do PRN (como se este último fosse também um partido de massas), eram os petistas que intimidavam e, em alguns casos, assassinavam os adversários. Os simpatizantes de Collor reagiam às brutalidades. Foram praticamente nulas as referências aos truculentos seguranças contratados pelo PRN, quase todos oriundos da Polícia Militar de Alagoas, habituados a usar cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo.²⁶⁸

A obstinação do jornal em representar o PT como agressivo levava à publicação das matérias mais bizarras possíveis, como o “episódio” da jovem professora da região serrana do Rio de Janeiro convidada por um “guerrilheiro” a viajar para o Líbano para treinar técnicas de luta armada e assassinato.

Casos de corrupção e irregularidades apareciam fartamente quando relacionados ao PT e praticamente nunca com Collor. Este último aparecia muito mais propositivo que os outros candidatos e contava com generoso espaço em *O Globo* para publicação de seus insultos aos seus adversários. Daí, para citar mais um exemplo, a manchete principal da página 3 da edição de 5 de dezembro ser “*Collor: ‘Lula é inimigo do povo’*”. Mas o inverso não ocorria e, pela leitura do jornal, não se poderia tomar conhecimento dos ataques dos demais candidatos a Collor (jamais haveria uma manchete do tipo: “*Brizola: ‘Collor é filhote da ditadura’*”).²⁶⁹

Pelo que foi exposto, o PT das páginas de *O Globo* era amedrontador. E, de fato, o objetivo do jornal era assustar principalmente as classes médias e afastá-las da candidatura de Lula. Como veremos mais adiante, Collor exploraria essa estratégia de modo mais incisivo na reta final do segundo turno. O candidato do PRN e o jornal eram parceiros sincronizados na mesma campanha.

Ao procurar gerar pavor nas classes médias, o periódico de Roberto Marinho se valia de velhos expedientes, como o anticomunismo e as referências à “República Sindicalista”, muito utilizadas durante o golpe contra João Goulart, em 1964.

Porém, havia uma adversidade para a tarefa de assustar as classes médias, pois estas tinham vínculos com o catolicismo. E alguns setores da Igreja Católica apoiavam Lula. A solução foi atacar também sistematicamente esses grupos internos católicos, ressaltando que eles “pecavam”, “traíam o Evangelho” ao se aproximarem dos radicais petistas. Assim, visava-se incompatibilizar os leitores cristãos da classe média com as tendências mais progressistas da Igreja.

²⁶⁸CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.223.

²⁶⁹*O Globo*, 5/12/1989.p.3.

Os editoriais (e também os colunistas) mostravam o PT e os setores populares como “atrasados” e “arcaicos” – “na contramão da história” – enquanto Collor era um “modernizador”. O partido era ridicularizado, considerado de baixo nível intelectual. Aqui, o jornal se aproximava de alguns dos preconceitos dos detratores de Lula, que o tinham como um “analfabeto sem estudos”.

Os valores e as visões de mundo propagadas por *O Globo* encaixam-se precisamente nas formulações de Leandro Konder acerca da ideologia dominante: o inconformismo e a vontade de transformar a ordem social são vistos como atitudes imaturas ou mesmo neuróticas, enquanto a adaptação ao mundo vigente é considerada uma prova de sensatez.²⁷⁰

A seguir, veremos a cobertura de *O Globo* de alguns importantes episódios das eleições ainda não comentados, principalmente do segundo turno.

2.5: Fatos marcantes do segundo turno²⁷¹

A fragmentação das classes dominantes reduziu-se sensivelmente no segundo turno, diante da possibilidade de vitória de Lula. Collor recebeu apoio do PFL, PDS, PL, PSD e PTB. Também estiveram ao seu lado a FIESP e o CGT, além de Antônio Carlos Magalhães, Ministro das Comunicações (PFL-BA), Albano Franco, senador e presidente da Confederação Nacional da Indústria (PFL-SE), Pedro Irujo, um dos mais importantes empresários da Bahia, José Eduardo Vieira, do Bamerindus, Ronaldo Caiado, líder dos ruralistas e Eduardo Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo.²⁷²

Os colaboradores financeiros da caríssima campanha de Collor também permitem vislumbrar o bloco de forças que o apoiava: a Federação Brasileira dos Bancos contribuiu com 7 milhões de dólares, o Bamerindus com quase 4 milhões de dólares, o Banco Safra e o Banco do Itamaraty com 3 milhões de dólares cada um.

²⁷⁰ KONDER, Leandro. *A questão...* op.cit.p.217.

²⁷¹ Um fato marcante do primeiro turno não será comentado nesta tese: a tentativa de organização da candidatura de Sílvio Santos (SBT) pelo Partido Municipalista Brasileiro (PMB). As especulações em torno dessa questão duraram cerca de uma semana, até que a TSE eliminasse essa possibilidade, alegando que Santos deveria ter se licenciado do seu canal de televisão três meses antes das eleições. Enquanto ainda havia chances de Santos tornar-se um presidenciável, *O Globo* o atacou duramente – não desejava que um concorrente das comunicações se torna-se presidente da República, nem que seu próprio candidato – Collor – fosse derrotado. O episódio não teve duração muito longa e aconteceu em novembro, mês cuja pesquisa não foi feita de maneira aprofundada.

²⁷² ABREU, Alzira Alves de (org). *Dicionário...* op.cit.p.1444.

Empreiteiras, como Trutex, Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez, também foram generosas – a última da lista “doou” 7 milhões de dólares.²⁷³

Integrante do bloco de apoio a Collor, Mario Amato, presidente da FIESP protagonizou um episódio marcante ainda no primeiro turno: deu uma entrevista coletiva afirmando que os empresários abandonariam o Brasil em caso de vitória de Lula. *O Globo* narrou o fato na capa da edição de 12 de outubro com algum destaque, pois o pequeno parágrafo com as declarações de Amato estavam em negrito: “*O presidente da FIESP, Mario Amato, previu que 800 mil empresários podem sair do país se Lula ganhar as eleições. Para ele, Lula ajuda mais o país como líder sindical*”. Mas não havia uma manchete chamativa, nem a questão permaneceu na pauta do periódico. A resposta de Lula apareceu três dias depois, na terceira página, em manchete pequena: “*Lula: Amato fez chantagem psicológica*”. Apesar da declaração do presidente da FIESP corroborar com a campanha de medo que o jornal vinha promovendo, talvez a orientação das Organizações Globo fosse evitar a associação exagerada de Collor com os empresários (e, por tabela, de Lula com os trabalhadores), por mais real que fosse esta relação. Melhor era insistir que o candidato do PRN era “moderno” e o do PT “arcaico”, sem incluir questões classistas. E o padrão de realçar mais os ataques ao petista do que as respostas do mesmo foi mantido.²⁷⁴

Além dos partidos que já integravam a Frente Brasil Popular, o PT teve apoio, no segundo turno, do PDT, PSDB e PCB e também da CUT. Inúmeras matérias de *O Globo* chamavam atenção para as intrigas que estariam ocorrendo entre os novos aliados e ironizavam Lula, como se este estivesse disposto a tudo para ganhar mais adesões. As brigas entre Brizola e Bisol, vice da chapa do petista, eram fartamente exploradas, como em “*Brizola e Lula na Baixada, sem Bisol*” e “*Brizola tira Bisol do palanque de Lula*”. O texto desta última manchete realçava que “*depois de nove horas de muita discussão, constrangimento e nervosismo*”, o PT aceitara “*a imposição*” do pedetista. Outra

²⁷³ Um primo de Collor e coordenador do PRN chegou a afirmar que a campanha do partido custaria cerca de um bilhão de dólares, mas foi desautorizado pelos correligionários. A revista *IstoÉ/ Senhor* avaliou os custos em cerca de 150 milhões de dólares. Já para os coordenadores do PT, a campanha de Collor teve gastos entre 250 a 400 milhões de dólares. Collor teve assessoria nas áreas de pesquisa (Vox Populi), publicidade (Setembro) e informática (CAP). Apenas no dia da eleição do primeiro turno, foram gastos três milhões de dólares na contratação de fiscais de urnas. Helio Costa, que havia trabalhado na Rede Globo, participou na coordenação da campanha de Collor. CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...op.cit.p.291*, 206, LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...op.cit.p.240*..

²⁷⁴ Talvez o interesse em evitar as associações classistas tenha feito Collor rejeitar o apoio da FIESP. Conti narra que Amato destragara Collor quando este veio lhe pedir suporte: “estou sem tempo, quanto você precisa?”. *O Globo*, 12/10/89.p.1, 15/10/89.p.3, CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...op.cit.p.222*.

reportagem dizia que Lula se “*humilhou*” para obter o apoio do PDT. Havia também as notícias que ressaltavam a discordância de alguns petetistas com relação a aproximação com o PT: “*Prefeito do PDT no sul decide ‘collorir’*” e “*Prefeito de Betim [MG], do PDT, foge do PT*”.²⁷⁵

O apoio do PSDB ao PT gerou editoriais enfurecidos do jornal, que insistia que os “tucanos” tinham uma perspectiva mais similar com a de Collor. Na capa de 12 de dezembro, Mario Covas foi chamado de “*oportunista*”, pois antes havia defendido um “*choque de capitalismo*” para em seguida dar suporte ao “*programa retrógrado, extremista e de vocação para o caos econômico*” da FBP. No primeiro parágrafo da reportagem de título “*Economistas do PSDB criticam PT*”, considerava-se “*fato*” que os petetistas tinham como objetivo colocar os sindicatos como instituições dominantes no país. Afirmava-se que os “*economistas do PSDB*” concluíram que “*a proposta de instalação de uma república sindicalista, subordinando o Estado e a sociedade ao poder sindical*”, era “*incompatível com os objetivos social-democratas*”.²⁷⁶

Por fim, alguns editoriais de capa acusavam Lula de ter alterado sua postura para obter adesões no segundo turno. Enquanto Collor não mudara “*uma vírgula*” de seu programa, o petista “*abriria mão da República Sindicalista, ficaria bonzinho; social-democrata (...), todos esses suaves adjetivos com que o lobo se cobre de uma montanha de peles de cordeiro*”. O PT teria dado um “*tratamento cosmético*” ao seu programa na ânsia de ganhar mais apoios.²⁷⁷

O Globo em nenhum momento citou o fato de que, para além das diferenças programáticas entre os partidos que se aliaram a Lula no segundo turno, havia um traço comum entre eles: todos tinham um histórico de oposição, por mais distinta que fosse, à ditadura militar. Nenhuma das forças políticas havia integrado a Arena, partido de sustentação do regime. O inverso valia para os apoiadores de Collor.

Já no início do segundo turno, houve conflitos entre petetistas e simpatizantes de Collor em Caxias do Sul, onde ocorreria um comício do PRN. *O Globo* foi coerente com a cobertura que vinha fazendo das eleições: na capa de 2 de dezembro, havia um editorial de capa considerando o PT como o responsável pela “*baderna*”. Também foi

²⁷⁵ *O Globo*, 9/12/1989.p.9, 6/12/89.p.1, 7/12/89.p.1, 5/12/89.p.3.

²⁷⁶ Também era salientado que o PSDB não concordava inteiramente com os petetistas, apesar de apoiá-los: “*PSDB apóia PT com restrições*” e “*Tucanos apóiam Lula, mas criticam programa*”. *O Globo*, 12/12/1989.p.1, 2/12/89.p.8, 6/12/89.p.1, 8/12/89.p.1.

²⁷⁷ *O Globo*, 1/12/1989.p.1, 5/12/89.p.1.

dado espaço para o candidato do PRN dar sua versão: “*Para Collor, culpa pelas agressões no Sul é de Lula*”. No segundo parágrafo do texto abaixo dessa manchete, tinha-se a respostas dos petistas, que se comprometiam a provar que a acusação era falsa. O jornal omitiu que os seguranças de Collor usaram cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo e nem comentou o fato de um deles ter sido fotografado portando um revólver (a foto foi exibida em *Zero Hora*, periódico local).²⁷⁸

Na última semana do segundo turno, diante do contínuo crescimento de Lula nas intenções de voto, a equipe de Collor optou por uma estratégia ainda mais agressiva, explorando o medo da classe média e se centrando em ataques na vida pessoal de Lula. O candidato do PRN foi a um programa do SBT, do apresentador Ferreira Neto, e afirmou que o “louco PT” tomaria os quartos daqueles que viviam em casas com mais de um cômodo para abrigar elementos do partido, além de confiscar as cadernetas de poupança (o que, aliás, Collor faria depois de eleito), dentre outras calúnias. Como, de acordo com a lei eleitoral, Lula também deveria ser convidado, Ferreira Neto e sua equipe enviaram um telex ao PT às 18:18 do mesmo dia do programa, que se iniciaria às 23:00. Uma cópia do “convite” foi enviada a Justiça Eleitoral como “prova” da regularidade da entrevista com Collor.²⁷⁹

O PRN ainda colocou no horário eleitoral gratuito, por dois dias seguidos, uma ex-companheira de Lula, Mirian Cordeiro, com quem tivera uma filha, chamada Lurian. Mirian disse que o petista era racista, alcoólatra, “mulherengo” e tinha pedido para que ela abortasse a criança. O episódio levou a jornalista Maria Helena Amaral, integrante da equipe de campanha do PRN, a pedir demissão e denunciar que Leopoldo Collor, irmão de Collor, havia dado 200 mil cruzados novos (o equivalente a 24 mil dólares) a Mirian pelas declarações. O PT respondeu em seu programa: Lula comentou o caso ao lado de Lurian.²⁸⁰

Todas as agressões de Collor foram noticiadas na capa de *O Globo*. Na primeira página do exemplar de 13 de dezembro, em “*Collor ataca para garantir vantagem*”, noticiava-se as declarações de Mirian Cordeiro e as acusações do candidato do PRN no programa de Ferreira Neto. Só no quarto parágrafo é que havia uma resposta de Lula,

²⁷⁸Já no primeiro turno, jornal já destacava atritos entre Lula e Brizola, provavelmente com o intuito de afastá-los na segunda etapa das eleições. *O Globo*, 2/12/1989.p.1, CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.224. Já no primeiro turno, jornal já destacava atritos entre Lula e Brizola, provavelmente com o intuito de afastá-los na segunda etapa das eleições.

²⁷⁹CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.232, MARKUN, Paulo. *O sapo...*op.cit.p.233.

²⁸⁰CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.238, MARKUN, Paulo. *O sapo...*op.cit.p.233.

um tanto vaga: “*Miriam foi apenas uma namorada ‘que agora deixa transparecer mágoas passadas’*”. Também havia uma manchete menor: “*Poupança não muda, diz Lula*”. Na parte interna, na página cinco, onde o assunto era tratado, o destaque eram as declarações do candidato do PRN: “*Collor adverte para instabilidade com Lula*”. Havia ainda mais uma manchete menor e um box com mais acusações de Collor e, finalmente, com bem menos realce: “*Frente Processa a TV e o candidato*”.²⁸¹

A cobertura desses episódios nos dias seguintes não foi diferente. Cabe destacar a edição do dia 14 de dezembro. Um editorial ocupava o centro da capa e, como seria de se esperar, comentou o caso Mirian Cordeiro favoravelmente a Collor. Disse que a FBP vinha “*esquadrinhando*” a vida do candidato do PRN, enquanto este agia “*sem intromissão no passado*” de Lula. Concluía que cabia ao eleitor refletir se o que fora dito por Mirian era verdadeiro, como forma de se conhecer melhor a personalidade do candidato. O episódio ganhou várias manchetes internas na oitava página, como “*Collor repete a acusação e Lula mostra a filha*”, “*Mirian voltar a acusar candidato do PT*”, “*Lurian vai com pai ao horário eleitoral*”, “*Ex-companheira nega ter recebido dinheiro*” e “*Petistas varam a noite para responder*”. Bem “*escondido*” na parte debaixo da página, havia “*Maria Helena pede proteção à Polícia*”. Pelo título, não se percebia associação com o caso Mirian: apenas a partir da leitura da matéria tomava-se ciência da demissão da assessora do PRN e de sua denúncia de suborno.²⁸²

Portanto, o jornal endossara a exploração de episódios de cunho pessoal (ainda que inverídicos; Lula tinha boas relações com a filha) e praticamente ocultava acontecimentos que poderiam comprometer a credibilidade das acusações. O periódico publicou uma matéria sobre Maria Helena e o suborno de Mirian, de modo a não ser acusado de ter omitido o fato, mas o fez de modo discretíssimo. Quanto ao “convite” de Ferreira Neto feito a poucas horas do programa, não havia defesa: *O Globo* não comentou o episódio.

Matérias discretas também foram o padrão para a cobertura do crescimento de Lula nas pesquisas de opinião. O jornal dava relevo para dados que colocavam seu candidato bem posicionado – “*Ibope: Collor vence Lula de 50% a 38%*”, “*Ibope registra avanço de Collor*”, “*No Ibope, Collor avança e Lula pára*” – mas evitava fazer

²⁸¹ *O Globo*, 13/12/1989.p.1 e 5.

²⁸² Quanto o argumento de que o PT vinha explorando o “passado” de Collor, de fato, um programa do partido no horário eleitoral gratuito contou o episódio no qual o pai do candidato do PRN, quanto era senador por Alagoas, matou um colega a tiros em pleno Senado. *O Globo*, 14/12/1989.p.1 e 8, CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...op.cit.p.227*.

o mesmo com relação ao avanço do petista. Na edição do dia 3 de dezembro, “*Gallup: Collor estável; Lula avança*” era contrabalançado por “*Interior firme com Collor*”. Cinco dias depois, a notícia era dada em um tom “seco”, só fornecendo os números: “*Ibope: Collor: 49%; Lula: 40%*”. Nenhuma palavra como “crescimento” ou “subida” do petista apareciam na matéria. O mesmo ocorria na reportagem do dia 13 de dezembro: “*Ibope: Collor, 47%; Lula, 43%*”. Desta vez, ao menos era comentado que a diferença entre os dois havia diminuído.²⁸³

As manchetes citadas acima estavam presentes em capas do jornal: aquelas que registravam avanços de Lula não se constituíam no principal destaque da primeira página. A exceção ocorreu em 17 de dezembro, dia da eleição do segundo turno: “*Gallup: Collor, 44,9%; Lula, 44,4%*”. É possível que, desta vez, a notícia da proximidade dos dois tenha sido dada sem a habitual descrição com o objetivo de não fortalecer ainda mais as fortes críticas que as Organizações Globo vinham sofrendo por estar favorecendo Collor, em especial com relação à cobertura do segundo debate televisivo dos presidencialistas.²⁸⁴

No primeiro turno, Collor não compareceu em nenhum debate, não recebendo nenhuma crítica de *O Globo* por causa disso. Na segunda etapa das eleições, houve dois debates entre Lula e Collor.

No primeiro debate do segundo turno, o candidato do PT teve melhor desempenho para a totalidade dos analistas. O jornal tratou da disputa com manchete equilibrada: “*Collor e Lula trocam acusações na TV*”. Porém, o texto destacava a superioridade do candidato do PRN. O primeiro parágrafo se iniciava da seguinte forma: “*‘O Governo de Fernando Collor é exemplo de administração séria e decente’. Ao reproduzir o comentário feito por Lula (...) o candidato do PRN marcou seu primeiro ponto*”. O segundo parágrafo mostrava o candidato do PT desestabilizado: “*comentando a reposta, Lula, que suava muito, foi agressivo...*”. Havia duas fotografias: uma mostrava um Collor tranquilo, cumprimentando eleitores; outra expunha Lula nervoso, parecendo estar sendo carregado por dois militantes, o que lhe conferia uma imagem de fraqueza. Mesmo ressaltando uma melhor desenvoltura de Collor, o jornal

²⁸³*O Globo*, 23/11/1989.p.1, 28/11/89.p.1, 4/12/89.p.1, 3/12/89.p.1, 8/12/89.p.1, 13/12/89.p.1.

²⁸⁴*O Globo*, 17/12/1989.p.1.

destacou no dia seguinte (não na primeira página): “*Datafolha: Lula venceu Collor no debate por 39% a 35%*”.²⁸⁵

O segundo debate ocorreu na reta final do segundo turno, quando o horário eleitoral gratuito já estava encerrado. Assim, as emissoras de televisão apresentariam sua versão do debate sem o contraponto do programa da Frente Brasil Popular.

Era um momento de enorme crescimento da candidatura de Lula que, se repetisse o bom desempenho do primeiro debate, talvez ultrapassasse Collor. Nesse contexto de apreensão das classes dominantes, Roberto Marinho entrou em cena: contactou assessores do PRN e os reuniu com o vice-presidente de Operações da Rede Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, reconhecido como grande especialista em matéria de televisão. Marinho pediu que Boni avaliasse a atuação de Collor no primeiro debate e desse sugestões para o segundo. O funcionário da Globo, então, fez comentários, tratando desde a aparência até as falas do candidato do PRN. Foi de Boni a idéia de que Collor deveria chegar no local do debate cheio de pastas, dando a entender que dominava diversos assuntos e que tinha denúncias contra Lula. Esse episódio mostra que as Organizações Globo não se limitavam a “torcer” por Collor – como que de maneira externa ao processo eleitoral – mas envolviam-se na campanha do PRN, orientando como esta deveria atuar.²⁸⁶

No debate, Collor voltou a fazer inúmeros ataques, como aqueles realizados no Programa Ferreira Neto. Lula, que vinha de uma série de compromissos, chegou cansado no debate e teve desempenho inferior ao do candidato do PRN, o que foi reconhecido por alguns petistas.²⁸⁷

Porém, a edição do debate feita pelo *Jornal Nacional* no dia seguinte colocava Collor muito superior a Lula. A Rede Globo já havia feito um compacto do debate no *Jornal Hoje*, no qual cada candidato aparecia três minutos se pronunciando. Porém,

²⁸⁵ *O Globo*, 4/12/1989.p.6, 5/12/89.p.7.

²⁸⁶ CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.257.

²⁸⁷ Segundo Gilberto Dimenstein e Josias de Souza, a equipe de Collor procurou abalar Lula com uma “guerra psicológica” pouco antes do início do debate. Faziam poucos dias do episódio Mirian Cordeiro e os assessores do PRN teriam feito chegar ao petista informações de que Collor teria ainda provas da existência de uma amante sua (“Zeca”). Durante o debate, quanto Collor falou de um aparelho de som “três-em-um” acima das posses de Lula, estaria se referindo a tal amante. Os assessores fizeram ainda chegar a Lula que Mirian Cordeiro estaria presente na platéia. Ricardo Kotscho confirma que, no trajeto para o local do debate, os petistas foram informados das pastas que Collor portaria, com mais ataques de caráter pessoal. MARKUN, Paulo. *O sapo...*op.cit.p.234, DIMENSTEIN, Gilberto e SOUZA, Josias de. *História real*, trama de uma sucessão. São Paulo: Editora Ática, 1994.p.79, KOTSCHO, Ricardo. *Do golpe...*op.cit.p.177.

Roberto Marinho não gostou da edição: o argumento dado era de que o compacto não demonstrava que Collor tivera um melhor desempenho.

Na versão do debate que foi ao ar no *Jornal Nacional*, Lula tinha menos espaço que Collor (2min22 contra 3min34). Além do desequilíbrio de tempo, foram escolhidos justamente os melhores momentos do candidato do PRN, onde ele se mostrava enfático e preciso, e os piores do petista, que parecia inseguro e trocando as palavras. Um exemplo disso foi a inclusão de uma parte do debate onde Lula, pretendendo dizer que a fome transformava os nordestinos em “sub-raça”, não se expressou bem e Collor insinuou que o candidato do PT estava sendo racista contra as pessoas do Nordeste. Finalmente, a reportagem do *JN* concluía com uma pesquisa Vox Populi – que trabalhara para o PRN durante toda a campanha – que mostrava que Collor tinha se saído melhor. Ricardo Kotscho reconhece que o candidato do PT não estava inspirado e fora pior no debate, mas um resultado “2x1 virou 10x0” no *JN*.²⁸⁸

Adeptos do PT e simpatizantes de Lula fizeram um protesto contra a edição na sede da Rede Globo. Estavam presentes artistas, muitos deles da própria emissora, como Marieta Severo, Paulo Betti, Joana Fon, Chico Buarque, dentre outros.²⁸⁹

Há polêmicas quanto a responsabilidade pela edição do *Jornal Nacional*. Segundo Conti, os Marinho (Roberto e seus filhos) pediram que o compacto do *Jornal Hoje* fosse refeito, mas não deram ordens para que Collor ficasse com mais tempo. No livro de memórias do *Jornal Nacional*, os altos funcionários da emissora deram depoimentos divergentes. Armando Nogueira (diretor da Central Globo de Jornalismo) e Alice-Maria (diretora executiva da CGJ) dizem que a edição foi feita à revelia deles, por Alberico Souza Cruz (diretor de telejornais da rede) e Ronald Carvalho (editor de política). Souza Cruz nega participação e Carvalho afirma ter feito todo o trabalho sozinho. Esta última versão é a mais interessante para as Organizações Globo: tratar-se-ia de uma instituição preocupada com a “neutralidade” que fora “traída” por um dos seus funcionários.²⁹⁰

Mas Ronald de Carvalho é desmentido por outros depoentes. Octavio Tostes (editor de texto do *JN*) assegura ter participado da edição e receber a seguinte ordem de

²⁸⁸ CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.267, MARKUN, Paulo. *O sapo...*op.cit.p.234, KOTSCHO, Ricardo. *Do golpe...*op.cit.p.178.

²⁸⁹ CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.270.

²⁹⁰ Carvalho costuma isentar a direção da Rede Globo em todos os episódios polêmicos. Vimos que, segundo ele, os temas do *Globo Repórter* sobre os “marajás” não haviam partido da direção, mas da própria equipe do programa. Mais uma vez, ele foi desmentido pelos próprios colegas. Idem.p.270, *Jornal Nacional...*op.cit.p.213.

Carvalho: “é para fazer uma edição com o pior do Lula e o melhor de Collor. Põe aquele negócio de sub-raça”. Tostes acrescenta: “não havia de parte do Ronald e do Alberico qualquer preocupação com isenção. Foi uma edição manipulada”. Francisco Tambasco (editor de imagens do *JN*) também insiste que participou da montagem do programa, recordando que a “edição foi refeita umas quatro ou cinco vezes”:

“*O Ronald ficava esperando para levar o novo material para a direção ver e Octavio falou: ‘Pó cara, está ficando desequilibrado o debate!’*. Eu lembro como se fosse ontem o Ronald falando: ‘Mas não sou eu que estou fazendo isso’. Eu lembro com se fosse ontem o Ronald falando ‘Isso não sou eu quem decide’. Ele até riu: ‘*Eu estou levando lá para cima e eles estão pedindo mais cortes*’. Eu fiquei surpreso porque eu li uma matéria há pouco tempo em que Ronald assumiu toda a edição do debate. E não foi isso. É mentira. Ao contrário, na época, ele negou totalmente responsabilidade”.²⁹¹

Não acreditamos que, em um contexto tão decisivo, a poucos dias das eleições, com reais possibilidades de vitória de um partido comprometido com transformações estruturais, a direção da Rede Globo e Roberto Marinho não acompanhassem a edição do debate que iria ao ar no principal programa da emissora, o de maior audiência do país. Aliás, Marinho sempre reafirmou que era ele quem dava as ordens nas Organizações Globo. Em uma entrevista, referindo-se justamente ao *Jornal Nacional*, disse: “eu assumo a responsabilidade sobre todas as coisas que conduzo”. E numa ocasião em que explicava que a Rede Globo não faria um debate no primeiro turno sem a presença de Collor (o que acabou se confirmando), declarou: “nada acontece na Globo sem a minha autorização”. Finalmente, Marinho se pronunciou favoravelmente a edição do *JN*, sustentando que esta refletira os acontecimentos: “o debate foi de maior felicidade para Collor e de infelicidade para Lula”.²⁹²

A questão da edição do segundo debate e das acusações de favorecimento de Collor pelas Organizações Globo apareceu nas páginas de *O Globo*. Como vimos anteriormente, Brizola e Lula tratavam desta temática durante a campanha.

²⁹¹ Apud *Jornal Nacional*...op.cit.p.219, 220, 221. (grifos nossos)

²⁹² Os conflitos em torno do episódio levaram a mudanças no comando na Central Globo de Jornalismo (CGJ). Francisco Vianey Pinheiro, responsável pela edição do *Jornal Hoje*, acusou publicamente Souza Cruz de ser a ponte entre Collor e Rede Globo e foi demitido. E Souza Cruz assumia a direção da CGJ no lugar de Armando Nogueira.

Apud LIMA, Venício de. *Mídia: teoria*...op.cit.p.234, CONTI, Mario Sérgio. *Notícias*...op.cit.p.249 e 273, PALHA, Cássia Rita Louro. *A Rede*...op.cit.p.165 e 282.

Em um editorial de capa intitulado “*O malogro de Brizola e o erro de Lula*”, afirmava-se que *O Globo* dava espaço “*equânime*” e noticiava “*com neutralidade*”. Porém, alertava os leitores no espaço editorial sobre os riscos do “*programa radical, extremista, destinado fatalmente a desestabilizar o País*” do PT. Portanto, sustentava-se que as opiniões do jornal estavam presentes somente nos editoriais, o que não era verdade, como temos mostrado neste capítulo.²⁹³

Outro editorial de capa, tratando da Rede Globo, iniciava de modo um pouco mais sincero, argumentando que “*nenhum preceito legal*” obrigava a emissora a dar o mesmo “espaço de tempo” aos candidatos em seu serviço jornalístico. Se desejasse, a Rede Globo poderia “*arbitrariamente*” dar mais tempo para um dos concorrentes. Mas a sinceridade parava por aí: o editorial sustentava que a cobertura vinha sendo feita com “*rigorosa isenção*”. Lembra que, por se tratarem de 22 candidatos, não poderia dar o mesmo tempo para todos. Os critérios seriam a posição nas pesquisas e também a importância política do presidenciável. Daí, mesmo com baixos índices de preferência, Ulisses Guimarães ser noticiado. Terminava criticando um corregedor da Procuradoria Geral Eleitoral – que havia encaminhado notificação solicitando espaço mais igualitário na emissora – de praticar “*vigilância*” no jornalismo político.²⁹⁴

Todas as manchetes sobre a referida notificação, que naturalmente não ganhavam muito destaque, já expressavam críticas à mesma: “*Globo contesta corregedor*”, “*Rezek [presidente do TSE] critica o Corregedor por ‘vigiar’ as TVs*”. Em “*Datafolha comprova isenção da GLOBO*”, cita-se uma pesquisa que sustentava que, entre 24 e 30 de novembro, Lula teve mais espaço no *JN*.²⁹⁵

Quanto ao segundo debate, o exemplar de 15 de dezembro tendia a ser relativamente equilibrado: “*Tensão marca último debate dos candidatos pela televisão*”. No dia seguinte, o jornal refletia a orientação seguida pelo *JN*, destacando a supremacia do candidato do PRN: “*Collor eufórico com a repercussão do debate*”. O editorial de capa enfatizava que em um debate, verifica-se a personalidade dos candidatos e suas reações aos momentos de pressão. “*Fernando Collor resistiu ao desafio do momento*

²⁹³ *O Globo*, 5/12/1989.p.1. (grifos nossos)

²⁹⁴ *O Globo*, 9/12/1989.p.1. (grifos nossos)

²⁹⁵ A questão do desequilíbrio de espaço para os candidatos também foi debatida em um artigo assinado por Álvaro Gurjão, que acusava Lula e Brizola de terem “*ódio ao Brasil*” (esse inclusive era o título da coluna) por defenderem propostas desastrosas para país e também por criticarem as empresas de Marinho. “*O GLOBO tem sido generoso, magnânimo e superior na concessão de espaço a estes dois senhores. Muito mais espaço escrito e ilustrado que a mediocridade dos dois merece*”. Enfatizava as realizações de Roberto Marinho, cuja “*garra*” e “*vontade de criar no dedo mindinho*” superavam o “*corpo inteiro*” de Brizola *O Globo*, 8/12/1989.p.1, 9/12/89.p.1 e 2, 12/12/89.p.5.

com tranqüilidade e segurança”, enquanto Lula “perdeu-se”, tomado por “nervosismo” e “confusão mental”. O editorial encerrava afirmando que a peleja mostrara quem dispunha de “discernimento” e “capacidade de liderança (...) indispensáveis ao próximo Presidente: Fernando Collor de Mello”.²⁹⁶

As polêmicas sobre a edição do segundo debate no *JN* também apareceram nas páginas do jornal. Em “*Quem manipulou*”, o editorial argumentou que o telejornal “refletiu impecavelmente (...) o que se passara na noite anterior”. Preconizou que a manipulação ocorreria se Lula aparecesse como vitorioso. E conclui: os “radicais” protestam contra a “censura” quando são vítimas desta, mas procuram usá-la quando estão descontentes. Outro editorial, presente em um caderno especial sobre as eleições, comentou a manifestação em frente à Rede Globo. “*Em estado de verdadeira histeria*”, os “fãs fanatizados” de Lula exigiam que fosse noticiada uma suposta pesquisa Ibope que colocava Lula na frente por 2%. O editorial omitiu que o protesto também fora organizado contra a edição do *JN*.²⁹⁷

Um último episódio marcante foi o seqüestro de Abílio Diniz, dono do Grupo Pão de Açúcar. O caso já vinha ocorrendo há alguns dias, mas se tornou público nas vésperas das eleições. Luiz Antônio Fleury Filho, Secretário de Segurança de São Paulo, e alguns policiais afirmaram que havia indícios de participação do PT. Os seqüestradores – oriundos do Chile, Argentina e Brasil – estariam com material de campanha do partido e com uma agenda que continha contatos de petistas. Mais tarde, saberia-se que os seqüestradores foram forçados a vestir camisas do PT. Até Orestes Quécia, governador de São Paulo, admitiria a existência de pressões para se associar o partido ao seqüestro.²⁹⁸

A TV Globo sustentou que só noticiaria o seqüestro associando-o com o PT se alguma autoridade concedesse uma declaração acusando o partido. Como Fleury Filho não quis gravar depoimento, o PT não foi citado na cobertura do *Jornal Nacional*. No ar, foi lida uma nota do Ministério da Justiça onde se afirmava que o crime não tinha “nada de político”.²⁹⁹

Portanto, o *JN* só não vinculou os petistas com o seqüestro por falta de depoentes autorizados, pois não desejava assumir sozinho mais uma acusação. Afinal,

²⁹⁶ *O Globo*, 15/12/1989.p.1, 16/12/89.p.1.

²⁹⁷ *O Globo*, 19/12/1989.p.5, 18/12/89, “Sucessão/89”, p.2.

²⁹⁸ CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.277, MARKUN, Paulo. *O sapo...*op.cit.p.234.

²⁹⁹ Apud *Jornal Nacional...*op.cit.p.208.

era um contexto em que as Organizações Globo já vinham sendo questionadas. Ademais, foi lida uma nota que dizia que o crime não era político, o que acaba por levantar desconfiâncias de que o episódio tinha “objetivos maiores”...

Quanto ao *O Globo*, nenhuma manchete associou diretamente o PT ao episódio. O destaque da capa do dia 17 de dezembro, dia da eleição era: “*Cercados seqüestradores de Diniz*”. Abaixo, no terceiro parágrafo, informava-se que Fleury Filho havia dito que “*dois dos que foram presos estariam usando camisa do PT e que em suas agendas foram encontrados números de telefones de líderes petistas*”. Na última frase do parágrafo, aparece Lula dizendo que se tratava de “*maracutaia*”. Assim, ainda que o partido não fosse citado já na manchete, o jornal não se furtou a tratar da associação PT-sequestro na primeira página. Nos dias seguintes – e passadas as eleições – as matérias sobre o crime ou já não mencionavam mais os petistas, ou o faziam ao longo do texto. Vale destacar que, no exemplar do dia 19, na página 16, havia uma manchete menor e sem realce: “*D. Paulo: eles são bem preparados*”. No primeiro parágrafo desta reportagem, informava-se que um dos seqüestradores alegava ter sido forçado a vestir uma camisa do PT. No terceiro parágrafo, dizia-se que um advogado negava a presença da agenda com nomes do PT e PDT no local do crime. Ou seja, mais uma vez, praticamente se omitia informações que desacreditavam a acusações contra os petistas.³⁰⁰

A dois dias da eleição, um editorial de capa explicava que, em uma eleição, existe um “*potencial de erro*”, um momento no qual a “*coletividade*” tende a caminhar para a “*catástrofe*” e “*ruína*”. Embora reconhecesse que poderia haver “*erro*” nas duas candidaturas, repetia o “*mantra*” segundo o qual o programa de Collor era “*moderno*” e o de Lula próximo da experiência “*falida*” do Leste Europeu. Ou seja, o “*equivoco*” era mesmo a candidatura do PT. O texto finalizava-se afirmando que, se o eleitor viesse a “*errar*”, restava “*confiar na força da Constituição*” para “*proteger-nos das grandes ameaças que pairam no ar*”. O tom de apreensão era claro e, de antemão, já se deslegitimava a eleição de Lula, pois tratar-se-ia de uma opção “*errada*”. Obviamente, caberiam às Organizações Globo e às classes dominantes em geral decidir quando os eleitores erravam ou acertavam. Um passo curto seria necessário para a passagem da deslegitimação a um clamor golpista contra um eventual presidente Lula...³⁰¹

³⁰⁰*O Globo*, 17/12/1989.p1, 19/12/89.p.16

³⁰¹*O Globo*, 15/12/1989.p1.

Felizmente para *O Globo* e para os setores dominantes, Collor venceu Lula (42,75% a 37,86% dos votos). Dia 19, havia outro editorial de capa, expressando a alegria com o resultado. Com título “*Depois do abismo*”, afirmava-se: “*UM GRANDE e imenso suspiro de alívio perpassa o país...*” – como se os 37,86% das pessoas que votaram no petista não fizessem parte do país. Na mesma edição, havia uma carta aberta de Roberto Marinho a Lula, no qual o proprietário das Organizações Globo negava exercer “*poder político hegemônico*” no país.³⁰²

A cobertura dos episódios marcantes das eleições seguiu a linha geral do jornal: dar espaço para as declarações de Collor – que quase sempre caluniava os adversários – e omitir ou publicar sem destaque informações importantes, que tiravam a credibilidade das denúncias. Assim, no caso da briga em Caxias do Sul, não se citava o fato do segurança do PRN portar armas; nas matérias sobre Mirian Cordeiro, não era dada atenção às denúncias de suborno feitas por integrante da própria equipe de Collor; no caso Diniz, total discrição para o fato dos seqüestradores alegarem terem sido forçados a vestirem camisas do PT.

Quanto às matérias referentes à própria cobertura midiática das eleições, o jornal estabeleceu uma dicotomia: de um lado, as Organizações Globo (com “neutralidade”, dando espaço “equânime” aos candidatos), de outros, aqueles que pretendiam instituir a “vigilância política” e a “censura”.

Não se pode levar a sério o argumento de que *O Globo* procurou ser “neutro”: todo este capítulo procurou demonstrar o envolvimento do jornal na campanha das classes dominantes pela derrota do PT. Até o caderno de esportes integrava esse empenho! Quanto ao espaço “equânime”, cabe ressaltar que, ainda que Lula e Collor tivessem o mesmo número de manchetes e reportagens, não haveria “igualdade”, pois aquelas referentes aos petistas eram desqualificadoras em sua grande maioria. Uma pesquisa feita na UNB até mostra o candidato do PT com mais presença nos títulos do jornal no segundo turno (55,82% contra 44,15% de Collor), mas a maioria destes era desfavorável.³⁰³

³⁰²*O Globo*, 19/12/1989,p1 e 3. Na carta, Roberto Marinho afirma imprimir aos seus veículos a orientação que acredita “serem reais interesses do País”. Desaconselhava seguir o exemplo de Brizola, que criticava constantemente as Organizações Globo. Despede-se com a expressão: “do seu opositor”. As edições seguintes teriam matérias que registravam o apoio a carta de empresários, políticos e personalidades em geral.

³⁰³LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...op.cit.p.237*.

Finalmente, os críticos dos meios de comunicação não eram “contrários a liberdade de expressão”. Questionavam a enorme força política dos grandes grupos de mídia e as seguidas manipulações feitas contra as organizações das classes subalternas, realizadas em concessões públicas, que são os canais de televisão. A edição do *JN* do segundo debate aparece como o exemplo mais célebre e descarado deste tipo de manipulação. Quanto a esse episódio, os editoriais de *O Globo* apenas elogiavam o telejornal e defendiam sua cobertura, evitando as questões mais espinhosas, como a diferença de tempo das falas de Collor e de Lula.

O Globo atuou ao lado de diversas outras associações das classes dominantes, como FIESP e Febraban, na defesa da campanha de Collor. Atou como “partido” dos grupos sociais voltados para a adoção do programa neoliberal. Como vimos no primeiro capítulo, as próprias Organizações Globo tinham interesses diretos nas privatizações, em especial das telecomunicações.

A cobertura de *O Globo* das eleições de 1989 confirma os alertas de Gramsci, feitos há décadas atrás. O comunista italiano ressaltava que os trabalhadores deviam “negar decididamente qualquer solidariedade com jornais burgueses”, devendo-se “recordar-se sempre, sempre, sempre que o jornal burguês (...) é um instrumento de luta movido por idéias e interesses que estão em contraste com os seus.”³⁰⁴

2.6: O “Fenômeno Collor” em questão

As relações entre o “fenômeno Collor” e os meios de comunicação foram tratadas por alguns autores. Nosso objetivo não é fazer uma análise exaustiva desses estudos, mas somente alguns comentários.

Alguns dos autores criticam a idéia de que Collor seria uma “invenção da mídia” e ressaltam sua desenvoltura na criação de fatos políticos para obter presença nos meios de comunicação. Para Mario Sérgio Conti, Collor “foi atrás dos jornalistas e os convenceu de que era notícia”. José Marques Melo salienta a mesma questão: o candidato do PRN tinha “habilidade e audácia para ‘criar’ fatos capazes de sensibilizar os jornalistas”. Segundo Carlos Alberto Melo, “Collor não é *mero* produto da mídia. (...) Antes, aproveitou-se da mídia, entendendo o espírito de seu tempo”. Desconsiderar o empenho de Collor e apenas enfatizar o papel dos meios de comunicações seria adotar uma “teoria conspirativa” da história. Melo indaga: se a mídia fosse tão poderosa, por

³⁰⁴apud COUTINHO, Eduardo Granja (org). *Mídia e...*op.cit.p.52.

que Collor foi vitorioso, e não algum outro personagem proveniente de um centro econômico mais dinâmico, como tantos políticos de São Paulo presentes naquela eleição? Fernando Lattman-Weltman também aponta insuficiências da “explicação conspirativa”, que perde a complexidade e imprevisibilidade do processo político. Enfatiza também “práticas inconscientes”, nos quais os meios de comunicação favoreciam Collor sem a intenção de fazê-lo. No início de 1989, a mídia “já contribuía decisivamente para a candidatura de Collor, mas talvez ainda não houvesse dado conta disso”.³⁰⁵

Os autores não ignoram que a grande imprensa apoiou Collor durante as eleições. Para Carlos Melo, a “elite” procurava um porta-voz para o projeto de “Reforma do Estado”, que estava presente nos editoriais dos jornais, e Collor procurou ser o representante desse projeto. Fernando Lattman-Weltman afirma: “a grande imprensa praticamente preparou o programa de seu candidato que, por uma série de circunstâncias (...) veio a ser Fernando Collor de Mello”.³⁰⁶

De forma alguma adotamos uma “versão conspirativa” se esta for entendida caricatamente como reunião dos proprietários dos meios de comunicação que, depois de debaterem, “decidem” com poderes supremos eleger Collor (assim como poderiam ter eleito qualquer outro indivíduo). Também não ignoramos o empenho de Collor e de sua equipe para estarem presentes na mídia – como governador de Alagoas, Collor sincronizava suas ações para aparecer na imprensa. Mas ressaltamos: Collor e seus assessores poderiam empreender todo o esforço possível, mas não teriam a “simpatia” dos meios de comunicação caso não se colocassem como portadores de um projeto neoliberal de amplos setores das classes dominantes. Uma liderança política que igualmente procurasse ter espaço da mídia promovendo, por exemplo, reforma agrária e mobilização dos camponeses, não teria a mesma sorte de Collor. Não ganharia as páginas amarelas e as capas de *Veja*, não seria tema de alguns programas do *Globo Repórter*, nem seria figura cativa das Organizações Globo. Só, ou praticamente só, teria coberturas desqualificadoras, como ocorreu com Lula. Ademais, não foi apenas Collor

³⁰⁵ CONTI, Mario Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.30, MELO, José Marques de. *Eleições e meios de comunicação no Brasil*, análise do fenômeno Collor de Mello. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, 1992,p.23, MELO, Carlos Aberto F. de. *Collor...*op.cit.p.118 e 120 (grifo do autor), LATTMAN-WELTMAN, Fernando, CARNEIRO, José Alan D. e RAMOS, Plínio de Abreu. *A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.p.14 e 30.

³⁰⁶Carlos Aberto F. de. *Collor...*op.cit.121, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, CARNEIRO, José Alan D. e RAMOS, Plínio de Abreu. *A imprensa...*op.cit.p.40

que contatava a imprensa, ocorrendo também o inverso. Foi Alberico Souza Cruz, importante nome da Rede Globo, quem lhe propôs aparecer no *Globo Repórter*, para citar um exemplo.

Discordamos de Fernando Lattman-Weltman quando este sustenta que a mídia “preparou” o programa de Collor. A mídia não é um sujeito dotado de vontade própria, mas, de acordo com Gramsci, um “partido” de determinados grupos sociais. Como vimos no início deste capítulo, diversas associações empresariais vinham elaborando projetos neoliberais ao longo da década de 80, cabendo aos meios de comunicação a tarefa de difundi-los como interessantes para toda a “nação”.

Nos aproximamos da análise de Venício de Lima, que ressalta como a Rede Globo e a grande mídia em geral visavam construir uma hegemonia a longo prazo, difundindo a descrença nas instituições políticas e valores individualistas. O autor destaca três novelas: *Vale Tudo* (que foi ao ar entre maio e janeiro de 1989), *O Salvador da Pátria* (janeiro a agosto de 1989) e *Que rei sou eu* (fevereiro a setembro de 1989). Na primeira, vencem os corruptos. Na segunda, um político despreparado e de origem pobre muda ao chegar ao poder, tornando-se arrogante e corrupto – aqui, a emissora poderia estar fazendo mensagem subliminar contrária a Lula. Na terceira, todos são corruptos em um lugar chamado “Reino de Avilan”, exceto aqueles ligados ao Executivo, sobretudo o príncipe jovem e bonito, que conquista o poder. Aqui, pode-se fazer associações com o candidato do PRN. O próprio Collor se valeria da novela *Que rei sou eu* em um discurso, afirmando que lutava contra o “Reino de Avilan”.³⁰⁷

Assim, para Lima, a grande mídia, principalmente a Rede Globo, difundia visões de mundo desqualificadoras da política, preconizando que “todos os políticos são corruptos”. Criava-se, assim, um cenário propício para a construção de uma candidatura como a de Collor, que definia o combate à corrupção como questão nacional mais importante, cuja solução dependeria de uma figura messiânica, o “caçador de marajás”. Segundo Lima, o candidato do PRN tivera habilidade em se identificar com as temáticas disseminadas pelos meios de comunicação.³⁰⁸

Em nossa análise de *O Globo*, vimos como o jornal procurava associar Collor à “modernidade”, enquanto o PT e forças populares em geral eram criminalizados. Por tudo que foi visto aqui sobre a cobertura das eleições de 1989 feitas pelo jornal, de forma alguma podemos concordar com as afirmações de Lattman-Weltman: “à parte

³⁰⁷LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...*op.cit.p.232 e 233, PALHA, Cássia Rita Louro. *A Rede...*op.cit.p.153

³⁰⁸LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...*op.cit.p.233 e 234.

certos episódios lamentáveis (...) no geral a imprensa buscou atuar com um mínimo de imparcialidade no tratamento jornalístico das candidaturas de esquerda.”³⁰⁹

Também discordamos da afirmação de Lattman-Weltman de que a mídia ajudou Collor “inconscientemente”. A presença de Collor em tantos veículos de comunicação e em diferentes programas não pode ser considerada fruto de um “acaso”. Os proprietários dos meios de comunicação procuravam consolidar o governador de Alagoas como uma figura nacional, que poderia ser útil para derrotar as esquerdas, ainda que em princípio não se pensasse nele como candidato a presidente – vimos que associações empresariais o cogitavam como vice de alguma chapa. Já configurado como melhor situado para vencer Brizola e Lula, Roberto Marinho declarou abertamente utilizar todos os meios para favorecer o candidato do PRN. Destacar tal ação consciente dos “barões da mídia” e das entidades das classes dominantes não nos impede de reconhecer também os empenhos próprios de Collor para aparecer na mídia.

Ao nosso ver, os comentários de Bernardo Kucinski retratam a atuação da imprensa e o ambiente das redações de modo mais preciso: “os barões da imprensa deram a contribuição decisiva à campanha da burguesia para ‘derrotar Lula a qualquer preço’, na disputa presidencial de 1989”. A ação, que incluía golpes de propaganda e manipulação, teve colaboração dos quadros orgânicos de cada redação, os chamados “jornalistas da casa” e “a deformação do trabalho da massa de jornalistas subalternos, fragilizados pelas ameaças de demissões e despojados de direitos de livre expressão”. Os jornais tiveram importante papel na “campanha do terrorismo ideológico e da desclassificação de Lula”.³¹⁰

Sem considerá-los como entes “todo-poderosos” e desvinculados dos conflitos de classe, destacamos que os meios de comunicação tiveram, sim, grande importância nas eleições de 1989, sobretudo para atenuar o crescimento de Lula na reta final do segundo turno. Na última semana antes da votação do segundo turno, a campanha anti-PT tornou-se ainda mais virulenta, vide a entrevista de Collor no programa Ferreira Neto, as declarações de Mirian Cordeiro e o seqüestro de Abílio Diniz. Tais fatos eram amplificados pelos meios de comunicação, quando estes mesmos não eram os principais protagonistas, tal como no episódio da manipulação da edição do segundo debate pelo

³⁰⁹LATTMAN-WELTMAN, Fernando, CARNEIRO, José Alan D. e RAMOS, Plínio de Abreu. *A imprensa...*op.cit.p.p.43.

³¹⁰KUCINSKI, Bernardo. *Síndrome...*op.cit.p.106 e 110

Jornal Nacional. Talvez sem esse empenho midiático, o resultado da eleição fosse outro.

O Globo foi um dos diferentes veículos atuantes na campanha ideológica promovida pelas classes dominantes para evitar o avanço de um projeto contra-hegemônico representado pelo PT. A intensidade da campanha midiática e suas manipulações descaradas fazem com que a caracterização de golpismo não nos pareça exagerada.

Vitorioso Collor, estava aberto o caminho para as privatizações e para o programa neoliberal em geral, como veremos a seguir.

Capítulo 3: *O Globo* e as privatizações

Neste terceiro capítulo, analisaremos a cobertura feita pelo jornal *O Globo* das privatizações implementadas pelos governos Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Em caráter complementar, também examinaremos como o periódico noticiou a abertura comercial e os leilões de áreas petrolíferas.

As desestatizações foram privilegiadas por nossa pesquisa por serem elementos centrais do receituário neoliberal, estando em consonância com as formulações que preconizavam a redução do papel do Estado na economia e maior proeminência do “mercado” e da “iniciativa privada”, além de expandirem as frentes de acumulação para diferentes frações do capital.

A análise das matérias de *O Globo* teve como marcos cronológicos os anos de 1989 (vitória eleitoral de Collor) e 2003 (início do governo Lula). Evidentemente, não foram examinados todos os jornais destes quinze anos. Seleccionamos algumas edições do periódico a partir do seguinte critério: foi realizada uma cronologia com as principais privatizações do período em questão (situada nos anexos desta tese), sendo pesquisadas as publicações que antecederiam os leilões em algumas semanas até a data da venda das empresas estatais. Assim, por exemplo, para o estudo da cobertura de *O Globo* sobre a desestatização da Vale do Rio Doce, ocorrida em 10 de setembro de 1997, foram examinadas as edições a partir de agosto do mesmo ano. Também optamos por pesquisar integralmente os seis primeiros meses dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, de modo a verificar de que forma o jornal buscava pautá-los e quais questões procurava consolidar como “grandes temas nacionais”.

Como a pesquisa se centrou nas privatizações, além dos leilões do petróleo e da abertura comercial, terminamos muitas vezes por examinar mais a parte de “Economia” do jornal, pois era nessa seção onde estavam as reportagens sobre as referidas temáticas.

Cabe observar ainda que este Capítulo 3 se difere do anterior em um aspecto. Ao tratarmos das eleições presidenciais de 1989, pesquisamos apenas três meses daquele ano (outubro, novembro e dezembro), o que possibilitava uma análise mais pormenorizada das reportagens. Já este capítulo que agora se inicia tem um recorte cronológico muito mais amplo, de 1989 a 2003, o que nos obrigou a um exame mais sucinto das matérias, muitas vezes apenas citando suas manchetes.

Ao analisarmos o jornal no referido período, procuramos verificar qual foi a imagem construída por *O Globo* acerca das agências estatais e do Estado, como apresentou a “solução” privatista, de que maneira noticiou os leilões das empresas públicas e quais eram as figuras que dispunham de espaço para exporem seus pontos de vista no periódico.

Antes de tratarmos especificamente da maneira como *O Globo* cobriu as privatizações, apresentaremos um panorama do processo de desestatização ocorrido no país durante os anos 90, além de tecermos observações sobre a abertura comercial e os leilões do petróleo. Também comentaremos os brevemente os governos e os grupos sociais que promoveram as desestatizações, as relações das Organizações Globo com estes primeiros e o papel histórico das empresas estatais.

3.1: Os governos neoliberais dos anos 90 e as privatizações

Como vimos na introdução desta tese, o neoliberalismo se disseminou pelo mundo a partir do final dos anos 70, sendo adotado mesmo por forças políticas identificadas com as esquerdas. Refletindo esse processo, foram promovidas privatizações de empresas estatais em todos os continentes. De acordo com dados do Banco Mundial, de 1980 a fins dos anos 90, mais de 6.830 empresas públicas haviam sido vendidas em todo o mundo (cerca de 2.000 no “terceiro mundo”). No Brasil, segundo Sérgio Lazzarini, de 1990 a 2002, 165 estatais passaram, total ou parcialmente, para o controle privado.³¹¹

No Brasil, a partir de fins dos anos 70 e, em especial, durante a Constituinte (1987-1988), diversas associações das classes dominantes, como o FIESP e o Fórum Nacional, vinham propugnando medidas liberalizantes e privatistas.

Nos governos Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990), algumas desestatizações foram promovidas. De modo geral, as estatais colocadas à venda eram empresas de médio porte que, originalmente, haviam pertencido ao setor privado e, por estarem em dificuldades financeiras, passaram para o controle do BNDES. As privatizações não figuravam como medidas centrais da política econômica destes

³¹¹ CHOMSKY, Noam e DIETERICH, Heinz. *A sociedade global...* op.cit.p.79, LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.p.10

governos, nem eram uma estratégia de internacionalização da economia brasileira – a compra das estatais estava vetada a estrangeiros.³¹²

Já os governos eleitos nos anos 90, principalmente os de Collor e Fernando Henrique Cardoso, encamparam as demandas de variadas entidades patronais e apresentaram as privatizações como eixos centrais de suas políticas econômicas. O governo Fernando Collor não conseguiu estabelecer vínculos sólidos com as classes dominantes e sua base de apoio político no Congresso Nacional era frágil, dificultando a implementação de políticas neoliberais. Fracassos nas tentativas de conter a inflação e escândalos políticos foram as marcas deste primeiro governo abertamente favorável às privatizações.³¹³

Já o governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu articular um suporte político baseado em uma ampla frente dos setores dominantes, favorecendo a continuidade e o aprofundamento das “reformas” neoliberais. De acordo com José Luís Fiori, em torno da candidatura de FHC, em 1994, reuniu-se “uma coalizão de forças de centro-direita extremamente ampla e heterogênea”, na qual “estiveram presentes todos os setores da burguesia e das oligarquias regionais de poder, que haviam apoiado e usufruído os governos militares”. Segundo Virgínia Fontes, Cardoso obteve a confiança das associações empresariais com o Plano Real, adotado no governo Itamar Franco. Em contraste com Collor, FHC não tinha casos de corrupção de cunho pessoal e sua trajetória de “democrata” possibilitava alcançar até mesmo apoios populares. “Com a proeminência de Fernando Henrique Cardoso, desenhava-se uma grande coligação burguesa no Brasil reforçando-se os vínculos entre as diferentes áreas empresariais, a grande imprensa destacando-se como porta-voz avançada da modernização neoliberal, sob a direção do capital financeiro multinacional”.³¹⁴

³¹² Entre 1981 e 1984, foram privatizadas vinte empresas de médio porte. Dentre os compradores de maior destaque, figuravam Klabin, Lochepe e Votorantim. ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...*op.cit.p.188-190.

³¹³ Idem, p.81 e 441, SADER, Emir e GENTILI, Pablo. (orgs) *Pós-neoliberalismo II*..op.cit.73

³¹⁴ Alguns autores, como Armando Boito Jr e Luiz Marcos Gomes, sustentam que havia dois grupos no interior do governo FHC. Embora ambos concordassem com as linhas gerais do projeto neoliberal e com as privatizações, um grupo mais próximo do empresariado paulista, com presença no Ministério da Indústria e Comércio e no Ministério do Planejamento, tendia a se queixar da abertura comercial e dos juros altos. Outro grupo, vinculado ao setor financeiro, com representação no Banco Central e no Ministério da Fazenda, apoiava uma abertura comercial veloz e integral. FIORI, José Luís. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.p.207, FONTES, Virgínia. *Reflexões impertinentes...*op.cit.p.304. BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal...*op.cit, GOMES, Luiz Marcos. *Os homens do presidente, banqueiros, financistas, grandes empresários e oligarcas que estão vendendo o Brasil e destruindo os direitos sociais*. São Paulo: Viramundo, 2000.

Cardoso era integrante do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), agremiação que dava viabilidade eleitoral ao programa neoliberal. Sem se confundir com as forças partidárias identificadas com a ditadura militar e com a direita mais abertamente reacionária (caso do Partido da Frente Liberal), o PSDB se contrapôs ao PT, constituindo-se numa alternativa patronal confiável nas eleições. Afinado com o discurso neoliberal de “Terceira Via” – que se legitimava criticando os defensores do “Estado Mínimo” – o partido se apresentava como “moderno”, defendia a “globalização” e se opunha ao “radical” e “estatizante” PT e ao “populista” PDT, visando se credenciar junto às classes trabalhadoras. Mas, como ressalta André Guiot, o PSDB tinha estreita aproximação com as classes dominantes. Pesquisando os cinquenta nomes mais importantes da agremiação, o autor atestou que 58% destes atuavam no setor empresarial (20% estavam diretamente vinculados ao capital financeiro). O partido traduzia as aspirações hegemônicas de frações das classes dominantes, fazendo mediação entre as esferas civil e estatal: importantes “tucanos” integravam também associações como Febraban, FIESP, FIRJAN e CNI. Alguns tinham passagens por organismos internacionais como Banco Mundial, FMI e BID.³¹⁵

A presença de empresários não era exclusividade do PSDB. Representantes de diferentes frações do capital, em especial o financeiro, integraram os governos neoliberais dos anos 90 e ocuparam postos no aparelho de Estado. Ilustrando esses vínculos entre empresariado e Estado em sentido restrito, organizamos abaixo uma tabela com alguns nomes de integrantes dos governos Collor, Itamar e FHC. Destacamos pelo menos um cargo que cada indivíduo selecionado ocupou no aparelho de Estado e na “iniciativa privada”, sem a pretensão de listar toda a sua vida econômica e política. Optamos por dar ênfase à chamada “equipe econômica”, como presidentes do BNDES, Banco Central e Ministros da Fazenda, pois estas figuras foram centrais na implementação das políticas neoliberais, além de disporem de espaço cativo em *O Globo*, como veremos mais adiante.

³¹⁵ Em seu livro de memórias, FHC reafirma a visão que o PSDB difunde de si mesmo. Afirma que o grupo de fundadores do partido era “ao mesmo tempo progressista e não-estatizante”. Sustenta que o PSDB seguiu a tendência política da social-democracia mundial, que teria sido verificada na Terceira Via de Tony Blair e no governo Bill Clinton: “há uma adaptação da social-democracia às condições atuais de funcionamento das sociedades afetadas pela globalização econômica”. Mas FHC não faz qualquer referência à forte presença empresarial em seu partido. GUIOT, André P. *Um “moderno príncipe”*...op.cit.p.33, 68, 79, 136 e 155, FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*...op.cit.p.262. CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.p.133 e 134.

Tabela 1: informações sócio-econômicas de alguns integrantes dos governos dos anos 90 (área econômica).³¹⁶

Nome	Posto no aparelho de Estado	Exemplo de atuação no setor privado
André Lara Resende	presidente do BNDES	Banco Matrix; Banco Garantia; Unibanco
Andrea Calabi	presidente do Banco do Brasil e do BNDES	Consultoria e Empreendimentos Industriais
Armínio Fraga	diretor e presidente do Banco Central	diretor-gerente do Soros Fund; Banco Solomon Brothers
Edmar Bacha	assessor do Ministério da Fazenda	presidente do BBA Securities
Eduardo Modiano	presidente do BNDES	economista-chefe do Banco Sterling; vice-presidente de investimentos do Banco Itamarati SA; consultor do Banco Fonte-Cidam
Elena Landau	diretora de desestatização do BNDES	consultora do Banco Bear Stears; Opportunity
Fernão Bracher	presidente do Banco Central	fundador do Banco BBA Creditanstalt S.A.
Francisco Gros	presidente do Banco Central e do BNDES	Unibanco; banco de investimentos Morgan Stanley Dean Witter
Francisco Lopes	presidente do Banco Central	financista e consultor de empresas
Gustavo Franco	presidente do Banco Central	Banco Garantia
Gustavo Loyola	presidente do Banco Central	MCM consultores; Gustavo Loyola Consultoria S/C Ltda
Ibrahim Iris	presidente do Banco Central	consultor de empresas do mercado financeiro, proprietário da corretora Patente
Lafaiete Coutinho	presidente da Caixa Econômica Federal	vice-presidente do Banco Econômico
Luis Carlos Bresser Pereira	ministro da Administração e Reforma do Estado	diretor do grupo Pão de Açúcar
Luiz Carlos Mendonça de	presidente do BNDES e	Banco Matrix;

³¹⁶ A principal fonte consultada para a elaboração desta tabela foi o minucioso estudo de Luiz Marcos Gomes, que contém uma listagem dos principais nomes da “equipe econômica” de FHC. Também consultamos a pesquisa Mônica Piccolo Almeida: a autora faz longas descrições das equipes de governo desde a ditadura militar até os anos 90, tendo como principal fonte o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas. GOMES, Luiz Marcos. *Os homens do presidente...op.cit.*, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...op.cit.*

Barros	ministro das Comunicações	Investbanco; Corretora Patente; Planibanc
Marcílio Marques Moreira	ministro da Economia, Fazenda e Planejamento	banco Merrill Lynch; General Electric; Hoechst e American Bank Note
Paulo Ximenes	presidente do Banco Central	Grupo Financeiro Meridional
Pedro Malan	ministro da Fazenda	Banco Mundial; Banco Interamericano de Desenvolvimento
Pedro Parente	ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; ministro da Economia, Fazenda e Planejamento	funcionário de carreira do Banco Central e consultor externo do FMI
Pérsio Arida	presidente do Banco Central	Banco BBA, Itaú, Unibanco; Banco Opportunity
Pio Borges	presidente do BNDES	Banco Liberal
Ricardo Sérgio de Oliveira	diretor da área internacional do Banco do Brasil	Banco Crefisul e Citibank
Zélia Cardoso	ministra da Economia, Fazenda e Planejamento	ZLC Consultores Associados
Wiston Fritsch	secretário de política econômica do ministro da Fazenda	Banco Dresdner Kleinwort Benson do Brasil

A tabela acima, ainda que longe de listar integralmente as equipes econômicas dos governos federais dos anos 90, ilustra a grande presença de representantes do capital financeiro, nacional e internacional, no aparelho de Estado. Muitos deles, como Edmar Bacha, Elena Landau, Gustavo Franco, Pedro Malan e Pérsio Arida, tinham formação em economia, realizaram cursos de pós-graduação nos EUA, eram afinados com o pensamento monetarista e integraram o Departamento de Economia da PUC-RJ. Em seu estudo sobre os nomes mais importantes do governo FHC, Luiz Marcos Gomes ressalta que muitos destes economistas-banqueiros-empresários eram articulados com instituições como o Banco Mundial, o FMI e o Tesouro dos Estados Unidos e eram defensores/formuladores das prescrições privatistas do Consenso de Washington. Como veremos mais adiante, ao implementarem as desestatizações, algumas destas figuras promoveram os interesses de suas próprias empresas.³¹⁷

³¹⁷ A aproximação entre os integrantes do governo Fernando Henrique Cardoso e o governo dos EUA é atestada em um documento de 1995 enviado pelo embaixador norte-americano a Washington: “A nossa relação bilateral melhorou acentuadamente na presidência de Cardoso. (...) As autoridades governamentais brasileiras agora solicitam ativamente os conselhos e a cooperação dos EUA em uma

As Organizações Globo estiveram articuladas com os governos federais eleitos nos anos 90. Um exemplo disso é o fato de Alberico Souza Cruz – com quem Fernando Collor tinha relações próximas desde a campanha eleitoral – ter passado a chefia da Central Globo de Jornalismo. Mais tarde, Souza Cruz foi denunciado por Vianey Pinheiro, editor regional de São Paulo, em entrevista à *Folha de São Paulo*. Pinheiro declarou: “a empresa [Organizações Globo] se rendeu de maneira declarada ao governo Collor”; “Alberico tem sido, ao longo desses tempos, o principal articulador dos interesses do novo governo dentro da Globo”.³¹⁸

Durante a crise política que levaria ao seu *impeachment*, Collor continuou contando com acesso direto às Organizações Globo – há registro de pelo menos quatro encontros seus com Roberto Marinho desde o escândalo detonado pelas denúncias feitas por Pedro Collor, irmão do presidente da República. O *Jornal Nacional* e os demais veículos do conglomerado deram pouco destaque às acusações de corrupção, mesmo com a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso.³¹⁹

Quando o destino de Collor parecia estar selado, as Organizações Globo adotaram duas estratégias. De um lado, seus veículos insistiram que o programa econômico neoliberal deveria ser mantido pelo próximo presidente. Assim, por exemplo, um editorial de *O Globo* sustentou que Collor alterara o “*perfil do Estado*” e que as privatizações não “*deveriam morrer*” no caso de “*um final abrupto de seu*

série de temas, incluindo reforma administrativa, regulação de empresas de serviço público e relações trabalhistas. Nossa capacidade de manter o diálogo e oferecer assistência técnica nos trará dividendos de longo prazo por meio da construção de um quadro de tecnocratas pró-EUA”. GOMES, Luiz Marcos. *Os homens do presidente...*op.cit., Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil...*op.cit.p.8, ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...*op.cit, apud BONFIM, Benedito C. e LEITE, Júlio César do P. *Declínio do neoliberalismo e alternativas à globalização*. Rio de Janeiro: Destaque, 2001.p.27.

³¹⁸ Houve rumores de que a ascensão de Alberico Souza Cruz na emissora tivesse sido acertada entre Roberto Marinho e Fernando Collor – os dois tinham se encontrado poucos dias antes da nomeação de Cruz para a chefia da Central Globo de Jornalismo. Logo que a assumiu, Souza Cruz promoveu Ronald Carvalho, que havia editado o debate Lula-Collor no *JN* em 1989. Vianey Pinheiro e Souza Cruz estavam brigados desde a edição daquele debate. A Rede Globo reagiu à entrevista de Pinheiro à *Folha de São Paulo* demitindo-o. Quanto aos vínculos entre Governo Collor e Organizações Globo, cabe ressaltar ainda a proximidade entre Roberto Marinho e Paulo César Farias – o primeiro atendia diretamente telefonemas do segundo. Apud CONTI, Mário Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.301, 332-335.

³¹⁹ Porém, a Rede Globo favoreceu as manifestações favoráveis ao impeachment de Collor ao colocar no ar a série *Anos Rebeldes*, que tratava da contestação da juventude dos anos 60 e 70 à ditadura militar. Para Sérgio Conti, não era objetivo da emissora impulsionar os protestos anti-Collor, pois a mini-série estava sendo gravada meses antes. “*Anos Rebeldes* ajudava um movimento político do qual a direção da Globo discordava”. CONTI, Mário Sérgio. *Notícias...*op.cit.p.650, 651, JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder: ligações perigosas*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.p.75.

mandato”. Por outro, Roberto Marinho intensificou contatos com Itamar Franco, confirmando que este continuaria com a “modernização” do país.³²⁰

Quanto às eleições presidenciais de 1994, Roberto Marinho manteve contatos com diferentes grupos políticos e defendeu uma candidatura do PSDB, que viria a ser de Fernando Henrique Cardoso. Quando o Plano Real foi lançado, no mesmo ano, a Rede Globo, destacando-se o *JN*, transmitiu uma série de reportagens otimistas, salientando a estabilidade dos preços, de modo a favorecer a candidatura de FHC, com quem Marinho tinha proximidade desde os anos 80. Um episódio revelador deste apoio ao candidato tucano foi o “escândalo Rubens Ricupero”, no qual o ministro da Fazenda declarava “não ter escrúpulos”, divulgando apenas dados positivos para o governo. Ricupero falou abertamente do suporte das Organizações Globo a FHC, se considerando um “achado” para a emissora, que não necessitaria realizar um “apoio ostensivo” direto, mas tão somente colocá-lo nos telejornais para exaltar o Plano Real e o controle da inflação.³²¹

Em 1995, primeiro ano de mandato de Fernando Henrique Cardoso, Alberico Souza Cruz, identificado com Collor, foi substituído na Central Globo de Jornalismo por Evandro Carlos de Andrade, que tinha uma longa trajetória nas Organizações Globo, tendo implementado reformas em *O Globo*.

Assim, percebe-se que as Organizações Globo não se limitaram a noticiar as ações dos governos neoliberais dos anos 90, como se fosse uma relação de exterioridade. O conglomerado midiático usava sua influência para contribuir com a vitória eleitoral de candidatos e partidos políticos identificados com o neoliberalismo, como o capítulo anterior procurou demonstrar. Ademais, alguns integrantes das

³²⁰ Algumas entidades empresariais e outros meios de comunicações adotaram a mesma posição política das Organizações Globo: defesa da continuidade do programa neoliberal sob governo Itamar. CONTI, Mário Sérgio. *Notícias...* op.cit.p.660, *O Globo*, 5/9/1992.p.6, BIANCHI, A. *O Ministério...* op.cit.255, FONSECA, Francisco. A agenda da transformação: a grande imprensa e a hegemonia neoliberal no Brasil (o governo Itamar Franco – 1993/1994 – e o refluxo da agenda) In http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3165/P00301_1.pdf?sequence=1 (acesso em 10/08/2009)

³²¹ O calendário do Plano Real foi organizado de forma a beneficiar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Sobre a relação entre FHC e Marinho, Pedro Bial sustenta que se tratava de um contato meramente jornalístico: “Fernando era ‘fonte’ de Roberto, que era ‘fonte’ de Fernando”. Em seu livro de memórias, FHC registra sua preocupação em ter boas relações com as Organizações Globo durante seus dois mandatos presidenciais, comparecendo em solenidades promovidas pelo conglomerado: “passei pelo Rio para inaugurar no vizinho município de Duque de Caxias as novas instalações gráficas de *O Globo*”; “viajei a São Paulo para inaugurar as novas instalações da TV Globo”. Sobre o “escândalo Ricupero”, o ministro da Fazenda concedeu aquelas declarações em conversa informal com o jornalista Carlos Monforte, enquanto se preparava para uma entrevista no *JN*, ignorando que o diálogo era captado por antenas parabólicas. DIMENSTEIN, Gilberto e SOUZA, Josias de. *História...* op.cit.158, 160 e 242, KUCINSKI, Bernardo. *Síndrome da...* op.cit.p.50, BIAL, Pedro. *Roberto...* op.cit.p.280, CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política...* op.cit.p.422 e 499.

Organizações Globo, com destaque a Roberto Marinho, tinham estreita proximidade com importantes figuras da sociedade política, inclusive com os presidentes da República.

Os governos eleitos nos anos 90, principalmente Collor e Fernando Henrique Cardoso, em congruência com diferentes associações empresariais e meios de comunicação, apresentaram as privatizações e a chamada “Reforma do Estado” como importantes meios de baixar a inflação, aumentar investimentos e gerar crescimento econômico. De maneira geral, o cenário econômico recessivo, o desemprego, os aumentos de preços e mesmo as desigualdades sociais eram consideradas resultado do “excesso de Estado”. O Estado e as agências estatais estariam gastando descontroladamente, sendo rigidamente burocráticos, intervindo em excesso, prestando maus serviços, gerando corrupção, agindo em benefício de seus próprios integrantes.³²²

Com frequência, os próprios presidentes da República proferiam discursos divulgando tais visões sobre o Estado e os problemas nacionais. Em 1992, Collor afirmou ter se criado no Brasil um “Estado-ninho”, que resguardava os interesses dos funcionários públicos e alguns grupos privados. Em 1994, como candidato a presidência, Fernando Henrique Cardoso sustentou que a inflação era “provocada pela crise do Estado” e que seu governo teria como “principal meta” baixar a inflação, “prossequindo a reforma do Estado, as privatizações e o enxugamento das despesas”. Em seu livro de memórias, lançado em 2006, Cardoso explica que as privatizações promovidas em seu governo visavam livrar “o país da ‘privatização do Estado’”. Esta última teria se originado durante o “período autoritário”, fruto de “alianças entre os interesses corporativos dos funcionários e os segmentos do setor privado que haviam conseguido penetrar nos meandros burocráticos para obter vantagens”. O processo configuraria uma “privatização disfarçada da área pública”, que simularia defender “os verdadeiros interesses nacionais e populares”.³²³

Os discursos presidenciais estavam longe de ser os únicos meios de veicular visões de mundo que responsabilizavam o Estado e as empresas estatais pelos

³²² CRUZ, Sebastião Velasco. *Estado e economia...*op.cit.p.150.

³²³ No referido discurso de 1992, Collor citou um estudo do Banco Mundial, que sustentava que o Estado na América Latina não servia aos pobres, daí a necessidade de se promover privatizações. Isso ilustra a influência intelectual da instituição. Collor também citou o diplomata e sociólogo José Guilherme Merquior, autor liberal que era colunista de *O Globo*. MELLO, Fernando Collor de. *Agenda para o consenso*, uma proposta social-liberal. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Imprensa, 1992.p.13, apud CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *O Governo Fernando Henrique Cardoso, 1995-1998*. São Paulo: Editora Três, 1999.p.74, CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política...*op.cit.p.561.

problemas sociais, vitimavam a sociedade - como se fossem entes desvinculados – e legitimavam as privatizações. Tanto agências estatais como associações patronais da sociedade civil promoveram campanhas ideológicas favoráveis à desestatização. Durante o governo Collor, no contexto da venda da Usiminas, o BNDES contratou oito agências de publicidade, nacionais e estrangeiras, e fez intensa campanha favorável a privatização. O Estado era representado por um elefante e as mensagens eram: “um Estado pesado incomoda muita gente” ou “com o Estado perdendo peso, todo mundo ganha”. Já sob governo FHC, visando angariar apoios para a venda da Vale do Rio Doce, o BNDES organizou a publicação mensal “Privatizar VALE”, enviada aos quinze mil funcionários da estatal. A cartilha “Privatização da Vale do Rio Doce – Direitos Minerários”, com explicações referentes às garantias da União e dos antigos acionistas, foi encaminhada a mais de onze mil “formadores de opinião” – jornalistas, parlamentares, sindicalistas, representantes de entidades de classe e professores universitários.³²⁴

Na área de telecomunicações, as entidades patronais empreenderam um amplo esforço, tanto em associações da sociedade civil quanto no Estado em sentido restrito, para que o monopólio estatal do setor fosse abolido. Foi realizada pressão sobre os parlamentares em prol da abertura das telecomunicações e buscou-se adesão popular às mudanças em curso. Durante o governo Collor, criou-se o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações (IBDT), organização lobbyista defensora da privatização do setor. O IBDT era integrado por grupos empresariais como as Organizações Globo, Unibanco, Bradesco, N. Odebrecht, Andrade Gutierrez e o Grupo Estado de São Paulo. Já sob governo FHC, a agência estatal Telebrás gastou, entre outubro 1997 e julho de 1998, R\$ 36 milhões em campanhas publicitárias privatistas. Com o mesmo objetivo, alguns integrantes do Ministério das Comunicações e empresários organizaram a ONG “Brasil 2000”, entidade que veiculou peças de rádio e TV, com a presenças de personalidades que expunham “suas” posições favoráveis à desestatização. Cerca de 60 radialistas e apresentadores de TV, incluindo Ana Maria

³²⁴ O BNDES tinha ainda um boletim quinzenal – Boletim de Privatização – que fazia propaganda das privatizações. Boa parte da comunicação do BNDES era voltada para os funcionários das estatais que seriam vendidas. O BNDES organizava reuniões com esse público e explicava sobre a possibilidade de aquisição de ações. CARVALHO, Ney. *A guerra da privatização*. São Paulo: Editora de Cultura, 2009.p.89, 92 e 355.

Braga, Hebe Camargo e Ratinho, receberam verbas para divulgar “suas” convicções privatistas.³²⁵

Na campanha favorável à venda das estatais, repetia-se incansavelmente que aquelas empresas não atendiam satisfatoriamente a população e geravam prejuízos, consumindo os impostos dos cidadãos e beneficiando apenas os próprios funcionários das estatais, além de alguns grupos privados que conseguiam se embrenhar nos meandros da burocracia. O que os defensores das privatizações convenientemente não traziam para o debate era: a) o contexto em que a maior parte das estatais foi criada e a qual projeto nacional elas se inseriam; b) quais eram as razões que levaram boa parte das estatais a atravessarem dificuldades financeiras. Respostas a essas questões gerariam uma representação de Estado diversa daquela difundida pelos grupos sociais privatistas.

A análise da história econômica brasileira atesta que o Estado não atuou para tão somente agraciar seus próprios integrantes – embora tenha de fato, como sustentavam os neoliberais, favorecido alguns grupos privados. Francisco de Oliveira e Sônia Regina Mendonça, avaliando o processo de acumulação de capital pós-1930, mostram que o Estado teve grande papel no desenvolvimento industrial, investindo em infraestrutura e na própria produção de modo a oferecer insumos e serviços a preços subsidiados para as empresas privadas, regulando as relações entre capital e trabalho (incluindo preço da força de trabalho, nivelada por baixo), facilitando o crédito com juros menores e penalizando o setor agro-exportador. Nesse sentido, a fração industrial do capital teve as condições para a expansão propiciadas pelo Estado, ou seja, com recursos públicos.³²⁶

As considerações acima são importantes para a compreensão das dificuldades financeiras que algumas empresas estatais passaram a atravessar nos anos 80, tão ressaltadas pelos defensores das privatizações. Com o intuito de subsidiar o capital

³²⁵ A ONG Brasil 2000, que tinha o Banco Opportunity entre seus integrantes, foi extinta no dia do leilão da Telebrás. Mais tarde, descobriu-se que os scripts veiculados pela entidade eram enviados pela agência de publicidade DM9, a mesma que organizava a campanha de FHC. Não por acaso, Cardoso recebeu verbas para as campanhas presidenciais em 1994 e 1998 de empresas de comunicação, nacionais e estrangeiras, interessadas no fim do monopólio estatal do setor. Os EUA também vinham fazendo pressão pela abertura do mercado brasileiro de telecomunicações, o que foi observado em Davos-97 e na Rodada do Uruguai. Em 1997, a Organização Mundial do Comércio identificou o Brasil como “o país em desenvolvimento que mais oferece oportunidade de lucro nesse setor [telecomunicações]”. LIMA, Venício A. de. *Mídia: teoria...* op.cit.p.128-131. CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização das telecomunicações*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.p.105, 141 e 149, KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era...* op.cit.59.

³²⁶ OLIVEIRA, Francisco. *Economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1981, MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

privado e também atenuar o descontrole inflacionário, as estatais prestavam serviços a preços defasados. As siderúrgicas estatais chegaram a ter preços reduzidos em até 75%. De 1975 a 1988, as tarifas de eletricidade haviam se desvalorizado 34%, as de transporte ferroviário 42% e as de telefonia 53%.³²⁷

Além de oferecer serviços a preços reduzidos, maximizando os lucros das empresas privadas, as estatais foram utilizadas por alguns governos para viabilizar suas políticas econômicas e permiti-los honrar o pagamento das dívidas interna e externa. Boa parte dos investimentos promovidos pelo Governo Geisel (1974-1979), através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), foi captada pelas empresas públicas – que se endividaram, mas continuaram servindo como captadoras de novos empréstimos no exterior. As verbas das Teles e da Embratel, empresas do sistema Telebrás, migravam compulsoriamente para os cofres do Tesouro Nacional. Em 1984, o governo Figueiredo confiscou recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações (US\$ 10 bilhões) que deveriam ser aplicados na melhoria e desenvolvimento dos serviços.³²⁸

Há que se considerar ainda, para a compreensão da crise financeira atravessada por algumas estatais, que o Estado foi cortando investimentos nas empresas públicas. Em 1989, sob o governo Sarney, um decreto da presidência da República proibiu o BNDES de realizar empréstimos para as estatais. Em contrapartida, no ano de 1997, FHC assinou um decreto que permitia o BNDES disponibilizar recursos para empresas estrangeiras.³²⁹

Assim, diferente do que sustentavam os adeptos das privatizações, o Estado não pode ser considerado como uma entidade monolítica, sem contradições ou conteúdo de classe, separada da sociedade, que possui lógica própria e atende a seus próprios interesses. Seguindo as reflexões de Gramsci – que resumiu suas idéias com a fórmula

³²⁷ BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.p.34, GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN: da luta de classe à parceria*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.p.221.

³²⁸ As siderúrgicas foram empregadas, através de empréstimos contraídos a juros elevados no mercado internacional, para carrear recursos e possibilitar o fechamento das contas externas. Além disso, as siderúrgicas tiveram seu endividamento agravado com o fato de que boa parte de seu faturamento terminava sendo apropriado por transportadores de produtos siderúrgicos e revendedores de aço. VIZENTINI, Paulo G. Fagundes e CARRION, Raul K. M. *Globalização, neoliberalismo, privatizações, quem decide este jogo?* Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1997.p.195, CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.41, PRATA, José, BEIRÃO, Nirlando e TOMIOKA, Teiji. *Sérgio Motta: o trator em ação*. São Paulo: Geração Editorial, 1999.p.330, GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. *O Brasil endividado, como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90*. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.p.11.

³²⁹ Segundo Gaspar Viana, a partir da Nova República, as estatais também tiveram seus problemas agravados com o aumento de nomeações ligadas a apadrinhamentos políticos e fisiologismo. BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...*op.cit.p.30 e 57, VIANNA, Gaspar. *Privatização das telecomunicações*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.p.93.

“Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção” – o Estado expressa a correlação de forças que atua na sociedade civil. A sociedade política é atravessada pelos embates e lutas de classes presentes na sociedade civil. Diferentes frações das classes dominantes, organizadas em seus “partidos” e “aparelhos privados de hegemonia”, formulam e difundem visões de mundo, procuram ganhar a adesão dos grupos sociais subalternos, obter hegemonia e impor seus interesses no aparelho de Estado.³³⁰

A industrialização brasileira, principalmente após 1930, ilustra esse caráter classista do Estado: o grande capital foi subvencionado pelas agências estatais. Assim, confirma-se apenas parte do discurso neoliberal, aquele que sustenta serem dominantes alguns interesses privados no aparelho de Estado. Seu aspecto mais mistificador, entretanto, foi a idéia de que as privatizações reverteriam esse quadro, fazendo com que as agências estatais passassem a atuar em prol de todos os “cidadãos”. Como veremos mais adiante, o processo de desestatização foi marcado por inúmeros subsídios a diferentes frações do capital.

Em 1990, Fernando Collor de Mello assumia a presidência da República. Logo após a posse, seu governo iniciou o que chamava de “reforma do Estado”. Foram extintos 24 organismos estatais – autarquias, fundações e empresas públicas. O número de ministérios passou de 25, do governo anterior, para 12. As agências do Banco do Brasil foram reduzidas em todo o país (de 5,9 mil para 4,6 mil). Durante seu breve mandato, 115 mil funcionários públicos foram demitidos - Collor chegou a anunciar que dispensaria 360 mil.³³¹

O governo Collor instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND), que autorizava a privatização de empresas públicas e sociedades de economia mista. O PND

³³⁰ Importantes autores brasileiros, como R. Faoro, tendem a se aproximar dessa noção liberal do Estado e vê-lo como entidade que “paira” sobre a sociedade. GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política...*op.cit.p149, FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes...*op.cit.p.213-229, GUIOT, André P. *Um “moderno príncipe”...*op.cit.p.18, 19 e 23.

³³¹ Foram extintos no governo Collor: o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto Brasileiro do Café, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, as Superintendências de Desenvolvimento do Oeste e do Sul, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, as holdings estatais Portobrás, Siderúrgica Brasileira (Siderbrás), Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, a Interbrás, a Petroquisa, a Embrafilme e Infaz. O número de funcionários do Banco do Brasil passou de 138 mil para 121 mil. CARVALHO, Ney. *A guerra da...*op.cit.p.59, ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...*op.cit.p.27 e 267, *O Globo*, 14/03/2010 p.32.

se estruturava principalmente a partir de três agentes: Comissão Diretora do Programa, o BNDES e uma equipe de consultores privados e auditores independentes.³³²

A Comissão Diretora do PND era subordinada ao Presidente da República, tendo seus membros nomeados por ele e depois aprovados no Congresso Nacional. Cabia à Comissão, dentre outras funções, elaborar o cronograma de execução do PND, aprovar o modelo de privatização, as condições de venda e o preço mínimo das ações a serem alienadas.³³³

O BNDES teve papel central nas privatizações. Acima, mencionamos que a instituição promoveu campanhas publicitárias em favor das desestatizações. Mas sua ação não se limitou a isso: atuava nos leilões de privatização, articulava e financiava as empresas compradoras e defendia juridicamente a venda das estatais.³³⁴

Cabia aos consultores e auditores independentes avaliar o valor das estatais, estabelecer a modelagem da venda e realizar auditorias do processo de privatização. Prestaram esses serviços diversas empresas de consultoria econômica, de engenharia, escritórios de advocacia, bancos, corretoras, nacionais e estrangeiras.³³⁵

Na estruturação das privatizações sob governo Collor estabeleceu-se que os compradores das estatais podiam usar outras moedas além do Cruzeiro. Diversos títulos públicos passaram a ser aceitos como moeda de compra, a maior parte deles era composta por dívidas não honradas pelo governo. Uma vez reconhecidas pelo Tesouro, as dívidas se convertiam em moedas de privatização – que eram chamadas pelos críticos de “moedas podres”. O BNDES vendia esses títulos, financiados ou não, àqueles que pretendiam participar dos leilões de desestatização.³³⁶

³³² Nos termos da Constituição, setores de telecomunicações, petróleo, gás e minerais nucleares estavam excluídos do PND. GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN...*op.cit.p.214, ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...*op.cit.p.275.

³³³ Comissão diretora do PND teria entre oito a doze membros. Uma parte seria formada por integrantes do governo e outra oriunda do “setor privado”. ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...*op.cit.p.275, GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN...*op.cit.p.214

³³⁴ Como vimos na tabela 1, muitos dos integrantes do BNDES tinham laços estreitos com o capital financeiro. Para a organização da venda das empresas públicas, alguns deles visitaram países onde ocorreram privatizações para conhecer suas experiências, obter “suporte técnico” e ideológico. Contatos foram feitos com o Instituto Adam Smith, que assessorava o governo Thatcher. LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços...*op.cit.p.30, INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO STIFTUNG (et al). *Empresas transnacionais brasileiras: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.p.190, CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.87.

³³⁵ Para cada empresa em processo de desestatização, deveriam ocorrer duas avaliações independentes por firmas de consultoria para os serviços “A” e “B”. O serviço “A” envolveria a avaliação econômica da empresa e indicação do preço mínimo de venda. O serviço “B”, além de ter as mesmas tarefas, avaliava o patrimônio da empresa, atuava junto ao mercado de capitais, identificava potenciais interessados e assessorava o processo da venda. ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...*op.cit.p.279.

³³⁶ O Tesouro reconheceu dívidas de algumas instituições, como Portobrás, Siderbrás, Superintendência Nacional da Marinha Mercante e Rede Ferroviária Federal. Com o passar dos anos, novos títulos foram

De acordo com as regras do PND, a participação do capital estrangeiro na compra das estatais era limitada a 40%. É possível que o Governo Collor temesse ser taxado de “entreguista” – era um contexto em que as esquerdas pareciam fortes, não sendo por pouco vitoriosas nas eleições presidenciais.³³⁷

Com o *impeachment* de Collor, tomou posse Itamar Franco. Não obstante as queixas ao uso excessivo de moedas podres e aos baixos preços cobrados pelas estatais, o novo presidente não era contrário às privatizações. Apesar do adiamento de alguns leilões, o governo Itamar prosseguiu com as desestatizações, promovendo algumas mudanças em seus procedimentos: foram ampliados os setores a serem privatizados, como energia elétrica, rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. A participação do capital estrangeiro poderia chegar a 100% se a Comissão Diretora do PND julgasse conveniente. Também caberia à comissão decidir a porcentagem de moeda corrente que seria exigida em cada desestatização.³³⁸

O governo Fernando Henrique Cardoso também alterou algumas regras das privatizações e ampliou seu escopo. FHC conseguiu aprovar mudanças na Constituição, como o fim da discriminação em relação a empresas de capital estrangeiro e o término do monopólio da União na exploração do petróleo – abrindo espaço para os leilões de áreas petrolíferas – e o fim do monopólio estatal das telecomunicações, que possibilitaria a venda das empresas públicas de telefonia. Foi abolida qualquer restrição às multinacionais nas compras das estatais. Com o objetivo de dar uma aparência mais “democrática” ao processo, foi permitido o uso do FGTS para aquisição de ações das empresas em vias de privatização. Tratar-se-iam, segundo o governo, das “moedas sociais” – em contraposição às “moedas podres”. Outra importante alteração no processo de privatização refere-se à Comissão Diretora do Conselho Nacional de

sendo aceitos e convertidos em moedas de privatização, como Títulos da Dívida Agrária e títulos da dívida externa. Em meados de 1997, o Tesouro já havia catalogado 56 emissões utilizáveis na desestatização. ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...*op.cit.p.284, CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.115-120.

³³⁷ ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...*op.cit.p.284, CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.282.

³³⁸ No interior do Governo Itamar, houve embates acerca da forma como as privatizações deveriam ser realizadas. Paulo Haddad, Ministro do Planejamento, defendia que uma parte do pagamento fosse efetuada em dinheiro vivo enquanto Antônio Barros de Castro, Presidente do BNDES e da Comissão Diretora do PND, concordava com o uso de moedas podres. O governo Itamar Franco, através de um decreto de janeiro de 1993, chegou a vetar a participação dos fundos de pensão nas privatizações, o que seria revogado posteriormente. GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN...*op.cit.p.250, 259, 261 e 268.

Desestatização, que passou a ser formada exclusivamente por ministros de Estado e não necessitava mais ter seus nomes aprovados pelo Congresso Nacional.³³⁹

Os governos Collor, Itamar e FHC, juntamente com alguns governos estaduais, promoveram a venda de diversas estatais, como Usiminas, Vasp, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Vale do Rio Doce, Sistema Telebrás, Embraer, Rede Ferroviária Federal, Banco Meridional, Banerj, Banespa, Light, CEG e Eletropaulo. A Petrobrás não foi privatizada mas, com o fim do monopólio estatal da exploração de petróleo, foram organizados leilões de áreas petrolíferas, que eram abertos a empresas privadas, nacionais ou estrangeiras. Um documento de 1999, “Memorando de Política Econômica”, registrado no Ministério da Fazenda, revela que alguns membros do governo FHC tinham interesse em avançar mais no processo de desestatização e vender o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobrás.³⁴⁰

Os adeptos das privatizações garantiam que as desestatizações gerariam empresas eficientes, lucrativas, prestadoras de bons serviços e destituídas de corrupção, pois estariam afastadas dos governos. Uma vez iniciado o processo de venda das estatais, números foram – e continuam sendo – apresentados para demonstrar que todos os cidadãos foram beneficiados com as privatizações.

Foi ressaltado o aumento da lucratividade e da produtividade das ex-estatais. Na siderurgia, a produção total passou de 20,5 milhões de toneladas de aço, em 1990, para 32,9 milhões de toneladas, em 2004. A Embraer transformou-se em uma das maiores produtoras de aviões comerciais do mundo - de 1994 a 2009, obteve US\$ 23 bilhões com exportações. O “valor de mercado” da Vale do Rio Doce, passados dez anos da privatização, passou de US\$ 10 bilhões para US\$ 97 bilhões. O número de empregados da mineradora foi ampliado: passou de 11 mil para 52 mil. Com orgulho, FHC observa em seu livro de memórias que a Vale passou a pagar mais impostos ao Tesouro depois de desestatizada.³⁴¹

Quando se trata de defender as privatizações com números, o caso da telefonia é mais citado. Os advogados da desestatização ressaltam os problemas do setor nos tempos de monopólio estatal: os pedidos para se ter um telefone em casa eram demorados; cerca de 80% dos telefones pertenciam às classes A e B; em 1987, a taxa de

³³⁹ ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...* op.cit.p.332-334.

³⁴⁰ RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.p.37.

³⁴¹ Em 2008, a Embraer tinha 19.200 funcionários, crescimento de 336% desde a privatização. CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.189, 277 e 359, CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política...* op.cit.p.569.

congestionamento das linhas chegava a 10%. Cinco anos após a privatização, os terminais de linha fixa mais que duplicaram. Houve grande crescimento do número de celulares: de 800 mil em 1995, para mais de 80 milhões em 2005.³⁴²

Para Fernando Henrique Cardoso, “qualquer avaliação isenta” chega à conclusão de que as privatizações “foram limpas e vantajosas para o país, para as empresas, para os consumidores e para os cidadãos”.³⁴³

A observação de Cardoso não é unânime. Em uma sociedade dividida em classes sociais, é problemática a afirmação de que “o país”, como um bloco monolítico e harmônico, foi beneficiado ou não com um determinado processo histórico. Entretanto, pode-se afirmar com segurança que alguns grupos sociais foram favorecidos com as privatizações. É o que procuraremos demonstrar a seguir.

3.1.1: Questões ausentes no discurso apologético das privatizações

As desestatizações possibilitaram a transferência de gigantescas massas de riquezas para alguns grupos capitalistas, nacionais e estrangeiros. Esse processo foi facilitado por diferentes governos que ofereceram uma série de estímulos, vantagens e financiamentos aos compradores das estatais.

Algumas empresas públicas que foram transferidas para os grupos privados tinham imenso patrimônio e eram lucrativas. A Vale do Rio do Doce, em 1997, ano de sua venda, era a segunda maior mineradora do mundo, a maior exportadora de minério de ferro, tinha cerca de quarenta empresas e seu faturamento era de US\$ 2 bilhões por ano.³⁴⁴

³⁴² No Rio de Janeiro, dez anos após a privatização, o número de linhas de telefones celulares passou de 392 mil para 10,5 milhões. PRATA, José, BEIRÃO, Nirlando e TOMIOKA, Teiji. *Sérgio Motta...op.cit.p.65, 330 e 331, CAVALCANTE, Sávio. Sindicalismo e privatização...op.cit.p.163, CARDOSO, Fernando Henrique. A arte da política...op.cit.p.589, CARVALHO, Ney. A guerra...op.cit.p.401.*

³⁴³ A observação foi feita no prefácio do livro “Guerra das privatizações”, de Ney Carvalho, lançado em 2006. A publicação é abertamente favorável às desestatizações. CARVALHO, Ney. *A guerra...op.cit.p.11*

³⁴⁴ Em 1997, a Vale era a oitava maior empresa do país. Possuía mais de 1.800 quilômetros de ferrovias; centenas de milhares de hectares de floresta; mais de um milhão de hectares de terra só no estado do Pará, fábricas de celulose; dois portos de elevado calado; 41 bilhões de toneladas de minério de cobre; 100% do Manganês do país; a maior frota de graneleiros do mundo; detinha as maiores reservas de ouro da América Latina; maior produtora de alumínio, atuando nos campos do aço, ferro-ligas, fertilizantes, caulim, cobre, prata, níquel, etc. Tinha grandes reservas de nióbio, titânio e potássio. A Docegeo, voltada para a pesquisa mineral, administrava concessões de exploração em áreas que totalizavam 23,5 milhões de hectares. RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...op.cit.p.36, LAZZARINI, Sérgio G. Capitalismo de laços...op.cit.p.17, NEPOMUCENO, Eric. O massacre: Eldorado do Carajás: uma história de impunidade. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.p.187, VIZENTINI, Paulo G. Fagundes e*

O Grupo Telebrás também tinha grandes dimensões. Em 1993, foi situado pelo banco de investimento inglês Solomon Brothers como a sexta empresa de telecomunicações mais rentável do mundo. Foi a companhia mais lucrativa do Brasil em 1992, de acordo com uma publicação da Fundação Getúlio Vargas. Teve lucro de R\$ 4,3 bilhões em 1997. Somente a Telesp, nos primeiros nove meses desse ano, lucrou R\$ 566 milhões. A Telebrás mantinha o único centro de pesquisa em telecomunicações da América Latina, um dos cinco maiores do mundo, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPqD). Provavelmente considerando informações como essas, Luiz Carlos Presser Pereira, ex-ministro de FHC, observou: “só um bobo dá a estrangeiros serviços públicos como telefonia fixa e móvel”.³⁴⁵

Algumas estatais foram vendidas com dinheiro em caixa. No momento da desestatização, a Vale tinha R\$ 700 milhões. A Telefônica desembolsou R\$ 2,2 bilhões na entrada pela Telesp, sendo que esta última tinha em caixa cerca de R\$ 1 bilhão. Compras e estoques obtidos pela empresa de telefonia paulista também foram repassados a nova proprietária, o que a fez passar oito meses sem precisar adquirir novos materiais.³⁴⁶

Apesar dos representantes dos governos analisados insistirem que o Estado estava falido, sustentando que não podiam destinar recursos às estatais e que o melhor a fazer seria privatizá-las, as empresas públicas receberam uma série de investimentos para se tornarem mais atrativas – ou seja, mais lucrativas – aos grupos privados que as adquirissem. Antes da venda, a CSN recebeu uma injeção de recursos da ordem de R\$ 1,9 bilhão e a Açominas, R\$ 4,7 bilhões. Entre 1995 a 1998, o Sistema Telebrás obteve

CARRION, Raul K. M. *Globalização, neoliberalismo...* op.cit.p.202 e 203, CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.310 e 311.

³⁴⁵ O Sistema Telebrás era o maior da América Latina e, em 1992, era o 12º maior sistema do mundo. Na revista *Exame* de dezembro de 1991, referente aos 50 maiores grupos econômicos do Brasil, o Sistema Telebrás ocupava o segundo lugar em relação ao patrimônio líquido e o terceiro em relação às vendas efetuadas. Na lista dos dez maiores contribuintes do Imposto de Renda do primeiro semestre de 1992, apareciam seis empresas pertencentes ao Sistema Telebrás. O CPqD contava com cerca de mil engenheiros e cientistas e ganhou renome internacional em tecnologia por meio de suas conquistas na comunicação via satélite, de centrais eletrônicas digitais e no desenvolvimento de fibra ótica. VIANNA, Gaspar. *Privatização...* op.cit.p.58-74, PRATA, José, BEIRÃO, Nirlando e TOMIOKA, Teiji. *Sérgio Motta...* op.cit.p.258 e 305, CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...* op.cit.p.40, apud RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...* op.cit.p.68.

³⁴⁶ Em 2011, a revista *Caros Amigos* denunciou a questão dos “bens reversíveis”, que pertencem a União e vem sendo explorados pelas companhias de telefonia de forma ilegal. Tratam-se de bens considerados necessários para operação de serviço de telefonia fixa e devem ser devolvidos à União com o fim do contrato de concessão (2025). A Anatel constatou que as companhias tem alienado ou substituído os bens reversíveis sem autorização, como determina a Lei Geral de Telecomunicações. Há cerca de R\$ 20 bilhões em bens reversíveis, segundo a própria Anatel, que admite não tê-los inventariado. Processos foram abertos contra a Brasil Telecom, Telesp, Sercomtel, CTBC e Embratel. *Caros Amigos*, nº 173, ano XV, julho de 2011.p.26-28, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...* op.cit.p.16 e 64.

R\$ 23,5 bilhões em investimentos governamentais, sendo vendido em seguida por um valor inferior (R\$ 22,2 bilhões).³⁴⁷

Visando fazer com que as estatais se tornassem ainda mais interessantes para os futuros proprietários, os governos assumiram dívidas e tomaram para si a responsabilidade de pagar indenizações e aposentadorias para os funcionários que fossem demitidos. Antes da venda, o governo assumiu dívidas de US\$ 2 bilhões da CSN e US\$ 3 bilhões da Fepasa. Para leiloar a Cosipa, obtendo R\$ 300 milhões, o governo incorporou débitos de R\$ 1,5 bilhão. O governo da Bahia investiu R\$ 2 bilhões no Baneb - o Bradesco o adquiriu por 260 milhões. O governo do estado Rio de Janeiro gastou cerca R\$ 7 bilhões para preparar o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) para a privatização, obtendo R\$ 330 milhões do comprador (o Itaú) - quase 25 vezes menos. Em seu livro de memórias, FHC trata da compra de 60% do capital votante do Banespa pelo Santander e da incorporação de dívidas por parte de seu governo. “[A privatização ocorreu] não sem que o governo federal absorvesse (...) grande parte da dívida mobiliária de São Paulo (cerca de 50 bilhões de reais em valores correntes de 1997, equivalentes a cerca de metade do total da dívida dos estados renegociada com a União, que passaram a ser pagos em parcelas mensais)”.³⁴⁸

Como vimos anteriormente, visando subsidiar o capital privado, as estatais ofereciam serviços a preços baixos. Porém, às vésperas da privatização, os governos reajustaram as tarifas de modo a tornar as empresas públicas mais lucrativas para os futuros proprietários. Estes continuaram aumentando os preços após a desestatização. Na telefonia, de 1995 a 1997, a assinatura básica teve acréscimo de 513,65% e os pulsos 80%. Após a privatização, o preço dos serviços continuou se elevando, fazendo com que a telefonia no Brasil figurasse entre as mais caras do mundo. Entre 1995 a 2002, a tarifa elétrica foi reajustada a uma taxa três vezes superior a da inflação acumulada. Na preparação para a desestatização das siderúrgicas, o aço teve aumentos de até 300%.

³⁴⁷ BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...*op.cit.p.19, CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.50.

³⁴⁸ Em sua preparação a privatização, o Banerj foi terceirizado e sua administração ficou temporariamente sob responsabilidade do Banco Bozano Simonsen, que deveria torná-lo atrativo para os investidores privados. CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política...*op.cit.p.368, ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...*op.cit.p.325, MACCALÓZ, Maria Salete [et al]. *Globalização, neoliberalismo e direitos sociais*. Rio de Janeiro: Destaque, 1997.p.87, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...*op.cit.p.14 e 63, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado II, o assalto das privatizações continua*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.p.52.

Conforme um estudo da FGV de 2001, os serviços de água e esgoto foram reajustados em 135% após as privatizações.³⁴⁹

Os grupos empresariais interessados nas estatais contaram com generosos financiamentos públicos, principalmente do BNDES e do Banco do Brasil, que continuaram a ser feitos após os leilões. Os compradores da Vasp, uma das primeiras empresas privatizadas, receberam empréstimos do Banco do Brasil. No setor elétrico, o BNDES forneceu R\$ 5 bilhões dos R\$ 28 bilhões utilizados na compra das companhias do ramo. Na desestatização das telecomunicações, o BNDES se prontificou a financiar metade dos lances e dos investimentos das empresas nacionais. E foi mais longe no caso do consórcio Telemar: como seus integrantes não tinham verbas para pagar a primeira parcela, o BNDESparg terminou por entrar com mais recursos e passou ter participação de 25% no consórcio. Também nos leilões da Telebrás, o Banco do Brasil disponibilizou uma carta de fiança de R\$ 847 milhões que permitiu a Solpart Participações, empresa do grupo Opportunity, ingressar na disputa (a Solpart não ofereceu nenhuma garantia ao banco estatal e foi fundada há um mês do leilão, com capital irrisório de R\$ 1 mil). Já privatizadas, a CSN obteve R\$ 1,1 bilhões e a Light R\$ 730 milhões do BNDES.³⁵⁰

Outro fator que facilitava a aquisição de estatais pelo capital privado era o uso das “moedas podres” – geralmente, títulos de dívidas da União – utilizadas como forma de pagamento, principalmente nos primeiros anos das privatizações. Os adeptos das desestatizações sustentavam que a aceitação dessas “moedas de privatização”, como eram oficialmente chamadas, se constituía numa maneira do Estado honrar seus

³⁴⁹ Com a crise energética de 2001, as concessionárias energia obtiveram benefícios: as tarifas foram reajustadas e o governo federal, por meio do Programa Emergencial de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia, via BNDES, liberou R\$ 7,3 bilhões para repor as “perdas” das empresas distribuidoras e geradoras de energia. CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.170, 176 e 188, LESBAUPIN, Ivo e MINEIRO, Adhemar. *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis: Vozes, 2002.p.33, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...*op.cit.p.22, BOMFIM, Benedito Calheiros e LEITE, Júlio César do P. *Declínio do...*op.cit.p.22, *Caros Amigos*, nº 175, ano XV, setembro de 2011.p.26-29.

³⁵⁰ Os referidos empréstimos do Banco do Brasil à Vasp eram irregulares uma vez que, já privatizada, a empresa continuou recebendo financiamentos como se fosse uma estatal. Nesta privatização, Paulo César Farias pressionou a Petrobrás a ajudar o comprador da VASP. No caso da privatização das telecomunicações, o BNDES ofereceu recursos às empresas nacionais pois estas estavam fragilizadas no contexto da crise econômica russa, cujos reflexos foram globais. Outros casos de financiamento poderiam ser citados: o consórcio que comprou a CPFL recebeu metade dos recursos do BNDES. A empresa norte-americana que comprou parte das ações da Cemig também contou com aportes do BNDES. KRIEGER, Gustavo, NOVAES, Luiz Antônio e FARIA, Tales. *Todos os sócios do presidente*. São Paulo: Scritta Editorial, 1992.p.118-121, *Carta Capital*, Ano XVI, 03 de março de 2010, CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.478 e 479, RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...*op.cit.p.96, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...*op.cit.p.19 e 57, LESBAUPIN, Ivo e MINEIRO, Adhemar. *O desmonte da nação em...*op.cit.p.55, BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal...*op.cit.p.55.

compromissos e reduzir seu endividamento. É possível que os governos tenham optado por essas moedas como forma de atrair o capital financeiro para as privatizações.

Os críticos dessas modalidades de pagamento chamavam atenção para os deságios de 50% (em alguns casos, 60%) das “moedas podres”, que passavam a valer apenas metade do valor de face. Isso fez com que os US\$ 9,026 bilhões recebidos pelo governo até o ano 2000 em “moedas podres” valessem na prática US\$ 4,513 bilhões. Para os compradores, esses títulos tornavam as empresas públicas mais facilmente arrematáveis – somado ao fato de que o BNDES também financiava a compra dessas “moedas podres”, que poderiam ser pagas em dez anos, a juros baixos. Mesmo um defensor das privatizações, o jurista com atuação no mercado de capitais Ney Carvalho, ao tratar do caso da Light, no qual o uso de tais títulos foi excepcionalmente vetado, admite que estes tornavam as desestatizações mais baratas para os grupos capitalistas envolvidos no processo: “na venda da Light não seriam admitidas moedas de privatização, que reduzem os custos dos adquirentes. O mercado reagiu (...) [pois] a obrigatoriedade do pagamento em reais onerava a operação”.³⁵¹

Como se não bastasse transferir as empresas públicas aos grupos capitalistas com uma série de estímulos e subsídios – financiamentos, aumento das tarifas dos serviços, uso de “moedas podres”, investimentos anteriores à venda e incorporação das dívidas – os governos neoliberais foram acusados pelos críticos das privatizações de cobrarem preços baixos pelas estatais. Tal fato ocorria principalmente porque os valores cobrados não se baseavam no patrimônio das empresas e sim no faturamento que elas proporcionariam nos anos seguintes. Assim, a CSN, cuja instalação requereria US\$ 11,2 bilhões, de acordo cálculos da consultora multinacional JaakoPoyry, foi vendida por US\$ 1,05 bilhão.³⁵²

³⁵¹ Até 1994, a maior parte dos pagamentos efetuados nas privatizações era feito em “moedas podres”. Segundo Boito Júnior, de 1990 a março de 1992, a privatizações totalizavam 1,65 bilhões de dólares, sendo o que valor pago em moeda corrente equivalia a pouco mais de um décimo do preço de um automóvel de luxo modelo Santana. No caso da Usiminas, do US\$ 1.494 bilhão arrecadado, somente US\$ 39,1 milhões foram em moeda corrente. A CSN foi comprada por R\$ 1,05 bilhão, sendo R\$ 1,01 bilhão em “moedas de privatização”. Celma, Mafersa, Aço Finos Piratini, Acesita e Cosinor foram integralmente pagos em “moedas podres”. Apenas metade do pagamento do Banerj foi feito moeda corrente. BOMFIM, Benedito Calheiros e LEITE, Júlio César do P. *Declínio do...* op.cit.p.23, GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN...* op.cit.p.215, CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.158 e 291, ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...* op.cit.p.284 e 232, BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal...* op.cit.p.54, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...* op.cit.p.8.

³⁵² O custo final da Açominas para entrar em funcionamento foi de US\$ 6,0 bilhões. A estatal começou a operar em 1986 e foi vendida quatro anos depois por US\$ 554 milhões. BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...* op.cit.p.39, GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN...* op.cit.p.327, CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.45.

Além disso, segundo os críticos, os próprios cálculos dos lucros futuros das estatais a serem privatizadas foram marcados por distorções. Suspeitas recaíam sobre as empresas de consultoria, boa parte delas multinacionais, que definiam os preços mínimos das empresas públicas. Integrantes da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Cope), da UFRJ, questionaram os valores estabelecidos para a Vale do Rio Doce e o Sistema Telebrás. O Conselho Regional de Economia da 1ª Região do Rio de Janeiro apontou para deformações que rebaixaram o preço mínimo da CSN, como subestimação da produção em toneladas de aço líquido da siderúrgica e superestimação dos custos de produção e dos investimentos para redução de emissão de poluentes.³⁵³

Os maiores adversários das privatizações foram, quase sempre, os sindicatos das estatais que estavam sendo colocadas à venda. A estratégia governamental de reservar um lote das ações aos funcionários foi, na maioria das vezes, insuficiente para garantir a adesão de parte substancial dos trabalhadores das empresas que viriam a ser leiloadas.

De fato, os funcionários das estatais tinham razões em temer o processo de privatização. Antes das vendas, objetivando tornar as empresas mais lucrativas aos futuros compradores, os governos promoveram demissões e aposentadorias em grande escala. Após os leilões, os novos proprietários prosseguiram com a política de “enxugamento”, reduzindo ainda mais o quadro de trabalhadores. Alguns exemplos: o número de empregados na CSN passou de 23,2 mil em 1989, para 16,35 mil em 1991. As demissões continuaram na siderúrgica depois da privatização: entre 1994 e 1997, houve diminuição de 5.282 postos de trabalho. Enquanto era preparado para ser vendido, o Banerj teve seu quadro de funcionários encolhido em cerca de 50% (6.200 demissões). Na Malha Nordeste da Rede Ferroviária Federal, em 1997, restavam 1.800 trabalhadores dos 4.500 de dois anos antes. Na Petroflex, entre 1990 e 1994, o quantitativo de empregados passou de 2.510 para 742. Na reestruturação anterior à desestatização, o Banco Meridional teve o número de agências reduzidas (de 378 para

³⁵³ A Vale do Rio Doce foi vendida por US\$ 3,3 em 1997. Em 2000, teve lucro de US\$ 1.091 bilhão. Em 2011, a empresa era avaliada em US\$ 200 bilhões de reais. CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.314 e 453, GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN...* op.cit.p.325, BOMFIM, Benedito Calheiros e LEITE, Júlio César do P. *Declínio do...* op.cit.p.19, RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...* op.cit.p.70.

222) e o quadro funcional achatado (18 mil para 7 mil). Nesse sentido, para fatia expressiva dos trabalhadores, a privatização significava desemprego.³⁵⁴

Para os funcionários que permaneceram nas ex-estatais, o cenário costumava ser marcado pela perda da estabilidade no emprego e de outros direitos trabalhistas, terceirização, maior precarização e intensificação do ritmo do trabalho. Esse foi o caso da Vale, que adotou uma agressiva política de terceirização – menos de 40% dos trabalhadores são diretamente vinculados à empresa. Há muitos casos de empregados terceirizados em más condições de trabalho e abundam processos trabalhistas contra a Vale. Entre 2006 e 2007, a Inspeção do Trabalho da cidade de Marabá (PA) recebeu oito mil denúncias: verificou-se que havia violação coletiva dos direitos dos funcionários, que estavam sendo submetidos a trabalhos cansativos e desgastantes. Uma inspeção da Procuradoria Regional do Trabalho de Minas Gerais, ocorrida em 2006, em Mariana, registrou que uma empresa filial da Vale (Samarco) havia cometido mais de quarenta infrações trabalhistas.³⁵⁵

Nas empresas de telecomunicações, as terceirizações, que já ocorriam antes das privatizações, foram sensivelmente aprofundadas. As companhias passaram a empregar diretamente um núcleo de funcionários cada vez mais restrito, geralmente ligado à área técnica de desenvolvimento de produtos e estratégia de *marketing*. Como observa Sávio Cavalcante, “para o usuário o resultado final é inusitado: do pedido de uma linha telefônica, à instalação, reparos, e reclamações em *call centers*, em suma, em todo seu

³⁵⁴ No quesito demissões, muitos outros números poderiam ser citados. A redução de postos de trabalho foi de 51,7% na Copesul, 45,1% na Poliolefinas, 45,9% na Nitriflex, 10,0% na Polisul e 4,9% na PPH. Na Cosipa, a política de estímulo à aposentadoria fez com que a empresa passasse de 16.300 funcionários, em 1990, para 13.400, em 1992. Ao ser preparada para ser privatizada, a Escelsa teve o quadro de funcionários reduzido em 13,4% em cinco anos. Segundo Benedito Bomfim e Júlio César Leite, entre 1989 e 1999, as empresas privatizadas cortaram 546 mil postos de trabalho. GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN...* op.cit.p.175 e 332, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...* op.cit.p.13, CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.209, 225, 246, 367 e 380, BOMFIM, Benedito Calheiros e LEITE, Júlio César do P. *Declínio do neoliberalismo e alternativas a globalização*. Rio de Janeiro: Destaque, 2001.p.21.

³⁵⁵ Muitas linhas poderiam ser escritas sobre a relação entre a Vale e o meio ambiente. A mineradora vem promovendo desmatamentos, deslocamento de populações, destruição de modelos tradicionais de subsistência, poluição atmosférica, intervenções em mananciais de abastecimento público e contaminação de cursos d’água. Em 2008, a Vale era a empresa mais multada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) – por sistematicamente recorrer na Justiça, a mineradora raramente paga as multas. Em 2012, em “concurso” criado pelo Greenpeace Suíça e Declaração de Berna, a Vale conquistou o “prêmio” de pior transnacional do mundo em questões ambientais, sociais e trabalhistas. A indicação da Vale à referida “seleção” foi realizada pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, representada no Brasil pela Rede Justiça nos Trilhos, e as ONGs Amazon Watch e Xingu Vivo para Sempre. BOSSI, Ver Dário [et al]. A face agressiva da Vale IN INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO STIFTUNG [et al]. *Empresas transnacionais...* op.cit.p.162, 169 e 170, CARVALHO, Luiz Maklouf. A Vale é Verde? IN <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=32287>, “Vale vence prêmio de pior empresa do mundo” IN <http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/noticias/2448-vale-vence-premio-de-pior-empresa-do-mundo> (acessos 13/02/2012)

processo de relação com uma companhia de telecomunicação ele não pode, *em nenhum momento sequer*, entrar em contato direto com trabalhadores da empresa central”.³⁵⁶

O aumento da intensidade de trabalho e perdas salariais foram a realidade nas companhias de telecomunicações. A remuneração oferecida pela “Atento”, empresa de *call centers* criada pela Telefônica, é inferior a metade do que recebia o antigo teleoperador Telesp.³⁵⁷

Na CSN, a privatização levou ao aprofundamento da reestruturação produtiva e da terceirização, cujas primeiras tentativas de implementação datam dos anos 70. A estabilidade no emprego foi solapada e a competitividade entre os próprios trabalhadores estimulada.³⁵⁸

Segundo César Honorato, as privatizações resultaram em “demissões em massa da força de trabalho das empresas com ampliação desumana das taxas de mais-valia relativa e absoluta”.³⁵⁹

Alguns grupos empresariais se destacaram nas desestatizações. O capital nacional predominou nas primeiras privatizações, uma vez que existiam restrições legais à presença de corporações estrangeiras. Sobressaíram-se, dentre outros, Bozano Simonsen, Safra, Bradesco, Itaú, Unibanco, Vicunha, Ipiranga, Odebrecht, Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Gerdau, Votorantim e Opportunity. Alguns exemplos ilustram o processo: o Banco Bozano, Simonsen liderou os consórcios que compraram a Usiminas e a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), assessorou a aquisição da Cosipa, fez investimentos na Escelsa, teve grande papel na venda da Embraer e comprou 100% do Banco Meridional do Brasil. O grupo Vicunha – cuja figura mais conhecida é Benjamin Steinbruch – adquiriu a CSN, participou da compra da Light, das malhas ferroviárias Centro-Leste, Sudeste e Nordeste, da Vale do Rio Doce, do porto de Sepetiba e Angra dos Reis e obteve concessões de telefonia celular na Bahia, Sergipe e Minas Gerais. O Grupo Opportunity, de Daniel Dantas, fez incursões no Porto de

³⁵⁶ CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.199 e 200 (grifos do autor).

³⁵⁷ A Atento é contratada por empresas de diversos setores e emprega cerca de 27 mil trabalhadores. “As características maçantes do trabalho de teleoperador e o perfil médio dos trabalhadores – principalmente jovens – coadnuam numa elevada taxa de rotatividade do trabalho: cerca de 200 pessoas são demitidas ou contratadas *diariamente*”. CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.217 (grifo do autor).

³⁵⁸ CARUSO, Danilo Spinola. *Reestruturação produtiva...*op.cit.p.165 e 166.

³⁵⁹ HONORATO, César. Ensaio sobre...op.cit.p.6.

Santos, Vale do Rio Doce e em setores de telefonia. O Itaú adquiriu o Bemge, Banerj e Banestado.³⁶⁰

Como se percebe, as privatizações fizeram com que um grupo reduzido de conglomerados empresariais ampliasse ainda mais sua proeminência econômica. Principalmente a partir da abolição das restrições ao capital estrangeiro, durante o governo FHC, esses setores do capital nacional aprofundaram suas associações com as multinacionais no processo de desestatização.

O capital estrangeiro foi mais presente a partir da privatização das empresas de alguns setores da economia, como eletricidade, mineração e telecomunicações. Alguns exemplos: a Scorpio Acquisition Company, *off-shore* nas Ilhas Cayman, cujo controle era detido por bancos de investimento norte-americanos, obteve maior fatia do capital votante da Embraer (posteriormente, a ex-estatal teria o fundo dos EUA Oppenheimer como um de seus proprietários). O consórcio que comprou a Vale era integrado pelo norte-americano Nations Bank (hoje, a japonesa Mitsui é importante acionista da mineradora). A Eletropaulo e a Light foram compradas pela francesa Electricité de France (EDF) e pelas norte-americanas AES e Realiant. O conglomerado espanhol Iberdrola integrou os consórcios que venceram os leilões de distribuidoras de energia dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (CERJ) foi adquirida por um consórcio formado pela chilena Chilectra, a portuguesa EDP e a espanhola Endesa. O Santander, da Espanha, comprou o Banespa e, ao adquirir o Bozano, Simonsen, passou a controlar o Banco Meridional.³⁶¹

As multinacionais foram predominantes na desestatização das telecomunicações. No leilão do Sistema Telebrás, o capital estrangeiro passou a ter controle de dez das doze empresas colocadas à disputa. Destacaram-se os conglomerados espanhóis e portugueses, principalmente a Telefônica e a Portugal Telecom, que arremataram quatro estatais. A Telesp foi comprada pelo consórcio formado pela Telefônica, Banco Vizcaya, Iberdrola e Portugal Telecom. A Embratel foi adquirida pelas norte-

³⁶⁰ BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal...*op.cit.p.51-53, CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.79-81, 390 e 391.

³⁶¹ LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços...*op.cit.p.2, 9, 34 e 161, CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.275, 279, 390 e 391, HONORATO, César. Império e imperialismo: a propósito de las privatizaciones del sector eléctrico en Brasil IN Marx Vive, nº 16. p.408 e 409.

americanas MCI e Sprint. A canadense TIW foi uma das compradoras da Telemig Celular. A Telecom Itália se tornou acionista da Tele Centro Sul e Tele Celular Sul.³⁶²

Não obstante os discursos neoliberais que enfatizavam a incapacidade do Estado em gerir empresas, algumas estatais estrangeiras vieram comprar empresas públicas no Brasil. A EDF, que comprou a Light e a Eletropaulo, era uma estatal francesa. Tal condição não a impediu de obter financiamento do BNDES – com verbas públicas, uma estatal estrangeira pode adquirir estatais nacionais.³⁶³

Os defensores da abertura das privatizações ao capital externo insistiam que os investidores estrangeiros trariam investimentos e tecnologia ao Brasil. O que não ressaltavam era que, uma vez compradas empresas públicas, o capital internacional passava a remeter seus lucros para o exterior, deteriorando a balança de pagamentos. Além disso, os proprietários estrangeiros aumentavam o passivo da dívida externa ao tomarem empréstimos fora do Brasil. Finalmente, a tendência dos novos proprietários era utilizar fornecedores de equipamentos e serviços estrangeiros, dificultando a situação de empresas brasileiras que tinham as estatais como clientes – muitas delas faliram ou foram compradas por multinacionais. Na telefonia, alguns equipamentos passaram a utilizar 97% de peças importadas. A crise na indústria de teleequipamentos favoreceu a norte-americana Lucent a adquirir mais de quinze companhias nacionais do setor.³⁶⁴

³⁶² A Telefônica vinha internacionalizando suas operações e, em 1995, apenas 7% de seus lucros eram obtidos na Espanha. Em 1999, apenas a Telesp lhe garantia um lucro de US\$ 8,6 milhões. Não por acaso, pouco antes da privatização, um boletim da *Pyramid Research* afirmava: “a longo prazo, cada uma das maiores operadoras mundiais estará saltando sobre a jóia da coroa latino-americana: a Telebrás”. PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. *Brasil de Cardoso, a desapropriação do país*. Petrópolis: Vozes, 2001.p.74, CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.459-466, CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.69, apud DANTAS, Marcos. *A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.p.116.

³⁶³ Outros grupos estrangeiros integrantes de consórcios que arremataram as estatais também receberam financiamento público. Foi o caso do conglomerado espanhol Iberdrola, que adquiriu distribuidoras de energia. Benjamin Steinbruch (grupo Vicunha), ao ser derrotado no leilão da Acesita, criticou o BNDES por financiar o grupo vencedor, o francês Usinor. Tais queixas provocaram o seguinte comentário de Luiz Carlos Mendonça de Barros, então Ministro das Comunicações e ex-presidente do BNDES: “Steinbruch cuspiu no prato em que comeu”. CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.296 e 297, LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços...*op.cit.p.10, apud GOMES, Luiz Marcos. *Os homens do presidente...*op.cit.p.68.

³⁶⁴ Nos debates quanto à porcentagem de produtos nacionais que os novos donos das empresas privatizadas deveriam utilizar, Luiz Carlos Mendonça de Barros, Ministro das Comunicações, deu uma declaração que demonstra os limites da independência político-econômica brasileira frente aos organismos internacionais: “não podemos pôr num texto [contratos] que depois é questionado na OMC e somos obrigados a voltar atrás”. BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...*op.cit.p.25-27, CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.288, GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. *O Brasil endividado...*op.cit., apud LIMA, Venício de. *Mídia: teoria...*op.cit.p.131.

Quanto à relação entre multinacionais e privatizações no Brasil, deve-se considerar que as primeiras não participaram somente como compradoras de estatais. O capital externo e alguns organismos internacionais, como o Banco Mundial, tiveram influência intelectual no processo de desestatização – além serem importantes na mundialização do receituário neoliberal como um todo, como vimos na introdução. No caso da venda de empresas públicas brasileiras, várias firmas multinacionais de consultoria e instituições ligadas ao capital financeiro foram contratadas pelo governo para estabelecer os preços mínimos e a maneira como as empresas públicas deveriam ser vendidas. Desempenharam este papel, dentre outros, Deutsche Bank, Prince Waterhouse, Solomon Brothers, Merrill Lynch, Lehman Brothers, Morgan Stanley, Firts Boston, Dresdner Kleinwort Berson, Mckinsey e Arthur Andersen.³⁶⁵

O processo de abertura das telecomunicações ilustra a preeminência das empresas que prestaram consultoria no processo de privatização, pois foram estas que organizaram os textos legais para as alterações do setor. O governo federal assinou acordo de “cooperação técnica” com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), vinculada a ONU. A UIT, por sua vez, fez contratos com diversas outras empresas. O consórcio Lehman Brothers/Dresdner Kleinwort Benson, para citar um exemplo, foi contratado para prestar assessoria financeira para o desenvolvimento das disposições sobre a privatização do Sistema Telebrás que deveriam ser incorporadas ao texto da Lei Geral de Telecomunicações (LGT).³⁶⁶

De acordo com seus defensores, as privatizações gerariam concorrência e, por conseguinte, universalização dos serviços. Porém, vimos que o processo fortaleceu alguns conglomerados, nacionais e estrangeiros, favorecendo a monopolização econômica. No campo da telefonia, a competição entre companhias foi limitada pela preponderância de poucas empresas. A Vésper, comprada em 2003, seria uma “empresa-espelho”, que faria concorrência com a Telefônica. Porém, dois anos depois, havia tomado apenas 1,3% do mercado da concorrente. Ademais, existem os chamados “monopólios naturais”, como água e gás, pois seria antieconômico realizar a duplicação

³⁶⁵ CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.175 e 176, PRATA, José, BEIRÃO, Nirlando e TOMIOKA, Teiji. *Sérgio Motta...* op.cit.p.259 e 382

³⁶⁶ A UIT fez contratos com outras empresas: com a McKinsey para a composição de um modelo econômico para as telecomunicações no Brasil; com Escritório Sundfeld Advogados para prestar assessoria na criação do órgão regulador e redação do projeto de lei; com o Escritório Mota, Fernandes Rocha & Associados para assessorar a parte da LGT sobre privatização. PRATA, José, BEIRÃO, Nirlando e TOMIOKA, Teiji. *Sérgio Motta...* op.cit.p.357 e 358.

de suas redes. Para esses casos, houve simplesmente a passagem do monopólio estatal para o privado.³⁶⁷

A concorrência foi mais forte, evidentemente, onde havia perspectiva de maiores lucros. Na telefonia, as empresas se voltaram principalmente para o mercado corporativo. Como atesta o Atlas Brasileiro de Telecomunicações de 2006: “a competição das autorizadas fica mais intensa apenas em poucos nichos de alto poder aquisitivo”. As regiões mais pobres do país despertaram menos interesse: em 2002, 62% dos domicílios do Nordeste não possuíam acesso à telefonia. Conforme Sávio Cavalcante, “o serviço de telefonia está universalizado para *quem pode pagar por ele*, muito diferente da proposta de um sistema realmente público, que por sinal também não era o anterior”.³⁶⁸

Os fundos de pensão de empresas estatais – como a Previ, do Banco do Brasil, a Petros, da Petrobrás e a Funcef, da Caixa Econômica Federal – atuaram de maneira marcante nas privatizações, integrando consórcios e obtendo participações acionárias em diversas companhias. A Previ, a Petros e a Funcef, por exemplo, são acionistas da Vale.³⁶⁹

Para alguns autores, a importância dos fundos de pensão no processo demonstraria que não teria ocorrido uma real desestatização no Brasil, pois tais fundos pertencem aos funcionários de estatais e os governos conseguem impor parte de seus gestores. Tal constatação seria reforçada pelo fato do BNDESpar também ter participação acionária em empresas privatizadas. Esta é a linha de análise de Sérgio Lazzarini, que chega a afirmar que as privatizações reforçaram a influência governamental na economia.³⁷⁰

Não compartilhamos deste ponto de vista. Não entendemos a participação do BNDES e dos fundos de pensão como mecanismos do Estado manter seu domínio na

³⁶⁷ A monopolização da telefonia é uma realidade na América Latina. A Telefônica e o grupo Carso (mexicano Carlos Slim, dono da Telmex, representado no Brasil pela Claro e Embratel) dominavam entre 50% e 70% do mercado de telecomunicações na região em 2008. No setor energético do continente, a francesa EDF e a espanhola Endesa tenderam a monopolizar a geração e distribuição de energia. CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.179 e 187, ASSIS, J. Carlos. *A nêmesis da privatização*, a receita de transformar empresas de serviços públicos regulamentadas em monopólios privados desregulados. Rio de Janeiro: Mecs, 1997.p.47, HONORATO, César. *Império e imperialismo...*op.cit.p.411.

³⁶⁸ Apud CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.173, 175, 178 e 181 (grifos do autor).

³⁶⁹ Os fundos de pensão são mecanismos de complementação da aposentadoria de funcionários de determinadas estatais. LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços...*op.cit.p.2 e 31.

³⁷⁰ Idem, p.20 e 21.

economia. A ação do banco público e dos fundos se configurou em mais uma forma, das muitas citadas anteriormente, de subsidiar o capital privado na compra das estatais. Os fundos e o BNDES foram financiadores do capital, seus recursos permitiram o estabelecimento de consórcios que arremataram as empresas públicas.

Ao realizar tais subsídios, os gestores dos fundos não atuaram no processo necessariamente tendo prejuízos financeiros. Pelo contrário, agiram como capitalistas, procurando obter lucros com as transações. Sua origem sindical não os torna diferentes dos demais empresários atuantes nas desestatizações. Como observa Eurelino Coelho, tratam-se de elementos das classes subalternas que ingressaram no estreito círculo de altos funcionários do capital.³⁷¹

Nossa interpretação parece ser reforçada pelo livro *Privataria Tucana* do jornalista Amaury Ribeiro Júnior, que analisa o papel de Ricardo Sérgio de Oliveira, diretor da área internacional do Banco do Brasil no governo FHC, em algumas privatizações. O jornalista mostra como Ricardo Sérgio foi importante na organização dos consórcios, ao valer-se de sua influência no Banco do Brasil e na Previ. Foi assim que garantiu aportes ao grupo La Fonte (de Carlos Jereissati) no leilão da Telebrás. O mesmo ocorreu com a espanhola Iberdrola, que recebeu recursos da Previ e do Banco do Brasil para adquirir empresas de energia elétrica.³⁷²

O “escândalo dos grampos” – escutas ilegais de conversas entre integrantes do governo, ministros e o presidente Fernando Henrique Cardoso às vésperas do leilão da Telebrás – tornou público um caso no qual os fundos de pensão e o BNDES apareciam favorecendo a instituição dos consórcios. As conversas revelam que membros do governo desejam a vitória do consórcio formado pelo Banco Opportunity e pela Telecom Itália e procuravam fazer com que a Previ se juntasse a estes. Mendonça de

³⁷¹ Também tratando dos fundos, Francisco de Oliveira salienta que importantes “capas mais altas do antigo proletariado” se converteram em administradores de fundos de previdência complementar, passando a se preocupar “com a rentabilidade desses fundos”, ao mesmo tempo em que “financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego”. Eurelino Coelho diverge de Francisco de Oliveira por este se referir ao grupo de sindicalistas gestores dos fundos como “nova classe”. Afinal, tratam-se de integrantes do “círculo restrito dos altos funcionários do capital”. Uma vez que “estão vinculados aos lucros capitalistas, e sobretudo na medida em que sua magnitude converte-os em capital, a diferença residual entre eles e a burguesia tende a desaparecer...” COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital, crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.p.510 e 511, OLIVEIRA, Francisco. *O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.p.146.

³⁷² Segundo Amaury Ribeiro Júnior, Ricardo Sérgio de Oliveira era um “artesão de consórcios que disputavam as estatais”. No citado caso da Iberdrola, a Previ foi a integrante do consórcio que mais desembolsou recursos, mas não deteve o controle acionário das empresas adquiridas. “Pagou para o sócio comandar!”. Segundo Ribeiro Júnior, Ricardo Sérgio cobrava propinas pelos aportes do Banco do Brasil e Previ e movimentava grandes somas de dinheiro em paraísos fiscais. RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privataria...op.cit.p.57, 69, 75 e 171*.

Barros, Ministro das Comunicações, é transparente em seu pedido a Ricardo Sérgio de Oliveira, do Banco do Brasil: “mas o Opportunity está com problema de fiança. Não dá para o Banco do Brasil dar?”.³⁷³

O episódio dos grampos traz à luz um fator que facilitou os diversos financiamentos e subvenções públicas aos grupos capitalistas: o fato de muitos dos integrantes destes últimos possuírem sólida presença na sociedade política. Em uma de suas falas grampeadas, Mendonça de Barros afirma estar reunido com Pécio Arida, ex-presidente do Banco Central e sócio do Opportunity, membro de um dos consórcios que disputavam o Sistema Telebrás. Na mesma sala, se articulavam o representante do governo e o da empresa (que já havia integrado o governo).³⁷⁴

Tal episódio não se configura como exceção. Na Tabela 1, já havíamos chamado a atenção para a considerável presença de empresários e banqueiros na sociedade política. Agora, citamos alguns exemplos dessas figuras “que jogavam nos dois times” em casos diretamente ligados às privatizações. Elena Landau foi diretora da área de desestatização do BNDES e depois integrou o Banco Bear Stearns, como consultora em assuntos de privatização. Também trabalhou no Opportunity com seu marido e sócio, o já mencionado Pécio Arida. Andrea Calabi, ex-presidente do Banco do Brasil e do BNDES, foi sócio da Consultoria e Empreendimentos Industriais, que assessorava grupos empresariais interessados na compra das estatais, e atuou como conselheiro da Telecom Itália. Francisco Gros, figura que presidiu o BNDES e o Banco Central, atuou no Morgan Stanley Dean Witter, que prestou assessoria na privatização da Telebrás. Wiston Fritsch, secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, trabalhou no Banco Dresdner Kleinwort Benson, instituição que participou da estruturação da desestatização das telecomunicações brasileiras e também assessorou governos estaduais (BA e RS) em privatizações do setor elétrico.³⁷⁵

³⁷³ As conversas se referiam ao leilão de uma das empresas do sistema Telebrás, a Tele Norte Leste. Apud CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.485, CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...* op.cit.p.148.

³⁷⁴ Pécio Arida também foi vice-presidente do Unibanco, instituição que comprou o Banco Econômico e também participou na privatização da CST e da Usiminas. Os autores da elogiosa biografia de Sérgio Motta registram uma outra reunião entre empresários e membros da sociedade política: “houve situações embaraçosas, como a desastrosa reunião promovida por lobistas de Brasília com deputados, na casa do Unibanco, em favor da emenda das telecomunicações”. RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...* op.cit.p.73. ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...* op.cit.p.328, PRATA, José, BEIRÃO, Nirlando e TOMIOKA, Teiji. *Sérgio Motta...* op.cit.p.108, RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...* op.cit.p.73. ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...* op.cit.p.328.

³⁷⁵ GOMES, Luiz Marcos. *Os homens do presidente...* op.cit.p.23, 35 e 41, RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...* op.cit.p.184.

Passados alguns anos da privatização, a presença de figuras vinculadas às empresas no aparelho de Estado continuou usual. Demian Fiocca foi presidente do BNDES entre 2006 e 2007 e, neste último ano, assumiu a Diretoria Executiva de Tecnologia e Informação e Gestão da Vale. Luciano Siani Pires, do alto escalão do BNDES, saiu do banco em 2008 e ocupou o cargo de Diretor de Planejamento Estratégico da Vale. Antônio Carlos Valente, presidente da Telefônica no Brasil, já teve passagens pelo Sistema Telebrás, Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Luiz Francisco Perone, diretor da Brasil Telecom, foi vice-presidente do Conselho Diretor da Anatel de 1997 a 2001. Nelson Narciso, diretor da Agência Nacional do Petróleo atou na direção da Halliburton em 2005 e 2006.³⁷⁶

As privatizações representaram a transferência de consideráveis massas de riqueza para o capital. Se constituíram em um meio de expandir as fronteiras da acumulação privada, uma vez que os oligopólios assumiam o controle de um vasto patrimônio, que abrangia capital fixo, experiência produtiva, controle estratégico do mercado e imagem consolidada. Segundo César Honorato, a venda de empresas públicas de alguns setores, como energia e telecomunicações, foram meios do capital especulativo transmutar-se parcialmente em produtivo, reimplantando-se no próprio circuito fundamental do capital.³⁷⁷

As estatais, instituídas com o objetivo de subvencionar os grupos capitalistas, eram assumidas diretamente por aqueles, em um processo marcado por uma série de subsídios estatais – daí Aloysio Biondi o chamar de “privadoação”. Como define Marilena Chaui, a privatização representou a “transferência aos próprios grupos oligopólicos dos antigos mecanismos estatais de proteção dos oligopólios, com ajuda substantiva dos fundos públicos”. Para Delfim Neto, ocorreu uma “mera transferência do empresariado brasileiro, de uma para outra teta do Estado”.³⁷⁸

³⁷⁶ INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO STIFTUNG [et al]. *Empresas transnacionais...*op.cit.p.162 e 163, *Caros Amigos*, nº 173, ano XV, julho de 2011.p.26-28, *Caros Amigos*, nº 138, outubro de 2008, Ano XII, p.42

³⁷⁷ SILVA, Carla L. *Veja...*op.cit.p.336, HONORATO, César. Breve ensaio...op.cit.p.5 e 9.

³⁷⁸ Biondi, calculando os gastos dos governos com os subsídios e a preparação das estatais para a privatização – incorporando dívidas, demitindo trabalhadores e pagando indenizações, aceitando pagamentos parcelados dos compradores, etc – chegou a um valor (R\$ 87,6 bilhões) superior ao que foi arrecadado com a venda das empresas públicas (85,2 bilhões). Assim, o autor conclui que os governos neoliberais tiveram prejuízo nos leilões das estatais. BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...*op.cit.p.68. COELHO, Eurelino. *Uma esquerda...*op.cit.p.424, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado II...*op.cit.p.39, CHAUI, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.p.94, apud FIORI, José Luís. *60 lições...*op.cit.p.212.

Antes de iniciarmos a análise da cobertura de *O Globo* sobre as privatizações, faremos alguns breves comentários sobre os leilões de áreas petrolíferas e a abertura econômica – temas cujas matérias do jornal também foram pesquisadas.

3.2: Os leilões do petróleo e a abertura econômica

Assim que se iniciou, o Governo Fernando Henrique Cardoso empenhou-se em alterar a Constituição e abolir o monopólio estatal da exploração do petróleo. Em favor dessa alteração, argumentava-se que a abertura do setor implicaria em mais investimentos no país de empresas nacionais e estrangeiras. Além disso, ressaltava-se que a Petrobrás não tinha recursos para operar sozinha em todo o país e que a competição a obrigaria a aprimorar seu gerenciamento.³⁷⁹

A partir de 1999, iniciaram-se os leilões de áreas petrolíferas promovidos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). A Petrobrás e algumas empresas privadas, a maioria multinacional, passaram a disputar áreas ou blocos onde potencialmente há petróleo. De acordo com a legislação, o vencedor da licitação passa a ser o proprietário de todo o petróleo extraído e dispõe do direito de exportar a quantidade que desejar. À União destinam-se até 40% dos lucros da atividade petrolífera. Os contratos de concessão tem duração de trinta anos.³⁸⁰

Para os críticos do fim do monopólio estatal do petróleo, como a Federação Única dos Petroleiros e a Associação de Engenheiros da Petrobrás, os leilões representam a entrega ao capital privado, internacional em sua maioria, de uma riqueza estratégica, finita e não renovável a preços extremamente baixos. A participação da União nos lucros da exploração (até 40%) foi considerada baixa se comparada à média mundial (84%). Condenou-se a ausência de dispositivos legais que garantissem a liderança da empresa nacional (a Petrobrás), como se é feito em outros países - na Noruega, por exemplo, a estatal Statoil continuou tendo prioridade no recebimento das melhores áreas, sem precisar disputar as licitações.³⁸¹

³⁷⁹ A Petrobrás é uma empresa de economia mista. Em 2009, o Estado brasileiro possuía 32,2% do capital total da Petrobrás e 55,7% de seu capital votante. Estrangeiros eram proprietários de 39,8% do capital total da empresa. GOMES, Américo (org). *Uma proposta classista para a reestatização da Petrobrás*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.p.77.

³⁸⁰ *Caros Amigos*, outubro de 2008, nº 138, Ano XII, p.42, BENJAMIN, César, METI, Paulo, RIBEIRO, Rômulo Tavares. Sexta licitação: erro estratégico no setor petrolífero IN http://resistir.info/brasil/petroleo_jul04.html (acesso 11/02/2012).

³⁸¹ Idem.

Os adversários dos leilões realçaram a discrepância entre a enorme lucratividade dos poços e os pequenos valores cobrados pela ANP às empresas para a exploração. Criticando o segundo leilão, do ano 2000, Aloysio Biondi ressaltou que os blocos leiloados a “preços mínimos” de R\$ 50 mil a R\$ 300 mil e vendidos a, no máximo, R\$ 120 milhões, valiam muito mais: por terem entre 1 e 3 bilhões de barris, garantiriam faturamentos entre US\$ 30 bilhões e US\$ 90 bilhões (o autor fez os cálculos considerando US\$ 30 para cada barril – em fevereiro de 2012, o barril superava os US\$ 115 dólares, o que ampliaria o valor dos poços para, no mínimo, US\$ 115 bilhões).³⁸²

Os leilões possibilitaram ao capital multinacional assumir crescente importância no setor petrolífero brasileiro. Em dez anos, os governos FHC e Lula leiloaram mais de 500 blocos a 72 conglomerados econômicos, a maior parte estrangeira. Um exemplo da crescente proeminência internacional é o bloco de Azulão, leiloado em 2001: é explorado pela Petrobrás, Exxon-Mobil e Hess Corpo, cabendo 20% dos lucros à primeira e 40% para cada uma das demais.³⁸³

A abertura às importações aos investimentos estrangeiros figurava como importante medida do *script* neoliberal. Em 1988 e 1989, tarifas protecionistas já vinham sendo reduzidas no Brasil, processo que se aprofundou a partir do início do Governo Collor. A liberalização, preconizavam seus defensores, traria mais “competitividade” a indústria nacional, daria à população acesso a produtos de melhor qualidade e preço e

³⁸² Outro aspecto dos leilões criticado por Biondi foi a obrigação imposta pela ANP à Petrobrás na qual esta teve que entregar à primeira estudos e relatórios de pesquisas sobre possíveis jazidas de petróleo, acumulados ao longo de décadas. As empresas privadas interessadas em participar da concorrência poderiam ter acesso aos estudos pagando cerca de R\$ 20 mil. Em 2008, a Associação dos Engenheiros da Petrobrás denunciou que a transnacional Halliburton, através de sua subsidiária, a Landmark Digital and Consulting Solutions, controlava o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP) e os leilões realizados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). A referida subsidiária administrava o BDEP desde 1998, sem licitação. BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado II...* op.cit.p.30 e 31, http://www.prensalatina.cu/index.php?option=com_content&task=view&id=475454&Itemid=1 (acesso 11/02/2012), *Caros Amigos*, outubro de 2008, nº 138, Ano XII, p.42.

³⁸³ Os oligopólios estrangeiros tendem a comprar menos equipamentos das empresas nacionais. A Petrobras, no período do monopólio, realizava em média 85% das compras necessárias ao desenvolvimento e exploração de um campo marítimo e 100% das compras destinadas a equipar um campo terrestre com empresas locais. As multinacionais que participaram da quarta rodada de licitações comprometeram-se a realizar compras locais no valor médio de 38% do dispêndio total para campos marítimos e 68% para campos terrestres. GOMES, Américo (org). *Uma proposta classista...* op.cit.p.21, O petróleo tem que ser nosso! IN <http://www.sindipetrosjc.org.br/sal/Campanha%20do%20petr%C3%83%C2%B3leo%20n%C3%82%C2%BA%202.pdf> (acesso 11/02/2012), BENJAMIN, César, METI, Paulo, RIBEIRO, Rômulo Tavares. Sexta licitação...op.cit.

contribuiria no controle da inflação. Os investimentos externos, por sua vez, seriam responsáveis pela geração de empregos e trariam mais tecnologia ao país.³⁸⁴

Uma análise econômica sobre a década de 90 revela aspectos menos ressaltados pelos defensores da abertura econômica. Esta última, somada a valorização cambial introduzida pelo Plano Real, gerou um sensível aumento das importações e, por conseguinte, dos déficits comerciais. Entre 1989 e 1996, enquanto as exportações cresceram cerca de 5%, as importações expandiram-se 138%. A referida década foi marcada por déficits comerciais: US\$ 132 bilhões entre 1991 e 1999.³⁸⁵

Os governos neoliberais dos anos 90 tenderam a ampliar a desnacionalização no plano econômico. O capital internacional expandiu sua presença no país e remeteu mais lucros para o exterior. Das 1.149 fusões e aquisições ocorridas na década, cerca de 700 se referiam a empresas – públicas, privadas ou filiais de transnacionais – adquiridas por grupos estrangeiros. As remessas de lucros saltaram de US\$ 9 bilhões entre 1981-90, para US\$ 27,3 bilhões no período 1991-1999.³⁸⁶

Algumas frações das classes dominantes chegaram a protestar contra o ritmo da abertura econômica. Durante os governos Collor e FHC, alguns setores da FIESP queixaram-se da redução das tarifas aduaneiras.³⁸⁷

³⁸⁴ MIRANDA, José Carlos. *Texto para discussão n° 829: abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 90*. Brasília: Ipea, 2001.p.17.

³⁸⁵ Os setores onde as houve maior crescimento das importações foram, segundo José Carlos Miranda, “as indústrias de máquinas e equipamentos; de material e aparelhos eletrônicos e de comunicação; de beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras artificiais e naturais; automobilística, de tratores e máquinas de terraplanagem; e de equipamentos para produção e distribuição de energia elétrica”. Quanto às exportações, destacaram-se: “minerais metálicos e não metálicos brutos, siderúrgicos, metalúrgicos, químicos, petroquímicos e óleos vegetais brutos”. Segundo Gonçalves e Pomar, para cobrir os déficits comerciais, o Brasil dependia do capital estrangeiro em três categorias: empréstimos, investimento direto e capital especulativo. A maior parte do investimento direto foi direcionada para a compra de empresas – dentre elas, as estatais – o que não gerou novas riquezas, além de aumentar as remessas de lucros para o exterior. MIRANDA, José Carlos. *Texto para...op.cit.p.18, 29, 30 e 54*, LACERDA, Antônio Corrêa de. *O Impacto da Globalização na Economia Brasileira*. São Paulo: Contexto, 2002.p.129, GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. *O Brasil endividado...op.cit.19*.

³⁸⁶ Nos anos 90, os grupos estrangeiros aprofundaram sua presença no setor exportador – passaram a controlar mais da metade das exportações do país. Em 1997, 58% das vendas das 100 maiores empresas privadas do país couberam às multinacionais; entre as 15 maiores, sua participação no mercado foi de 80%. A desnacionalização prosseguiu nos anos seguintes: a participação internacional na economia brasileira passou de 23,7% do PIB em 1995 para 45,9% em 2005. MIRANDA, José Carlos. *Texto para...op.cit.p.23 e 36* GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. *O Brasil endividado...op.cit.26*, PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. *Brasil de...op.cit.p.52*, FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo...op.cit.p.349*.

³⁸⁷ Refletindo tais descontentamentos, Benjamin Steinbruch declarou, em 2001, ser “radicalmente favorável à privatização”, mas criticou a abertura econômica: “escancaramos demais nosso mercado sem exigir contrapartidas e entregamos ao capital estrangeiro, sem qualquer cuidado, setores estratégicos”. BIANCHI, A. *O Ministério...op.cit.221 e 268*, apud BOMFIM, Benedito Calheiros e LEITE, Júlio César do P. *Declínio do neoliberalismo...op.cit.p.16*.

O panorama dos governos neoliberais, das privatizações, dos leilões de áreas petrolíferas e da abertura econômica dos anos 90 revela que o grande capital, multinacional e associado, ampliou sua supremacia no plano econômico. O processo foi acompanhado de um aumento das desigualdades sociais: a participação salarial na renda nacional caiu de 45% para 36%. Como observa José Luis Fiori, “pode-se dizer que a década neoliberal foi tão ou mais anti-social e antipopular do que havia sido o período desenvolvimentista”.³⁸⁸

A seguir, analisaremos a cobertura de *O Globo* do processo histórico acima descrito.

3.3: O Estado e os funcionários públicos segundo *O Globo*

O jornal *O Globo* foi indiscutivelmente simpático às privatizações – o que ia ao encontro dos interesses empresariais das Organizações Globo, como vimos no Capítulo 1. Entretanto, a principal contribuição do periódico à campanha privatista não foi feita através das coberturas específicas sobre as vendas das empresas públicas. Mais importantes foram as seguidas matérias, anteriores e concomitantes às desestatizações, que procuravam consolidar uma determinada imagem do Estado, das agências estatais e dos funcionários públicos.

Antes da posse de Fernando Collor (março de 1990), *O Globo* já vinha dedicando seguidas reportagens e editoriais sobre o que chamava de “reforma do Estado”, procurando situá-la como questão central da pauta do futuro governo e também criar um ambiente ideológico favorável às medidas privatistas que o presidente eleito prometia dotar. Durante o Governo Collor e após seu fim, muitas páginas do jornal continuariam a ser dedicadas às agências estatais.

Muitas manchetes do jornal, sobretudo na virada dos anos oitenta para os noventa, destacavam dificuldades financeiras atravessadas pelas empresas estatais ou escândalos envolvendo as mesmas: “*Petrobrás sem crédito para compra de petróleo*”, “*Brasil produzirá menos petróleo em 90*”, “*Auto-suficiência, sonho passado*”, “*Petrobrás alega prejuízo e deixa de pagar usineiros*”, “*Polícia vai investigar corrupção na Petrobrás*”, “*Banco do Brasil teve prejuízo de NCZ\$ 1,5 bi em setembro*”, “*Banco do Brasil encabeça lista das 500 da ‘Fortune’ como maior prejuízo de 96*”,

³⁸⁸ FIORI, José Luis. *60 lições...op.cit.p.212.*

“Caixa vai investigar as agências de Recife”, “Eletrobrás perdeu US\$ 8 bilhões em cinco anos”, “Aumento de tarifa ou racionamento, o dilema da Eletrobrás”, “Eletronorte não pagará obra de usina em Roraima” e “Fraude da Helibrás envolve US\$ 246 milhões”.³⁸⁹

O *Globo* ressaltava os maus serviços prestados pelas estatais. A reportagem “*Que trem é esse?*” tratava das más condições das ferrovias federais. Uma fotografia de homens na estrada de ferro segurando bambus era acompanhada da frase: “*a modernidade passa longe da estrada de ferro que vai do Rio ao Norte fluminense: funcionários da equipe de manutenção da RFFSA têm que impulsionar o carrinho com varas de bambu*”. A telefonia era o ramo mais enfatizado pelo jornal – uma série de matérias apontava para insuficiências do setor, como se percebe nos exemplos: “*uma lista nova e incompleta – Telerj deixa de fora do Rio Listas 33 mil números*”, “*Telerj tem 220 mil linhas condenadas*”, “*congestionamento piora serviço da Telerj*”, “*Telerj instala telefones depois do prazo prometido*”, “*Telerj: 30% das chamadas são desperdiçadas*” e “*Em Gramado, Babel eletrônica para assinantes*” – esta última tratava de linhas cruzadas e telefones mudos. Em “*Rio sofre com deficiência do sistema telefônico*”, afirmava-se, sublinhando a obsolescência da estatal, que “*apesar da rapidez cada vez maior do avanço tecnológico nas telecomunicações, o mais simples dos serviços – dar um telefonema, um invento do século passado – ainda*” era “*difícil no Estado do Rio de Janeiro*”. Em “*Serviço novo apresenta velhas falhas técnicas*”, sustentava-se que o celular se popularizava, mas enfrentava “*os mesmos problemas das linhas convencionais*” - “*linhas cruzadas, queda de ligações e congestionamento do sistema*”.³⁹⁰

Além de matérias sobre problemas específicos de algumas empresas públicas, O *Globo* publicava reportagens panorâmicas, tratando do peso das estatais na economia brasileira e do caráter desorganizado das mesmas. Em matéria de fins de 1989, intitulada “*Estatais são desafio para novo Governo*”, afirmava-se que o setor público estava “*a beira da falência*” e que as empresas privadas e os clientes em geral das estatais eram “*vítimas da crise do Estado*”. Uma reportagem menor, na mesma página, sustentava: “*a dívida das estatais com setores privados de engenharia industrial, bens de capital sob encomenda e empreiteiras chega (...) a NCZ\$ 9,18 bilhões*”. Em “A

³⁸⁹ *O Globo*, 21/12/1989.p1, 4/12/89.p.16, 16/06/92.p21, 11/04/92.p.1, 19/12/89.p.23, 17/10/89.p.18, 16/07/97.p.32, 19/12/89.p.25, 17/10/89.p.24, 24/12/89.p.28, 26/10/89.p.10, 18/02/90.p.52

³⁹⁰ *O Globo*, 13/8/1995.p.58, 4/2/95.p.23, 17/3/96.p.1, 27/1/95.p.19, 24/06/92.p.22, 11/04/90.p.11, 23/02/90.p.12, 2/2/95.p.27, 4/01/95.p.20.

máquina estatal está emperrada”, de 1990, destacava-se que “o novo Governo” encontraria na “*burocracia administrativa o seu maior adversário*”. Um texto de 1992, intitulado “*Estado ineficiente é grande obstáculo*”, tinha declarações de Paulo Vellinho, presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletrônica, acusando o governo de ser ineficiente na prestação de serviços e insumos, comprometendo a “*competitividade brasileira*”.³⁹¹

Durante os governos Itamar e Fernando Henrique Cardoso, esse tipo de reportagem continuou recorrente. Em “*Uma pedra no sapato do Governo Itamar*”, afirmava-se que o governo esforçava-se para eliminar “o *descontrole das estatais*”. A matéria “*Estatais devem mais e perdem mais dinheiro*”, baseando-se numa pesquisa do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, salientava que as empresas privadas administram melhor suas dívidas e tem melhor produtividade. Na série de reportagens “*União AS’: um gigante sem controle*”, havia no alto de cada página um desenho de um elefante simbolizando o Estado – mesma representação usada nas propagandas do BNDES, durante o governo Collor. Uma das frases em destaque da série é: “*maior grupo econômico do país, as 147 estatais não dão retorno ao seu dono: o povo brasileiro*”. Uma manchete de 1996, “*Estatais tiveram rentabilidade negativa entre 1988 e 1994*”, contrastava com a frase que se seguia: “*empresas privadas tiveram ganho de 7,6% nesse período*”. No final da década, o jornal mantinha textos que seguiam essa linha, como “*Estatais e Previdência, vilões das finanças públicas*”, de 1997.³⁹²

Existiam ainda matérias de *O Globo*, sobretudo da primeira metade dos anos 90, que chamavam a atenção para a má situação dos bancos públicos, principalmente os estaduais: “*Bancos estaduais devem US\$ 18 bilhões*”, “*Balanço do Banerj maquiou rombo de R\$ 30 milhões*”, “*Fiscalização do Banco Central apertará o cerco a banco estaduais*”, “*Bancos estaduais atrapalham planos econômicos há anos*” e “*Reajuste de tarifas é maior em bancos oficiais que nos privados*”. Na reportagem “*Bancos estaduais em situação crítica*”, o primeiro parágrafo fazia a seguinte comparação, com base em dados obtidos com a Consultoria Austin Assis: “*inchados e pouco rentáveis, os bancos estaduais ficam muito aquém do desempenho de seus pares privados*”.³⁹³

³⁹¹ *O Globo*, 24/12/1989.p.28, 1/04/90.p.9, 19/03/92.p.44.

³⁹² *O Globo*, 6/8/1993.p.24, 17/1/94.p.1, 19/3/95.p.50-52, 18/3/96.p.16, 19/07/97, 29/8/93.p. 46.

³⁹³ *O Globo*, 20/6/1993.p1, 18/2/95.p.28, 21/6/93.p1, 31/12/94.p.21, 12/8/93.p.24, 18/9/94.p.54.

Somadas às matérias, um considerável número de editoriais – presentes não só em sua parte tradicional (página 4 e, mais tarde, 6), mas também espalhadas pelas demais páginas e nas capas – reforçava a imagem de crise das agências estatais. O Estado brasileiro foi caracterizado como um “*gigante mal-educado*”, que se acostumou a “*viver sem controle da sociedade*”. Mais que isso: o Estado tendia a dominar a sociedade. Tratar-se-ia de um “*Estado Patrimonial*” ou “*Estado senhorial*” cuja existência dependia da “*servidão*” dos demais cidadãos. A cultura do “*nacionalismo estatizante*” fora marcante na história brasileira justamente por ser herdeira “*dominação colonial*” portuguesa. A “*estatização corresponde (...) ao ‘exclusivo metropolitano’*”.³⁹⁴

De acordo com os editoriais, o Estado era marcado por “*nepotismo, corporativismo, [e] descompromisso com a eficiência*”. A ausência de qualidade nos serviços era “*um problema de estrutura, inerente ao setor estatal*” – contrastando com os empresários particulares, que, demonstrando “*prévia capacidade*”, produziam para “*nosso conforto*”. A insistência do Estado em agir “*como empresário (...) levou para o buraco nossos indicadores sociais*” e gerou grandes déficits. Por falta “*recursos*” ou “*competência técnica e gerencial*”, o setor público não tinha mais condições de realizar investimentos na economia. A falência do Estado era universal, perceptível não só no Brasil, mas em todo o mundo: “*a história tem sido rica de lições neste final de século e milênio, especialmente no que se refere aos fracassos do socialismo e das experiências híbridas de capitalismo de Estado*”.³⁹⁵

As críticas ao Estado eram acompanhadas de ataques àqueles que o personificavam, conforme *O Globo*: os empregados das empresas estatais e os funcionários públicos em geral. Os “políticos” também eram incluídos entre aqueles que usufruíam das benesses do Estado.

Da mesma forma como fizera no caso da “reforma do Estado”, o jornal não aguardou a posse de Collor e, logo após as eleições de 1989, passou a produzir sistematicamente matérias sobre a questão dos funcionários públicos. Assim procedendo, *O Globo* objetivava pautar o futuro governo e colocar no topo da sua lista de prioridades o combate ao “excesso” de benefícios dos servidores públicos. Muito tempo após o fim do governo Collor, o periódico continuou mantendo o tema como importante problema nacional a ser resolvido.

³⁹⁴ *O Globo*, 27/2/1994.p.6, 22/02/90.p.4 e 29/06/90p.4.

³⁹⁵ *O Globo*, 27/2/1994.p.6, 21/10/93.p.6, 20/12/89.p.1, 24/5/96.p.6, 15/11/90.p.6, 29/01/90.p.4, 4/12/89.p.4

A quatro dias da posse de Collor, o jornal publicava uma série de reportagens sobre os “privilegiados” do setor público. Na capa, um chamativo retângulo rosa, com o título “*No serviço público, um paraíso de ‘marajás’*”, apontava um dos grandes “desafios” a serem enfrentados: “*quando assumir o Governo (...), o Presidente Collor herdará uma gigantesca máquina administrativa, grande aliada da inflação... Um verdadeiro paraíso de ‘marajás’, sendo que os maiores salários estão no Legislativo*”. No alto das quatro páginas com matérias internas, havia o desenho de um homem (representando o servidor público) sentado numa nuvem (simbolizando o paraíso), com o sinal de dinheiro (\$) nas mãos e sorriso no rosto. A manchete de uma delas era: “*Collor herdará um paraíso de ‘marajás’*”, seguida da frase “*à espera do Presidente eleito, 1.293.219 funcionários. E apenas 119 mil não são estáveis*”.³⁹⁶

O tema dos “privilégios” tidos pelos integrantes das agências estatais seria usual no jornal, como nas matérias, quase todas de capa: “*Mordomias: um festival de gastos por todo o país*”, “*Marajás custarão às estatais US\$ 400 milhões a mais*”, “*União mantém 233 servidores marajás*”, “*Relatórios confirmam altos salários nas estatais*” e “*Relatório confirma a existência de ‘marajás’ nas estatais*”. Nesta última, o jornal exemplificava um dos “marajás”: “*de Londres, o gerente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Orlando Fleury – apontado como campeão das mordomias por causa do salário de US\$ 19.300 – juro que não é ‘marajá’...*”.³⁹⁷

Os funcionários públicos eram retratados como trabalhadores com excesso de benefícios e pouca dedicação ao ofício, como se verifica nas manchetes “*Até madrasta de petroleiro tem direito a médico grátis*”, “*Petrobrás paga 14º salário camuflado*” (se refere à participação nos lucros), “*Petrobrás paga 15 salários por ano a seus empregados*”, “*Estatual reajusta tarifas para aumentar os seus salários*”, “*Telesp também concede aumento ilegal de salários*” e “*Telebrás, campeã de gastos com pessoal*”. A desestatização aparecia como um fator moralizador, que tendia a eliminar a “*boa vida dos servidores*”, que por sua vez criavam estratégias para mantê-la. Na

³⁹⁶ Em uma das matérias desta série, “*Os mirabolantes salários do Legislativo*”, destaca-se uma da frase de Maria Aparecida de Oliveira, autora da pesquisa sobre serviço público: “*o que mais me incomoda nessa distorção absurda que se implantou é que quase ninguém no Senado trabalha*”. *O Globo*, 11/03/1990.p.1, 12-15.

³⁹⁷ Matérias sobre “marajás” e distorções nos serviços da cidade e do estado do Rio de Janeiro também eram comuns: “*Marajás [alguns funcionários estaduais]: desperdício é de R\$100 milhões*”, “*Novos marajás do Rio têm indenização milionária – sete meses de trabalho garantiram salário até o fim da vida*”, “*Rio gasta R\$286 milhões por ano com super salários*” e “*Alerj contratou 98 ascensoristas para apenas dez elevadores*”. *O Globo*, 29/04/1990.p.1, 19/3/94.p.9, 4/5/97.p.1, 5/1/94.p.1, 8/1/94.p.1, 13/09/97.p.1, 03/08/97.p.1, 08/08/97.p.1,24/1/95.p.1.

reportagem de capa “*Estatais transferem executivos para protegê-los da privatização*”, informava-se que a Petrobrás Distribuidora havia recebido mais de cem novos funcionários provenientes de outras subsidiárias da Petrobrás que viriam a ser privatizadas: “*para absorver os novos empregados, a empresa teve que aumentar o número de gerentes regionais de 12 para 21*”.³⁹⁸

Algumas ações governamentais que visavam reduzir o quadro de funcionários públicos, diminuir seus direitos ou controlar os serviços prestados por estes recebiam coberturas simpáticas do jornal. *O Globo* objetivava angariar apoio aos atos dos Governos e reforçar a imagem de privilegiados dos servidores públicos, denegrindo-os: “*Governo diz que só demitirá ociosos*”, “[Antônio] Magri [Ministro do Trabalho] demitirá servidor que não trabalha”, “*Collor vai usar Constituição para acabar com ‘marajás’*”, “*Nova MP limitará salários de estatais – Itamar desafia liminar do STF e reeditará medida contra marajás*”, “*Distorções salariais [nas empresas estatais] levam o Governo a apertar o cerco*”, “*Governo impõe afastamento de servidores em excesso*”, “*Pacote combaterá gigantismo estatal*”, “*Câmara decide leiloar carros e vai reduzir as mordomias*”, “*Plano prevê rastreamento de servidor com mais de um emprego*”, “*Petrobrás automatizará o sistema de cartão de ponto*”, “*Servidores não podem mais enforçar Natal e Ano Novo*” e “*Servidor terá que trabalhar 8 horas diárias*”. Em “*Collor vai pôr em disponibilidade 150 mil*”, explicava-se que a meta do governo é solucionar a “*questão do excesso de funcionalismo*”. No texto “*Estatais: salários serão critério para demissão*”, afirmava-se que o governo Itamar pretendia comparar as remunerações de “*cargos administrativos nas estatais*” com as “*do setor privado*”, demitindo “*quem estiver com salários acima da média de mercado*”. Em certas matérias, havia um tom de insatisfação com a lentidão das demissões, como em “*Governo só afasta dez mil em sua primeira lista*”.³⁹⁹

³⁹⁸ *O Globo*, 29/10/1994.p.1, 12/6/93.1, 16/6/93.p1, 8/6/93.p.1, 10/6/94.p.23, 27/6/93.p.41, 2/1/94.p.1

³⁹⁹ As coberturas de ações de prefeituras e governos estaduais também lhes eram francamente favoráveis: “*Funcionários ociosos [da prefeitura do Rio de Janeiro] estão sendo afastados*”, “*Projeto extingue 2 mil cargos na Prefeitura [do Rio] - proposta acaba com vagas de massagista e arqueólogo*”, “*Prefeitura de Niterói começa caça a ‘fantasmas’ com cartão de ponto*”, “*Garotinho vai cortar salários de marajás*”, “*Governo está perdendo a batalha judicial contra os servidores que ganham demais – Marajá do Rio que conquistou salário na Justiça ironiza reforma administrativa*”, “*Covas começa a enxugar a máquina administrativa de São Paulo*”, e “*Covas demite servidores e desmonta base política de Fleury*”. Nesta última matéria, informa-se que o governador paulista desconstruía a “*estrutura de empreguismo*” do estado. *O Globo*, 11/05/1990.p.3, 18/02/90.p.1, 4/1/94.1, 7/03/90.p.11, 3/6/94.p.14, 25/06/99.p.1, 19/04/90.p.1, 11/03/90.p.47,15/01/90.p.13, 9/03/90.p.25, 7/11/95.p.1, 12/8/95.p.1, 17/02/90.p.22, 12/1/94.p.23, 16/1/94.p.5, 10/04/97.p.1, 11/06/97.p.1, 12/04/90.p.9, 13/7/96.p.1, 03/01/95.p.9, 17/06/90p3 (grifos nossos).

A estabilidade no emprego do funcionário público era considerada como uma regalia: *“Estatais podem ter privilégios reduzidos”, “Quebra da estabilidade de servidores é aprovada – funcionários podem ser demitidos por insuficiência de desempenho”* e *“Câmara mantém privilégio de servidor e derrota o Governo”*. Na primeira das matérias citadas, sustentava-se que a Constituição poderia ser alterada de modo a *“dar um fim nos privilégios sustentados pelo bolso do contribuinte”*. Em *“Fim da estabilidade divide equipe de FHC”*, comparava-se o servidor público, que dispunha de estabilidade, aposentadoria integral e outros *“benefícios”*, com os trabalhadores da iniciativa privada, que dependiam, de acordo com a reportagem, da elevação da produtividade para melhorar seus salários.⁴⁰⁰

Algumas reportagens ressaltavam as somas obtidas com a redução do número de funcionários público e com cortes de gastos do governo, apontando o destino que teriam os recursos economizados, como em *“Governo economiza US\$ 1,7 bilhão com corte nos gastos públicos”*, *“Governo corta R\$3,6 bilhões das estatais”* e *“Collor quer demitir já 360 mil servidores”*. Nesta última, comentava-se: *“com corte de cargos de confiança, de funções de gratificação e extinção de estatais, o Governo espera economizar de 0,9% a 1,5% do PIB (de US\$ 3,16 bilhões a US\$ 5,25 bilhões)”*. Na matéria *“Governo cortará 12% da folha em 91”*, há o depoimento do economista Cláudio Forghieri, salientando que a *“economia de despesas”* permitiria mais investimentos em *“seguridade social”*.⁴⁰¹

Agressivos editoriais engrossavam o coro contra os funcionários públicos, situando-os como o grupo social que vivia à custa do país. Imagens de um Estado que dominava a sociedade eram retomados na caracterização dos servidores, chamados de *“nova aristocracia”, “estatocratas”, “mandarinato corporativista”, “buroestatocracia”, “condôminos”* de um *“Estado patrimonial”* com *“direitos especiais”*, que serviam a si mesmos e *“não à Nação”*. As estatais eram *“feudos de bons empregos”, “fontes de empreguismo”,* sofriam de *“inchaço patológico”,* abrigavam *“privilégios corporativos”* e *“parasitismo”,* não falindo por receberem *“dinheiro do contribuinte”*. Os problemas sociais existiam porque todos os recursos públicos eram gastos para manter a *“casta”*: *“por causa dos protegidos que excedem nos cabides das repartições (...), 66 milhões de brasileiros tem ficado totalmente à mingua de assistência governamental, desde a casa própria até o simples esgoto de rua”*. O editorial *“Ditadura renitente”* oferecia uma

⁴⁰⁰ *O Globo*, 07/11/1998.p.1, 04/05/97.p.5, 7/1/95.p.8, 8/1/95.p.8.

⁴⁰¹ *O Globo*, 27/03/1990.p.2, 17/2/95.p.1, 10/05/90.p.3, 6/09/90.p.27.

visão da sociedade brasileira na qual os dominantes seriam os integrantes das agências estatais e os subalternos eram os demais cidadãos: “*NÃO somos os servos da terra que se instalava o poder dos senhores feudais. Somos servos de algo menos palatável que a terra... Somos de um Estado, cujo poder legítimo a burocracia contaminou e corrompeu*”. Tal situação impediria a instauração da democracia no país: “*a burocracia é uma restrição objetiva às liberdades democráticas*”.⁴⁰²

“*Os maiores privilégios a serem podados*” estariam no “*setor público*”, onde não haveria “*disciplina salarial*” e as remunerações seriam “*bem acima da média*”, “*fora da realidade do País*”. Os editoriais contrapunham aqueles que viviam no “*paraíso estatal*” com a “*maioria dos trabalhadores*” que sofria “*com o fato de que o salário*” acabava “*antes do mês*”. Defendia-se que as estatais fossem regidas pelas mesmas “*regras que vigoram para o setor privado*”. Por conseguinte, a estabilidade no emprego era constantemente atacada, taxada de “*abominável*”, “*escudo para premiar a falta de empenho do servidor relapso*”, uma “*pedra no caminho*” para a diminuição da máquina pública. O jornal salienta que não era a estabilidade que protegia o trabalhador, mas “*o regime de liberdade dentro do qual prospera a empresa em que trabalha; empregado e empregador, na verdade, têm destinos coincidentes*”.⁴⁰³

A imprensa tem grande importância na definição do que é de “interesse público”, do que é “notícia”, do que faz parte da pauta de principais “temas nacionais”. Nesse sentido, *O Globo*, em sintonia com diversas associações empresariais e integrantes dos governos eleitos nos anos 90, procurou situar a questão do Estado e seus “favorecidos” funcionários públicos como principal fator responsável pelos problemas sociais do país.

O jornal difundia uma determinada visão sobre as agências estatais que convinha aos governos neoliberais, legitimando as demissões e procurando criar um consenso em torno das privatizações. O Estado era retratado como um “gigante sem controle” ou como um elefante – mesma representação veiculada pelo governo Collor. Em contraste

⁴⁰² Prevendo que aqueles que viriam ser exonerados pelo Governo Collor protestariam, um editorial propôs: a “*Nação deve preparar-se para o histerismo do coro dos ‘coitadinhos*””. *O Globo*, 22/02/1990.p.4, 20/03/90.p.19, 5/8/93.p.3, 12/06/90.p.4, 6/04/90.p.4, 5/04/90.p.1, 12/05/90.p.7, 19/04/90.p.2.

⁴⁰³ *O Globo*, 18/03/1997.p.3, 9/8/93.p.6, 5/04/90.p.1, 16/6/91, 9/8/93.p.6, 13/07/97.p.6, 22/02/90.p.4, 12/01/90.p.6, 28/10/89.p.4

com as empresas privadas, as estatais eram mostradas como incompetentes, obsoletas e prestadoras de maus serviços.

De acordo com *O Globo*, o Estado agia em benefício dos “privilegiados” e “ociosos” funcionários públicos, com seus “altos salários” e “mordomias”. O periódico recorreu sistematicamente à expressão “marajá” – da campanha de Collor em 1989 – ao longo de toda década, como se os integrantes das empresas públicas formassem uma casta à parte do país. Os editoriais eram ainda mais virulentos, taxando-os de “aristocracia” e “parasitas”, que integravam um “Estado senhorial” – nesse ponto, o periódico se valia de imagens das sociedades feudais e coloniais (mas não da capitalista, pois esta não seria dividida entre dominantes e explorados). Os servidores eram colocados em situação contraposta àqueles que trabalhavam na iniciativa privada, com destaque à estabilidade no emprego, considerada não como um direito a ser expandido para os demais trabalhadores, mas como um “abominável” favorecimento a ser eliminado. Sustentava que os funcionários públicos recebiam “acima da média”, o que seria resolvido se a remuneração destes fosse definida pelos mesmos critérios do setor privado.

Tratando-se de uma publicação diária, com dezenas de reportagens por edição, pode-se encontrar algumas matérias destoantes, com informações que poderiam estar em contradição com a representação que o jornal procurava veicular acerca do Estado e com o apoio aos governos neoliberais. É o caso de textos que tratavam de temáticas como a lucratividade de certas estatais, os reais motivos dos problemas financeiros das empresas públicas e o desespero dos funcionários públicos exonerados durante o governo Collor, que tendiam a estimular no leitor condenação às políticas demissionárias. Porém, tais reportagens eram exceções à cobertura geral de *O Globo* e serviam para o periódico manter a aparência de imparcialidade e independência, além de agradar (ou desagradar menos) leitores de outras correntes políticas.⁴⁰⁴

⁴⁰⁴ A seguir, alguns exemplos de matérias que não afinavam com o apoio de *O Globo* aos governos neoliberais. Em “*Servidores choram suas demissões*”, destaca-se a dificuldade dos servidores despedidos no início do governo Collor. No mesmo período, quando o mesmo governo extinguiu de órgãos públicos, foi lançada a reportagem “*Fim da Interbrás, uma perda de US\$ 700 milhões*”, de teor crítico. Outras matérias registravam desempenhos positivos das estatais, como “*Petrobrás teve lucro de 1,7 bi até fevereiro*” ou “*Empresa [Embraer] fecha ano faturando NCZ\$ 8 bi*”. Em “*Novo Governo deve iniciar privatização pelas siderúrgicas*”, ressalta-se que “*muitas das empresas que poderão ser privatizadas tiveram lucros expressivos em 1988*”. Um dos raros textos que explicava as raízes históricas dos problemas econômicos de algumas estatais intitulava-se “*Estatais: má administração e tarifas baixas*” e afirmava que o governo federal era o “*responsável pela situação das estatais, por ter utilizado as empresas como instrumento de política econômica*” e que tarifas eram mantidas baixas para conter a inflação e garantir o rendimento de empresas privadas. Essa matéria estava inserida em meio a várias

Ao procurar tornar hegemônica uma determinada visão sobre o Estado, *O Globo* não recorreu necessariamente à mentiras – como vimos no Capítulo 1, a ideologia é fundamentalmente um horizonte de pensamento, não estando necessariamente vinculada à falsidade. Assim, o jornal pode inclusive ter localizado de fato salários elevados em alguns setores do aparelho estatal ou casos reais de corrupção em empresas públicas. Porém, o periódico deliberadamente descartou certas temáticas que poderiam comprometer a representação de Estado que procurava difundir. Praticamente ocultou o papel histórico das estatais em subvencionar o capital privado, o que contribuiria para a compreensão das dificuldades financeiras daquelas empresas e para desmascarar a idéia de que o Estado defende os interesses de “si mesmo”. Tendeu a igualar um grupo muito reduzido de funcionários públicos bem remunerados ao conjunto dos servidores, que, não raro, recebem salários reduzidos. Defendeu que os critérios da “iniciativa privada” fossem utilizados para a definição dos ordenados dos servidores públicos, não salientando que tais parâmetros considerados mais “justos” eram responsáveis pelo crescente rebaixamento salarial.⁴⁰⁵ Ademais, o jornal não ressaltou que a despesa com a folha salarial do funcionalismo tinha um peso muito menor no orçamento governamental do que o pagamento dos juros das dívidas interna e externa.⁴⁰⁶

O jornal isentou as diversas frações das classes dominantes – industriais, banqueiros e proprietários de terra – das mazelas sociais ao centrar suas críticas ao “Estado Patrimonialista”, como se as agências estatais “pairassem” acima da sociedade e não tivessem vínculos com aqueles grupos. Não mostrou que muitos dos integrantes da sociedade política eram também “homens de negócios”, com presença em

outras reportagens da mesma edição que seguiam a linha do jornal de definir as estatais como simples antro de “marajás”. Finalmente, pode-se destacar ainda as poucas manchetes que relativizavam a idéia de que os salários do setor público eram elevados, como “*Quem considera o Estado um bom patrão?*”, que tratava dos baixos ordenados de servidores da educação, polícia e saúde, e “*Salários do Governo não conseguem acompanhar os da iniciativa privada*”, que mostrava a dificuldade em se preencher os cargos governamentais de “segundo escalão”, uma vez que as empresas particulares ofereciam remunerações mais elevadas. *O Globo*, 18/04/1990.p.2, 1/04/90.p.34, 23/03/90.p.21, 28/12/89.p.30, 22/02/90.p.29, 11/03/90.p.13, 8/10/89.p.14, 18/04/90.p.2.

⁴⁰⁵ Ilustrando a queda salarial dos anos 90, podemos citar uma pesquisa do Dieese referente a Grande São Paulo. Considerando o salário pago em 1985 como índice 100, em 1995 o valor caía para 51,5. BOITO JR, Armando. *A política...op.cit.p.38.*

⁴⁰⁶ Só localizamos uma reportagem que destoava das seguidas críticas aos gastos com funcionalismo público e reconhecia que as dívidas interna e externa tinham maior peso no orçamento federal. Abaixo da manchete principal “*FH propõe cortes em custeio e pessoal*”, havia outras menores: “*Gastos com servidores é de 15,5% do Orçamento de 94*” e “*Despesas com dívida interna chegará a US\$ 55 bi*”. No texto desta última reportagem, afirmava-se que esse valor correspondia a 36,05% do orçamento. Cabe observar que a manchete principal não desafiava com o coro geral do jornal favorável a redução das despesas com funcionários públicos. *O Globo*, 26/10/1993.p.23.

associações empresariais. Pelo contrário, como veremos a seguir, ao defender as privatizações, *O Globo* tendeu a criar uma visão apologética da “iniciativa privada”.

3.4: Promessas de um novo mundo: as privatizações segundo *O Globo*

As privatizações e o fim do monopólio estatal com ênfase nas telecomunicações e na exploração petrolífera eram temas recorrentes em *O Globo* no período em questão e eram apresentados como antídotos para diversos males nacionais, como as más performances das estatais, o baixo crescimento econômico e a pobreza.

A matéria “*Privatização, um desafio para Collor*”, publicada antes da posse do presidente eleito, tinha claro caráter normativo: “*os sofríveis desempenhos das companhias públicas deixam cada vez mais clara a necessidade de uma solução urgente, que pode vir através da privatização. A grande discussão é como fazê-lo e que critérios usar*”. O texto era acompanhado de uma reportagem menor, com a manchete “*Desestatização pouparia governo de desgaste*”.⁴⁰⁷

O jornal enumerava uma série de benefícios que as desestatizações trariam para toda a sociedade, como pode ser visto nas reportagens “*Rio lucrará com nova fase da privatização*” e “*Privatização anima Rio*”. No alto da primeira matéria, havia um desenho do Brasil em formato de cofre e uma mão (representando a privatização) depositando-lhe dinheiro. Ambos os textos ressaltavam que a venda das estatais geraria investimentos e empregos, resolvendo “*males crônicos do Rio*”. Só havia depoimentos de figuras favoráveis à desestatização – integrantes da Firjan, da Associação Comercial do Rio e de um diretor de uma empresa de consultoria (Price Waterhouse). Críticas só apareciam na primeira reportagem, mais precisamente no oitavo e último parágrafo: afirmava-se que a privatização poderia ter um “*efeito perverso*”, pois as empresas adotavam um “*processo de enxugamento*”, o que poderia aumentar o desemprego. A informação era logo rebatida por um membro da Firjan (Augusto Franco), que observava que o crescimento econômico traria trabalho para aqueles ex-funcionários de estatais.⁴⁰⁸

As privatizações, o fim do monopólio estatal em certas atividades produtivas e a concorrência entre as empresas trariam melhorias em diferentes ramos da economia, como as telecomunicações: “*Abertura fará o sistema de telefonia melhorar já em 97* -

⁴⁰⁷ *O Globo*, 14/01/90,p.38.

⁴⁰⁸ *O Globo*, 31/12/1993, 13/11/95.p23.

*segundo [Sérgio] Motta [Ministro das Comunicações], brasileiros poderão escolher sua companhia”, “Consumidor será o maior beneficiado – empresas [de telefonia] competirão entre si e população de baixa renda terá acesso a serviços”, “Abertura da telefonia celular trará investimentos de US\$ 5 bi” e “Celular disponível e que funcione, o sonho do usuário – entrada da iniciativa privada deve baratear e melhorar os serviços”. Em “Privatização da Banda B traz reviravolta para o setor no Brasil”, havia declarações do presidente da Telebrás especulando que a desestatização geraria mil empregos. Na matéria intitulada “Telecomunicações: adeus ao monopólio”, previa-se “um horizonte de competição feroz” entre empresas, favorecendo o “consumidor”. A reportagem “Privatização da telefonia abre caminho para novos serviços – Brasil poderá ter acesso às últimas descobertas do setor” se iniciava vislumbrando a chegada da modernidade no país: “o maravilhoso mundo das telecomunicações está batendo à porta. Com a privatização do setor, o Brasil sairá da **era da Telerj** para falar com tecnologias do século XXI”.*⁴⁰⁹

O fim do monopólio da Petrobrás também traria ganhos para o país. Em uma matéria sobre ineficiência das empresas públicas, havia uma fotografia de duas plataformas da empresa petrolífera brasileira, com a frase abaixo: “*Plataformas da Petrobrás: somente quebra do monopólio pode pôr à prova a competitividade da empresa*”. As reportagens destacavam os investimentos que o setor viria a receber das transnacionais e a diminuição de preços: “*Petróleo: o capital externo à espera de abertura – grandes empresas já mostram interesse em projetos que representarão investimentos de US\$ 26 bi*”, “*Reformas econômicas atingem objetivo de atrair novos investimentos internos - Anglo-American e British Petroleum tinham saído do país e agora querem voltar*” e “*Governo vai liberar importações de gás após 44 anos de monopólio da Petrobrás – mercado estimado que consumo poderá duplicar em dois anos e preços devem cair*”.

⁴¹⁰

Outros setores econômicos, assegurava *O Globo*, também progrediriam com a desestatização: “*Iniciativa privada detém 52% dos portos – arrendamento de terminais no Rio e em Sepetiba vai provocar redução de 45% a 60% nos custos*”, “*Venda da RFFSA beneficiará o Rio*” e “*Privatização pode reduzir tarifas elétricas*”. Nesta última matéria, informava-se que os preços das contas de energia cairiam com a desestatização.

⁴⁰⁹ 21/5/1996.p.20, 11/07/97.p.25, 19/7/96.p.1, 06/04/97p.50, 12/04/98.p.39, 22/10/95.p.59, 18/05/97.p.42 (grifos nossos).

⁴¹⁰ *O Globo*, 19/3/1995.p.51, 28/7/96.p.49, 16/03/97.p.4, 15/04/98.p.28.

Esta seria a impressão de “*vários especialistas do setor*” – a reportagem contava com depoimentos do diretor de uma empresa de consultoria (Andersen Consulting). O texto tinha seis parágrafos e as críticas à privatização apenas apareciam no segundo: afirmava-se que os sindicalistas e funcionários das estatais não desejavam a venda das empresas, alegando que os preços subiram no Chile e na Argentina, onde houve desestatização das companhias de energia. O argumento dos sindicalistas era rebatido no mesmo parágrafo por dois professores da Cope-UFRJ, que teriam visitado os referidos países e constatado “*justamente o contrário*”. Na mesma página, havia uma reportagem menor, com a manchete “*Estatais chilenas e argentinas foram saneadas antes da venda*”, que dizia que as estatais do ramo da energia desses países haviam passado por um processo de “*enxugamento*”, ou seja, demissão de funcionários.⁴¹¹

Algumas matérias destacavam ainda que as desestatizações garantiriam verbas para uma expansão nos investimentos sociais. É o caso da matéria “*Privatizações darão recursos para hospitais*”, que salientava que o governo municipal carioca iria usar R\$100 milhões obtidos com venda de estatais para melhorar a emergência dos hospitais do Rio de Janeiro.⁴¹²

Além das matérias que prometiam avanços com as desestatizações, havia aquelas que tratavam das empresas já privatizadas e “confirmavam” as previsões otimistas do jornal. A manchete principal “*Privatização livra as empresas das amarras da ineficiência*” era acompanhada de outras menores: “*Acesita – faturamento cresceu 21% no ano passado*”, “*Usiminas – produtividade atinge padrão internacional*”, “*Companhia Siderúrgica Nacional – novos investimentos atingem US\$ 260 milhões*” e “*Companhia Siderúrgica de Tubarão: em 93, o 1º balanço no azul*”. O texto da penúltima dessas manchetes tratava da ruptura pós-desestatização com linguagem semelhante à publicidade empresarial: “*quem vê a CSN hoje nem imagina que a empresa já foi um dos piores exemplos de administração pública no país. Privatizada há dez meses, a companhia começa a voar alto*”. A última das reportagens, sobre a CST, traçava um panorama da nova situação: “*vendas, faturamento e produtividade maiores (...), reajustes salariais de quase 30% em dólar e as inevitáveis demissões – está tudo lá*”. As matérias tratavam da redução do quadro de funcionários de modo tímido, considerando-a inexorável. O tema também aparecia em uma tabela, sob título

⁴¹¹ A privatização era apresentada como “*tábua de salvação*” na reportagem “*Custos fazem porto do Rio naufragar - venda dos cinco terminais fluminenses até o fim do ano pode aumentar eficiência e baratear operação*”. *O Globo*, 19/07/1997.p.27, 28/10/95.p.30, 31/12/93.p.47, 7/7/96.p.41.

⁴¹² *O Globo*, 15/06/1997.p.1.

“Cintura fina após a privatização”, que expunha dados “antes” e “depois” da desestatização referentes a “dívidas” (que caíam) “vendas”, “produtividade” e “lucro” (que subiam). O item “Empregados” revelava queda na quantidade de trabalhadores nas ex-estatais, mas não recebia comentários – exibia-se somente os números.⁴¹³

Matérias deste tipo eram recorrentes, servindo para “comprovar” que as privatizações “davam certo” e que o processo deveria continuar. São os casos das reportagens “Empresas começam a dar lucro após a privatização”, “Vantagem da venda está no ganho de produtividade – setores que saíram do controle do Estado para a iniciativa privada tiveram aumento de eficiência”, “Em um ano, privatização da infra-estrutura atrairá investimentos no valor de R\$ 10 bilhões”, “Siderurgia, privatizada, vai investir US\$ 1,8 bilhão até 96”, “Embraer decola no ‘ranking’ exportador”, “Privatizada, Usiminas agita mercado”, “Embraer registrou seu melhor resultado em trinta anos – lucro líquido da companhia foi de R\$132 milhões, o primeiro desde que a empresa foi privatizada”, “Tarifas [de energia] não vão ter aumento real até o ano de 2004 – Privatização: Ganho de eficiência será repassado ao consumidor”, “Telesp melhora atendimento privatizando alguns serviços”, “Tarifa de celular cai até 89% com a privatização” e “Concorrência já fez tarifas caírem”. A reportagem intitulada “Guerra de tarifas na telefonia celular – Grupos vencedores das áreas 2 e 10 vão cobrar bem menos que as operadoras estaduais” se iniciava sustentando que “a entrada do capital privado no setor de telecomunicações já” estaria “trazendo benefícios ao consumidor”. Explicava que, diferente dos tempos do monopólio estatal, onde as empresas “cobravam os valores máximos fixados pelo Governo Federal”, no “mercado competitivo”, as companhias iriam “rever sua estratégia para não perder clientes”. Em “Privatizada, Light obtém grandes lucros e promete melhoria de serviço em 1998”, afirmava-se que o “consumidor” pagava contas mais caras “para empresa investir em capacitação de pessoal”. A manchete principal “Escelsa, empresa privada e eficiente” era acompanhada de uma outra menor e mais discreta: “Corte de pessoal chegou a 40%”.⁴¹⁴

Ilustrando eficácia da “iniciativa privada”, uma publicação de julho de 1997 tratava da rede ferroviária em duas páginas, cujas manchetes eram “Rede Ferroviária corre agora nos trilhos da modernidade – novos administradores fazem revolução

⁴¹³ *O Globo*, 13/2/1994.p.21 (grifo nosso).

⁴¹⁴ *O Globo*, 13/2/1994.p.1, 26/07/98.p.38, 8/7/96.p.21, 12/03/90.p.21, 09/08/97.p1, 29/06/99.p.34, 25/7/94.p.17, 13/05/98.p.28, 06/04/99.p.27, 22/5/96.p.24, 13/10/92.p.15, 09/08/97.p.21, 18/05/97.p.39, 12/11/95.p.57.

invisível no setor” e “*Na Malha Oeste, trens cumprem horários a preços competitivos – concessionária adapta serviços às necessidades do cliente*”. A primeira manchete era acompanhada de uma frase acima: “*Um ano depois da venda da primeira malha, produtividade e cargas aumentaram e número de acidentes caiu*”. As críticas à desestatização só apareciam nos dois últimos parágrafos da segunda página de reportagens: um sindicalista reclamava de questões de segurança, alegando que os trilhos utilizados eram antigos e inadequados. O texto acrescentava, entretanto, que ele mesmo reconhecia “*que a segurança está entre as prioridades da concessionária*”.⁴¹⁵

Mesmo quando a informação central da reportagem era a dificuldade financeira de alguma ex-estatal, o jornal mantinha sua campanha favorável às privatizações, ressaltando que se tratava de um caso particular em meio a tantas “histórias de sucesso”. O texto que narrava problemas econômicos da Açominas tinha como manchete “*Uma exceção entre as privatizadas*”. O inverso também ocorria: quando *O Globo* noticiava a condição favorável de uma empresa pública, ressaltava o caráter excepcional da situação. A matéria “*Correios, a estatal que funciona no Brasil*”, após lembrar ao leitor que “*estatal é quase sinônimo de ineficiência*”, sustentava que existia “*pelo menos uma exceção à regra: a Empresa Brasileira de Correios*”. O bom desempenho da companhia seria fruto de um sistema de franquia que permitia “*empresários particulares explorarem pontos de venda*”, o que geraria concorrência.⁴¹⁶

Juntamente com as reportagens, os editoriais de *O Globo* proclamavam as benesses da concorrência e da iniciativa privada, sem nada dever às publicações liberais mais panfletárias. Segundo o jornal, o século XX teve forte presença de doutrinas que atribuíam grande papel ao Estado e acusavam o mercado de gerar concentração. Porém, os fracassos do socialismo e dos “*programas assistencialistas*” do Welfare State alteraram o cenário. Diferentes governos, “*independente da orientação ideológica*”, passaram a reduzir o papel do Estado. “*A competição e a livre concorrência no mercado, essenciais ao ser humano,*” ganhavam mais defensores. A “*certeza (...) universal*” de que o “*mercado*” era “*a forma de organização econômica que melhor se ajusta ao mundo moderno*” se tornava mais aceita. “*Quando o mercado funciona*”, as

⁴¹⁵ Havia ainda muitas matérias que destacavam investimentos e novos serviços prestados pelas empresas recém privatizadas: “*Acesita investirá US\$ 175 milhões em três anos*”, “*CSN construirá usina termelétrica no Estado do Rio*”, “*Usiminas vai produzir um novo tipo de aço*”, “*Embraer fecha com American Eagle, o maior contrato de venda da sua história*”, “*Telefônica reduz preços e ATL dá serviços grátis*”, “*Telefônica Celular vai oferecer grátis habilitação para 2ª linha digital*”, “*Telemar Rio estuda redução de preços*”, “*Tele Centro Sul venderá linhas a R\$1 no Paraná*”. *O Globo*, 15/06/1997.p.46 e 47, 30/10/93.p.30, 22/9/94.p.26, 16/3/94.p.28, 18/06/97.p.30, 15/04/99.p.28 e 29.

⁴¹⁶ *O Globo*, 1/2/1995.p.31, 29/8/93.p.46 (grifo nosso).

empresas “são obrigadas a uma busca incessante pela eficiência, o que traz benefícios para o conjunto da economia e para a sociedade como um todo”. O mercado era considerado “um instrumento poderoso no impulso da evolução tecnológica, redução de custos e aperfeiçoamento gerencial”. As políticas liberalizantes estariam fazendo surgir o “Brasil autêntico”, onde a economia era “devolvida a seus próprios agentes, a iniciativa privada”. Até então, a “sociedade livre, dinâmica, competitiva e, assim, rigorosamente igualitária” vinha sendo oprimida pelo “Estado concentrador”, que apenas se interessava em “fortalecer a si próprio”.⁴¹⁷

Diferentes editoriais insistiam, de modo monocórdio, que as desestatizações e a redução dos gastos públicos eram necessários por uma série de razões. Os investimentos privados seriam estimulados, a corrupção e a “barganha política entre governantes, congressistas e o Planalto” entorno das empresas públicas seriam reduzidos, a União, estados e municípios colocariam um fim ao endividamento, equilibrando suas contas e dispondo de recursos para que as políticas “atenuem as desigualdades”. As estatais deviam ser entregues ao “empenho à fiscalização de seus novos donos”, tornando-as “dinâmicas” e menos dependentes do “Erário”. *O Globo* repetia a fórmula que resolveria os problemas nacionais como se fosse um mantra: o “Estado empresarial, pesado e inepto (...) será transformado pela execução de um audacioso programa de privatização”; “A SOLUÇÃO definitiva para o ajuste fiscal do país (...) depende do emagrecimento do Estado”; “onde a máquina emagrece, a sociedade se torna mais próspera”, “é impossível negar prioridade à reorganização das finanças públicas”, “SANEAR as instituições financeiras federais significa incluí-las no programa de privatização”, “A PRIVATIZAÇÃO é uma das raras oportunidades que o país tem para mobilizar investimentos e sanear as finanças públicas”, “A PRIVATIZAÇÃO permite ao país alcançar vários objetivos de uma só vez. Compromete mais os investidores com o setor produtivo, recupera as empresas, fortalece o mercado de ações, democratiza o capital e ainda saneia as finanças públicas, livrando o Tesouro de dívidas onerosas”.⁴¹⁸ Segundo os editoriais do jornal, tais políticas se constituiriam numa “reforma estrutural de relevância”, que traria de volta o que fora usurpado da população: “PRIVATIZAR será devolver ao povo o que é seu”; “Desestatizar é desalienar”. A necessidade de se

⁴¹⁷ Um dos editoriais citados, aquele que trata da falência do socialismo e do Welfare State, recebeu elogios da Associação Comercial do Rio de Janeiro registrados no jornal. *O Globo*, 12/01/1990.p.4, 12/7/94.p.6, 28/06/98.p.6, 18/03/90.p.4, 13/01/90.p.11.

⁴¹⁸ *O Globo*, 14/01/1990.p.4, 8/6/93.p.20, 5/1/94.p.6, 17/01/90.p.4, 03/08/90p4, 5/07/92.p.6, 14/6/94.p.21, 18/07/97.p.6, 14/1/93.p.6, 6/4/93.p.6, 23/10/93.p1, 6/7/94.p.6.

vender as empresas públicas seria incontestado, acima dos debates políticos: “INDEPENDENTEMENTE da ideologia, a privatização tem forte sentido prático”, “o debate ideológico sobre a desestatização já não faz sentido, simplesmente porque não existe outra opção disponível para se reequilibrar as finanças”. *O Globo* se aproximava da máxima de Thatcher (“*there is not alternative*”) ao defender o neoliberalismo: “NÃO há outro caminho à vista para salvar o país da desgraça da inflação”, “A ÚNICA forma verdadeiramente eficaz de solucionar o problema é a privatização”.⁴¹⁹

O fim do monopólio da Petrobrás também era defendido nos editoriais. Afirmava-se que a empresa não tinha recursos necessários para investir em novos campos, que a concorrência criaria parâmetros para a estatal “*se auto-avaliar*” e que a presença estrangeira no setor petrolífero permitia a “*afirmação de soberania*” brasileira, pois demonstraria que o país não se sentia “*vulnerável*” diante daquela.⁴²⁰

Pelo que foi exposto, percebe-se que *O Globo*, atuando como se fosse um veículo que noticiava/retratava a realidade, foi um “partido” do grande capital, difundindo visões de mundo e ideologias convenientes ao projeto neoliberal. Mostrava as desestatizações como um passaporte para a “modernidade”, beneficiando todo o país – daí a privatização ser representada em um gráfico como um dinheiro que se dirigia ao Brasil. A racionalidade do capital – e sua busca por “produtividade” e maximização dos lucros – era estendida para o conjunto da sociedade. As matérias registavam o crescimento da lucratividade das ex-estatais como se toda coletividade fosse beneficiada, colocando em segundo plano que tal processo era acompanhado de demissões, terceirizações e aumento da exploração sobre a força de trabalho. Não por acaso, a redução do número de trabalhadores nas empresas privatizadas recebia pouco espaço nos textos, além de ser considerada “inevitável”.

A concorrência entre as empresas era vista como uma saudável forma de prestar bons serviços a preços reduzidos e agradar aos “consumidores”. Algumas matérias utilizavam uma linguagem tão apologética da “iniciativa privada” que se assemelhavam à publicidade das próprias empresas – daí manchetes como “Consumidor será principal beneficiado” e “Rede Ferroviária corre agora nos trilhos da modernidade”. Ao difundir o credo no “mercado”, o jornal tendia a destacar o universo do consumo – cujo bilhete

⁴¹⁹ Um editorial considerava que o “*ajuste de contas*” era “*parte da política social*”. Outro, porém, considerava-o “*doloroso*”. *O Globo*, 21/2/1994.p.6, 22/02/90.p.4, 18/03/90.p.4, 23/11/95.p.6, 13/10/95.p.6, 15/12/94.p.1, 14/06/98.p.6, 05/11/98p.6, 9/8/93.p.6, apud FIORI, José Luís. *60 lições...*op.cit.p.75.

⁴²⁰ Alguns editoriais eram mais agressivos, como o que indaga: “*Quanto paga o povo brasileiro para sustentar esse monopólio [da Petrobrás]?*” *O Globo*, 23/09/1993.p.6, 8/3/94p.6, 4/4/92.p.6.

de entrada é o dinheiro, concentrado nas mãos de uma minoria – em detrimento da cidadania e da universalização dos direitos (que, em tese, não são mercantilizados). E descartava certas temáticas, como a formação/fortalecimento de monopólios e conglomerados empresariais, cuja expansão era facilitada pelas políticas liberalizantes. O periódico também não ressaltava o fato de que o capital se concentra em nichos de maior poder aquisitivo, oferecendo seus produtos e serviços a quem pode pagar. O fato das empresas necessitarem vender mercadorias constantemente, gerando produtos cada vez mais descartáveis, em contradição com o meio ambiente, não foi mencionado. Críticas às privatizações eram raras e, quando tinham espaço nos textos, não ganhavam destaque, costumando aparecer nos parágrafos finais das reportagens (e ainda rebatidas pelos defensores do processo) – este foi o caso das matérias sobre as desestatizações do estado do Rio e sobre a venda das ferrovias federais, como vimos acima.

Os editoriais, parte abertamente opinativa do jornal, eram ainda mais agressivos e panfletários na defesa da “concorrência”. Sustentavam que o “mercado” era a melhor maneira de organizar a sociedade, garantindo mais “igualdade”, ignorando a enorme concentração de renda que marca as sociedades capitalistas. Alegavam que a venda de empresas públicas garantiria maiores investimentos sociais, embora os recursos do orçamento federal para educação e saúde continuassem exíguos.⁴²¹ Preconizavam que as privatizações eram “reformas estruturais” que “devolviam ao povo o que era dele”, falseando a realidade: as desestatizações não alteravam a estrutura social brasileira, muito menos “entregavam” as estatais ao “povo”. Na verdade, tornavam a propriedade dos meios de produção ainda mais monopolizadas. Os editoriais repetiam que as políticas privatistas “equilibrariam as contas públicas” e tornariam as empresas menos dependentes do “Erário”, embora as dívidas interna e externas prosseguissem se expandindo e o BNDES e outros órgãos públicos continuassem financiando os proprietários das ex-estatais.

Os editoriais sustentavam “objetivamente” que as políticas neoliberais eram “a única alternativa” para o país; aqueles que discordavam agiam “ideologicamente”. O jornal utilizava o mais ideológico dos argumentos: afirmar que não era ideológico, diferentemente dos adversários. Como resalta Leandro Konder, a ideologia é um horizonte de pensamento, um condicionamento à percepção da realidade, uma forma de

⁴²¹ Os recursos do orçamento federal em saúde passaram de 4,8% em 1995 para 3,9% em 2001. O mesmo período, o percentual destinado à educação passou de 3% para 2%. LESBAUPIN, Ivo e MINEIRO, Adhemar. *O desmonte da nação...op.cit.p.40.*

ver o mundo. Ao insistir que a desestatização era a única opção para o país, *O Globo* excluía de antemão perspectivas contra-hegemônicas e estreitava o debate político. Como veremos a seguir, o periódico deu amplo espaço para figuras que compartilhavam seus valores favoráveis ao neoliberalismo.⁴²²

3.5: Vozes presentes em *O Globo*

Nesta parte do terceiro capítulo, iremos tratar das figuras que tiveram espaço cativo em *O Globo*, sejam como colunistas, entrevistados ou fontes das reportagens, cujos pontos de vista apareciam ao longo dos textos. Por estarmos pesquisando as privatizações, verificamos os indivíduos ou associações da sociedade civil mais presentes na seção de economia do jornal.

Iniciaremos pela seção de colunistas – que apareciam principalmente na página quatro e, após uma reforma do jornal em meados da década, na página seis – onde também se localizava uma parte dos editoriais. Em virtude da dimensão razoavelmente extensa de nossa pesquisa – de 1989 a 2002 – optamos por não analisar os comentários dos articulistas do periódico, mas apenas realizar um levantamento das figuras convidadas a escrever em *O Globo*, de forma regular ou esporádica. É importante ressaltar que não listamos todos os colunistas ou entrevistados do recorte temporal em questão – trata-se de um levantamento ilustrativo. A partir deste arrolamento, montamos duas tabelas colocadas nos anexos desta tese.

Na Tabela 3, listamos cerca de 255 colunistas que escreveram no jornal ao longo do período analisado. Na exposição dos articulistas, nos preocupamos em discernir aqueles que escreviam regularmente e aqueles convidados em caráter excepcional. Estes últimos receberam maior atenção, pois quase todos não eram jornalistas e, ao final dos textos, seus nomes eram acompanhados de uma apresentação de quem eram: médicos, advogados, empresários, presidentes de determinadas associações da sociedade civil, etc. Nesse sentido, nosso objetivo era verificar quais figuras eram convocadas a escrever em *O Globo*.

Não foi nossa pretensão fazer um levantamento completo de todos os colunistas – a partir de meados dos anos noventa, a página seis contava com cerca de cinco articulistas diários. Assim, realizamos uma amostragem dos colunistas convidados,

⁴²² KONDER, Leandro. *A questão da...* op.cit.p.223. Como vimos no Capítulo 1, Konder defende essa noção de ideologia a partir do livro “18 Brumário de Luís Bonaparte”, de Karl Marx.

privilegiando aqueles que pertenciam a entidades da sociedade civil vinculadas às classes dominantes ou aos grupos sociais subalternos.

O levantamento demonstra um incontestado predomínio de representantes das mais variadas frações das classes dominantes na seção de colunistas. Frequentavam as páginas de articulistas, os presidentes ou outros importantes membros de diversas associações empresariais, financeiras e ruralistas, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), o Fórum Nacional, a Confederação Nacional de Transportes, a Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica, Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica, a Associação Nacional dos Usineiros, a Confederação Nacional do Comércio, a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, a Associação Comercial do Rio de Janeiro, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, a Federação Nacional das Seguradoras, a Associação de Fundos de Pensão de Empresas Privadas, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira, a União Democrática Ruralista (UDR), a Federação Brasileira de Exportadores de Café, a Associação dos Países Produtores de Café, a Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos, a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação, a Associação Brasileira de Shopping Centers, a Associação Brasileira de Supermercados, a Federação Interestadual das Escolas Particulares, dentre outras.

Além de figurarem como integrantes de agremiações, muitos articulistas eram descritos simplesmente como “empresários” ou “consultores de empresas”. Outros eram identificados pela companhia na qual atuavam, como Emílio Odebrecht, presidente da Odebrecht S.A., Jean Rozwadowski, presidente da American Express do Brasil, Paulo Mallmann, diretor-financeiro do Banco Industrial e Comercial S.A., Roberto V. do Valle, vice-presidente sênior do Citibank e Bernard Menciaer, Superintendente do Banco Credit Commercial de France. O arrolamento revela uma grande presença de figuras ligadas ao capital financeiro, nacional e internacional.

Muitos representantes da sociedade política, como deputados, senadores, governadores, ministros e presidentes da República, escreviam artigos em *O Globo*. Os partidos políticos com maior presença tinham caráter conservador, com trajetórias vinculadas à ditadura militar e eram estreitamente ligados às classes dominantes, como o Partido Democrático Social (PDS), o PFL (Partido da Frente Liberal), o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e o Partido Liberal (PL). O PSDB foi ganhando mais

espaço ao longo dos anos 90, à medida que se demonstrava mais “confiável” aos setores dominantes. Trataremos dos colunistas petistas e pedetistas mais adiante.⁴²³

Cabe destacar os colunistas integrantes de agências estatais, como os Correios, Banco do Brasil, Previ, Caixa Econômica Federal, Banco Central e BNDES. Alguns destes eram ligados diretamente às privatizações, como Luiz Crysostomo, presidente da Comissão de Divulgação do Programa Nacional de Desestatização, Paulo Libergott, chefe do Departamento de Operações de Desestatização do BNDES, Alberto Goldman, deputado federal (PSDB) e relator da Lei Geral das Telecomunicações, Roberto Lima Netto, presidente da CSN e Marco Aurélio Alencar, secretário estadual de Fazenda do Rio de Janeiro.⁴²⁴

O coro privatista era potencializado por articulistas vinculados às instituições como as Faculdades de Economia da PUC e da FGV, Banco Mundial e Instituto Liberal. O economista Roberto Campos e o filósofo Olavo de Carvalho, anticomunistas e radicais defensores da “economia de mercado”, eram colunistas regulares do jornal.⁴²⁵

Nosso levantamento de colunistas iniciou-se a partir de outubro de 1989, momento em que o jornal fazia a cobertura das eleições presidenciais. Naquele contexto, os articulistas não-regulares eram *exclusivamente* integrantes das diversas frações de classe dominante. A única exceção era Luiz Antônio Medeiros, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que mais tarde fundaria a Força Sindical. Como vimos na Introdução desta tese, Medeiros era uma figura que dispunha de confiança entre os empresários e defendia o neoliberalismo. Dentre os regulares, somente Aloysio Biondi destoava – tratava-se de um jornalista especializado em economia que era crítico do neoliberalismo e mais tarde publicaria dois livros críticos das privatizações.⁴²⁶

Com o passar dos primeiros anos da década de noventa, as páginas de articulistas deixavam de ser monopolizadas por membros de partidos conservadores e representantes das classes dominantes em geral. Alguns integrantes do PT passaram a escrever alguns textos no jornal e o filósofo marxista Leandro Konder tornou-se

⁴²³ Representantes da sociedade política dos EUA, como presidentes da República e secretários de Estado, também figuravam como colunistas do jornal.

⁴²⁴ Figuras internacionais ligadas ao neoliberalismo, como Domingo Cavallo, ex-ministro da Economia da Argentina, também escreveram colunas no jornal.

⁴²⁵ Não pretendemos sugerir que as faculdades de economia das referidas instituições atuem como blocos monolíticos favoráveis ao neoliberalismo. Porém, cabe destacar que a boa parte dos seus representantes que escreviam em *O Globo* eram simpáticas à desestatização.

⁴²⁶ O espaço dado a Medeiros será visto no próximo capítulo. As publicações de Biondi foram bastante utilizadas neste capítulo 3. Ver: BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...op.cit* e BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado II...op.cit*.

colunista regular. O processo se consolidou na metade da década, quando o periódico passou por uma reforma, tornando o conjunto de comentaristas um pouco mais eclético. Paralelamente, alguns editoriais de *O Globo* passaram a ser acompanhados por uma coluna chamada “Outra Opinião”, onde eventualmente escreviam representantes de organizações das classes trabalhadoras e ativistas de esquerda em geral. Nesse sentido, certos editoriais favoráveis às privatizações recebiam uma contraposição, geralmente de sindicalistas contrários à desestatização. Porém, cabe destacar que o espaço “Outra Opinião” não era diário, tampouco era ocupado exclusivamente pelas esquerdas: alguns empresários também escreviam textos, como Luiz Fernando Furlan, presidente do Conselho de Administração da Sadia, e Mário Bernardini, vice-presidente do Centro das Indústrias de São Paulo.

Escreveram textos no jornal integrantes do PT, como Jorge Bittar, Benedita da Silva, Aloizio Mercadante, Chico Alencar, José Dirceu e José Genuíno, além de nomes identificados com as esquerdas, como Oscar Niemeyer, Frei Betto, Maria da Conceição Tavares e Emir Sader (este último foi articulista regular do periódico). Nossa pesquisa localizou alguns casos raros de colunas escritas por membros da CUT e do MST. No espaço “Outra Opinião”, fizeram comentários representantes de entidades como o Sindicato dos Bancários, a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações, a Sinttel-Rio, a Associação dos Empregados de Furnas, a Associação Nacional dos Funcionários do Sistema Integrado Banerj, a Federação das Entidades dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, a Associação Docente da USP, o Clube de Engenharia, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o MST, o PT e o PDT.

Inegavelmente, as páginas de colunistas de *O Globo* se tornaram um pouco mais pluralistas com o passar dos anos noventa. A nosso ver, tais alterações configuravam uma estratégia do jornal para obter uma imagem mais “democrática” e “pluralista”. Mantendo somente comentaristas da FIESP, do PFL ou de associações congêneres, o periódico não poderia ampliar o número de leitores, “tomar” assinantes do *Jornal do Brasil* e tampouco se declarar “imparcial”. Ademais, em 1992, Fernando Collor – a quem as Organizações Globo tinham a imagem associada – sofreu processo de *impeachment* por causa de episódios de corrupção, tornando necessária uma certa remodelação do jornal. Ao mesmo tempo, o PT vinha sofrendo alterações, abrandando suas críticas ao capitalismo, o que o tornava mais “tolerável” e passível de ter seus representantes escrevendo artigos no periódico. Além disso, a presença de nomes

ilustres, ainda que de correntes políticas adversárias, como Oscar Niemeyer, Frei Betto e Maria da Conceição Tavares conferiam maior respeitabilidade ao jornal. Finalmente, cabe ressaltar também que *O Globo* promovia uma forma de engajamento distinta daquela proposta por entidades como a CUT e o MST: a filantropia e a filiação às ONGs. Não por acaso, escreveram colunas alguns integrantes da Comunidade Solidária, da Fundação Roberto Marinho e do Viva Rio.

Destarte, embora a seção de colunistas tenha ganhado, de fato, um pouco mais de diversidade, os representantes das classes dominantes continuaram com um espaço muito mais amplo no jornal, tanto nas páginas de articulistas quanto em outras partes do jornal, como veremos a seguir.

Além das colunas assinadas, havia basicamente outras duas formas de *O Globo* dar voz a determinadas figuras: através de entrevistas ou de matérias que, embora não fossem compostas de perguntas e respostas, tinham como base declarações de determinadas personalidades. Como nosso objeto eram as privatizações, analisamos as figuras mais recorrentes da seção de “economia”.

A Tabela 4 (colocada nos anexos), referente às entrevistas, demonstra o mesmo padrão das colunas: supremacia de representantes do capital, destacando-se alguns banqueiros. Foram entrevistados pelo jornal representantes da Shell do Brasil, Fiat, Xerox, Federal Express, Vicunha, Grupo Ipiranga, Itaú, Bradesco, Banco Pactual, Banco Merrill Lynch, Deutsche Bank, Goldman Sachs, Banco de Tóquio, Export-Import Bank of Japan, além de presidentes de associações como Febraban e Associação Brasileira das Instituições do Mercado Aberto.

As falas dos integrantes dessas empresas, em sua maioria transnacionais, eram reforçadas por declarações de membros de instituições, nacionais ou internacionais, que eram formuladores/defensores das prescrições do “Consenso de Washington”, como FMI, Bird, Faculdades de Economia da FGV, PUC e USP.

Indivíduos diretamente ligados às privatizações, como empresários, membros da sociedade política (especialmente das equipes econômicas dos governos) e de agências estatais freqüentemente eram entrevistados pelo jornal. São os casos de Benjamin Steinbruch (presidente do Conselho de Administração da CSN), Carlos Alberto Vieira (presidente do consórcio BCP, vencedor da licitação da banda B de São Paulo), Pérsio Arida (Banco Opportunity), Elena Landau (diretora de desestatização do BNDES), Eduardo Modiano (presidente do BNDES), Luiz Carlos Mendonça de Barros

(presidente do BNDES), Pedro Malan (Ministro da Fazenda), Zélia Cardoso (Ministra da Economia), dentre outros.⁴²⁷

Entrevistas com figuras críticas ao neoliberalismo eram extremamente esporádicas. Nosso levantamento registrou entrevistas com petistas, como Aloizio Mercadante e Luiz Inácio Lula da Silva, além de nomes identificados com as esquerdas e com o próprio PT, como Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado e Francisco de Oliveira. João Pedro Stédile (MST) e Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (CUT), foram uns dos poucos exemplos de entrevistados de entidades vinculadas às classes trabalhadoras fora do universo parlamentar (não considerando Medeiros como representante dos grupos subalternos).

Como já observamos, as entrevistas referentes às privatizações e ao neoliberalismo em geral se localizavam na parte de “economia” do jornal. Também se localizava nesta seção a cobertura das greves de importância nacional, o que – em tese – deveria estimular maior número de entrevistas com sindicalistas no “caderno de economia”. Não foi este o caso, demonstrando que os representantes das associações das classes trabalhadoras não dispunham de espaço em *O Globo* para manifestar seus pontos de vista.

Além das entrevistas, muitas manchetes e textos se baseavam em declarações de determinadas personalidades, como figuras dos governos analisados e principalmente “economistas”. As aspas para estes profissionais são utilizadas na tese porque o termo tende a evocar uma imagem de especialistas/acadêmicos/estudiosos “neutros” de “economia”. Porém, a maior parte desses “economistas” tinha profundos vínculos com o universo empresarial, especialmente com o capital financeiro.⁴²⁸ Ademais, os “economistas” ouvidos por *O Globo*, embora pretendessem apresentar suas avaliações

⁴²⁷ Figuras latino-americanas identificadas com o neoliberalismo e com as privatizações, como presidente mexicano Carlos Salinas e o Ministro da Economia Domingo Cavallo, também foram entrevistadas.

⁴²⁸ O uso de aspas para se referir aos “economistas” nesta tese se aproxima da preocupação de René Dreifuss em não utilizar o termo “tecnocratas” em seu clássico estudo sobre o golpe civil-militar de 1964. Para o autor, era preciso ressaltar os vínculos daquelas figuras com o capital, daí a preferência pela expressão “técno-empresários”: “a qualificação e perícia dos profissionais (denominados técnicos ou tecnocratas após 1964) como economistas, engenheiros, administradores etc. não deveriam obscurecer o fato de que esses homens ocupavam cargos nas diretorias das grandes companhias. Esses agentes sociais serão doravante designados como tecno-empresários para enfatizar suas funções empresariais...” DREIFUSS, René. 1964...op.cit.p.72.

como científicas e objetivas, tendiam a eternizar as relações de produção capitalistas, assumindo-as aprioristicamente.⁴²⁹

Um dos “economistas” que mais dispôs de espaço no jornal foi Roberto Campos: era colunista regular, concedia seguidas entrevistas e ganhava diversas matérias baseadas em seus pontos de vista, como “*Campos defende venda da Embratel e das telefônicas*” e “*Campos: venceu o capitalismo democrático*”. Mario Henrique Simonsen também era permanentemente consultado pelo periódico, como em “*Simonsen apóia liberação total das importações de automóveis*”. João Paulo Reis Velloso, integrante do Fórum Nacional, importante formulador do projeto neoliberal, era tema usual de reportagens: “*Velloso pede flexibilização do monopólio*” e “*Fórum Nacional debate os caminhos da estabilização*”.⁴³⁰

Pouco antes da posse de Collor e no início de seu governo, eram figuras cativas de *O Globo* os “economistas” Eduardo Modiano, nomeado presidente do BNDES, que comandaria as primeiras privatizações dos anos noventa, Zélia Cardoso, Ministra da Economia, e Daniel Dantas. Este último não integrou diretamente o governo Collor, mas era muito próximo de sua equipe econômica e, mais tarde, seria um importante ator das privatizações. As propostas de Dantas para o país eram locadas em primeiro plano pelo periódico: “*Dantas prega choque de seriedade*”, “*Dantas: plano econômico tem que combater a corrupção*” e “*Dantas dá receita contra a inflação*”. Nesta última reportagem, havia uma foto do “economista” com a frase abaixo: “*Dantas fala com firmeza sobre problemas da economia brasileira*”.⁴³¹

Com o passar da década, ganharam evidência outros “economistas”, a maioria integrante do governo Fernando Henrique Cardoso, como Edmar Bacha (Assessor do Ministério da Fazenda), Gustavo Franco (presidente do Banco Central), Pêrsio Arida

⁴²⁹ Para uma análise crítica da forma como os “economistas” formulam suas teorias, ver: MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

⁴³⁰ A reportagem de capa “*Economistas propõe um choque ortodoxo*” ilustra a importância dada pelo jornal aos projetos formulados pelo Fórum Nacional. No primeiro parágrafo, afirmava-se: “*reunidos ontem no Fórum Nacional ‘Perspectivas do Brasil no Próximo Governo’, organizado pelo ex-Ministro Reis Velloso, vários economistas disseram que o próximo Governo terá que dar cabo à inflação através de medidas ortodoxas, combinando ajustes monetário e fiscal, com forte tempero liberal*”. *O Globo*, 24/12/1990.p.3, 6/2/95.p.32 e 2/03/92.p.15, 6/2/95.p.32, 24/6/92.p.18, 4/01/90.p.1. Sobre o Fórum Nacional, ver: SILVA, Carla. *Veja...op.cit.*

⁴³¹ Até mesma as propostas de Daniel Dantas voltas para a educação mereciam destaque de *O Globo*: “*Dantas propõe a Collor ensino informal*”. A matéria assim se iniciava: “*O ensino no Brasil pode ser parcialmente privatizado, sem prejuízo da população das classes menos abastadas, se o Governo se limitar a realizar a função de coordenador do sistema de ensino público. Para isso, não são necessários maiores gastos na construção de escolas, mas redirecionar os recursos para viabilizar um sistema mais informal de educação. Estas são as idéias do economista Daniel Dantas*”. *O Globo*, 8/01/1990.p.16, 6/01/90.p.20, 5/01/90.p.21, 9/01/90.p.22.

(presidente do Banco Central), Luiz Carlos Mendonça de Barros (presidente do BNDES e Ministro das Comunicações), Armínio Fraga (diretor e presidente do Banco Central) e Pedro Malan (Ministro da Fazenda). Eis alguns exemplos de manchetes cujos eixos eram as declarações destes indivíduos: “*Bacha defende privatização acelerada*”, “*Gustavo Franco defende venda da Petrobrás e do Banco do Brasil*”, “*Franco: o futuro está nas mãos do setor privado*”, “*Arida defende privatização dos bancos estaduais*”, “*Armínio prevê recessão menor do que a acertada com FMP*”, “*Malan diz que o setor público, como está, se torna inviável*” e “*Malan: privatização não é questão ideológica – Ministro acentua que venda reduz gastos*”.⁴³²

As declarações dos presidentes da República também eram destacadas pelo jornal, geralmente nas capas: “*Collor promete Brasil moderno*”, “*Collor, na TV, defenderá Brasil Moderno*”, “*Fernando Henrique: ‘No Brasil, Estado não serve à maioria’*”, “*FH: monopólios freiam a economia*”, “*FH: reformas são apelo da sociedade*”, “*Fernando Henrique: Sem reforma faltarão recursos para governar*”, “*Fernando Henrique critica ‘vozes das cavernas’*” e “*Fernando Henrique: Lula não tem projeto de governo*”.⁴³³

As entrevistas e as matérias baseadas nas declarações de certas figuras eram oportunidades para o jornal colocar em destaque as falas dos depoentes – na própria manchete ou em alguma outra parte da página – que reforçavam a campanha antiestatista de *O Globo*. Assim, por exemplo, as entrevistas com Eduardo Gionnetti, economista da USP, e com Walter E. Willians, economista norte-americano, tinham como manchetes, respectivamente, “*Fraudes nascem do descontrole do setor público*” e “*Tudo o que o governo produz custa mais*”. Os títulos de algumas reportagens seguiam o mesmo diapasão: “*Prêmio Nobel [economista Gary Becker] defende Estado Menor*”, “[Renato] Archer [presidente da Embratel] acha essencial rever o papel do Estado” e “Ozires Silva [ex-presidente da Embraer]: ‘Governo é um acionista incômodo’”.⁴³⁴

⁴³² Também poderiam ser mencionados como comentaristas de “economia” com presença freqüente em *O Globo*: Affonso Pastore (USP, FGV, ex-presidente do Banco Central e membro do Grupo de Administração do Grupo Gerdau), João Márcio Camargo (PUC-RJ), Marcílio Marques Moreira (ex-Ministro da Economia, banco Merrill Lynch) e Carlos Longoni, (FGV, ex-presidente do Banco Central). GOMES, Luiz Marcos. *Os homens...* op.cit., *O Globo*, 20/9/1994.p.22, 11/06/97.p.21, 1/7/96.p.23, 14/12/94.p.1, 03/04/99.p.1, 27/06/97.p.25, 07/07/98.p.22.

⁴³³ *O Globo*, 31/12/1989.p.1, 01/02/90.p.1, 20/03/97.p.1., 11/2/95.p.5, 20/3/95.p.3, 2/7/97.p.1, 09/08/97.p.3, 20/05/98.p.3.

⁴³⁴ *O Globo*, 30/03/1997.p.23, 12/9/93.p.3, 24/3/94.p.22, 31/12/93.p.47, 8/11/90.p.23.

Os funcionários públicos eram duramente criticados através da fala de algumas figuras governamentais, realçadas pelo jornal: *“Alguns funcionários e dirigentes se transformaram em cupins, que devoram as empresas por dentro”* (Alex Stepanenko, Ministro do Planejamento), *“A estabilidade é ruim, o funcionário acha que pode sentar e não fazer nada”* (Paulo Cesar Ximenes, presidente do Banco do Brasil), *“Um país faminto, um país miserável, sustenta uma casta de privilegiados com dinheiro do povo”* (Romildo Canhin, ministro-chefe da secretaria de Administração Federal), *“Canhin: há salários imorais no setor público”*, *“Canhin diz que salários de marajás revoltam a sociedade”*, *“Ministro [do Planejamento, Aléxis Stepanenko] diz que vai ‘dedetizar’ as estatais”*, *“[Antônio] Magri [Ministro do trabalho]: demissão de servidor ocioso será imediata”*, *“Ozires [Silva, Ministro da Infra-estrutura]: burocratas são a pior elite do país”* e *“[João] Santana [Secretário de Administração]: ‘Ou demitimos, ou cancelamos programas sociais’”*.⁴³⁵

As entrevistas e algumas matérias também serviam para *O Globo* colocar em relevo declarações favoráveis às privatizações: *“‘Privatizar não vai ferir a soberania’”*; *“‘Com a transferência das telecomunicações para o setor privado, a maior competição e a criação de serviços e empresas vão gerar empregos e ativar a economia’”* (Antônio Botelho, coordenador do programa de Ciência, Tecnologia e Sociedade do Massachusetts Institute of Technology), *“‘A privatização está acima das ideologias’”*; *“‘A privatização tem um papel crucial no plano de estabilização da economia’”*; *“‘Queremos um Estado que deixe de ser empresário para cuidar da educação e saúde’”* (Elena Landau, diretora de desestatização do BNDES), *“‘Privatização é o melhor investimento’”* (Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do BNDES); *“Em vários países ficou provado que o fim do monopólio é vantagem para a população”* (Jeffrey Sachs, economista de Harvard), *“Guy Sorman [cientista social francês]: privatização pode acabar com a pobreza no país”*, *“[Eduardo] Modiano [presidente do BNDES] defende o uso de ‘moedas podres’”*, *“Modiano: desestatização é uma saída para a dívida estadual”*, *“Hélio Garcia [governador de Minas Gerais] faz defesa contundente da desestatização”*, *“[Sérgio] Motta [Ministro das Comunicações] diz que telefonia deve ser financiada pelo setor privado”*, *“Presidente da Petrobrás [Eduardo Teixeira]*

⁴³⁵ Matérias regionais seguiam o mesmo princípio de dar voz aqueles que defendiam a demissão de funcionários públicos: *“Estado do Rio vive grave crise financeira - Para Secretário do Planejamento [Marco Aurélio Alencar], solução seria demitir 90 mil funcionários”*. *O Globo*, 15/1/1994.p.20, 19/2/95.p.54, 30/9/93.p.29, 8/1/94.p.21, 15/1/94.p.1, 22/12/96.p.23.

defende fim do monopólio”, “[José] Serra [Ministro do Planejamento]: *venda é a única solução [da RFFSA]*” e “*Marcílio [Marques Moreira, Ministro da Fazenda]: venda da Usiminas facilitará negociação da dívida*”.⁴³⁶

Cabe ainda destacar o espaço que *O Globo* destinava aos porta-vozes de organismos internacionais na seção de economia: “[Henrique] Iglesias [presidente do Bid]: *Brasil está no rumo certo*”, “*Bird: monopólio do petróleo deve acabar*”, “*Economistas do Bird defendem globalização – abertura de mercados reduz pobreza, diz estudo de dois técnicos do Banco Mundial com dados de 80 países*”, “*FMI apóia a política de Marcílio*”, “*FMI critica descontrole fiscal no país*”, “*OMC elogia política comercial do Brasil – No entanto, a organização diz que país ainda precisa liberalizar mais*” e “*Banco Mundial ensina receita da privatização*”. Nesta última matéria, descrevia-se um documento elaborado pelo Banco Mundial com recomendações aos governos que pretendessem implementar políticas de desestatização.⁴³⁷

Já as matérias embasadas em declarações de personalidades vinculadas às esquerdas e à crítica ao neoliberalismo eram incomuns. Nossa pesquisa encontrou apenas reportagens com Celso Furtado, como “*Furtado: Brasil pode ficar ingovernável – Para economista, globalização acirra a concentração de renda e a exclusão social*” e “*Celso Furtado ataca dependência*” – e com Maria da Conceição Tavares - “*Conceição acusa Plano de favorecer usineiros*”.⁴³⁸

Muitas matérias que expunham críticas às privatizações não eram fundamentadas em depoimentos de figuras ligadas às classes subalternas ou às esquerdas em geral, mas sim de integrantes de frações das classes dominantes descontentes com determinados aspectos do programa. Daí reportagens como “AD-

⁴³⁶ *O Globo*, 24/5/1992.p.45, 20/3/94.p.42, 27/1/95.p.23, 3/9/92.p.29, 16/07/96.p.7, 24/10/90.p.1., 7/6/93.p.16, 18/10/91.p.21, 25/1/95.p.21, 31/10/95.p.27, 17/10/91.p.32

⁴³⁷ Muitas matérias ressaltavam o caráter “benevolente” dos organismos internacionais: “*Assessora do Bird já negocia no Brasil apoio a programas sociais*”, “*FMI e Banco Mundial querem ajudar o Brasil a vencer a crise*”, “*BID está de novo disposto a financiar projetos no país*”, “*Brasil terá US\$4,5 bilhões do Banco Mundial para projetos sociais*” e “*Pobreza toma lugar da dívida externa na reunião do BID*”. Esta última matéria se iniciava da seguinte forma: “*o problema da dívida externa já está fora da agenda da reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Passou a ser problema menor, nas palavras do presidente da instituição, Enrique Iglesias*”. Já em outras manchetes, estas instituições apareciam de modo um pouco mais realista: impondo certas políticas: “*BID exige novo aumento de energia para liberar recursos*”, “*FMI e americanos cobram de Marcílio maior rigor fiscal*” e “[Michel] Camdessus [diretor-gerente do FMI]: *sem o ajuste fiscal, Brasil não terá recursos do FMI*”. *O Globo*, 6/6/1990.p.23, 20/9/90.p.29, 07/06/2000.p.33, 7/6/92.p.14, 31/1/94.p.52, 02/11/2000.p.22, 16/9/92.p.25, 23/02/90.p.5, 18/10/91.p.24, 7/05/90.p.12, 04/11/2002.p.1, 5/4/92.p.43, 10/11/90.p.26, 28/4/92.p.23, 9/6/92.p.21.

⁴³⁸ Também poderia ser mencionada a matéria “*Jeffrey Sachs [economista da Universidade de Harvard] critica rigidez do FMI*”. Matérias sobre a CUT serão tratadas no próximo capítulo. *O Globo*, 23/06/1998.p.27, 09/06/2000.p.26, 30/4/93.p.22, 26/10/93.p.24.

Rio[Áreas Químicas e de material Elétrico não metálico do Rio]: *privatização ameaça pólo de Itaguaí*”, “*Eliezer [Batista, Secretário de Assuntos Estratégicos] é contra a transferência da Vale ao setor privado*”, “*Ipiranga é contra a privatização da BR*”, “[Renan] *Calheiros [vice-presidente da Petroquisa] critica privatização na petroquímica*”, “[Alberto] *Goldman [Ministro dos Transportes] critica atuação do BNDES na privatização*”.⁴³⁹

A análise das páginas de colunistas, das entrevistas e das matérias baseadas em declarações de determinadas figuras atesta que *O Globo*, apesar de se declarar “imparcial”, concedia amplo espaço para os representantes de diferentes frações do capital manifestarem seus pontos de vista. Um considerável número de integrantes de associações empresariais, financeiras e ruralistas tinha voz assegurada no jornal. Não raro, muitos indivíduos convocados a dar depoimentos ao jornal tinham ligação direta com o processo de privatização.

Em especial, o jornal destacou repetidamente a fala de alguns “economistas” afinados com o projeto privatista – boa parte deles já havia participado ou participava das equipes econômicas dos governos federais (como Ministério da Fazenda ou Ministério do Planejamento) e/ou chefiando agências estatais (como BNDES e Banco Central). Nesse ponto, *O Globo* se baseava no que Marilena Chauí chama de “ideologia da competência”, que determina aqueles que tem o direito de falar sobre certos temas por serem detentores de um saber e aqueles que, desprovidos de conhecimento, devem escutar (e obedecer). Os indivíduos que o jornal procurava consolidar como “personalidades autorizadas” seriam especialistas no campo da “economia” – daí manchetes como “*Especialistas pedem urgência nas privatizações*”, “*Técnicos discutem nos EUA a ‘economia do populismo’*” e “*Economistas sugerem liberalização mais ampla*”.⁴⁴⁰

O que não era ressaltado pelo jornal é que muitos desses “economistas” eram também empresários e/ou banqueiros, articulados com o capital transnacional e financeiro – boa parte deles é citada na Tabela 1 no início deste capítulo, onde destacamos justamente a proximidade daquelas figuras com o capital. Não raro, muitos desses “técnicos” tinham interesses diretos nas privatizações, atuando tanto no aparelho

⁴³⁹ *O Globo*, 15/08/1990.p.27, 21/5/92.p.33, 19/5/92.p.25, 8/6/93.p.26, 24/10/93.p.47.

⁴⁴⁰ CHAUI, Marilena. *Simulacro e...*op.cit, *O Globo*, 15/2/1995.p.25 e 19/05/90.p.3, 24/9/94.p.30. (grifos nossos).

de Estado quanto nas companhias que compravam as empresas públicas.⁴⁴¹

O jornal também concedia grande espaço para os “*experts*” de organizações internacionais, como FMI e Banco Mundial (BM), recomendarem o receituário neoliberal, reforçando sua influência intelectual e ideológica. Tal como os “economistas”, estas instituições apareciam como detentoras de um saber referente à “economia”, cujos pareceres mereciam respeito. Porém, nenhuma linha de *O Globo* destacou a ascendência norte-americana sobre esses organismos mundiais – os EUA tem influência decisiva na formulação das pautas do FMI e do BM, além de disporem de poder de veto. Além disso, pouca atenção foi dada ao fato destas instituições exercerem pressão pela adoção de políticas liberalizantes em várias partes do mundo – como vimos na introdução desta tese, a concessão de empréstimos e/ou renegociações de dívidas eram acompanhadas de “condicionalidades”, ou seja, do compromisso em se seguir o *script* neoliberal.⁴⁴²

Ao mesmo tempo, *O Globo* concedeu pouquíssimo espaço para as visões de mundo contra-hegemônicas. Em comparação com as associações empresariais, os grupos sociais subalternos ganharam um reduzido número de colunas e de matérias para exporem seus pontos de vista. Já o PT passou a dispor de mais oportunidades para manifestar seus posicionamentos políticos – a maior presença de petistas ocorria, não por acaso, no momento em que o partido moderava seu discurso. As críticas mais frequentes não partiam das esquerdas, mas de frações das classes dominantes insatisfeitas com alguns aspectos do programa neoliberal.

Ao convocar “personalidades” para prestar declarações, *O Globo* evidentemente não estava interessado em expor vozes contra-hegemônicas. O jornal concedia espaço para figuras, destacando suas falas, que reforçariam a campanha de convencimento e adesão ao projeto neoliberal – daí o elevado número de manchetes e matérias cujos eixos centrais eram declarações de indivíduos exaltando a “iniciativa privada” e condenando os “parasitas” das agências estatais. Como veremos a seguir, o periódico se valia de outros tipos de reportagens para repetir as mesmas mensagens.

⁴⁴¹ Uma das poucas matérias que tratavam dos interesses de figuras do governo na adoção do projeto neoliberal foi “*Poder da Cotia Trading na área do Governo*”, no contexto de extinções de órgãos públicos executadas pelo governo Collor. Afirmava-se que o fim da Interbrás beneficiava Cotia Trading, segunda maior empresa do país no ramo de comércio exterior. Sustentava-se que integrantes da Cotia tinham “*grande influência na área de economia oficial*”. A relação empresas-governo voltaria à tona no escândalo dos grampos, como veremos mais adiante. *O Globo*, 1/04/1990.p.1.

⁴⁴² BAERR, Mônica e LICHTENSZTEJN, S. *FMI e Banco...*op.cit, PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco...*op.cit.

3.6: Notícias do mundo

Algumas coberturas referentes a outros países presentes na parte “internacional” ou, como na maioria dos casos, na própria seção de “economia” contribuía com o esforço empreendido por *O Globo* para se criar um consenso em torno das privatizações.

As desestatizações eram mostradas como uma tendência mundial seguida por todos os países, fossem eles centrais, periféricos, antigos membros do bloco soviético ou mesmo países que persistiam adotando o socialismo. O jornal parecia querer demonstrar que havia uma unanimidade entre os diferentes governos mundiais a respeito das privatizações, independente da orientação ideológica.

O advento do neoliberalismo na Europa recebia diversas matérias: “*Alemanhas vão acelerar ritmo das privatizações*”, “*Governo da Itália privatiza as seis maiores estatais do país*”, “*Itália aprova programa de privatização*”, “*Petrogal, estatal portuguesa, será privatizada em 92*”, “*Portugal funde estatais para privatizá-las de uma só vez*”, “*Privatizações na França vão começar pela venda do BNP [Banco Nacional de Paris]*”, “*Governo da França aposta no programa de privatização*”, “*Venda da France Telecom renderá cerca de US\$31 bilhões*” e “*Setor público britânico terá de competir com o privado*”. O primeiro parágrafo da reportagem “*Europa derruba o monopólio do Petróleo*” comparava a situação do continente europeu com o cenário nacional: “*enquanto o Brasil ainda se mantém firme no monopólio estatal para a exploração do petróleo, a Europa vive a febre das privatizações de gigantes do setor*”. Em março de 1997, o jornal destinou duas páginas sobre desestatizações mundiais, destacando a Europa. A primeira tinha a manchete “*Mercado mundial de telecomunicações vai movimentar US\$1 trilhão em 2000 – França, Inglaterra e Itália também retiram o setor das mãos do Estado*” e iniciava-se da seguinte maneira: “*a hora é de privatizar, no Brasil e no planeta*”. A manchete da segunda página era: “*Privatização no mundo vai além das empresas de telecomunicações – metrô de Londres, ações da Lufthansa e muitas outras estão à venda*”.⁴⁴³

Países latino-americanos, ex-integrantes do bloco soviético e países socialistas trilhavam o mesmo caminho: “*Países comunistas abrem economia*”, “*Privatização é*

⁴⁴³ Uma matéria afirmava que surgiam na Europa “*dignificantes exemplos na crista da moderna onda liberalizante que varre a economia mundial*”. *O Globo*, 30/05/1990.p.16, 12/07/92.p.16, 02/10/91.p.23, 14/12/91.p.29, 17/10/92.p.25, 20/2/94.p.46, 1/9/93.p.23, 8/8/93.p.40, 5/6/95.p.17, 17/04/97.p.32, 21/03/92.p.29, 13/04/97.p.48 e 47 30/1/94.p.52, 4/04/90.p.18.

prioridade máxima de Gorbatchov”, “URSS privatizará até 70% da economia”, “Privatização chega a Cuba”, “China anuncia que vai fechar estatais deficitárias”, “China diz que só privatização salva o estado”, “Violeta privatizará estatais sandinistas”, “Governo do Peru quer vender todas as estatais até 95”, “México decide reprivatizar bancos depois de 8 anos de estatização”, “México vende último banco que ainda era estatal”, “Menem abre Argentina às importações”, “Privatização já rendeu para a Argentina US\$ 11,35 bilhões”, “Argentina acelera processo de modernização dos portos”, “Cavalo planeja a privatização de todas as estatais” e “Privatização dará US\$ 14,2 bi à Argentina”. A matéria “BC [Banco Central] da Argentina terá autonomia total” era acompanhada da manchete menor: “No Brasil, projeto está parado na Câmara desde maio”. Uma reportagem sobre a Venezuela, intitulada “Privatização recupera a economia venezuelana”, explicava que “a peça fundamental da recuperação da Venezuela” eram “as privatizações”.⁴⁴⁴

Se em parte das manchetes citadas acima era possível alegar que o jornal noticiava acontecimentos mundiais – de fato, governos de diferentes regiões do mundo promoviam desestatizações – o mesmo não se podia dizer sobre as “matérias frias”. Nestas últimas, *O Globo* elegia certos países e explicava que “o segredo de seu sucesso” eram as privatizações e o programa neoliberal em geral. Algumas reportagens mencionadas, como a da Venezuela, tinham esse objetivo de mostrar “países que seguiram o modelo certo” e, por conseguinte, se “modernizavam” – em muitos textos, “modernização” aparecia como sinônimo de desestatização.

Muitas outras matérias seguiam essa linha de expor “exemplos a serem seguidos”, em especial, aquelas que tratavam de alguns países sul-americanos. Em “México, um modelo bem sucedido”, sustentava-se que a economia mexicana crescia, o governo equilibrava suas contas e investia em programas sociais. Explicava-se que o presidente Salinas, “além de privatizar”, estava “abrindo a economia mexicana aos investimentos estrangeiros”. Na reportagem “Vizinhos deixam Brasil para trás”, afirmava-se que Chile, Argentina, México e Venezuela “transferiram para mãos privadas o controle de suas empresas públicas (...) com sucesso”, gerando “investimentos, salto de qualidade dos serviços e boas lições para quem pensa em seguir o mesmo rumo”. O texto “Previdência privada tem êxito no Chile” salientava que

⁴⁴⁴ *O Globo*, 11/01/90.p.19, 18/08/90.p.1, 13/04/90.p.13, 14/6/94.p.27, 15/6/94.p.25, 22/4/93.p.31, 12/09/97.p.1, 8/03/90.p.26, 13/05/90.p.33, 7/07/92.p.26, 6/06/90.p.22, 13/8/92.p.23, 13/8/92.p.26, 24/6/93.p.23, 27/9/92.p.1, 26/9/92.p.28, 9/03/92.p.16.

o capital estrangeiro era responsável por um quarto dos investimentos no país, sendo acompanhado das manchetes menores “*Socialista apoia abertura econômica*”, “*Liberdade para importar estimula o consumo*”, “*Índice de analfabetismo não ultrapassa 2%*” e “*Inflação e desemprego baixam*”.⁴⁴⁵

Países de outros continentes também eram retratados como casos de “bom senso” em termos de política econômica. Em “*Collor estuda privatização ‘à italiana’*”, preconizava-se que o *Instituto per la Ricostruzione Industriale* (IRI), que controlava cerca de quatrocentas empresas, existia desde 1993, mas só passara a fazer “sucesso” e sair do “vermelho após rígida *terapia* de privatização, de dinamização das empresas do serviço público e das indústrias estatais de tecnologia de ponta e de reestruturação severa da siderurgia”. Em “*Tailândia acelera o crescimento: 11% ao ano*”, descrevia-se o crescimento de Bangcoc e apresenta-se as explicações de “*técnicos do FMI*” para o “sucesso tailandês”: “*o compromisso do Governo de manter um sistema econômico baseado nas leis de mercado e voltado para o exterior*”. A matéria era acompanhada de manchetes menores: “*Capital estrangeiro recebe tratamento preferencial*”, “*Ajuda financeira do Japão é essencial*” – política de abertura atraiu “*investidores japoneses*” e “*Pobreza ainda é um desafio*”. Algumas reportagens sobre a China creditavam o crescimento econômico do país às multinacionais: “*Capital externo eleva produção de petróleo na China*” e “*Reformas entram em nova fase na China*” – no texto desta última, destacava-se a frase “*Aberto ao capital estrangeiro, o país que mais cresce no mundo quer acelerar seu desenvolvimento*”.⁴⁴⁶

Se de um lado o jornal destacava os países que adotavam as políticas econômicas “corretas”, concedia tratamento inverso aos “maus-exemplos”, não os noticiando. Esse foi o caso do Uruguai: em 1992, houve um plebiscito naquele país sobre as privatizações e a maior parte da população se colocou contrária ao programa. *O Globo* chegou a registrar que o plebiscito viria ser organizado na pequena reportagem “*Privatização: uruguaios vão às urnas amanhã*”, de apenas dois parágrafos. Porém, como o resultado foi “deletério” para o periódico, o assunto desapareceu de suas páginas. Os leitores não puderam saber que a maior parte dos uruguaios havia se colocado contra as desestatizações. Tal fato era duplamente “indesejável”: não

⁴⁴⁵ Uma matéria explicava que o programa de privatizações no México era subordinado exclusivamente ao presidente da República e tinha pouca burocracia em comparação ao modelo brasileiro. Com exceção da Telmex, a venda das estatais dependia de um processo simples: após a avaliação do preço da empresa, propostas eram entregues em envelopes fechados ao Governo. *O Globo*, 14/03/1993.p.1, 25/10/93.p.14, 7/5/95.p.62, 14/6/92.p.38.

⁴⁴⁶ *O Globo*, 6/2/1990.p.6, 27/10/91.p.44, 7/07/92.p.23, 5/07/92.p.59 (grifo meu).

combinava com a imagem de uma América Latina unida entorno das privatizações que o jornal procurava difundir, além de servir de um perigoso exemplo, uma vez que os opositores da venda das empresas públicas poderiam sugerir um plebiscito idêntico no Brasil. Daí o periódico ter adotado a estratégia do silenciamento.⁴⁴⁷

As matérias sobre outros países também serviam para mostrar que os bens e serviços oferecidos pelo capital privado primavam pela qualidade, aumentando o coro do jornal favorável ao “mercado”. Em “*Nos EUA, serviços geram lucros para as empresas*”, os Estados Unidos eram chamados de “*paraíso da livre iniciativa*”, onde os serviços “*considerados essenciais*” eram explorados pelas companhias de forma lucrativa, “*sem a interferência do Estado*”. O tom elogioso à “competência” da iniciativa privada era contrastado com os maus serviços das estatais brasileiras. Indagava-se: “*como um carioca poderia imaginar a vida com as linhas cruzadas da Telerj, as contas de gás da CEG e os caminhões da Comlurb passando para as mãos dos empresários? Nos Estados Unidos, as três áreas são cada vez mais disputadas [pelas empresas]*”. Afirmava-se que a AT&T oferecia serviços de telefonia com presteza: “*ao contrário de comprar uma linha e esperar um ano para ter telefone em casa, pagando uma fortuna para ser dono do serviço, nas cidades americanas basta ligar para a empresa local dando endereço e alguns dados pessoais*”. O setor de energia elétrica dos EUA também seria de excelência: “*que tal ter a taxa de eletricidade reduzida no lugar dos aumentos constantes?*” – em seguida, relatava-se que a empresa de Nova Iorque havia baixado as tarifas. Na mesma página destes textos, havia uma reportagem menor, “*Federal Express supera o correio do Governo*”, onde sustentava-se: “*movido pela concorrência, americano não pode esperar*”.⁴⁴⁸

O setor de telefonia de outros países era caracterizado de forma positiva: “*EUA, onde dizer alô é como comprar pão*”, “*No exterior, preço do celular é equivalente ao de uma camisa – em alguns países, serviço custa apenas US\$9,99 por mês*”, “*Telecomunicações: nos EUA e na França, o usuário já sai da loja com seu telefone ligado e não paga nada pelo aparelho*” e “*‘Hello’ privatizado soa melhor - Na Inglaterra, venda da B.T. reduziu tempo de espera dos usuários*”. De acordo com esta última reportagem, “*os defensores da privatização dos serviços públicos*” utilizavam “*um só argumento para conquistar o público: toda a estatal passa a funcionar melhor*”

⁴⁴⁷ *O Globo*, 4/7/1992,p.26.

⁴⁴⁸ *O Globo*, 14/01/1990.p.38.

depois de privatizada”. Acrescentava-se: “*Não há outro argumento – político, ideológico ou filosófico – que tenha tanto impacto sobre o usuário.*”⁴⁴⁹

Tratando-se das matérias internacionais, vale destacar ainda os simpáticos textos dedicados à Margareth Thatcher, importante precursora do neoliberalismo na Inglaterra. Na cobertura sobre sua renúncia, próxima à manchete principal, uma outra menor anunciava: “*Thatcherismo fica como herança para o mundo*”. Segundo a reportagem, a “*Revolução Conservadora*” de Thatcher, cujas idéias estavam “*triumfando em boa parte do mundo*”, revitalizou “*uma economia sufocada pelo anacronismo e pela burocracia, ao abrir espaço para o liberalismo e para a livre iniciativa*”, privatizando “*gigantescas e deficitárias estatais britânicas*”. Para implementar tais políticas, foi preciso enfrentar “*poderosos sindicatos*”, que deixavam “*de joelhos um Estado previdenciário praticamente dirigido pelos grevistas*”. Posteriormente, uma pequena nota do jornal sustentava que os britânicos estavam com “*saudades de Thatcher*”. Finalmente, havia textos cujos eixos eram as declarações da ex-primeira ministra: “*Thatcher: ‘Fiz uma revolução no Leste’ [europeu]*” e “*Thatcher prega Estado enxuto mas forte com os oligopólios*”. Neste último texto, destacava-se a frase: “*‘O Estado sempre deve defender a livre-concorrência e coibir toda ação de monopólios’*”.⁴⁵⁰

Os editoriais referentes a outros países repetiam as idéias das matérias vistas acima, insistindo que as privatizações e investimentos estrangeiros foram decisivos em países europeus, asiáticos e latino-americanos. E eram mais explícitos ainda quanto à necessidade do Brasil seguir o mesmo modelo econômico. O México foi constantemente chamado de “*exemplo*”, país “*vanguardeiro*”, que “*caminhou para modernidade*”. Controle da inflação, “*arrojado programa de privatizações*”, “*generalizada desregulamentação*”, abertura ao capital internacional, investimentos em programas sociais, menor desemprego e “*entendimento de alto nível verificado entre capital e trabalho*” seriam as marcas do “*modelo mexicano*”. O jornal propunha: “*o*

⁴⁴⁹ Outras matérias também ressaltavam a melhora dos serviços após as privatizações em alguns países: “*Em Hong Kong, porto privatizado mostra eficiência*” e “*Na Alemanha, redução dos custos*”. Esta última preconizava que a desestatização gerou empresas mais lucrativas e eficientes. *O Globo*, 7/5/1995.p.61, 08/04/97.p.27, 16/02/97.p.40, 11/07/92.p.27,14/01/90.p.38

⁴⁵⁰ Outras personalidades mundiais eram apresentadas pelo jornal. Em “*Mandela rejeita radicalismo econômico*”, afirmava-se que o líder sul-africano abandonara ideias voltadas para a “*nacionalização*” da economia e desejava o diálogo com “*associações comerciais e financeiras*”. Uma reportagem sobre a visita de Vargas Llosa ao Brasil em 1990 descrevia a trajetória do peruano já na manchete: “*Discurso contra a estatização fez do escritor um político*”. O texto preconizava Llosa colocara-se contra a estatização dos bancos e as “*multidões*” gostavam de sua “*mensagem antitotalitária*”. *O Globo*, 23/11/1990.p.25, 12/10/92.p.10,14/10/89.p.19, 17/3/94.p.36, 22/02/90.p.22, 23/7/96.p.28, 21/02/90.p.3.

Brasil terá que imitar o México ao pé da letra no que se refere à liquidação do Estado proprietário".⁴⁵¹

Outros países latino-americanos também eram destacados, muitas vezes em editoriais de capa. *O Globo* ressaltava o tema da abertura do setor petrolífero dos países do continente, especialmente da Argentina. Um editorial intitulado "*Como se faz*" elogiava o programa de privatização argentino, que havia incluído a YPF, estatal que explorava petróleo. Outro editorial exultava o governo Menem, que extinguiu "*anacrônicos e onerosos monopólios de petróleo, portos e telecomunicações*". A Venezuela era outro "*exemplo*", pois lançara "*mão de investimentos externos para aumentar a produção de combustíveis*". Em "*Cuba antecipa-se ao Brasil*", ressaltava-se que o país socialista também havia permitido atividades do capital internacional no setor petrolífero.⁴⁵²

Um aspecto muito presente nos editoriais que tratavam das privatizações de outros países eram as queixas com relação à "lentidão" do programa brasileiro. A República Democrática Alemã chegou a ser usada como parâmetro pelo jornal: o país havia fechado ou vendido quatorze mil estatais enquanto no Brasil, as desestatizações se iniciaram um ano depois do país europeu e "*apenas*" 42 empresas tinham sido leiloadas até então.⁴⁵³

O Globo teve algumas dificuldades na exposição de "modelos" que deveriam ser seguidos pelos governos brasileiros. Boa parte dos países "exemplares", que aprofundavam mais velozmente as políticas neoliberais, sofreu com graves crises econômicas, recessão, desemprego, "desconfiança" do mercado financeiro e queda da popularidade dos governantes. Embora não seja nossa proposta pesquisar a cobertura das crises econômicas que marcaram a década de noventa, faremos alguns breves comentários sobre alguns editoriais e matérias referentes às crises mexicana (1994) e argentina (2001), dois países insistentemente considerados pelo jornal como padrões em termos de políticas econômicas.⁴⁵⁴

Quando o México entrou em recessão em 1994, as matérias e editoriais ressaltavam os problemas políticos e conflitos sociais do país, como se as políticas

⁴⁵¹ *O Globo*, 15/01/1990.p.4, 14/1/93.p.4, 23/10/93.p.28, 15/3/93.p.6, 8/8/93.p.40, 17/2/94.p.6.

⁴⁵² Muitos editoriais também salientavam que a China igualmente havia promovido abertura do setor petrolífero às transnacionais. *O Globo*, 29/4/1993.p.1, 26/8/93.p.1, 1/4/93.p.6, 22/4/93.p.1, 17/8/93.p.1.

⁴⁵³ *O Globo*, 11/1/1995.p.22.

⁴⁵⁴ PEREIRA, João Márcio. *O Banco Mundial...op.cit.p.325.*

econômicas tão exaltadas por *O Globo* não tivessem qualquer responsabilidade pelos distúrbios que ocorriam. O primeiro parágrafo da matéria “*México desvaloriza peso em 15% e abala mercados emergentes*” vinculava a desvalorização da moeda local com os movimentos sociais que contestavam o governo e o neoliberalismo: “*a tensão política criada pelo último levante dos guerrilheiros do movimento zapatista fez com que o governo mexicano (...) tomasse uma atitude dramática: de uma só vez o peso mexicano foi desvalorizado em 15,28%*”. Os editoriais ressaltavam que o México havia iniciado um “*ciclo de modernização econômica louvado por especialistas*”, mas não tinha resolvido o problema do “*sistema político*”, que era dominado “*por um único partido*”. A forma como Salinas fora sucedido, a influência do narcotráfico na política e os conflitos de Chiapas seriam os fatores que teriam detonado a crise econômica. Finalmente, os editoriais preconizavam que os problemas no México eram mais um motivo para que o Brasil aprofundasse as políticas neoliberais. Salientava-se que a crise mexicana não afetava a “*estabilidade*” brasileira e que as “*reformas do Estado (fiscal, patrimonial, previdenciária etc)*”, que “*já [eram] indispensáveis*”, haviam se tornado “*urgentes*”. O jornal reafirmava: “*A CRISE mexicana não pode servir de pretexto para que o programa de desestatização volte a ser interrompido no Brasil*”.⁴⁵⁵

No caso da crise da Argentina (2001), um editorial relacionou os problemas políticos, financeiros e sociais do país à política econômica adotada por certos governos, principalmente à ditadura militar argentina. Esta teria adotado uma “*abertura irresponsável ao exterior*”, solapando “*as bases do parque produtivo argentino*”. O governo neoliberal de Menem não foi totalmente eximido de culpa: afirmava-se que a paridade dólar-austral (moeda argentina) só poderia ter funcionado se o país tivesse a mesma produtividade que a economia americana. As crises asiática (1997) e russa (1998) teriam agravado os problemas da Argentina. Em nenhum momento, *O Globo* reconheceu que fora entusiasta das políticas econômicas adotadas por aquele país – em um editorial em especial, de 1995, intitulado “*A solução argentina*”, sustentava que o sistema de câmbio fixo da Argentina “*praticamente impede que o país tenha crises cambiais como a ocorrida no México*”. Nenhuma autocrítica fora apresentada pelo

⁴⁵⁵ Durante a crise mexicana, o jornal abriu espaço para declarações de representantes do governo brasileiro, que expunham opiniões semelhantes às defendidas por *O Globo*: “*Malan: México não é o Brasil de amanhã*” e “*FH: crise mexicana apressa as reformas*”. *O Globo*, 21/12/1994.p.26, 17/3/95.p.6, 16/10/94.p.6, 12/1/95.p.1, 21/1/95.p.6, 11/1/95.p.25.

jornal que, repentinamente, passava a considerar a abertura econômica argentina “irresponsável”.⁴⁵⁶

A cobertura das políticas econômicas de diversos países serviu como um espaço a mais para o jornal veicular os valores neoliberais, de modo a torná-los hegemônicos. As privatizações apareciam como uma tendência mundial, adotada pelos governos das mais diferentes orientações político-ideológicas. As reportagens internacionais “provariam” que as desestatizações geravam crescimento econômico, controle da inflação e garantiam recursos para os programas sociais. O “mercado” era glorificado: países onde a “iniciativa privada” era responsável pela prestação de serviços seriam marcados pela “eficiência”, “modernidade” e bons preços. Em especial, apresentava-se uma imagem positiva dos EUA, chamado de “*paraíso da livre iniciativa*”. *O Globo* expôs como “modelos” determinados países que adotavam o neoliberalismo, principalmente México e Argentina, cobrando dos governos brasileiros pressa na cópia desses “bons exemplos”. Algumas matérias eram simpáticas à M. Thatcher, importante precursora das privatizações, que teria derrotado os “*poderosos sindicatos*”, que colocavam o Estado “*de joelhos*”.

As referidas matérias “internacionais” eram, sobretudo, mais uma oportunidade para o jornal reafirmar o projeto político que desejava para o Brasil. Seriam provas incontestes de que o “caminho do sucesso” passava pelas desestatizações e pela vitória sobre os sindicatos. Nessa empreitada, *O Globo* colocava em segundo plano certas informações que prejudicariam o seu esforço pedagógico em torno do neoliberalismo, quando não as descartava por completo. O jornal não relacionou as sucessivas crises econômicas com as políticas privatistas, como vimos nos casos do México e Argentina. Tampouco ressaltou que as desigualdades sociais e a informalidade vinham crescendo na América Latina⁴⁵⁷ – pelo contrário, para o jornal, as privatizações seriam a garantia de programas sociais e melhoria da qualidade de vida. Ao exaltar os EUA, não apresentou as contradições sociais daquele país – em fins do século XX, cerca de 100

⁴⁵⁶ Algumas manchetes tratavam da relação entre FMI e crise argentina: “*FMI se exime de culpa e diz estar pronto para ajudar o novo Governo*” e “*FMI é o primeiro a levar calote da Argentina – País estréia moratória deixando de pagar US\$17,3 milhões*”. *O Globo*, 21/12/2001.p.6 e 32, 18/3/95.p.6, 25/12/2001.p.1.

⁴⁵⁷ Citamos o caso da Argentina, “país-modelo” de *O Globo*. Em 1995, 18,6% da população Argentina estava desempregada. Em 1990, 38% da população urbana e 66% da rural era considerada pobre. CHOMSKY, Noam e DIETERICH, Heinz. *A sociedade global...* op.cit.p.169, 170.

milhões de norte-americanos estavam abaixo da linha da pobreza.⁴⁵⁸ Não destacou que, no caso chinês, o Estado nacional continuava dispondo de grande influência na economia, distanciando-se das receitas do “Consenso de Washington”.⁴⁵⁹ Não se interessou em colocar em evidência o episódio uruguaio no qual a população teve possibilidade de se posicionar sobre as desestatizações, assumindo uma postura contrária. No caso das matérias sobre Thatcher, o periódico inverteu as posições sociais e apresentou as organizações das classes subalternas – os sindicatos – como entidades “dominantes” da República, que deveriam ser desbancadas em benefício da coletividade. Tal inversão tinha objetivo claro: assinalar que os adversários nacionais do neoliberalismo também deveriam ser derrotados em prol da “modernização” do país.⁴⁶⁰

A seguir, analisaremos a cobertura, feita pelo jornal, das privatizações executadas pelos governos neoliberais brasileiros nos anos 90.

3.7: A cobertura da venda das empresas públicas

Dezenas de empresas públicas foram vendidas ao longo dos anos noventa. Nosso objetivo nesta parte do quarto capítulo é apresentar algumas características da cobertura feita pelo jornal das privatizações propriamente ditas.

Verificaremos como uma série de temáticas foi noticiada por *O Globo*, como as demissões dos trabalhadores anteriores à desestatização, a elevação das tarifas para tornar as empresas mais lucrativas, os investimentos promovidos pelos governos na “preparação” das estatais para os futuros donos, os fundos de pensão, o uso de “moedas podres”, a presença do capital estrangeiro e as polêmicas dos “preços mínimos”. Por se tratarem de muitas questões diferentes, optamos por fragmentar o texto e apresentá-lo a partir de tópicos.

Após a análise desses tópicos, comentaremos algumas privatizações separadamente: Usiminas, CSN, Vale do Rio Doce, Sistema Telebrás e Banerj. A siderúrgica mineira foi escolhida por ser a primeira desestatização importante dos anos noventa. A CSN, a Vale e a Telebrás eram estatais de grande porte, representavam o

⁴⁵⁸ SADER, Emir. *Século XX*, uma biografia não autorizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

⁴⁵⁹ SADER, Emir (org). *Pós-neoliberalismo...*op.cit.p.96.

⁴⁶⁰ Poucas matérias destoavam dessa linha do jornal. Algumas mostravam recuos nas desestatizações, como “*México manterá monopólio estatal sobre petróleo*” e “*Governo francês recua e não privatiza a Renault*”. Uma reportagem sobre a Argentina tinha uma manchete que poderia sugerir teor crítico: “*Privatização gerou elite na Argentina*”. A frase em destaque, abaixo desta manchete, esvaziava o caráter de denúncia: “*Das 200 empresas mais lucrativas, 35 surgiram de ex-estatais*”. *O Globo*, 21/06/1992.p.21, 22/9/94.p.25, 19/12/96.p.45.

modelo de desenvolvimento capitalista com forte intervenção estatal, tinham enraizamento no imaginário brasileiro como “patrimônios nacionais” (a CSN e a Vale foram criadas durante a Era Vargas) e seus processos de venda foram marcados por resistência de alguns grupos sociais. O Banerj foi escolhido por se tratar de um caso de venda de um banco estadual – além de ter sido um exemplo de desestatização que requereu consideráveis investimentos públicos em sua “preparação”.

Por considerarmos que a principal contribuição de *O Globo* para a campanha privatista não estava na cobertura propriamente dita dos leilões, mas sim na difusão de alguns valores e princípios que legitimavam a venda das estatais – como aqueles, vistos anteriormente, que elogiavam o mercado e criticavam as empresas públicas e os funcionários públicos – procuraremos apresentar as matérias sobre a venda de estatais de modo mais sucinto.

As resistências às privatizações, como passeatas, comícios e ações na Justiça, serão mencionadas a seguir brevemente, pois este é o tema do próximo capítulo. Iniciaremos com os tópicos mais ligados à “preparação” das estatais para a privatização, ou seja, o empenho governamental em tornar as empresas públicas mais lucrativas para os futuros donos.

3.7.1: Demissões

Muitas empresas públicas tiveram drástica redução do quantitativo de trabalhadores. Os governos neoliberais promoveram políticas de demissões em larga escala, procedimento mantido pelos novos proprietários. Em inúmeras matérias, *O Globo* denominou o processo de “saneamento”, como em “*Governo anuncia saneamento na RFFSA para futura privatização*” e “*Banespa inicia saneamento com demissões*”. Outros termos também eram utilizados, como se percebe na manchete “*Credireal, mais enxuto, vai ser privatizado*” – nesta matéria, informava-se que agênci

as “deficitárias” seriam fechadas. Em “Bozano: **reestruturação** no Banerj está *concluída*”, relatava-se que o Banco Bozano, Simonsen havia sido contratado para fazer a “**arrumação da casa**”, ou seja, reduzir o número de agências e de trabalhadores. Em outra edição, uma manchete assim definia o Banerj: “*Um banco menor, porém **melhor** - ajuste para a privatização consistiu em corte do que estava em **excesso**”* No texto “*Bemge fecha cinco agências no Rio e demitirá 100 funcionários*”, explicava-se que o banco passava por um processo de “**reestruturação**” que visava torná-lo mais “**competitivo**”. Na matéria “*Vale reduz pessoal para ser privatizada*”, afirmava-se que o objetivo era fazer com que a mineradora se mantivesse “**competitiva no mercado internacional**”. Outras reportagens justificavam as demissões de modo similar: na CEG e na Cerj, as medidas de “**saneamento**” ocorriam para fazê-las “**mais rentáveis**”; na Vale, o propósito era manter a empresa “**competitiva no mercado internacional**”; na Embraer, a meta era “**adaptar a fábrica às condições de mercado**”. Sobre esta última estatal, uma manchete destacava a fala do ministro da Infra-estrutura: “*Ozires: sem demitir, empresa iria à falência*”.⁴⁶¹

Algumas reportagens explicitavam de onde vinham os recursos para as demissões. No sétimo parágrafo de “*Governo divulga preço de venda da RFFSA*”, explicava-se que a metade dos trabalhadores da empresa seria exonerada com recursos do BNDES – a matéria registrava a oposição de José Sarney (PMDB-AP) e Carlos Santana (PT-RJ) às medidas. Em “*Cinco bancos disputam hoje leilão do Credireal em Minas*”, salientava-se que o “*programa de saneamento*” fora possibilitado por uma “*linha de crédito do Governo Federal*”. Outra matéria apontava a origem das somas já nas manchetes: “*Governo vai repassar R\$40 milhões às Docas do Rio para demitir empregados*”.⁴⁶²

A preocupação com o destino dos demitidos era tema de certas reportagens. Na página da matéria “*Magri tenta acalmar servidores*”, havia a foto do ministro do Trabalho com a seguinte frase: “*Magri promete se esforçar para reciclar e reeducar os servidores demitidos*”. Um texto sobre as Docas de São Paulo sustentava que os

⁴⁶¹ Em “*Meridional terá de demitir 4,8 mil para ficar rentável*”, explicava-se no primeiro parágrafo: “*para se tornar rentável, o Banco Meridional precisará reduzir de 256 para 156 seu número de agências e cortar pela metade seu quadro de pessoal*” Essa era a avaliação de “*instituições qualificadas para participar do leilão de privatização*”. *O Globo*, 12/08/1990.p.11, 3/01/95.p.1, 20/7/96.p.23, 26/12/96.p.1, 17/12/96.p.23, 30/12/94.p.23, 21/04/97.p.27, 14/5/95.p.1, 14/5/95.p.1, 30/11/95.p.27, 2/11/90.p.17, 18/5/96.p.20 (grifos nossos).

⁴⁶² *O Globo*, 17/8/1995.p.21, 7/08/97.p.31, 19/12/96.p.40.

dispensados passariam por um programa de "*requalificação profissional*".⁴⁶³

Os editoriais apoiavam as demissões e se centravam nas justificativas dadas pelos empresários. Um deles expunha a perspectiva da Telemar e sugeria que as exonerações visavam melhorias nos serviços oferecidos: "*SUPONDO-SE QUE o grupo que opera a Telemar não tenha tendências suicidas, os cortes visam dar às empresas (...) capacidade de funcionar com eficiência e de investir no aperfeiçoamento do serviço prestado*".⁴⁶⁴

Percebe-se que a ênfase da cobertura não era na situação dos trabalhadores que repentinamente viam-se desempregados, mais sim no fato das empresas estarem se tornando "competitivas", em "condições de mercado" e "rentáveis". Nesse sentido, o jornal procurava universalizar os interesses do capital, estender para toda a sociedade a racionalidade capitalista e sua busca por maximização dos lucros. Tal racionalidade era vista como prioridade, sobrepondo-se ao fato de que milhares de pessoas perdiam seus empregos em virtude desta busca por "eficiência".

Visando legitimar as demissões, *O Globo* sistematicamente utilizou os termos "sanear" e "saneamento". De acordo com o *Dicionário Houaiss*, essas palavras significam "tornar sã, habitável, respirável, agradável; limpar", "conjunto de ações para estabelecer princípios éticos rigorosos" e "eliminação de vícios, irregularidades ou nulidades processuais". Ou seja, o processo de eliminação de postos de trabalho – necessariamente acompanhado de precarização e deterioração da qualidade de vida das classes subalternas – era retratado como um procedimento de "purificação", moralização e aprimoramento das empresas. Os trabalhadores seriam, então, detritos a serem expurgados em prol da "sadia" lucratividade.⁴⁶⁵

Imagens negativas dos trabalhadores, em especial dos servidores públicos, também apareciam nas matérias que tratavam de cursos profissionalizantes para os demitidos. Estes seriam "reciclados" – termo recorrentemente utilizado para o lixo – e "reeducados". Tratar-se-ia, portanto, de trabalhadores "relaxados" por freqüentarem repartições públicas, que precisariam ser adestrados para a realidade da empresa privada.

Porém, o jornal foi discreto na informação de que as demissões eram sustentadas por dinheiro público em favorecimento dos futuros proprietários, destacando o fato em

⁴⁶³ *O Globo*, 23/02/1990.p.19, 19/12/96.p.40.

⁴⁶⁴ *O Globo*, 17/11/98.p.6.

⁴⁶⁵ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.p.1703.

poucas manchetes.

A seguir veremos como foi a cobertura de outros métodos adotados pelos governos neoliberais para tornar as estatais mais “interessantes” para os compradores.

3.7.2: Aumento das tarifas

As tarifas dos serviços prestados pelas estatais foram reajustadas pouco antes dos leilões para garantir a rentabilidade do capital privado. A energia elétrica, para citar um exemplo, foi aumentada em 58% dias antes da venda da Light.⁴⁶⁶

Algumas reportagens tratavam desses reajustes, principalmente no ramo de telefonia, como em “*Combustíveis, gás, telefone, luz e correios vão aumentar – Revisão geral das tarifas públicas estará concluída até novembro*”, “*Governo aumenta tarifas telefônicas em até 513%*”, “*Governo conclui reestruturação das tarifas de telefone*” e “*Governo eleva tarifas telefônicas*”. Porém, apenas nesta última explicava-se que os aumentos visavam tornar “*o setor mais atrativo para potenciais investidores*”.⁴⁶⁷

Nesse sentido, percebe-se que o jornal, na maioria das vezes, procurou desvincular os reajustes das privatizações, não se interessando em ressaltar o favorecimento aos futuros compradores. Tampouco destacou que a adaptação das estatais à racionalidade capitalista – busca de maximização dos lucros – poderia estar em contradição com os interesses dos usuários dos serviços, vide os aumentos das tarifas. Em alguns textos, os reajustes eram denominados de “reestruturação”, expressão que denota melhor organização, conferindo conotação positiva aos reajustes.

3.7.3: Investimentos governamentais prévios e incorporação de dívidas

Quanto aos investimentos governamentais nas estatais anteriores à venda das mesmas, muitas matérias tratavam do tema apenas no corpo do texto, sem situar a informação nas manchetes, o que demonstrava que *O Globo* não tinha interesse em destacar tais fatos. Em “*Malha Sul, da Rede, é privatizada com ágio de 37% - Ministro diz que a venda de estatais rendeu R\$13 bilhões aos cofres públicos desde 1991*”, infor_

⁴⁶⁶ BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...*op.cit.p.13.

⁴⁶⁷ *O Globo*, 20/7/1996.p.1, 28/11/95.p.28, 20/05/97.p.24, 13/3/95.p.1.

mava-se que o governo havia investido R\$ 50 milhões na Malha Nordeste, que ainda não tinha sido vendida. Em “*Leilão de venda do Credireal ocorrerá no dia 7 de agosto – preço mínimo da instituição é fixado em R\$130,8 milhões*”, era dito que o Governo havia gasto R\$803,7 milhões com “*saneamento*” do banco. Em “*Batalha nos tribunais pela CEG*”, somente nos 16º e 17º parágrafos relatava-se que o número de trabalhadores fora reduzido em quase 50% e que os novos proprietários não precisariam investir no sistema de redistribuição de gás – isso já vinha sendo feito pelo governo estadual nos últimos dois anos. A reportagem “*Privatização: escolhidas seis empresas*” salientava que o Governo Collor faria investimentos para tornar “*mais fácil*” a venda das estatais. De acordo com o texto “*Comissão deverá decidir o que fazer com o Lloyd*”, era possível que Itamar Franco determinasse a concessão de um empréstimo de mais US\$ 10 milhões do Fundo de Marinha Mercante à Lloyd. Caso isso ocorresse, preconizava *O Globo*, “*as chances de um novo leilão ser marcado poderão aumentar*”. Em “*Aprovado edital de privatização da Embraer*”, sustentava-se que a União assumia uma dívida de US\$ 120,05 milhões com a agência Export Development Corporations e outra de US\$ 79,8 milhões referentes à emissão de debêntures.⁴⁶⁸

Outras reportagens, em menor número, destacavam já nas manchetes o fato dos governos investirem e incorporarem dívidas: “*Minas recebe, para privatizar Credireal, R\$350 milhões*”, “*Senado aprova acordo que devolve Banespa a São Paulo - dívida de 15 bilhões do estado com o banco passará para a União*” e “*Governo vai injetar na Cosipa US\$ 500 milhões*”. Nesta última matéria, afirmava-se que o “*saneamento financeiro parcial da Cosipa*” visava “*viabilizar a privatização*” e que a estatal era avaliada “*precisamente em US\$ 500 milhões*” (mesmo valor que o governo havia investido na siderúrgica).⁴⁶⁹

Pelo que foi exposto, percebe-se que na maior parte das matérias, *O Globo* preferiu ressaltar os valores pagos pelos compradores, colocando em segundo plano os gastos e o endividamento governamental que visava tornar as empresas mais lucrativas. Como vimos em algumas reportagens acima, as referidas ações dos governos analisados não foram totalmente ignoradas – do contrário, o jornal poderia ser mais facilmente acusado de “*tendencioso*” – mas claramente não foram realçadas pelo periódico.

⁴⁶⁸ Uma matéria destacava uma frase de José Serra: “*Apesar do alto investimento, a privatização é muito rentável*”. *O Globo*, 14/12/1996.p.28, 11/07/97.p.23, 14/07/97.p.15, 16/05/90.p.21, 6/6/94.p.19, 27/10/94.p.28, 17/8/95.p.21.

⁴⁶⁹ *O Globo*, 25/03/97.p.32, 17/5/96.p.20, 6/6/93.p.48.

3.7.4: Financiamento aos compradores

Quanto ao financiamento aos compradores proporcionado por agências estatais, nossa pesquisa não localizou um número expressivo de matérias. A única encontrada de caráter geral era “*Cresce o papel do BNDES como agente financeiro nos processos de privatização – 1997, banco liberou US\$1,3 bilhões para compradores das estatais*”. O texto afirmava que a atuação do banco se fazia mais necessária em virtude da “*crise asiática, que tornara o crédito mais difícil*”. Outras reportagens tratavam de casos específicos, como “*BNDES financiará quem arrematar a Gerosul*”, “*Venda da Light pode ser financiada – BNDES admite facilitar negócio para os investidores, mas não abre mão do preço mínimo*” e “*BNDES salva leilão de privatização da Light*”. Nas duas últimas matérias, ressaltava-se que o banco estatal comprou e financiou ações da Light. Em “*Controlador do Banespa terá desconto do preço no Imposto de Renda*”, explicava-se que o futuro proprietário do banco paulista receberia “*R\$2,8 bilhões em créditos fiscais*”. O quarto parágrafo desta última matéria tinha críticas de Aloysio Mercadante à operação, que era rebatido por um diretor do Banco Central. Em “*Cataguazes compra Energipe com ágio recorde de 96,06%*”, relatava-se que R\$320 milhões dos R\$577,1 milhões pagos eram financiados pelo BNDES.⁴⁷⁰

Assim, de acordo com nosso levantamento, *O Globo* procurou não colocar em evidência o fato de que boa parte dos grupos empresariais que participava dos leilões recebia dinheiro público para arrebatar as estatais – informação que poderia estimular em seus leitores posições contrárias às privatizações e gerar senso crítico à idéia difundida pelo jornal de que o Estado defendia os seus próprios interesses em oposição aos da “nação”.

3.7.5: Fundos de pensão

Os fundos de pensão também não receberam muito destaque na cobertura do jornal. Eles eram citados quando integravam os consórcios compradores, mas sua atuação não costumava ser tema das reportagens.

Dentre as poucas matérias localizadas sobre o tema, algumas tratavam da proposta de setores do governo Itamar de limitar a participação dos fundos –

⁴⁷⁰ *O Globo*, 04/07/1998.p.23, 10/09/98.p.35, 4/3/96.p.14, 22/5/96.p.1, 09/11/2000.p.33, 04/12/97.p.18.

argumentava-se que estes pertenciam aos funcionários das estatais e não deveriam, portanto, atuar nas desestatizações. *O Globo* posicionou-se contra a limitação aos fundos através de editoriais – sustentava que o programa de privatização não poderia dispensar os consideráveis recursos daquelas instituições – e também por meio da fala de alguns “especialistas”. De acordo com a reportagem “*Fundos não poderão mais comprar estatais*”, os “*especialistas em privatização*” acreditavam que a proibição tornaria o processo mais lento.⁴⁷¹

Outras matérias, mais gerais, relatavam a presença dos fundos nas licitações e seu grande volume de recursos, como a pequena reportagem “*Indiscutível poder de fogo – Previ e outros fundos de pensão investem pesado nas privatizações*”.⁴⁷²

O tema ganhou um pouco mais de espaço no jornal no contexto do “escândalo dos grampos do BNDES”, ocorrido no contexto da privatização do sistema Telebrás. As matérias de *O Globo* ressaltaram que os fundos de pensão sofriam influência do Planalto. Em “*Fundos têm mais dinheiro que Tesouro e BNDES juntos – com R\$61 bilhões, fundações ligadas a estatais movem a economia e são alvo de disputa política*”, relatava-se que as decisões tomadas por aquelas instituições dependiam do endosso do governo federal. Tratar-se-ia de uma “*caixa forte vulnerável a pressões políticas*”. Narra-se uma operação feita pelo Banco Central – a passagem do Banco Econômico ao Excel – no qual os fundos tiveram prejuízos. Porém, a matéria acrescentava que, “*no geral*”, os fundos investiam baseando-se em “*rigorosos padrões técnicos*”.⁴⁷³

Assim, nas matérias do jornal, os fundos de pensão apareciam como importantes “investidores”, de “alto padrão técnico”, apesar da influência dos “políticos”. O periódico não ressaltou o papel que os fundos assumiam no suporte aos consórcios que participavam das licitações. Praticamente não foi mostrado o fato de que os integrantes da sociedade política costumavam manejar os fundos para financiar alguns grupos empresariais – com os quais, não raro, tinham estreitas ligações.

⁴⁷¹ Outra matéria que deu voz aos defensores da participação dos fundos foi “*BNDES quer fundos de pensão na privatização*”. *O Globo*, 22/1/1993.p.6, 19/01/93,p.1 e 23, 18/3/93.p.24, 11/3/93p.1.

⁴⁷² *O Globo*, 18/9/1997.p.26.

⁴⁷³ Voltaremos a comentar o episódio dos grampos posteriormente. A referida matéria sobre os fundos tinha a opinião de Renato Fragelli, da FGV. Segundo o economista, as privatizações tenderiam a melhorar a administração dos fundos, “*porque os novos controladores não querem perder dinheiro*”. *O Globo*, 29/11/98.p.1 e 39.

3.7.6: Os Leilões, os recursos obtidos com as privatizações e o debate sobre sua destinação

A cobertura dos leilões costumava apresentar os consórcios que participavam das disputas pelas estatais. Algumas manchetes anunciavam os vencedores das licitações, como em *“Poliolefinas é vendida à Odebrecht”* e *“Gerosul é vendida pelo preço mínimo para empresa belga”*. Não raro, destacava-se os investimentos ou outras “generosidades” prometidas pelos novos proprietários, como em *“CEG privatizada manterá tarifa congelada por 1 ano – consórcio estrangeiro paga ágio de 74% pela empresa e investirá R\$250 milhões”*. Os executivos das empresas compradoras costumavam ser entrevistados – caso de Benjamin Steinbruch, após as privatizações da CSN e da Vale do Rio Doce.⁴⁷⁴

Mais que a identificação dos compradores, as reportagens sobre os resultados dos leilões destacavam o preço oferecido pelas estatais e a existência de ágio (valor pago acima do “preço mínimo”). Alguns exemplos de manchetes: *“União arrecada R\$ 154 milhões com a privatização da Embraer”*, *“Governo vende Light por R\$ 2,2 bilhões”*, *“Açominas é privatizada com ágio recorde 191%”*, *“Leilão no Porto de Santos tem ágio de 171%”*, *“Ágio recorde de 98% na privatização da Elektro – por US\$1.479 bilhões, americana Enron arremata (...) 46,6% do capital da distribuidora de energia elétrica da Cesp”* e *“Malha Sul, da Rede, é privatizada com ágio de 37%”*.⁴⁷⁵

A ênfase das manchetes nos preços pagos pelos consórcios na compra das estatais tendia a consolidar a imagem de que o governo estava arrecadando grandes somas e, quiçá, resolvendo o “desequilíbrio” das contas públicas, tema muito ressaltado pelo jornal. O destaque dado aos ágios sugeria que as empresas públicas estavam sendo vendidas a preços elevados, pois eram pagos valores acima dos estabelecidos.

A idéia de que as privatizações geravam consideráveis recursos para os governos era reforçada por matérias que totalizavam as somas obtidas em diferentes leilões ou que especulavam quanto ainda poderia ser ganho com as futuras privatizações: *“Arrecadação [com desestatizações] foi de US\$ 7,4 bi”*, *“Governo vai arrecadar este ano 13 bilhões com a privatização de empresas estatais – Mais da metade do valor arrecadado pelo Tesouro foi para abater a dívida pública”*, *“Novas privatizações*

⁴⁷⁴ O destaque os investimentos que as privatizações proporcionariam era freqüente, como em *“Privatização volta a atrair investidores em potencial”*. *O Globo*, 15/07/97.p.1, 20/3/93.p.21, 16/09/98.p.29, 7/04/92.p.27.

⁴⁷⁵ *O Globo*, 22/5/96.p.21, 18/09/97.p.1, 11/9/93.p.27, 5/09/90.p.29, 16/07/98.p.20,

deverão render ao Governo US\$ 15 bilhões”, “*Privatização pode render ao Governo R\$10 bilhões em 97*”, “*Privatizações vão render US\$50 bilhões até 1999*”, “*Brasil será líder nas privatizações no mundo – Venda das estatais brasileiras deverá proporcionar receita entre US\$80 bilhões e US\$90 bilhões*” e “*Privatização total renderia R\$ 89,5 bilhões*” – o último texto era baseado nas estimativas da Trevisan Auditores e Consultores.⁴⁷⁶

Outras matérias, escritas com o intuito de pressionar os governos a realizar mais desestatizações, salientavam os valores perdidos em virtude da “lentidão” do programa. Em um contexto no qual Itamar Franco adia alguns leilões e ocorriam conflitos no interior de seu governo a respeito das desestatizações, o jornal publicava: “*Governo perderá US\$ 5 bilhões com atraso na privatização*”.⁴⁷⁷

Os debates sobre o que se fazer com o dinheiro obtido com a venda das estatais eram temas de algumas reportagens. Tais matérias tendiam a justificar as desestatizações, na medida em que expunham seus “nobres” objetivos: “*Privatização muda para apressar o plano antiinflação*”, “*Recursos da privatização vão financiar investimentos*”, “*Dinheiro da venda da Vale ajudará a criar empregos – Ministro do Planejamento deverá fazer levantamentos de projetos na área produtiva, priorizando obras de infra-estrutura*”, “*Dinheiro das teles ajudará vítimas da seca*”, “*Recursos da privatização vão para previdência*”, “*Fernando Henrique: recursos das teles para o social*” e “*FH aposta no dinheiro da privatização*”. Nesta última, informava-se que o governo Fernando Henrique Cardoso utilizaria os valores conseguidos com as desestatizações para investir em energia, transporte e telecomunicações.⁴⁷⁸

Nos momentos de polêmicas no interior dos governos quanto à utilização das somas obtidas com as privatizações, *O Globo* tendia a publicar matérias mais simpáticas

⁴⁷⁶ Muitas reportagens destacavam os objetivos e expectativas de diferentes governos com relação com programa de desestatização: “*Governo vai acelerar privatização*”, “*Modiano espera privatizar 15 estatais até o fim do ano*”, “*Yeda [Crusius, Ministra do Planejamento] diz que programa de privatização será ampliado*”, “[*José Serra [Ministro do Planejamento] quer antecipar privatizações*”, “*Sérgio Motta acredita arrecadar R\$ 40 bilhões para o Tesouro até o final do próximo ano [com a privatização das telecomunicações]*” e “*Governo espera ágio de 100% no leilão do terminal de contêineres de Santos*”. Tais matérias eram mais um espaço para integrantes de diferentes governos apresentarem argumentos favoráveis às privatizações. *O Globo*, 14/05/92.p.27, 30/3/93.p.22, 10/1/95.p.21, 18/06/97.p.31, 11/09/97.p.23, 30/9/1992.p.42, 9/9/94.p.28, 02/08/98.p.36, 22/4/93.p.1, 26/05/90.p.21, 31/12/96.p.16, 18/06/98.p.21, 12/09/97.p.19, 19/3/95.p.52.

⁴⁷⁷ Outras matérias preconizavam que as desestatizações ainda estavam no início e que ainda havia muitas empresas a serem vendidas, como “*Programa [de privatização] tem muito o que avançar na petroquímica*”. No início dos anos 2000, algumas reportagens lamentavam a lentidão do processo: “*Emperrada a privatização – venda de empresas de energia atrasa e frustra previsão de receita*”. *O Globo*, 2/9/1994.p.21, 16/9/93.p.29, 27/03/2000.p.21.

⁴⁷⁸ *O Globo*, 19/9/1993.p.35, 2/8/95.p.26, 31/07/98.p.28, 08/05/97.p.3121/06/97.p.1, 01/08/98.p.3, 9/10/94.p.3

aqueles que defendiam o uso dos recursos no abatimento das dívidas interna e externa: “Privatização reduzirá dívida à metade”, “Bacha faz alerta sobre o déficit público - Economista defende uso de todos os recursos da privatização para abater a dívida pública, inclusive o dinheiro obtido com a venda da Vale e da BR”, “Banco Central quer dinheiro da privatização para abater dívida”, “Serra usará venda de estatais e arrecadação contra déficit” e “Equipe econômica vence briga por dinheiro da privatização – Reunião decide que 100% dos recursos vão abater dívida”. Esta última reportagem, de 1997, foi escrita em um contexto no qual alguns integrantes do governo Fernando Henrique Cardoso propunham o uso de parte do dinheiro em programas sociais ou em obras de infra-estrutura. Na mesma página, havia um box com o título “Por trás da disputa, dois jeitos de pensar a economia – **Preocupação social se opõe à estabilidade**”, que afirmava diretamente que os investimentos sociais seriam contrários ao controle da inflação. No dia seguinte, a matéria de capa “Equipe econômica vence e privatização abaterá dívida” destacava a fala de FHC, que sustentava não se deixar levar por “disputas eleitorais” e que “o fundamental para o Brasil é a manutenção do controle das finanças públicas e da inflação”. O texto salientava que o desfecho da polêmica era uma “boa notícia” para a “equipe econômica”.⁴⁷⁹

A utilização dos recursos das privatizações no abatimento das dívidas era defendida também por editoriais do jornal. Um deles, de capa, ressaltava não se tratar de uma estratégia de economistas “indiferentes à miséria e ao desemprego”, mas sim uma forma de tornar a dívida “administrável”, o que permitiria a redução dos juros, a geração de empregos e a melhora da “vida do país inteiro”. Utilizava-se o mesmo argumento de Fernando Henrique Cardoso visto acima: aqueles que propunham que as somas fossem destinadas a programas sociais teriam o “olho na urna”.⁴⁸⁰

O descontentamento com a destinação das somas das desestatizações foi registrada em algumas poucas reportagens, como em “Uso da receita de privatização gera protesto – CNBB, ministérios da área social e líderes governistas são contra destino do dinheiro para abater dívida”.⁴⁸¹

Mais raras ainda eram as matérias que ressaltavam como os recursos obtidos com as privatizações eram de pequena dimensão se comparados aos volumes das dívidas interna e externa: “Uma gota de recursos no oceano da dívida pública –

⁴⁷⁹ *O Globo*, 21/12/94.p.29, 2/7/96.p.20, 11/5/95.p.25, 7/2/97.p.18, 16/07/97.p.31, 17/07/97.p1 (grifos nossos).

⁴⁸⁰ *O Globo*, 16/07/1997.p.1.

⁴⁸¹ *O Globo*, 18/07/1997.p.21.

dinheiro apurado na venda da Telebrás, entre R\$13 bilhões e R\$20 bilhões, será usado para cobrir passivo de R\$263 bilhões”.⁴⁸²

Na cobertura das licitações e do uso do dinheiro das privatizações, percebe-se que o jornal procurou legitimar as desestatizações, destacando o preço e o ágio das compras nos leilões, passando a idéia de que o governo arrecadava grandes somas com o processo – o que era reforçado pelas matérias que tratavam dos ganhos totais obtidos com o programa. Além disso, *O Globo* se alinhou aos setores do governo FHC que defendiam o uso dos valores recebidos com as privatizações no abatimento de dívidas – ou seja, na remuneração do capital financeiro. Aqueles que se colocavam favoravelmente a maiores investimentos sociais eram apresentados como demagogos com interesses eleitoreiros ou como adversários do controle da inflação e da “estabilidade” – pedagogicamente, o periódico salientava que o orçamento para “áreas sociais” devia permanecer diminuto perto dos encargos com as dívidas. Vozes dissonantes e a importante informação de que as dívidas continuavam se expandindo poderiam aparecer no jornal, mas em caráter excepcional. Em nenhum momento, foi comentado que, ao se desfazer de algumas empresas públicas lucrativas, os problemas financeiros do Estado poderiam até se ampliar, pois este se via privado de importantes fontes de renda – isso foi reconhecido pelo próprio Pedro Malan em uma carta de intenções ao FMI de 1998, na qual o Ministro da Fazenda relatava não contar mais com o lucro das estatais.⁴⁸³

3.7.7: “Moedas podres”

O tema das “moedas podres” foi presente na cobertura das privatizações. Em algumas reportagens, a notícia de que parte do pagamento pelas estatais era feito com essas moedas era dada com mais discricão. Assim, por exemplo, em “*Meridional é vendido por R\$265 milhões ao Bozano, Simonsen, com ágio de 54,9%*”, apenas ao longo do texto explicava-se que 90% do valor havia sido pago através de “moedas podres”. O mesmo ocorreu em “*Light compra Eletropaulo por R\$2 bilhões, sem disputa*” – somente após a leitura da reportagem poderia se saber que 30% do embolso havia sido em títulos. Em outros casos, o fato era destacado já nas manchetes: “*Venda*

⁴⁸² *O Globo*, 26/7/1998,p.43.

⁴⁸³ HONORATO, César. Breve Ensaio...op.cit.p.6, LESBAUPIN, Ivo e MINEIRO, Adhemar. *O desmonte da nação em...*op.cit.p.30.

da Acesita: só US\$ 30 mil em moeda”, “Poliolefinas: 30% em dinheiro vivo” e “Cosipa: percentual em dinheiro deverá ser de 3,85%”.⁴⁸⁴

O *Globo* se colocou favorável ao uso das “moedas podres” como forma de pagamento pelas estatais, pois esta também seria uma maneira de reduzir o endividamento público. Na matéria “*SFH [Sistema Financeiro de Habitação]: rombo pode ser moeda de privatização*”, explicava-se que a utilização de títulos do SFH era uma “*solução*” que permitia o governo Collor “*matar vários coelhos com uma só cajadada*”, pois arrumaria “*compradores para empresas de difícil venda*” e livraria “*o Tesouro Nacional de imensos encargos*”. As desestatizações eram apresentadas como “*tábua de salvação*”, pois os “*agentes financeiros*” também poderiam utilizar “*seus créditos junto ao FCVS [Fundo de Compensação das Variações Salariais] na compra de estatais*”. Na mesma página, havia uma reportagem menor, “*Meta do Governo é reduzir endividamento*”, que reforçava a idéia de que o programa reequilibrava os orçamentos governamentais: “*o Programa Nacional de Desestatização já vem conseguindo diminuir despesas financeiras*” vinculadas ao pagamento da dívida pública.⁴⁸⁵

Outras matérias seguiam a mesma linha: “*Vale ajuda Governo a resgatar títulos hoje*” e “*SFH: acerto de contas e privatização*” – nesta última, a privatização era apresentada como forma de reduzir o “*rombo potencial*” do FCVS. Em “*Banco do Brasil ganhou com o leilão da Usiminas*”, afirmava-se que o banco estatal havia repassado algumas moedas podres à Vale do Rio Doce, que as utilizou para comprar 15% da Usiminas. Na reportagem “*Privatização reduz dívida em US\$ 5 bilhões*”, de 1992, informava-se que 98,5% dos dólares arrecadados com as privatizações eram oriundos de títulos que permitiam a diminuição do endividamento. O texto tinha declarações de Eduardo Modiano favoráveis ao uso de moedas de privatização, destacando a seguinte frase: “*Para Modiano, o uso de títulos da dívida pública na privatização é necessária enquanto o país está endividado*”.⁴⁸⁶

⁴⁸⁴ *O Globo*, 16/05/1998.p.21, 16/04/98.p.24, 30/10/92.p.20, 18/3/93.p.25, 20/8/93.p.19.

⁴⁸⁵ *O Globo*, 21/11/1991.p.27.

⁴⁸⁶ Na pequena matéria “*Pagamento à vista preocupa bancos*”, destacava-se no primeiro parágrafo: “*o Governo poderá reduzir em muito a demanda sobre as estatais que serão privatizadas, caso só aceite pagamento à vista pelas ações leiloadas. A avaliação é de diretores de dois bancos [Banco Boavista e Banco Nacional] que vem participando do programa como compradores ou consultores*”. *O Globo*, 14/05/1997.p.29, 27/11/91.p.23, 27/10/91.p.46, 5/9/92.p.26, 9/04/92.p.29.

Apesar de defender o uso dos títulos, o jornal não evitou – ou não pôde evitar – o termo pejorativo “moedas podres”. Em “*Álcalis e siderúrgica [CST] foram pagas com ‘moedas podres’*”, explicava-se que haviam sido aceitos títulos de dívidas dos governos “*conhecidos no mercado financeiro como ‘moedas podres’*”. Outra matéria explicava que “*moedas podres (...) nada mais são do que títulos públicos com vencimento de longo prazo*”. As explicações de *O Globo* pareciam pretender esvaziar o caráter depreciativo do termo, como se tratassem de títulos como quaisquer outros, não obstante a denominação “podre”. Além disso, como veremos mais abaixo, o periódico deu grande destaque às chamadas “moedas sociais”, criadas para se contrapor às “moedas podres”.⁴⁸⁷

Como de praxe, os editoriais intensificavam os posicionamentos das matérias “objetivas”. Insistia-se que o governo precisava resgatar certos títulos, mas não tinha “*recursos em caixa*”, o que tornava o uso de moedas podres “*uma saída perfeita para o impasse*”. O programa de privatização seria um “*poderoso instrumento de resgate e abatimento de dívidas do setor público*”. Os editoriais defendiam a ampliação do “*leque de moedas alternativas*” e ressaltavam os malefícios do pagamento em dinheiro vivo – este poderia se “*esfumaçar em despesas correntes do governo*”.⁴⁸⁸

Algumas matérias destoavam da diretriz geral do jornal e revelavam que alguns grupos sociais, em especial as instituições bancárias, se beneficiavam do uso de moedas podres. Em “*Moeda podre: BNDES oferece o seu estoque*”, relatava-se que o banco público vendia os títulos aos bancos privados, que os repassavam cobrando taxas “*numa operação que não dá qualquer trabalho*”. Outras duas reportagens eram mais diretas: “*A festa dos bancos nas privatizações*” e “*Itaú realiza um bom negócio: R\$150 milhões em troca de R\$310 milhões*”. Ambos os textos tratavam dos ganhos obtidos pelas instituições financeiras através da utilização de moedas podres, negociadas pela metade de seu valor de face e repassadas ao governo como forma de pagamento pelas estatais pelo seu valor máximo.⁴⁸⁹

Na questão das “moedas podres”, o jornal manteve seu alinhamento com os governos neoliberais (sobretudo Collor, que mais se valeu dessa forma de pagamento), defendendo o uso de títulos nos leilões e esvaziando o caráter pejorativo do termo. Os deságios dessas “moedas”, que beneficiavam os bancos e demais compradores das

⁴⁸⁷ *O Globo*, 24/7/1992.p.22, 8/04/92.p.26. (grifos nossos)

⁴⁸⁸ *O Globo*, 13/04/1992.p.6, 11/9/93.p.26, 21/1/95.p.6.

⁴⁸⁹ *O Globo*, 21/4/1993.p.27, 20/5/96.p.14, 27/06/97.p.22.

empresas públicas, não foram ocultados, mas eram poucas vezes mencionados. Ademais, não localizamos nenhuma reportagem que registrasse o fato do BNDES ter financiado grupos empresariais na aquisição desses títulos para arrebatar as estatais.

3.7.8: O capital estrangeiro nos leilões

Em nenhum momento de sua história, *O Globo* colocou-se contrário à abertura do país ao capital estrangeiro – até porque, como vimos no Capítulo 1, a trajetória das Organizações Globo é marcada por uma série de associações com as multinacionais.

Nas páginas do jornal, no período pesquisado, encontramos muitos textos que advogavam por uma maior presença das transnacionais na economia brasileira. Na matéria “*Congresso deve liberalizar lei de remessas de lucros*”, havia no alto na página o desenho de um cofre com a bandeira do Brasil e uma mão – representando as multinacionais – depositando dinheiro. Várias outras reportagens conferiam uma conotação positiva ao capital externo, como em “*Capital estrangeiro segura alta nas bolsas*”, “*Aposta na economia brasileira – fluxo de capital estrangeiro surpreende e deve chegar a US\$30 bilhões este ano*” e “*A redescoberta do Brasil – investimento externo no setor produtivo chega para ficar*”. De acordo com esta última, haveria “*um consenso entre os especialistas de que a participação dos estrangeiros é imprescindível para financiar o desenvolvimento do país*”.⁴⁹⁰

Nesse sentido, não surpreende a postura favorável do jornal à participação do capital internacional nas privatizações. Entretanto, algumas manchetes noticiavam a compra de estatais por estrangeiros em um tom seco e direto, sem manifestar posicionamento: “*Capital estrangeiro vai participar do leilão da Copesul*”, “*Malha Oeste é vendida a grupo dos EUA*”, “*Estrangeiros compram CEG e Riogás*” e “*Consórcio liderado por espanhóis arremata a Coelba – Uberdrola também participa*”

⁴⁹⁰ Outras matérias favoráveis às transnacionais poderiam ser citadas, como “*Capital externo: investimentos no Rio somarão US\$28 bilhões até 2001*” e “*Concorrência de fora barateia o conforto nos cinemas – Entrada de empresas como a americana Cinemark acirra a briga com oferta de melhorias e ingressos a preços mais baixos*”. Matérias de teor crítico – como “*Ganho em filiais faz do Brasil paraíso das multinacionais*” – eram absolutamente minoritárias. Uma reportagem que enfatizava o interesse das transnacionais pela diminuta remuneração dos trabalhadores brasileiros era amenizada pelos “*técnicos*” (“economistas”): “*Salários baixos pagos no Brasil no Brasil são chamariz para empresas estrangeiras – segundo especialistas, chegada de novas companhias vai melhorar nível salarial*”. *O Globo*, 28/11/1991.p.30, 14/03/92.p.26, 22/10/95.p.49, 26/03/2000.p.39, 26/03/2000.p.40, 19/07/98.p.45, 22/1/94.p.42, 5/5/96.p.54.

do controle da CEG”. É possível que o periódico procurasse evitar a pecha de “entreguista” e, portanto, noticiasse tais aquisições com mais “equilíbrio”.⁴⁹¹

Já outras matérias destacavam pontos considerados positivos, como o valor pago, a ocorrência de ágio e as promessas de investimentos, padrão de reportagem já mencionado anteriormente. Foi o caso das manchetes: “*Quatro grupos estrangeiros disputarão hoje a Comgás – Empresa pode ser arrematada com ágio de mais de 50%*”, “*Ingleses levam Comgás com ágio recorde – British Gas e Shell arrematam por R\$1,65 bilhão*”, “*Santander leva Banespa por 7 bilhões – Espanhóis pagam ágio de 281% e assumem 3º lugar no ranking dos bancos privados*”, “*Alemães vão investir em privatização para não perder o mercado brasileiro*”, “*Depois de distribuidora, Enron quer agora a Comgás – Empresa americana anuncia investimentos entre US\$70 milhões e US\$90 milhões anuais durante cinco anos na Elektro*”. No texto de algumas matérias, utilizava-se termos simpáticos às transnacionais, como “*gigantes do setor de energia e gás*” – referindo-se às empresas interessadas na Comgás. Uma reportagem sobre a supremacia das multinacionais nas desestatizações do ramo elétrico se iniciava da seguinte maneira: “*os gringos tem mesmo energia. E provam isso com fôlego que apresentam na disputa pelas estatais do setor elétrico*”.⁴⁹²

Outra maneira do jornal se colocar favoravelmente à participação multinacional nas privatizações foi concedendo espaço para os “especialistas” que advogavam a mesma estratégia. A reportagem “*Modiano quer rever regras da privatização*” continha queixas do presidente do BNDES quanto à pequena presença do capital estrangeiro e uma defesa da abolição das restrições. Em “*Governo recua da exigência de 51% de capital brasileiro nas telecomunicações*”, destacava-se a seguinte frase: “*Motta faz questão de derrubar tabus que inibam investimentos*”.⁴⁹³

⁴⁹¹ *O Globo*, 9/05/1992.p.27, 6/3/96.p.24, 15/07/97.p.21, 1/08/97.p.21.

⁴⁹² Destoando das passagens simpáticas às transnacionais, a capa da edição que noticiava a privatização da Light tinha uma foto de uma rua do centro do Rio de Janeiro, onde havia um menor de aparência humilde – talvez fosse um “menino de rua” – próximo de um executivo da empresa francesa EDF, compradora da estatal. A foto tendia a ressaltar os contrastes sociais e, talvez, mostrar que existia uma relação entre multinacionais e pobreza nacional. *O Globo*, 14/04/1999.p.29, 15/04/99.p.33, 21/11/2000.p.21, 16/09/97.p.19, 16/07/98.p.21, 01/08/97.p.23.

⁴⁹³ Matérias não necessariamente voltadas para as privatizações concediam amplo espaço para integrantes do governo Fernando Henrique Cardoso defenderem maior presença multinacional, como em “*FH quer capital externo na saúde*”, “*Arida: reformas tratarão de volta o capital estrangeiro*”, “*Relator quer remessas de lucros isentas de imposto*”, “*Governo quer eliminar restrições de crédito oficial às multinacionais*” e “*Governo propõe fim de barreira ao capital estrangeiro*”. Nesta última reportagem, havia declarações de Pedro Malan: “*queremos atrair o tipo de capital que interessa, que é o investimento direto, aquele gera empregos, que traz tecnologia. Por isso, precisamos alterar a Constituição*”. Já as matérias com pontos de vistas contrários ao capital internacional praticamente não foram localizadas em nossa pesquisa. Uma das exceções foi o pequeno texto intitulado “*Esquerda quer limitar capital*”.

Finalmente, seguidos editoriais defendiam a presença das transnacionais nas desestatizações: “*É SALUTAR que a equipe de colaboradores [de Collor] não tenha excluído o capital estrangeiro desse processo de privatização*”; “*volta do capital estrangeiro é vital: não há alternativa conhecida para o papel que deverá representar no financiamento da recuperação econômica*”. Procurando demonstrar como as multinacionais eram positivas para o país, um editorial ressaltou que estas que permitiram o surgimento das “*florescentes cidades do ABC paulista*”, onde os trabalhadores dispunham de “*inigualável padrão de vida*”.⁴⁹⁴

O Globo defendeu maior abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, sendo coerente com seu passado (associação como grupo Time-Life) e com seus interesses empresariais mais recentes – no Capítulo 1, vimos que as Organizações Globo vincularam-se a vários conglomerados internacionais de comunicação, como News Corporation. O jornal deu espaço para “especialistas” se manifestarem favoravelmente às transnacionais e, em algumas matérias, destacou os investimentos que estas fariam no país. Eram raras as matérias que tratavam da questão das remessas de lucros, da desnacionalização da economia brasileira, do interesse das multinacionais nos baixos salários das classes trabalhadoras do país ou que se baseavam em vozes críticas.

Merece um comentário a observação do editorial que sustentava haver “inigualável” padrão de vida nas cidades do ABC paulista graças às multinacionais. A afirmação de *O Globo* era contrariada pelo fato dos trabalhadores da região realizarem dezenas de greves nos anos 80 denunciando suas mazelas, que incluíam baixos salários, instabilidade no emprego e às más condições de moradia.⁴⁹⁵

3.7.9: Os trabalhadores nos leilões

No início deste capítulo, vimos que os governos neoliberais visavam ganhar adesão de parte dos trabalhadores das estatais assegurando-lhes uma parte das ações das empresas que seriam privatizadas. A cobertura de *O Globo* conferiu destaque à questão, mencionando-a muitas vezes: “*Empregados [da Mafersa] podem ter 50% das ações*”,

estrangeiro”, no qual se registra a oposição do PT a possibilidade das multinacionais adquirirem 100% das ações das estatais. *O Globo*, 14/11/1991.p.29, 13/3/96.p.5, 21/2/95.p.3, 12/3/95.p.1, 1/10/95.p.25, 30/5/92.p.30, 14/2/95.p.27, 16/9/93.p.30 (grifo nosso).

⁴⁹⁴ *O Globo*, 17/01/1990.p.4, 03/10/1991p.27, 4/04/90.p.18.

⁴⁹⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos...*op.cit.

“Empregados [da Acesita] comprarão 10% das ações”, “CSN: empregados terão 20% das ações”, “Empregados estarão no controle da Light”, “Funcionários da Light participação do controle” e “Celma: funcionários venderão ações”. Nesta última, informava-se que os trabalhadores da empresa teriam “bons lucros” se vendessem suas ações.⁴⁹⁶

O *Globo* também conferiu relevo às propostas dos governos Itamar Franco e FHC de permitir o uso do FGTS e do PIS/Pasep como forma de compra de ações das estatais – seriam as “moedas sociais”, de acordo com seus defensores. Uma reportagem sustentou que esse era “o primeiro passo do governo na direção de democratizar o programa” de privatizações. A matéria “Modalidades de venda vão ser ampliadas” ia mais longe e preconizava que, com tal procedimento, o governo visava “democratizar o capital das estatais”. A reportagem “Privatização entra em nova fase” utilizava praticamente as mesmas palavras: o “grande charme” das desestatizações seria a utilização do FGTS, uma “forma de democratizar o capital” e beneficiar “diretamente os trabalhadores das companhias incluídas no PND”.⁴⁹⁷

O *Globo* veiculou a idéia de que as desestatizações, via FGTS ou reserva de ações aos funcionários das estatais, representavam a “democratização do capital”. O jornal divulgou a propaganda governista das “moedas sociais” como se fosse um fato, distanciando-se da realidade: as privatizações tornavam o capital ainda mais oligopolizado, enquanto a precarização, terceirização e desemprego das classes subalternas eram aprofundados.

3.7.10: Questão dos preços mínimos

Como vimos acima, muitas manchetes sobre as desestatizações ressaltavam os

⁴⁹⁶ O *Globo*, 12/10/1989.p.26, 19/10/92.p.17, 23/5/96.p.34, 22/5/96.p.23, 19/12/91.p.34, 23/07/92.p.22.

⁴⁹⁷ O jornal insistiu no tema, como se percebe na manchete “Kandir quer aprovar logo o projeto que prevê uso do FGTS nas desestatizações – Idéia é permitir que trabalhadores comprem ações da Vale e Light já em outubro”. A idéia de que a privatização “democratizava” o capital também apareceu em matérias que ressaltavam que as empresas estatais passavam a ter diferentes proprietários (aqueles que integravam os consórcios) que compartilhavam sua “gestão”, em contraste com as empresas controladas pelo Estado ou por grupos familiares. Daí as manchetes “Privatização com a emissão de ações democratiza capital”, “Capital deverá ficar bastante pulverizado” e “Poder Econômico no Brasil ganha uma nova cara – abertura e privatizações introduziram modelo de gestão compartilhada, democratizaram capital e empresa familiar perde espaço”. Nesta última reportagem, afirmava-se que as empresas não dependiam mais “da mão de ferro do dono, mas do consenso dos acionistas”. Declarações de Roberto Campos presentes no texto iam mais longe: “O Brasil passará a ter um capital do povo. Será mais um estágio da revolução capitalista”. O *Globo*, 23/10/1993.p.26, 19/9/93.p.41, 8/7/94.p.15, 10/05/97.p.24, 27/02/90.p.12, 24/10/91.p.24, 19/04/98.p.40.

preços pelos quais as estatais haviam sido vendidas. Não raro, realçavam a ocorrência de ágios nos leilões. Porém, as controvérsias entorno dos valores a serem cobrados pelas estatais não era um tema recorrente no periódico. Mais incomuns ainda eram os textos que tratavam das empresas de consultoria que avaliavam as empresas públicas.

Uma das poucas matérias localizadas sobre tais temáticas, “*Privatização também será privatizada*”, relatava que algumas empresas consultoria particulares avaliariam o patrimônio das estatais. Em outra, “*Ozires: lucratividade norteará privatização*”, havia a explicação do Ministro da Infra-estrutura sobre os critérios para a determinação dos preços das estatais: o valor seria embasado na capacidade da empresa de gerar lucro e não em seu patrimônio.⁴⁹⁸

Algumas matérias registravam desentendimentos na determinação do preço das estatais, como “*Avaliação da empresa [Acesita] ainda gera polêmica*”, “*TCU manda adiar o leilão da Açominas*” e “*Adiada privatização do setor elétrico*”. Relatava-se que as empresas de consultoria havia estabelecidos preços diferentes para uma mesma estatal.⁴⁹⁹

O texto de maior teor crítico encontrado por nossa pesquisa, a pequena reportagem “*Frase de dirigente do BNDES ajuda opositores do leilão*”, reproduzia a fala de Aléxis Stepanenko, integrante do banco estatal: “*‘é uma avaliação de acordo com o mercado. Não adianta pedir mais que o mercado está disposto a pagar, se não nunca venderemos a empresa’*”.⁵⁰⁰

Em contraste com as matérias, os editoriais tratavam diretamente das queixas feitas ao preço instituído para as estatais. Ressaltava-se que se o valor cobrado pelas empresas públicas fosse tão baixo, como sustentavam os críticos, não ocorreriam desistências nos leilões ou estes teriam a presença de inúmeros interessados, o que não era o caso. De acordo com o jornal, as empresas de consultoria responsáveis pelo estabelecimento dos preços teriam grande “*capacidade técnica*” e “*larga experiência na avaliação de empresas privadas*”. Ressaltava-se que ocorria um “*exaustivo processo de preparação*”: duas firmas eram responsáveis pela apreciação das estatais e, em caso de conclusões discrepantes, uma terceira empresa de consultoria era convocada. Assim, segundo os editoriais de *O Globo*, as críticas aos preços das estatais eram feitas por

⁴⁹⁸ *O Globo*, 21/08/1990.p.23 e 7/03/90.p.19.

⁴⁹⁹ *O Globo*, 13/10/1992.p.15, 25/8/93.p.24, 9/9/94.p.28.

⁵⁰⁰ *O Globo*, 24/3/93.p.21.

“ignorância, leviandade ou tentativa maliciosa de confundir a opinião pública”, não tendo “outro fim se não o de paralisar o programa”.⁵⁰¹

O jornal conferiu pouco espaço às queixas contra os preços mínimos, feitas principalmente por sindicatos. Não foram encontrados questionamentos ao fato das empresas públicas, independente de possuírem vasto patrimônio, serem vendidas apenas com base em estimativas sobre sua lucratividade. Críticas a tais cálculos de rentabilidade tampouco eram freqüentes. Nenhuma matéria explorou possíveis vínculos entre as empresas de consultoria e os compradores das estatais.

Nesta parte da tese, vimos como foi a cobertura de *O Globo* de uma série de temáticas ligadas às desestatizações. O jornal se alinhou aos governos neoliberais e aos setores empresariais interessados nas privatizações, em especial aqueles vinculados às multinacionais, apoiando a política de demissões, a utilização de “moedas podres” e a presença dos fundos de pensão e do capital estrangeiro nos leilões. O periódico defendeu que as somas adquiridas com a venda das empresas públicas fossem utilizadas no abatimento das dívidas interna e externa, ou seja, na remuneração do capital financeiro. Tais posicionamentos eram mostrados como se fossem interessantes para “toda a nação”, sendo respaldados por “especialistas” (“economistas”) afinados com o projeto político advogado por *O Globo*.

Diversos temas mais “espinhosos” para o jornal, que poderiam colocar os leitores contra as privatizações como as dívidas incorporadas pelos governos para “preparar” as estatais e o financiamento público aos grupos que participavam dos leilões, não deixaram de mencionados pelo jornal. Da mesma forma, algumas matérias trataram dos ganhos de algumas instituições bancárias com o manejo das “moedas podres” ou do fato de alguns pagamentos tenham sido majoritariamente baseados nesses títulos. Tais reportagens eram fundamentais para *O Globo* poder se apresentar como “imparcial”, “independente” ou “equilibrado”. Todavia, tais textos não eram publicados sistematicamente, constituindo-se em exceções ao padrão dominante do periódico que recorrentemente veiculava as “virtudes” da privatização e do “mercado”.

Pode-se afirmar que a cobertura de *O Globo* referente às privatizações privilegiou algumas temáticas – como preços e ágio dos leilões, as somas totais obtidas pelo programa, a “redução” das dívidas, as promessas de investimentos dos novos

⁵⁰¹ *O Globo*, 29/6/1993.p.6, 22/06/98.p.6, 20/3/93.p.21.

donos e a “democratização do capital” – e concedeu menor relevo a outras, em especial aquelas que mostravam os governos analisados assumindo encargos e subvencionando diferentes grupos empresariais. Estas últimas questões eram “indesejáveis” porque refutavam a imagem veiculada pelo jornal de um Estado “falido” que apenas defendia a si e aos “marajás”. Não se destacava, portanto, a “antiga modalidade de ação do Estado brasileiro”, nas palavras de Graciolli: “socializar perdas e financiar, com fundos públicos, o interesse do capital privado, mormente do grande capital”.⁵⁰²

A seguir, analisaremos alguns aspectos da cobertura específica de *O Globo* das privatizações da Usiminas, da CSN, da Vale do Rio Doce, do Sistema Telebrás (incluindo o “escândalo dos grampos”) e do Banerj. Faremos comentários breves uma vez que a caracterização geral das reportagens sobre as desestatizações já foi descrita acima.

3.8: Usiminas, CSN, Vale do Rio Doce, Sistema Telebrás, escândalos dos grampos, Banerj e os leilões de áreas petrolíferas

A Usiminas foi escolhida por se tratar da primeira desestatização importante dos anos noventa. Os integrantes do governo Collor optaram por iniciar as privatizações pela siderúrgica mineira por esta dispor de boas condições financeiras e tecnológicas. Uma vez privatizada, poderia ser utilizada como “vitrine” do programa, uma “prova” de que as empresas leiloadas operaram adequadamente.⁵⁰³

No dia seguinte ao leilão, a manchete de capa de *O Globo* foi: “*Capital nacional fica com a Usiminas*”. Ao nosso ver, tal mensagem visava atenuar as críticas ao programa. A venda da siderúrgica mineira ocorreu em 1991, ano em que entidades como CUT, o PT e o PDT, mobilizavam-se contra as privatizações e enfatizavam que estas provocariam a desnacionalização da economia brasileira. Ao destacar que a compra da Usiminas fora realizada por empresários nacionais, o jornal objetivava demonstrar que os opositores à venda não tinham razões em suas acusações.⁵⁰⁴

Outras manchetes seguiam o padrão das matérias favoráveis às privatizações visto acima: ênfase no preço pago pela estatal (“*Preço mínimo para venda da estatal é superado em 15%*”), nos investimentos prometidos pelos novos proprietários (“*Banco*

⁵⁰² GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN...*op.cit.p.241 e 242.

⁵⁰³ CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.103

⁵⁰⁴ *O Globo*, 25/10/91.p.1.

[Bozano, Simonsen] *vai investir US\$140 milhões*”; “*Vale tem planos para modernizar empresa*”) e na idéia de que o governo se livrava de um fardo (ao lado da manchete principal, havia um desenho de um elefante, representando a estatal, com a palavra “*vendido*”). Tais matérias eram reforçadas pela fala de personalidades defensoras e/ou organizadoras da venda da Usiminas: “*Modiano: País entra na modernidade*”, “*Collor: venda da siderúrgica eleva credibilidade do Governo*”, “*Marcílio [Ministro da Economia]: Leilão foi um divisor de águas*”, “*Para Santana [Ministro da Infra-Estrutura], preço atendeu a expectativa*”, “*Fiuza [líder do Governo, deputado do PFL]: Radicais foram derrotados*”, “*Empresários aplaudem o êxito do leilão*”. Também registrava-se a satisfação de setores que haviam se colocado contra a privatização: “*Interesse nacional foi atendido, diz Brizola*” e “*Resultado do leilão agrada a Sindicato dos Metalúrgicos*”.⁵⁰⁵

As matérias sobre a CSN também não destoaram do modelo já descrito. A premissa geral das reportagens era a de que a estatal de Volta Redonda vivia uma crise financeira e sua solução passava pela desestatização, daí a manchete “*Privatização: questão vital para a CSN e a Cosipa*”. Este texto salientava que as siderúrgicas estatais não conseguiriam concorrer com a “*eficiente*” Usiminas, já transferida para a iniciativa privada. Algumas reportagens ressaltavam que as dificuldades econômicas da CSN poderiam impedir a desestatização, como “*CSN: prejuízos inviabilizam venda*” e “*Dívida da CSN de US\$ 756 milhões ameaça a privatização*”. No texto desta última, após a listagem de dívidas da siderúrgica, indagava-se: “*algum grupo privado se interessaria em comprar uma estatal nessas condições?*”. A ênfase na inviabilização da licitação em virtude dos problemas financeiros tendia a legitimar os investimentos estatais que “preparariam” a estatal para a venda.⁵⁰⁶

Como de praxe, *O Globo* publicava depoimentos de figuras que reafirmavam a solução privatista. Em uma matéria, Juvenal Osório, presidente da CSN, preconizava que a desestatização era um “*remédio (...) contra o vírus do corporativismo que costuma tomar conta das estatais mais antigas*”. A reportagem “*Ozires: única saída para evitar a extinção*” se iniciava da seguinte maneira: “*a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi a única saída encontrada pelo governo para evitar a extinção, explicou (...) o Ministro da Infra-estrutura, Ozires Silva*”. Acrescentava-se

⁵⁰⁵ *O Globo*, 25/10/1991.p.1, 19, 20 e 21.

⁵⁰⁶ *O Globo*, 12/8/1992.p.21, 14/01/1990.p.38, 15/10/92.p.25.

que o presidente Collor, “*após muitos estudos*”, orientou “*sua equipe*” a buscar soluções para a CSN “*através de mecanismos empresariais*”.⁵⁰⁷

Um aspecto marcante da cobertura desta privatização foi amplo espaço que o jornal concedeu a Roberto Procópio de Lima Netto, que presidiu a siderúrgica durante o governo Collor e a preparou para a venda. Ele reduziu drasticamente o número de trabalhadores da estatal e empenhou-se profundamente em derrotar os setores sindicais contrários à desestatização. Alguns exemplos de reportagens que o colocavam em evidência: “*Novo presidente reformulará a CSN*” e “*Novo presidente da CSN quer acabar com cartéis*”. Esta última matéria se referia aos grupos que controlavam a venda de produtos siderúrgicos e relatava que Lima Netto implementara um “*severo programa de ajustes*”, incluindo a demissão de cinco mil pessoas, permitindo retorno da lucratividade da empresa. Os textos “*Privatização da CSN dará ações aos empregados*”, “*CSN: privatização em um ano e demissões*” e “*Empresa está demitindo mesmo sem verba*” tinham como base declarações de Lima Netto – nas duas últimas matérias, ele justificava as exonerações. Finalmente, o próprio Lima Netto foi articulista do jornal.⁵⁰⁸

Muitos editoriais apoiaram a privatização da CSN, preconizando a que a siderúrgica necessitava de investimentos: “*SEM A privatização, a Companhia Siderúrgica nacional (...) continuará sua lenta agonia*”. O jornal ressaltava que a desestatização era uma oportunidade dos trabalhadores virarem donos de parte da CSN – “*do mais humilde peão ao mais graduado técnico poderão ter ações*”. Porém, criticou a idéia de que a empresa poderia ser integralmente comprada por trabalhadores com recursos do Banerj, idéia defendida por Brizola. De acordo com o periódico, os operários não teriam somas para financiar a expansão da siderúrgica no mercado externo. Noutros termos, a propriedade dos meios de produção deve pertencer aqueles (poucos) que possuem muito dinheiro. *O Globo* se opôs às proposições do pedetista valendo-se de argumentos nacionalistas: “*ESSE novo sistema de ‘privatização’, que passa as empresas estatais para seus empregados com ajuda dos cofres públicos, servirá para fortalecer a posição dos Estados Unidos, impedindo acesso de produtos siderúrgicos brasileiros no próspero mercado americano*”. Para o jornal, “*a ajuda dos*

⁵⁰⁷ *O Globo*, 14/01/1990.p.38, 20/04/90.p.23

⁵⁰⁸ GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN...*op.cit.p, *O Globo*, 19/04/1990.p.24, 21/04/90.p.18, 20/04/90.p.23, 9/05/90.p.6 (grifo nosso).

cofres públicos” aos trabalhadores na privatização era condenável, o mesmo não valendo quando tais subsídios se destinavam ao capital.⁵⁰⁹

Manchetes que poderiam incitar uma posição contrária à privatização se fizeram presentes na cobertura do jornal, como as que destacavam o vasto patrimônio da estatal (“*CSN é proprietária de fazendas e hotéis*”), relatavam que o pagamento poderia ser majoritariamente feito em “moedas podres” (“*Leilão da CSN exigirá pelo menos 3,8% em dinheiro*”) ou informavam que siderúrgica estava gerando lucro (“*CSN: lucro recorde de US\$ 125 milhões em 92*”). Além de tais textos não terem sido majoritários, divulgavam as informações mais “espinhosas” sutilmente: o destaque da penúltima manchete não era “as moedas podres”, mas a “exigência em dinheiro”; a última matéria creditava a lucratividade da CSN às políticas de “saneamento” implementadas por adeptos das desestatizações. Cabe salientar também que as matérias que tratavam das demissões, outro tema que poderia gerar descontentamento, muitas vezes tinham por base entrevistas com quem as defendia e as executava: Lima Netto.⁵¹⁰

A cobertura da venda da Vale do Rio Doce distinguiu-se em um aspecto das demais: adversários da privatização e informações que poderiam incitar uma posição contrária a desestatização foram mais presentes nas reportagens. Ao nosso ver, isso se deve ao fato de a campanha opositora ter sido integrada não somente pelas associações tradicionalmente críticas do programa, como CUT, MST, PT e PDT, mas também pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), setores nas universidades, com destaque à COPE da UFRJ, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Clube de Engenharia, Instituto de Arquitetos do Brasil, Confederação Nacional de Integrantes e Beneficiários das Forças Armadas e grupos do PMDB, incluindo o presidente da agremiação, Paes de Andrade. Nomes conhecidos nacionalmente, como Oscar Niemeyer, Barbosa Lima Sobrinho e Itamar Franco, além de integrantes da Igreja Católica (Dom Luciano Mendes de Almeida, Bispo de Mariana) e do poder judiciário (Fábio Konder Comparato e Eros Grau) também se alinharam à

⁵⁰⁹ Em um editorial, o jornal afirmava ser “*espantoso*” Brizola, “*nesta altura da vida*”, “*acreditar (...) que é possível desenvolvimento econômico sem empresários*”. A proposta de “*estadualização*” da CSN encampada por Brizola foi citada nas reportagens “*CSN: sindicato e Governo discutem privatização*” e “*Trabalhadores poderão ter participação maior na CSN*”. Percebe-se que o pedetista, velho adversário do jornal, não era destacado nas nestas manchetes. *O Globo*, 28/04/1990.p.4, 20/12/91.p.6, 30/3/93.p.23, 27/3/93.p.22, 23/3/93.p.23, 24/3/93.p.21.

⁵¹⁰ *O Globo*, 29/3/1993.p.15, 30/3/93.p.1, 9/3/93.p.19.

contestação à venda da mineradora.⁵¹¹

O arco de adversários da privatização da Vale era mais amplo principalmente pelo fato da empresa possuir um vastíssimo patrimônio, como vimos no início deste capítulo, ser lucrativa e por explorar recursos do solo brasileiro. Para os críticos, vender a mineradora significava entregar para mãos privadas, talvez estrangeiras, importantes riquezas nacionais.

Os opositores da privatização tinham importantes posições tanto na sociedade civil quando no Estado em sentido restrito, abarcando as classes médias e até frações das classes dominantes, principais leitoras do jornal. Nesse sentido, *O Globo* correria o risco de desagradar seus assinantes se praticamente só publicasse reportagens louvando a venda da Vale do Rio Doce. Dessa forma, entende-se a presença de matérias que ressaltavam as riquezas exploradas pela mineradora e o fato da estatal ser lucrativa, como “*Empresa que vencer leilão terá reservas por 400 anos*”, “*Carajás, cidade de ferro que se move sobre trilhos e caminhões gigantes – Principal mina da Vale no Pará tem reserva para 400 anos*”, “*Receita da Vale com minério de ferro atinge R\$1,6 bilhões – reservas totais disponíveis, de 41,5 bilhões de toneladas, são suficientes para quatro séculos de produção, no ritmo atual*” e “*Empresa lucrou 76% a mais no 1º trimestre*”. Porém, uma reportagem, “*Um gigante estatal com jeito de empresa privada*”, preconizava que as boas condições financeiras da empresa se deviam ao fato da Vale não atuar como uma estatal: “*embora estatal, a Vale sempre se orgulhou de atuar como empresa privada*”, livrando-se “*dos interesses políticos, do empreguismo e da ineficiência provocada pela falta de competição*”. Assim, mesmo em matérias que elogiavam a empresa pública, a “*iniciativa privada*” continuava sendo mostrada como o “*segredo do sucesso*”.⁵¹²

Adversários da privatização, como Miro Teixeira (PDT), Milton Temer (PT), o advogado Marcelo Cerqueira, Luis Pinguelli (COPE-UFRJ) e membros da ABI e OAB tinham espaço na cobertura do jornal, principalmente nas matérias sobre os processos judiciais contra a venda da mineradora. Uma reportagem registrava a oposição de José Sarney e Jarder Barbalho: estes afirmavam que a Vale era “*estratégica*” e dispunha um potencial incalculável de reservas minerais. O texto preconizava que os adversários

⁵¹¹ CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.315, 317 e 320.

⁵¹² Uma matéria salientava que o consórcio vencedor herdaria “*uma grande área de conflitos sociais em Carajás, no Pará, onde existe uma das maiores minas de ferro do mundo: de sem-terra a garimpeiros, traficantes e prostitutas*”. Os quatro grupos citados, como sem-terra e traficantes, pareciam ser equiparados pelo jornal, o que contribuía para sua criminalização. *O Globo*, 15/10/1995.p.43 e 44, 27/04/97.p.42, 25/04/97.p.19, 30/04/97.p.29, 15/10/95.p.45.

“*não dizem de público*”, mas se interessavam pelo “*uso da empresa como instrumento de ação política*”.⁵¹³

Foi publicada ainda uma reportagem de teor crítico, “*Venda da Vale levará a concentração – Privatização provocará reestruturação nas áreas de siderurgia, alumínio e papel e celulose*”, que apontava para monopolização de alguns setores econômicos a partir da desestatização. A denúncia era amenizada pelo esclarecimento prestado por um “*analista*” de uma empresa de consultoria (Sirotsky e Associados), que salientava ser a concentração “*uma tendência natural do mercado*”. Uma vez naturalizada a questão, as críticas à concentração eram esvaziadas.⁵¹⁴

Em algumas publicações, *O Globo* demonstrava esforço em aparentar-se “equilibrado”. Uma edição continha dois quadros com os títulos “*Argumentos de quem é contra [a privatização]*” e “*Os argumentos de quem é a favor*”, contando ainda com duas pequenas entrevistas com Miro Teixeira (opositor) e Elena Landau (defensora). Uma reportagem, “*Uma guerra de opiniões na Internet*”, registrava forte divisão entre os “*internautas*” do *Globo online* - 90 a favor, 85 contra a venda da mineradora.⁵¹⁵

Outras matérias do jornal seguiam o padrão já descrito anteriormente de destacar dados que incitavam a conclusão de que a privatização era positiva para “*toda a nação*” e conceder voz aqueles que defendiam a desestatização. Elena Landau, Luis Carlos Mendonça de Barros e Fernando Henrique Cardoso eram as figuras mais presentes nas justificativas da venda da Vale. Um exemplo de manchete deste tipo foi “*Fernando Henrique: ‘Vale não rende nada para o Governo’ – Presidente repete a expressão ‘neobobismo’ para criticar os que se opõem à privatização da estatal*”.⁵¹⁶

A cobertura legitimava a privatização insistindo na valorização das ações da Vale em virtude da privatização eminente – “*Ações da Vale do Rio Doce sobem 4,6% na Bovespa*” e “*Fim da incerteza valoriza ação da Vale nas bolsas*” – e na possibilidade de um elevado ágio durante a licitação pelo fato da estatal ser disputada por “*gigantes*” grupos empresariais – “*Disputa deve provocar bom ágio no leilão da Vale*”, “*Força dos concorrentes faz mercado prever ágio acima de 25% para a Vale*” e “*Briga de gigantes*

⁵¹³ *O Globo*, 9/2/97.p.25

⁵¹⁴ *O Globo*, 28/04/97.p.18 (grifo nosso).

⁵¹⁵ *O Globo*, 28/04/1997.p.20, 30/04/97.p.24.

⁵¹⁶ Uma outra matéria destacava uma frase de Helena Landau: “*Estamos nos cercando de cuidados para que a Vale seja bem vendida*”. Uma outra reportagem tinha a manchete “*Dona Ruth defende a privatização em encontro com empresários – medida é justificada pela globalização, diz ela.*”*O Globo*, 25/3/1997.p.31, 15/10/1995.p.44, 1/05/97.p.24.

na privatização da Vale – de um lado, CSN, com patrimônio de 4,5 bilhões, do outro, Votorantim, com 5,9 bilhões”.⁵¹⁷

Na cobertura do leilão propriamente dito, o jornal seguiu a mesma estratégia já adotada durante a venda da Usiminas, ressaltando na capa que o comprador era “brasileiro” e também o ágio sobre o preço mínimo: “Vale é vendida com ágio de 20% e terá controle de capital nacional”. Era uma forma de mostrar que os adversários da privatização não estavam corretos em suas críticas – uma delas era a de que a estatal poderia ser transferida para estrangeiros. Também na capa, um editorial celebrava a venda, preconizando o consórcio vencedor iria “multiplicar os negócios da companhia, tornando-a mais eficiente e lucrativa – e, portanto, mais útil ao Brasil”.⁵¹⁸

Assim, no caso da Vale o jornal manteve o padrão de reportagens e editoriais, inclusive de capa, favoráveis à privatização e continuou adotando o pressuposto de que os interesses do capital – como valorizações de ações e lucratividade – coincidiam com os de toda coletividade. Porém, pelos motivos já expostos, nesta cobertura foram mais freqüentes informações que fortaleciam os argumentos dos críticos à venda – como aquelas que ressaltavam as riquezas exploradas pela Vale, tais como as minas com reservas suficientes para quatro séculos de exploração. Como veremos a seguir, o mesmo não ocorreu no tratamento da desestatização do Sistema Telebrás.

“Está de mais, não é? Estão até exagerando.” Os grampos do BNDES flagraram Fernando Henrique Cardoso usando essas palavras quando conversava com Mendonça de Barros sobre o apoio da mídia às privatizações das telecomunicações. A análise de *O Globo* confirma o comentário de FHC.⁵¹⁹

Vimos que, no caso da Vale do Rio Doce, alguns setores das classes médias e até das classes dominantes se colocaram contra a privatização, dificultando a situação do jornal: campanha sistemática favorável à venda desagradaria parte considerável de seus assinantes. Porém, a resistência à venda da Telebrás não teve a mesma dimensão, não contando com uma quantidade tão diversificada de associações sociedade civil, o que facilitava a publicação de um maior número reportagens pró-desestatização. Ademais, como vimos no Capítulo 1, as próprias Organizações Globo tinham interesses diretos na

⁵¹⁷ *O Globo*, 05/02/1997.p.26, 24/04/97.p.29, 16/03/97.p.48, 26/4/97.p.26, 26/04/97.p.27.

⁵¹⁸ *O Globo*, 7/5/1997.p.1.

⁵¹⁹ Apud KUCINSKI, Bernardo. A mídia de FHC...op.cit.p.199.

desestatização das telecomunicações, o que estimulou a presença de mais textos favoráveis a abertura do setor ao capital privado.⁵²⁰

Outro fator deve ser ainda considerado na compreensão da cobertura de *O Globo*: a venda das empresas do Sistema Telebrás realizou-se em 1998, o ano em que ocorreriam as eleições presidenciais. Nesse sentido, o apoio a desestatização das telecomunicações e o ataque aos seus críticos eram formas de, indiretamente, favorecer FHC, candidato à reeleição, e desqualificar Lula, seu principal oponente.

Na cobertura da privatização da Telebrás, *O Globo* valeu-se das costumeiras matérias frisavam a ineficiência e a má qualidade dos serviços prestados, como em “*De frente para o problema – orelhões na área da Bolsa [de Valores] estão quebrados*”, “*A história de uma revolução freada pelo monopólio*” e “*Telerj é recordista de queixas no Procon desde 1996*”. Nesta última reportagem, listavam-se os problemas como linhas cruzadas e cobranças indevidas e concluía-se que “*a vida dos usuários da Telerj*” havia se tornado um “*verdadeiro martírio*”. Um “*lugarejo*” chamado São Lourenço, no município de Magé seria a “*prova*” de que privatização “*não interessa a executivos de multinacionais (...): moradores não têm telefones*”. Em “*Telerj preserva por mais de vinte anos a tradição de ineficiência herdada da CTB*”, relata-se que museus da Europa disputavam as “*centrais sexagenárias da Telerj*”.⁵²¹

Paralelamente, abundavam textos que, além tratar dos investimentos e empregos que a “*iniciativa privada*” proporcionaria, destacavam os serviços, produtos e promessas de melhorias por parte das empresas do setor. *O Globo* procurava explorar e estimular os anseios de consumo das variadas frações classes médias e dominantes de modo a colocá-las favoravelmente a privatização. Daí matérias como “*Consórcios prometem serviço melhor e fim das filas*”, “*Mais e melhores celulares – (...) espanhóis da banda A trarão novos serviços*”, “*Vicunha pisa firme em Sergipe e Bahia – empresa quer tornar celular tão popular quanto as sandálias havaianas*”, “*Telebrás: o lance final é do consumidor – Grupo que comprar a Telerj no leilão (...) terá que instalar 1 milhão de linhas até 2000*”, “*Preços de telefones cairão nos próximos meses e celulares terão nova tecnologia – compradores de empresas terão cronograma para redução de tarifas em 5 anos*”, “*Em duas áreas da banda B (...), 2.100 novos empregos*”, “*Privatização de*

⁵²⁰ Nos parágrafos seguintes, não trataremos apenas de matérias de julho de 1998, quando foram privatizadas as empresas do Sistema Telebrás, mas também textos de julho de 1997, quando foram abertas licitações para telefonia celular (o monopólio da Telebrás já havia sido abolido).

⁵²¹ *O Globo*, 26/07/98.p.37, 26/07/98.p.17, 29/8/98p.33, 31/05/98.p.48.

ve ativar a economia, diz Sheinkman [chefe do Departamento de Economia da Universidade de Chicago] – professor avalia que telefonia mais eficiente beneficia empresas”, “Embratel terá investimento de R\$1 bilhão ao ano” e “Rio terá mais 1 milhão de telefones em um ano”.⁵²²

Algumas matérias de *O Globo* realçavam tanto a excelência dos produtos oferecidos pelas empresas de telefonia que mais pareciam folhetos publicitários das mesmas. Serve de exemplo o início da reportagem intitulada “Paulistas terão vantagens por esperar na linha – Telefônica de Espanã tem sistema que permite usuário atender uma ligação, mantendo outra chamada na espera”:

*“O telefone toca. É a sua mãe. Enquanto põe em dia as fofocas da semana, o chefe de recursos humanos da empresa que recebeu seu currículo tenta falar com você: estão precisando de alguém com urgência para preencher aquele tão sonhado posto. Como seu telefone está ocupado, ele passa para o próximo nome da lista (...) Mas se você mora em São Paulo, dificilmente voltará a correr esse risco”.*⁵²³

Também muito presentes na cobertura do jornal eram as manchetes que destacavam os valores recebidos pelo governo com a privatização das telecomunicações: “Sai hoje o vencedor da telefonia em São Paulo – mercado acredita que ágio sobre preço mínimo ultrapasse os 200%, com ofertas e até R\$2 bilhões”, “Celular: consórcio pagou R\$2,6 bilhões por São Paulo – ágio de 341% fez BCP ser vitorioso na área um”, “Após a banda B, investidores vão com sede aos sistemas Telebrás e Embratel – Recursos movimentados com privatização dessas empresas poderão atingir 82 bilhões”, “Telecomunicações vão trazer 32 bilhões para o Governo – preço mínimo das doze empresas do Sistema Telebrás é fixado em R\$13,47 bilhões”, “Governo vai arrecadar mais 503 milhões com Telebrás” e “Indústria estima investimento de US\$67,5 bilhões em equipamentos”. Nesta última, afirmava-se que “os capitães da indústria elétrica e eletrônica” estavam “sorrindo de orelha a orelha com a privação da Telebrás”.⁵²⁴

⁵²² O texto da última manchete citada, de capa, ilustra o padrão da cobertura de *O Globo*: “A privatização do Sistema Telebrás, a maior do planeta, promete revolucionar a vida dos brasileiros. Só no Rio, serão instalados um milhão de telefones em um ano, 50% a mais do que os 1,9 milhão de aparelhos em uso no estado. Em todo o país, o número de telefones vai dobrar em 3 anos (...). A privatização não beneficiará apenas os consumidores: o BNDES prevê criação de 1,5 milhão de empregos e a associação que reúne as indústrias de equipamentos eletrônicos estima que a privatização vai gerar investimentos de R\$67,4 bilhões em quatro anos”. *O Globo*, 10/07/1997.p.27, 26/07/98.p.33, 26/07/98.p.34, 30/07/98.p.32, 34, 35, 26/07/98.p.1.

⁵²³ *O Globo*, 30/07/98.p.40

⁵²⁴ A matéria “Olé dos espanhóis – Telebrás é vendida com ágio de 63,7%...” iniciava-se com a exclamação “Ninguém esperava tanto!”, referindo-se os preços pagos no leilão. *O Globo*, 09/07/1997.p.1, 10/7/97.p.23, 13/07/97.p.46, 11/06/98.p.21, 2/08/98.p.37, 26/07/98.p.38.

Quanto às transnacionais, a cobertura de *O Globo* manifestou indisfarçável defesa de sua presença, ressaltando que “*gigantes das telecomunicações*” chegavam no país, garantindo investimentos, empregos e bons serviços. Em “*Vitória no leilão da Telebrás surpreende portugueses – vice-presidente da Portugal Telecom (...) promete que tarifas vão sofrer quedas*”, sustenta-se: “*com a entrada dos portugueses no mercado nacional de telefonia, os brasileiros passarão a ter serviços de Primeiro Mundo*”. Na reportagem “*Gigante da Espanha é pioneira em privatizações*”, relatavam-se avanços na telefonia argentina promovidos pela Telefônica, empresa que chegava ao Brasil. Em “*Capital externo, seja bem vindo – Governo decide liberar a participação dos estrangeiros na privatização da Telebrás*”, explicava-se que, com a medida, a União poderia “*obter mais recursos na venda das empresas de telecomunicações*”. Outra matéria, “*Busca acelerada por competição e dinheiro – participação sem limite de estrangeiros e crédito do BNDES são atrativos para investidores resabiados com a crise asiática*”, sustentava-se que as referidas medidas do governo FHC – empréstimos e abertura às multinacionais – não haviam sido feitas por “*esquizofrenia*” ou “*surto psicótico*”, mas sim pelo interesse em “*competição*” e “*dinheiro*”. O texto, portanto, defendia as ações governamentais, insistindo não se tratar de medidas “*insanas*”, mas sim bem intencionadas, pois trariam mais dinheiro para o “*país*”.⁵²⁵

Cabe ainda sublinhar a presença de integrantes do governo Fernando Henrique Cardoso defendendo a desestatização, especialmente Luis Carlos Mendonça de Barros, como em “*Tele celular pode ter ágio de 100% - Para Mendonça de Barros, concorrência acirrada no setor vai garantir oferta de preço elevada*”.⁵²⁶

Os editoriais reforçavam a defesa da privatização, sustentando serem necessários investimentos externos em telecomunicações e assegurando que os serviços melhorariam, pois o “*consumidor*” seria “*disputado pelas empresas de telefonia*”.⁵²⁷

O tom geral da cobertura de *O Globo* era de clara empolgação com privatização, destacando os ágios nos leilões, os investimentos e os empregos prometidos e os novos produtos que seriam comercializados, muitas vezes com linguagem idêntica à da publicidade. Paralelamente, as estatais do setor de telefonia eram mostradas como “ob_

⁵²⁵ Algumas matérias anteriores a privatização das telecomunicações destacavam os interesses de multinacionais no Brasil como em “*Setor de telecomunicação brasileira é considerado a melhor oportunidade desta década*”. *O Globo*, 30/07/1998.p.36 e 4, 16/05/98.p.25, 17/5/1998.p.42, 11/12/96.p.6 (grifos nossos)

⁵²⁶ *O Globo*, 24/07/98.p.19.

⁵²⁷ *O Globo*, 21/04/1998.p.6.

soletas”, dignas de museus, não ressaltando-se que o Sistema Telebrás era um dos conglomerados mais lucrativos do país (em 1997, o lucro fora de R\$ 4,3 bilhões).⁵²⁸ O periódico apoiou determinadas ações do governo FHC, como os financiamentos públicos aos consórcios – sustentava-se que a medida visava trazer concorrência e mais dinheiro para o Brasil.

As matérias que tratavam da elevação de tarifas para beneficiar as empresas privadas de telefonia, da lucratividade de algumas empresas do Sistema Telebrás ou que continham críticas à desestatização foram absolutamente minoritárias. Cabe ainda ressaltar as poucas menções do jornal à participação das Organizações Globo no processo, o que poderia comprometer sua imagem de “independência”. Uma das poucas exceções foi “*Globopar aumenta sua fatia na telefonia celular*” – a matéria não explicava que a Globopar pertencia às Organizações Globo. Afinal, tal informação poderia comprometer a imagem “imparcial” de *O Globo*.⁵²⁹

Poucas semanas após a privatização do Sistema Telebrás, ocorreu o “escândalo dos grampos”: escutas ilegais flagraram membros do governo Fernando Henrique Cardoso, como Luis Carlos Mendonça de Barros, Ministro das Comunicações, André Lara Resende, presidente do BNDES, Pio Borges, vice-presidente do BNDES, Ricardo Sérgio de Oliveira, diretor da área internacional do Banco do Brasil e o próprio presidente da República conversando sobre as privatizações das telecomunicações. Os diálogos revelavam o interesse de algumas destas figuras em favorecer a Itália Telecom e o grupo Opportunity, de Daniel Dantas, Pécio Arida e Elena Landau, através aportes da Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil. O consórcio adversário, liderado pelo grupo La Fonte (de Carlos Jereissati) e Andrade Gutierrez, era chamado de “rataiada”, “telegangue” e “consórcio borocochô”. Mendonça, ao solicitar recursos do Banco do Brasil, afirmou: “temos que fazer os italianos na marra, que estão com o Opportunity. (...) Fala pro Pio que vamos fechar [os consórcios] daquele jeito que nós sabemos fazer”. Ricardo Sérgio, referindo-se ao montante de cartas de finanças concedido pelo Banco do Brasil (R\$ 4 bilhões, acima de metade do patrimônio líquido do banco), observou: “nós estamos no limite de nossa irresponsabilidade”; “na hora que der merda,

⁵²⁸ PRATA, J., BEIRÃO, N, e TOMIOKA, T. *Sérgio Motta...op.cit.p.305.*

⁵²⁹ *O Globo*, 30/7/1998.p.32.

estamos juntos desde o início”.⁵³⁰

O episódio revelava o uso de um fundo de pensão e de um banco público para financiar um dos consórcios no leilão, mostrava setores da sociedade política apoiando um determinado grupo empresarial com quem tinha laços estreitos. E ainda tornava pública a impressão de FHC de que a imprensa “exagerava” em seu apoio.

Dentre as características da cobertura de *O Globo* dos episódios, podemos destacar o desinteresse do jornal em realçar as frases dos diálogos gravados que comprovavam os favorecimentos. Em duas edições do jornal, alguns trechos das conversas foram publicados dentro boxes, com letras reduzidas, separadamente do restante dos parágrafos que compunham as matérias. Assim, nenhuma parte dos diálogos – por mais bombástica que fosse – foi comentada no texto de reportagem.⁵³¹

O jornal deu amplo espaço para os governistas e outros envolvidos se defenderem, inclusive publicando entrevistas com Daniel Dantas e André Lara Resende. E os grampos foram noticiados juntamente com o caso do chamado “Dossiê Cayman”, que conteria uma relação de nomes do PSDB com dinheiro depositado em paraísos fiscais. Nesse sentido, misturava-se um caso que havia ocorrido incontestavelmente (o favorecimento ao Opportunity, captado pelas escutas) com outro mais inconsistente e aparentemente sem provas (Dossiê Cayman), no qual integrantes do governo poderiam afirmar estarem sofrendo “chantagem”, expressão freqüente nos textos de *O Globo*. Daí as manchetes: “*Chantagem: Fernando Henrique elogia PT e Antonio Carlos Magalhães ataca Maluf*”, “*Fernando Henrique transfere apuração da chantagem*”, “*Rumos das investigações sobre chantagem irritam Fernando Henrique*” e “*Fernando Henrique: Chantagistas deveriam estar na cadeia*”. O termo “chantagem” situava os integrantes do governo como “vítimas” de armações e não como responsáveis por atos ilegais ou eticamente condenáveis.⁵³²

Boa parte da cobertura centrou-se na demissão dos envolvidos, na disputa dos “aliados” pelos cargos então disponíveis, nas investigações (a Polícia Federal concluiu

⁵³⁰ As conversas gravadas se referiam à licitação da Tele Norte Leste (Telemar). Para Amaury Ribeiro Júnior, Mendonça de Barros e André Lara Resende operavam em benefício do Opportunity-Itália Telecom e Ricardo Sérgio de Oliveira em favor de Jereissati-Andrade Gutierrez. Apud RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...* op.cit.p.72 e 73, CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.485.

⁵³¹ *O Globo*, 19/11/1998.p.3, 22/11/98.p.3.

⁵³² Tiveram espaço no jornal para defender os envolvidos nos grampos, dentre outros, Eduardo Jorge, secretário-geral da Presidência, o envolvido Mendonça de Barros, ministro das Comunicações, Pedro Parente, ministro interino da Fazenda, Paulo Renato, ministro da Educação, Aécio Neves, presidente da Câmara dos Deputados e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso. *O Globo*, 17/11/1998.p.3, 19/11/98.p.8, 10/11/98.p.1, 12/11/98.p.3, 13/11/98.p.1, 14/11/98.p.1.

que as escutas foram feitas no BNDES) e na tentativa frustrada de criação de uma CPI. A oposição, principalmente do PT, não teve muito espaço para manifestar suas críticas. Um exemplo foi a matéria “*Líderes do Governo defendem Mendonça de Barros*”, na qual as contestações dos petistas Eduardo Suplicy e José Dirceu apareciam no fim do texto, nos 12º e 17º (o último) parágrafos. Quando os envolvidos entregaram os postos no governo e foram substituídos – o que foi apoiado pelos editoriais – o assunto desapareceu no jornal.⁵³³

Praticamente nenhuma matéria explorou a questão dos fundos de pensão e seu uso para consolidar diferentes consórcios. Como vimos anteriormente, apenas foi relatado que os fundos sofriam “pressão política”, sem se colocar em evidência o fato destes subvencionarem os grupos empresariais em vários leilões.⁵³⁴

Tampouco *O Globo* aproveitou o episódio para examinar as relações entre associações empresariais e sociedade política, o que mostraria que muitos dos “técnicos”-“especialistas”-“economistas”, dentro e fora do governo, tinham sólidas ligações com o capital. As raras matérias sobre o tema tinham um caráter “ético” e noticiavam propostas de “quarentena”, nas quais integrantes do aparelho de Estado ficariam temporariamente proibidos de atuarem em empresas após a saída do governo. Nesse sentido, sustentava-se que a questão poderia ser resolvida com mais “honestidade”, como se o caráter classista do Estado não fosse estrutural e inerente às sociedades capitalistas.⁵³⁵

O Banerj foi escolhido por se tratar de um exemplo de privatização de um banco estadual e também por ter requerido enormes quantidades de recursos públicos. O governo do estado Rio de Janeiro obteve empréstimo da União e gastou cerca de R\$ 7 bilhões para tornar a instituição atrativa para a iniciativa privada. O banco Bozano, Simonsen efetuou as alterações no Banerj, principalmente redução de agências e demis_

⁵³³ O caráter ilegal das escutas também foi ressaltado pelos editoriais. Ressaltava-se também que os demissionários eram de “*alta competência técnica*”. *O Globo*, 17/11/1998.p.5, 10/11/98.p.3, 26/11/98.p.3

⁵³⁴ Uma única matéria tratou do episódio específico flagrado pelos grampos: “*Ricardo Sérgio, do Banco do Brasil: o organizador de consórcios – diretor da área internacional e comercial tem influência na Previ, fundo de pensão com patrimônio de 22 bilhões*”. *O Globo*, 22/11/1998.p.5.

⁵³⁵ Uma única matéria, “*A dança das cadeiras entre público e privado*”, sem texto, explorou a presença de empresários no governo, exibindo uma tabela com os nomes de Luiz Carlos Mendonça de Barros, André Lara Resende, Pêrsio Arida, Pio Borges, Edmar Bacha e Chico Lopes e as o nome das empresas e bancos onde atuaram. A matéria sobre a proposta de “*quarentena*” tinha declarações de apoio de Helena Landau. Ela afirmou ter ficado sem trabalhar após a saída do BNDES “*até o dinheiro acabar*” (por três meses), quando ingressou no Bears Stearns e depois no Opportunity. *O Globo*, 18/11/98.p.8 e 9.

são de funcionários, recebendo cerca de R\$ 50 milhões pelo serviço. O Itaú comprou o banco por cerca de R\$ 330 milhões – parte deste valor pago em “moedas podres”.⁵³⁶

A cobertura de *O Globo* centrou-se na figura de Marco Aurélio Alencar, Secretário de Planejamento do governo estadual, articulador da desestatização, que julgava a venda do banco “*um marco no saneamento de suas finanças*”. Assim, as matérias se baseavam principalmente nas declarações de quem executava a venda do banco. Os opositores mais freqüentes eram o advogado Marcelo Cerqueira e o deputado federal Roberto Requião (PMDB). Os críticos eram claramente coadjuvantes nas matérias, o que é ilustrado pela a reportagem “*Banerj vai hoje a leilão*”. O texto tinha sete parágrafos, sendo que a oposição à venda aparecia nos dois últimos.⁵³⁷

Em especial, *O Globo* insistiu que a desestatização era a única forma de evitar a falência do Banerj, fez uma campanha aberta pelo empréstimo federal para garantir a privatização e queixou-se da lentidão da aprovação do Senado, argumentando que o governo paulista havia recebido ajuda similar para os “ajustes” da Banespa. São exemplos destes tipos de reportagens: “*Banerj vai a leilão e, se não for vendido, será liquidado pelo Governo do estado*” e “*Senado vota hoje empréstimo que irá possibilitar a privatização do Banerj*”. No texto desta última, explicava-se que o empréstimo era “*fundamental para a privatização do banco*”. As resistências no Senado foram registradas da seguinte maneira pelo jornal: “*Senado torna crítica situação do Banerj*”, “*Senado sela o destino do Banerj – Banco Central vai decretar liquidação se o banco estadual não for privatizado*” e “*Venda do Banerj pode se tornar inviável caso o Senado não aprove empréstimo – Marco Antônio Alencar afirma que senadores estão fazendo jogo político menor*”. Na última reportagem, o periódico assumia abertamente o ponto de vista dos compradores: “*ninguém em sã consciência compraria por R\$310 milhões uma instituição que carrega dívida potencial dez vezes maior*”, daí ser “*indispensável a aprovação pelo Senado do empréstimo da Caixa Econômica Federal*”. Comparações eram feitas com o estado de São Paulo: em “*Rio e São Paulo: nem sempre o que vale para um estado, vale para o outro – comissão do Senado adotou em 96 tratamento excepcional no caso do Banespa*”, *O Globo* acusava “*o Senado e o próprio*

⁵³⁶ BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...*op.cit.p.14 e 63, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...*op.cit.p.325.

⁵³⁷ Outros aspectos presentes na cobertura da desestatização do Banerj foram os destaques à ampliação concorrência – “*Venda estimulará a concorrência no varejo bancário*” – e à má qualidade dos equipamentos da estatal. Em uma reportagem, relatava-se que um dos “*desafios*” do comprador (Itaú) seria resolver a questão da “*defasagem tecnológica*” do Banerj. 15/06/97p3, 05/07/97.p.24 *O Globo*, 15/06/1997.p.43, 25/06/1997.p.21.

Governo” de estarem usando “*usando dois pesos e duas medidas em relação aos dois estados*”.⁵³⁸

Os mesmos posicionamentos eram presentes nos editoriais: um deles, de capa, intitulado “*Odioso*”, execrava o fato do fato do governo de São Paulo ter recebido aportes para privatizar o Banespa enquanto o Rio de Janeiro aguardava decisões do Senado, insistindo que se tratava de uma afronta a toda a população carioca: “*TRATA-SE de discriminação odiosa. Sua vítima não é apenas o Governo estadual, mas todo o Estado do Rio de Janeiro*”.⁵³⁹

Na cobertura do Banerj, o jornal procurou colocar a população do estado do Rio de Janeiro a favor da privatização e do empréstimo que a viabilizaria. Para *O Globo*, “injustiça” era demora no empréstimo da União, e não era o fato do banco ter sido vendido por um valor cerca de vinte cinco vezes menor do o que fora gasto pelos governos federal e estadual sua “preparação” para o leilão.

A Petrobrás não foi privatizada mas, com o fim do monopólio estatal na exploração de petróleo, passaram a ocorrer a partir de 1999 leilões de campos de áreas petrolíferas organizados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Como vimos anteriormente, segundo os críticos dos leilões, como a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Associação de Engenheiros da Petrobrás, o governo federal entregava ao setor privado, principalmente às transnacionais, uma riqueza estratégica e finita, comprando baixos preços e exigindo uma participação nos lucros abaixo da média mundial. O jornalista Aloysio Biondi, apresentando cifras de 2001, sustentava que alguns blocos com alto potencial de faturamento (entre US\$ 30 bilhões e US\$ 90 bilhões) estavam sendo leiloados por cerca de 120 milhões.⁵⁴⁰

Para analisar a cobertura de *O Globo*, verificamos as matérias dos leilões anuais de 1999 (primeira licitação) a 2003 (quando já havia se encerrado o governo FHC e iniciado o de Lula).

A forma como o jornal noticiou o processo seguiu o mesmo modelo de reportagens vistas sobre as privatizações: espaço cativo para seus defensores, especialmente David Zylbertajn, diretor-geral da ANP, que praticamente esteve em

⁵³⁸ *O Globo*, 15/06/1997.p.43, 19/06/97.p.24, 20/06/97.p.1, 21 e 22, 21/06/97.p.22 (grifo meu)

⁵³⁹ Os editoriais também insistiam que a privatização era a única saída para o Banerj: “*O BANERJ não tem terceiro caminho. Ou é transferido para grupos privados capazes de torná-lo lucrativo (...) ou desaparecerá do mapa*”. *O Globo*, 24/06/1997.p.1, 18/12/96.p.28.

⁵⁴⁰ BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado II...op.cit.p.30*

100% das matérias, como se percebe na manchete “*Começa a corrida em busca do ouro negro do Brasil – Para David Zylbersztajn, áreas que serão licitadas pelo Governo oferecem boas perspectivas para a indústria de petróleo*”. Neste texto, Zylbersztajn explicava que havia determinado a retirada da Petrobrás de algumas áreas de prospecções pelo fato da estatal não ter comprovado dispor de dinheiro suficiente para os investimentos.⁵⁴¹

As informações mais destacadas pelas manchetes, como já vimos em muitas outras coberturas, eram os investimentos que seriam gerados a partir dos leilões, os ágios e a arrecadação do governo federal: “*O fim do monopólio da exploração de petróleo – licitação (...) abre atividade a novas empresas, que deverão investir US\$1,2 bilhão na fase inicial*”, “*Leilão de áreas de exploração de petróleo atinge ágio recorde – empresa italiana Agip pagou 53.565% a mais por área na Bacia de Santos*”, “*Leilão do petróleo rende 217 milhões*”, “*Arrecadação foi 36 vezes superior ao preço mínimo*”, “*Rio vai arrecadar 3 bilhões com petróleo – Em 4 anos, pagamento de ‘royalties’ e taxa sobre descobertas nos campos beneficiarão estado*”, “*Leilão do petróleo arrecada R\$468,2 milhões*” e “*Agência Nacional de Petróleo tem arrecadação recorde no leilão*”. Também se ressaltava especificamente o papel das “gigantes” multinacionais: “*Estrangeiros apostam no petróleo – Empresas multinacionais fizeram cinco dos sete lances mais altos no leilão da Agência Nacional de Petróleo*”, “*Gigantes do setor devem participar*” – lista multinacionais, como Shell, Esso, BP, dentre outras”, “*Unocal pretende investir US\$1 bilhão na bacia do Espírito Santo*” e “*Petróleo em alta atrai estrangeiros*”.⁵⁴²

Porém, nenhuma matéria com críticas similares às de Aloysio Biondi foi encontrada em nossa pesquisa. Os únicos argumentos críticos localizados nas reportagens estiveram presentes na cobertura dos processos judiciais abertos por alguns parlamentares do PDT e PSB e pela FUP, onde se que questionava a “*qualificação técnica*” de algumas empresas participantes dos leilões e o fato do Conselho de Política

⁵⁴¹ Zylbertstajn havia sido secretário de Energia de Mario Cavas, coordenando a desestatização das estatais da área de eletricidade de São Paulo. Ele foi casado com a filha de FHC. Outras figuras presentes nas matérias eram Rodolpho Tourinho, Ministro de Minas e Energia, empresários do setor, como Rocco Valentinetti, da Agip do Brasil e Sebastião do Rego Barros, diretor-geral da ANP no governo Lula. *O Globo*, 05/07/1998.p.43. GOMES, Luiz Marcos. *Os homens do presidente...*op.cit.p.74.

⁵⁴² Em uma das matérias, David Zylberstajn explicou que os preços mínimos eram “*simbólicos*”, pois “*em petróleo, trabalha-se com risco e não há como avaliar preço mínimo*”. *O Globo*, 13/06/1999.p.32, 16/06/99.p.1, 19 e 21, 20/06/99.p.19 e 27, 08/06/2000.p.36, 18/06/2001.p.17 21/06/2001.p.28.

Energética, previsto na lei que flexibilizou o petróleo, não ter sido criado. Mais comuns foram as queixas de fabricantes de equipamentos nacionais por mais proteção contra importados: “*Abimaq* (Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos) *vai pleitear à ANP um maior índice de participação dos produtos nacionais*”. Assim, quase todos os poucos questionamentos presentes nos textos eram de frações das classes dominantes descontentes com aspectos do processo.⁵⁴³

Dada a ausência de vozes críticas, *O Globo* apresentou os leilões do petróleo como fatos incontroversos. Destacava somente os investimentos recebidos pelo país, como se não houvesse qualquer tipo de oposição às licitações. Talvez por isso, o jornal não tenha comentado o fato do governo Lula ter mantido os leilões, apesar do PT ser historicamente mais próximos das entidades que se opunham ao processo. As licitações eram apresentadas como políticas incontestes e, nesse sentido, não haveria razões para algum governo cogitar alterá-las ou cancelá-las.

3.9: Abertura comercial

Encerramos este capítulo apresentando como *O Globo* cobriu a abertura comercial promovida pelos governos neoliberais anos 90, destacando o governo Collor, que logo após seu início reduziu as tarifas protecionistas e aboliu a “reserva de mercado” para a indústria nacional de alguns setores, como a informática.

O jornal defendeu a abertura comercial sustentando esta acirrar a concorrência, ocasionando a diminuição da inflação, estimulando as indústrias a se “modernizarem” e disponibilizando melhores produtos aos “consumidores”. Algumas manchetes ilustram a campanha de *O Globo*, que mais uma vez utilizava linguagem semelhante à da publicidade: “*Artigo estrangeiro, arma contra aumentos*”, “*Importados forçam indústria a baixar os preços*”, “*Importação maior pode reduzir preço do bacalhau*”, “*Importados enchem cestas de Natal – Preços de dar água na boca*”, “*Importação: novo horizonte para consumidor*”, “*Zélia anuncia fim da proteção à indústria - No futuro, consumidor será beneficiado*”, “*Liberalização ativou concorrência no setor de alimentos*” e “*Importados, a nova mania dos cariocas*”. Nesta última matéria, afirmava-se que os moradores do Rio de Janeiro estavam “*descobrendo as delícias de consumir mercadorias estrangeiras*”. Em “*País importa carros, lençóis e videogames –*

⁵⁴³ *O Globo*, 15/6/1999.p.20, 17/6/99.p.25.

Nos supermercados, o *luxo dos estrangeiros*”, salientava-se que até os “*consumidores de classes mais baixas*” estavam interessados “*em conhecer, saborear e, principalmente, se beneficiar com os preços de artigos estrangeiros*”. Na mesma página, havia uma reportagem menor, “*A abertura total do mercado – de bens de capital à roupa acabada*”, onde se salientava que a abertura estimulava as empresas a terem “*pressa em modernizar o parque fabril*”.⁵⁴⁴

Além de melhorar a vida dos “consumidores”, as importações apareciam em *O Globo* como um mecanismo contra alguns grupos econômicos que dominavam alguns setores da economia sem concorrência, chamados muitas vezes de “cartéis”, como em “*Liberação de importações será arma contra cartéis*”, “*Governo reage contra cartel e abre país a novas fábricas de automóveis*” e “*Governo barateia mais importações*”. Nesta última matéria, preconizava-se que o governo pretendia agir com “*rigor no combate aos setores que formam cartéis ou oligopólios*”. Interessante observar que o termo era usado pelo jornal no mesmo período em contextos diferentes, como “*Chefe do cartel de Cáli preso em São Paulo com 500 kg de cocaína*” e “*Preso no Panamá um traficante do ‘Cartel’ [de Medellín]*”. Pode-se afirmar, portanto, que o jornal procurava criar uma imagem negativa dos grupos empresariais – alguns deles nacionais – se valendo de uma expressão (“cartel”) também utilizada na seção policial. Outros termos do periódico para se referir a tais grupos empresariais eram: “*Governo ataca monopólios facilitando as importações*”, “*Abertura de bancos a estrangeiros visa a evitar concentração*”, “*Governo liberará importações contra abusos*”.⁵⁴⁵

Como vimos ao longo de todo esse capítulo, os editoriais ampliavam o coro das matérias “neutras”. Assim, esta parte do jornal também advogava pela abertura comercial: afirmava-se que o “*consumidor*” estava se acostumando com “*produtos antes inalcançáveis*” e com o “*direito de escolha*”. Sustentava-se que a abertura fazia parte de um “*AJUSTE estrutural da economia brasileira*”, comparável a uma “*nova abertura dos portos*”, que desbancava “*setores industriais privilegiados*” formados a partir do protecionismo e demais “*generosidades do Estado*”.⁵⁴⁶

⁵⁴⁴ “*O barato é comprar importados*” é outro exemplo de matéria que fazia exaltar os benefícios dos produtos estrangeiros. No primeiro parágrafo, descrevia-se um indivíduo imaginário “*pão duro*” que consumia “*vinho português, pêssego em calda grego e filé de peixe norueguês*”. Salientava-se que “*os tempos mudaram*” mas a pessoa continuava econômica: “*se tivesse optado por produtos nacionais, teria gasto o dobro*”. *O Globo*, 05/05/1990.p.22, 20/9/94.p.23, 5/11/95.p.54, 27/06/90.p. 18, 26/11/95.p.61, 30/03/97.p.47, 03/06/90.p.56, 16/12/91.p.28, 18/9/94.p.52, 05/08/90.p.64, 7/5/95.p.54 (grifos nossos).

⁵⁴⁵ *O Globo*, 02/05/1990.p.1, 02/05/90.p.17, 18/10/90.p.29, 3/11/90.p.1, 29/05/90.p.6, 1/09/90.p.1, 25/2/95.p.19, 28/1/93.p.22 (grifos nossos).

⁵⁴⁶ *O Globo*, 28/06/1990.p.1, 30/06/90.p.4, 11/7/96.p.6, 7/03/92.p.6.

Ao mesmo tempo em que defendia a abertura econômica, o jornal também disponibilizava algum espaço para as frações das classes dominantes prejudicadas com a abertura se manifestarem, como em “*Empresários brigarão contra o fim da reserva de mercado [de informática], mas aceitam associações*”, “*Abicomp [Associação Brasileira da Indústria da Computação]: reserva de mercado beneficia informática*”, “*Cimento: indústria critica liberalização*” e “*Indústria têxtil faz lobby em Brasília*”.⁵⁴⁷

Assim, a campanha de *O Globo* favorável à abertura econômica possuía elementos já vistos na cobertura das privatizações, como a criação e estímulo aos anseios consumistas das classes médias e dominantes. Ressaltava a qualidade dos produtos estrangeiros, empregando expressões como “luxo”, “água na boca” e “delícia”, aproximando-se da publicidade empresarial. O periódico colocava em evidência a questão do “consumo” e possibilidade de “escolha do consumidor”, como as preferências dos indivíduos prevalecessem na definição do que as empresas produzem. O jornal desconsiderava a influência da publicidade, na qual se investe elevadas somas, na determinação dos “gostos” dos “consumidores”. Também ocultava o fato do capital gerar produtos crescentemente descartáveis (com a mínima taxa de uso, segundo Mèzaros) e utilizar-se dos recursos naturais de forma destrutiva, o que demonstraria que os interesses dos “compradores” não eram capazes de alterar a racionalidade capitalista. Ademais, como já observamos anteriormente, a ênfase no “consumo” e nos “direitos do consumidor” tende a deixar em segundo plano a “cidadania” que, em tese, se refere a direitos universais e não mercantilizados.⁵⁴⁸

O Globo insistiu que a redução do protecionismo seria uma forma de combater os “cartéis” e “monopólios”, pois introduziria a “concorrência”. Tal como nos momentos em que tratava das desestatizações, os editoriais valeram-se de imagens do Brasil colonial para se referir ao país pré-abertura econômica, evocando, portanto, uma

⁵⁴⁷ *O Globo*, 25/12/1989.p.16, 14/10/89.p.19, 18/05/90.p.19, 22/6/95.p.24.

⁵⁴⁸ O economista Ricardo Coelho faz uma crítica ao mito da “escolha do consumidor”: “ninguém nos perguntou se queríamos que as empresas destinassem o dinheiro que lhes damos à invenção de novos produtos eletrônicos, como I-phones ou televisores de plasma... Ninguém nos perguntou se queríamos viver numa sociedade dominada pelo automóvel, se queríamos que a eletricidade que entra em nossa casa fosse gerada majoritariamente por combustíveis fósseis ou se queríamos passar os fins-de-semana enfiados em grandes superfícies comerciais”. A discussão de Marx sobre as relações dialéticas entre “consumo” e “produção”, cujo elemento determinante é o último, nos ajuda a combater o mesmo mito: “a produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente. Logo, a produção cria o consumidor”; “a produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade ao objeto material”. MÈZAROS, Istvan. *O poder da...* op.cit.p.304, COELHO, Ricardo. O mito do consumo responsável. IN <http://outrapolitica.wordpress.com/2010/08/29/o-mito-do-consumo-responsavel/> (acesso em 7/03/2012), MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.p.9.

idéia de “dominação nacional” e falta de liberdade. A diminuição do protecionismo era comparada com a abertura dos portos de 1808, que aboliu o monopólio comercial português – passo importante na direção da independência do Brasil. Tratar-se-ia, segundo um editorial, de uma transformação “estrutural” da economia do país, desbancando alguns “privilegiados”.

O jornal mostrava-se afinado com o pensamento liberal, que sustenta ser o “livre-mercado” a melhor maneira de impedir a formação de oligopólios. Não enfatizava que as políticas neoliberais interessavam justamente ao grande capital, tornando a economia ainda mais monopolizada, com maior proeminência das transnacionais. Tampouco registrava que a maior presença de produtos importados poderia gerar falências de algumas fábricas nacionais, acirrando o desemprego. E se referiu a abertura comercial e a internacionalização da economia brasileira como uma mudança “estrutural”, embora tal medida não alterasse as relações sociais e o controle dos meios de produção.

Neste capítulo 3, vimos a cobertura de *O Globo* referente às privatizações e, em caráter complementar, aos leilões do petróleo e à abertura econômica. O jornal atuou como um propagandista dos valores privatistas, vulgarizando o projeto político de cunho liberalizante. Ao tentar criar um consenso em torno da venda das estatais, o periódico atuava em sintonia com os governos neoliberais que as executavam e com as associações de diferentes frações das classes dominantes que haviam formulado tal projeto político. Também afinava-se com os próprios interesses das Organizações Globo, que visavam ampliar sua presença nas telecomunicações a partir da desestatização do setor. Nesse sentido, *O Globo* foi um “partido” do grande capital, multinacional e associado, atuando no sentido de construir uma hegemonia do projeto neoliberal.

O jornal constituiu-se no que Gramsci chama de “escola de adultos”, ou seja, agiu pedagogicamente de modo a colocar seus leitores (principalmente das classes médias e dominantes) aglutinados em torno do neoliberalismo e das privatizações. Centrou-se na questão do Estado, mostrando-o como entidade em si mesma, autonomizado, com lógica própria. Um “gigante” que consumiria os impostos da sociedade de modo a sustentar os “privilegiados” funcionários públicos. *O Globo* se mostrou alinhando com os governos neoliberais, utilizando as mesmas representações criadas por estes – como a figura do “elefante”, que simbolizava o Estado. O periódico

expunha as agências estatais como principais causadoras dos problemas nacionais e apresentava a solução: a privatização.⁵⁴⁹

O Globo veiculou visões de mundo apologéticas do “mercado”, da “concorrência” e da “iniciativa privada”, sempre associadas às noções de “eficiência”, “modernidade” e melhorias aos “consumidores”. Por conseguinte, a passagem das empresas estatais – relacionadas à obsolescência e à ineficiência – para o setor privado era vista como uma forma de dinamizar a economia e “reformular” o Estado. Nesse ponto, o jornal se apropriava da expressão “reforma”, das esquerdas, esvaziando o seu conteúdo, pois não se propunha uma reestruturação sócio-econômica do país, mas sim um conjunto de medidas que reforçava ainda mais a supremacia econômica de alguns setores empresariais.

O padrão geral das matérias sobre as privatizações – e também sobre os leilões do petróleo – incluía destaques aos valores arrecadados pelos governos nas licitações, aos ágios, às promessas de investimentos dos compradores, aos empregos que seriam gerados e aos novos produtos e serviços que seriam ofertados. Os defensores e/ou os organizadores das desestatizações tinham voz assegurada no jornal, reforçando a campanha que o próprio periódico já desenvolvia. As reportagens sobre outros países que haviam promovido privatizações ou sobre as ex-estatais brasileiras serviam como “constatação” de que o programa era positivo e beneficiava todo o país.

Os aportes e os subsídios públicos garantidos pelos governos neoliberais aos compradores, considerados como “formidáveis doações de capital” por Virgínia Fontes, não deixaram de ser mencionados pelo jornal. Como ressaltamos ao longo do capítulo, tais matérias eram importantes para *O Globo* poder se declarar “neutro” e “independente”. Porém, essas reportagens eram minoritárias, contrastando com os sistemáticos textos que louvavam o “mercado” e criticavam as agências estatais e os servidores públicos.⁵⁵⁰

Quanto à presença de vozes críticas, o jornal concedeu um espaço minoritário para as frações das classes dominantes prejudicadas com as políticas neoliberais manifestassem suas queixas em alguns contextos, como no caso da abertura comercial.

⁵⁴⁹ FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes...*op.cit.p.215. Interessante observar que essa visão de um Estado-sujeito, sem relações com as classes sociais, ainda é muito presente em estudiosos da sociedade brasileira. Essa é a linha teórica do historiador Marco Antônio Villa: “não é exagero afirmar que os últimos 200 anos da nossa história têm como ponto central a luta do cidadão contra o Estado arbitrário. E, na maioria da vezes, o Estado ganhou de goleada”. Não por acaso, Villa é constantemente convocados pelos meios de comunicação para prestar declarações sobre diversos assuntos. VILLA, Marco Antônio. *A história das constituições brasileiras*. São Paulo: Leya, 2011.p.10.

⁵⁵⁰ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo...*op.cit.p.328.

Os opositores das privatizações vinculados às entidades das classes subalternas e às esquerdas em geral oportunidades ainda menos numerosas para manifestarem seus pontos de vistas. No próximo capítulo, analisaremos mais detalhadamente como foi a cobertura referente aos adversários das desestatizações.

Capítulo 4: *O Globo* e as classes subalternas – da resistência às privatizações à conformação

Neste quarto capítulo, analisaremos a maneira como *O Globo* noticiou a resistência às privatizações, na maioria das vezes constituída por passeatas, atos de rua, ações na Justiça contra as desestatizações e greves nas estatais que estavam sendo preparadas para serem vendidas. Também examinaremos como o jornal tratou das principais entidades organizadoras dos protestos – sindicatos das estatais, CUT, MST e PT – que tinham vínculos com as classes subalternas. Verificaremos ainda as matérias do periódico referentes à CGT, mais tarde chamada de Força Sindical.

A ênfase de nossa pesquisa foram os protestos concomitantes às privatizações. Duas greves receberam mais atenção: a da CSN, no ano de 1990, e a dos petroleiros, de 1995. Foram movimentos paredistas de duração relativamente elevada (foram os mais longos da história da siderúrgica e da petrolífera), de impacto nacional (o governo Fernando Henrique Cardoso valeu-se do exército para dismantelar a paralisação dos petroleiros) e de caráter contrário às transformações em curso (a privatização da CSN e o fim do monopólio da Petrobrás, respectivamente).

Também analisaremos a cobertura feita pelo jornal das eleições presidenciais de 2002, nas quais foi vitorioso o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, cuja trajetória identificava-se com as classes subalternas e com a oposição às privatizações. Foi dada ênfase na forma como o jornal noticiou a “conformação” do PT, ou seja, o abandono de suas perspectivas contra-hegemônicas.

Iniciaremos o capítulo com comentários sobre a cobertura de *O Globo* acerca das greves e sindicalismo do sindicalismo em geral. Em seguida, trataremos das reportagens específicas sobre a CUT, o PT, o MST e a Força Sindical. Posteriormente, examinaremos as matérias sobre determinados fatos, como a resistência às privatizações, as greves da CSN (1990) e da Petrobrás (1995) e concluímos com o estudo da cobertura das eleições de 2002.

4.1: Os movimentos grevistas e o sindicalismo

Antes de iniciarmos a análise das reportagens específicas sobre a resistência às privatizações, verificaremos brevemente como *O Globo* tratava de uma das formas de mobilização mais importantes das classes subalternas: as greves.

De modo geral, a década de 90 foi de refluxo no movimento sindical brasileiro, interrompendo a escalada grevista dos anos 80. Ocorreu queda nos indicadores de sindicalização, vinculada a diferentes fatores, como a reestruturação produtiva (fazendo com que muitas categorias tivessem suas bases reduzidas), o desemprego, as mudanças ideológicas das direções sindicais, que passavam valorizar mais a “parceria” com os setores empresariais e as dificuldades criadas pela estrutura sindical corporativista. Se na década anterior, a maior parte das greves pleiteava aumento salarial, nos anos 90 a principal motivação passava a ser a exigência do cumprimento de direitos trabalhistas já garantidos na legislação ou de acordos coletivos, demonstrando que a ação sindical tendia a ganhar um caráter mais defensivo.⁵⁵¹

Apesar do recuo do movimento sindical na década de 90, as greves continuavam sendo realizadas no país, ainda que em menor número. E muitas delas eram noticiadas em *O Globo*, usualmente de forma negativa.

As manchetes do jornal quase sempre procuravam estimular nos leitores uma posição contrária aos movimentos grevistas. Comumente, ressaltava a interrupção de alguns serviços em virtude das paralisações, contrapondo os movimentos paredistas aos interesses da sociedade em geral: “*Greve paralisa clínica para pessoas idosas*”, “*Greve na saúde deixa crianças do Estado sem vacinação*”, “*Grevistas tentam evitar atendimento de atropelado*”, “*Greve na Saúde pode atingir emergências*”, “*Greve na Justiça pode libertar réus*”, “*Greve da PM deixa Belo Horizonte sem policiamento*”, “*Policiais em greve não apuram assalto*”, “*Greve facilita fuga de vinte menores da Febem-RS*”, “*Paralisação no Banerj deixa pensionistas sem receber*”, “*Greve deixa 30 localidades baianas sem luz elétrica*”, “*Greve de caminhoneiros ameaça abastecimento*”, “*Belo Horizonte volta ao normal: termina a greve de ônibus*”, “*Greve pára trens e passageiros sofrem nos ônibus lotados*”, “*Feiras não funcionam por causa da greve dos garis*” e “*Greve de coveiros atrasa enterros*”.⁵⁵²

⁵⁵¹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e...* op.cit.p.84 e 85, BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal...* op.cit.p.120, COELHO, Eurelino. *Uma esquerda...* op.cit.440

⁵⁵² Muitos outros exemplos poderiam ser dados. A manchete principal “*Hospitais fazem greve de três dias contra Inamps*” era acompanhada de outra menor: “*Doentes renais vão ser atingidos*”. Já “*Greve deixa hospitais só com emergência*” era seguida da manchete “*Na luta pela vida, a longa peregrinação de um doente*”. Uma reportagem sobre uma greve dos funcionários do metro era acompanhada de uma foto da estação Central do Brasil cheia de pessoas, cuja frase era: “*por causa da paralisação do metrô, na Central houve briga por lugar nos ônibus lotados*”. *O Globo*, 12/04/1990.p.10, 7/07/92.p.14, 7/12/94.p.1, 19/04/90.p.10, 22/11/90.p.1, 24/05/90.p.8, 26/06/97.p.1, 21/12/89.p.13, 24/9/92.p.21, 15/9/92.p.1, 16/06/90.p.1, 28/06/99.p.1, 12/01/90.p.7, 8/6/94.p.11, 17/03/92.p.12, 07/03/91.p.1, 8/8/95.p.15, 24/10/89.p.15, 19/01/90.p.118/2/90.p.14.

Muitas matérias mostravam as greves a partir da perspectiva das empresas, ressaltando a queda na produtividade e os prejuízos: “*Greve reduz produção da Autolatina*”, “*Greve no ABC obriga Fiat a suspender a produção*”, “*Cosipa perde Cr\$ 4,8 bilhões com greve de metalúrgicos*” e “*Greve de ferroviários é ameaça para CSN*”. Outras manchetes destacavam os danos para toda a sociedade: “*Greve [de caminhoneiros] provoca aumentos de até 66%*”, “*Greve causa prejuízo de 2,3 bilhões ao porto de Santos*” e “*Greve de fiscais causa perda de Cr\$ 25,1 bilhões*”.⁵⁵³

Algumas das matérias sobre os movimentos paredistas figuravam ao lado de notícias “policiais”. Assim, por exemplo, a manchete “*Greve deixa crianças sem vacinas nos postos*” localizava-se na mesma página de “*Traficantes na rota dos seqüestros*”. Esta não era a única forma de *O Globo* criminalizar as paralisações. Os títulos de muitas reportagens destacavam uma suposta violência e agressividade dos manifestantes: “*Grevistas do Banerj sabotam as agências*”, “*Vigilantes [de carros fortes, em greve] depredam veículos durante piquete*”, “*Grevistas [rodoviários de MG] ferem sete pessoas e depredam 32 ônibus em Minas*”, “*Vandalismo e agressões marcam fim da greve de ônibus*”, “*Manifestação de professores acaba em pancadaria em São Paulo*”, “*Protesto de estivadores acaba em quebra-quebra*”, “*Estivadores em greve invadem dois navios no porto privativo da Cosipa em Cubatão*”, “*Servidores em greve invadem ministério e [Pedro] Malan vira refém*” e “*Rio fica refém de vans – motoristas fecham acessos à cidade e deixam trânsito caótico*”. Uma reportagem panorâmica sobre as greves e o sindicalismo no país tinha uma fotografia de um veículo de cabeça para baixo, acompanhada da frase: “*na Ford, grevistas fazem quebra-quebra, virando carros e destruindo móveis*”.⁵⁵⁴

As greves também eram associadas a tumultos, à desorganização e, não raro, eram acompanhadas da expressão “caos”: “*Greve provoca caos na Justiça paulista – paralisação já dura 29 dias e lota as prisões*”, “*Greve e caos em hospitais de Minas*”, “*Greve pára Metrô e causa caos no trânsito*”, “*Onda de greves provoca dia caótico em São Paulo*”, “*Greve de ônibus tumultua São Paulo*”, “*Greve de servidores gera tumultos em São Paulo*”, “*Metrô em greve: confusão e engarrafamento*”, “*Greve em diversos setores transtornam a vida do gaúcho*” e “*Greve leva Barra Mansa a estado de*

⁵⁵³ *O Globo*, 10/01/1990.p.20, 16/06/90.p.18, 28/11/90.p.29, 6/6/94.p.19, 05/05/2000.p.1, 6/8/92.p.30 e 10/9/92.p.22.

⁵⁵⁴ Também ressaltava-se o caráter ilegal das greves julgadas abusivas pela justiça: “*Motoristas mantém greve ilegal em São Paulo*” e “*TRT: Greve que pára São Paulo é ilegal*”. *O Globo*, 22/05/90.p.10, 3/10/89.p.1, 26/1/94.p.1, 7/05/92.p.7, 11/2/94.p.7, 11/3/95.p.1, 27/8/93.p.5, 03/04/97.p.37, 21/08/98.p.27, 10/5/96.p.1, 18/09/97.p.1, 05/08/90.p.66, 17/5/92.p.11, 03/02/90.p.9.

emergência”. Em algumas matérias, as paralisações eram situadas ao lado de alguns contratempos: “*Greve e calor podem provocar surto de dengue*”, “*Chuva e greve dão nó de 138 Km em SP*” e “*Greve no porto e problemas climáticos fazem exportação cair 14,7% em junho*”.⁵⁵⁵

Havia ainda as manchetes que frisavam os insucessos dos movimentos grevistas, como se o jornal quisessem demonstrar, pedagogicamente, que tais ações não geravam bons resultados nem mesmo para os seus participantes. A expressão mais comum nessas reportagens era “fracasso”: “*Servidor: greve fracassa e deve terminar hoje*”, “*Bancários insistem na greve, apesar do fracasso*”, “*Fracassa greve de 24 horas no BB e na Caixa Econômica*”, “*Greve fracassa e trens circulam no Rio*” e “*Professores da rede estadual terminam greve sem vitória*”. Outras reportagens salientavam a pequena participação da categoria nas paralisações ou o fato das assembleias não terem sido legítimas: “*Bancários, divididos, entram em greve*”, “*Greve de servidor tem baixa adesão*” e “*Votação com fraude leva rodoviários do Rio à greve*”.⁵⁵⁶

Os editoriais também não eram simpáticos aos movimentos paredistas: falava-se em “*greves descabidas*”, “*greve ‘burra’*”, “*oportunismo cruel das greves*”, “*sindicalismo selvagem*”, falta de “*consciência social*” do “*grevismo*” e “*violência contra a população*”. As assembleias onde se decretavam as greves eram vistas como espaços antidemocráticos, controlados por um reduzido número de sindicalistas que conseguiam “*impor*” suas “*decisões radicais*”. O editorial intitulado a “*Minoria manda*” preconizava que uma paralisação da saúde municipal do Rio de Janeiro era ilegítima pelo fato da assembleia contado com cerca de cem pessoas.⁵⁵⁷

Assim, os leitores de *O Globo* tinham razões para ficarem temerosos ao lerem a palavra “greve” nas matérias. Tais movimentos eram colocados em contraposição aos interesses gerais da sociedade, ressaltando-se os serviços que deixavam de ser prestados. Nas manchetes, as paralisações eram expostas como se estivessem contradição com cidades inteiras, como “*Greve da PM deixa Belo Horizonte sem policiamento*” e “*Greve de ônibus tumultua São Paulo*”. Não havia o interesse em destacar nas manchetes as condições nas quais se encontravam as categorias e os motivos que as levavam organizar as paralisações – daí não existirem manchetes do tipo

⁵⁵⁵ *O Globo*, 05/06/1990.p.8, 26/06/90.p.6, 16/05/97.p.1, 10/11/90.p.7, , 23/05/90.p.6, 20/12/91.p.18, 14/03/90.p.14, 11/05/90.p.10, 19/06/90.p.26 e 7/10/89.p.9, 27/11/91.p.1, 11/5/95.p.10, 5/7/96.p.30.

⁵⁵⁶ *O Globo*, 24/04/1990.p.11, 14/06/90.p.17, 24/9/92.p.33, 10/08/90.p.15, 3/04/92.p.11, 12/09/90.p.1, 11/05/2000.p.1, 8/2/90.p.1.

⁵⁵⁷ *O Globo*, 1/12/1989, p.3, 22/10/89.p.44, 3/01/90.p.12, 13/03/90.p.13, 14/01/90.p.7 e 21.

“Com salários atrasados, metalúrgicos fazem greve” ou “Sem reajuste há quatro anos, professores decretam greve”. Se assim o fizesse, *O Globo* estaria na contramão de seus objetivos: deslegitimar a ação sindical e as mobilizações em geral das classes subalternas.

Os movimentos paredistas eram comumente associados aos seguintes vocábulos nas manchetes “objetivas” e “informativas” do jornal:

Tabela 2: Vocábulos recorrentes nas matérias sobre os movimentos paredistas

violência	deprecação	invasão	quebra-quebra	tumulto
sabotagem	vandalismo	pancadaria	caos	confusão

Percebe-se, observando a Tabela 2, que em muitas ocasiões, *O Globo* procurava imprimir uma agressiva e violenta do sindicalismo, criminalizando-o e justificando a repressão policial sobre os movimentos grevistas.

As reportagens destacavam ainda os “fracassos” das greves, salientando que as demandas sindicais não costumavam ser atendidas. A ênfase nos insucessos tinha claro objetivo de desestimular os movimentos paredistas.⁵⁵⁸

As críticas dos editoriais às assembléias, consideradas ilegítimas representantes dos trabalhadores, desconsideravam que tais reuniões costumavam ser abertas a quaisquer integrantes da categoria em questão, que dispunham de voz e voto. As assembléias estimulam mais participação direta do que as instituições da democracia liberal, onde a atuação muitas vezes se limita ao voto a cada dois anos.

Interessante observar que o jornal procurou situar os movimentos grevistas em contraposição aos interesses gerais dos cidadãos e do país, não fazendo o mesmo em reportagens sobre as empresas. Como vimos no capítulo anterior, as demissões eram retratadas como formas de tornar as indústrias mais “rentáveis”, “produtivas” e “modernas”. *O Globo* adotava a perspectiva do capital: as exonerações eram noticiadas como parte da política de “saneamento” das empresas; já as greves eram execradas,

⁵⁵⁸ Raríssimas vezes, tinha-se uma manchete destacando a vitória de um movimento grevista. Eis uma exceção: “Petroleiros decidem hoje suspensão da greve – Petrobrás atende às reivindicações da categoria e FUP orienta 20 sindicatos a suspender a paralisação”. *O Globo*, 13/11/2000.p.21

consideradas “egoístas” – as categorias preocupavam-se com seus próprios ganhos, em detrimento da sociedade.⁵⁵⁹

Cabe ainda ressaltar que, paralelamente a desqualificação da ação sindical, o jornal promovia, em sintonia com diversas associações das classes dominantes, como o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (criado em 1998), um outro tipo de engajamento: a filantropia e a participação em ONGs. Como ressalta Virgínia Fontes, essas organizações não apontavam para universalização de direitos, mas para atenuação de problemas sociais específicos; substituíam o tema da “igualdade” pelo da “pobreza”. Não se trataria de uma “despolitização”, mas da promoção de um certo tipo de atuação, de âmbito pontual e segmentado. Ainda que não seja nossa proposta pesquisar a propaganda do periódico em prol da “caridade”, citamos algumas manchetes que seguiam essa linha: “*Fundação Roberto Marinho incentiva doação de livros*”, “*Fernando Henrique entrega prêmio ao Telecurso 2000, da Fundação Roberto Marinho e Fiesp*”, “*Comunidade [solidária] começa a agir em 14 estados*”, “*Instituto Ayrton Senna combate repetência junto com Petrobrás*” e “*Voluntários, por um mundo melhor*”. Nesta última reportagem, de capa, salientava-se que os adeptos do “*trabalho voluntário*” eram movidos por “*uma única certeza: de que o mundo pode ser muito melhor se cada um cuidar com amor das pessoas que estão ao seu redor*”. Vale registrar que, além de criar uma imagem positiva dos militantes de entidades filantrópicas, o jornal também fazia publicidade das ações empreendidas pelas próprias Organizações Globo, que seriam dotadas de “responsabilidade social”.⁵⁶⁰

Nesta primeira parte do quarto capítulo, procuramos demonstrar que as greves e as ações sindicais em geral, importantes formas de mobilização das classes subalternas,

⁵⁵⁹ Por adotar o horizonte e a racionalidade do capital, *O Globo* publicou matérias favoráveis aos novos métodos de gestão do trabalho e à flexibilização das leis trabalhistas, que aumentavam a exploração e precarização da força de trabalho, além de tornarem os trabalhadores ainda mais subordinados aos ditames das empresas. A reportagem que tratava da adoção do “Círculo de Controle de Qualidade” (CCQ) na CSN, baseado no modelo japonês, intitulava-se “*CSN faz da qualidade uma revolução*”. Outros textos também apoiavam as novas formas de gestão: “*Construção Civil entra na era da qualidade*” e “*Instituto do Câncer adota programa de qualidade total*”. Quanto às matérias sobre a flexibilização da legislação trabalhista, importante item do *script* neoliberal, ressaltava-se o caráter arcaico das leis vigentes e o fato delas retirarem o “dinamismo” da indústria: “*CLT faz 50 anos na hora de mudar*”, “*Mudanças nas relações de trabalho atropelam a CLT – Sindicatos e empresários imaginam soluções alternativas para fugir às leis criadas há mais de 50 anos por Getúlio Vargas*” e “*FH manda reduzir encargos e criar mais empregos*”. Nesta última, afirmava-se que as alterações da CLT visavam “*diminuir o peso dos encargos trabalhistas nos custos do emprego*”. *O Globo*, 22/1/1995.p.47, 4/2/95.p.58, 12/3/95.p.62, 07/09/97.p.47, 01/05/93.p.5, 9/1/95.p.1. Sobre a adoção do CCQ na CSN, ver: CARUSO, Danilo Spinola. *Reestruturação produtiva...op.cit.*

⁵⁶⁰ FONTES, Virginia Maria. Reflexões...op.cit.p.113 e 307, FONTES, Virginia Maria. Intelectuais e...op.cit.p.160, *O Globo*, 25/04/1990.p.6, 09/09/97.p.4, 12/5/95.p.7, 03/07/97.p.9 e 28/10/90.p.1

eram duramente combatidas pelo jornal. A seguir, mostraremos que *O Globo* também atacava as principais entidades opositoras das privatizações vinculadas às classes trabalhadoras, em especial, a CUT, o PT e o MST. Analisaremos ainda como o periódico tratava da Força Sindical, central que apoiava o neoliberalismo.

4.2: A CUT, o PT, o MST e a Força Sindical nas páginas de *O Globo*

A CUT e o PT eram identificados com a resistência às privatizações. De fato, em quase todas as manifestações contrárias à venda das estatais, estiveram presentes militantes do partido, sindicalistas e filiados a central sindical.

Como vimos na introdução da tese, a CUT foi muito atuante nos anos 80, notadamente na Constituinte de 1988. A central não se limitava às questões econômico-corporativas, incluindo em suas bandeiras a reforma agrária e o não pagamento da dívida externa. Defendia ações sindicais combativas, com perspectiva socialista.⁵⁶¹

Nos anos 90, a CUT, controlada pela tendência Articulação Sindical (ArtiSind), foi alterando suas proposições em favor de um sindicalismo negociador (daí ter integrado as câmaras setoriais), sem referencial de classes, baseado em uma noção difusa de “cidadania”. Em 1992, a CUT filiou-se a CIOSL, central sindical internacional ligada ao sindicalismo norte-americano e social-democrata europeu. Refletindo essas transformações, Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, declarou em 1998: “as fábricas estão se modernizando e cortando empregos e farão isso de qualquer jeito, com ou sem participação do sindicato. Nosso papel é negociar o ritmo de modernização das empresas”. Sete anos antes, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da CUT, havia sustentado ser importante “investir na formação” de dirigentes de modo a “acabar com a luta de classes maniqueísta e promover a cidadania”.⁵⁶²

O PT também passou por mudanças ao longo da década, perdendo perspectivas anticapitalistas e contra-hegemônicas. As disputas eleitorais passavam a ser privilegiadas em detrimento da organização classista. A cada derrota nos pleitos presidenciais (1989, 1994 e 1998), os discursos de Lula tendiam a ser “abrandados” e a política de alianças com partidos não vinculados às classes trabalhadoras ampliada. O PT passava a ser dirigido por quadros profissionais da agremiação, e não por indivíduos

⁵⁶¹ ALMEIDA, Gelson Rozentino. *História de...* op.cit.121, TUMOLO, P. *Da contestação...* op.cit.p.17.

⁵⁶² Apud COELHO, Eurelino. *Uma esquerda...* op.cit.p.448 e 514, MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e...* op.cit.p.93, TUMOLO, P. *Da contestação...* op.cit.p.127, BOITO JR, Armando. *Política neoliberal...* op.cit.p.170 e 178.

ligados aos movimentos sociais e aos sindicatos. Enquanto o partido aumentava sua presença no aparelho de Estado – em 2002 elegeu 91 deputados federais, a maior bancada no Congresso – abandonava um horizonte socialista, substituído um projeto de cunho social-democrata. O programa de 1994, por exemplo, preconizava “um novo ciclo de desenvolvimento, baseado na constituição de um mercado interno de massas, isto é, na criação de um ciclo virtuoso de crescimento entre salários, produtividade, consumo e investimentos”. Assim, o objetivo central não era mais a superação do capitalismo, mas sim a confirmação de um capitalismo organizado, com distribuição de renda e colaboração de classes. O próprio Paul Singer reconheceu que o objetivo do PT passava a ser gerenciar o capitalismo melhor que os capitalistas.⁵⁶³

Quanto às privatizações, a atuação da CUT e do PT foi marcada por certa duplicidade. Por um lado, os integrantes dessas entidades se opuseram às desestatizações, integraram o Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon), presidido por Barbosa Lima Sobrinho, e tentaram organizar protestos de diferentes categorias em 1995, no contexto em que o governo Fernando Henrique Cardoso enviava as propostas de emenda constitucionais que aboliam o monopólio da Petrobrás e da Telebrás. Por outro lado, alguns setores da CUT (com vínculos com o PT) tinham participação nos conselhos diretores dos fundos de pensão e do FAT, que atuavam nos leilões comprando as estatais. Delúbio Soares é um exemplo dessa ligação PT-CUT com os fundos. Ele foi representante da CUT no Conselho Deliberativo do FAT, presidindo o mesmo.⁵⁶⁴

As matérias sobre a CUT e o PT em *O Globo* não eram incomuns. De modo geral, a primeira era considerada “radical” e intransigente, como em “*Radicalismo da CUT age contra PT nas eleições*” e “*CUT desiste da moderação e deixa de apostar num diálogo com Governo Fernando Henrique*”. A manchete “*Instituto Cajamar prepara líderes para o sindicalismo radical*” era acompanhada de outra menor: “*Nas aulas, o*

⁵⁶³ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda...*op.cit.p.474, FONTES, Virginia Maria. *Reflexões...*op.cit.p.303, DEMIER, Felipe (coord). *As transformações...*op.cit.p.28, REIS FILHO, Daniel Aarão. O partido dos trabalhadores, trajetória, metamorfoses, perspectivas. IN FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil, Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.p.536.

⁵⁶⁴ Delúbio Soares também foi tesoureiro do PT, mais tarde conhecido nacionalmente no contexto do chamado “escândalo do mensalão”. Para Francisco de Oliveira, a presença de cutistas/petistas na administração dos fundos implicaria em profundas alterações das bases sociais dessas entidades – ou pelo menos em seus dirigentes – e também explicaria as convergências programáticas do PT e do PSDB. FONTES, Virgínia Maria. *O Brasil e o...*op.cit.p.261, CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.119, BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal...*op.cit.p.176, TUMOLO, P. *Da contestação...*op.cit.p.199, OLIVEIRA, Francisco de. *O ornitórrinco...*op.cit.p.147.

ensino de **uma só maneira de pensar**". Em "CUT já articula o 'setembro negro'", colocava-se em destaque uma fala de Ciro Garcia: "o trabalhador tem que ir pro pau. A greve é um instrumento fundamental da luta de classes".⁵⁶⁵

O PT também era mostrado como inflexível e radical: "Lula promete oposição intransigente", "Petistas descartam aliança ou trégua com o Presidente eleito", "Petistas hostilizam Collor até em visita ao Muro de Berlim" (o texto de capa dizia que o presidente havia sido alvo de "agressiva manifestação"), "Erundina demite 200 que não seguem PT", "Radicais ganham espaço no PT com saída de [Sílvio] Tendler [da produção dos programas televisivos]", "PT e sem-terra têm encontro com Zapatistas" e "Xiitas seguem Marx mesmo com o fim do socialismo na maioria dos países – 'abaixo ao imperialismo' é substituído pelas críticas à globalização". No primeiro parágrafo desta matéria, afirmava-se: "seguindo os ensinamentos de Karl Marx, os xiitas parecem adormecidos, mas estão aguardando forças para uma **guerra santa contra o capitalismo**". Assim, além de intransigente, o partido também era considerado atrasado, com discurso obsoleto, em descompasso com as transformações mundiais e nacionais. Em "O Nordeste mudou mais que Lula", contrastava-se Canudos, que já teria um "orelhão", uma discoteca e tráfego de caminhões com o "inflamado discurso" do petista na cidade sobre a fome, "evocando o nome de Antônio Conselheiro".⁵⁶⁶

Ao mesmo tempo em que caracterizava as duas entidades como "radicais", *O Globo* procurava criminalizá-las, como se percebe nas manchetes sobre a CUT: "Inquérito indicia militante da CUT", "Festa da CUT termina em pancadaria", "Tentativa de invadir o Congresso acaba em tumulto e pancadaria – Ato da CUT contra o desemprego deixa mais de 20 feridos e um menor é preso", "Manifestação acaba em baderna – CUT perde o controle contra o desemprego e Congresso quase é invadido" e "Grupo da CUT invade com violência sindicato da CGT". Neste último texto, relatava-se que os militantes cutistas, com pedaços de pau e um revólver calibre

⁵⁶⁵ Além de "radical", a CUT também parecia ser "do contra", fazendo oposição aos planos econômicos dos governos federais. Em "CUT prega ocupação das fábricas", havia uma fotografia de uma manifestação com a frase: "Na praça da Sé, manifestantes da CUT declaram guerra ao Plano Collor". Mais tarde, destacou-se oposição da entidade ao "Plano Real": "Metalúrgicos da CUT contra o Real param o ABC" e "CUT fará campanha contra o real". *O Globo*, 26/08/1990.p.1, 15/03/97.p.4, 26/08/90.p.8 e 10, 02/05/90.p.3, 13/9/94.p.1, 23/6/94.p.17 (grifos nossos).

⁵⁶⁶ *O Globo*, 20/12/1989.p.9, 5/01/90.p.3, 8/04/90.p.7, 04/02/90.p.1, 11/9/94.p.4, 29/7/96.p.1, 05/07/98.p.9, 09/05/93.p.5 (grifos meus).

22, haviam tentado se apoderar de uma urna das eleições para diretores sindicais, ocorrida no dia anterior.⁵⁶⁷

O jornal também destacava ilegalidades e casos de corrupção do PT, como em: “*PT acusado de operar com dólar ilegalmente*”, “*PT decide desrespeitar a lei e fazer boca de urna dia 3*”, “*Canhedo [dono da Vasp] responderá a inquérito por doar ao PT mais do que a lei eleitoral permite*” e “*PT se infiltra no Governo para fazer **espionagem política***”. Esta última matéria, de capa, afirmava que o PT havia montado “*um eficiente sistema de informações dentro da máquina federal: um exército de militantes e simpatizantes que burla a lei e cuida para que o partido tenha acesso às informações mais sigilosas*”. Sustentava-se que “*principal canal de espionagem*” era a CUT, que “*comandava 175 entidades sindicais de funcionários públicos (...) até mesmo o Sindicato de Agentes Federais de Brasília é controlado por petistas*”. O “*avanço do PT e da CUT na máquina federal*” teria gerado, “*segundo parlamentares*”, “*uma nova estatal: a ‘Petebrás’*”. O texto finalizava-se tratando dos receios do Exército: “*nas Forças Armadas, a atuação do PT causa apreensão: segundo um general, o partido sabe mais que o próprio Governo*”. Na reportagem interna, o periódico concedia espaço para opositores do PT, como deputados do PPR e um general do Exército, empreenderem mais ataques aos petistas.⁵⁶⁸

A matéria acima foi publicada em agosto de 1993. No início ano seguinte, *O Globo* veiculou uma quantidade ainda mais elevada de matérias contra a CUT e o PT. Era o ano em que ocorreriam eleições presidenciais, as primeiras desde a vitória e impeachment de Collor (na qual alguns petistas tiveram papel de relevo) e o jornal empenhou-se em construir uma imagem truculenta e criminosa dessas entidades. Um episódio – a morte de um integrante do Sindicato dos Rodoviários de São Paulo que, conforme o periódico, teria feito acusações de desvio de verbas da CUT para favorecer o PT – foi intensamente explorado, como se percebe nas manchetes sobre a central sindical: “*Assassinado sindicalista que acusou CUT*”, “*Medeiros: ‘Ele ia fazer novas denúncias’*”, “*Sindicalista disse a amigos que estava ameaçado de morte*”, “*Sindicalista levaria documentos à polícia dia 17*”, “*Irmãos de sindicalista morto dizem que CUT esconde assassino*” e “*Sindicatos do ABC vivem clima de guerra*”. Esta última reportagem mostrava o ABC paulista como uma “*terra sem lei*”, onde as divergências

⁵⁶⁷ O jornal destacou o fato da CUT receber verbas de centrais sindicais européias como se tratasse de um caso de corrupção: “*CUT recebeu US\$ 3,7 milhões do exterior*” e “*A ajuda de entidades estrangeiras à CUT*”. *O Globo*, 22, 10/10/91.p.28, 2/5/92.p.4, 21/04/98.p.1 e 3, 27/10/89.p.7, 18/8/93.p.1, 19/8/93.p.5

⁵⁶⁸ *O Globo*, 7/8/93.p.1 e 4, 8/9/94.p.7, 22/03/97.p.9, 8/8/93.p.1 e 3 (grifos nossos).

sindicais eram resolvidas à bala: “*era a República do ABC. Hoje é cenário de tiros, morte e brigas de sindicalistas. A violência toma conta do movimento sindical na região metropolitana de São Paulo*”. O texto era acompanhado das manchetes menores: “*Mortos e feridos na luta pelo poder*”, “*Violência espanta novos filiados*”, “*Companheiro, depois assassinado*” e “*Assembléia e tiros, pesadelo da vizinhança*”. Em meio a essas matérias, havia apenas uma pequena manchete com um pronunciamento da central: “*CUT divulga nota de repúdio à violência*”.⁵⁶⁹

O episódio também foi útil para reforçar a criminalização do PT: “*Medeiros: patrocínio eleitoral da CUT ao PT é corrupto*”, “*Deputado [Armando Pinheiro, PPR-SP] denuncia desvio de verbas da CUT para o PT*”, “*CUT de Minas admite ter ajudado Lula na campanha de 89*”, “*Assassino de sindicalista que acusou a CUT e o PT está preso*”, “*Provas contra CUT e PT são roubadas*”, “*Maluf diz que PT fez ‘queima de arquivo’*”, “*Sindicalista acusou Lula na véspera da morte*” e “*Sindicalista leva à polícia dossiê contra CUT e o PT*”. Um suposto atentado contra um motorista que também teria feito acusações contra o partido foi explorado em uma manchete de capa: “*Motorista que acusou PT denuncia que sofreu atentado*”. O jornal concedeu algum espaço para os petistas responderem aos ataques, ainda que nessas próprias reportagens também houvesse desqualificações à agremiação. Em “*Presidente do PT reage e vai processar Medeiros*”, havia uma foto de Lula com a frase: “*Lula, presidente do PT: acusado de comandar o repasse de dinheiro dos sindicatos*”. Na matéria “*Lula diz que adversários usam morte para fazer campanha*”, havia uma fotografia do petista com a frase: “*Lula: ‘Se eu tivesse 3% nas pesquisas eleitorais, essa campanha de difamação não teria ocorrido*”. Porém, nessa imagem, o petista aparecia de boca aberta (como se estivesse falando), com os olhos arregalados, como se fosse um louco e/ou histérico.⁵⁷⁰

As matérias sobre o PT e a CUT mostram que *O Globo* promoveu intensa campanha contrária às organizações vinculadas às classes trabalhadoras e às perspectivas contra-hegemônicas. Taxá-las de “radicais” era uma forma de desqualificá-las, mostrá-las como “intransigentes”, aferradas a “uma maneira só de pensar”, como se tratasse de entidades com as quais não poderia dialogar. Seriam autoritárias e anti-

⁵⁶⁹ Também no início de 1994, o jornal ressaltava as “*altas cifras*” controladas pelos sindicatos e alguns casos de irregularidades financeiras: “*Sete sindicatos do ABC movimentam US\$ 500 milhões por ano*” e “*Polícia Federal investiga CUT por trocar cheque no câmbio negro*”. No final deste ano, o periódico relatava o fato de que alguns militantes da CUT eram funcionários de estatais licenciados como se tratasse de um escândalo: “*Sindicalistas da CUT são pagos por estatais*”. *O Globo*, 7/1/1994.p.1 e 9, 22/1/94.p.11, 16/1/94.p.12, 8/1/94.p.8., 15/3/94p.1, 16/10/94.p.1.

⁵⁷⁰ *O Globo*, 20/8/1993.p.3, 3/2/94.p.5, 11/2/94.p.7, 14/2/94.p.5, 8/1/94.p.8, 23/2/94.p.1, 14/1/94.p. 1 e 3, 9/1/94.p.10, 11/1/94.p.1

democráticas, pois só aceitavam aqueles que adotavam as mesmas visões de mundo – daí Erundina “demitir quem não segue o PT”. Tais imagens eram reforçadas quando os cutistas e os petistas eram comparados com os religiosos fundamentalistas – o periódico utilizava termos como “xiitas” e “guerra santa”. Seriam organizações irracionais, sem capacidade de refletir e entender o mundo a sua volta, o que explicaria estas “ainda seguirem Marx, mesmo com o fim do socialismo” ou “o nordeste ter mudado mais que Lula”.⁵⁷¹

As representações construídas para o PT e a CUT objetivavam a gerar medo nos leitores de *O Globo* daquelas instituições. Afinal, estas seriam “radicais” e “atrasadas”, sem capacidade de interlocução. Por não serem possíveis argumentos “racionais” com os “xiitas”, estimulava-se a conclusão de que a maneira de lidar com estas organizações seria a repressão. As reportagens criminalizadoras dos petistas e dos cutistas iam ao encontro desta avaliação, pois estes estariam ligados à violência e à corrupção. Os sindicatos teriam se transformado em “terra sem lei”, cujas divergências resolviam-se através da eliminação dos oponentes (confirmando que a CUT era antidemocrática). O PT, por um lado, era “irracional”, “intransigente” e ameaçava as instituições políticas nacionais ao se infiltrar nelas, realizando “espionagem política” – velhas acusações feitas às esquerdas desde os anos 60, usadas pelos golpistas civis e militares em 1964. Por outro lado, a agremiação também seria corrupta, mostrando que não era muito diferente “dos outros partidos”.⁵⁷²

Especialmente em fins de 1993 e 1994, *O Globo* fez virulenta campanha contra a CUT e o PT, com textos dignos da sessão “policial” do periódico: falava-se em “assassinato”, “provas roubadas” e “queima de arquivo”. Nas matérias sobre a morte de um integrante do Sindicato do Rodoviários, o jornal procurou incriminar as duas entidades e não publicou uma informação que poderia estimular críticas às denúncias: o delegado responsável pelo caso, Nelson Silveira Guimarães, era o mesmo que atuava na farsa do seqüestro de Abílio Diniz, sustentando que os raptos eram petistas. Segundo Bernardo Kucinski, o próprio réu confesso do crime não foi preso por dois meses de modo a não encerrar a campanha anti-PT e anti-CUT – dado não noticiado pelo periódico. *O Globo* procurava evitar a repetição de 1989: uma candidatura presidencial

⁵⁷¹ Vocábulos vinculados a religiosidade eram usados com recorrência pelo jornal na caracterização de algumas personalidades de esquerda. O sociólogo petista Florestan Fernandes foi chamado em um editorial de “xiita”. A matéria sobre historiador inglês Hobsbawm tinha a foto deste com a frase: “Hobsbawm insiste na fé marxista”. *O Globo*, 01/01/1990.p.5, 23/11/90.p.1.

⁵⁷² Demonstrando que o PT era “igual aos outros”, uma manchete de capa informava: “PT negocia apoio de Sarney”. *O Globo*, 9/6/1994.p.1.

ligadas às classes trabalhadoras e às esquerdas em geral com possibilidades de vitória.⁵⁷³

As matérias sobre o PT e principalmente a CUT também frisavam seus fracassos nas tentativas de organizar mobilizações e greves, como em: “*Fracassos levam CUT a evitar greves*”, “*CUT reúne apenas cem servidores em protesto*”, “*Pouca gente vai a protesto da CUT*”, “*Sem CGT, CUT desiste e suspende a greve geral*” e “*Caravana de Lula não empolga no Sul*”.⁵⁷⁴

Manchetes irônicas ou pouco claras também eram utilizadas para desqualificar a o PT e a CUT. Em “*Vicentinho, estudante aplicado*”, ressaltava-se que o presidente da central voltava às aulas “*depois de 16 anos sem ir à escola*”, o que contribuía para mostrá-lo como um indivíduo ignorante e sem instrução. Em “*Ás custas de arroz, CUT faz passeatas de excluídos*”, relatava-se que a entidade havia convocado mendigos e “*catadores*” para uma manifestação em troca de comida, além de associar à CUT aos “*maltrapilhos*”. A manchete dava a entender que a CUT precisava “*comprar*” as pessoas para estas participarem dos protestos. Segundo a reportagem intitulada “*Meneguelli invade casa atrás de bola*”, o presidente da central havia ingressado em uma residência para pegar uma bola de futebol. Acrescentava-se: “*ele já foi indiciado por delito parecido, em 1986, durante uma greve, quando foi acusado pela Ford de ter derrubado o portão principal da fábrica para entrar com o caminhão de som*”. Utilizava-se um fato de menor importância para mostrar Meneguelli como um “*invasor*” sem consideração pela a moradia e privacidade dos outros. Ao lado da matéria, havia um editorial sustentando que o presidente da CUT, ao “*invadir*” uma montadora e uma residência, agia com “*coerência*”: “*no trabalho e no lazer, os mesmos métodos, o mesmo desrespeito pela propriedade alheia*”.⁵⁷⁵

O PT também era tratado com manchetes irônicas, como em “*Com vaselina na liderança, PT conversa até com ACM*” – o texto afirmava que “*vaselina*” era o apelido do petista Jacques Wagner. Em uma página sobre um Congresso do PT, salientava-se em uma pequena matéria a parte: “*Livre organização etílica – conhaque, cerveja e cachaça em harmonia*”. Uma fotografia mostrava uma mesa com bebidas, rodeadas de pessoas, com a frase: “*Lula come no intervalo do Congresso do PT*”. Assim, destacava-

⁵⁷³ KUCINSKI, Bernardo. *Síndrome...* op.cit.p.120.

⁵⁷⁴ *O Globo*, 03/08/1990.p.4, 20/08/90.p.14, 6/04/90.p.5, 11/05/90.p.5, 08/06/90.p.1, 3/3/94p.5.

⁵⁷⁵ A matéria sobre a suposta “*invasão*” da casa por Meneguelli terminava tratando de outro assunto: o desvio de merenda escolar da prefeitura de Diadema, governada pelo PT. *O Globo*, 15/02/1997.p.29, 15/11/95.p.8, 02/02/90.p.2.

se a presença de álcool no encontro do partido e associava-se Lula às bebidas. Outras manchetes ironizavam as posições ideológicas petistas: “*PT adere ao capital*” e “*PT cobra de deputados em débito juros de 12%*”. A primeira tratava do “*PT Card*”, cartão de crédito criado pela agremiação em associação com Bradesco Visa. A segunda, de capa, relatava que, apesar de criticar a alta dos juros, o partido cobrava taxas de até 12% aos parlamentares que atrasavam as contribuições com o próprio.⁵⁷⁶

Ao mesmo tempo em que procurava consolidar uma imagem intransigente e criminosa da CUT e do PT, *O Globo* registrava que algumas tendências cutistas e petistas, principalmente as dirigentes, tinham um discurso “moderado” e sem perspectivas anticapitalistas. Em “*Meneguelli, o homem de confiança de Lula*”, descrevia-se a trajetória do presidente da central e relatava-se que ele não era contrário a todos os empresários, respeitando aqueles que lucravam “*sem explorar*”. Outra manchete destacava o fato de outro presidente da entidade também pensar com “bom senso”: “*Vicentinho: trabalho e capital devem ser sócios*”. Havia ainda as matérias que salientavam as divisões internas da CUT e alertavam para o “perigo” dos setores “moderados” perderem o controle dos “radicais”: “*CUT dividida inicia encontro nacional*” e “*Oposição a Vicentinho prepara terreno para criação de uma CUT mais radical*”⁵⁷⁷

O jornal também registrou as mudanças no PT, o abandono de algumas bandeiras políticas e o fato de algumas suas correntes internas adotarem medidas historicamente combatidas pelo partido. Em “*Cristovam [Buarque] surpreende radicais do PT e faz de general [Gilberto Serra] secretário*”, destacava-se a frase do militar: “*Gilberto Serra: ‘Para trabalhar em benefício do povo não há ideologia’*”. Em “*Prefeito do PT [Antônio Palocci] põe à venda telefônica de Ribeirão Preto*”, salientava-se que Palocci enfrentava “*dogmas*” do partido. A mesma expressão era usada em “*Cristovam decide privatizar o metrô*”: o governador teria passado “*por cima de um dos dogmas do partido*”. A matéria intitulada “*PT comemora 15 anos em crise de identidade*” sustentava que a agremiação não decidia se continuava “*fiel às suas origens revolucionárias*” ou se assumia “*feição social-democrata*”. No início dos anos 2000, informava-se que o PT vinha alterando sua linha política e se aproximando dos grupos patronais: “*PT segue a Fiesp e defende queda de juros para atrair empresários – Petistas admitem que controle da inflação foi conquista dos tucanos*”, “*Alongando os*

⁵⁷⁶ *O Globo*, 22/10/1995.p.4, 29/11/91.p.3, 12/9/92.p.8, 16/6/95.p.1.

⁵⁷⁷ *O Globo*, 26/08/1990.p.8, 18/9/92.p.18, 24/8/93.p.4, 18/06/97.p.28.

prazos – *PT propõe tempo maior para pagar dívida mas nega intenção de dar calote*” “*Moratória [da dívida externa] e reestatização [das empresas privatizadas] ficam de fora*”. Neste último texto, afirmava-se que as “*duas teses radicais*” não haviam sido incluídas na proposta econômica petista.⁵⁷⁸

Como no caso das matérias da CUT, ressaltava-se as divisões do PT e o “risco” dos setores “moderados” não conseguirem enquadrar as correntes que persistiam em ser “radicais”: “*PT se esforça para conter divisão*”, “*Lula não consegue acalmar os radicais*”, “*Lula fica [na presidência do partido] para impedir que radicais dominem*”, “*Lula desafia radicais e quer negociar programa do PT*”, “*Lula usa bancada do PT para se livrar dos radicais*” e “*Lula assume candidatura à Presidência para acalmar setores mais radicais do PT*”. As divergências e conflitos internos do PT e entre o partido e as agremiações aliadas nas eleições eram comumente realçadas nas manchetes de *O Globo*: “*Lula, CUT e deputados não se entendem*”, “*PT é o maior inimigo do PT*”, “*Muita divisão, pouca harmonia*”, “*Candidato está pisando em ovos*”, “*Cúpula do PT se desentende sobre palanque*”, “*Convenção do PT aumenta divisão interna no partido – Revoltado por ser impedido de registrar sua candidatura ao Governo, Vladimir Palmeira diz que vai recorrer à Justiça*”, “*União das esquerdas não impede divergências – Além de enfrentar Fernando Henrique, Lula terá que administrar diferenças entre Brizola e correntes internas do PT*”, “*A minoria barulhenta da aliança que sustenta Lula*”, “*Divisão do Rio reflete a racha nacional*”, “*Debate esquenta no PT – Programa econômico moderado abre crise interna entre as correntes do partido*” e “*Programa de governo de Lula já divide petistas*”. Neste último texto, afirmava-se no quarto parágrafo: “*em tese, os comunistas do PC do B concordam com as bandeiras dos xiitas do PT, que querem reverter as privatizações*”. A reportagem “*Oito teses em apenas um partido*” tinha um desenho do símbolo da agremiação (a estrela) rachado. Em “*Tendências: a organização do conflito*”, sustentava-se que, apesar de ter “*brigas internas*” e parecer a “*casa da mãe Joana*”, o PT era o “*mais unido e disciplinado dos partidos brasileiros*”.⁵⁷⁹

Nas matérias sobre as divergências do partido, o jornal concedia espaço para os setores “moderados” do partido atacarem os “radicais”. Em duas matérias, José Genuíno

⁵⁷⁸ *O Globo*, 5/3/1995.p.4, 18/1/95.p.3, 19/1/95.p.5, 3/8/95.p.3, 5/2/95.p.1, 16/06/2001.p.4, 19/06/2001.p.3.

⁵⁷⁹ *O Globo*, 22/3/1993.p.3, 8/6/93.p.3, 10/6/93.p.3, 12/6/93.p.3, 6/6/93.p.3, 14/2/94.p.3, 11/2/94.p.3, 14/2/94.p.1, 01/12/97.p.4, 1/9/94.p.3, 26/6/94.p.5, 16/3/94.p.1, 16/06/98.p.5, 5/7/98.p.5, 21/06/98.p.12, 18/6/2001.p.3, 24/04/98.p.8, 5/2/95.p.3, 11/6/93.p.3.

criticava a “*ultra-esquerda*”, que não teria “*cacife eleitoral*”, e a “*tese de um governo com perspectiva socialista*”. O *Globo* também publicava entrevistas e reportagens baseadas em declarações de petistas e ex-petistas que se opunham à “intransigência” da agremiação e às suas bandeiras políticas: “*Petista [Paulo Delgado, deputado federal] acha muito velho o discurso de esquerda*”, “*Oposição sistemática é burrice e está politicamente superada*” (entrevista com José Paulo Bisol), “*Prefeito [Maurício Soares] defende expulsão das alas radicais do PT*”, “*Erundina deixa o PT com crítica e se filia ao PSB*”, “*O PT envelheceu*” (entrevista com Erundina) e “[Vitor] *Buaiz [governador do Espírito Santo, ex-PT] sente alívio depois de três anos de luta contra problemas internos – Insistência em levar sozinho, sem alianças, é outra crítica ao partido*”. Um editorial elogiou Francisco Weffort por ter feito uma “*revisão honesta e exemplar*”, admitindo que o marxismo falira, não considerando mudanças no capitalismo, nem os “*azares*” da revolução socialista nos países “*avançados*”.⁵⁸⁰

Os editoriais, de um lado, combatiam os cutistas e os petistas, por outro, aplaudiam o abandono das perspectivas contra-hegemônicas dos mesmos. Assim, a CUT era chamada de “*Central do Confronto*”, que promoveria a “*sabotagem*” das empresas e se “*infiltrava*” no serviço público, levando “*às últimas conseqüências o espírito corporativista do funcionalismo estatal*”. Mas alguns integrantes da entidade também eram elogiados por “*perceberem*” que o melhor caminho para as melhorias dos trabalhadores passava por relações amistosas com os patrões e pela deserção do horizonte socialista. Um editorial enalteceu Meneguelli por ter deixado “*o tom enraivecido*”, não considerando o “*capital como fonte de todas as misérias*”: “*TERIA Meneguelli descoberto que há interesses gerais acima dos interesses específicos de qualquer grupo social ou classe, até porque eles são seus condicionantes maiores?*”. Vicentinho também foi louvado por sustentar que os trabalhadores deveriam se responsabilizar pelo “*crescimento do Brasil*” – o jornal observava que Luiz Antônio

⁵⁸⁰ No contexto da quebra do monopólio da Telebrás, o jornal entrevistou Fernando Gabeira, deputado federal do Partido Verde, mas que tinha uma trajetória ligada às esquerdas. Gabeira se colocara favorável ao fim do referido monopólio. A manchete da entrevista destacava uma de suas falas: “*A esquerda está equivocada*”. O jornal não deixou de dar espaço para os tradicionais adversários do PT fazerem ataques, como em: “*César [Maia] diz que o PT tem parte com o diabo*”, “*FH acusa Lula de não ter projeto*” e “*Covas acusa PT de incentivar atos de violência*”. *O Globo*, 6/6/1993.p.3, 14/2/94.p.3, 26/08/90.p.14, 22/11/90.p.2, 18/02/90.p.11, 05/09/97.p.5, 07/12/97.p.4, 2/9/90.p.4, 26/5/95.p.3, 18/8/93.p.1, 17/1/94.p.1, 3/6/2000.p.1

Medeiros era “*pioneiro nessa mudança de mentalidade*”, pois previra o fim do “*sindicalismo de confronto*” e do “*capitalismo selvagem*”.⁵⁸¹

O PT também era sistematicamente atacado em editoriais, alguns deles de capa. Sua oposição ao neoliberalismo e às privatizações o fazia “*pré-histórico*”, na “*rota do retrocesso*”, contrário não “*ao Governo, mas ao próprio país*”. O partido seria “*corporativista*” e defenderia um “*programa de estatização e empreguismo burocrático*”. No contexto em que um deputado federal petista procurava impedir a desestatização da Embraer, um editorial sustentava que este estava “*contrariando os fatos e a tendência mundial*”. Cobrava-se do PT um “*lugar responsável no quadro político brasileiro*”, ou seja, que o partido largasse suas críticas à sociedade capitalista. Como veremos mais adiante, quando tratarmos da cobertura das eleições de 2002, veremos que o jornal exaltaria o que considerava um de “*amadurecimento*” da agremiação.⁵⁸²

Em editoriais e nas matérias supostamente neutras, *O Globo* combateu a CUT e o PT, mostrando-as como entidades radicais e extremistas. Em algumas matérias, usava tons sarcásticos e irônicos contra as organizações. Ressaltava constantemente as divergências no interior da CUT e principalmente do PT, reforçando a idéia de que se tratavam agrupamentos semelhantes às instituições religiosas fanatizadas, onde as seitas internas não conseguiam se entender. Daí o jornal sustentar que os petistas que abandonavam as bandeiras políticas do partido estariam “*enfrentando*” seus “*dogmas*”. Para o jornal, os horizontes anticapitalistas eram similares à religiosidade e à fé fundamentalistas, ou seja, ao pensamento aferrado às verdades incontestes e sem base racional. Ser contrário às privatizações ou procurar revertê-las significava ser “*xiita*”.

Ao mesmo tempo, o periódico enalteceu as tendências cutistas e petistas de “*lucidez*”, que deixavam de criticar o capitalismo e mesmo o neoliberalismo. Essas

⁵⁸¹ Nos editoriais, alguns de capa, *O Globo* procurava dar lições para as esquerdas em geral, de modo a pautá-las. Reconhecia que havia “*desigualdades no Brasil*”, mas estas não seriam resolvidas com “*luta de classes*”, nem com o alargamento do “*ventre do Estado cesarista*”. O “*caminho*” correto era “*dar força à empresa privada*” e “*abrir o mercado*”. O jornal criticava o “*PRECONCEITO contra o capital*” e exortava as esquerdas a ficarem “*à vontade*” no capitalismo, “*entendido como mecanismo incomparável de geração de prosperidade coletiva e não como ordem social oligárquica-predatória*”. *O Globo*, 23/10/1990.p.6, 01/08/90.p.26, 21/04/90.p.4, 11/3/93.p.6, 2/01/1990p.1, 7/09/90.p.6, 29/12/89.p.3.

⁵⁸² A idéia de que o PT defendia o “*corporativismo*”, ora entendido como defesa de específica dos funcionários públicos, ora visto como postura favorável a defesa de alguns grupos sociais em detrimento da coletividade, era mais freqüente nos editoriais. Porém, algumas matérias tratavam do partido abertamente desta maneira: “*PT: derrota [nas eleições presidenciais de 1994] põe na berlinda o discurso corporativista*”. Tratar-se-ia de um discurso que não falava “*para toda a sociedade*”, mas para “*categorias organizadas*”. A reportagem dava a entender que a agremiação se preocupava com os interesses de alguns setores do país, em contraste com os outros partidos, que defendiam “*a todos*”. *O Globo*, 20/02/1990.p.4, 4/1/94.p.1, 22/12/89.p.1, 30/12/89.p.2, 23/8/93.p.16, 20/12/89.p.2, 9/10/94.p.9

correntes costumavam ter voz assegurada para criticarem seus companheiros “radicais”. Ao mesmo tempo, *O Globo* ressaltava constantemente o “risco” dos “extremistas” não estarem devidamente enquadrados pelos “moderados” e que as entidades ainda não eram “confiáveis”. Os “radicais” pareciam ser difíceis de serem “domados”, necessitariam ser “acalmados” pelos grupos mais à direita das organizações. Frisando a persistência do extremismo na CUT e no PT, o periódico pretendia pautá-las, indicar aos “moderados” que, se pretendiam mesmo “provar” que suas entidades não ameaçavam a ordem estabelecida, precisavam silenciar as tendências de esquerda.⁵⁸³

O MST era outra entidade vinculada às classes subalternas presente nas mobilizações contra as privatizações. Por ser mais vinculado ao meio rural e à reforma agrária, as matérias sobre o movimento serão tratados de modo mais sucinto.

Uma das principais formas de ação do MST consistia em ocupar terras, de modo a exigir das autoridades a desapropriação das mesmas. Segundo João Pedro Stedile, as ocupações são a “principal forma de pressão de massas que os camponeses tem para (...) fazer a reforma agrária avançar e terem acesso direto à terra para trabalhar”. Porém, *O Globo* se referia a tais mobilizações recorrentemente com a expressão “invasão”, evocando a idéia de usurpação, ilegalidade, desrespeito e uso da força. Daí as manchetes “*Invasores de terra criam ‘indústria’ [da invasão] no MS*”, “[José] Rainha volta [da prisão] prevendo mais invasões”, “*Sem-terra invadem mais uma fazenda no Sul*”, “*MST ameaça o Governo com nova invasão no Pontal*”, “*MST ignora decreto e vai continuar a invadir fazendas e prédios públicos*”, “*MST invade 40 prefeituras de Pernambuco pedindo apoio*”, “*MST invade usina e anuncia ocupação de áreas produtivas – trabalhadores tomam destilaria em atividade em Pernambuco*” e “*MST ameaça intensificar as invasões*”.⁵⁸⁴

O Globo criminalizava o MST de outras formas nas manchetes, geralmente associando o movimento à violência, à truculência e ao conflito: “*Tensão no Paraná: sem-terra espancam seguranças de dono de fazenda invadida*”, “*Um dia de fúria e*

⁵⁸³ Outra forma do jornal “demonstrar” para as entidades vinculadas às classes trabalhadoras que a atuação “correta” seria aquela sem perspectivas anticapitalistas era publicando reportagens que tratavam da “esquerda” mundial que havia abraçado o neoliberalismo, como em “*A nova face do trabalhismo – a favor da privatização e longe dos sindicatos, Tony Blair é o favorito nas eleições britânica*”. Um editorial afirmava que os “*socialistas*” que passaram a predominar na Europa – Blair, Leonel Jorpin e Strauss-Khan – comprometiam-se com as privatizações e eram adversários do “*estatismo*”. *O Globo*, 13/04/1997.p.56, 11/06/97.p.6

⁵⁸⁴ STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Bravos gente, a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.p.117. *O Globo*, 9/03/1990.p.11, 18/11/95.p.8, 05/02/97.p.11, 21/04/97.p.1, 17/06/97.p.4, 10/06/99.p.9, 12/4/99.p.5, 19/4/2000.p.1.

invasões – MST depreda Secretaria de Segurança do Pará...”, “*Sem-terra acuum Jungman dentro do ministério*”, “*Sem-Terra invadem Incra e tomam diretor como refém*” “*Supermercados, o novo alvo do MST*”, “*Sem-terra saqueiam seis caminhões de comida – Armados com faixas e enxadas, militantes do MST bloqueiam estradas, enfrentam a PM e escondem alimentos em fazenda*”, “*Sem-terra matam gado de Jader*”, “*Os sem-terra são acusados de formação de quadrilha*” e “*Radicalização do MST preocupa Governo e PT – militantes invadem terra até de pequenos agricultores*”. Em “*MST fez 20% dos saques, mas ficou com metade da comida*”, sustentava-se que movimento “*incorporou métodos dos assaltantes que agem nas estradas.*” Em uma reportagem sobre manifestações da CUT, havia um box à parte com o título “*Adolescente diz que foi orientado para tumultuar*” - “orientadores” seriam do MST. Na matéria “*Sem-terra dão verbas oficiais para o MST*”, “denunciava-se” que os assentados transferiam 2% das verbas públicas por eles recebidas ao MST.⁵⁸⁵

Os editoriais também desqualificavam o MST, que seria um movimento que se valia da tática a “*agressão*”, ignorando as “*instituições do país*”. Utilizaria o “*arcaico jargão marxista-leninista*”, pois desconheceria a “*reviravolta econômica na China*”, a “*demolição do Muro de Berlim*” e a “*derrocada do socialismo*”.⁵⁸⁶

As matérias sobre o MST revelavam a ojeriza do jornal (e das classes dominantes em geral) às mobilizações das classes subalternas. Ao usar expressões como “*invasão*”, “*ameaça*”, “*saqueia*”, “*espanca*”, “*fúria*”, “*armados*”, *O Globo* imputava uma imagem criminoso do movimento, que seria nocivo ao país e às instituições democráticas. Legitimava-se a repressão sobre os sem-terra, rotineira no meio rural brasileiro: segundo a Pastoral da Terra, entre 1985 e 2004, foram assassinados 1.399 trabalhadores rurais. Em nossa pesquisa, não localizamos matérias que procuravam pautar o MST, “ensinando-o” como atuar de modo “responsável” e “condizente” com as instituições (como nos textos sobre o PT) – o jornal limitava-se a taxá-los como “transgressores” e “foras da lei” cuja “solução” passaria pela atuação dos organismos policiais. Ao sustentar que as ações do movimento eram ilegais e contrárias à

⁵⁸⁵ *O Globo*, 08/09/1997.p.4, 18/04/2000.p.3, 03/12/97.p.1, 15/06/99.p.8, 18/04/98.p.3, 21/04/98.p.8, 16/05/98.p.12, 16/06/2001.p.8, 27/04/98.p.9, 07/05/2000.p.1, 14/06/98.p.1, 06/02/97.p.1 (grifos nossos).

⁵⁸⁶ O jornal também destacava falas críticas ao movimento: “*Fernando Henrique: MST vai para a legalidade*” e “*Fernando Henrique compara MST a fascistas*”. Em seu livro de memórias, FHC manteve sua visão negativa dos sem-terra: “o MST pertence a um nicho de resistência à modernidade e é portador de uma utopia regressiva (...), que olha pelo retrovisor”. *O Globo*, 4/03/1990.p.10, 29/6/94.p.30, 20/04/2000.p.1, 22/04/2000.p.3, CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte...op.cit.p.70*.

“democracia”, *O Globo* indicava, indiretamente, que a única forma legítima de participação política era o voto nas eleições.⁵⁸⁷

Nem todas as associações vinculadas às classes trabalhadoras recebiam a oposição de *O Globo*. Os integrantes do CGT (mais tarde Força Sindical), especialmente Antônio Medeiros, dispunham de amplo espaço no periódico para manifestarem suas posições políticas e atacarem seus adversários (geralmente, os cutistas e os petistas). Como vimos na Introdução desta tese, a central sindical era favorável ao neoliberalismo e recebera apoio de diferentes grupos patronais, que procuravam interlocutores “confiáveis”, que serviriam de contraponto à CUT.⁵⁸⁸

As manchetes do jornal destacavam recorrentemente as posições de Antônio Medeiros: “*Medeiros: é atraso criticar a privatização*”, “*Medeiros cobra calote do Governo com a previdência*”, “*Medeiros só aceita salário congelado sem perdas*”, “*Medeiros defende demissão de Zélia*”, “*Medeiros critica equipe econômica e exige mudança*”, “*Medeiros quer discutir participação nos lucros*” e “*Medeiros prega contra a política econômica*”. Nesta última matéria, havia uma fotografia do sindicalista acompanhado do presidente Fernando Henrique Cardoso, segurando uma bandeira com os escritos “reformar para mudar, mudar para melhorar”. Medeiros era tratado como importante liderança dos sindicatos – era chamado de “*líder sindical*” nas reportagens – como na manchete “*Medeiros pára metalúrgicos em São Paulo*”.⁵⁸⁹

Os ataques da CGT/Força Sindical à CUT eram realçados no jornal, muitas vezes em manchetes de capa: “*Medeiros: CUT prepara greves para ajudar PT*”, “*Medeiros: Central [Única dos Trabalhadores] quer ‘setembro negro’*”, “*Medeiros:*

⁵⁸⁷ Em um editorial criticando o plebiscito da Alca, promovido em 2002 por diferentes associações como CNBB e MST, o jornal expôs sua visão de democracia. Após sustentar que “*as regras do mercado comum*” eram “*um tema complexo, de difícil entendimento pela maioria da população*”, *O Globo* explicou que “*os cidadãos escolhem delegados pelo voto direto (...) e a eles cabe deliberar sobre temas intrincados como a Alca*”. O plebiscito seria um “*exercício inútil de pretensa democracia*”. Noutras palavras, a maioria ignorante da população, sem capacidade de entender o enigmático mercado, deve se contentar com o voto a cada dois anos. As decisões políticas são reservadas aos seus “representantes”. *O Globo*, 09/09/2002.p.6, NEPOMUCENO, Eric. *O massacre...*op.cit.p.43.

⁵⁸⁸ GIANNOTTI, Vito. *Força...*op.cit.

⁵⁸⁹ Antônio Magri era outra figura ligado à CGT/Força Sindical, ministro do Trabalho do Governo Collor, que recebia destaque no início dos anos 90, como em “*Magri não crê em oposição total da CUT*”, “*Magri: CGT aceita convocação para união nacional*” e “*Magri: novo governo não admite greve pela greve*”. Quando Magri assumiu o Ministério, a manchete principal – “*Magri assumirá Trabalho e Previdência*” – era acompanhada de outra menor: “*Um Ministro com força de Hércules*”. O jornal registrou a boa recepção do ministro entre os empresários: “*Escolha bem recebida pela FIESP*”. Mais tarde, envolvido em denúncias de corrupção, Magri deixaria de ter espaço cativo no jornal. *O Globo*, 22/10/1992.p.27, 25/10/89.p.7, 6/01/90.p.1, 18/05/90.p.1, 20/05/90.p.1, 04/08/90.p.1, 3/6/92.p.22, 13/5/95.p.3, 19/12/89.p.14, 16/1/90.p.22, 24/12/89.p.1, 14/02/90.p.6, 3/3/94.p.27.

proposta da CUT impede pacto social” e “*A CUT prejudicou os trabalhadores*” – esta última era o título de uma entrevista com o sindicalista. O texto de capa intitulado “*Medeiros: a CUT prejudica trabalhador*” baseava-se em declarações do “líder sindical”, que sustentava ser “*o radicalismo da Central Única dos Trabalhadores*” o responsável pelo fracasso da “*proposta de trégua entre trabalhadores e empresários*”; “*de acordo com Medeiros, o Presidente da CUT, Jair Meneguelli, foi para a reunião disposto a não assinar acordo algum*”.⁵⁹⁰

O *Globo* também noticiava as vitórias de sindicalistas ligados à CGT/Força Sindical, salientando as derrotas dos cutistas: “*CUT perde no Sindicato [dos Eletricitários de São Paulo] controlado por Magri*”, “*Metalúrgicos rejeitam a CUT. Medeiros reeleito*” e “*Medeiros comemora vitória fácil [para segundo mandato no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo] sobre a CUT dividida*”.⁵⁹¹

As matérias sobre o CGT e a Força Sindical, além daquelas referentes à fundação da última, eram espaços para o jornal divulgar as idéias do sindicalismo “moderno”. Uma reportagem sobre a escolha de Antônio Magri para o ministério do Trabalho explicava que ele adotava a “*polêmica filosofia do ‘sindicalismo de resultados’, uma tática estruturada na lógica de que os sindicatos existem para obter ganhos sociais e não para fazerem política*”. Em “*Medeiros criará nova central sindical*”, afirmava-se que o objetivo era criar uma “*central autônoma e independente das áreas patronal e governamental, contrapondo-se ao que [Medeiros] chamou de radicalismo da (...) CUT*”. Em “*Medeiros: Força Sindical vai combater desemprego*” e em “*Medeiros abre congresso que cria Força Sindical*”, o sindicalista preconizava que a central seria “*democrática*”, “*moderna*”, “*independente*” e “*pluralista*”, sem “*preconceitos*”, “*intransigência*” ou “*radicalismo*”, pautando-se no “*apartidarismo*”. As manchetes menores acrescentavam: “*Medeiros promete lutar por defesa da vida dos sindicalistas*” e “*Sindicalista explica objetivos ao Papa*”. Em “*Força Sindical ameaça hegemonia da CUT*”, Medeiros criticava o sindicalismo “*sectário, ideologicamente partidário, radical*”, que estaria já “*superado*”. Já a nova central teria um “*perfil misto de social-democrata e democrata-cristão*”. Através de entrevistas, *O Globo* realçava as falas de Medeiros: “*a era do enfrentamento está acabando*”; “*a tendência é desaparecer o sindicalismo de confronto, mas também o capitalismo selvagem*”; “*o*

⁵⁹⁰ *O Globo*, 20/08/1990.p.1, 20/08/90.p.14, 22/10/90.p.1, 20/06/90.p.16, 20/06/90.p.1.

⁵⁹¹ *O Globo*, 20/10/1989.p.1, 25/03/90.p.1, 26/03/90.p.5.

país precisa de reformas urgentes. E nisso, eu e o Mário Amato, da Fiesp, precisamos estar juntos”.⁵⁹²

O sindicalismo “propositivo” ou de “negociação” era defendido pelo jornal não somente através das reportagens sobre a Força Sindical, mas também por textos que traçavam um panorama da situação dos sindicatos nos anos 90. Em “*Sindicalistas usam estratégias de negociação*”, sustentava-se que desemprego minara o poder de barganha dos trabalhadores, que passaram a “*adotar estratégias mais sofisticadas na negociação com os patrões*”. Em “*Bandeira da luta sindical também se globalizou*”, afirmava-se que as “*greves aguerridas, como as do ABC paulista*” de fins dos anos 70 davam “*lugar a negociações*”, sendo que a principal meta era “*salvar ou criar empregos*”. O cenário marcado pela “*revolução tecnológica*” e pela “*escalada da globalização*” vinha “*aniquilando postos de trabalho e obrigando os sindicatos a mudar de discurso*”. Em “*Nasce um novo modelo de negociação trabalhista*”, preconizava-se que, a partir do momento em que os patrões não podiam conceder aumentos, “*cada vez mais, os trabalhadores*” estavam “*recorrendo à negociação por empresa*”.⁵⁹³

Os editoriais também defendiam o tipo de sindicalismo propugnado pela Força Sindical. Sustavam que, em contraposição aos sindicalistas de orientação “*abertamente ideológica*”, cujo objetivo era “*a greve pela greve*” e o abalo das instituições, surgiam líderes com visão “*moderna e realista*”, convictos “*de que, em última análise e longo prazo, capital e trabalho são parceiros no progresso*”. Os “*sectarismos*” estariam desaparecendo, junto com “*outras formas de constrangimento que inibiam a prática da democracia nas relações entre capital-trabalho*”. Medeiros era descrito como alguém que repudiava o “*peleguismo*”, sem deixar de apoiar “*propostas de interesse dos trabalhadores defendidas pelo governo*”.⁵⁹⁴

O *Globo* esteve afinado com os grupos empresariais que apoiaram a formação da Força Sindical e do “sindicalismo de resultados”. O jornal procurou consolidar Medeiros como liderança sindical de projeção nacional com autoridade para falar em nome dos trabalhadores, colocando-o sistematicamente em destaque, não raro na primeira página. Em contraste com os textos negativos relativos à CUT, a Força Sindical e o seu líder

⁵⁹² Em uma reportagem onde criticava a CUT, Medeiros explicava: “*a questão hoje é tirar o Brasil do capitalismo selvagem e colocá-lo no capitalismo progressista e moderno*”. *O Globo*, 14/02/1990.p.6, 9/10/90.p.1, 08/03/91.p.4, 09/03/91.p.4, 11/03/91.p.2, 22/6/92.p.19, 22/10/90.p.1

⁵⁹³ O jornal registrou que o cenário de desemprego fazia com que os trabalhadores aceitassem piores condições de serviço de modo a não serem demitidos: “*Medo do desemprego faz sindicatos cederem aos patrões*”. *O Globo*, 7/3/1993.p.44, 26/04/98.p.38, 28/7/96.p.46, 26/10/95.p.28 (grifo nosso).

⁵⁹⁴ *O Globo*, 15/08/1990.p.4, 4/04/92.p.6, 23/10/90.p.6.

tinham espaço para manifestar opiniões e atacar os adversários – daí as manchetes “Medeiros defende”; “Medeiros cobra”, “Medeiros prega”... O sindicalismo “propositivo” era acompanhado de expressões favoráveis, como “tática”, “sofisticado”, “lógica” e “independente”. Tratar-se-ia de uma forma de atuação preocupada com os empregados, avessa à “politicagem” e aos partidos políticos. Diferente das outras entidades das classes subalternas que eram presas o mundo da Guerra Fria, desconhecendo que o socialismo fracassou, a Força Sindical era “moderna”, pautada em um sindicalismo de negociação melhor adaptado à globalização e ao mundo dos anos 90. O periódico atacava os sindicalistas “ideológicos” e defendia, “objetivamente”, aqueles que percebiam que o capital e o trabalho eram “parceiros”, cujas relações seriam “democráticas”, pois o “capitalismo selvagem” estava ficando para trás.

A deslegitimação e a criminalização da CUT, do PT e do MST eram acompanhadas da defesa da Força Sindical, cujas perspectivas pró-capitalismo e pró-neoliberalismo eram vistas como sensatas, “apolíticas” e “não-ideológicas”. O que o jornal e a Força Sindical colocavam em segundo plano era que o “parceiro patronal” não hesitava em demitir funcionários quando isso fosse conveniente a maximização dos lucros. As contradições de classe da ordem estabelecida eram apagadas no nível do discurso.⁵⁹⁵

Nesta primeira parte do capítulo, vimos como o jornal costumava cobrir os movimentos paredistas, o PT, a CUT e o MST. De modo geral, as entidades das classes trabalhadoras portadoras de projetos contra-hegemônicos eram desqualificadas pelo jornal, ao mesmo tempo em que enaltecia-se o “realismo” da Força Sindical, que adotava visões de mundo semelhantes àquelas difundidas por diferentes frações das classes dominantes vistas na introdução desta tese.⁵⁹⁶

A seguir, veremos como o periódico noticiou os protestos e a resistência às privatizações, que eram muitas vezes organizados pelas mesmas organizações por ele

⁵⁹⁵ *O Globo*, O jornal praticamente não tratou do apoio empresarial à criação da central sindical de Medeiros. A exceção foi a pequena manchete “Nitibrás doou terreno para sindicalistas”. O texto relatava que Pedro I. Segawa, “economista e bem sucedido empresário”, presidente da Nitibrás, havia doado um terreno para a Força Sindical criar uma “escola de líderes sindicais”. Segawa justificava seu apóio explicando que “a educação não deve ser tarefa exclusiva do Estado”. *O Globo*, 19/04/92p30.

⁵⁹⁶ É possível encontrar matérias que destoavam deste padrão geral descrito no capítulo, como as manchetes que não desqualificavam as greves ou a CUT (“Metalúrgicos param em Santo André”; “CUT exige reposição de todas as perdas”) ou as que não usavam a expressão invasão no caso do MST (“Sem-terra gaúchos ocupam duas fazendas”). Também estiveram presentes textos que registravam posições de petistas, como em “Para Lula, inchaço da máquina é falácia”. Porém, tais exemplos configuravam como exceções à norma geral do periódico, servindo para legitimar seu discurso de neutralidade. *O Globo*, 11/06/1990.p.15, 24/7/96.p.10, 16/03/90.p.5, 11/7/94.p.4.

combatidas.

4.3: A resistência às políticas privatistas

Os maiores adversários das privatizações e às medidas neoliberais em geral eram os sindicatos das empresas em processo de venda – vimos que a “preparação” para o leilão implicava em elevado número de demissões. Também alinhavam-se aos protestos alguns integrantes do PT, PDT, PC do B, PCB, CUT, MST e UNE.

De maneira geral, as oposições às privatizações organizavam passeatas contra a venda das empresas públicas, atos de rua em frente à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, onde ocorriam muitos leilões, ações na justiça contra a desestatização e tentativas de mobilizar os trabalhadores das estatais na campanha contra a licitação das mesmas. Os adversários do programa também procuravam fazer críticas ao processo nos meios de comunicação.

Iniciaremos tratando da forma como *O Globo* apresentava os protestos contra as privatizações e outras medidas liberalizantes. Tal como o jornal fazia na cobertura das greves e dos movimentos sociais em geral, destacava-se nas manchetes a violência nas manifestações contra os leilões. Pode-se citar inúmeros exemplos: “*Centro bancário de São Paulo vira palco de **batalha campal** [em protesto contra a venda da Cosipa]”, “**Pancadaria não impede venda da Embraer**”, “*Venda de estatais [do estado do Rio de Janeiro] acaba em **briga** com 25 feridos*”, “*PM recebe reforços para conter **tumulto***”, “*Sindicalista indiciado por **agressão** é detido pela PM*”, “*Protesto contra leilão vira pancadaria – Belo Horizonte se torna campo de batalha*”, “*Bate o martelo na bolsa: choro e **confusão** na rua [no dia em que a Vale do Rio Doce foi leiloada] – na hora do almoço, **confronto** entre policiais e alunos do Pedro II (...) deixa 7 **feridos***”, “*Discurso de paz, **munição** bem **pesada** – manifestantes **atacam** policiais com pedras portuguesas, paus e bolas de gude*”, “*Governo enfrenta batalha jurídica para vender teles – Manifestantes do movimento dos Sem-Terra **picha** porta do BNDES (...), **invadido** por 150 pessoas*”, “*Protestos causam tumulto nas ruas do Centro – trinta e nove feridos e 30 detidos foi o saldo da manifestação*”, “*Tumultos freqüentes em leilões*” e “*Briga, desta vez, foi dentro do pregão [da Acesita]*”.⁵⁹⁷*

⁵⁹⁷ *O Globo*, 20/8/1993.p.1 e 23, 8/12/94.p.1, 22/11/95.p.1 e 23, 25/10/91.p.23, 11/9/93.p.26, 7/5/97.p.28, 30/04/97.p.25 e 26 (grifos nossos).

Esse padrão de reportagem, que enfatizava o conflito e a violência, foi mantido na cobertura de vários outros protestos. Junto da manchete de capa “*Pancadaria não impede êxito do leilão da Cosipa*”, havia a fotografia de um homem ensangüentado acompanhada da frase: “*Ferido na testa, no tumulto anterior ao leilão, Ademar Coqueiro (...), integrante do MR-8, jogou o próprio sangue em cima dos policiais*”. Em “*Manifestação acaba em pancadaria [contra privatização da Embraer]*”, relatava-se que os militantes da CUT, UNE e Umes “*provocavam o confronto com a PM, atirando pedras e xingando os policiais*”. Em “*Protesto [contra desestatização da Usiminas] vira batalha campal*”, sustentava-se que alguns manifestantes de diferentes entidades – CUT, UNE, PT, PDT, PCB, PC do B, PSB e sindicatos – “*atacaram a pedradas os 600 policiais militares mobilizados para garantir a segurança do leilão, que responderam com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral*”. As fotos da manifestação eram seguidas das afirmações: “*Alguns manifestantes mais **exaltados** não se intimidam com PM e se preparam para enfrentar os policiais*” e “*Muitos manifestantes estavam **mascarados**, para evitar que depois pudessem ser identificados através de fotos*” (embora só houvesse uma pessoa escondendo o rosto nas imagens). O texto informava que alguns membros das empresas jornalísticas haviam se ferido ao cobrir os acontecimentos. Ao lado da fotografia de um homem com faixa na cabeça, havia a frase: “*Chiquito, fotógrafo, ferido na cabeça*”. Outra matéria complementava: “*um carro da Rádio Globo destruído a pauladas, uma das vidraças do prédio do Banco de Boston quebrada por uma pedra atirada por manifestantes, vários tumultos e muita história. Este foi o saldo da passeata de protesto contra o leilão da Usiminas.*” Uma reportagem sobre um ato contra a venda da Vale do Rio Doce, intitulada “*Flores e **violência** marcam clima da manifestação*”, assim se iniciava: “*calmo mesmo, só o Tiradentes da estátua em frente ao Palácio da Justiça, no Centro do Rio.*” O segundo parágrafo falava em “*clima (...) de **guerra***”, “*com muitos estudantes e militantes políticos discutindo até mesmo entre si*”.⁵⁹⁸

Na cobertura dos protestos contra as desestatizações da Usiminas e da Telebrás, *O Globo* destacou o uso de bombas pelos manifestantes. No caso da primeira, uma fotografia de capa expunha um homem segurando um objeto, com a frase: “*Paulo Ricart, Diretor do Instituto Carlos Éboli, mostra fragmentos da bomba que explodiu diante do prédio da Bolsa*”. O texto informava que se tratava de um artefato de pouca

⁵⁹⁸*O Globo*, 29/08/1998.p.1, 30/07/98.p.38 e 39, 5/10/92.p.23, 8/12/94.p.32, 3/4/93.p.26 (grifos nossos).

força, comparável a uma “*cabeça-de-negro*”. Na outra privatização, uma manchete dava relevo ao fato: “*Ministro denuncia atentado a instalações da Embratel – duas estações da empresa em Santa Catarina são danificadas e Mendonça de Barros acusa opositores à venda da Telebrás*”.⁵⁹⁹

Nem todas as matérias responsabilizavam o conjunto dos manifestantes pelas brigas. Em “*Brigas e correria no protesto contra a privatização – briga pela Vale do Rio Doce ganha ruas do Centro e marca o dia com muitas cenas de violência*”, apontava-se os *skinheads* causadores dos tumultos. Os integrantes da CUT eram descritos como apaziguadores, que explicavam do carro de som que o adversário era o governo FHC e não os policiais. Estes últimos também figuravam em algumas matérias como responsáveis pelos confrontos e tensões. Na edição sobre a desestatização da Telebrás, havia uma fotografia de capa de um policial com sua arma em riste, acompanhada da frase: “*Soldado da PM aponta arma para manifestantes no Centro*”.⁶⁰⁰

Alguns trechos das matérias referentes aos protestos contra as desestatizações tinham um caráter sarcástico, que ridicularizava seus participantes. Em “*Praça Quinze é contagiada pelo desanimo*”, realçava-se a falta de empolgação em uma manifestação contra privatização da CSN, afirmando-se: “*nem os cachorros da PM resistiram: dormiram embalados pelos discursos dos oradores da manifestação*”. Observou-se também que alguns funcionários do Banerj aproveitaram a ocasião para criticar Brizola “*e não faltou quem sugerisse a ‘revolução armada do campesinato*’”. Outra reportagem, tratando de um ato contrário ao mesmo leilão, relatou que oito manifestantes se negaram a sair da calçada da Bolsa de Valores enquanto cantavam “*Pra não dizer que não falei das flores*”, de Geraldo Vandré. Em “*Manifestação pacífica [contra a venda da Acesita] na Praça Quinze*”, destacava-se que as falas no carro de som não tinham necessariamente ligação com a privatização e que os manifestantes trataram da questão das mensalidades da Universidade Santa Úrsula e do abandono da “*Casa do Estudante*” da UFRJ. Nas mobilizações contra a licitação da Vale do Rio Doce, salientava-se a presença de jovens, que pareciam não estar tão envolvidos na contestação ao leilão: “*Estudantes fazem protesto com paquera e rock’n roll – comício sem estrelas vira praticamente festa para adolescentes, que até imitaram ídolos da música no Centro do Rio*”. Em outra matéria sobre a mesma campanha opositora, preconizava-se que os jovens não tinham posições políticas consistentes: “*o mais*

⁵⁹⁹ *O Globo*, 24/10/1991.p.1, 29/08/98.p.23.

⁶⁰⁰ *O Globo*, 30/4/1997.p.25, 30/07/98.p.1.

engraçado, no entanto, eram os argumentos dos estudantes para evitar a privatização...: -O Brasil já não tem quase nada de bom. O pouco que sobra eles querem vender – explica Loran Pereira, de 16 anos”. Uma reportagem sobre ato contra os leilões do petróleo promovido pela FUP relatava que os sindicalistas entregavam panfletos em português para *“turistas estrangeiros, que não sabiam bem o que estava acontecendo”*.⁶⁰¹

Outros trechos das matérias mostravam os manifestantes realizando ações deselegantes. Em *“Ouro Preto, ‘sem-calças’ protestam contra venda da estatal [Vale do Rio Doce]”*, narra-se que um grupo de manifestantes havia tirado parte da roupa em uma solenidade com presença de Pedro Malan, ministro da Fazenda. Uma fotografia de sete jovens mostrando as nádegas era acompanhada da frase: *“Manifestantes abaixam as calças contra a privatização da Vale”*. Uma matéria sobre um ato contra o fim da estabilidade dos servidores públicos afirmava que estes haviam arriado a bandeira do Brasil em sinal de protesto. Na frase abaixo da foto da bandeira, relatava-se: *“servidores, sem-terra e estudantes avançam sobre o Planalto, desrespeitando a bandeira do Brasil, a meio-pau”*. O periódico também destacava algumas falas de ativistas que deslegitimavam os próprios. Um texto sobre a resistência dos funcionários da Portobrás às demissões promovidas pelo governo Collor assim se iniciava: *“resistir com a mesma unidade da máfia, da Igreja ou das Forças Armadas, foi a proposta mais aplaudida [na assembléia]”*.⁶⁰²

O Globo também costumava ressaltar a pequena presença de manifestantes nos protestos, o que reforça a idéia de que os contrários às privatizações eram minoritários. Foi o caso das matérias *“Ato público [contra a privatização da Usiminas] fracassa em Belo Horizonte”* e *“Campanha contra o leilão começa mal – Telinhas de 20 polegadas atraem poucos”*. Nesta última matéria, explicava-se que Brizola havia colocado televisores na Cinelândia com mensagens que convocavam a população a se mobilizar contra a privatização da siderúrgica mineira, não despertando o interesse de quem passava pela praça. Em *“Políciais não tiveram trabalho”*, afirmava-se que o protesto contra a venda da Copesul não tinha mais que trinta pessoas. Em *“Um dia normal na usina [Acesita]”*, relatava-se não havia contestações à licitação da estatal. Uma fotografia mostrava um sindicalista com microfone na mão, mas sem platéia, com a frase: *“Microfone em punho, José Ribeiro discursa mas não atrai público”*. Uma

⁶⁰¹ *O Globo*, 3/4/1993.p.26, 30/07/98.p.39, 5/10/92.p.23, 07/05/97.p.29, 30/04/97.p.26, 16/06/99.

⁶⁰² *O Globo*, 21/04/1997.p.25, 26/10/95.p.1, 17/3/90.p.22.

reportagem sobre o leilão do Lloyd era similar: “do lado de fora da Bolsa, os cento e oitenta policiais não tiveram muito trabalho. O número de manifestantes não chegava a cem e o protesto se limitou a discursos no carro de som”. Um texto sobre a privatização da Petroquímica União (PQU) continha a observação no quinto e último parágrafo: “ao contrário de segunda-feira, quando cerca de cem manifestantes protestavam contra o leilão, ontem, apenas um manifestante, Rodrigo (...) da Luz, de 17 anos, fez um longo discurso contra o que chamou de ‘roubo do patrimônio público’”. Uma matéria sobre um ato contra a venda da CSN era acompanhada de uma foto de algumas pessoas com faixas. A frase abaixo da imagem salientava: “Manifestação em VR [Volta Redonda] contra a venda: apenas cerca de trezentas pessoas”.⁶⁰³

Na campanha de *O Globo* contra os adversários da privatização, cabe ainda destacar as matérias e editoriais, muitos deles de capa, favoráveis a desestatização dos portos brasileiros e ao fim do monopólio dos sindicatos na contratação de estivadores. As transformações em curso eram chamadas de “modernização” e os sindicalistas taxados de “corporativistas”, além de serem agressivos. Daí as manchetes: “Portos: continua a greve contra projeto de modernização”, “Portuários fazem tumulto e insultam deputados” e “Estivadores agridem empresários para manter monopólio”. Em “Corporativismo ainda impede a modernização dos portos”, abria-se espaço para alguns representantes das empresas se queixarem do setor portuário brasileiro e das associações dos funcionários: “os empresários apontam o corporativismo das companhias docas e dos sindicatos dos trabalhadores envolvidos nas operações portuárias como principal obstáculo à implantação de normas que permitiram ao setor operar com custos competitivos”. Os editoriais criticavam o “reduzido grupo radical” que controlava os sindicatos, que era “corporativista” e obstaculizava as inovações do setor realizando “greves impatrióticas”. Um editorial reconheceu que o periódico se engajava por mudanças: “ao longo da campanha pela modernização dos portos vem O GLOBO, sistematicamente denunciando as distorções salariais, fruto evidente do abusivo monopólio sindical”.⁶⁰⁴

Os editoriais do jornal também se voltavam contra todos os críticos da desestatização em geral. Tratar-se-ia de “pequenos grupos dentro das estatais, mobilizados pela CUT”,

⁶⁰³ *O Globo*, 18/10/1991.p.24, 16/5/92.p.23, 23/10/92.p.22, 31/3/94.p.22, 26/1/94.p.25, 23/3/93.p.23.

⁶⁰⁴ Em 1993, o jornal comemorava o fim do monopólio do sindicato dos trabalhadores portuários na contratação de mão de obra avulsa. Os portos do Rio de Janeiro começaram a ser privatizados a partir de 1997. CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.374, *O Globo*, 30/1/1993.p.22, 17/9/94.p.1, 2/3/95.p.24, 9/3/95.p.34, 17/7/92.p.1, 11/07/92.p.1, 28/1/93.

que não queriam “*o fim dos privilégios*”. Os grupos de esquerda teriam um “*preconceito ideológico*” ou um “*obsoleto preconceito nacionalista*” contra a venda das estatais, colocando-se em defesa do “*corporativismo mais retrógrado*”. Os “*corporativistas*” tentavam “*confundir os seus próprios interesses com os do país*”. Após citar “melhorias” geradas pelas privatizações – o crescimento dos investimentos, a maior competição e a “*universalização*” dos serviços – um editorial concluía que aqueles que eram adversários do processo não tinham “*resposta*” a tais fatos: “*é contra porque é contra*”. Um outro editorial considerou um “*golpe baixo*” o pedido de manutenção dos funcionários após a licitação das empresas públicas. O objetivo seria tão somente impedir as desestatizações.⁶⁰⁵

Em contraposição aos adversários da desestatização, *O Globo* procurou colocar em relevo associações de trabalhadores que apoiavam a venda das empresas públicas. A matéria de capa intitulada “*Empregados da Usiminas não aceitam ação da CUT*” sustentava, com base nas declarações do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipiranga, que os funcionários da siderúrgica não desejavam “*tumultos na privatização ou ocupação das instalações da empresa*”, pois eram favoráveis à desestatização. Na reportagem interna, “*Metalúrgicos da Usiminas contra a CUT*”, preconizava-se que os empregados da siderúrgica “*continuam fazendo fila para comprar ações da empresa*”. Em “*Usiminas será leiloadada dia 24 de outubro*”, registrava-se o respaldo de Medeiros à privatização: “*segundo ele, o Estado tem que construir hospitais, cuidar das crianças abandonadas e promover bem-estar de uma maneira geral*”. Em “*Metalúrgicos da CSN, Cosipa e Açominas pedem privatização*”, havia declarações de um sindicalista da segunda estatal citada que asseverava que a desestatização era a única forma de garantir a sobrevivência da metalúrgica. O texto “*Maioria dos trabalhadores da CSN apóia a privatização*” baseava-se em dados fornecidos pelo presidente da siderúrgica, Roberto Lima Netto: 52% seriam favoráveis, 34% indecisos e 12% contra. Um editorial celebrou a pesquisa e chamou de “*esclarecidos*” aquele que apoiavam a venda da estatal. As resistências se explicariam mais pela “*desinformação do que convicção*”.⁶⁰⁶

De modo geral, pelo que acabamos de expor, a cobertura de *O Globo* foi amplamente desfavorável aos protestos anti-privatização. Em muitas manchetes e

⁶⁰⁵ *O Globo*, 23/11/1995.p.6, 14/10/89.p.4, 21/08/90.p.4, 19/04/90.p.2, 21/10/93.p.6, 11/06/98.p.6, 15/10/92.p.25.

⁶⁰⁶ O jornal também destacava o interesse de parte dos trabalhadores ou mesmo de habitantes das cidades onde se localizavam as estatais na compra de ações no leilão, como em “*Empregados querem comprar a Cobrapi*” e “*Ipatinga sonha com a privatização – Comércio reduz vendas e só ações são cobiçadas*”. *O Globo*, 4/10/1991.p.1, 19 e 23, 6/3/92.p.19, 25/03/92.p.20, 23/04/92.p.23, 10/04/90.p.5, 17/10/91.p.33.

fotografias, o jornal ressaltava o caráter truculento dos manifestantes. Expressões como “pancadaria”, “tumulto”, “batalha” e “briga” eram recorrentes. Alguns episódios envolvendo o uso de bombas foram explorados – apesar de, em um deles, o próprio periódico reconhecer que se tratava de um artefato relativamente leve. Em muitos textos, ridicularizava-se os manifestantes, que faziam “até os cachorros dormirem” e seriam desconectados do presente, uma vez que ainda cantavam “Pra não dizer que não falei das flores”, música de protesto do final dos anos 60, ou permaneciam falando em “revolução do campesinato”. Os jovens que iam contestar a desestatização às vezes demonstravam estarem mais interessados em “festas” e “paqueras” e, quando estavam com o microfone, ora falavam da venda das empresas públicas sem argumentos consistentes, ora tratavam de temas sem qualquer relação com a manifestação, como no caso das queixas contra as mensalidades da Universidade Santa Úrsula. O jornal ainda destacava ações supostamente desrespeitosas e deselegantes dos manifestantes – que não preservavam nem a bandeira do Brasil – e o fato dos atos de rua não contarem com muitos participantes, “não dando trabalho aos policiais”.

Os editoriais reforçavam tais ataques, classificando os adversários das privatizações como “obsoletos”, “preconceituosos”, “ideológicos” e “corporativistas”, cujos interesses estavam em contradição com o resto do país – em contraposição aos “esclarecidos” trabalhadores que desejam a venda das empresas públicas. A preocupação dos funcionários das estatais em preservarem seus empregos foi considerada um “golpe baixo”. Em especial, *O Globo* promoveu uma campanha aberta em defesa da desestatização dos portos e, principalmente, contra o “monopólio” do sindicato dos trabalhadores portuários.

Na desqualificação das manifestações, o jornal não se valeu necessariamente de mentiras. Ao enfatizar a violência dos atos, pode ter publicado fotografias de pessoas ensangüentadas que de fato se feriram nos protestos. Algumas matérias que tratavam do caráter esvaziado dos atos de rua poderiam estar corretas na caracterização de determinadas manifestações. Alguns jovens podem realmente ter se valido do microfone para prestar pronunciamentos inconsistentes. A questão a ser destacada, no entanto, foi a escolha de *O Globo* de colocar em relevo certos fatos – como as brigas ou algumas falas sem coerência – de modo a caracterizar negativamente os manifestantes. Deliberadamente, não colocou em evidência os melhores pronunciamentos dos militantes, nem as razões que os levaram ir para as ruas para contestarem as privatizações. E quando os atos atraíam muitas pessoas, tal fato não relevado pelo

periódico – não encontramos nenhuma manchete do tipo “manifestantes lotam centro do Rio”. Ademais, a ênfase nas “pancadarias” tendia a espantar os leitores dos atos, pois seriam eventos “perigosos”, além de criminalizar os movimentos, que mais pareciam “casos de polícia”.

O jornal procurou definir os adversários das privatizações como “corporativistas”, defensores dos “privilégios”. Nesse sentido, as organizações das classes subalternas e das esquerdas seriam “reacionárias”, não desejando as mudanças no país. Mais uma vez, *O Globo* difundia visões de mundo segundo as quais a principal contradição da sociedade brasileira consistia na oposição entre funcionários públicos/privilegiados e o restante da sociedade. O capital e o trabalho teriam os mesmos interesses – aqueles que pensavam o contrário seriam “ideológicos”. O periódico valia-se do mais ideológico dos artifícios: considerar o pensamento crítico e contra-hegemônico como “ideologia” e, por conseguinte, se apresentar como “objetivo”, “verdadeiro” e mesmo “científico”.⁶⁰⁷

Nem todas as matérias procuravam colocar em descrédito as mobilizações contra as privatizações e outras medidas liberalizantes. Uma reportagem explicitava já na manchete as razões dos funcionários da Rede Ferroviária Federal paralisarem suas atividades: “*Ferrovários entram em greve por causa das demissões [promovidas pelo Governo Collor]*”. Em algumas ocasiões, o jornal registrava a representatividade dos movimentos paredistas e seus objetivos: “*Cresce a adesão dos funcionários à greve contra a privatização do Banespa*”. Em outros textos, relatava-se que os críticos do programa tinham projetos alternativos: “*PT diz que tentará, até o fim, impedir a venda – Lula apresenta hoje projeto Brasil Telecom, que prevê uma só empresa pública de telecomunicações*”. Algumas críticas ao preço mínimo do Sistema Telebrás foram noticiadas: “*Coppe conclui que o preço mínimo deveria ser de 20 bilhões – Estudo de economistas da UFRJ e da Unicamp foi feito a pedido do Ministério Público Federal.*” A oposição a venda da Vale do Rio Doce foi a que mais teve espaço no periódico: “*Vale: 64% dos funcionários são contra a privatização*”, “*Sem-terra protestam contra venda da Vale*”, “*GAT [Grupo de Assessoramento Técnico da Câmara dos Deputados] acusa Governo de mentir sobre reservas da Vale*”, “*ABI e OAB irão ao STF contra venda*” e “*Vale: advogado leva ao BNDES denúncia contra corretora – para*

⁶⁰⁷ MÉSZÁROS, István. *O poder...op.cit.*

Cerqueira, BNDES deve abrir sindicância para caso Merrill Lynch". Este último texto tratava das acusações de favorecimento da consultora M. Lynch à Anglo-American, empresa concorrente no leilão da Vale. Porém, não se tratava de uma matéria destacada pelo jornal, pois tinha apenas uma coluna e se localizava no canto esquerdo da página.⁶⁰⁸

Em algumas reportagens, as notícias de protestos e as críticas à desestatização não eram denegridos, mas figuravam no final dos textos, o que revelava o interesse do jornal em não conferir relevo às manifestações. Apenas no sétimo e último parágrafo de uma matéria sobre a Ultrafertil, informava-se que cerca de metade dos funcionários da estatal se manifestaram contra a privatização, “ocupando” a fábrica. O sexto e último parágrafo de um texto sobre a Telebrás continha observações de um integrante do Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia, que defendia o fim do monopólio das telecomunicações, sem a venda da estatal. Em “*A maior privatização pelo menor ágio*”, sobre Eletropaulo, somente no décimo primeiro e último parágrafo relatava-se que o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo haviam entrado na justiça contra o leilão. Na reportagem “*CSN pode se unir a George Soares no leilão da Vale*”, noticiava-se no décimo parágrafo que Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe-UFRJ, fizera acusações contra o BNDES – não as explicando.⁶⁰⁹

Como já observamos no capítulo anterior, as matérias que davam voz aos críticos ou que não desqualificavam as oposições eram importantes para o jornal, que poderia retrucar acusações de parcialidade com mais propriedade. No caso da Vale do Rio Doce, também comentado no Capítulo 3, as mobilizações abrangiam não só as organizações de esquerda, mas também setores das classes médias e até dominantes. Uma campanha sistemática favorável à venda da mineradora, sem qualquer espaço para os adversários da desestatização, poderia fazer com que o periódico perdesse assinantes e leitores. Ademais, é preciso ressaltar que as reportagens baseadas em denúncias e contestações ao processo eram minoritárias em *O Globo*, além de, não raro, se situarem no final dos textos.

Ao longo dos anos 90, foram intentadas mais de 940 ações judiciais contra as privatizações promovidas pelo governo federal. Geralmente, os adversários do

⁶⁰⁸ *O Globo*, 24/05/1990.p.9, 2/11/2000.p.25, 20/07/98.p.17, 26/07/98.p.28, 23/04/97.p.26, 08/04/97.p.23, 10/5/96.p.32, 12/04/97.p.22, 25/03/97.p.38.

⁶⁰⁹ *O Globo*, 25/6/1993.p.23, 14/07/98.p.23, 15/04/98.p.23, 03/04/97.p.32.

programa criticavam o valor mínimo das estatais, irregularidades no uso de “moedas podres” e ilegalidades da venda.

As matérias do jornal sobre as ações na Justiça às vezes se configuravam em espaços para os críticos das privatizações contestarem o processo, como em “*PT vai ao STF contra venda da Escelsa – partido sustenta que o leilão é inconstitucional*”, “*STF derruba ação do PT contra cisão da Telebrás*” e “*Ações contra o leilão [da Telebrás] já passam de cem*”. Nesta última reportagem, havia algumas declarações do presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fittel) questionando o preço mínimo, a venda separada da Embratel e Telerj e a falta de regulamentação dos fundos de desenvolvimento tecnológico, previsto na Lei Geral das Telecomunicações. Em “*Governo enfrenta enxurrada de ações contra leilão [da Telebrás]*”, relatava-se os questionamentos das ações, como o fato do edital não promover concorrência imediata. No texto “*Juíza julga hoje três pedidos de suspensão [da venda da CSN]*”, noticiava-se que Aldo Rebelo e a OAB discordavam do preço estabelecido pela siderúrgica.⁶¹⁰

Outras reportagens, porém, realçavam o caráter “prejudicial” dos processos contras as privatizações, pois estariam gerando gastos para o governo, atrasando os leilões e trazendo insatisfações para os interessados em participar das licitações: “*Ações na Justiça atrasam privatização – Governo federal é réu em 409 processos contra a venda de estatais brasileiras*”, “*R\$695 mil para superar obstáculo jurídico – Governo investe em tropa de choque de 120 advogados com quatro jatinhos para conseguir vender a estatal [Vale]*” e “*Indústria de liminares dá prejuízo – em 92 e 93, Governo perdeu US\$12 bilhões por ano com esses recursos*”. Em textos sobre a desestatização da Vale, *O Globo* frisava o descontentamento dos empresários com as indefinições judiciais e o fato destas “emperrarem” as atividades da mineradora: “*Impasse começa a trazer preocupação para os consórcios interessados na Vale – Receio maior é que os parceiros estrangeiros acabem desistindo de participar*”, “*Atraso no leilão irrita compradores*”, “*Custo financeiro de adiamento inquieta consórcios*” e “*Vale do Rio*

⁶¹⁰ Algumas matérias que trataram das ações contra o leilão da Vale do Rio Doce também forneciam espaço os opositores manifestarem críticas. Em “*OAB recorrerá ao S.T.F. contra o leilão*”, relatava-se que a referida entidade preconizava que a mineradora, criada por lei, não poderia ser vendida por decreto. Também noticiava-se que o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) exigia judicialmente a exclusão da mineradora Urucum (comprada pela Vale) do edital, pois estaria subavaliada. No box “*Argumentos da ‘super liminar’*”, listava-se as questões contestadas na Justiça, como o preço mínimo, o fato da empresa ser “*estratégica*” (maior produtora de minério do mundo e maior mineradora de ouro da América Latina) e dispor jazidas cujo valor era desconhecido. *O Globo*, 5/5/1995.p.25, 26/06/98.p.22, 25/07/98.p.28, 29/08/98.p.26, 2/4/93.p.20, 04/04/197p.22 e 01/05/97.p.19.

Doce vive dias em compasso de espera – Impedida de estabelecer novos contratos até a privatização, companhia já teria deixado de negociar mais de US\$1 bilhão.⁶¹¹

Em uma quantidade expressiva de reportagens, o jornal mencionava a existência de ações judiciais, mas não explicava seus argumentos. Em “*Preço da estatal [Acesita] inclui suas dívidas*” e “*Nova ação judicial põe em risco venda da Acesita*”, citava-se as ações movidas pelo deputado federal José Paulo Pires (PT-MG) e por funcionárias do Banco do Brasil, sem esclarecer do tratavam. O mesmo ocorreu em “*Vivaldo [Barbosa, do PDT] consegue entrar com recurso [contra venda da Usiminas]*”, “*Juiz examina leilão de malha da Rede [Ferroviária]*”, “*Dia do leilão [da Vale] deverá ser marcado por batalha jurídica*” e “*Telebrás: 50 ações contra venda chegaram à Justiça*”. A matéria “*Balanço revela 158 ações contra o leilão [da Telebrás]*” não expunha os argumentos dos processos na Justiça, mas descrevia a destruição causada pelos protestos nas ruas: “*as marcas de vandalismo deixadas pelos manifestantes em algumas ruas do Centro [do Rio de Janeiro] ainda não tinham sido apagados ontem: são pelo menos 30 vidraças quebradas por pedras, em prédios diferentes*”. O Globo demonstrava não pretender tornar públicos os fundamentos das ações que contestavam a venda das empresas públicas, de modo a não fortalecer politicamente os adversário do processo.⁶¹²

O jornal também se silenciou a respeito de uma CPI organizada na primeira metade dos anos 90 para investigar possíveis irregularidades e favorecimentos do Programa Nacional de Desestatização. O relator da comissão era Amir Lando (PMDB-RO), o mesmo da CPI de 1992 que levaria ao impeachment de Collor. Seu parecer final lamentou a falta de empenho dos parlamentares nas investigações e criticou o uso de “moedas podres”, os reduzidos preços cobrados pelas estatais e a “não democratização do capital das empresas”. Seu relatório final foi apresentado em 10 maio de 1994, sendo derrotado na comissão. O parecer foi substituído por um documento elaborado pelo

⁶¹¹ Um editorial criticou a Procuradoria Geral da República por esta tentar impedir as privatizações alegando defender o “*patrimônio público*”. O órgão estaria fazendo o “*inverso*”, pois as desestatizações ajudavam o país ao “*desonerar o Tesouro Nacional*”. Uma manchete destacava os ataques do Ministro das Comunicações aos juristas contrários à privatização da Vale: “*Sérgio Motta chama juristas de corruptos*”. *O Globo*, 9/7/1997.p.29, 25/04/97.p.17, 30/04/97.p.23, 02/05/97.p.16, 04/05/97.p.47, 01/05/97.p.21, 5/5/97.p.1, 21/8/93.p.22, 3/5/97.p.1.

⁶¹² *O Globo*, 9/10/1992.p.22, 17/10/92.p.25, 23/10/91.p.23, 5/3/96.p.20, 19/04/97.p.25, 14/07/98.p.25, 31/7/89.p.25.

deputado Rubem Medina, que sustentava que as privatizações vinham sendo injustamente difamadas e desaconselhava a continuidade das investigações.⁶¹³

O Globo praticamente ocultou a CPI. Em algumas edições, ela era mencionada em matérias que tratavam de outras questões ligadas às privatizações. Assim, por exemplo, no quarto parágrafo de “*Leilão da Açominas está mantido para dia 10*”, informava-se que Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda, prestara depoimento à comissão. Em outras edições, a CPI era citada nos títulos das reportagens, mas com discrição. Abaixo de “*Cícero planeja venda da Vale*”, havia a manchete “*Agripino [Maia] depõe na CPI e critica privatização*”, com menor destaque. Quanto ao parecer final apresentado por Amir Lando e sua derrota em maio de 1994, não localizamos qualquer matéria sobre o assunto. O periódico procurou evitar que a CPI se tornasse mais conhecida.⁶¹⁴

O jornal visou retirar a importância das ações judiciais e, principalmente, da CPI das privatizações, fazendo com que estas não fossem conhecidas por um público maior. O boicote à comissão objetivava evitar que as investigações se tornassem fatos de relevância nacional. E os processos na justiça apareciam como empecilhos que apenas oneravam o governo e irritavam as empresas participantes das licitações. *O Globo* estava mais interessado em consolidar uma imagem truculenta e criminosa dos opositores da desestatização – as “brigas” e “tumultos” que ganhavam as páginas do jornal. Como veremos adiante, foi dessa maneira que o periódico cobriu importantes greves contrárias ao projeto privatista.

4.4: As greves da CSN (1990) e da Petrobrás (1995)

Duas greves destacaram-se na oposição às políticas privatistas dos anos 90. Em 1990, primeiro ano do mandato de Collor, os trabalhadores da CSN organizaram a mais longa paralisação da história da siderúrgica, opondo-se as demissões e ao processo de desestatização prometido pelo novo governo. Em 1995, primeiro ano da “era FHC”, a CUT promoveu movimentos paredistas em algumas categorias contra as “reformas”

⁶¹³ O livro de Ney Carvalho é o único de toda bibliografia usada nesta tese que menciona a CPI das privatizações – se opondo a ela. Nesse sentido, dispomos de poucas subsídios para tratar da comissão. CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.251-254.

⁶¹⁴ A data do parecer apresentado por Amir Lando (10/05/1994) foi citada por Ney Carvalho. No dia 11 de maio, o assunto não pareceu no periódico. *O Globo*, 2/9/1993.p.29, 17/6/93.p.25, CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.251

propugnadas pelo governo, como o fim do monopólio da Petrobrás e da Telebrás. Neste mesmo ano, os petroleiros realizaram uma greve, a maior da história da estatal, em oposição às transformações em curso. A seguir, examinaremos como *O Globo* cobriu os acontecimentos.

Em 1993, a CSN foi privatizada. Como vimos no capítulo anterior, a empresa, presidida por Roberto Procópio Lima Netto, passou por um processo de “preparação” para a venda, que redundou na demissão de muitos trabalhadores – em 1989, a siderúrgica tinha 22.134 funcionários, número que caiu para 15.082 em 1993.⁶¹⁵

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR), filiado à CUT, se opôs às demissões e ao processo de desestatização. Em 1990, o sindicato organizou uma greve que contestava as transformações em curso e também reivindicava reajustes salariais e dívidas da siderúrgica com os trabalhadores. A CSN devia, dentre outros débitos, o décimo terceiro salário, perdas ligadas ao Plano Bresser, atrasos parciais de vários meses e, em meados de maio, ainda não tinha pago o salário de abril. O SMVR exigia a reposição salarial frente aos índices IPC-IBGE de março a abril, que perfazia um índice de 166,9%. Como ressalta Gracioli, a pauta era defensiva, com praticamente nenhum item com ganho adicional. A greve foi deflagrada em maio, com a organização de um “acampamento de resistência” em frente ao escritório da CSN, objetivando abrir as negociações com a diretoria da estatal. As promessas de diálogo levaram ao fim temporário do movimento – o não cumprimento daquelas implicou na retomada das paralisações em agosto. Os grevistas ocuparam a estatal e não necessitaram fazer piquetes, o que demonstrava a vontade dos trabalhadores de participarem da greve.⁶¹⁶

O SMRV salientava que o salário dos trabalhadores não era responsável pelas dificuldades financeiras da CSN – apontava que uma minoria era responsável por 60% da folha de pagamento e chamava atenção para o problema do preço subsidiado do aço, vendido 40% abaixo do valor de mercado.⁶¹⁷

Roberto Procópio Lima Netto e a diretoria da estatal divulgaram alguns boletins sustentando que a greve levaria à falência da CSN, ao mesmo tempo em que procuravam negociar com o CGT, desqualificando o sindicato cutista.⁶¹⁸

⁶¹⁵ GRACIOLLI, Edilson José. *A privatização...op.cit.p.332.*

⁶¹⁶ Idem, p.122, 123 e 128.

⁶¹⁷ Idem, p.129 e 130.

⁶¹⁸ Idem, p.127 e 142.

O Globo noticiou os acontecimentos em Volta Redonda de forma favorável à direção da CSN e ao CGT, enquanto procurava colocar em descrédito o movimento grevista. Este, não raro, era mostrado como truculento: “*‘Pente fino’ obriga operário a cruzar os braços – maioria para por temer ameaça dos piqueteiros*”, “*Violência durante greve da CSN leva à demissão de 52*” e “*CSN: pancadaria na assembléia*”. Nesta última reportagem, afirmava-se que um fotógrafo de *O Globo* e alguns integrantes da TV Manchete foram agredidos na assembléia, além de terem seus equipamentos destruídos. Em “*Metalúrgicos decidem continuar a paralisação*”, relatava-se que Vanderley Barcelos, deputado federal do PT, havia comandado “*um arrastão*” e a “*invasão*” da gráfica da siderúrgica. No texto “*Operários prometem resistir com ocupação da usina*”, informava-se que os operários tinham feito a seguinte “*ameaça*”: resistir “*de todas as formas que puderem*”. A matéria “*Na última paralisação, três operários morreram*” associava a greve à mortes e à violência – como se estas se desvessem ao movimento paredista e não à repressão policial.⁶¹⁹

Algumas manchetes realçavam os prejuízos provocados pela greve, como “*Greve na CSN força a Nestlé a importar*”, “*Cancelamento reduz venda da usina às montadoras*” e “*Greve causou prejuízo de US\$ 45 milhões à empresa*”. Em “*Greve na CSN acaba após 31 dias*”, afirmava-se que o movimento havia gerado “*um prejuízo de US\$ 50 milhões (...) e perda de faturamento de US\$170 milhões (...) à empresa, sem ter ganho algum para os grevistas*”. A matéria tinha declarações de alguns integrantes da Firjan sobre as perdas à indústria fluminense feitas pela paralisação.⁶²⁰

O jornal disponibilizava espaço para os adversários dos grevistas, como o CGT, manifestarem suas críticas e divulgarem a idéia de que o movimento ameaçava a existência da siderúrgica: “*CGT acusa CUT de querer fim da CSN*”, “*CGT acusa CUT de pretender destruir a CSN*” e “*CGT diz que CUT forçou a ocupação*”. Nos textos dessas matérias, afirmava-se que a greve impedia o pagamento dos funcionários e que a maior parte destes não desejava paralisar as atividades. Um integrante da CGT preconizava que a assembléia que havia decretado a greve não era legítima, pois a CUT teria trazido ativistas de São Paulo desvinculados com a estatal. Em outra reportagem, outro membro do CGT alegava que as assembléias não eram representativas, pois contavam com a presença de poucas centenas de operários.⁶²¹

⁶¹⁹ *O Globo*, 15/05/1990.p.6, 23/08/90.p.1, 11/08/90.p.35, 9/08/90.p.32, 14/05/90.p.3, 20/04/90.p.23.

⁶²⁰ *O Globo*, 7/08/1990.p.21, 9/08/90.p.32, 12/08/90.p.1.

⁶²¹ *O Globo*, 14/05/1990.p.1 e 3, 15/05/90.p.6, 13/05/90.p.3

O presidente e a direção da siderúrgica também dispunham de muitas oportunidades para difundir suas visões sobre os acontecimentos, como em “*Direção avisa: paralisação significa o fim da empresa*”, “*Lima Netto quer diálogo franco – presidente da CSN falará a 18 mil funcionários*” e “*CSN não pode pagar mais de 17,3%*”. Esta última manchete apresentava como fato a versão da diretoria. Ao longo do texto, havia longas declarações de Roberto Lima Netto, preconizando que, caso o Tribunal Superior do Trabalho (TST) concedesse mais de 17,3% de reajuste, apenas aumentar-se-iam os “atrasados”. Lima Netto acusava o movimento de ter objetivos “políticos” e de ser vinculado ao PT. Havia ainda um box com um texto de autoria do próprio presidente da estatal, intitulado “*Por que CSN está falida?*”. Dentre seus argumentos, Lima Netto sustentava que, ao longo dos anos, o sindicalismo era “*muito forte*” e a diretoria “*muito fraca*”: “*nesse contexto, o sindicato extorquia concessões da Administração que a CSN não podia pagar*”. Tais situações gerariam novas greves. Em “*Metalúrgicos mantém decisão de ocupar CSN*”, o periódico citava alguns trechos do boletim produzido pela direção da siderúrgica, onde alegava-se que a paralisação significaria a “*morte*” da estatal e o fim de milhares de empregos. Finda a greve, uma reportagem intitulada “*Lima Netto vai a Brasília obter sinal verde para sanear a CSN*” continha pronunciamentos daquele, que assegurava demitir os empregados que se valeram da violência durante o movimento. A foto do presidente da empresa era acompanhada da frase: “*Lima Netto: ‘o pessoal precisa saber que quem violar a lei será punido’*”.⁶²²

Quando noticiou que o TST julgara a greve ilegal, *O Globo* publicou as declarações de alguns ministros da referida instituição que condenavam a greve. Alegava-se que o reajuste de 166% levaria liquidação da CSN e que o movimento havia “*descambado para violência*”, além de ter “*forte conotação política*”. Registrava-se também que o TST determinara “*precisamente*” um reajuste de 17,3%, o percentual oferecido pela siderúrgica. Em “*Empresa sai vitoriosa no confronto com sindicato*”, enfatizava-se o malogro dos grevistas: “*foi uma clara derrota para os sindicalistas de Volta Redonda que liderados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pensavam em dobrar a empresa com uma greve de até seis meses*”. O movimento foi ridicularizado no texto: “*foi um fim patético, com metalúrgicos chorando ao som de Hino Nacional e do Hino da Internacional Socialista*”.⁶²³

⁶²² *O Globo*, 14/05/1990.p.3, 25/8/90.p.27, 8/08/90.p.29, 13/05/90.p.3, 14/08/90.p.21.

⁶²³ *O Globo*, 9/08/1990.p.32, 12/08/90.p.1, 10/08/90.p.56 (grifo nosso).

Os editoriais também se colocavam contra o movimento, alegando que este poderia ter levado “*ao desaparecimento da CSN*”. Um editorial ressaltava que as reivindicações eram incontestáveis - a “*realidade*” teria sido adversária dos grevistas. Tratar-se-ia de uma paralisação que “*disfarçava*”, sob pretexto trabalhista, seus planos “*contra esforços de estabilização da economia*”.⁶²⁴

Poucas matérias veiculavam o ponto de vista dos grevistas e suas reivindicações. No nono e no décimo parágrafos de “*Negociação acaba com ocupação na CSN*”, havia algumas declarações de um representante do Sindicato dos Engenheiros salientando que a folha de pagamentos da siderúrgica consumia apenas 17% da arrecadação, não podendo ser responsabilizada pelos problemas financeiros da estatal. Uma pequena manchete registrou as exigências dos sindicalistas: “*Sindicato: reajuste de 80% para voltar ao trabalho*”. Outra reportagem tinha um depoimento de um integrante do SMVR, sugerindo que não se demitissem os “*peões*”, mas sim o pequeno número de assessores e militares que recebiam salários elevados. Em “*Sindicato tem proposta de saneamento*”, descrevia-se um plano dos sindicalistas segundo o qual a siderúrgica lançaria “*títulos especiais no mercado*”, obtendo US\$ 600 milhões para saldar débitos com o setor privado.⁶²⁵

Após a greve, *O Globo* deu destaque à vitória da Força Sindical no SMVR – que seria decisiva para privatização, pois o sindicato passaria a mobilizar os trabalhadores em prol da desestatização. A manchete principal “*Força Sindical derrota CUT na CSN*” era acompanhada de outras menores: “*Medeiros: trabalhador amadureceu*”, “*Apoio à privatização com garantia no emprego*” e “*Presidente da estatal espera cooperação*”.⁶²⁶

Na cobertura da venda da CSN, o jornal estampou na capa uma fotografia de Medeiros e outros integrantes da Força Sindical ao lado de um representante do grupo Vicunha (maior controlador da siderúrgica) segurando o martelo do leilão. A manchete era “*Trabalhadores e quatro empresas garantem controle da CSN*” e a frase abaixo da imagem identificava os indivíduos: “*sindicalista Medeiros (...), Rabinovich (Vicunha), o leiloeiro Ferreira e Albano e Coutinho, representantes dos trabalhadores*”. *O Globo*

⁶²⁴ *O Globo*, 14/08/1990, p.1.

⁶²⁵ *O Globo*, 25/05/1990.p.3, 04/08/90.p.28, 15/05/90.p.6 ,8/08/90.p.29.

⁶²⁶ O estudo de Graciolli revela a pressão do presidente e da direção da CSN em defesa da chapa ligada à Força Sindical. Só localizamos uma matéria que tratava dessa questão: “*Sindicato acusa CSN de interferir em eleição*”, onde se registrava denúncias de que Lima Netto teria declarado que só concederia aumento salarial se a CUT fosse derrotada. A reportagem tinha a resposta do próprio Lima Netto: “*Isto é atitude típica de perdedor. Tudo o que eles estão alegando é mentira*”. GRACIOLLI, Edilson José. *A privatização...op.cit., O Globo*, 25/7/1992.p.27, 23/7/92.p.21.

noticiava a privatização colocando em destaque a presença dos trabalhadores entre os novos “proprietários” da ex-estatal.⁶²⁷

Poucos anos depois, uma matéria exaltava a CSN privatizada. Descrevia-se um cenário de uma empresa harmônica, onde os trabalhadores declaravam-se satisfeitos com a desestatização. Em *“Tensão e greves são página virada na CSN – empregados têm aumento real e não temem cortes”*, sustentava-se que a siderúrgica “por fora” parecia a mesma, “mas por dentro” era “outra”: “um lugar tranqüilo, bem diferente da tensão das greves que marcaram a época de estatal”. A reportagem citava o exemplo de um canaleiro, Felisberto de Macedo, que trabalhava no alto-forno 2 e “é hoje um dos donos da siderúrgica”. Uma fotografia do trabalhador era acompanhada da frase: “Felisberto de Macedo no alto forno 2 – privatista desde criancinha”. A matéria concluía sustentando que o sindicato estava contente com os ganhos salariais, as gratificações e o “Projeto Morar”, no qual a CSN e os fundos de pensão “se unem para construir casas financiadas para os funcionários”.⁶²⁸

A cobertura de *O Globo* sobre a CSN e as greves na siderúrgica colocou em relevo as versões sobre os acontecimentos da direção da estatal e do CGT (que durante o movimento paredista, não eram os dirigentes do SMVR). Lima Netto, que fora figura predominante nos textos sobre a privatização, também era recorrente nas matérias sobre a paralisação, tendo inclusive uma coluna em uma página que noticiava a greve. O periódico veiculou amplamente a idéia de que o movimento poderia levar à “morte” da siderúrgica e de que a paralisação era “política”, vinculada à oposição a Collor. Os membros do CGT apareciam no jornal desqualificando as assembléias do SMVR.

Ao mesmo tempo, *O Globo* destacava os “prejuízos” econômicos gerados pelos grevistas, além de taxá-los de “agressivos”. Nesse sentido, empregava-se expressões de conotação violenta, como: “ameaça”, “violência”, “pancadaria”, “pente-fino”, “arrastão” e “invasão”. Os operários pareciam ser “forçados” a não trabalhar – o que não era verdade, pois o movimento não precisou organizar piquetes. O jornal também enfatizou a derrota dos grevistas, frisando que o TST – considerada instância “neutra” nos conflitos entre capital e trabalho – havia determinado um reajuste idêntico aquele propugnado pela direção da estatal. Ao descrever o fracasso da paralisação, *O Globo* ridicularizou os sindicalistas, que teriam chorado de modo “patético”.

⁶²⁷ Na matéria interna, Medeiros louvava a união de “bancos, indústria, o setor estatal e trabalhadores”, anunciando que a CSN não seria mais “cabide empregos”. *O Globo*, 6/4/1993.p.1 e 21.

⁶²⁸ A matéria tinha uma foto da CSN com a frase: “a sede da CSN, em Volta Redonda: fim das greves e programa de controle de qualidade importado do Japão”. *O Globo*, 13/2/1994.p.21.

O SMVR teve espaço muito inferior para expor seus posicionamentos e pontos de vista. O jornal não ressaltou a informação de que a CSN tinha dívidas com os trabalhadores, que estes vinham sendo sistematicamente demitidos e que os salários não eram os verdadeiros responsáveis pelas dificuldades financeiras da estatal. O CGT teve muito mais destaque que o representante legítimo dos trabalhadores da siderúrgica (o SMVR), dispondo inclusive de manchetes de capa para deslegitimar a CUT.

O Globo empenhou-se na derrota da greve liderada por sindicalistas que ressaltavam as contradições entre capital e trabalho e se colocavam contra a desestatização. Realçou a posterior vitória da Força Sindical no SMVR, cujo horizonte era a harmonia entre trabalhadores e grupos patronais.

Mais tarde, o jornal sustentou que as “tensões” e as greves eram “coisa do passado”, pois a CSN privatizada era “tranqüila”, com os trabalhadores constituindo-se em “donos” da siderúrgica, com boas remunerações e sem “temer” demissões. Pode-se afirmar com segurança que *O Globo* falseou a realidade: as exonerações persistiram após a privatização – o número de funcionários passou de 15.082 em 1993 para 9.491 em 1997. A ausência de greves se deveu mais ao fato da siderúrgica ter incrementado métodos de controle sobre os trabalhadores e ao fato do SMVR ter abandonado perspectivas combativas em nome da “parceria”. Também não era verdadeira a idéia de que os operários passaram a ser “donos” da CSN. De fato, o sindicato, filiado à Força Sindical, organizou um Clube de Investimentos no leilão, obtendo 10% das ações da siderúrgica. Mas, como salienta Francisco de Oliveira, tais ações não demoraram a serem incorporadas pelo grupo Vicunha, que controla a ex-estatal.⁶²⁹

Em 1995, os funcionários da Petrobrás organizaram a mais longa greve da história da empresa. Além da pauta econômica, desejava-se barrar o processo de quebra do monopólio da Petrobrás. A paralisação se relacionava com outros movimentos: no mesmo ano, a CUT procurou mobilizar outras categorias contra as “reformas” do governo Fernando Henrique Cardoso, como os eletricitários e os funcionários das universidades públicas. Em contraposição, a Força Sindical promovia manifestações em apóio às políticas privatistas.⁶³⁰

A greve dos petroleiros de 1995 se relacionava ainda às paralisações feitas pela categoria no ano anterior, no final do governo Itamar Franco. O movimento fora

⁶²⁹ OLIVEIRA, Francisco. *O ornitorrinco...*op.cit.p.147, CARUSO, Danilo S. *Reestruturação...*op.cit.

⁶³⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores...*op.cit.p.90, CAVALCANTI, Sávio. *Sindicalismo...*119.

encerrado com um acordo celebrado entre os trabalhadores, a direção da Petrobrás e alguns ministros daquele governo. Porém, FHC, recém empossado, negou-se a reconhecer a validade jurídica do acordo, negando-se a cumpri-lo, alegando que, se o fizesse, estaria ameaçando a estabilidade monetária. Assim, a greve de 1995 visava pressionar o novo governo a acatar o que fora acertado no ano anterior.⁶³¹

O governo FHC procurou impor uma derrota total ao movimento, dando um exemplo para o conjunto do sindicalismo. A Justiça do Trabalho decretou que a greve era “abusiva”, estabeleceu multa de R\$ 100 mil para cada dia paralisado e penhorou os bens e a receita das contribuições dos sindicalizados. O governo ordenou que as lideranças fossem demitidas e determinou que o Exército interviesse em algumas refinarias, fazendo com que elas voltassem a operar (os militares chegaram a transportar em helicópteros funcionários aposentados para que os grevistas fossem substituídos).⁶³²

O governo e os meios de comunicação acusavam os petroleiros de causarem o desabastecimento do gás de cozinha. Segundo Marcelo Mattos, a falta do produto se devia mais a ação dos distribuidores, que especulavam de modo a obter preços mais altos. De acordo com Eurelino Coelho, antes mesmo da greve, parte do gás foi ocultado pelo governo de modo a antecipar a crise de abastecimento e fortalecer a criminalização do movimento.⁶³³

Antes de examinarmos a cobertura da greve de 1995, veremos sucintamente como *O Globo* tratou das mobilizações promovidas pela CUT e pela Força Sindical do mesmo ano e da paralisação dos petroleiros de 1994.

Em 1995, a CUT procurou mobilizar e paralisar algumas categorias contra as chamadas “reformas” propostas pelo governo FHC, como o término do monopólio estatal das telecomunicações e da exploração de petróleo. *O Globo* opôs a ação dos manifestantes aos interesses gerais da sociedade, daí a manchete “*Movimento vem trazendo prejuízo à população*”. O jornal também aproveitava a situação para ressaltar

⁶³¹ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda...*op.cit.p.441.

⁶³² Em diferentes depoimentos, Fernando Henrique admitiu que desejava uma derrota exemplar aos grevistas: “decidi não negociar. Agi assim porque percebi que se não me mantivesse firme o governo teria dificuldades em discutir e aprovar no Congresso as primeiras propostas de reformas constitucionais que enviei, relativas, precisamente, à flexibilização dos monopólios”; “em greve de estatal é assim. Se agente faz corpo mole na primeira, depois não recobra a força. Eles sugam tudo”. COELHO, Eurelino. *Uma esquerda...*op.cit.p.441., MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores...*op.cit.p.90, CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política...*op.cit.p.349 e 350, Apud MARKUN, Paulo. *O sapo...*op.cit.p.264.

⁶³³ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda...*op.cit.p.441., MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores...*op.cit.p.90

que as paralisações ocorriam em setores monopolizados, trazendo transtornos à sociedade. Em “*Telefônicos mantém greve; Light pára*”, havia uma tabela intitulada “*As últimas greves em setores monopolizados*”, onde listava-se as “*categorias*” e as “*conseqüências*”. Em “*trabalhadores dos correios*” e “*fiscais da receita federal*”, as “*conseqüências*” foram, respectivamente, “*prejudicou a entrega de cerca de 200 mil contas de telefone*” e “*acúmulo de cargas retidas em portos, aeroportos e fronteiras*”.⁶³⁴

Tratar-se-ia de um movimento “político”, dos “privilegiados” que não queriam perder a estabilidade no emprego. Em “*CUT prepara onda de greves contra privatização*”, afirmava-se que as manifestações tinham “*um objetivo puramente político: dificultar ao máximo a intenção do Governo de quebrar os monopólios estatais e privatizar as estatais*”. Porém, os organizadores brigavam entre si e o movimento tinha pouca adesão: “*CUT: menos de 200 mil aderiram ao movimento*”, “*Lula e Brizola reúnem apenas 200 em ato contra as reformas*” e “*Manifestantes [contra quebra dos monopólio] não chegam a acordo*”. Nesta última matéria, relatava-se que “*os poucos manifestantes*” que haviam comparecido não conseguiam “*chegar a um acordo para organizar o protesto*”.⁶³⁵

As reportagens sobre as manifestações da Força Sindical em apóio ao governo FHC ganharam uma cobertura muito mais simpática, como se percebe nas manchetes: “*Comércio adere à campanha por reformas*”, “*Ato pró-reforma reúne 3 mil em SP*”, “*Ato pró-reformas pára Zona Leste de SP*” e “*Ato pró-reformas da Força Sindical lota João Caetano*”. Nos textos, descrevia-se uma sociedade unida em defesa da “modernização do país”: “*dezoito entidades de trabalhadores, empresários e profissionais liberais, que integram o movimento ‘Reforma Sim’, reuniram (...) cerca de três mil pessoas*”; “*empresários e trabalhadores saíram às ruas (...) para defender as reformas constitucionais*”. Apenas em uma matéria, informava-se, no terceiro parágrafo, que muitas pessoas estavam nos atos para ver os shows musicais de Zezé de Camargo e Luciano e Raça Negra, sem conhecer o conteúdo das reformas.⁶³⁶

Um editorial de capa preconizava que os protestos organizados pela CUT eram integrados por “privilegiados” funcionários das estatais e tinham “interesses políticos”, não se constituindo, assim, em um genuíno movimento sindical. Isso faria com que os cutistas não recebessem o apoio de outras entidades dos trabalhadores: “*AS próprias*

⁶³⁴ *O Globo*, 12/2/1995.p.61, 3/2/95.p.22.

⁶³⁵ *O Globo*, 12/2/1995.p.60, 4/5/95.p.24, 8/6/95.p.7, 21/6/95.p.3.

⁶³⁶ *O Globo*, 9/5/1995.p.25, 11/5/95.p.7, 12/5/95.p.4, 1/6/95.p.4.

características da greve, portanto, explicam o repúdio de organizações como a Força Sindical, representante de centenas de sindicatos operários que, sem benesses a defender, vêem nas reformas meios que podem ajudar o país e seu povo a prosperar”.⁶³⁷

Assim, *O Globo* desqualificou as paralisações da CUT e, mais uma vez, mostrou a Força Sindical como um exemplo de atuação a ser seguido pelos trabalhadores. Esta entidade compreenderia a situação do “povo”, diferente dos cutistas, que seriam alinhados com os setores privilegiados da sociedade. Omitia-se um fato que não corroborava com essa idéia: a Força Sindical havia sido fundada com apóio dos empresários. O jornal sustentava que a CUT tinha interesses “políticos”, como se a defesa feita pela Força Sindical do governo FHC não o fosse. E colocava em segundo plano o fato desta contar com fartos recursos para contratar músicos famosos e atrair pessoas que desconheciam o conteúdo do “ato pró-reforma”. Ademais, o periódico comumente utilizava a expressão “reforma”, o que dava uma conotação positiva às medidas propugnadas por FHC, como se o país fosse finalmente ser reestruturado de modo a resolver os seus problemas sociais.

A seguir, verificaremos como *O Globo* cobriu as greves dos petroleiros de 1994 e 1995, privilegiando a última, que foi mais longa e se opôs às alterações constitucionais referentes ao monopólio da Petrobrás.

Algumas matérias sobre a greve dos petroleiros de 1994 descreviam quais as usinas que haviam paralisado e tratavam da exigência legal sobre a permanência no trabalho de 30% do quadro de funcionários. Muitas outras procuravam colocar o movimento em descrédito, ressaltando os prejuízos causados (“*Greve avança e produção cai à metade*”; “*Greve reduz produção em 28%*”) e garantindo espaço para críticos do movimento, como ministro da Fazenda, Ciro Gomes, que o chamou de “*eleitoreiro*”, “*antidemocrático*” e “*fascista*” em duas edições de capa.⁶³⁸

Os petroleiros praticamente não tinham oportunidades para justificarem a paralisação. A primeira vez que o jornal publicou uma de suas reivindicações foi em um editorial, crítico da greve, que considerava pedido de 106% de reajuste excessivo. Até então, os leitores desconheciam a referida demanda, dada a falta de voz dos grevistas no

⁶³⁷ O jornal também deu espaço para porta-vozes do governo atacarem o movimento. Raimundo Brito, Ministro de Minas e Energia, afirmou: “*a CUT é contra tudo. O país inteiro enfrenta um momento difícil e não há porque privilegiar funcionários das estatais*”. *O Globo*, 5/5/1995.p.1, 4/5/95.p.33.

⁶³⁸ *O Globo*, 3/10/1994.p.27, 28/9/94.p.46, 29/9/94.p.1, 2/10/94.p.1.

periódico. Quando o TST considerou o movimento “abusivo”, o jornal destacou a pretensão dos grevistas de não voltarem ao trabalho, com se ignorassem a justiça: “*Grevistas **ameaçam** não cumprir decisão*” e “*Comando de greve **desafia** o TST*”. As demissões eram legitimadas, pois alguns petroleiros teriam destruído máquinas das refinarias: “*Petrobrás tem lista para demitir grevistas **sabotadores***”.⁶³⁹

Os editoriais, alguns deles de capa, salientavam que os petroleiros eram privilegiados, gozando “*de direitos e vantagens que são invejados pela grande maioria dos trabalhadores do país*”. Também ressaltavam que a greve na Petrobrás mostrava que o monopólio era “*incompatível*” com os interesses do restante da sociedade, pois gerava desabastecimento.⁶⁴⁰

Ao cobrir o encerramento da greve, o jornal frisou, em texto de capa, a ausência de conquistas do movimento, observando que “*os petroleiros foram derrotados em quase tudo*”, não conseguindo o reajuste desejado, nem recebendo os dias parados.⁶⁴¹

Na cobertura da greve de 1995, *O Globo* foi ainda mais desfavorável aos grevistas, publicando uma enorme quantidade de manchetes negativas e mostrando-os como prejudiciais ao restante da sociedade. O periódico ressaltou o desabastecimento de gás e combustível, cuja responsabilidade seria dos sindicalistas: “*Petroleiros, em greve, ameaçam cortar abastecimento*”, “*Gás de cozinha começa a faltar*”, “*Abastecimento de gás piora e óleo combustível pode faltar em três dias*”, “*Corte de gás já atinge 50 indústrias em São Paulo*”, “*Combustível começa a ser racionado*”, “*Botijão de gás começa a faltar no Estado do Rio*” e “*Postos do Rio ficam sem álcool e resolvem fechar mais cedo*”. Destacavam-se as filas para a compra dos produtos em falta e outros transtornos gerados pelo movimento paredista: “*Longas filas para comprar gás prometem se repetir*”, “*1.200 fazem fila por botijão em SP*”, “*Disputa por botijão acaba em briga*”, “*Aposentado morre na fila*”, “*Até cinco horas na fila – em São Paulo, comprar gás exige muita paciência*”, “*Greve: teste de paciência para a população*”, “*Polícia paulista pode ficar a pé*”, “*Motoqueiro vai de ônibus ao Maracanã*”, “*Falta de diesel ameaça parar ônibus em SP*”, “*População gasta mais comprando comida*”.

⁶³⁹ *O Globo*, 29/9/1994.p.6, 1/10/94.p.28, 2/10/94.p.1, 5/10/94.p.29 (grifos nossos).

⁶⁴⁰ O jornal destacou as críticas do presidente da Petrobrás, Joel Mendes Rennó, à paralisação e ao monopólio no setor, como na manchete: “*Rennó diz que greve desmoraliza monopólio*” *O Globo*, 29/9/1994.p.6 e 25, 30/9/94.p.1.

⁶⁴¹ *O Globo*, 6/10/1994.p.1.

pronta”, “Greve ameaça hospitais em São Paulo”, “Falta de gás teria provocado incêndio” e “Governo teme que estoque de gás provoque explosões”.⁶⁴²

Um número igualmente considerável de manchetes colocava em destaque as dificuldades das indústrias e os prejuízos econômicos causados pela greve: “Portos do Rio estão sem gás natural – greve reduz fornecimento em mais de 60%”, “Greve reduz gás fornecido a indústrias”, “No Rio, corte atinge 14 fábricas”, “Estoque dos postos no fim – abastecimento pode entrar em colapso no Rio”, “Greve dos petroleiros pára fábricas”, “Em SP, mais de 100 empresas sem gás”, “Indústrias paulistas já perderam milhões”, “Produção de petróleo está em 36% do normal”, “Petrobrás perdeu 1,2 bilhões com greve”, “Donos de postos processam petroleiros”, “CSN: a empresa pode entrar na Justiça por causa dos prejuízos com a greve”, “Prejuízos atingem até governos”, “Municípios perderam 50% dos ‘royalties’”, “Empresas aéreas reduzem vôos em 50%” e “Maior, mais resistente e mais cara, greve dos petroleiros faz 26 dias”. Esta última matéria assim se iniciava: “os prejuízos do presente (...) ultrapassam os do passado: em 1991, a Petrobrás gastou US\$ 130 milhões na compra de petróleo no exterior. Hoje, as importações ultrapassam US\$ 250 milhões”.⁶⁴³

Algumas reportagens preconizavam que a população se colocava em oposição aos grevistas, como em “Metalúrgicos não apóiam a greve” e “Greve na boca do povo”. Esta última tinha declarações de pessoas “comuns”, um comerciante, uma decoradora de festa infantil, um gerente de lojas, um vigilante e uma dona de casa, que representariam o “povo”. Diversas frases foram estampadas em destaque na página ou no interior do próprio texto, como “Moraes: ‘essa greve não dá lucro para ninguém’”, “Maria de Fátima: ‘Quem não tiver satisfeito que se demita’”, “Estelita: ‘a Petrobrás não é patrimônio dos petroleiros, é do Brasil’”, “Greve não leva a nada. Esses petroleiros são antibrasileiros” e “É uma greve política. Por isso apoio a ocupação do Exército. É a única arma que o Governo tem contra a greve”.⁶⁴⁴

Nas matérias, os adversários da greve tinham espaço para atacar o movimento e o monopólio da Petrobrás: “[José] Serra: petroleiros prejudicam os pobres”, “[Marco] Maciel: ‘minorias não vão atrapalhar reformas’”, “Líderes do Governo recomendam

⁶⁴² Até os grevistas sofreriam com a greve. A matéria “Enfarte mata dirigente de estatal” relatava: “o stress causado pelas negociações entre Petrobrás e petroleiros acabou sendo fatal para o superintendente de Recursos Humanos da empresa”. *O Globo*, 3/5/1995.p.31, 16/5/95.p.27, 21/5/95.p.46, 19/5/95.p.1, 22/5/95.p.15, 24/5/95.p.1 e 24, 26/5/95.p.1 e 20, 31/5/95.p.26, 26/5/95.p.20, 23/5/95.p.1 e 23, 27/5/95.p.25, 25/5/95.p.27, 13/5/95.p.27, 31/5/95.p.25.

⁶⁴³ *O Globo*, 19/5/1995.p.23, 20/5/95.p.1 e 25, 24/5/95.p.23, 25/5/95.p.27, 26/5/95.p.20, 27/5/95.p.26, 31/5/95.p.27, 6/6/95.p.24, 28/5/95.p.51.

⁶⁴⁴ *O Globo*, 25/5/1995.p.26, 26/5/95.p.21.

rigor [com greve]”, “*As refinarias tem que operar*” (título da entrevista com Antônio Carlos Magalhães), “*Medeiros diz que greve mostra que o fim do monopólio deve ocorrer logo*” e “*Um petista fora do tom*”. Nesta última, registrava-se a posição de Cristovam Buarque sustentando que o governo só deveria negociar após fim da greve. Em um texto, colocava-se em relevo uma declaração do presidente da Petrobrás, Joel Rennó: “*a greve já fez muita gente sofrer. É o tiro de misericórdia do monopólio*”.⁶⁴⁵

Tal como na greve de 1994, o jornal registrou o fato do TST julgar a greve abusiva, considerando-o uma instância legítima para arbitrar os conflitos, e destacou o fato dos grevistas desconsiderarem as determinações judiciais: “*TST impõe derrota à greve da CUT – Petroleiros têm que voltar hoje ao trabalho e dias parados serão descontados*”, “*TST deve manter abusividade da greve*”, “*TST cobra R\$ 35,7 milhões de grevistas*” e “*Direito da sociedade prevalece ao da greve*”. Nesta última, salientava-se que o referido tribunal entendia que havia ocorrido “*um desrespeito a um direito ainda mais protegido que o de fazer greve: o da sociedade ter acesso a serviços essenciais*”. Os petroleiros pareciam ignorar as instituições do Judiciário (“*[Refinaria de] Cubatão: grevistas desafiam mandato*”), além de terem praticado atos criminosos (“*Inquérito pode levar grevistas à prisão*” e “*PF vai apurar sabotagem – petroleiros podem ser condenados a até 3 anos de prisão*”).⁶⁴⁶

Nesse sentido, a ação repressora governo, que ordenou a demissão dos grevistas e enviou o Exército para dismantelar o movimento, ganhava legitimidade: “*Petrobrás vai demitir 25 por justa causa*” e “*FH avisa que mais grevistas da Petrobrás podem ser demitidos*”. Junto desta última, um box explicava que “*Imunidade não é impunidade*”.⁶⁴⁷

A ação do Exército foi tratada principalmente com a expressão “*ocupação*”, que não possui conotação violenta, e era associada à elevação da produtividade na Petrobrás: “*Exército ocupa 4 refinarias – Operação militar garante retomada de 50% da produção*” e “*Exército ocupa quatro refinarias*”. Na primeira reportagem, de capa, o presidente da Petrobrás, J. Rennó, defendia a ação dos militares, observando que seu objetivo era “*dar segurança a quem queria trabalhar*”.⁶⁴⁸

Como já vimos tantas vezes nesta tese, os editoriais, alguns deles de capa, reforçavam o coro das matérias supostamente neutras e desqualificavam a greve. Os

⁶⁴⁵ *O Globo*, 22/5/1995.p.15, 23/5/95.p.3 e 23, 19/5/95.p.23, 25/5/95.p.25, 1/6/95.p.27.

⁶⁴⁶ *O Globo*, 10/5/1995.p.1 e 24, 25/5/95.p.25, 1/6/95.p.1, 14/5/95.p.51, 31/5/95.p.1 e 25.

⁶⁴⁷ *O Globo*, 11/5/1995.p.1, 13/5/95.p.25.

⁶⁴⁸ *O Globo*, 25/5/1995.p.1 e 27.

grevistas, ao continuarem sem trabalhar mesmo após o TST ter considerado o movimento “abusivo”, estariam em “*contestação violenta*” aos “*princípios elementares do sistema democrático*”. Os petroleiros não se interessariam pelo diálogo, pois a greve “*é, em si, o ato de quem despreza a conversa: prefere a pressão*”. Caberia, portanto, às autoridades valerem-se da coerção: “*só resta ao Governo tomar as medidas necessárias para que nenhuma refinaria deixe de funcionar (...) e usar o peso da lei contra os sabotadores da paz social*”. Insistia-se na necessidade de derrota exemplar do movimento: “*qualquer recuo ou gesto de apaziguamento, antes da volta ao trabalho, será desmoralização e um convite para uma temporada de greves*”. Lembrava-se do exemplo de Thatcher que, para “*modernizar o país*”, precisou vencer a paralisação dos mineiros e “*defender o interesse da sociedade*”. A “*ocupação do Exército*” nas refinarias foi vista como “*conseqüência natural das ameaças ao desabastecimento e da própria radicalização demonstrada pelos petroleiros*”, que desobedeciam as decisões do Judiciário. O periódico salientava que os grevistas desejavam impedir as mudanças na Constituição, não percebendo que isso era assunto dos “*partidos, no Congresso*”. *O Globo* ressaltava ainda que o movimento constituía-se na prova cabal de que o monopólio da Petrobrás precisava ser abolido, pois ele permitia que o Brasil fosse “*chantageado por um grupo de sindicalistas*”.⁶⁴⁹

A greve dos petroleiros serviu ainda para *O Globo* publicar matérias e editoriais para criticar o conjunto do sindicalismo e, em especial, o do serviço público, além de condenar a estabilidade no emprego. Uma reportagem, intitulada “*No setor privado, greve longa não tem vez*”, sustentava que uma paralisação de vários dias seria prontamente “*resolvida*” em uma empresa privada, pois os grevistas seriam demitidos. O texto assim se iniciava: “*já imaginou uma greve de quase um mês numa empresa privada, gerando milhões de dólares de prejuízos? (...) Na primeira semana de paralisação, o patrão já teria substituído a mão de obra*”. A matéria era complementada pela fala de empresários preconizando que a greve dos petroleiros ainda se arrastava pelo fato da Petrobrás ser uma empresa pública. Uma foto de uma assembleia era acompanhada da frase: “*petroleiros em greve ocupam Refinaria de Cubatão: uma cena que raramente se vê numa empresa privada*”. Um editorial de capa afirmou que as assembleias sindicais tinham “*aparência de democracia*”, pois eram controladas por uma “*minoría*”, enquanto a “*maioría*” permanecia “*silenciosa*”.⁶⁵⁰

⁶⁴⁹ *O Globo*, 11/5/1995.p.1, 17/5/95.p.1, 18/5/95.p.6, 26/5/95.p.6, 24/5/95.p.6.

⁶⁵⁰ *O Globo*, 28/5/1995.p.58, 31/5/95.p.1.

Na cobertura de *O Globo*, os petroleiros praticamente não tiveram chance de manifestar seus pontos de vista e justificar a greve. A manchete “*Federação Única dos Petroleiros reitera que greve só acaba se o Governo voltar a negociar*” foi um das únicas que registrava as reivindicações do movimento. Em outras poucas matérias, a fala dos sindicalistas aparecia no corpo do texto, mas não nos títulos. Assim, por exemplo, no terceiro parágrafo de “*Petroleiros, em greve, ameaçam cortar abastecimento*”, um sindicalista explicava que se reivindicava o reajuste de 12% prometido pelo governo Itamar. Na mesma página, havia um box intitulado “*Acordo não assinado*”, sustentando que os petroleiros faziam greve em quase todos os anos e que a resolução de 1994 não fora assinada pela Petrobrás, mas somente pelo ministro de Minas e Energia de então. Esta foi a única ocasião em que a questão dos acordos apareceu no título de algum texto – embora salientando se tratar de um tratado “*não assinado*”.⁶⁵¹

Boa parte das matérias que davam voz aos petroleiros procurava mostrá-los como descontrolados ou pouco preocupados com as necessidades da população. Em “*Petroleiro ameaça explodir Cubatão*”, relatava-se que o presidente do sindicato dos petroleiros local prometia “*resistir e, se preciso, até mesmo explodir a refinaria*” caso houvesse invasão do Exército. Em “*Grevistas da Reduc cortam combustíveis*”, um sindicalista afirmava que a ação era um “*presente*” a FHC em represália a ocupação de refinarias pelo Exército. Um texto sobre o cotidiano dos petroleiros em greve, “*Na Reduc, a bola não para – pelada ajuda a tirar o tédio dos grevistas*”, explicava que além do futebol, os trabalhadores jogavam dominó ou jogavam “*conversa fora sob a sombra das árvores*”. Mostrava-se os petroleiros como uns desocupados, que se divertiam enquanto a sociedade sofria com o desabastecimento. A reportagem “*No dia do pagamento, nada na conta-salário*” narrava o caso de um petroleiro que tivera o salário cortado. Ele parecia estar despreocupado, talvez por ter uma situação financeira confortável: “*entro no cheque especial e depois negocio com o gerente*”. No terceiro parágrafo, o petroleiro se queixava do não cumprimento do acordo feito com o Governo Itamar e dizia que as resoluções eram respeitadas na época da ditadura militar, com se a admirasse: “*o petroleiro afirmou sentir saudade dos tempos do regime militar*”.⁶⁵²

O jornal registrou alguns apoios aos grevistas, como em “*Metalúrgicos do ABC apóiam greve*” e “*Grevistas ganharão mil cestas básicas [do Sindicato dos Petroleiros*

⁶⁵¹ *O Globo*, 29/5/1995.p.17, 3/5/95.p.31.

⁶⁵² *O Globo*, 27/5/1995.p.23, 25/5/95.p.27, 26/5/95.p.22, 30/5/95.p.22.

de Caxias]”. As duas matérias, juntas, só tinham três parágrafos e não eram realçadas, pois a página era repleta de publicidade. Um box tratava de uma manifestação dos petroleiros, mas ressaltava a falta deles no ato, como se percebe por seu título: “*Em passeata de 2.000, só 300 petroleiros – apoio à greve reúne estudantes e professores*”. Do segundo ao quarto e último parágrafos, o tema central não era a manifestação, mas o desabastecimento do Rio de Janeiro. Além disso, o box ficava na parte inferior da página, cujo destaque principal era um show organizado pela Força Sindical em apoio às “reformas”. Em “*PSB dá um minuto na TV para petroleiros*”, registrava-se que o partido concedera uma pequena parte de seu horário eleitoral a um sindicalista, que explicava que a greve reivindicava o cumprimento de um acordo com o governo anterior. Logo abaixo da matéria, um editorial condenava o PSB por promover um movimento condenado pela Justiça. O partido seria responsável pela “*subversão do uso do espaço*”, “*desvirtuando*” o programa eleitoral. Uma pequena manchete da mesma página, intitulada “*Horário gratuito é para partidos*”, salientava que, de acordo com o Tribunal Regional Eleitoral, o referido espaço na televisão se destinava somente às agremiações partidárias.⁶⁵³

Com o término do movimento, *O Globo* realçou a derrota do movimento e a fala de alguns integrantes do governo exigindo mais punições: “*Grevistas, enfraquecidos, ficam na defensiva – petroleiros já se satisfazem se não forem demitidos*”, “*Greve de 31 dias acaba em fracasso – Governo quer punição exemplar dos líderes dos petroleiros*”, “*Procurador pede dissolução de sindicatos – Inquérito vai apurar danos causados pela greve dos petroleiros à população*” e “*Clóvis [Carvalho, Ministro da Casa Civil] quer punir líderes dos petroleiros*”. No texto desta última reportagem, havia a seguinte declaração do ministro: “*quem levou à frente uma greve que afetou de forma tão direta a democracia e (...) a vida do povo brasileiro, tem que ser tratado com firmeza*”. Como de praxe, os grevistas quase não tinham voz. Uma das poucas exceções foi “*Petrobrás revê 33 demissões, mas FUP ameaça nova greve*”, onde se destacava uma fala do presidente da FUP: “*a Petrobrás não cumpriu a promessa de livre negociação com os petroleiros*”. Porém, a manchete preconizava que a entidade era intransigente, pois, mesmo com a possibilidade da empresa cancelar as exonerações, continuava propondo paralisações.⁶⁵⁴

⁶⁵³ *O Globo*, 24/5/1995.p.24, 26/5/95.p.20, 30/5/95.p.22.

⁶⁵⁴ *O Globo*, 2/6/1995.p.24, 3/6/95.p.1, 7/6/95.p.1, 13/6/95.p.29.

Pelo que foi exposto, pode-se afirmar com segurança que *O Globo* atuou como um adversário da greve, ressaltando em inúmeras matérias os prejuízos causados à sociedade e às empresas. Mostrou o movimento como fora da lei, que descumpria as determinações da Justiça do Trabalho, entendida como instância neutra, que legitimamente arbitrava os conflitos. Os petroleiros também seriam irresponsáveis, capazes de explodir refinarias. A criminalização sistemática da greve legitimou a repressão e o recurso às Forças Armadas. O jornal exigiu que o governo não atendesse as reivindicações dos petroleiros, valendo-se do “peso da lei” contra aqueles que perturbavam a “paz social”.

O movimento também foi mostrado como “antidemocrático”, pois descumpria as determinações do TST, se baseava em assembleias dominadas por uma “minoridade” e por desejar alterações constitucionais que seriam da alçada do Congresso. Afinal, de acordo com *O Globo*, a política e as leis deveriam ser debatidas pelos parlamentares, cabendo à população se contentar em votar a cada dois ou quatro anos.

O jornal fez ampla campanha contra a greve e a favor da repressão, praticamente não dando espaço para os petroleiros justificarem suas ações. Não houve nenhuma manchete do tipo “Petroleiros exigem cumprimento do acordo firmado com o governo Itamar Franco”. As matérias sobre apoios ao movimento ou aquelas que se baseavam em declarações dos grevistas quase sempre terminavam por também desqualificar os próprios. Daí os petroleiros aparecerem jogando futebol ou elogiando a ditadura militar. Os sindicalistas não tiveram espaço para contestar os poderes do TST de julgar o movimento e ainda de estabelecer elevadas multas a suas entidades representativas. O periódico também não levantou a hipótese do desabastecimento ter sido organizado para prejudicar os grevistas ou para aumentar os preços cobrados pelos vendedores, como sugerimos acima.

As greves da CSN (1990) e dos petroleiros (1995) demonstram que *O Globo* tinha ojeriza às manifestações das classes subalternas, sempre procurando colocá-las em descrédito e legitimando a coerção. Tratar-se-iam de “casos de polícia” ou mesmo “casos de Exército”.

4.5: As eleições presidenciais de 2002 e a vitória do PT

Em 2002, Lula, candidato com uma trajetória ligada às organizações das classes subalternas e às esquerdas, vencia as eleições presidenciais. Seu partido, o PT, fora fundado a partir de princípios anti-capitalistas, não situando os pleitos como questão central de sua atuação. Com o decorrer dos anos, como já mencionamos neste capítulo, a agremiação foi abandonando suas perspectivas contra-hegemônicas e deixando de ser dirigida por integrantes dos movimentos sociais – a maior parte da cúpula petista era formada por políticos “profissionais”. Ainda assim, o PT foi o principal partido de oposição aos governos neoliberais dos anos 90.⁶⁵⁵

Nas eleições de 2002, alguns setores do PT se esforçaram em demonstrar às classes dominantes que o partido era “confiável”, tendo revisto suas posturas históricas, inclusive as recentes – dois anos antes, os petistas tinham participado da campanha do “Plebiscito da Dívida”, que visava pressionar as autoridades a, no mínimo, realizarem auditorias das dívidas e conscientizar a população sobre a questão. Ao mesmo tempo, os agentes do mercado financeiro empreendiam uma verdadeira chantagem contra o PT, levando à alta do dólar, da inflação e do “risco Brasil” (chamado de “Risco Lula” em alguns veículos de comunicação). Procurava-se forçar os petistas a assumirem compromissos com a manutenção da política econômica, respeitando os “contratos” e o pagamento das dívidas.⁶⁵⁶

Os grupos dirigentes do PT, notadamente a “Articulação”, procuraram se aproximar de diferentes frações das classes dominantes e atenuar o que Antônio Palocci chamou em seu livro de memórias de “pressão dos mercados”. Alguns petistas encontravam-se periodicamente com os empresários – alguns deles até apoiariam Lula no horário eleitoral, como Eugênio Staub, do grupo Gradiente, Ivo Rosset, da Valisére, Nildo Masini, diretor da FIESP e Paulo Skaf, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil.⁶⁵⁷

O PT se aliou ao Partido Liberal, tendo como vice da chapa de Lula, o empresário José de Alencar, dono da fábrica Coteminas e ex-presidente da Federação

⁶⁵⁵ DEMIER, Felipe (coord). *As transformações...*op.cit.p.116, COELHO, Eurelino. *Uma esquerda...*op.cit.p.474.

⁶⁵⁶ DEMIER, Felipe (coord). *As transformações...*op.cit.p, BORGES, Altamiro. *A ditadura...*op.cit.83.

⁶⁵⁷ Antônio Palocci foi um importante articulador do partido com as classes dominantes. Ele havia sido prefeito de Ribeirão Preto, governando o município em sintonia com alguns setores empresariais: abriu 49% do capital da companhia telefônica local e estabeleceu parceria com a iniciativa privada para ampliar a rede de esgotos. PALOCCI FILHO, Antônio. *Sobre formigas e cigarras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.p.13 e 30, MARKUN, Paulo. *O sapo...*op.cit.p.246.

das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Durante a campanha eleitoral, em especial no segundo turno, o PT recebeu apoio de figuras historicamente ligadas ao conservadorismo político e às classes dominantes, como Roseana Sarney, Paulo Maluf e Delfim Neto.⁶⁵⁸

Além dessa proximidade com diferentes frações das classes dominantes, os petistas divulgaram a “Carta aos Brasileiros”, documento no qual o partido se comprometia a preservar vários elementos da política econômica de Fernando Henrique Cardoso: o controle da inflação, o cumprimento dos “contratos”, o superávit primário e o câmbio flutuante. O PT também avalizou os acordos do governo FHC com o FMI, garantindo respeitá-los (outros candidatos fizeram o mesmo).⁶⁵⁹

Na campanha eleitoral, em particular nos programas televisivos, o PT abandonou qualquer pretensão contra-hegemônica, não utilizando o espaço para conscientizar ou estimular espírito crítico nas classes subalternas. O partido contratou o “marketeiro” Duda Mendonça, que trabalhara para Maluf, para dirigir a propaganda petista, cuja preocupação central era justamente mostrar que Lula não era “radical” ou “perigoso” para o país. O candidato petista falava da necessidade de se forjar um “novo contrato social”, baseado na aliança de classes, que estaria representada na composição da sua chapa – um torneiro mecânico ao lado de um empresário.⁶⁶⁰

Alguns integrantes do partido também procuraram se aproximar dos proprietários dos principais veículos midiáticos. Ricardo Kotscho, assessor de imprensa de Lula, afirmou que o candidato havia “mantido encontros e participado de almoços com os dirigentes dos principais meios de comunicação”. Contatos também foram feitos com o comando da Rede Globo – desde 2001, houve pelo menos três encontros entre Lula e a direção do conglomerado. Em seu livro de memórias, Palocci explica que até a elaboração de documentos importantes do partido eram debatidos nesses contatos. Foi o caso da “Carta aos Brasileiros”: “comecei a dialogar sobre o assunto [o texto] com diversos empresários e formadores de opinião, entre os quais alguns proprietários de empresas de comunicação. Um deles foi João Roberto Marinho, das Organizações Globo”. Para os petistas, esses encontros eram oportunidades para “tranqüilizar” os

⁶⁵⁸ MARKUN, Paulo. *O sapo...* op.cit.p.246, 276 e 326.

⁶⁵⁹ PALOCCI FILHO, Antônio. *Sobre formigas...* op.cit.30.

⁶⁶⁰ No horário eleitoral do PT, eram mostrados grupos de trabalho formados por intelectuais e professores universitários que formulariam soluções para os problemas nacionais. A idéia era demonstrar que Lula tinha bons assessores e combater a idéia de que “pobre não sabe governar” ou a de que Lula “não tem experiência administrativa”. Apud MARKUN, Paulo. *O sapo...* op.cit.p.339, HONORATO, Cezar. *Lulinha Paz y Amor: posibilidades de lãs izquierdas en El orden democrático*. IN <http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/libros/mrxvv3/cp20cezarhonorato.pdf> (acesso em 2/4/2012).

donos do conglomerado, assegurando que os tempos de “radicalismo” estavam encerrados, o que garantia uma cobertura mais simpática, distante daquela de 1989. Já o comando das Organizações Globo desejava ouvir os compromissos com a manutenção da ordem existente – que seriam cobrados sistematicamente em seus veículos, o que também contribuiria para estancar a chantagem do mercado financeiro, pois a alta da moeda americana prejudicava o conglomerado, que estava endividado em dólar.⁶⁶¹

Na composição do governo, principalmente na área econômica, foram nomeadas figuras ligadas às classes dominantes. Assim, para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foi escolhido Luiz Fernando Furlan, empresário com atuação próxima aos setores multinacionais; o Banco Central foi presidido por Henrique Meirelles, presidente do FleetBoston Global Bank e presidente mundial do BankBoston entre 1996 e 2001; para o Ministério da Fazenda, nomeou-se Antônio Palocci que, como já observamos, tinha boas relações com os grupos empresariais. No Conselho de Desenvolvimento Social, que deveria agrupar a “sociedade civil” e atuar junto ao governo, 41 de seus 90 conselheiros eram representantes diretos de empresas e das associações empresariais, enquanto apenas 16 eram representantes dos trabalhadores.⁶⁶²

A seguir, trataremos da cobertura de *O Globo* das eleições de 2002. Não foi nosso objetivo avaliar todas as reportagens do período, mas somente aquelas que se referiam às transformações do PT e de Lula, à “moderação”, conformação do partido e aos seus compromissos com a manutenção da política econômica de FHC. Também procuramos examinar em que medida o jornal procurou balizar o partido e o candidato, mostrando-lhes o caminho “responsável” a ser seguido.

Uma das formas do jornal pautar o PT foi dando destaque à referida chantagem do mercado financeiro, citando ou não a questão eleitoral e a liderança de Lula nas pesquisas. O “nervosismo do mercado” era realçado, de modo a forçar os petistas a darem declarações “tranqüilizadoras”, ou seja, garantirem que conservariam a política econômica vigente. Daí as manchetes “*Risco [Brasil] maior que o da Nigéria*”, “*Dólar nas alturas: A expectativa sobre as intenções de Lula também mobilizou o mercado, que fechou à beira da histeria...*”, “*Incerteza eleitoral faz risco-Brasil subir 4,37%*”, “*Dólar chega a R\$3,57 e bate o recorde do Real – Especulação com eleições e falta de moeda elevam risco-país a 2.160 pontos*”, “*Especulação leva dólar a bater recorde*

⁶⁶¹ Sobre as dívidas da Rede Globo, ver capítulo 1. KOTSCHO, Ricardo. *Do golpe...*op.cit.225, LIMA, Venício de. *Mídia: crise...*op.cit.p.152 e PALOCCI FILHO, Antônio. *Sobre formigas...*op.cit.p.32.

⁶⁶² Em 2005, o governo Lula nomeou para o Ministério das Comunicações Hélio Costa, que fora funcionário da Rede Globo. FONTES, Virgínia. *Reflexões...*op.cit.p.312.

artificial”, “*Banco Central mantém juros; dólar sobe com medo de guerra e eleição*”, “*Mercado na ressaca eleitoral – À espera dos nomes para o Banco Central e a Fazenda, dólar vai a R\$3,78 e bolsa cai 4,4%*”. O clima de medo era reforçado por algumas entrevistas ou por ataques do principal concorrente de Lula, José Serra, do PSDB: “*O pior cenário seria uma reação adversa do mercado à vitória de um candidato de oposição*” (entrevista Eduardo Giannetti, professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), “*Banco Central cometeu o pecado da soberba*’ – *Economista diz que o governo é o responsável pela crise financeira e chama possível vitória de Lula de explosiva*” (entrevista Luiz C. Mendonça de Barros) e “*Site de Serra: dólar caiu porque Lula caiu*”.⁶⁶³

Além da ênfase no “caos econômico”, *O Globo* também procurava “formatar” o PT ao disponibilizar espaço para algumas figuras, como integrantes do governo FHC e empresários, explicarem, em tom professoral, o que devia e o que não devia ser feito no governo, pressionarem os petistas a adiantarem os nomes dos futuros membros da área econômica, expressarem seus temores com o “radicalismo” e também elogiarem o partido quando este parecia ter entendido a “lição”: “*Fiesp diz que ainda teme os radicais do PT – Presidente da Federação pede que, em caso de vitória, Lula forme um governo de coalizão, inclusive com o PSDB*”, “*Para renegociar dívidas [dos estados proposta pelo PT], será preciso cortar gastos*’ – *Secretário do Tesouro [Eduardo Guardia] diz que se Lula for eleito e tentar renegociar dívidas, terá que aumentar impostos ou cortar despesa*”, e “*Fernando Henrique cobra clareza do PT: ‘Não podemos saber em que direção estamos indo*’ – *Presidente defende seu governo e diz que Lula precisa explicar suas propostas*”. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, aparecia recorrentemente no periódico apontando a maneira “correta” dos petistas agirem: “*Malan: mágica e pirueta não resolvem – Para Ministro, oposição busca nos anos 50 soluções para questões do século XX*”, “*Malan sugere anúncio de nomes logo e Armínio no Banco Central até março*”, “*Malan elogia carta [aos brasileiros] de Lula e defende a permanência de Armínio no Banco Central – ‘Quanto mais clareza sobre o regime fiscal, melhor para o próximo governo*”, “*No governo, não há lugar para*

⁶⁶³ *O Globo*, 21/06/2002.p.23, 17/09/2002.p.25, 24/09/2002.p.1, 25/09/2002.p.1, 19/09/2002.p.1, 29/10/2002.p.29, 17/06/2002.p.18, 16/10/2002.p.38, 21/09/2002.p.5.

ingenuidades’ – Num recado a Lula, ministro da Fazenda cobra responsabilidade dos candidatos e critica promessas eleitorais” (entrevista com Malan).⁶⁶⁴

Alguns “economistas” também pautavam o PT, assinalando qual conduta o partido deveria assumir, como se percebe nas manchetes “*Débito público ameaça estabilidade monetária – Segundo especialistas, austeridade fiscal terá de ser mantida no próximo governo para evitar volta da inflação*”, “*Investimentos voltarão ao Brasil após a eleição, diz Nobel de Economia – para americano, Gary S. Becker, PT pode ganhar porque foi para o centro*” e “*Economistas prevêm mais turbulências*”. Neste último texto, afirmava-se que para alguns “*especialistas*”, os candidatos de oposição contribuíam para o clima de incerteza quando diziam que “*as dívidas interna e externa são impagáveis*”. Boa parte destes “economistas” ouvidos integravam as Faculdades de Economia da PUC e da FGV e afinavam-se com o pensamento monetarista.⁶⁶⁵

O Globo registrava a perspectiva de alguns integrantes de governos e de veículos de mídia estrangeiros, que “orientavam” como os petistas deveriam atuar quando viessem a ocupar postos no Estado em sentido restrito, deixando claro que exigiriam continuidades na política econômica: “*Governo inglês alerta para risco de populismo – Subsecretário afirma, porém, que encara com tranqüilidade possível eleição de petista*”, “*EUA condicionam apoio ao próximo governo – Subsecretário do Tesouro americano diz que novo presidente do Brasil deve ter política econômica semelhante à atual*”, “*‘Mercados darão a Lula benefício da dívida’ – Ex-subsecretário do Tesouro dos EUA diz que governo petista terá suas políticas acompanhadas muito de perto*” (entrevista de David Mulford, diretor do Credit Suisse First Boston), “*New York Times: professor [de História, Jeffrey W. Rubin, da Universidade de Boston] elogia PT – Já ‘Financial Times’ cita ‘eixo do mal’*”.⁶⁶⁶

O Globo não formatou o PT apenas através da fala de economistas, de integrantes da sociedade política e de empresários, nacionais e estrangeiros. Algumas

⁶⁶⁴ Em “*Trégua às vésperas da eleição*”, registrava-se que o “mercado” estava mais calmo. A matéria registrava a opinião de um empresário para o fenômeno: “*para Rogério Freitas, do Opportunity, a explicação para a virada do mercado é o fato do PT e Lula afirmarem que, em caso de vitória, preservarão a meta de superávit fiscal e que só baixarão os juros se a medida não comprometer as metas de inflação*”.

O Globo, 26/06/2002.p.4, 24/10/2002.p.14, 19/10/2002.p.5, 04/10/2002.p.10, 13/10/2002.p.13, 03/10/2002.p.10, 01/10/2002.p.4, 20/10/2002.p.39, 26/10/2002.p.27.

⁶⁶⁵ Na primeira e na terceira matérias, havia depoimentos de Márcio Garcia, economista da PUC-RJ, Heron do Carmo, economista da Fipe, Raul Veloso, economista da UFF, Antônio Porto Gonçalves, diretor do Instituto Brasileiro de Empresas da FGV e Ph.D. pela Universidade Yale, Eustáquio Reis, do Ipea, João Márcio Camargo, da PUC/RJ, Paulo Rebello de Castro, do Instituto Atlântico e Carlos Longoni, da FGV. *O Globo*, 30/06/2002.p.34, 22/10/2002.p.4, 16/10/2002.p.1.

⁶⁶⁶ *O Globo*, 16/10/2002.p.27, 29/10/2002.p.16, 24/10/2002.p.14.

manchetes e textos indicavam quais eram os principais temas nacionais e qual a melhor maneira de governar sem o recurso de “vozes autorizadas”. Foram os casos de *“Fernando Henrique passará a Lula pauta com desafios principais – Orçamento, Banco Central, Imposto de Renda, revisão do acordo com FMI são alguns dos pontos”* e *“O começo de uma nova era – Pesquisas apontam vitória de Lula hoje”*. Esta última matéria sustentava que a *“era Fernando Henrique”* estava se encerrando e apontava: *“[Lula] precisará fazer um governo voltado para o centro, em aliança com o partido Liberal, o PPS de Ciro Gomes, o PSB de Anthony Garotinho e parte do PMDB”*.⁶⁶⁷

Muitas matérias registravam os comprometimentos dos petistas em preservarem a política econômica, particularmente o “superávit primário”, que garantia o pagamento das dívidas. Com isso, o jornal visava tranquilizar os agentes do mercado financeiro e conter a subida do dólar, o que era interessante para as Organizações Globo – vimos que o conglomerado tinha dívidas na moeda americana. Além disso, a publicação das referidas promessas do PT servia para que o periódico (e também outras associações das classes dominantes) pudessem cobrar o cumprimento das mesmas. Daí as manchetes: *“Lula promete manter metas de Fernando Henrique para a inflação e superávit – Em disparada, dólar chega a R\$2,84 e atinge a cotação mais alta do Plano Real”*, *“Lula se compromete com o ‘superávit’ que for necessário – Propostas do PT para o mercado de capitais fazem bolsa subir 6%”*, *“Compromisso com o mercado – PT promete, na Fiesp, cumprir o ‘superávit primário que for necessário’”*, *“Mercadante afasta hipótese de calote”*, *“Lula afirma que não haverá calote”*, *“Programa do PT não prevê redução brusca dos juros – petistas defendem câmbio flutuante e apostam no crescimento do país”*, *“PT articula com a Febraban proposta de reforma bancária – Palocci diz que Lula, se eleito, não baixará juros caso haja risco de inflação voltar”*, *“PT critica alta do juro mas diz que foi ‘inevitável’”*, *“Projeto petista de Banco Central autônomo sai este ano”*, *“Lula já tem pacote para cortar gastos se eleito”* e *“Palocci: ‘Se nós ganharmos, vamos governar com o Orçamento aprovado’”*.⁶⁶⁸

O jornal apresentou positivamente as transformações do PT, que passara a defender determinadas políticas anteriormente combatidas. Em *“Programa mudou desde 1989”*, relatava-se que a antiga plataforma política do partido, como a suspensão do pagamento da dívida externa e a revisão das privatizações, seria catastrófica para o

⁶⁶⁷ *O Globo*, 28/10/2002.p.23, 27/10/2002.p.1.

⁶⁶⁸ *O Globo*, 22/6/2002.p.1, 18/10/2002.p.1 e 3, 15/10/2002.p.25, 01/10/2002.p.3, 23/6/2002.p.1, 23/10/2002.p.1, 22/10/2002.p.1, 22/06/2002.p.4.

país. Segundo a matéria, se o programa de 1989 “fosse mantido hoje, certamente levaria o risco Brasil às alturas”. O texto tinha declarações de José Genuíno, sustentando que tais mutações significavam um “*amadurecimento*” e “*evolução*”. Uma reportagem traçava a história de Lula e do PT, preconizando ter havido um “*amadurecimento*” em termos de “*planos de governo*” e “*estratégia de campanha*”. Citava-se algumas alterações do candidato, como o respeito aos “*acordos já assinados*” e a noção de socialismo: “se ainda acredita no socialismo, já fala num socialismo com mercado”. Também ressaltava-se que Lula mudara suas opiniões sobre as Organizações Globo: “se já afirmou ser preciso ‘acabar com o monopólio da Rede Globo’, hoje reconhece a isenção da mesma Globo nesse processo eleitoral.” De acordo com outra matéria que descrevia a trajetória do PT, a agremiação seria originalmente tão extremista e unilateral que não conseguiria ter interlocutores na sociedade: “O PT 22 anos depois: do radicalismo ao pragmatismo – Partido deixou a intransigência, aprendeu com os erros, unificou-se e hoje dialoga com a sociedade”. Em 2002, o partido era considerado mais “*maduro, experiente e pragmático (...) mais inclinado ao centro*”.⁶⁶⁹

O passado sindical de Lula não era apagado nas matérias, como em “A trajetória da fábrica para o sindicato e a política”. Mas o jornal ressaltava que os tempos das greves e da combatividade estavam encerrados e que existiam novas formas de militância: “Sindicalismo da era Lula não é mais o mesmo – Sindicatos passam da liderança contra a ditadura à preservação da CLT que combatiam”, “Greves dão lugar à negociação” e “ONGs têm papel mais atuante”.⁶⁷⁰

O Globo também registrou as autocríticas e os arrependimentos de Lula, que admitia estar desqualificado para governar nos pleitos anteriores, como em “‘Fico pensando se não foi Deus quem não quis que a gente vencesse em 89.’ – Lula reconhece que não estava preparado para ganhar a 1ª eleição”. Na reportagem “Lula encerra a campanha no berço político [São Bernardo do Campo]”, destacava-se a frase “Petista, que hoje tem apoio do governo de Minas Gerais, Itamar Franco, diz que foi equívoco não participar do governo dele quando assumiu após a destituição de Collor”.⁶⁷¹

⁶⁶⁹ Em uma matéria sobre Lula, havia a manchete “Em paz com a mídia – Lula elogia cobertura do GLOBO nas eleições de 98 e nesta e diz que são exemplares”. *O Globo*, 23/6/2002.p.10, 05/10/2002.p.12 e 13, 27/10/2002.p.15, 21/09/2002.p.12.

⁶⁷⁰ Em “No Balanço da campanha – Lulinha, o metalúrgico”, afirmava-se que o candidato adotara uma “versão moderada” e era “adepto da reforma do capitalismo”. *O Globo*, 02/10/2002.p.8, 27/10/2002.p.17, 27/10/2002.p.22.

⁶⁷¹ *O Globo*, 2/10/2002.p.8, 05/09/2002.p.8.

Porém, nos momentos em que Lula prestava declarações mais críticas, próximas das linhas políticas originárias do PT, *O Globo* o combatia, concedendo espaço para os adversários retrucarem o candidato, como se pretendesse lembrá-lo de suas plataformas mais recentes. Assim, por exemplo, na mesma página de “*Lula sobe o tom e diz que equipe econômica é cega – candidato petista afirma que a economia está subordinada à especulação e à ganância de ‘meia dúzia de banqueiros’*”, havia a resposta dos governistas: “*Fernando Henrique: ‘Não se deve pôr salto alto antes da hora’ – Malan também reage a Lula: ‘Isso lembra o insensato plebiscito sobre a dívida externa’*”. A matéria dava ênfase ao ministro da Fazenda, destacando suas falas: “*eu achava que esse discurso estava sendo superado. Pelo jeito, não é o caso*” e “*O discurso da mudança, que não consegue explicar com clareza como será feita, não contribui para acalmar expectativas*”. Havia ainda duas manchetes menores, com mais contestações à Lula: “*Alimento para a turbulência*” e “*Verborragia sem significado*”. Em outra edição, os membros do governo FHC respondiam ao candidato, que havia proposto “um Banco Central social”: “*Malan e ex-diretores do Banco Central, reagem a Lula – ‘Um Banco Central com preocupações sociais busca evitar a inflação’, diz Gustavo Loyola em resposta ao petista*”. O texto também tinha declarações de Carlos Longuini, ex-presidente do BC, e Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor da mesma instituição, que “*explicam a função do Banco Central: cuidar a liquidez do sistema financeiro e garantir a estabilidade da moeda*”. Lula era ainda retrucado por um editorial que lhe esclarecia que, se ele realmente desejasse um BC com “*preocupações sociais*”, deveria “*pôr no cargo alguém que defenda com vigor o poder aquisitivo do real*”. O editorial lembrava que o fim da hiperinflação havia reduzido a pobreza.⁶⁷²

O jornal afirmava que ainda existiam tendências “radicais” no PT, mostrando que o partido ainda não era integralmente confiável. Talvez o periódico procurasse apontar o “problema” aos “moderados”, a quem caberia a sua “resolução” – o silenciamento daqueles grupos. Em “*Divisão do PT se reflete na bancada federal – metade dos 91 deputados federais tem tendência moderada mas radicais prometem fazer barulho na Câmara*”, citava-se uma integrante da Democracia Socialista, Iriny Lopes, para exemplificar as correntes “barulhentas” da agremiação: “*de tão radical, ela andou muito tempo sob escolta de policiais federais*”. Outra reportagem, porém, era mais “tranquilizadora”, como se percebe na manchete: “*Tendências radicais estão*

⁶⁷² *O Globo*, 18/10/2002.p.5, 01/10/2002.p.3, 02/10/2002.p.5 (grifo nosso).

enquadradas”. Relatava-se que Lula havia se aproximado de banqueiros, empresários e militares, enquanto conseguira “*domar a fúria dos setores mais radicais do seu partido*”.⁶⁷³

Nossa pesquisa praticamente não encontrou críticas às transformações vividas pelo PT. A norma foi considerá-las como reflexos de um processo de “amadurecimento” do partido. As duas exceções “*CNBB critica PT-PL: ‘Não sei se entrou dinheiro’* [declaração dom Jaime Chemello, presidente da entidade]” e “*O que pensar de José Dirceu, companheiros? – Ex-colegas de exílio do presidente do PT divergem do perfil moderado adotado nas campanhas pelo petista*”. Esta última matéria tinha vinte e quatro parágrafos e os questionamentos só apareciam a partir do décimo terceiro. Flávio Tavares, por exemplo, condenava a aliança dos petistas com antigos adversários e expressava sua preocupação com a descaracterização do PT. Porém, os doze primeiros parágrafos eram amplamente favoráveis a Dirceu e às mutações da agremiação. José Ibrahim afirmava que José Dirceu estava “*sintonizado com a modernidade e o futuro*”. Ricardo Villas observava que “*a política de alianças é a única alternativa para se chegar ao poder*”.⁶⁷⁴

O Globo não estava interessado em expor críticas ao afastamento do PT dos movimentos populares ou ao abandono de horizontes anticapitalistas. Pelo contrário, o jornal procurava balizar o partido, mostrar que este deveria administrar a ordem existente e, particularmente, preservar a política econômica do governo FHC. Esse empenho do periódico, presente na cobertura da campanha presidencial de 2002, foi mantida após a vitória de Lula. Fazia-se pressão para que os petistas adiantassem o anúncio dos integrantes da área econômica: “*Dívida e indefinição do PT levam dólar a R\$3,76 – Frustração com demora de nomes do novo governo e vencimentos em dezembro deixam mercado tenso*”, “*Indefinição sobre o sucessor de Armínio no Banco Central agita mercados*”. E, quando o PT tornou pública a escolha de Palocci e Henrique Mereilles para comporem o governo, *O Globo* publicou elogios e aplausos, indicando que o partido tomava o rumo correto: “*Empresários e Malan elogiam a escolha de Palocci para a Fazenda*”, “*Escolha de ministros pelo PT faz dólar cair 0,79%*”, “*Escolhas de Lula agradam ao empresariado*”, “*Nomeações deixam otimistas*

⁶⁷³ *O Globo*, 09/10/2002.p.12, 08/09/2002.p.3 (grifos nossos).

⁶⁷⁴ Também não foram localizadas matérias que continham críticas às chantagens dos agentes do mercado financeiro, que impunham determinadas políticas econômicas ao PT. A única exceção foi: “Mercadante: mercado tenta ajudar Serra – Deputado insinua que nervosismo tem como objetivo articular a candidatura do tucano e diz que Banco Central pode agir”. *O Globo*, 21/06/2002.p.8, 20/10/2002.p.8, 24/09/2002.p.5.

indústrias e bancos” “*Empresários e sindicalistas elogiam indicação do ex-banqueiro para o Banco Central*”, e “*Dólar cai 3,7% e risco-país é o menor em seis meses – Entrada de recursos e aceitação da equipe de Lula provocam otimismo*”. Apenas uma matéria, “*Meirelles deixa petistas de esquerda perplexos*”, registrava as queixas de alguns indivíduos da esquerda do partido, como Heloisa Helena. Porém, havia a contraposição de José Eduardo Dutra, sustentando que o banqueiro tinha “*competência técnica*”.⁶⁷⁵

Os editoriais reafirmavam a agenda que deveria ser seguida pelos petistas. Em especial, enalteciam a democracia brasileira e seu “amadurecimento”, evidenciado no fato de todos os candidatos respaldarem os acordos com o FMI e não possuírem divergências profundas quanto à política econômica. No primeiro turno, teria havido “*inérita coincidência de diagnósticos, uma confluência de propostas*”, com todos os candidatos fazendo a “*profissão de fé como defensores da estabilidade da moeda e de cumpridores de contrato*”, o que significava “*não dar calote em credores internos e externos*”. Foi celebrado o “*sepultamento da clássica visão de ruptura*” da esquerda. O fato de todas as plataformas políticas apresentadas no pleito serem as mesmas era motivo de contentamento. Afinal, a consolidação da democracia se verificaria quando as “*correntes ideológicas possam se alternar no poder sem que pontos básicos de regulação da economia e da sociedade (...) estejam em questão*”.⁶⁷⁶

O PT era elogiado nos editoriais por ter “*descido do palanque*”, se comprometendo com o superávit primário: “*DEPOIS da alta do dólar e dos juros, a lógica aponta nessa direção – e a lógica, assim como certos preceitos econômicos, não tem ideologias: não é de direção nem de esquerda*”. Tal como a “*lógica*”, não existiriam políticas monetárias “*conservadoras*” ou “*de esquerda*”: a “*política monetária não é uma questão ideológica*”. Insistia-se que não se governava com “*dogmas*”, mas com determinados “*princípios*”, como o resto do mundo ensinava. Afinal, entre Moscou, Nova Iorque e Pequim, “*não há divergências inconciliáveis sobre*

⁶⁷⁵ Nas matérias, Palocci foi descrito como uma figura de “*passado radical*” que adotara postura de “*conciliador*”. Em um texto sobre Meirelles, destacou-se uma frase de Palocci justificando a escolha do banqueiro: “*Meirelles foi o único brasileiro que ocupou uma presidência internacional de um banco nos EUA. Isso fez dele uma das pessoas mais respeitadas no sistema financeiro*”. Em outra reportagem, o presidente da Febraban, Gabriel J. Ferreira afirmava que o banqueiro “*foi um dos primeiros empresários a introduzir no Brasil o conceito de responsabilidade social*.” Uma manchete sobre Meirelles destacava uma parte da declaração do próprio, onde o futuro presidente do BC garantia nomear uma “*diretoria de perfil técnico*”. *O Globo*, 06/12/2002.p.33 e 1, 11/12/2002.p.1 e 3, 12/12/2002.p.33, 14/12/2002.p.5, 15/12/2002.p.43, 17/12/2002.p.1, 13/12/2002.p.3, 4, 8, 9 e 30.

⁶⁷⁶ *O Globo*, 06/10/2002.p.6, 2/9/2002.p.6.

como administrar a economia”. Nesse sentido, caberia a Lula preservar a “responsabilidade fiscal e manutenção do poder aquisitivo da moeda”. Após a nomeação de Meirelles para o BC, Lula foi elogiado por ter “compreendido” ser “fundamental” a obtenção da “credibilidade junto a credores e investidores”. E quando o petista declarou pretender pôr um término na subalimentação no Brasil, o periódico lhe orientou: “as bases para se acabar com a fome no Brasil foram lançadas com a estabilidade monetária.”⁶⁷⁷

Além dos aconselhamentos em política econômica, o jornal parabenizou o PT por ter se aliado ao PL. Um editorial considerou a aproximação uma consequência do “processo de amadurecimento” do partido, que quebrava “mais um dogma do tempo em que procurava a pureza do seu pedigree de esquerda”.⁶⁷⁸

A análise da cobertura de *O Globo* referente à vitória de Lula em 2002 revela que o jornal procurou pautar o PT, indicando-lhe a agenda neoliberal como plataforma de um governo “responsável”. Cabia aos petistas governarem realizando coalizões partidárias e preservarem a política econômica do governo anterior, com destaque à “responsabilidade” fiscal, ao pagamento das dívidas e ao respeito aos “contratos”. Ao ensinar a lição, o jornal concedeu espaço para diferentes “vozes autorizadas”, como economistas, empresários e membros do governo FHC, com destaque a Pedro Malan, determinarem qual direção o partido deveria seguir. Os petistas eram tratados como alunos a serem instruídos, recebendo elogios ou repreensões de acordo com seus posicionamentos – as censuras ocorriam quando o partido expressava seus vínculos populares. Ao mesmo tempo, o periódico procurava indicar aos seus leitores o que estes deveriam esperar e exigir do governo Lula.

O jornal noticiou a chantagem empreendida pelos agentes do mercado financeiro, de modo a pressionar os petistas a se comprometerem com a política econômica vigente. Não houve praticamente nenhuma crítica ao poder do capital financeiro, que podia pressionar um país inteiro de maneira a formatar os governantes. O máximo que *O Globo* fez foi registrar, sem qualquer contestação, a arrogante

⁶⁷⁷ Outros editoriais também pautavam Lula e os demais candidatos, como em “Vencer o crime é o grande desafio do próximo presidente” e “Pró-estabilidade”. Este último defendia autonomia para o Banco Central. *O Globo*, 19/10/2002.p.4, 19/12/2000.p.6, 28/10/2002.p.6., 26/6/2002.p.6, 27/6/2002.p.6, 30/10/2002.p.6.

⁶⁷⁸ De acordo com o mesmo editorial, o PL seria o “PFL do PT”. Afinal, a aproximação PT-PL era semelhante à aliança PSDB-PFL, que, quando formada, fora “duramente criticada pelo PT”. *O Globo*, 21/06/2002.p.8.

declaração de David Mulford, do Credit Suisse Boston, que se comprometia a “dar o benefício da dúvida a Lula”.

As transformações do PT e sua perda de perspectivas contra-hegemônicas foram vistas positivamente (praticamente não houve críticas do jornal). O periódico destacou o fato dos petistas não pretenderem, como no passado, dar um “calote” nos credores. Utilizava-se um termo claramente pejorativo, como se o questionamento ao fato de boa parte do orçamento federal se destinar ao pagamento de dívidas fosse uma trapaça ou uma burla. *O Globo* também sugeriu que o PT das origens não “dialogava” com a sociedade, como se os sindicatos, as entidades ligadas à esquerda católica e os movimentos do campo que haviam fundado o partido não a integrassem. Nesse sentido, o partido seria em um primeiro momento “radical”, isolado do restante da sociedade. Porém, com o passar do tempo, a agremiação teria “amadurecido” (expressão recorrente nos textos, indicando aprimoramento), se tornado parecida com os demais partidos políticos, com os quais deveria se aliar, tornando-se pronta para assumir o governo.

Para os editoriais, a vitória do PT indicava que a democracia estava consolidada no país. A prova disto residia no fato dos principais candidatos defenderem praticamente as mesmas propostas e se comprometerem a respeitar os acordos com o FMI. O jornal salientava que, em política monetária, não existiria ideologia, nem direita ou esquerda. *O Globo* contribuía para a esterilização do sistema político brasileiro, na medida em que dele não poderia esperar transformações estruturais. Afinal, o jornal condenava as mobilizações das classes subalternas, insistindo que as decisões políticas deviam ser tomadas somente pelos partidos políticos e, ao mesmo tempo, “ensinava” que estes últimos deviam adotar a mesma postura uma vez no Estado em sentido restrito. Blindavam-se as relações sociais e a propriedade dos meios de produção, que deveriam ser eternizadas.

A “democracia” defendida por *O Globo* dá razão às contestações feitas pelo escrito português José Saramago:

“A democracia está aí. Como se fosse uma espécie de santa do altar, de quem já não se esperam milagres. (...) E não se repara que a democracia em que vivemos é uma democracia seqüestrada, condicionada, amputada (...) [pois] as grandes decisões (...) são tomadas numa outra esfera, e todos sabemos qual é: as grandes organizações financeiras internacionais, os FMIs, as Organizações Internacionais do Comércio, os Bancos Mundiais, (...), tudo isso. Nenhum desses organismos é democrático. E, no entanto, como é que podemos continuar a falar de democracia se aqueles que

efetivamente governam o mundo não são (...) eleitos democraticamente pelo povo”.⁶⁷⁹

Neste Capítulo 4, vimos que *O Globo* foi adversário das principais organizações das classes subalternas (PT, CUT e MST) e suas formas de mobilização em geral.⁶⁸⁰ O jornal também foi desfavorável aos críticos das privatizações, realizando uma cobertura adversa às suas ações.

Como enfatiza Gramsci, a hegemonia é “revestida de coerção”, ou seja, a dominação de classe depende tanto do convencimento quanto da repressão. Se no capítulo anterior, mostramos que *O Globo* atuava no sentido de se criar um consenso em torno das privatizações, neste capítulo vimos o periódico desqualificando e criminalizando os adversários das desestatizações e as organizações das classes trabalhadoras em geral, legitimando a coerção sobre os mesmos.⁶⁸¹

Nas matérias e nos editoriais, o jornal mostrou seus adversários como “corporativistas”, que apenas se preocupavam em manter seus “privilégios”, como a estabilidade no emprego, em detrimento da sociedade. Seriam “radicais”, semelhantes aos grupos fundamentalistas religiosos – daí a utilização de termos como “xiitas” e “dogmas”. Também seriam “obsoletos”, fixos ao pensamento dos tempos da guerra fria, não percebendo que o “socialismo fracassou”. Seriam violentos e, não raro, “foras da lei”, desobedecendo às decisões judiciais, especialmente as do TST, considerado um árbitro legítimo das relações entre o capital e o trabalho.

O jornal deslegitimou constantemente as assembleias sindicais que decretavam paralisações e mobilizações de rua. Insistia que as reuniões de sindicalizados eram controladas por “minorias” e que, numa democracia, as decisões políticas devem ser tomadas somente no Congresso. Ações que se pautavam para além desta definição de democracia eram criminalizadas e a repressão defendida como “solução”.

⁶⁷⁹ Pode-se ver Saramago pronunciando tais palavras em: <http://www.youtube.com/watch?v=gDMF4XgGbV4&feature=fvst>. (acesso em 24/03/2012).

⁶⁸⁰ Além de sua ojeriza às entidades e às mobilizações das classes trabalhadoras, o jornal se mostrou elitista ao criminalizar os “favelados”, os “funkeiros” e os “camelôs”, como se percebe nas manchetes: “Grupo de favelados arromba e saqueia mercados”, “Favelados armados saqueiam mercado”, “Arrastão: o mais novo pesadelo carioca nasce nos bailes ‘funk’”, “Funkeiros’ torturam e matam dois jovens na Tijuca”, “Funkeiros’ matam mais um na saída de um baile na Tijuca”, “Funkeiros’ apedrejam ônibus e ferem três”, “Baderna de camelôs acaba em saques e depredação”, “Tirroteio de camelôs mata engenheiro”, “Camelôs são suspeitos de incendiar lojas em Madureira” e “Arrastão de camelô fecha o comércio da Tijuca”. *O Globo*, 9/04/1992.p.1, 21/04/92.p.7, 22/3/92.p.18, 4/1/94.p.1, 11/1/94.p.1, 10/8/93.p.11, 22/11/91.p.1, 1/9/92.p.1, 23/6/93.p.1, 21/10/93.p.1

⁶⁸¹ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel...* op.cit.p.149.

Ao mesmo tempo, o jornal exaltou a Força Sindical e procurou consolidar Antônio Medeiros como porta-voz dos trabalhadores sensatos e “não-ideológicos”. *O Globo* promoveu um sindicalismo sem pretensões anticapitalistas, que via no capital seu maior parceiro. As contradições da sociedade capitalista eram “objetivamente” negadas – “ideológicos” eram aqueles que tinham visões de mundo diferentes.

O Globo também procurou pautar a CUT e principalmente o PT, indicando-lhe que a maneira responsável de governar implicava na manutenção da agenda neoliberal. O abandono de perspectivas contra-hegemônicas foi saudado como um processo de “amadurecimento” da agremiação, que passava a se diferenciar cada vez menos de seus antigos adversários.

Nesse sentido, discordamos das análises que, a partir das vitórias do PT nas eleições presidenciais, sustentam que a influência midiática esteja próxima do fim. Referindo-se à eleição de 2006, Kucinski chegou a afirmar: “acabou-se o poder instituinte da Rede Globo”. Entretanto, em nossa perspectiva, o fato dos petistas vencerem os pleitos não significa que a influência dos meios de comunicação esteja enfraquecida. Afinal, o PT venceu justamente ao abandonar seus projetos contra-hegemônicos, credenciando-se junto às diferentes frações do capital. Os candidatos vitoriosos desde 2002 podem até não terem sido os “favoritos”, mas seus programas de governo são praticamente os mesmos daqueles que o “partido” *O Globo* e as demais frações das classes dominantes vinham defendendo ao longo dos anos 90.⁶⁸²

⁶⁸² LIMA, Venício de (org). *A mídia nas...op.cit.p.144.*

Considerações finais

A hegemonia de uma classe social ou fração de classe não se forma a partir de uma supremacia econômica ou somente pela coerção. A hegemonia pressupõe liderança cultural, política e ideológica.

Tais observações são importantes para a compreensão do papel de *O Globo* no período estudado. O jornal foi um “partido” das frações das classes dominantes interessadas na adoção das políticas neoliberais e das privatizações, difundindo visões de mundo convenientes à agenda privatista. Porém, o periódico não se mostrou como “parte interessada” – ainda que os objetivos empresariais das Organizações Globo estivessem diretamente ligados à ampliação da internacionalização da economia brasileira e à desestatização, principalmente do Sistema Telebrás.

O Globo procurou universalizar o neoliberalismo, mostrando-o interessante para toda a “nação”. Pôde fazê-lo com muito mais propriedade que outras associações que também se interessavam pelo projeto, como Fiesp, Fórum Nacional e Febraban, entidades cujos vínculos de classe são mais explícitos. O jornal construía um consenso entorno das medidas privatistas enquanto sustentava estar tão somente informando seus leitores.

Em sintonia com diversas entidades e “partidos” das classes dominantes, vistos na Introdução, *O Globo* procurou vulgarizar os valores neoliberais, de apologia à iniciativa privada e ao mercado, transformando-os em dogmas.

O jornal conferiu um sentido ao que se passava no Brasil na virada dos anos 80 para os 90: recessão, desemprego, inflação, pobreza, desigualdade – aspectos da realidade concreta que não poderiam ser negados pelo periódico. De acordo com *O Globo*, tais problemas se deviam ao “excesso” de Estado, gigante que consumia os impostos dos cidadãos. Tratar-se-ia de um Estado apartado da sociedade, quase um “alienígena”. Suas personificações principais eram os *bon vivants* funcionários públicos, que dispunham de elevadas remunerações e pouco trabalhavam – mas não eram demitidos por serem “privilegiados”, sendo dotados de estabilidade. Esta última foi tratada não como um direito a ser universalizado, mas como uma “mordomia” a ser abolida.

Diferentes editoriais e matérias “objetivas” repetiam sistematicamente tal visão do Estado. Segundo *O Globo*, tanto os trabalhadores quanto os empresários seriam

vítimas desse Estado. O jornal ocultava o fato de que diferentes frações das classes dominantes haviam expandido seu poderio econômico graças aos subsídios estatais e que haviam integrado esse mesmo “Estado alienígena”. E também ofuscava o fato de que as próprias Organizações Globo tinham apoiado e sido apoiadas pelo aparelho estatal dos anos 70, como vimos na parte do Capítulo 1, referente aos tempos da ditadura militar.

O Globo apontou a raiz dos problemas nacionais – o Estado – e apresentou a solução: as privatizações e o neoliberalismo em geral. Sustentou que a “iniciativa privada”, liberada dos entraves burocráticos e protecionistas, geraria dinamismo econômico, “modernizaria” o país e resolveria os problemas sociais. Nesse sentido, o jornal sustentou que os interesses do capital coincidiam com as demandas de toda a sociedade.

Assim, na cobertura dos leilões de privatização, *O Globo* destacava nas manchetes as “benesses” que os compradores, nacionais e estrangeiros, garantiriam à sociedade: investimentos, mais empregos e melhores serviços e produtos. O jornal insistia na questão do “consumidor”, que passaria a dispor de bens de “Primeiro Mundo”, colocando a questão da “cidadania” e da universalização de direitos em segundo plano.

Certas temáticas que poderiam incitar posições críticas à desestatização e ao neoliberalismo ganhavam menos relevo: o financiamento público aos arrematadores das estatais, o uso de “moedas podres” e o fato destas geralmente valerem metade do valor de face, o aumento das tarifas para garantir a lucratividade dos futuros donos e as demissões promovidas antes e depois das licitações (estas costumavam ser apresentadas como “saneamento” ou “ajuste”, expressão de conotação positiva).

Para “provar” suas teses privatistas, o periódico convocava “especialistas” ou “economistas” que, quase invariavelmente, repetiam a validade e urgência das desestatizações e do neoliberalismo em geral. Raramente chamava-se a atenção para o fato de que muitos destes “analistas” dispunham de estreitos vínculos com o capital. *O Globo* também publicava matérias sobre outros países que abraçavam o receituário neoliberal, expondo-os como modelos a serem seguidos pelo Brasil. O fato de que muitos destes “países-padrão” terminavam por atravessar períodos de graves recessões (como México e Argentina) não abalou a campanha ideológica do jornal – na cobertura de *O Globo*, os problemas financeiros eram quase totalmente desvinculados das políticas econômicas promovidas pelos governos neoliberais.

Aqueles que discordavam da agenda propugnada por *O Globo*, notadamente as organizações populares, eram apresentados como “ideólogos”, “corporativistas” ou “arcaicos”. Dois capítulos de nossa tese descreveram a campanha do jornal contra as entidades dotadas de perspectivas contra-hegemônicas. No Capítulo 2, vimos os permanentes ataques do periódico contra, principalmente, o PT nas eleições de 1989. Refletindo os temores das classes dominantes com uma eventual vitória de Lula, *O Globo* empenhou-se em desqualificar os petistas em todos os seus “cadernos” (até mesmo no de “Esportes”). Paralelamente, esforçou-se em eleger Collor, com seguidas matérias favoráveis ao candidato do PRN.

O empenho do jornal em desqualificar e criminalizar as associações das classes subalternas também foi visto no Capítulo 4. As mobilizações dos movimentos sociais e do sindicalismo eram apresentadas em contraposição à sociedade em geral (o periódico fazia o inverso quando tratava da “iniciativa privada”). Expressões como “vandalismo”, “depredação”, “quebra-quebra”, “tumulto” eram recorrentes nas matérias, incitando à conclusão de que se tratavam de “casos de polícia”. Esse padrão de reportagem também se fez presente na cobertura dos protestos contra as privatizações e das greves da CSN e da Petrobrás.

Em especial, o jornal procurou mostrar a CUT e o PT como “radicais” e “extremistas”, presos a ideais “atrasados”, dos tempos da Guerra Fria. Eram comumente associados à religiosidade fundamentalista e ao irracionalismo, daí seus integrantes seguirem “dogmas” e serem “xiitas”. Ao mesmo tempo, *O Globo* disponibilizou amplo espaço para Medeiros e para a Força Sindical, que propugnavam um sindicalismo “realista”, cujo horizonte era a parceria entre o capital e o trabalho. Procurava-se consolidar uma alternativa patronal no meio sindical.

Porém, o jornal não apenas combateu o PT e a CUT. Procurou também formatá-los, indicar-lhes rumos e as linhas de ação, enaltecendo-os quando estes demonstravam “amadurecimento”, ou seja, quando abandonavam perspectivas socialistas e se conformavam à ordem vigente. Na cobertura das eleições de 2002, *O Globo* aplaudia o fato dos petistas terem se comprometido com a manutenção da política econômica de FHC e desistido de rever as privatizações. E, nos momentos em que o candidato ou o partido pareciam voltar aos tempos de “adolescência”, expressando vínculos populares ou se aproximando de suas bandeiras políticas originais, o periódico voltava a condená-los.

Apesar desta tese tratar de um passado bastante recente, poder-se-ia indagar se as observações feitas sobre a cobertura de *O Globo* ainda são válidas ou se o jornal, em virtude de possíveis reformulações, já teria “outra cara”.

Ao nosso ver, certas manchetes citadas na tese dificilmente seriam publicadas hoje em dia. Em 31 de dezembro de 1969, por exemplo, o jornal estampou na capa, em letras garrafais; “*Um feliz ano novo, presidente*”, dirigindo-se carinhosamente à Médici. É pouco provável que este tom bajulador seja repetido, sobretudo como principal destaque da primeira página. Em maio de 1993, a manchete da página cinco era: “*Nordeste mudou mais que Lula*”. Ainda que o periódico continue sendo recorrentemente hostil ao PT e à Lula, suas manchetes já não são tão virulentas contra estes – tal enunciado tem um estilo mais próximo daquele adotado pela revista *Veja*.⁶⁸³

Porém, *O Globo* prossegue defendendo diretrizes políticas de cunho liberal, voltadas para a expansão da mercantilização da vida social, e combatendo as entidades dotadas de perspectivas contra-hegemônicas. Assim, em abril de 2012, uma manchete de capa anunciava: “*Portos terão investimentos de R\$ 31 bi com privatizações*”. Como tantas vezes foi exposto ao longo da tese, a desestatização era apresentada de forma positiva, realçando-se os recursos que o “país” receberia. Ao mesmo tempo, o jornal vem mantendo cobertura desfavorável a projetos políticos mais próximos do estatismo. Em 2009, no contexto em que o governo Lula defendia maior controle do Estado nas reservas de petróleo da camada pré-sal, o periódico fez forte oposição, publicando as manchetes: “*Regras estatizantes para o pré-sal assustam mercado – ações da Petrobrás caem 4,4%. Empresários podem cortar investimento*”, “*De volta ao passado – Reservas do pré-sal serão controladas pela União*”, “*Empresários e especialistas criticam o modelo de exploração do pré-sal*” e “*Exclusividade da Petrobrás no pré-sal preocupa cadeia de fornecedores*”.⁶⁸⁴

A relativa diminuição da virulência contra o PT e a CUT é explicada pelo fato dessas entidades não representarem mais ameaça à ordem vigente (ainda que estejam longe de serem entidades consideradas de “confiança” ou “aliadas ideais”). O tom raivoso também é menos encontrável no jornal em virtude dos movimentos sociais

⁶⁸³ *O Globo*, 31/12/1969.p.1, 09/05/1993.p.5. Sobre a revista *Veja*, ver: SILVA, Carla. *Veja...op.cit.*

⁶⁸⁴ *O Globo*, 30/04/2012.p.1, 1/09/2009.p.1, 6, 19 e 20, 3/09/2009.p.29. O editorial da segunda edição citada intitulava-se “*Delírio estatista*”. Matérias que sustentavam que os funcionários públicos eram ociosos e displicentes, contrastando com o setor privado continuaram sendo publicadas: a manchete “*O controle que não ‘pega’ no setor público – Servidores ameaçam até ir à Justiça contra ponto e sistema de desempenho*” era acompanhada de outra menor: “*Sem reações em hospital privatizado*”. *O Globo*, 12/10/2008.p.31.

estarem em um contexto de refluxo no Brasil. Porém, as organizações populares que continuam organizando as classes subalternas entorno de valores contra-hegemônicos seguem sendo alvo de matérias desqualificadoras e virulentas. Este é o caso do MST, como se percebe nas manchetes de 2008 e 2009: “*Ibope: MST é visto como sinônimo de violência*”, “*Integrante do MST que participou de chacina é preso*”, “*Irrigação de irregularidades – TCU constata falta de controle e desvios em convênios com entidades ligadas ao MST*” e “*Atos de vandalismo em protestos pelo país – mulheres da Via Campesina invadem porto, danificam madeira e ocupam ministério*”.⁶⁸⁵

O jornal também vem comumente publicando matérias hostis aos governos progressistas da América Latina, como Chávez (Venezuela), Rafael Correa (Equador), Evo Morales (Bolívia) e Néstor e Cristina Kirchner (Argentina). De modo geral, o periódico vem acusando esses governos de “dividir” a sociedade – como se esta fosse harmônica antes da posse destes presidentes – e de atentarem contra a “liberdade de expressão”. Esta última queixa se deve ao fato destes governos desafiarem o monopólio dos grandes grupos midiáticos locais, se empenharem na criação de uma maior pluralidade no campo das comunicações e tratarem da radiodifusão como concessão pública, e não como propriedade privada dos conglomerados. Daí a manchete “*Pedras no caminho da liberdade de imprensa*” ser acompanhada de outras menores: “*Argentina: conflito aberto com os jornais*” e “*Venezuela e Equador: Investida jurídica contra a mídia opositora*”. O processo político venezuelano, mais à esquerda e com discurso mais abertamente anticapitalista, tem recebido maior volume de ataques, como em: “*Venezuela polarizada por Chávez*” e “*Foi sem querer querendo – como os desmandos de Hugo Chávez mudaram o dia a dia de quem assiste e produz televisão na Venezuela*”. Esta última foi manchete de capa da *Revista da TV*, “caderno” do jornal que trata de programas de televisão e não costuma ter assuntos explicitamente políticos.⁶⁸⁶

Ademais, o jornal continua procurando pautar os governos do PT, atacando-os sempre que estes se afastam do *script* neoliberal ou se colocam favoravelmente às causas mais progressistas. Este foi o caso, visto acima, da cobertura das primeiras propostas da legislação para o petróleo do pré-sal. O mesmo ocorreu no contexto em

⁶⁸⁵ *O Globo*, 15/06/2008.p.4, 12/03/2009.p.11, 8/03/2009, 10/03/2009.p.3.

⁶⁸⁶ *O Globo*, 20/06/2008.p.37, 7/02/2010.p.32, *Revista da TV*, 18/04/2010.p.1 e 3. A matéria interna da referida revista sustenta que Chávez “*comanda com mão de ferro os meios de comunicação da Venezuela*”. Sobre a questão da comunicação e dos governos progressistas da América Latina, ver: MORAES, Dênis de. *Vozes abertas da América Latina*, Estado, políticas públicas e democratização da comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

que o partido organizava, em 2010, o programa político de Dilma Rousseff, logo tachado de “radical” por *O Globo*: “*PT aprova programa radical para a campanha de Dilma – Ministra fará discurso hoje com tom moderado em defesa da estabilidade*”. Na mesma edição, havia um box intitulado: “*‘Isso [programa “radical”] afugenta o capital’ diz especialista*” (o economista Eduardo Giannetti).⁶⁸⁷

A estratégia adotada para o tratamento das informações “desinteressantes” para a agenda defendida pelo periódico continua sendo a mesma: o silenciamento. A cobertura (ou ausência de cobertura) referente a *A privatária tucana*, do jornalista Amaury Ribeiro Júnior, publicado em fins de 2011, ilustra esse artifício. O livro – que denunciava, com farta documentação, propinas e favorecimentos durante as privatizações, dentre outras irregularidades envolvendo importantes nomes do PSDB – teve (e ainda tem) enorme sucesso editorial, mas foi ignorado por *O Globo*. Apesar de figurar na lista dos “mais vendidos” do caderno *Prosa e Verso*, de literatura, praticamente não recebeu comentários no caderno de “política” (*O país*).⁶⁸⁸

Nesse sentido, nas batalhas por hegemonia, *O Globo* continua adotando artifícios tantas vezes citados nesta tese: os interesses do grande capital são considerados como coincidentes com os de toda “nação”; o uso de “especialistas” que reafirmam “cientificamente” as proposições do periódico (e de seus aliados de classe); a desqualificação dos adversários (organizações populares), paralela à sua criminalização, e o ocultamento (ou a publicação sem destaque) de informações que demonstrem contradições ou incitem críticas à agenda defendida pelo jornal.

O Globo é um instrumento dos grupos sociais dominantes na luta de classes. A diminuição de sua influência e eficácia depende da capacidade das associações das classes trabalhadoras e das esquerdas em geral de formularem meios de comunicação alternativos ao jornal e demais conglomerados midiáticos.

⁶⁸⁷ *O Globo*, 20/02/2010.p.1 e 3. A matéria listava as “*medidas polêmicas e mais à esquerda*” do partido: “*a taxação das grandes fortunas, o fim da criminalização dos movimentos sociais como MST e o apoio à criação da Comissão da Verdade para rever crimes da ditadura*”. Percebe-se que o jornal considera “extremistas” o julgamento dos (violentíssimos) crimes da ditadura militar, a maior cobrança de impostos sobre os mais ricos (não obstante a enorme desigualdade social do país) e o fim da imputação de uma imagem criminoso aos movimentos populares (estes devem continuar como “casos de polícia”).

⁶⁸⁸ RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...*op.cit. De modo geral, o referido livro recebeu pequenas notas na coluna *Panorama Político*, da segunda página, geralmente com protestos de membros do PSDB contra a publicação. Uma reportagem de *O País* registrava reclamações de tucanos contra a página da internet da Biblioteca Nacional, onde havia um texto elogiando o livro. *O Globo*, 22/12/2011.p.2, 11/01/2012.p.2, 2/02/2012.p.11

Bibliografia

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ABREU, Alzira Alves [et al]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- _____. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e KORNIS, Mônica. *Mídia e política no Brasil, jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- AGUIAR, Ricardo Osman G. *Leonel Brizola, uma trajetória política*. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aqui você vê a verdade na tevê!, a propaganda política na televisão*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, 1999.
- ALMEIDA, Gelson Rozentino. *História de uma década quase perdida: 1979-1989*. Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000.
- ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984
- AMORIM, Paulo Henrique e PASSOS, Maria Helena. *Plim-plim, a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.
- ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo” IN SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e centralidade do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. *Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARBEX JR, José. *Showrnalismo, a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

- ARÊAS, João Braga. *Conservadores em ação, a UDN entre 1961-1965*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.
- ASSIS, J. Carlos. *A nêmesis da privatização, a receita de transformar empresas de serviços públicos regulamentadas em monopólios privados desregulados*. Rio de Janeiro: Mecs, 1997.
- BAER, Mônica e LICHTENSZTEJN, S. *FMI e Banco Mundial, estratégias e políticas do poder financeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BAGDIKIAN, Ben. *O monopólio da mídia*. São Paulo: Scritta, 1993.
- BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização (a experiência brasileira: 1964-1974)*. Rio de Janeiro, 1979.
- BELTRAN, Luís R. e CARDONA, E. *Comunicação dominada, os EUA e os meios de comunicação da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BENJAMIN, César (et.al.). *Opção brasileira*. Rio de Janeiro: contraponto, 1998.
- BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores, ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo, 2000.
- BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BIANCHI MENDEZ, A. *O Ministério das indústrias. A federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado II, o assalto das privatizações continua*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- _____. *Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BONFIM, Benedito C. e LEITE, Júlio César do P. *Declínio do neoliberalismo e alternativas à globalização*. Rio de Janeiro: Destaque, 2001.
- BORGES, Altamiro. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *O Governo Fernando Henrique Cardoso, 1995-1998*. São Paulo: Editora Três, 1999.

- CARUSO, Danilo Spinola. *Reestruturação produtiva e movimento operário em Volta Redonda*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.
- CARVALHO, Ney. *A guerra da privatização*. São Paulo: Editora de Cultura, 2009.
- CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização das telecomunicações*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- CHAUI, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- _____. *Simulacro e poder, uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- CHESNAIS, François. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHOMSKY, Noam. *Ano 501, a conquista continua*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993
- _____. e DIETERICH, Heinz. *A sociedade global – educação, mercado e democracia*. Blumenau: EDIFURB, 1999.
- _____. e HERMAN, Edward S. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo: Futura, 2003.
- _____. *O lucro ou as pessoas? – neoliberalismo e nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CLARK, Walter. *O campeão de audiência, uma autobiografia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital, crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.
- CONTI, Mario Sérgio. *Notícias do Planalto: a imprensa e o governo Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- COSTA, Izabel Cristina G. *Troca de sinais: uma análise histórica da leitura do jornal O Globo sobre as reformas da União Soviética (1985-1991)*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- COUTINHO, Eduardo Granja (org). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- CRUZ, Sebastião Velasco. *Estado e economia em tempo de crise*. São Paulo: Unicamp, 1997.

- DANTAS, Marcos. *A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- DEMIER, Felipe (coord). *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.
- DIMENSTEIN, Gilberto e SOUZA, Josias. de. *História real*, trama de uma sucessão. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *A internacional capitalista, estratégias e táticas do Empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.
- _____. *O jogo da direita*. Rio de Janeiro: vozes, 1989.
- _____. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FERREIRA, Cristiane. *A história do Jornal O Globo*. Monografia em Comunicação Social, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001
- FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FIORI, José Luís. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FONSECA, Francisco César Pinto. *Mídia e democracia: falsas congruências* IN *Revista de Sociologia e Política*. nº 22: 13-24 jun.2004 p.19.
- FONTES, Virgínia Maria e SABOGA, Herio. *Escola, televisão e cidadania* IN *À Margem*, Revista de Ciências Humanas, Ano II nº 4, junho 1994.
- _____. e MENDONÇA, Sônia Regina. *História do Brasil recente (1964-1980)*. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. *Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- _____. “A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980” IN NEVES, Lúcia e LIMA, Júlio (orgs). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- _____. “Intelectuais e mídia – quem dita a pauta?” IN COUTINHO, Eduardo Granja (org). *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

- _____. *O Brasil e o capital-imperialismo*, teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GIANNOTTI, Vito. *Força Sindical*, a central neoliberal: de Medeiros a Paulinho. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- GOMES, Américo (org). *Uma proposta classista para a reestatização da Petrobrás*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.
- GOMES, Luiz Marcos. *Os homens do presidente*, banqueiros, financistas, grandes empresários e oligarcas que estão vendendo o Brasil e destruindo os direitos sociais. São Paulo: Viramundo, 2000.
- GOMES, Marcelo Bolshaw. *Decifra-me ou te devorarei*, a imagem pública de Lula no horário eleitoral em 1989, 1994, 1998 e 2002. Natal: EDUFRN, 2006.
- GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. *O Brasil endividado*, como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.
- GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN: da luta de classe à parceria*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. VI.2. Caderno24 (1934). RJ: Civilização Brasileira, 2000.
- GUIOT, André P. *Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.
- HABERT, Nadine. *A década de 70*, apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- HALIMI, Serge. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo*, história e implicação. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Rio Grande do Sul: Tchê!, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HONORATO, César. Breve Ensaio acerca das Políticas Públicas de Privatização no Brasil Recente IN GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théó Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira (org.). *Ensaio de História Econômico-social: séculos XIX e XX*. Niterói: EdUFF (no prelo).

- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO STIFTUNG (et al). *Empresas transnacionais brasileiras: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- Investiguemos la deuda!* Ginebra: 2006.
- JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder: ligações perigosas*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.
- Jornal Nacional: a notícia faz a história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- KEHL, Maria Rita. Eu vi um Brasil na TV IN SIMÕES, Inimá, COSTA, Alcir Henrique da e KEHL, Maria Rita. *Um país no ar – história da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KRIEGER, Gustavo, NOVAES, Luiz Antônio e FARIA, Tales. *Todos os sócios do presidente*. São Paulo: Scritta Editorial, 1992.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KOTSCHO, Ricardo. *Do golpe ao planalto, memórias de um jornalista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KUCINSKI, Bernardo. *Síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- _____. “A mídia de FHC e o fim da razão” IN LESBAUPIN, Ivo (org). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Jornalismo na era virtual*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- _____. e LIMA, Venício. *Diálogos da perplexidade: reflexões críticas sobre a mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.
- LACERDA, Antônio Corrêa de. *O Impacto da Globalização na Economia Brasileira*. São Paulo: Contexto, 2002.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando, CARNEIRO, José Alan D. e RAMOS, Plínio de Abreu. *A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- LESBAUPIN, Ivo e MINEIRO, Adhemar. *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LIMA, Venício de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- _____. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

- _____. (org) *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- Livre para crescer*, Documento FIESP. São Paulo: Editores Associados, 1990; DINIZ, Abílio (coord).
- MACCALÓZ, Maria Salete [et al]. *Globalização, neoliberalismo e direitos sociais*. Rio de Janeiro: Destaque, 1997.
- MACHADO, Roméro C. *Afundação Roberto Marinho – denúncia*. Porto Alegre: Tchê!, 1988.
- MARKUN, Paulo. *O sapo e o príncipe: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de.(orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- _____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- MELO, Carlos Aberto F. de. *Collor: o ator e as circunstâncias*. São Paulo: Novo Conceito, 2007.
- MELLO, Fernando Collor de. *Por um Brasil moderno, livre, justo e soberano*. Maceió: Secretaria de Comunicação Social do Governo de Alagoas, 1988.
- _____. *Agenda para o consenso, uma proposta social-liberal*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Imprensa, 1992.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. “Estado e sociedade” IN MATTOS, Marcelo Badaró (org). *História, pensar e fazer*. Laboratório Dimensões da história, 1998.
- MÈSZAROS, Istvan. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1987.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: ensaio, 1996.
- MIRANDA, José Carlos. *Texto para discussão n° 829: abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 90*. Brasília: Ipea, 2001.
- MORAES, Denis de (org). *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.
- _____. *Planeta Mídia: tendências da comunicação na era global*. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

- _____. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, n.1, jan-jun.2010.
- _____. *Vozes abertas da América Latina*, Estado, políticas públicas e democratização da comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2004.
- NEPOMUCENO, Eric. *O massacre: Eldorado do Carajás: uma história de impunidade*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.
- NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco. *Economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- _____. *Os direitos do antivalor, a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *O ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PALHA, Cássia Rita Louro. *A Rede Globo e o seu repórter: imagens políticas de Teodorico a Cardoso*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.
- PALOCCI FILHO, Antônio. *Sobre formigas e cigarras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PETRAS, James. Fundamentos do neoliberalismo IN RAMPINELLI, W. e OURIQUES, N. *No fio da navalha, crítica das reformas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____ e VELTMEYER, Henry. *Brasil de Cardoso, a desapropriação do país*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PRATA, José, BEIRÃO, Nirlando e TOMIOKA, Teiji. *Sérgio Motta: o trator em ação*. São Paulo: Geração Editorial, 1999.
- RAMOS, Roberto. *O âncora e o neoliberalismo: privatização do sentido*. Porto Alegre: Evangraf, 2007.
- Reforma Econômica para o Brasil: anos 90*. São Paulo: Nobel: Grupo Pão de Açúcar, 1990.

- REIS FILHO, Daniel Aarão, *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. O partido dos trabalhadores, trajetória, metamorfoses, perspectivas. IN FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil, Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.
- SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- _____, e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Século XX, uma biografia não autorizada*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- SAES, Décio. *A República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos nas sombras: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVA, Carla L. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Muito além do Jardim Botânico, um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores*. São Paulo: Summus, 1985.
- _____. *O adiantado da hora: influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SOUZA, Maria Inez Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional pós-64*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente, a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- TASCHNER, Maria da Conceição. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo João Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TUMOLO, P. *Da contestação à conformação*. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

Um jornalismo sob o signo da política. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.

Um país aberto: reflexões sobre a Folha de São Paulo e o jornalismo contemporâneo. São Paulo: Publifolha, 2003.

VIANNA, Gaspar. *Privatização das telecomunicações*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

VILLA, Marco Antônio. *A história das constituições brasileiras*. São Paulo: Leya, 2011.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes e CARRION, Raul K. M. *Globalização, neoliberalismo, privatizações, quem decide este jogo?* Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1997.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. RJ: Record, 1987.

Sites, vídeos e textos consultados na internet

“Bases do Plano Alternativo de Governo – síntese popular” IN <http://www.fpabramo.org.br>

BENJAMIN, César, METI, Paulo, RIBEIRO, Rômulo Tavares. Sexta licitação: erro estratégico no setor petrolífero IN http://resistir.info/brasil/petroleo_jul04.html

“Brasil Urgente, Lula Presidente – democracia” IN <http://www.fpabramo.org.br>

Brizola e *O Globo*. IN <http://www.youtube.com/watch?v=W87jUmjUFSI>

CARVALHO, Luiz Maklouf. A Vale é Verde? IN <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=32287>

COELHO, Ricardo. O mito do consumo responsável. IN <http://outrapolitica.wordpress.com/2010/08/29/o-mito-do-consumo-responsavel/>

COSTA, Caio Túlio. “Modernidade líquida, comunicação concentrada” IN <http://caiotulio.com/modernidade-liquida-comunicacao-concentrada/>

FONSECA, Francisco. A agenda da transformação: a grande imprensa e a hegemonia neoliberal no Brasil (o governo Itamar Franco – 1993/1994 – e o refluxo da agenda) IN http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3165/P00301_1.pdf?sequence=1

GRANA, Carlos Alberto. “BNDES fornece apoio financeiro às Organizações Globo”. <http://www.midiaindependente.org>

HOINEFF, Nelson. “A Globo, o BNDES e a Record” IN <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>

HONORATO, Cezar. *Lulinha Paz y Amor: possibilidades de lãs izquierdas en El orden democrático.* IN http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/libros/mrxv3/cp20_cezarhonorato.pdf

_____. Império e imperialismo: a propósito de las privatizaciones del sector eléctrico en Brasil IN Marx Vive, nº 16 IN http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/libros/mrxv3/cp20_cezarhonorato.pdf

O petróleo tem que ser nosso! IN <http://www.sindipetrosjc.org.br/sal/Campanha%20do%20petr%C3%83%20C2%B3leo%20n%C3%82%C2%BA%202.pdf>

PINTO, Lúcio Flávio. “O Esquema Marinho” IN <http://www.exactaexpress.com.br/globo.htm>

SARAMAGO, José. Donde está la democracia? IN <http://www.youtube.com/watch?v=gDMF4XgGbV4&feature=fvst>

SOUZA, Hamilton O. de. “Dinheiro público para a concentração privada”. IN http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=831

“Vale vence prêmio de pior empresa do mundo” IN <http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/noticias/2448-vale-vence-premio-de-pior-empresa-do-mundo>

<http://www.ciranda.net/spip/article1423.html>.

<http://www.financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar>

<https://www.infoglobo.com.br>

http://www.prensalatina.cu/index.php?option=com_content&task=view&id=475454&Itemid=1

Periódicos

Caros Amigos

Carta Capital

O Globo

ANEXO I

TABELA 3: AMOSTRAGEM DE COLUNISTAS REGULARES E NÃO REGULARES DE *O GLOBO* ENTRE 1989 E 2002⁶⁸⁹

<i>A. Gomes da Costa</i>	presidente da Federação de Associações Portuguesas do Brasil
Abram Szajman	presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Adalberto D. Cordeiro Guerra	consultor de empresas
Adolfo Oliveira	deputado federal-RJ, líder do PL
Agenor de Oliveira	diretor da Associação dos Empregados de Furnas (outra opinião)
Agostinho Guerreiro	presidente do Clube de Engenharia
Albano Franco	presidente da Confederação Nacional da Indústria
Alberto Furuguem	consultor de empresas e ex-diretor do Banco Central
Alberto Goldman	deputado federal e relator da Lei Geral das Telecomunicações
Alcides Lopes Tápias	presidente da Febraban
Alfredo Laufer	Empresário
Alfredo Sirkis	deputado federal PV-RJ
<i>Ali Kamel</i>	Jornalista
Aloísio Araujo	professor da FGV
Aloizio Mercadante	PT-SP
<i>Aloysio Biondi</i>	Jornalista
Aluízio Alves	ex-Ministro da Administração (1985-1989)
Álvaro Gurjão	publicitário e diretor da Agência Álvaro Gurjão Comunicação Ltda
André Lara Resende	presidente do BNDES (1998)
Antenor Barros Leal	vice-presidente da Firjan
Anthony Garotinho	governador do Rio de Janeiro (1999-2002)
Antoninho Marmo Trevisan	consultor de empresas
Antônio Carlos Lengruber	diretor do Banco Liberal
Antônio de Salvo	Presidente da Confederação Nacional da Agricultura
Antônio Oliveira Santos	presidente da Confederação Nacional do Comércio e membro Conselho Monetário Nacional
Armando Castelar Pinheiro	assessor da diretoria do BNDES
Arthur João Donato	presidente CNI (outra opinião)
Arthur Sendas	presidente da Associação Brasileira de Supermercados
Augusto do Rego Bayan	Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agro-Pastoris do Estado do Rio de Janeiro

⁶⁸⁹ Os colunistas com o nome em itálico são aqueles que escreviam com regularidade no jornal. É fundamental ressaltar que não se trata de uma lista completa dos colunistas do referido período – apresentamos uma amostragem de caráter ilustrativo. Como foi explicado no capítulo 3, a listagem centrou-se em nomes vinculados a associações da sociedade civil das classes dominantes ou das classes subalternas.

<i>Augusto Nunes</i>	Jornalista
Benedita da Silva	senadora PT-RJ
Benito Gama	deputado federal PFL-BA
Benito Paret	presidente da Associação Fluminense de Pequenas e Médias Empresas
Bernard Mencier	Superintendente do Banco Credit Commercial de France
Betinho (Herbert José de Souza)	ativista do Projeto da Cidadania contra a Fome
Carlos Calmon	presidente da Federação Brasileira de Exportadores de Café
Carlos Eduardo Gouveia	consultor econômico-financeiro
Carlos Eduardo Moreira Ferreira	presidente da Fiesp
Carlos Fernando Gross	presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro
Carlos Firme	presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário
Carlos Gross	presidente do Sindicato das Empresas de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro
Carlos Henrique Cruz Lima	diretor da Developer, empresa que integra o consórcio Maracanã. (outra opinião)
Carlos Minc	deputado estadual PT-RJ
Carlos Rodolfo Schneider	industrial em Santa Catarina
Carlos Santana	deputado federal PT-RJ
<i>Carlos Tavares de Oliveira</i>	jornalista e assessor de Comércio Exterior da Confederação Nacional do Comércio
Celso Hahne	presidente da Associação Brasileira do Plástico
César Benjamin	cientista político
César Maia	prefeito do Rio de Janeiro (1993-1997 e 2005-2009)
Clarice Pechman	dirigente da Associação Nacional de Empresas Credenciadas em Câmbio; Viva Rio
Clésio Andrade	presidente da Confederação Nacional do Transporte
Clifford R. Wharton Jr	subsecretário de Estado dos EUA
Charles B. Holland	consultor de empresas
Chico Alencar	deputado federal PT-RJ
Delfim Neto	deputado federal PPB
Dermeval Garcia	presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos
<i>Dom Eugênio Sales</i>	arcebispo-emérito do Rio de Janeiro
Domingo Cavallo	ex-ministro da Economia da Argentina do governo Menem (1989-1999)
Domingos Dutra	deputado federal PT
Edmundo Klotz	presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação
Edson Vaz Musa	integrante da Comissão Empresarial de Competitividade
Eduardo Azevedo	governador de Minas Gerais – PSDB (1995-1999)
Eduardo Eugênio G. Vieira	presidente da Firjan
Eduardo Paes	subprefeito da Barra da Tijuca e Jacaré Paguá (1993-1999)

Eduardo Suplicy	senador PT-SP
Egídio Brunetto	Membro da Direção Geral do MST (outra opinião)
<i>Elio Gaspari</i>	Jornalista
Emílio Odebrecht	presidente da Odebrecht S.A.
<i>Emir Sader</i>	professor de sociologia da UERJ
Ethevaldo Siqueira	jornalista e diretor da Revista Nacional de Telecomunicações – a favor da privatização
Felix de Bulhões	presidente do Conselho Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
Fernando Carisio	presidente do Sindicato dos Bancários (outra opinião)
Fernando Henrique Cardoso	presidente da República (1995-2002)
Francis Bogossian	presidente da Associação de Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro
Francisco Dornelles	deputado federal PDS-RJ
Francisco Izidoro	coordenador do Sinttel-Rio (outra opinião)
Frei Betto	Escritor
Fritz Utzeri	Jornalista
Gilberto Palmares	Vereador PT-RJ (outra opinião)
Gilberto Ramos	economista, vice-prefeito do Rio
Gilson Machado	ex-presidente do Sindicato das Indústrias do Açúcar de Pernambuco
Gilson Puppim	presidente do Sindicato dos Professores
Gustavo Krause	deputado federal PFL
Ilan Goldfajn	diretor do Banco Central
Heber Cunha	presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Sistema Integrado Banerj (outra opinião)
Heiguiberto Guiba Navarro	presidente da Confederação dos Metalúrgicos da CUT
Hélio Bicudo	deputado federal PT-SP
Humberto Casagrande Neto	diretor da área de mercado de capitais do Credibanco
Humberto Lucena	senador PMDB-PB
Humberto Mota	presidente dos Correios
Hydekel Freitas	senador PFL-RJ
Índio da Costa	vereador PFL
Inocência de Oliveira	deputado federal PFL-PE
Isabel Cristina Silveira	administradora de empresas e trabalha como voluntária na Rocinha
Itamar Serpa	deputado federal PSDB-RJ
Ivan Valente	deputado federal PT-SP (outra opinião)
<i>J. Carlos Assis</i>	Economista
Jacques Wagner	deputado federal PT-BA
Jaime Rotstein	Empresário
Jair Soares	deputado federal PFL-RS
Jandira Feghali	deputada federal PC do B-RJ
<i>Jânio Quadros</i>	ex-presidente da República (1961)
Jarbas de Holanda	membro da Executiva do PCB
Jean Rozwadowski	presidente da American Express do Brasil
João Batista A. de Oliveira	Funcionário do Banco Central
João Paulo Cunha	deputado federal PT-SP

João Paulo de Almeida Magalhães	professor de economia da UFRJ
João Paulo dos Reis Velloso	ex-ministro do Planejamento (1969-1979), Fórum Nacional
João Pedro Stédile	diretor-nacional do MST
João Pessoa de Albuquerque	presidente do Conselho Empresarial de Educação da Associação Comercial do Rio de Janeiro
<i>João Ubaldo Ribeiro</i>	Escritor
Joaquim Falcão	membro do Conselho da Comunidade Solidária e secretário-geral da Fundação Roberto Marinho
<i>Joelmir Betting</i>	Jornalista
Jorge Bittar	deputado federal PT-RJ
<i>Jorge Vidor</i>	Jornalista
José Chacon de Assis	presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
José Conrado de Souza	diretor da Associação de Engenheiros da Petrobrás
José Dirceu	deputado federal PT-SP
José Genuíno	deputado federal PT-SP
José Guilherme Sabino Ometto	presidente da Associação Nacional dos Usineiros
José Júlio Sena	diretor-superintendente do Banco Gracybras S.A.
José Lopes de Oliveira	ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil e do Banco Nacional de Habitação
<i>José Marques Merquior</i>	diplomata e sociólogo
José Pio Borges	diretor da área de desestatização do BNDES
José Roberto Arruda	senador PSDB-DF
José Roberto Marinho	presidente da WWF-Brasil e vice-presidente das Organizações Globo
José Roberto Mendonça de Barros	presidente do BNDES
<i>José Sarney</i>	ex-presidente da República (1985-1990)
José Serra	Ministro da Saúde (1998-2002)
José Valdir Ribeiro dos Reis	presidente da Previ
José Zinder	presidente da Federação Interestadual das Escolas Particulares
Joseph Stiglitz	economista-chefe do Banco Mundial
Julian M. Chael	Economista
<i>L.G. Nascimento e Silva</i>	
Lafaiete Coutinho Torres	presidente do Banco do Brasil
Lair Krahenbuhl	industrial da construção civil
<i>Leandro Konder</i>	Filósofo
Leonel Brizola	ex-governador do Rio de Janeiro (1983-1987 e 1991-1994) (outra opinião)
Linda Goulart	responsável pelo projeto de internacionalização de empresas brasileiras
<i>Lúcia Hippolito</i>	cientista política
<i>Luis Fernando Veríssimo</i>	Escritor

Luiz Alberto Machado	diretor do Instituto Liberal
Luiz Antônio Viana	diretor da NKT Serviços de Comunicação S.A.
Luiz Carlos Mendonça de Barros	presidente do BNDES (1995-1998)
Luiz Carlos Nóbrega	ex-superintendente da Confederação Nacional de Transportes
Luiz Carlos Soares	presidente da Associação de Docentes da UFF
Luiz Carlos Vieira	presidente do Sidimina/RJ (outra opinião)
Luiz Crysostomo	presidente da Comissão de Divulgação do Programa Nacional de Desestatização
Luiz Fernando Furlan	presidente do Conselho de Administração da Sadia (outra opinião)
Luiz Fernando Victor	presidente do Banco de Brasília
Luiz Gonzaga Belluzzo	Economista
Luiz Gushitar	deputado federal PT-SP
Luiz Inácio Lula da Silva	presidente nacional do PT
Luiz Pinguelli Rosa	membro do Grupo de Assessoramento Técnico da Comissão Externa da Câmara, professor da Coppe-UFRJ
Luiz Roberto A. Cunha	professor de economia da PUC-Rio e membro do Conselho de Economia da Firjan
Luiz Salamão	deputado federal PDT
Luiz Sande	presidente do BNDES
Manoel Dantas Barreto Filho	diretor da Sociedade Rural Brasileira
Márcio Fortes	presidente do Banerj
<i>Marcio Moreira Alves</i>	Jornalista
Márcio Pochmann	professor do Instituto de Economia da Unicamp (outra opinião)
Marco Aurélio Alencar	secretário estadual de Fazenda do Rio de Janeiro
Marco Maciel	vice-presidente da República (1995-2002)
Marcos Dantas	consultor da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (outra opinião)
Marcos Formiga	superintendente de Teleducação da Fundação Roberto Marinho
Marcos Villela de Sant'Anna	presidente da Associação Nacional de Obras Públicas
Marilene Lopes	gerente de comunicação corporativa e de relações com a imprensa da Xerox do Brasil
Maria da Conceição Tavares	economista, deputada federal PT-SP
Marina Silva	senadora PT-Acre
Mario Amato	presidente da FIESP
Mário Bernardini	vice-presidente do Centro das Indústrias de São Paulo (outra opinião)
Mario Dias Lopes	presidente da Associação de Fundos de Pensão de Empresas Privadas
Mario Sérgio Freitas de Araujo	diretor da Construtora Lix da Cunha
Marta Suplicy	prefeita de São Paulo (2001-2005)

Max Schrappe	presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica
<i>Merval Pereira</i>	Jornalista
Miguel Ignatios	presidente da Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil
Miguel Jorge	presidente da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
Milton Temer	deputado estadual PT
<i>Mirian Leitão</i>	Jornalista
Miro Teixeira	deputado federal PDT-RJ (outra opinião)
Mozart Amaral	presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Rio de Janeiro
Neiva Moreira	deputado federal PDT-MA (outra opinião)
Nelson Brasil de Oliveira	vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina
Nelson Luiz Souto Jorge	empresário de comunicação
Nelson Savioli	superintendente-executivo da Fundação Roberto Marinho
Ney Lopes	deputado federal PFL-RN
Ney Roberto Ottoni	vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro
Newton Saratt	especialista em gestão empresarial
Nicolau Antônio Torloni	vice-presidente da Federação das Entidades dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (outra opinião)
Nilson L. Sant'Anna	vice-presidente regional da União dos Professores Públicos
Octavio Mello Alvarenga	presidente da Sociedade Nacional de Agricultura
<i>Olavo de Carvalho</i>	<i>Filósofo</i>
Oscar Niemeyer	Arquiteto
Osmar Rebelo de Oliveira	presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários
Otto de Alencar Sá Pereira	presidente do Círculo Monárquico do Rio de Janeiro
<i>Otto Lara Resende</i>	Escritor
Ozires Silva	empresário e ex-presidente da Petrobrás
Oswaldo Coggiola	vice-presidente da Associação Docente da USP (outra opinião)
Paul L. Bydalek	presidente da Atlantic Rating, empresa de consultoria
Paul Manoel Protasia	presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro
Paulo Delgado	deputado federal PT-MG
<i>Paulo Henrique Amorim</i>	Jornalista
Paulo Libergott	chefe do Departamento de Operações de Desestatização do BNDES
Paulo Mallmann	diretor-financeiro do Banco Industrial e Comercial S.A.
Paulo Maluf	prefeito de São Paulo (1969-1971 e 1993-1997)
Paulo Mandarinó	presidente da Caixa Econômica Federal
Paulo Marcos Senra Souza	Empresário
Paulo Nogueira Batista Jr	Economista
Paulo Gouvêa Vieira	administrador de empresas

Paulo Rabelo de Castro	vice-presidente do Instituto Atlântico
Paulo Renato Souza	ministro da Educação e do Desporto (1995-2002)
Paulo Vellino	presidente da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica
Pedro Eberhardt	presidente do Sindicato Nacional de Industrias de Componentes para Veículos Automotores
Pedro Leitão da Cunha	presidente do Montrealbank
Peter F. Drucker	autor de livros sobre administração de empresas
Plínio de Arruda Sampaio	integrante do PT (outra opinião)
<i>Raphael de Almeida Magalhães</i>	<i>Conselho Coordenador das Ações Federais no RJ</i>
Raymundo de Oliveira	presidente do Clube de Engenharia (outra opinião)
Renan Calheiros	senador PMDB – Alagoas
Renato Lessa	cientista político
<i>Ricardo Boechat</i>	Jornalista
Ricardo Yazbek	presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Administração de Imóveis de São Paulo
Roberta Rodrigues	presidente da Associação Brasileira de Agribusiness
<i>Roberto Campos</i>	economista e diplomata
Roberto Brant	deputado federal PSDB
Roberto Fendt	vice-presidente do Instituto Liberal do RJ
Roberto Freire	presidente do PPS
Roberto Lehrer	professor da Faculdade de Educação, UFRJ
<i>Roberto Lima Neto</i>	presidente da CSN (1990-1992)
Roberto Paulo Cezar de Andrade	Empresário
Roberto Terziane	Empresário
Roberto V. do Valle	vice-presidente sênior do Citibank
Roberto Whitaker Penteadó	consultor de marketing
Rodolfo A. Rizzoto	Empresário
Roosevelt Roque dos Santos	presidente da União Democrática Ruralista
Rubens A. Barbosa	presidente da Associação dos Países Produtores da Café
Rubens César Fernandes	coordenador do Viva Rio
Rubens dos Santos Dias	presidente da Federação Nacional das Seguradoras
Rubens Medina	deputado federal PRN
Rubens Penha Cysne	diretor do Centro de Estudos de Reformas de Estado da EPGE-FGV
Sandra Cavalcanti	deputada federal PFL
Sandra Starling	líder do PT na Câmara dos Deputados
Sérgio Andrade de Carvalho	presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers
Sérgio Cabral Filho	senador PMDB-RJ
Sérgio Malta	presidente do Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica
Sérgio R. Costa Werlang	diretor do Banco da Bahia
Wilén Manteli	diretor da Associação Brasileira dos Terminais Portuários

Tasso Jereissati	governador do Ceará (1987-1991)
Teófilo de Andrade Orth	presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base
<i>Teresa Cruvinel</i>	Jornalista
Wanderley Guilherme dos Santos	cientista político
Warren Christopher	secretário de Estado dos EUA do governo Bill Clinton (1993-2001)
Wellington Moreira Franco	ex-governador do Rio de Janeiro (1987-1991)
Wilen Manteli	coordenador da Frente de Modernização Portuária do Rio Grande do Sul
Willian Daley	secretário de comércio dos EUA no governo Bill Clinton (1993-2001)
Willian J. Clinton	presidente dos EUA (1993-2001)
Wilson Leite Passos	vereador PDS
Wolf Grueberg	presidente da Companhia Industrial Rio Guahyba

ANEXO II

TABELA 4: AMOSTRAGEM DE ENTREVISTADOS POR *O GLOBO* DE 1989 A 2002⁶⁹⁰

ENTREVISTADO	MANCHETE DA ENTREVISTA OU FRASE DESTACADA NA REPORTAGEM
Affonso Pastore, ex-presidente do Banco Central (1983-1985)	
Al Ries, especialista em marketing	“A melhor coisa que o presidente Collor pode fazer é nada. Os governos devem se retirar do mundo dos negócios”, (1/10/1990.p.20)
Alexis Stepanenko, Ministro do Planejamento (1993-1994)	“Alguns funcionários e dirigentes se transformaram em cupins, que devoram as empresas por dentro” (15/1/1994.p.20)
Aloizio Mercadante, senador PT-SP	
Andrade Vieira, senador PTB, ex-presidente do Bamerindus	
Andréa Calabi, ex-secretário do tesouro	
Anthony Giddens, sociólogo britânico	“‘É crucial evitar o estatismo’ – teórico da Terceira Via diz que é possível governo Lula ser bem-sucedido” (20/10/2002.p.10)
Antônio Botelho, coordenador do programa de Ciência, Tecnologia e Sociedade do MIT	“Privatizar não vai ferir a soberania”; “Com a transferência das telecomunicações para o setor privado, a maior competição e a criação de serviços e empresas vão gerar empregos e ativar a economia”. (24/5/1992.p.45)
Antônio Ermírio de Moraes, presidente do Votorantim	“O estrangeiro não vai levar a Vale embora” (28/04/97.p.43)
Antônio Kandir, secretário especial de política econômica	
Antônio Magri, ministro do Trabalho (1990-1992)	
Armínio Fraga Netto, diretor do Soros Fund	
Assad Razin, economista do FMI	
Benjamin Steinbruch, presidente do Conselho de Administração da CSN	“‘Somos o que há de e melhor na economia’” (24/04/1997.p.30)
Carlos Alberto Vieira, presidente do consórcio BCP, vencedor da banda B de	

⁶⁹⁰ Citamos na parte direita da tabela algumas manchetes ou frases destacadas pelo jornal no corpo da reportagem que reafirmavam a projeto neoliberal defendido por *O Globo*.

São Paulo.	
Carlos Salinas, presidente do México (1988-1994)	“Do Estado proprietário ao Estado solidário” (14/03/1993.p.42)
Carlos Salles, diretor-superintendente da Xerox	“É fundamental que Itamar Franco não se deixe levar pelo sentimento anti-Collor. O ex-presidente deu início a um programa de privatização, abriu a economia e reduziu a participação do Estado. Isso deve continuar”. (3/1/93.p.30)
Celso Furtado, economista	““Para decifrar o mundo, só um novo Marx”” (12/07/1998.p.24)
Chico Lopes, economista	
Cláudio de Moura Castro, economista especializado em educação	
Daniel Dantas, banqueiro	
Dênis Nogueira, primeiro presidente do Banco Central	“Para uma moeda forte, um Banco Central independente” (6/6/194.p.18)
Domingo Cavallo, Ministro da Economia Argentino no governo Menem (1989-1999)	“Privatizamos cinco portos. Dentro de cinco anos o custo será apenas um terço do de Santos” (30/10/194.p.52)
Edmar Bacha, economista do banco BBA	
Elena Landau, diretora de desestatização do BNDES	“A privatização está acima das ideologia”; “A privatização tem um papel crucial no plano de estabilização da economia”; “Queremos um Estado que deixe de ser empresário para cuidar da educação e saúde” (20/3/1994.p.42)
Edmundo Klarz, empresário do setor de alimentos	
Eduardo Gionnetti, economista da USP	““Fraudes nascem do descontrole do setor público”” (30/03/1997.p.23)
Eduardo Modiano, presidente do BNDES (1990-1992)	
Edward Amadeo, Ministro do Trabalho (1998-1999)	
Eiichi Matsumoto, vice-presidente do Banco de Tóquio	
Everardo Maciel, secretário de Receita	
Fernando Gabeira, deputado federal (PV)	“A esquerda está equivocada” (26/5/1995.p.3)
Figueres Olsen, diretor-executivo do Fórum Econômico Mundial	
Francisco Carlos Teixeira, historiador da UFRJ	““Fernando Henrique não será tema de samba-enredo”” (29/06/1997.p.23)
Francisco de Assis, criador do sistema de índices do IBGE	“Sem reforma do setor público, o déficit reprimido vai voltar” (17/7/1994.p.38)
Francisco de Oliveira, professor de	

sociologia da USP	
Francisco Dornelles, ministro da Indústria e Comércio (1996-1998)	
Francisco Gros, presidente do Banco Central (1987, 1991-1992)	“Sem ajuste fiscal, dívida pública explodiria”. (29/3/1992.p.50)
Gustavo Franco, presidente do Banco Central (1995, 1997-1999)	““Ágio da Telebrás não é importante”” (21/07/1998.p.17)
Horst Kôhler, diretor-gerente do FMI	
Ibrahim Eris, presidente do Banco Central	
J. Christopher Hargett, da Federal Express	
Jacks Rabinovich, presidente da Vicunha	
Jacy Mendonça, presidente da Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores	
Jamis Tobin, Prêmio Nobel de Economia	““FMI é mais necessário hoje do que nunca”” (03/04/1999.p.27)
Jeffrey Sachs, economista de Harvard	“Em vários países ficou provado que o fim do monopólio é vantagem para a população” (27/1/1995.p.23)
João Lacoselli, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Produtos de Limpeza	
João Mellão Neto, Ministro do Trabalho (1992)	“Minha política salarial é muito clara: nenhuma” (11/4/1992.p.7)
João Pedro Gouvêa Vieira, presidente do Grupo Ipiranga	““Plano Collor evitou convulsão social””. (25/03/1990.p.33.)
João Pedro Stédile, diretor-nacional do MST	
John Mein, presidente da Câmara Americana de Comércio de São Paulo	““Desnacionalização é um falso dilema”” (01/05/2000.p.20)
John Williamson, economista-chefe do Banco Mundial	““Não basta cumprir o programa do FMI”” (13/10/2002.p.38)
José A. Scheinkman, economista, professor da Universidade de Chicago	
José Carlos Moraes Abreu, presidente do Itaú	
José Pio Borges, presidente do BNDES (1997-1998)	““Irritam-me os questionamentos idiotas’ – Presidente do BNDES responde aos críticos que defendem adiamento do leilão de privatização do Sistema Telebrás” (29/06/1998.p.23)
Juvenil Félix, vice-presidente da Anglo-American do Brasil	““Não caímos de paraquedas no negócio da Vale” (13/04/1997.p.23)
Koichi Yajima, representante no Brasil do Export-Import Bank of Japan	
Laprovita Vieira, presidente da Assembléia de Deus e deputado federal (PP)	“As privatizações devem ser aceleradas” (14/9/1994.p.8)
Lázaro de Mello Brandão, presidente do	

Conselho Administrativo do Bradesco	
Leó Wallace Júnior, presidente da Febraban	
Lester Thurow, professor de economia do MIT	“‘Governo fala muito e faz pouco’ – para Lester Thurow, também o processo de privatização está avançando muito devagar” (03/07/1997.p.23)
Luiz Adelar Scheuer, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores	
Luiz Antônio Medeiros, presidente do CGT	“A era do enfrentamento está acabando”, “A tendência é desaparecer não só o sindicalismo de confronto mas também o capitalismo selvagem”, “O país precisa de reformas urgentes. E nisso, eu e o Mário Amato estamos juntos”. (22/6/92p19)
Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do BNDES (1995-1998)	“Privatização é o melhor investimento” (26/11/95.p.72)
Luiz Inácio Lula da Silva, presidente nacional do PT	
Luís Octávio da Motta Veiga, ex-presidente da CVM	“‘Onde houver excesso de pessoal, isso será revisto. Ninguém pode receber para não fazer nada’” (13/05/1990.p.35)
Marcílio Marques Moreira, consultor do Banco Merrill Lynch	“Crise não traz reflexos graves ao Brasil” (30/07/97.p.21)
Marcos Jacobsen, presidente da Associação Brasileira das Instituições do Mercado Aberto	
Maria da Conceição Tavares, economista, deputada federal PT-SP	
Maria Helene Zockun, economista da USP	“‘Todos terão que pagar a conta do ajuste’” (03/11/1998.p.20)
Mario Amato, presidente da Fiesp	“‘Não luto contra o PT, mas contra a ideologia burra de não fazer o Brasil se desenvolver’” (20/2/1994.p.46)
Mario Henrique Simonsen, economista	
Martins Tavares, secretário-executivo do Ministro do Planejamento	“‘Irresponsabilidade fiscal será crime’” (01/11/1998.p.31)
Norbert Walter, economista do Deutsche Bank	
Olacyr de Moraes, empresário, maior produtor de soja do mundo	
Omar Carneiro da Cunha, presidente da Shell do Brasil	
Ozires Silva, ministro da Infra-estrutura (1990-1991)	
Paul Craig, economista, colunista da	“Para ser potência, Brasil tem que mudar”.

<i>Business Week</i>	(04/05/1997.p.52)
Paulo Cesar Ximenes, presidente do Banco do Brasil (1993)	“A estabilidade é ruim, o funcionário acha que pode sentar e não fazer nada” (19/2/1995.p.54)
Paulo Guedes, vice-presidente do Banco Pactual	“É preciso acelerar as reformas” (20/3/1995.p.15)
Paulo Leme, diretor do Goldman Sachs	
Paulo Nogueira Batista Jr., economista da FGV	
Pedro Malan, Ministro da Fazenda (1995-2002)	“Impopular é perder o controle da situação” (21/06/1998.p.23)
Pedro Parente, secretário-executivo do Ministério da Fazenda	“Governadores têm de cumprir acordo” (08/11/1998.p.38)
Perry Anderson, historiador inglês	
Pérsio Arida, presidente do BNDES	
Renato Guerreiro, presidente da Anatel	
Roberto Campos, Ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, deputado federal pelo PDS	“País precisa de uma reforma patrimonial” (17/4/1993.p.25); “O Estado não pode ser o senhor de tudo” (18/9/1994p.14)
Roberto do Valle, presidente do Citibank Brasil	“O risco do Brasil não é interno porque as medidas vão ser feitas. As reformas estão demorando, mas acredita-se que vão sair” (10/02/1997.p.16)
Roberto Setúbal, presidente da Febraban	“As privatizações mudarão o sistema financeiro” (19/04/1998.p.39)
Rocco Valentinetti, presidente da Agip	
Sebastian Edwards, economista do Bird	
Sergio Werlang, diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV	
Silvano Valentino, presidente do holding Fiat	
Stuart Eizenstat, subsecretário de comércio do Departamento de Estado dos EUA do governo Bill Clinton (1993-2001)	
Takanori Sukuki, presidente do Banco de Tokyo no Brasil	“Brasil deve pagar juros da dívida” (4/02/1990.p.43)
Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo	“Todos saíram ganhando com o acordo” (12/04/1992.p.42)
Zélia Cardoso, Ministra da Economia (1990-1991)	“O salário dos trabalhadores será preservado” (2/03/1990.p.6)
Winston Fritsch, secretário de política econômica	
Walter E. Willians, economista norte-americano	“Tudo o que o governo produz custa mais” (12/9/1993.p.3)

ANEXO III

CRONOLOGIA

1989

- 15/09/1989: início do horário eleitoral gratuito das eleições presidenciais do Brasil
- 15/11/1989: primeiro turno das eleições presidenciais
- 17/12/1989: segundo turno das eleições presidenciais

1990

- A VASP é privatizada
- Março: medidas provisórias nº 155 e 157 criam o Plano Nacional de Desestatização e o Fundo Nacional de Desestatização
- 12/04/1990: é instituído o Plano Nacional de Desestatização
- 18/04/1990: o governo Collor nomeia Roberto Procópio de Lima Neto para a presidência da CSN
- 14/05/1990: Greve na CSN

1991

- 10/03/1991: fundada a Força Sindical
- 27/05/1991: Decreto institui o Programa de Gestão das Empresas Estatais e cria o Comitê de Controle das Empresas Estatais
- 24/10/1991: Privatização da USIMINAS

1992

- 21-23/06/1992: Eleições na CSN que dão vitória a Força Sindical

1993

- 20/01/1993: decreto presidencial faz alterações nas privatizações
- 02/04/1993: Privatização da CSN
- 20/08/1993: Privatização da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa)
- 10/09/1993: Privatização da Aço Minas

1994

- Setembro: petroleiros entram em greve por reajuste de salários
- 07/12/1994: Privatização da Embraer

1995

- Fevereiro de 1995: a PEC das telecomunicações é remetida ao congresso

- 03/05/1995: petroleiros entram em greve pelo cumprimento de acordos
 - Agosto de 1995: a PEC das teles é aprovada
 - 19/10/1995: Senado aprova o fim do monopólio da Petrobrás
 - 09/11/1995: Fim do monopólio estatal do petróleo
 - 20/11/1995: Globo e empresas estrangeiras anunciam “aliança” para entrar no mercado de TV a cabo.
 - 28/11/1995: A Alerj vota o Programa Estadual de Desestatização (Lei nº 2470)
- 1996
- Julho: lançada a licitação internacional para escolha de consultoras que farão trabalhos relativos às privatizações das teles. No mesmo mês, são assinados os contratos
 - 21/05/1996: Privatização da Light
 - 5/07/1996: Mario Covas lança o Plano Estadual de Desestatização (Lei nº 9.361)
- 1997
- 06/05/1997: Privatização da Vale do Rio Doce
 - 26/06/1997: Privatização do Banerj
 - 14/07/1997: Privatização da CEG
 - 19/07/1997: Aprovada a Lei Geral das Teles (Lei nº 9.472)
 - 9/09/1997: governo cria o Conselho Nacional de Desestatização (Lei 9.491)
 - 04/12/1997: Privatização do Banco Meridional
- 1998
- 15/04/1998: Privatização da Eletropaulo
 - 29/07/1998: Privatização do Sistema Telebrás
- 1999
- 14/04/1999: privatização da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás)
 - 15 e 16/06/1999: Realizado o primeiro leilão de áreas petrolíferas
- 2000
- 07/06/2000: Segundo leilão de áreas petrolíferas
 - 20/11/2000: Privatização do Banespa
- 2001
- 19 e 20/06/2001: Terceiro leilão de áreas petrolíferas
- 2002
- 19 e 20/06/2001: Quarto leilão de áreas petrolíferas

2003

- 19/08/2003: Quinto leilão de áreas petrolíferas